

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - **CONSUNI**

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-42



RESOLUÇÃO Nº 159, DE 02 DE ABRIL DE 2026– CONSUNI/UFT

Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2026-2030.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão extraordinária realizada no dia 02 de abril de 2026, via web conferência, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2026-2030, conforme anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação, conforme dados do processo nº 23101.001812/2026-87.

MARIA SANTANA
FERREIRA DOS
SANTOS
MILHOMEM:64515680153

Assinado digitalmente por MARIA SANTANA
FERREIRA DOS SANTOS
MILHOMEM:64515680153
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial, OU=
00400020000317, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ARMPDG, OU=RFB
e CP F AS, CN=MARIA SANTANA FERREIRA
DOS SANTOS MILHOMEM:64515680153
Data e hora: 2026.04.02 15:16:10-03'00'
Local: Palmas

MARIA SANTANA FERREIRA DOS SANTOS MILHOMEM
Reitora



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2026-2030.

Anexo da Resolução nº 159/2026 - Consuni
Aprovado pelo Conselho Universitário em 02 de abril de 2026.



PDIUFT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



Plano de Desenvolvimento Institucional - 2026/2030



Nossa UFT, nossa história, nosso futuro juntos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS
2026-2030**

REALIZAÇÃO

Eduardo Andrea Lemus Erasmo
Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Adriana Barbosa Moura
Diretora de Planejamento e Avaliação

Kaike Leonardo Alves Carneiro
Diretor de Gestão Orçamentária

Doriete Macedo Santos
Coordenação de Planejamento e Avaliação

Fernando Machado Haesbaert
Coordenação de Análise e Monitoramento de Dados

Marcos Antônio Gomes Barbosa
Coordenador de Gestão Orçamentária

Colaboradores

Bruna Ferreira de Oliveira
Designer Gráfico

Fabiana P. Salgado Carvalho
Assistente em Administração

Herbert Alves de Souza
Assistente em Administração

Idelma de Melo Rodrigues Abreu
Economista

Joienita da Silva Carvalho Santos
Administradora

Jordana Teixeira de Melo
Economista

Vanderlan Carneiro Dias
Engenheiro Agrônomo

REITORIA

Reitora

Maria Santana Ferreira dos Santos

Vice-Reitor

Marcelo Leineker Costa

Pró-reitor de Administração e Finanças

Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior

Pró-reitor de Assistência Estudantil

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-reitor de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andrea Lemus Erasmo

Pró-reitor de Extensão

Bruno Barreto Amorim Campos

Pró-reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Michelle Matilde S. Lima Trombini Duarte

Pró-reitora de Graduação

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-reitora de Tecnologia da Informação

Olívia Tozzi Bittencourt

Prefeito Universitário

João Batista Martins Teixeira

Superintendente de Comunicação

Fábio de Paula Assis Júnior

Superintendente de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo

Kleber Abreu Sousa

DIREÇÕES DE CÂMPUS

Campus de Arraias
Adriana Demite Stephani Carvalho

Campus de Gurupi
Niléia Cristina da Silva

Campus de Miracema
Ladislau Ribeiro do Nascimento

Campus de Palmas
Moisés de Souza Arantes Neto

Campus de Porto Nacional
Etienne Fabbrin Pires Oliveira

GLOSSÁRIO

APETITE AO RISCO – nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

CADEIA DE VALOR – representação gráfica que apresenta uma série de atividades que, relacionadas e desenvolvidas de maneira integrada, visam à satisfação das necessidades da comunidade. Cada elo dessa cadeia está ligado ao seguinte e as relações vão desde os fornecedores até a entrega dos serviços

CONTROLE – providências adotadas para enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos serão alcançados.

CREDITAÇÃO DA EXTENSÃO – creditar a extensão significa incorporar atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação, de acordo com o que prevê o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

DESAFIOS - conjunto de objetivos que a instituição precisa direcionar, abordados de maneira apropriada ao seu momento atual e que devem ser superados durante um espaço de tempo.

ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO – promove a inter-relação e integração de infraestrutura, arranjos institucionais e capital humano com o potencial de atração de empreendedores e recursos financeiros para favorecer ambientes de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o objetivo de solucionar demandas de mercado e da sociedade, criando novos produtos, serviços e projetos que atendam a tais necessidades.

EGRESSO – ex-aluno da universidade.

EIXO - grupo diretrizes e processos internos monitorados para o alcance de um objetivo comum.

ESTRATÉGIA - alinhamento de processos de trabalho, atividades, estrutura organizacional para atingir um objetivo.

GESTÃO DE CUSTOS - relaciona-se com os princípios da Administração Pública ao fornecer as informações para o gestor, possibilitando controlar os gastos, otimizá-los, saber da viabilidade de possíveis investimentos, a fim de atender as necessidades coletivas, com qualidade, transparência e respeito aos cidadãos.

GESTÃO DE RISCOS – conjunto de procedimentos que tem como objetivo auxiliar a tomada de decisão por meio da identificação, avaliação e monitoramento dos efeitos das incertezas, com vistas a fornecer razoável segurança no cumprimento da missão e no atingimento dos objetivos estratégicos.

GOVERNANÇA PÚBLICA – conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

GOVERNANÇA PEDAGÓGICA – utilização dos mecanismos de liderança, estratégia e controle para articular as políticas acadêmicas a fim de garantir ensino de excelência e qualidade.

INDICADOR - proposição de medida para avaliar o desempenho estabelecido diante do

que foi planejado e o que foi efetivamente realizado, considerando os objetivos, metas e resultados definidos.

INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - as inovações pedagógicas buscam novas formas para promoverem a elaboração e a administração do currículo, das relações em sala de aula e do espaço acadêmico, de forma diferenciada, por meio de uma perspectiva renovadora de programas e projetos, materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos, visando à construção dos conhecimentos socialmente relevantes, que permitam o desenvolvimento de uma nova formação mais compreensiva e integral dos alunos. Assim, essa inovação não significa meramente a adoção de novos recursos tecnológicos, mas uma nova forma de pensar o processo de processo de ensino aprendizagem.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - termo aplicável a inovações de processos e de produtos. De modo geral, é toda novidade implantada pelo o setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos, o que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica um novo, ou aprimorado produto, de acordo com o Manual de Oslo, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

LIDERANÇA - conjunto de práticas, de natureza humana ou comportamental, que assegura a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança.

MAPA ESTRATÉGICO - representação gráfica da estratégia, que evidencia os desafios que a instituição terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro.

MECANISMOS DE GOVERNANÇA - conjunto de práticas de liderança, de estratégia e de controle que devem ser adotados pela UFT para que as funções de governança referentes à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento institucional sejam executadas de forma satisfatória.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - resultado que a instituição pretende atingir dentro de um determinado período de tempo. No caso do PDI tais resultados deverão ser alcançados até 2030.

RISCO – medido em termos de impacto e probabilidade, é o efeito das incertezas nos objetivos da instituição.

RISCO INERENTE - é o risco intrínseco à atividade que está sendo realizada, está presente no estado atual das coisas, antes da adoção de medidas de resposta ao risco.

TOLERÂNCIA AO RISCO – representa a aplicação do apetite ao risco a um objetivo específico. A tolerância é tática e operacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura matricial do PDI (NAUS)	21
Figura 2 – Execução do PDI por eixo entre os anos 2021 a 2025.	22
Figura 3 – Porcentagem de alcance das ações de mitigação de riscos PDI 2021–2025	23
Figura 4 – Descrição das etapas de construção do PDI, 2024 e 2025	25
Figura 5 – Linha do tempo de trabalho para construção do PDI	25
Figura 6 – Processo metodológico de construção do PDI 2026–2030.	28
Figura 7 – Posicionamento dos Câmpus da UFT no mapa do Tocantins.	64
Figura 8 – Consolidação de matrículas e investimentos (até 2025)	72
Figura 9 – Programas e projetos de assistência estudantil da Proest em 2025	89
Figura 10 – Resultados das ações, programas e projetos de assistência estudantil em 2025..	90
Figura 11 – Estrutura organizacional da UFT (clique aqui para ampliar a imagem)	98
Figura 12 – Estrutura hierárquica de planejamento e governança institucional da UFT	107
Figura 13 – Lógica da arquitetura de planejamento da UFT	107
Figura 14 – Modelo integrado de planejamento, gestão e execução da UFT	108
Figura 15 – Mapa estratégico da UFT	111
Figura 16 – Cadeia de valor	113
Figura 17 – Evolução dos indicadores de governança do TCU na UFT	121
Figura 18 – Estrutura de governança da UFT (miniatura ilustrativa; clique no link)	124
Figura 19 – Quantitativo de ativos imateriais protegidos da UFT	171
Figura 20 – Oferta tecnológica empreendida pela UFT	171
Figura 21 – Atividades de formação	172
Figura 22 – Composição – perfil do corpo docente	196
Figura 23 – Distribuição de docentes por carga horária	198
Figura 24 – Distribuição docente por titulação	201
Figura 25 – Quantidade de técnicos por classe padrão	206
Figura 26 – Distribuição de técnicos por titulação	208
Figura 27 – Distribuição de técnicos por carga horária	209
Figura 28 – Obras estratégicas em andamento	254
Figura 29 – Aquisições e obras futuras	254
Figura 30 – Imagem da maquete do projeto do Hospital Universitário (HU)	258
Figura 31 – Infraestrutura e capacidade física: CESA-UFT	260

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escala para classificação de desempenho das ações do PDI	23
Tabela 2 – Resultados de indicadores por eixo do PDI 2021–2025	26
Tabela 3 – Evolução das matrículas na Educação no Tocantins (2019–2023)	45
Tabela 4 – Matrículas no Ensino Superior no Tocantins por modalidade (2019–2023)	45
Tabela 5 – Cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos nos Câmpus	61
Tabela 6 – Unidades Gestoras – UG	117
Tabela 7 – Projeção orçamentária para o próximo quinquênio	126
Tabela 8 – Descrição da situação atual	201
Tabela 9 – Carreira de Magistério Superior.....	202
Tabela 10 – Número de seguidores nas redes sociais da UFT	222
Tabela 11 – Estrutura física da Universidade	229
Tabela 12 – Espaço físico das Bibliotecas	230
Tabela 13 – Dados relativos a títulos e exemplares das bibliotecas da universidade	239
Tabela 14 – Distribuição geral do acervo das bibliotecas da universidade por área de conhecimento	240
Tabela 15 – Quadro de pessoal	240
Tabela 16 – Data Center e Salas Técnicas atuais	249
Tabela 17 – O que se pretende adquirir PDI 2026–2030	250
Tabela 18 – Parque Tecnológico, quantitativo atual	252
Tabela 19 – O que se pretende adquirir – PDI 2026–2030	252
Tabela 20 – Recurso de audiovisual existente da UFT	262

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu Oferecidos	5
Quadro 2 – Distribuição dos Cursos Presenciais de Graduação por Campus	5
Quadro 3 – Relação de Núcleos Aprovados em Atividades da UFT	5
Quadro 4 – Relação de Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão	5
Quadro 5 – Soluções Tecnológicas Comuns aos Câmpus e Reitoria	13
Quadro 6 – Soluções Tecnológicas Comuns aos Câmpus e Reitoria para Adquirir no PDI 2026–2030	13
Quadro 7 – Siglas das Soluções Tecnológicas	13

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....	16
2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	19
2.1 Resultados do PDI Anterior (2021-2025).....	19
2.2 Metodologia do Processo de Construção do PDI 2026-2030	25
3 PERFIL INSTITUCIONAL	30
3.1 Evolução Histórica da Universidade Federal do Tocantins.....	30
3.2 Inserção Regional	37
3.2.1 Desenvolvimento humano dos municípios Tocantinenses	38
3.2.2 Contribuições socioeconômicas, tecnológicas e culturais	40
3.2.3 Caracterização Educacional da Região	41
3.3 Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos	44
3.3.1 Missão da UFT	44
3.3.2 Visão da UFT	44
3.3.3 Valores da UFT	45
3.3.4 Objetivos Estratégicos e Táticos da UFT	45
4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	49
4.1 Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais	49
4.2 Perfil do Corpo Discente.....	50
4.3 Organização Didático-Pedagógica da Instituição	52
4.3.1 Inovações consideradas significativas.....	53
4.3.2 Número e natureza dos cursos e respectivas vagas	58
4.3.3 Unidades e câmpus para oferta de cursos presenciais.....	63
4.3.4 Incorporação de recursos tecnológicos e Inovação Pedagógica	66
4.4 Políticas Acadêmicas	67
4.4.1 Políticas de ensino para os cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu)	68
4.4.1.1 Políticas de Estágio	72
4.4.1.2 Política de acompanhamento dos egressos.....	75
4.4.2 Políticas Institucionais de Pesquisa e Iniciação Científica	76
4.4.2.1 Comitês Científicos	82
4.4.2.2 PIBIC/PIVIC	82
4.4.2.3 Grupos de Pesquisa	82
4.4.2.4 Núcleos de Pesquisa e Extensão.....	83
4.4.2.5 Institutos	85
4.4.2.6 Sistema de Gestão de Projetos Universitários (GPU)	86
4.4.2.7 Editais	87
4.4.2.8 Editora	87
4.4.2.9 Centro de Pesquisa e Ecoturismo Canguçu (CPC).....	88
4.4.2.10 Coleções Científicas e Acervos Institucionais	89
4.4.2.11 Concepção de Pesquisa, Incorporação ESG, Integração com Graduação, Extensão e Parque Tecnológico	91
4.4.3 Políticas institucionais para a Extensão	92
4.4.3.1 Curricularização da Extensão e Formação Discente	93
4.4.3.2 Saúde e Bem Viver na UFT	95
4.4.3.3 Histórico Institucional e Consolidação da Saúde e Bem Viver na UFT	96
4.4.3.4 Esporte e Comunidade na UFT	96
4.4.3.5 Arte e Cultura na UFT	97

4.4.3.6 Inovação Social na UFT	97
4.4.4 Políticas de responsabilidade social (educação em direitos humanos)	97
4.4.5 Políticas de Acessibilidade Acadêmica	99
4.4.6 Políticas institucional para internacionalização	100
4.4.7 Políticas de atendimentos aos discentes	103
4.4.8 Políticas de Ações Afirmativas	107
4.5 Políticas de Educação a Distância (EaD)	108
4.5.1 Breve histórico da EaD na UFT	109
4.5.2 Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFT)	109
4.5.2.1 Polos de Educação a Distância	110
4.5.3 Biblioteca Virtual	110
4.5.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem	111
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO	112
5.1 Órgãos colegiados	114
5.2 Unidade de Auditoria Interna (AUDIN)	116
5.3 Reitoria	117
5.4 Pró-reitorias e Superintendências	118
6 GESTÃO INSTITUCIONAL	123
6.1 Planejamento Estratégico Institucional	123
6.2 Análise SWOT e Direcionamento Estratégico	126
6.3 Mapa estratégico	128
6.4 Metas e Indicadores	129
6.5 Cadeia de Valor	130
6.6 Modelo de Gestão	131
6.7 Capacidade e Sustentabilidade Financeira	133
6.8 Planejamento Orçamentário e Financeiro	133
6.9 Demonstração da Sustentabilidade Financeira	135
7 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL, GESTÃO DE RISCOS E ABORDAGEM ESG	137
7.1 Gestão de Riscos	140
7.2 Estrutura de Governança	142
7.3 Integração Intersetorial das Pró-Reitorias e Unidades Gestoras	143
7.4 Processos de Tomada de Decisão e Responsabilidades	144
7.4.1 UFT em números	148
7.5 Integridade	145
7.5.1 Unidade de Gestão da Integridade (UGI)	146
7.5.2 Comissão de Ética	146
7.5.3 Ouvidoria	147
7.5.4 Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPAD)	147
7.5.5 Câmara de Mediação, Conciliação de Conflitos, Enfrentamento ao Racismo e Assédio (CAMU)	148
7.6 Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção	148
7.7 Continuidade de Negócios	150
7.8 Transparência e Acesso à Informação	151
7.8.1 Transparência Passiva: O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	153
7.9 Dimensões ESG no Modelo de Governança Institucional	153
7.9.1 Eixo ESG - Governança	155
7.9.2 Eixo ESG - Social	155
7.9.2.1 Inclusão, Equidade e Direitos Humanos	168
7.9.2.2 Acolhimento Institucional e Bem Viver	174
7.9.2.3 Valorização da Diversidade Cultural, Identitária e Patrimônio Cultural	175

7.9.2.4	Assistência Estudantil e Permanência	176
7.9.2.5	Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social.....	178
7.9.2.6	Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho	180
7.9.3	Eixo ESG - Ambiental	183
7.9.3.1	Gestão Climática, Recursos Naturais e Energia Renovável.....	184
7.9.3.2	Infraestrutura Sustentável e Economia Circular.....	185
7.9.3.3	Políticas Ambientais.....	185
7.9.3.4	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) na UFT	186
7.9.3.5	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na UFT	188
8	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	190
8.1	Política de Acessibilidade	190
8.2	Políticas de Inovação, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo	191
8.2.1	Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI)	196
8.3	Políticas de Gestão Administrativa e Financeira	198
8.4	Políticas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.....	201
8.5	Política de Tecnologia da Informação, Comunicação e Transformação Digital	205
8.6	Política de atendimento às exigências legais de segurança predial	209
8.7	Plano de Dados Abertos (PDA)	210
8.8	Plano de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	211
8.9	Plano de Negócios da Auditoria Interna	212
8.10	Plano de Logística Sustentável (PLS).....	214
9	CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CURSOS	219
9.1	Situação Atual da Oferta de Cursos de Graduação.....	219
9.2	Cursos em Processo de Extinção	229
9.3	Cursos Novos com previsão de Implantação no Período do PDI (2026-2030).....	229
9.4	Cursos Vinculados ao PARFOR.....	230
9.5	Demonstrativo de Capacidade de Atendimento.....	230
9.6	Cronograma de Implantação e Consolidação (2026–2030).....	231
9.7	Demonstrativo de Capacidade de Atendimento.....	232
10	PERFIL DO CORPO DOCENTE	233
10.1	Plano de carreira	233
10.2	Plano de Desenvolvimento dos Docentes.....	235
10.3	CrITÉRIOS de seleção e contratação.....	237
10.3.1	CrITÉRIOS de Seleção e Contratação Professor Substituto e Professor Convocado	237
10.4	Formação continuada docente	239
10.5	Objetivos, indicadores e metas	240
10.6	Plano de expansão do corpo docente	241
11	PERFIL DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	242
11.1	Plano de Carreira	242
11.2	CrITÉRIOS de Seleção e Contratação	247
11.3	CrITÉRIOS de Seleção e Contratação técnico-administrativo Substituto.....	247
11.4	Objetivos, indicadores e metas	248
11.5	Cronograma e plano de expansão do corpo Técnico Administrativo em Educação..	249
12	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	250
12.1	Política de Comunicação	250
12.2	Espaços e Canais Institucionais de Comunicação	251
12.2.1	Canais de Comunicação	252

12.2.1.1 Portal UFT	252
12.2.1.2 Portal da Transparência	252
12.2.1.3 Rádio UFT FM	253
12.2.1.4 Redes Sociais.....	253
12.2.1.5 Ouvidoria.....	255
12.2.1.5.1 Ouvidoria da Mulher.....	257
13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES	260
13.1 Infraestrutura Física e Instalações.....	260
13.1.1 Biblioteca	263
13.1.1.1 Políticas de Atualização e Expansão do Acervo	266
13.1.1.2 Biblioteca Virtual	267
13.1.1.3 Dados Relativos a Títulos e Exemplares do Acervo	269
13.1.2 Serviços Prestados aos Estudantes com Deficiências	271
13.1.2.1 Tecnologias e recursos específicos para surdos	275
13.1.3 Laboratórios	277
13.1.4 Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (CUICA) e Anfiteatros	279
13.1.5 Pistas de Atletismo da UFT.....	280
13.1.6 Prainha da UFT	281
13.1.7 Ginásio de Esporte, espaços para prática de esportes, cultura, áreas de lazer e convivência	282
13.1.8 Casas do Estudante.....	284
13.1.9 Restaurantes Universitários.....	284
13.1.10 Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPIC).....	286
13.1.11 Viveiro Florestal.....	286
13.1.12 Fazenda Experimental.....	287
13.2 Infraestrutura Tecnológica	288
13.2.1 Data Center / Salas Técnicas.....	290
13.2.2 Parque Tecnológico.....	292
13.2.3 Conectividade / Internet	293
13.2.4 Soluções Tecnológicas	295
13.2.5 Lista de Serviços de TIC	298
13.2.6 Plano de expansão de equipamentos de TIC:.....	300
13.3 Recursos de Audiovisual e Ambientes e Produção	302
13.3.1 Rádio UFT FM.....	304
13.3.2 TV UFT.....	305
13.3.3 Ambientes de Produção Audiovisual	306
13.3.3.1 Núcleo de Produção Digital Isabel Auler (NPD)	307
13.3.3.2 Recursos de Audiovisual	309
13.4 Infraestrutura de Promoção de Acessibilidade	312
13.5 Expansão da Infraestrutura (obras em andamento e futuras).....	313
14 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	324
14.1 Metodologia de Avaliação	324
14.2 Alinhamento das recomendações da CPA no PDI (2026-2030).....	329
REFERÊNCIAS	333
ANEXOS	337
Anexo I – Detalhamento das ações da Universidade Federal do Tocantins	337
Ficha Técnica de Ações em cinco Eixos	337
Anexo II– Detalhamento dos Indicadores e Metas da Universidade Federal do Tocantins	

.....	337
Anexo III– Quadro Planejamento da Oferta de Cursos da UFT (Projeção)	337

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI constitui-se como instrumento de orientação, integração e compromisso coletivo da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com a comunidade interna e externa, para o período de cinco anos, com vigência de 2026 a 2030. Mais do que um documento normativo, o PDI expressa uma visão compartilhada de futuro, construída de forma estratégica a partir da escuta qualificada, da reflexão crítica e do aprendizado institucional acumulado ao longo dos ciclos anteriores de planejamento.

Sua finalidade central é orientar a atuação da UFT, estabelecendo diretrizes, objetivos, ações e metas capazes de alinhar o projeto acadêmico, administrativo e social da instituição às demandas contemporâneas da educação superior pública.

Este novo PDI incorpora uma forma renovada de pensar a universidade pública, integrando planejamento estratégico, gestão universitária, avaliação institucional, sustentabilidade e responsabilidade social em uma lógica sistêmica e articulada.

A estrutura do documento foi organizada de modo a associar as políticas institucionais às unidades de gestão, distribuídas em eixos estratégicos, incorporando de forma transversal o compromisso com a sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG). Essa abordagem fortalece a capacidade da UFT de responder, com coerência e responsabilidade, às demandas regionais e da sociedade tocantinense.

Essa opção metodológica reflete fatores centrais que motivaram a elaboração do PDI, tais como o amadurecimento institucional, as exigências dos órgãos de avaliação e controle, as transformações tecnológicas e sociais e a necessidade de maior integração entre políticas, ações e resultados.

Ao longo de sua construção, buscou-se aproximar o planejamento da realidade institucional já vivenciada e consolidada, de forma que o PDI (2026-2030) refletisse o cotidiano dos câmpus, a diversidade dos territórios, as especificidades acadêmicas e administrativas e os desafios enfrentados por toda a comunidade universitária. Essa aproximação assegura que os objetivos definidos estejam diretamente conectados às ações institucionais, fortalecendo a coerência entre o planejamento formal e as práticas efetivamente desenvolvidas.

Assim, este documento é fruto de um processo coletivo, colaborativo e democrático, envolvendo diversos atores institucionais comprometidos com a promoção de uma sociedade sustentável e equânime, sem abrir mão do rigor metodológico exigido pelas instâncias de avaliação, controle e monitoramento. Sua abrangência contempla câmpus, unidades acadêmicas e administrativas da UFT, alcançando as dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão, da

inovação, da assistência estudantil, da infraestrutura e gestão universitária.

A sustentabilidade ocupa um lugar de destaque neste novo ciclo, não apenas como diretriz, mas como princípio basilar, orientando decisões acadêmicas, administrativas e orçamentárias, ratificando assim o compromisso da UFT com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda (ODS) 2030, integrados nas políticas de ensino, pesquisa, extensão, inovação, assistência, infraestrutura e gestão universitária.

Com este PDI, a UFT consolida um plano de educação pública de qualidade, inclusiva, sustentável e socialmente referenciada, inserindo pessoas, tecnologias, território e um horizonte de transformações no centro das decisões. O documento organiza e apresenta, de forma sistematizada, o conjunto de políticas institucionais, diretrizes estratégicas, ações estruturantes, metas e indicadores que orientarão a atuação da universidade ao longo de sua vigência.

O processo de elaboração do PDI (2026-2030) foi planejado, organizado e estruturado em etapas claras, bem definidas e complementares, iniciado a partir da definição metodológica e a estruturação do plano de ação, seguida do diagnóstico institucional, fundamentado em dados e relatórios internos, normativas legais, contribuições da comunidade acadêmica, diretrizes dos marcos regulatórios da educação superior e boas práticas de planejamento e governança universitária. Na sequência, desenvolveu-se a fase de construção coletiva das políticas, diretrizes, ações e metas, culminando na sistematização e consolidação final deste documento.

Os desafios estratégicos definidos neste plano, refletem a maturidade institucional alcançada pela UFT. Eles dialogam com a busca constante pela forma de pensar uma educação superior, baseada na inclusão social, qualidade de vida sustentável, na inovação e tecnologia, pelo fortalecimento da internacionalização e ainda na consolidação de uma governança pública responsável, transparente e orientada por resultados. Isso posto, resume o compromisso ético e social que a UFT carrega, expresso nas políticas de ações afirmativas, acessibilidade, assistência estudantil e na valorização da diversidade.

A educação inovadora permanece como eixo estruturante e basilar, agora ampliada pela integração consciente e responsável de tecnologias digitais, metodologias híbridas e recursos de inteligência artificial a serviço da formação interdisciplinar humana, crítica e cidadã.

A inovação também se manifesta na transferência de conhecimento e no desenvolvimento territorial, ganhando consistência ao articular-se com a extensão universitária, a pesquisa aplicada, a economia solidária e a sustentabilidade.

A governança universitária, alinhada a um objetivo comum, integra e sustenta de forma transversal os eixos e suas diretrizes, fortalecendo o planejamento orientado por evidências, a gestão de riscos, o monitoramento de indicadores e a avaliação contínua, em consonância com as

orientações dos órgãos de controle, valorizando a transparência, a participação social e a responsabilidade pública.

É importante ressaltar que a elaboração deste PDI ocorreu em um contexto institucional desafiador, marcado pelo processo de escolha da nova gestão superior da UFT. A construção, discussão e sistematização do plano desenvolveram-se concomitantemente ao período eleitoral e à posterior transição administrativa, exigindo maturidade institucional, responsabilidade coletiva e compromisso com a continuidade das políticas públicas universitárias.

Esse contexto reforçou a relevância do PDI, assegurando que as diretrizes, objetivos e ações estabelecidos resultassem de um processo técnico, participativo e orientado por evidências, preservando a institucionalidade da UFT.

Ao final desse percurso, o PDI consolida-se como um documento vivo, que orienta, conecta e inspira. Não inaugura um processo isolado, tampouco interrompe o planejamento em curso, mas agrega e inaugura um novo ciclo de aprendizagem institucional e de aprimoramento contínuo das boas práticas educacionais e de gestão universitária.

2 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1 Resultados do PDI Anterior (2021-2025)

A seguir será apresentado um resumo geral dos resultados do PDI 2021–2025 da UFT (maiores detalhes no link Relatório: <https://l1nq.com/2b6uP>). O PDI 2021–2025 foi estruturado conforme figura 1, constando 5 eixos, 51 diretrizes e 755 ações, sendo que os resultados expostos a seguir apresentam a lógica da média aritmética das porcentagens das ações alcançadas dentro das diretrizes, e das diretrizes dentro de cada eixo. Os dados utilizados são provenientes do Sistema NAUS (software de gestão da UFT), abrangendo o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2025.

Figura 1. Estrutura matricial do PDI (NAUS)



Fonte: dados PDI-UFT (2021-2025)

Os eixos foram divididos e estruturados em cinco grupos, descrito da seguinte forma:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas
- Eixo 4 - Políticas de Gestão
- Eixo 5 - Infraestrutura Física

Para efeito de classificação dos resultados obtidos, foi considerada a escala descrita na Tabela 1, sendo o desempenho de 80% a 100% um desempenho ótimo.

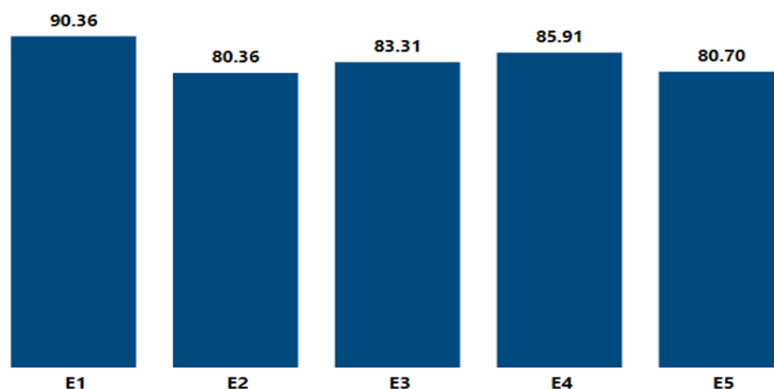
Tabela 1. Escala para classificação de desempenho das ações do PDI

Desempenho no PDI	Classificação
0 a 20%	Desempenho inexpressivo
20,1 a 50%	Desempenho ruim
50,1% a 80%	Desempenho bom
80,1% a 100%	Desempenho ótimo

Fonte: Dados NAUS/UFT período de 2021-2025.

De modo geral, o desempenho institucional da UFT no PDI é classificado como ótimo, com média de execução de 83,91%, indicando um elevado grau de cumprimento das ações previstas e contribuindo para a consolidação dos objetivos institucionais estabelecidos. A Figura 2 evidencia a execução dos eixos do PDI entre os anos de 2021 a 2025.

Figura 2 - Execução do PDI por eixo entre os anos 2021 a 2025.



Fonte: Dados NAUS/UFT período de 2021-2025.

A avaliação por eixos e diretrizes permitiu identificar tanto os avanços institucionais quanto as áreas que demandam maior atenção, para serem consideradas no presente PDI.

O Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional, apresentou um desempenho ótimo, com exceção da diretriz relacionada à autoavaliação institucional (Diretriz D1.3), que embora seja considerado um bom desempenho, ficou abaixo das demais diretrizes, no qual alcançaram resultados superiores a 81% (desempenho ótimo).

No Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional, observou-se desempenho global classificado como ótimo, com assimetrias relevantes entre as diretrizes, especialmente nas ações vinculadas à Educação a Distância (EaD) e à organização das tecnologias educacionais, o que indica a necessidade de fortalecimento institucional dessa área no presente PDI. Apesar disso, as ações vinculadas aos mecanismos de governança, auditoria e controle apresentaram elevados níveis de cumprimento.

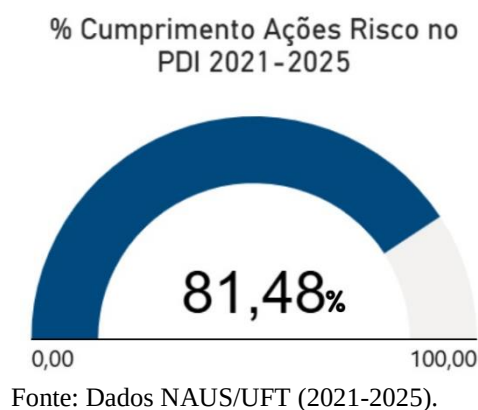
O Eixo 3 – Políticas Acadêmicas apresentou desempenho global classificado como ótimo, refletindo a consolidação das políticas de ensino, pesquisa, extensão, internacionalização e comunicação institucional. Contudo, foram identificadas fragilidades pontuais, sobretudo na Diretriz 3.7 – acompanhamento dos egressos, e em ações relacionadas à pós-graduação stricto sensu, classificadas como de risco e não executadas dentro do período previsto, o que requer reavaliação e reprogramação no próximo ciclo.

No Eixo 4 – Políticas de Gestão, apesar de apresentar um ótimo desempenho, as diretrizes D4.4 – Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância, e a diretriz D 4.6 – Sistema de controle de produção e distribuição de material didático, devem ser melhor consideradas no presente PDI.

No Eixo 5 – Infraestrutura Física, embora o desempenho global seja classificado como bom a ótimo, verificou-se heterogeneidade significativa entre as diretrizes, com destaque aos baixos desempenhos alcançados nas diretrizes: D 5.4 – Sala de Professores; D 5.5 – Espaços para atendimento aos discentes; D 5.13 – Estrutura dos polos EaD e D 5.2 – Salas de aula.

Na Figura 3 a seguir pode ser observado o alcance obtido nas ações que envolviam mitigação de riscos. Observa-se que a UFT apresentou um desempenho ótimo no gerenciamento de riscos, com um alcance de cumprimentos de ações (81,48 %).

Figura 3 - Porcentagem de alcance das ações de mitigação de Riscos PDI (2021-2025)



Em síntese, os resultados indicam que a UFT avançou de forma consistente na implementação do PDI 2021–2025, consolidando processos estratégicos, acadêmicos e administrativos. Entretanto, os desafios estruturais, especialmente nas áreas de infraestrutura, acessibilidade, EaD, pós-graduação e atendimento às recomendações de auditoria, devem ser incorporados de forma prioritária na formulação do próximo Plano de Desenvolvimento Institucional, de modo a assegurar maior equilíbrio, efetividade e sustentabilidade

institucional.

Em relação aos indicadores, a Tabela 2 apresenta um resumo dos indicadores previstos no PDI 2021-2025.

Tabela 2 - Resultados de indicadores por eixo do PDI 2021-2025.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL			
INDICADOR	VALOR INICIAL (2021)	RESULTADO 2025	META 2025
Atendimento das recomendações da CPA	17,00%	80%	70,00%
Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação	5,37%	4,75%	10,00%
Benefícios financeiros das recomendações da Audin	R\$ 72.066,28	R\$ 4.400,00	50%
Índice de governança pública - iGovPub	53,90%	80,80%	90%
Nível de maturidade	18,49%	32,27%	65%
Nível de risco estratégico	35,5	18%	8
Índice Integrado de Governança e Gestão - iGG	44,10%	77,40%	90%
Conceito Institucional	4	4	4
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL			
INDICADOR	VALOR INICIAL (2021)	RESULTADO 2025	META 2025
Cumprimento das recomendações da Audin	50,93%	48,37%	80,00%
Alunos da graduação à distância	295,6	1625	0
% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos	2,67%	3,63%	5%
Mecanismos geradores de empreendimentos	11	21	15
% cumprimento das diretrizes de assistência estudantil do PDI 2021 - 2025	12,37%	83,80%	100%
% cumprimento das diretrizes de extensão do PDI 2021 - 2025	9,98%	86,01%	100%
% cumprimento das diretrizes de ensino do PDI 2021 - 2025	11,67%	76,60%	100%
% cumprimento das diretrizes de pesquisa do PDI 2021 - 2025	8,65%	82,56%	100%
Cumprimento das recomendações da CGU	50,00%	48,57%	50,00%
Capacidade de interação em PD&I	81	75	100
EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS			
INDICADOR	VALOR INICIAL (2021))	RESULTADO 2025	META 2025
Taxa de Evasão Acumulada	40.03%	47,79%	30,00%
Taxa de Evasão no ano	4,08%	17,90%	15%
Taxa de Sucesso da Graduação - TSG	29,55%	47,27%	45%
Taxa de Retenção	20,83%	21,31%	10%
Índice Geral de Cursos - IGC	4	4	5
% de curso com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI	0%	77,20%	100%
Conceito Capes	3,33	4,13	7
Taxa de discentes envolvidos com pesquisa	8.56%	4,48%	10
% cursos de pós-graduação classificados como ótimo e muito bom na avaliação da capes no critério internacionalização	16,67%	34,09%	33,00%

Índice de respostas da Ouvidoria dentro do prazo	94,90%	100%	90%
Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação Stricto Sensu - GEPG	0,06	0,09	0,09
Percentual (taxa) de docentes envolvidos em atividades extensão	59%	65,63%	80%
Quantidade anual de atividades de extensão, por modalidade	285	665	580
Total de técnicos envolvidos em atividades de extensão	5,10%	22,08%	7%
Alunos da graduação presencial	257,2	8271	-----
Taxa de docentes envolvidos com pesquisa	8,77%	52,66%	50%
Percentual de recursos destinados a Programas Internos da UFT	30,78%	18,59%	35%
% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how)	0%	0%	1,5%
% atendimento de alunos pelos programas de assistência estudantil	33%	72%	45%
% de alunos atendidos pelos programas de assistência estudantil da UFT com auxílio financeiro	33%	17%	30%
% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	0	53%	45%
Auxílios concedidos	27241	17179	15000
Espaços para assistência estudantil	5	9	10
Estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil	3695	1570	4200
% de alunos indígenas e quilombolas formados	5,42%	6,5%	5%
% de cursos com creditação da extensão instituída	0	77,20%	80%
% de cursos de graduação com conceitos ENADE 4 e 5	22,50%	Não saiu Enade	30%
% de cursos de graduação com CPC 4 e 5	30%	56,09%	40%
Alcance da EaD	16,54%	15,82%	20%
% de cursos de pós-graduação nível mestrado com Conceito 4 ou 5	36,84%	66,67%	60%
Percentual de estudantes envolvidos em atividades de extensão	68,02%	66,36%	100%
Público (diretamente) beneficiado por atividades de extensão, por modalidade, desenvolvidas no ano pela Ifes	190762	297137	-----
Percentual de vulnerabilidade socioeconômica dos alunos atendidos pela assistência estudantil	86,00%	74,00%	80%
EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO			
INDICADOR	VALOR INICIAL (2021)	RESULTADO 2025	META 2025
Índice de afastamento de docentes por questão de saúde	4,96	4,01	5
Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde	5,16	8,73	5
Índice de atendimento do PLS	0	20%	25%
Índice de capacidade em gestão de contratações - iGest Contrat	43%	75,50%	90%
Índice de governança e gestão de contratações - iGovContrat	51,40%	81,10%	90%
Índice de capacidade em gestão de pessoas - iGestPessoas	50,10%	73,40%	60%
Índice de governança e gestão de pessoas - iGovPessoas	51,50%	82,20%	60%
Capacitação da Audin	47	98	40

EIXO 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA			
INDICADOR	VALOR INICIAL (2021)	RESULTADO 2025	META 2025
% acessibilidade digital no portal de informações da UFT	0	79,12%	90%
Índice de capacidade em gestão de TI - iGestTI	33%	71,70%	60%
Índice de governança e gestão de TI - iGovTI	37,20%	85,30%	60%
Maturidade do CGD	0	20	20
% acessibilidade arquitetônica na UFT	-	73,30%	80%

Fonte: Elaborado pela DIPLAN, 2025. Link de acesso: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento>Fonte: * Última medição do indicador do TCU em 2024. *; Houve mudança na fórmula do cálculo; **No período de pandemia não houve desvinculação de matrícula dos alunos evadidos.

Os resultados do PDI 2021–2025 indicam que a instituição percorreu uma trajetória consistente de amadurecimento institucional, especialmente nos campos da governança, da gestão administrativa e da organização acadêmica, ainda que com assimetria entre eixos e indicadores, conforme destacado nos Relatórios de Gestão 2021 a 2025 (link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>):

No **Eixo 1 de Planejamento e Avaliação Institucional**, observa-se avanço expressivo na internalização das recomendações da CPA e na consolidação dos sistemas de governança, com elevação significativa dos índices iGovPub e iGG e manutenção do Conceito Institucional, embora persistam fragilidades na participação da comunidade acadêmica nos processos avaliativos e na consolidação da maturidade plena de governança, destacando:

- **Maturidade de Governança:** O Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG) do TCU saltou de 44,1% em 2021 para 77,4% em 2024. O índice de maturidade de riscos subiu de 18,49% (inicial) para 37,87% (básico) em 2023.
- **Gestão de Riscos:** O nível de risco estratégico foi reduzido em 49%, com o risco residual caindo para 18 em 2025.
- **Avaliação Interna:** O atendimento das recomendações da CPA cresceu de 17% para 80%.
- **Sistemas Próprios:** Desenvolvimento e patenteamento do sistema NAUS para gestão e governança.

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional apresentou evolução pontual, com destaque para o fortalecimento de mecanismos de empreendedorismo e a ampliação da captação de recursos por serviços técnicos, mas manteve limitações estruturais na implementação de recomendações dos órgãos de controle e na consolidação das diretrizes finalísticas do PDI. Dentre as ações de destaque:

- **Inovação e Empreendedorismo:** Criação da Agência de Inovação (InovaTO) em 2022. Institucionalização da EMBRAPPI de Bioindústria e Bioinsumos.
- **Parque PEQUI:** Aprovação do projeto junto à Finep com investimento de R\$ 14,99 milhões para uma área de 1.300 m² em Palmas. O parque focará em Agrotecnologias, Biotecnologia e Tecnologia de Alimentos.
- **Expansão da EAD:** O número de alunos de graduação a distância evoluiu de 295 para 1.625.
- **Escola de Extensão:** Início formal das atividades em 2022.

No âmbito das **Políticas Acadêmicas, Eixo 3** os resultados revelam expansão qualitativa e quantitativa, evidenciada pelo aumento da Taxa de Sucesso da Graduação, pela atualização dos PPCs, pela institucionalização da extensão e pela melhora nos indicadores da pós-graduação, coexistindo, contudo, com desafios críticos relacionados à evasão, à retenção discente, à sustentabilidade da assistência estudantil financeira e à baixa captação de recursos por transferência de tecnologia.

- **Sucesso Escolar:** A Taxa de Sucesso da Graduação (TSG) subiu de 29,55% para 47,27%.
- **Curricularização da Extensão:** Atingiu 80,7% dos cursos (46 de 57) até 2025.
- **Qualidade do Ensino:** O percentual de cursos com CPC 4 e 5 subiu de 30% para 56,09%. Destaques para Psicologia, Pedagogia e Teatro com nota máxima (Conceito 5) e Administração com nota 4.
- **Pós-Graduação:** A média dos conceitos subiu de 3,33 para 4,13. Cursos de mestrado com nota 4 ou 5 passaram de 36,84% para 66,67%. Os programas de Produção Vegetal, Desenvolvimento Regional, Modelagem Computacional atingiram nota máxima em 2023 e 2025.
- **Criação de Monitoria** para acolhimento de filhos(as) de estudantes, mães indígenas, de curso intercultural com filhos menores de idade durante o período das atividades acadêmicas nos câmpus de Miracema e Palmas. A inclusão de estudantes da **pós-graduação na política de assistência estudantil** por meio da concessão de subsídio para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

As **Políticas de Gestão, Eixo 4** destacam-se como o eixo de maior maturidade, com superação das metas nos indicadores de governança e capacidade em gestão de pessoas e

contratações, contrapondo-se ao aumento do afastamento por motivos de saúde entre técnicos administrativos e ao atendimento parcial da agenda de sustentabilidade institucional. Dentre os avanços, estão:

- **Eficiência Financeira:** O Índice de Gestão Orçamentária saltou de 37,9% para 85,4%.
- **Gestão de Pessoas:** Criação da Escola de Desenvolvimento de Servidores (EDS) e consolidação do Programa de Gestão por Desempenho (PGD). Os índices de governança de pessoas (82,2%) e de contratações (81,1%) mostraram forte evolução.
- **Direitos Humanos:** Criação da CAMU (Câmara de Mediação e Enfrentamento ao Racismo) em 2024 e da Rede de Cidadania itinerante, bem como implantação da Ouvidoria da Mulher.
- Lançamento da **Plataforma "UFT em Números"**: quantificar precisamente o corpo discente, identificar taxas de evasão e retenção, e caracterizar demograficamente nossa comunidade acadêmica.

Por fim, a **Infraestrutura Física, no Eixo 5** apresentou avanços relevantes na governança, gestão de TI e na acessibilidade digital, porém manteve déficit significativo em acessibilidade arquitetônica, configurando um desafio prioritário. Dentre as ações, destacam-se:

- **Transformação Digital:** O iGovTI cresceu de 37,2% para 85,3%, ocorreu o início da migração para o sistema SUAP.
- **Obras e Saúde:** Conclusão da licitação do Hospital Universitário (HU) por R\$ 238 milhões. Entrega do prédio do Hub de Inovação em Palmas. Capacidade Instalada: Consolidação de 125.000 m² de área edificada, 338 laboratórios, expansão da energia fotovoltaica e internet de 1 Gbps em todos os câmpus. Construção do prédio da Reitoria. Reforma da Clínica-Escola de Especialidades em Saúde (CESAU/UFT). Conclusão dos laboratórios de Engenharias, Teatro e Jornalismo. Conclusão dos Prédios dos Restaurantes Universitários nos câmpus. Início da implantação da Casa do Estudante no Campus de Palmas a partir da Cessão de um imóvel pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU); Construção do Ginásio poliesportivo no Campus de Palmas com previsão de inauguração em 2026.;

Avanços Relativos à Educação 4.0

A Educação 4.0 foi integrada como pilar central para modernizar o ensino e a tecnologia, conforme destacado nos Relatórios de Gestão 2021 a 2025 (link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>):

- **Modernização de PPCs:** A institucionalização de tecnologias 4.0 nos Projetos Pedagógicos de Curso saltou de 0% para 77,2%. Uso da tecnologia PPC+ para agilizar as atualizações.
- **Inovação Pedagógica:**
 - **InovaUFT:** Evento que capacitou servidores em IA Generativa (ChatGPT), gamificação e recursos digitais.
 - **PIIP:** Implementação de todos os 39 projetos de inovação pedagógica planejados até 2025.
- **Ecossistema Digital:**
 - **Moodle "Virtual":** Implementação de arquitetura multiescola com ambientes personalizados.
 - **Bibliotecas 4.0:** Adoção do sistema Pergamum e da plataforma "Minha Biblioteca" (streaming de e-books).
 - **Diploma Digital:** Implementação total de diploma digital para graduação a partir de 2022.
- **Novas Tecnologias e Cursos:** Desenvolvimento do robô Nico (IA para alunos com TEA). Oferta de especializações em Ciência de Dados; Inovação Pedagógica na Educação Digital e Gestão de TI com participação de servidores.
- **Laboratórios Avançados:** Modernização do Laboratório de Fabricação (LABTEC) e criação de laboratórios de prototipagem de alta tecnologia.

Premiações e Reconhecimentos Externos

A UFT obteve destaque nacional em diversas frentes de atuação, conforme destacado nos Relatórios de Gestão 2021 a 2025 (link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>):

- **Selo ODS Educação (2023, 2024, 2025):** Certificação pelo Instituto Selo Social pelo alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, a última premiação com 18 iniciativas aprovadas em 2025.
- **3º Prêmio Prioridade Absoluta (CNJ):** 1º lugar na categoria "Universidades" pelo projeto Espaço Lúdico Pedagógico em 2023.
- **Prêmio Darcy Ribeiro de Educação (2023):** Concedido pela Câmara dos Deputados à Universidade da Maturidade (UMA), inédito no Tocantins.
- **Prêmio Direitos Humanos Luiz Gama & Esperança Garcia (2025):** Vencido pela UMA (MDHC).
- **Prêmio Fieto de Inovação:** Reconhecimento com 4 projetos vencedores.
- **Prêmio IEL de Estágios:** 1º lugar na categoria "Educação Inovadora" (terceira premiação histórica da UFT nesta área).
- **FECIT (Palmas):** 4 projetos premiados na Feira de Empreendedorismo e Ciência.
- **Excelência no ENAMED (2025):** O curso de Medicina obteve Conceito 4, figurando entre os melhores do estado.

2.2 Metodologia do Processo de Construção do PDI 2026-2030

O processo de construção do novo PDI da UFT para o período de 2026 a 2030 foi estruturado de forma planejada, participativa e orientada por evidências, desenvolvendo-se ao longo do ano de 2024 e 2025. A metodologia adotada buscou assegurar legitimidade institucional, coerência estratégica e alinhamento às exigências legais avaliativas e de governança pública da educação superior federal.

A construção do PDI para o período de 2026 a 2030 se iniciou no primeiro semestre de 2024, pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP) da UFT, por meio de análises de pontos fortes e pontos fracos da metodologia utilizada na construção do PDI em vigência, associado à realidade e expectativas atuais da comunidade acadêmica.

Foi definida a metodologia de trabalho, tendo como premissa central: “construção a partir da oitiva da base, para o topo”, sendo aprovada pelo Comitê de Governança Institucional. E para desenvolver o processo de construção, foi instituída a Comissão Central de trabalho do PDI Portaria GAB/UFT nº 916, de 7 de agosto de 2024 e Portaria GAB/UFT nº 1.461/2025 de 20

de outubro de 2025, constituída pelos servidores vinculados à PROAP, demais Pró-reitorias e Superintendência de Comunicação da UFT.

A Figura 4 descreve de forma macro as etapas que foram seguidas no processo de construção do PDI 2026-2030, nos anos de 2024 e 2025.

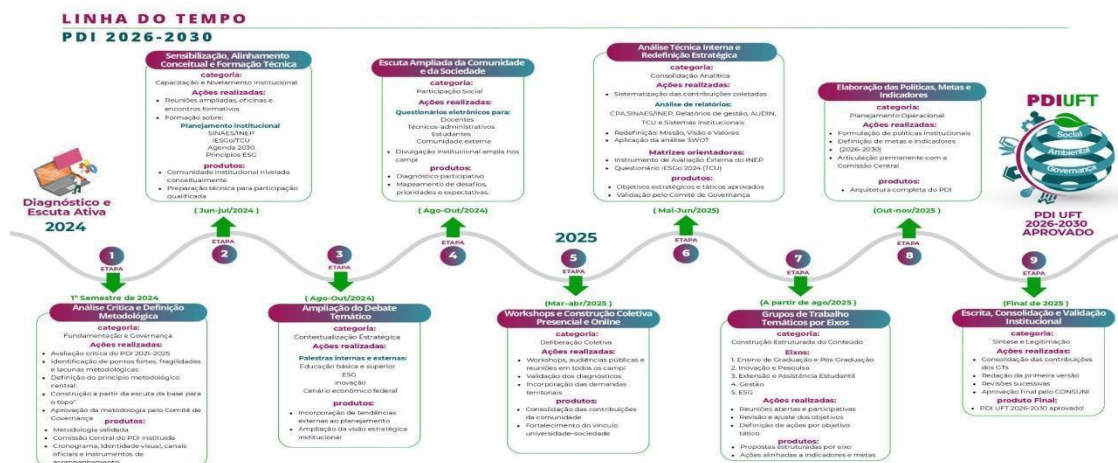
Figura 4 - Descrição das etapas de construção do PDI, 2024 e 2025.



Fonte: Elaborado pela PROAP.

Nesse mesmo processo, foram definidos o cronograma geral das atividades, os instrumentos de acompanhamento, a identidade visual (logomarca) e os canais de comunicação utilizados nas discussões, assegurando clareza, transparência e adequada coordenação em todas as etapas do trabalho. A linha do tempo da execução dos trabalhos para a construção do PDI, pode ser observada na Figura 5:

Figura 5 - Linha do tempo de trabalho para construção do PDI (2026-2030) [link](#) (clique no link para ampliação da imagem)



Fonte: Elaborado pela PROAP.

Entre os meses de junho e julho de 2024, foi realizada a etapa de sensibilização, alinhamento conceitual e formação técnica. Nesse momento, ocorreram reuniões ampliadas, oficinas e encontros formativos com gestores, lideranças acadêmicas e administrativas, com foco nos fundamentos do planejamento institucional, nos referenciais do SINAES/INEP, nas diretrizes do Tribunal de Contas da União (iESGo), na Agenda 2030, e nos princípios ESG. Essa etapa foi essencial para nivelar conceitos e preparar os participantes para as fases seguintes do processo.

Nos meses de agosto a outubro de 2024 foram realizadas 05 palestras e 10 workshops, nas áreas da educação a nível estadual e federal, sobre ESG, inovação e cenário econômico federal, com convidados internos e externos. Nesse mesmo período, teve início a escuta da comunidade acadêmica e da sociedade, por meio da aplicação de instrumentos de consulta pública. Questionários eletrônicos foram disponibilizados a docentes, técnico-administrativos, estudantes e público externo, permitindo identificar percepções sobre desafios institucionais, prioridades estratégicas e expectativas em relação ao futuro da UFT. Paralelamente, foi intensificada a divulgação institucional do processo do PDI em todos os câmpus, ampliando a participação e a transparência.

No período de março a abril de 2025, avançou-se para a fase de participação ampliada e construção coletiva, a partir de workshops, audiências públicas e reuniões presenciais e online em todos os câmpus. Esses encontros possibilitaram o aprofundamento das discussões, considerando as respostas coletadas nos questionários online, a validação das análises realizadas e a incorporação das demandas territoriais e institucionais ao planejamento estratégico, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a sociedade.

Estiveram presentes nos workshops realizados nos 5 câmpus da universidade 507 membros da comunidade interna, sendo 255 participantes discentes, 108 docentes, 107 técnicos administrativos e 37 participantes da comunidade externa.

Nos meses de abril e maio de 2025 as ações externas foram interrompidas, devido à coincidência do processo eleitoral para definição do próximo Reitor (2025 – 2029). Nesse período os trabalhos se concentraram na PROAP (avaliação interna da UFT), na organização das informações coletadas nos workshops, bem como, na análise dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), resultados do SINAES/INEP, relatórios de gestão, recomendações da Auditoria interna (AUDIN) e do Tribunal de Contas da União (TCU), dados de gestão coletados nos sistemas de monitoramento institucional.

Esse conjunto de informações, associado aos dados coletados nas palestras, subsidiou a redefinição da identidade da UFT (missão, visão e valores) assim como, a aplicação da análise SWOT, e construção dos objetivos estratégicos e táticos. E como matriz norteadora para a construção dos objetivos, foram utilizados o instrumento de avaliação externa do INEP e o questionário IESGo 2024 do TCU. Todas as ações foram discutidas e aprovadas no Comitê de Governança da instituição.

Em outubro de 2025, ocorreram as discussões e propostas de ações pelos Grupos de Trabalho (GT) temáticos, organizados por eixos estratégicos do PDI. Cada GT recebeu orientações metodológicas padronizadas, materiais de apoio e acesso aos relatórios diagnósticos, garantindo unidade conceitual e metodológica. Os eixos temáticos foram assim divididos:

- Eixo 1 - Ensino de Graduação e Pós graduação
- Eixo 2 - Inovação e Pesquisa
- Eixo 3 - Extensão e Assistência Estudantil
- Eixo 4 - Gestão
- Eixo 5 – ESG

Foram registradas 590 inscrições no total dos grupos de trabalho; em cada eixo de trabalho, os grupos foram organizados sob a coordenação de lideranças designadas pelas chefias e orientadas pela Comissão Central de Elaboração do PDI. Ao longo do processo, foram realizadas 50 reuniões *on-line*, com a participação da comunidade acadêmica previamente inscrita e com interessados que se fizeram presentes nos encontros; foram analisados os objetivos estratégicos e táticos, bem como propostas correções, aprimoramentos e inserções. E a partir deste processo foram propostas as ações a serem desenvolvidas no âmbito de cada objetivo tático, fortalecendo a construção coletiva e o alinhamento institucional do plano.

Para elaboração das propostas das ações além do material sistematizado das oitivas e relatórios de análises internas, previamente disponibilizados aos grupos de trabalho, foram adotados como matrizes orientadoras, o instrumento de avaliação externa do INEP e o questionário iESGo 2024 elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Entre outubro e novembro de 2025, os líderes dos Grupos de Trabalho juntamente com suas equipes concentraram seus esforços na elaboração das políticas institucionais, diretrizes, ações estratégicas (considerando propostas dos GTs), metas e indicadores para o período de 2026 a 2030, em articulação permanente com a Comissão Central do PDI.

Concluída essa fase, foi iniciada a escrita sistematizada do PDI, envolvendo a consolidação das contribuições dos grupos de trabalho, a organização das políticas institucionais e a harmonização dos conteúdos em um único documento. Essa etapa incluiu a elaboração da primeira versão do PDI, a incorporação das sugestões recebidas e a redação da versão final, assegurando clareza, coerência interna e alinhamento estratégico.

As propostas de ações oriundas dos Grupos de Trabalhos com a comunidade, os Workshops nos cinco Câmpus de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Miracema e Arraias, a consulta via formulário com comunidade interna e externa, recomendações da AUDIN e CPA e ações que não foram realizadas na totalidade no PDI 2021-2025, somaram um montante de 2.632 sugestões de ações. Os líderes dos grupos, que são os gestores das unidades, organizaram e agruparam essas ações em 541 ações estratégicas. Maiores informações podem ser acessadas no link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/planejamento/plano-de-desenvolvimento-institucional>

Por fim, o documento passou pelas instâncias de validação institucional, culminando com sua apreciação e aprovação pelo Comitê de Governança e Conselho Universitário. Essa etapa encerra o ciclo metodológico de construção do PDI 2026–2030 e inaugura sua fase de implementação, monitoramento e avaliação contínua, conforme os instrumentos e indicadores definidos ao longo do processo. A figura 6 representa o Processo Metodológico de Construção do PDI 2026–2030, descrito anteriormente.

Figura 6 - Processo Metodológico de Construção do PDI 2026–2030.



Fonte: Elaborado pela PROAP.

3 PERFIL INSTITUCIONAL

3.1 Evolução Histórica da Universidade Federal do Tocantins

A Universidade Federal do Tocantins é resultado de um processo singular de federalização do ensino superior no Brasil, em um estado jovem, com apenas 39 anos, marcado por extensas distâncias territoriais, baixa densidade populacional (1.586.859 habitantes), profundas desigualdades socioeconômicas e educacionais e forte dependência de profissionais oriundos de outros estados.

A UFT nasce oficialmente a partir da Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, como parte de uma política nacional de expansão universitária que visava corrigir assimetrias históricas na distribuição territorial de instituições públicas federais de ensino superior na região Norte do país, assumindo desde o início a missão de democratizar o acesso ao ensino superior público e formar quadros técnicos capazes de sustentar o desenvolvimento do estado.

A concepção de criação da UFT, surgiu a partir da reestruturação da Universidade do Tocantins (Unitins), que em 1990 havia interiorizado o ensino superior público de forma pioneira; antes vinculada ao governo estadual, seus cursos e infraestrutura foram incorporados à nova instituição federal por meio de acordos intergovernamentais e decretos executivos,

como o Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002, que atribuiu à Universidade de Brasília (UnB), a responsabilidade pela implantação da UFT.

O processo de estruturação da UFT envolveu etapas complexas de articulação institucional. Em 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação, presidida pelo professor Eurípedes Vieira Falcão, seguida, em 2002, pela designação da UnB como responsável pela condução da implantação, sob liderança do professor Lauro Morhy, então reitor da instituição. O Acordo de Cooperação firmado entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UnB viabilizou juridicamente a transição institucional, culminando na absorção dos cursos, estruturas físicas e acadêmicas da Unitins pela nova universidade federal.

A implantação efetiva da UFT ocorreu somente em maio de 2003 com a posse dos primeiros 353 docentes concursados e 152 cargos de nível superior e médio e a instalação dos câmpus em municípios estratégicos do estado: Palmas, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Araguaína e Tocantinópolis, e foram reorganizados sob um novo marco institucional: o de uma Universidade Federal estruturada nos princípios da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse momento, tratava-se de formações essenciais — licenciaturas, cursos de gestão e áreas agrárias — ainda com projetos pedagógicos iniciais e limitada capacidade de pesquisa, mas profundamente conectadas às demandas regionais.

Desde os seus primeiros anos, a UFT assumiu escolhas institucionais que marcaram sua identidade. Foi à primeira instituição federal de ensino superior do país a reservar vagas específicas para estudantes indígenas; instituído pela Resolução n.º 03A/2004, em 2004 realizou o seu primeiro processo seletivo vestibular, reservando 5% (cinco por cento) das vagas em todos os cursos da instituição, para candidatos indígenas, antes mesmo da consolidação nacional das políticas de ações afirmativas, formalizada em agosto de 2012 pela Lei 12.711 (Lei de Cotas). Essa decisão dialogava diretamente com a realidade tocantinense, que abriga em seu território, mais de 13 povos indígenas.

Passados dez anos do ingresso dos primeiros estudantes indígenas na UFT, em 2025 esse conceito regional cultural se expandiu, foram criados dois cursos focados na formação de professores para a Educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental em contextos indígenas, um vinculado ao campus de Miracema, o curso de Pedagogia intercultural indígena, e outro no campus de Palmas, via Parfor Equidade (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação básica), valorizando os conhecimentos tradicionais, línguas maternas, a organização social própria e as demandas históricas de comunidades como os Krahôs, Xerentes, Karajás entre outros povos originários do estado por formação superior

dentro de seus territórios e ainda Educação Escolar Quilombola, atendem hoje 45 comunidades Quilombolas, certificadas pela Fundação Palmares no estado.

Ainda em 2020, a universidade passou por um processo de desmembramento com a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que incorporou os câmpus de Araguaína e Tocantinópolis. A criação da UFNT, por meio da Lei nº 14.085/2020, redefiniu a configuração territorial da UFT, que passou a concentrar sua atuação no centro-sul do estado. A configuração multicâmpus foi mantida como estratégia de relevância e equidade, base em critérios de relevância territorial, vocação acadêmica e impacto social.

Os Câmpus permaneceram nas mesmas localidades e atendendo as necessidades específicas regionais de onde foram implantados, alicerçados em estudos técnicos, diagnósticos territoriais e demandas sociais específicas de cada região e assim compor a rede universitária envolvendo ensino, pesquisa e extensão em diálogo permanente com os territórios tocaninenses.

O Campus de Palmas, instalado na capital do estado, é onde concentra a maior diversidade de cursos de graduação e programas de pós-graduação da instituição. Sua expansão se intensificou a partir da segunda década de funcionamento, com a criação de cursos como Engenharias, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Enfermagem, Psicologia e Teatro, além da verticalização da pós-graduação. Atualmente, Palmas concentra a maior parte dos programas de mestrado e doutorado da UFT, núcleos de inovação como a Superintendência de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo - INOVATO e laboratórios multiusuários, desempenhando papel central na articulação institucional e na formulação de políticas acadêmicas.

A proximidade com os órgãos governamentais e com o centro político-administrativo do Tocantins fortalece sua função como núcleo articulador da gestão universitária e da formulação de estratégias institucionais. Além disso, a Reitoria também localizada fisicamente em Palmas, desempenha papel central na coordenação dos demais campus, na interlocução com agências de fomento e na consolidação da política de internacionalização da universidade.

O Campus de Porto Nacional, situado a aproximadamente 60 quilômetros da sede, possui relevância histórica e acadêmica singular. A cidade foi berço da primeira instituição de ensino superior da região, a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), criada em 1963, cuja trajetória educacional influenciou diretamente a formação da UFT. O campus herdou licenciaturas como História, Geografia e Pedagogia, fundamentais na formação de professores e mantém a tradição consolidada na área educacional, sendo referência regional

em projetos de extensão voltados à educação básica, à cultura popular e à valorização dos saberes locais.

O Campus de Gurupi está localizado a cerca de 230 quilômetros ao sul de Palmas, em uma das regiões mais produtivas do Estado. Sua vocação técnico-científica é voltada às Ciências Agrárias, Engenharias e Biotecnologia, áreas que dialogam diretamente com o perfil agroindustrial da região. Os egressos dos cursos agrários lideram cooperativas, projetos de inovação rural e assistência técnica.

A presença da UFT no município de Gurupi é estratégica para o fortalecimento da cadeia produtiva regional, promovendo pesquisa aplicada, inovação tecnológica e formação de profissionais envolvidos com práticas agrícolas sustentáveis e ainda como pólo de formação técnica essencial para o Matopiba. O Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal (PPGPV) ampliou sua inserção social e científica ao longo dos anos, atingindo a nota 6 na avaliação mais recente do MEC/CAPES (2025).

O Campus de Miracema, estabelecido cerca de 80 quilômetros da sede, primeira capital do Estado, foi implantado com forte foco nas Ciências Humanas e na Educação, absorvendo inicialmente cursos de Pedagogia e em 2007 instituídos os cursos de Serviço Social, Educação Física e Psicologia. O curso de Psicologia do Campus de Miracema, passou por visita *in loco* em setembro de 2021, demonstrando excelência em todos os aspectos avaliados. O resultado dessa trajetória aparece de forma objetiva com a implantação do curso de Psicologia, acompanhado de investimentos essenciais, como a Clínica-Escola de Psicologia (CEPSI) que atende a comunidade interna e externa da instituição. O curso alcançou CPC 5, nota máxima, após avaliação *in loco* em 2021, tornando-se um dos cursos mais bem avaliados da Universidade. O curso mantém grupos de pesquisa em saúde mental, psicologia social e práticas clínicas contemporâneas, além de projetos de extensão voltados à promoção da saúde emocional em populações vulneráveis.

Já o Campus de Arraias, localizado a sudeste do estado, distante cerca de 400 quilômetros de Palmas, em área de transição entre o cerrado e a caatinga, nasceu com a missão explícita de interiorização do ensino superior. Herdou inicialmente licenciaturas e cursos voltados à educação básica, como pedagogia e matemática, em um território marcado por baixa densidade institucional e altos índices de vulnerabilidade social.

Com a consolidação da UFT na região, o Campus passou a ofertar o curso de Educação do Campo, implantado em 2017, ampliando a formação voltada às realidades rurais e às comunidades tradicionais da região. Posteriormente, em 2019, foi autorizado o curso de Direito, fortalecendo a oferta acadêmica local e respondendo à demanda regional por

formação jurídica qualificada. Embora jovens, esses cursos se destacaram rapidamente pela abordagem interdisciplinar e pela conexão direta com os direitos humanos, a cidadania e os contextos rurais e de comunidades tradicionais presentes na região. Paralelamente, projetos de extensão e pesquisa ligados ao turismo de base comunitária transformaram o campus em vetor de dinamização econômica regional.

Atualmente, a UFT oferece 68 cursos de graduação presenciais, e 81 cursos de pós-graduação, além de 09 cursos do programas de educação à distância, formação continuada e cursos técnicos vinculados à instituição.

Na pós-graduação, a UFT conta com 22 cursos de mestrado acadêmico, 16 mestrados profissionais, 12 cursos de doutorado acadêmico e 01 doutorado profissional, além de 39 cursos de especialização *Lato Sensu*.

A comunidade acadêmica é composta por mais de 12.428 alunos vinculados, distribuídos entre os campus e cursos de graduação e pós-graduação, e por um corpo técnico e docente altamente qualificado, com atuação em áreas estratégicas como educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, inovação tecnológica e desenvolvimento territorial e socioambiental.

A UFT se destaca por sua atuação em territórios vulnerabilizados, como comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos rurais, promovendo ações de extensão, pesquisa aplicada e formação cidadã.

Ao longo de sua trajetória institucional, tem consolidado como referência regional em educação superior pública, gratuita e de qualidade, com forte compromisso com a formação cidadã, a inovação pedagógica e o desenvolvimento sustentável; Compromisso firme com a excelência acadêmica, evidenciado pelos indicadores de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação (MEC).

A primeira avaliação institucional ocorreu em 2008, ocasião em que a UFT obteve conceito 3, compatível com o estágio inicial de consolidação da estrutura multicâmpus e da cultura avaliativa. Em 2013, após avanços em infraestrutura, expansão de cursos e fortalecimento da pesquisa, a universidade foi reavaliada e alcançou conceito 4, evidenciando maturidade institucional.

O Conceito de Curso (CC), atribuído após visitas *in loco* realizadas por comissões do INEP, realizada em 2020, manteve o conceito 4, com destaque para a política de inclusão, a qualificação docente e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Nessa última avaliação, diversos cursos alcançaram nota máxima; destacam-se, por exemplo, os cursos de Direito e Educação do Campo ofertados no campus de Arraias, que embora muito jovens), alcançou o

CC 5, se sobressaindo pela abordagem interdisciplinar voltada à realidade regional, com ênfase em direitos humanos, cidadania e justiça social.

Cursos como Administração (Campus Palmas) e Letras (Campus Porto Nacional) mantiveram o conceito 4; já Educação do Campo (Campus Arraias) e Pedagogia (Campus de Palmas), elevaram seus conceitos de 4 para 5, refletindo investimentos sistemáticos em formação docente, atualização dos projetos pedagógicos e modernização dos ambientes de ensino. Essa evolução é resultado de políticas institucionais voltadas à valorização da docência, à integração entre ensino e pesquisa e ao fortalecimento da autoavaliação, conduzida pela CPA.

O ENADE, por sua vez, tem sido um instrumento estratégico para aferir o domínio dos conteúdos programáticos e competências dos estudantes concluintes. A UFT tem adotado políticas de sensibilização e preparação dos discentes para o exame, o que tem resultado em notas expressivas em cursos como Educação Física, Enfermagem, Relações Internacionais e Ciências Biológicas.

O Conceito Institucional (CI), obtido por meio de avaliação presencial do MEC, reafirma a solidez da gestão universitária, a adequação da infraestrutura e a efetividade dos processos acadêmicos e administrativos. A última avaliação institucional da UFT realizada em 2020, resultou em conceito 4, com destaque para a política de inclusão, a gestão democrática e a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

Embora alguns cursos tenham apresentado desafios pontuais em determinados ciclos avaliativos, a UFT tem adotado medidas proativas para superação. A exemplo disso, estão os investimentos em formação continuada de docentes, ampliação de laboratórios, revisão de projetos pedagógicos e fortalecimento das comissões próprias de avaliação.

Entre as ações de melhoria derivadas dos resultados das autoavaliações conduzidas pela CPA e em consonância com o compromisso institucional de aprimoramento contínuo da qualidade acadêmica, a UFT implementou o sistema PPC+, uma tecnologia desenvolvida pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), em parceria com a Fábrica de Software da própria universidade.

Essa ferramenta inovadora foi concebida para otimizar os processos de elaboração, revisão e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), promovendo maior integração entre os colegiados e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE).

Seguindo o que orienta o PDI institucional a UFT, por meio da Prograd, instituiu em 2021 o Programa de Inovação e Intervenção Pedagógica - PIIP, como política acadêmica voltada à qualificação sistemática do ensino de graduação. O programa configura-se como

uma estratégia de intervenção técnico-pedagógica, articulando ações de formação continuada, inovação metodológica e reestruturação curricular, com base em evidências diagnósticas oriundas dos processos avaliativos internos e externos.

Por meio de oficinas, mentorias e projetos elaborados pelos próprios docentes, o PIIP promove a integração entre os NDEs e os colegiados de curso, favorecendo o aprimoramento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e o alinhamento às diretrizes curriculares nacionais. A atuação do programa tem repercutido positivamente na elevação dos indicadores de desempenho discente, especialmente no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), contribuindo para o fortalecimento dos conceitos atribuídos pelo Ministério da Educação (MEC) e para a consolidação de uma cultura institucional orientada pela excelência acadêmica.

As recomendações oriundas dos relatórios da CPA têm sido incorporadas de forma estruturante às ações institucionais, resultando em avanços significativos na qualificação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), na formação docente, na modernização da infraestrutura acadêmica e na elevação dos indicadores de desempenho discente. A implantação do PPC+ e do PIIP são exemplos de respostas efetivas às demandas identificadas nos processos avaliativos, promovendo maior integração entre os colegiados de curso, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e os setores de apoio pedagógico.

No campo da inovação e da pesquisa aplicada, a UFT avança com a criação da unidade EMBRAPII, que atuará no desenvolvimento de soluções em bioinsumos e bioprodutos, fortalecendo a articulação entre universidade e setor produtivo.

Complementarmente, a instituição participa como protagonista da Superintendência de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo (INOVATO), criada em 2022 inicialmente como Agência, é a estrutura oficial da UFT responsável por organizar, regular e apoiar as iniciativas de inovação, atuando como Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFT. Os resultados iniciais da atuação da INOVATO podem ser observados na ampliação da inserção da UFT no ecossistema regional de inovação.

A INOVATO passou a coordenar e apoiar eventos técnicos, oficinas e programas de capacitação voltados a estudantes, servidores e egressos, além de promover a aproximação institucional com entidades estratégicas como Sebrae Tocantins, Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT), Tocantins Parcerias e órgãos federais, a exemplo do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Essas articulações resultaram em agendas conjuntas, visitas técnicas e ações integradas realizadas nos câmpus da UFT, envolvendo laboratórios, fábricas de software e ambientes de inovação já existentes.

Um dos resultados mais expressivos da atuação da INOVATO, foi à aprovação, em 2024, do projeto do Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI), financiado pela Finep, com investimento aprovado de aproximadamente R\$ 15 milhões. O projeto tem como objetivo estruturar um ambiente permanente de inovação tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento sustentável vinculado à UFT, ampliando a capacidade institucional de apoiar startups, projetos tecnológicos, empresas juniores e iniciativas de base científica.

A INOVATO tem registrado o surgimento de novos protótipos, registros de propriedade intelectual em andamento, participação de equipes da UFT em competições de empreendedorismo e parcerias com empresas locais, ampliando a presença da Universidade no ecossistema de inovação do Tocantins e do MATOPIBA (regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Essas ações se somam a projetos consolidados como o Programa de Apoio à Permanência Estudantil (PAPE), o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Educação Tutorial (PET) e também o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que reforçam o compromisso da UFT com a inclusão, a equidade e a formação integral dos estudantes. A integração dessas políticas ao planejamento institucional, acompanhada por mecanismos de avaliação contínua e gestão por resultados, posiciona a universidade como referência regional em educação superior pública de qualidade.

A trajetória de desenvolvimento da UFT evidencia um processo institucional contínuo, fundamentado em planejamento estratégico, participação ativa da comunidade acadêmica e compromisso com a transformação social. Ao integrar de forma sistemática os resultados diagnósticos consolidados pela Autoavaliação institucional e os referenciais das avaliações externas às suas políticas de gestão e inovação, a UFT demonstra capacidade de resposta qualificada aos desafios identificados nos processos avaliativos.

3.2 Inserção Regional

O Estado do Tocantins apresenta desafios estruturais relacionados à interiorização do acesso à educação superior pública, à qualificação de sua força de trabalho, à promoção da justiça social e à sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que reúne expressivo potencial produtivo, cultural e científico.

Nesse contexto, a UFT consolida-se como instituição pública essencial na busca pela redução dessas desigualdades regionais, a partir da formação de profissionais comprometidos com a realidade local e com a produção de conhecimento orientado às demandas do território.

Sua atuação multicâmpus permite ampliar o alcance das políticas educacionais, fortalecendo sua presença em regiões historicamente menos atendidas por políticas públicas. Contribui ainda, para o desenvolvimento educacional e profissional da sociedade tocaninense, atuando de forma integrada na educação, ciência, inovação, cultura e responsabilidade social.

3.2.1 Desenvolvimento humano dos municípios Tocantinenses

O Tocantins é o Estado mais novo da federação brasileira; faz parte da região norte do país, tida como uma das mais municipalizadas (14^a) e desiguais do território nacional e que enfrenta grandes desafios educacionais. A região Norte é compreendida pelos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, tendo a maior área entre as cinco regiões do país, com 45,27% do território nacional, porém a segunda menos populosa do país, com uma população de 18.669.345 milhões de habitantes, representando apenas 8,78% do total da população brasileira (IBGE, 2013).

Com uma população estimada em 1.607.363 mil habitantes, o Tocantins é o 24º maior em porte populacional e o 4º da região Norte do país. No ano de 2021, o estado registrou um PIB de 51.781 milhões, impulsionado pelos setores da agropecuária, serviços e indústria (IBGE, 2021). No entanto, o Estado registrou (2021), um crescimento significativo do IDHM (0,731), superando a média nacional e se destacando como um dos estados que mais evoluíram nesse aspecto.

Mesmo com um cenário de crescimento, o estado ainda enfrenta disparidades regionais e muitos desafios relacionados à distribuição de renda e desigualdade social. Essa concentração de renda ainda é considerada alta, apresentando distribuição e volume centralizados em uma pequena parcela da população.

Essas assimetrias territoriais constituem um traço persistente da formação histórica do Brasil, evidenciadas desde os modelos de ocupação e uso do solo que moldaram a exploração regional, até os critérios adotados na formulação e implementação das políticas públicas a partir da segunda metade do século XX (DINIZ, 2013).

Nessa perspectiva, a UFT atua como agente articulador, promovendo integração territorial por meio de sua estrutura multicâmpus, estrategicamente distribuída entre as regiões

do Estado e com ações alinhadas às demandas locais, desempenha papel estruturante na redução dessas disparidades.

A presença multicâmpus em municípios com diversidade estrutural e cultural, marcados por presença de populações indígenas, comunidades tradicionais e a população do campo e demais povos tradicionais. Nessa configuração a UFT atua dialogando com as demandas em diferentes regiões do estado, seja por meio da formação de professores interculturais, da pesquisa aplicada às realidades tradicionais, seja pela extensão universitária voltada à inclusão social, à segurança alimentar, à sustentabilidade ambiental e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Palmas é o principal polo populacional, econômico e administrativo do Estado do Tocantins; concentra os maiores valores de PIB e o IDHM mais elevado entre os municípios do Tocantins. Nesse contexto urbano e institucional, o Campus de Palmas exerce função central na formação de quadros qualificados para a gestão pública, educação, saúde, direito, engenharias e áreas tecnológicas, sustentando a capacidade técnica do Estado e irradiando impactos para todo o território tocaninense.

Gurupi e Porto Nacional, municípios de porte intermediário e relevante dinamização econômica, apresentam forte inserção no agronegócio, nos serviços e na educação regional. Nesses câmpus, a UFT atua como eixo de qualificação da produção agropecuária, da gestão territorial e das políticas públicas, por meio de cursos nas áreas de ciências agrárias, engenharias, educação e ciências sociais aplicadas, fortalecendo cadeias produtivas locais e a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Nos municípios de menor porte populacional, como Arraias e Miracema do Tocantins, marcados por menor IDHM e maior vulnerabilidade socioeconômica, a presença da UFT assume caráter estruturante. Essas regiões concentram populações do campo, comunidades indígenas e territórios quilombolas, além de estarem próximas a áreas de ocupação indígena. A oferta de cursos voltados à formação de professores, educação do campo, ciências humanas, licenciaturas e ciências sociais aplicadas, contribui diretamente para a redução das desigualdades educacionais, a valorização dos saberes locais e a fixação de jovens no território.

Enquanto Instituição Pública de Ensino Superior e inserida na Amazônia Legal, a UFT é marcada por profundas desigualdades. Utilizar os conceitos de ESG, de modo estratégico no PDI, potencializa seu impacto regional e nacional.

Este Plano (PDI 2026–2030), incorpora essa missão por meio de ações orientadas pelos princípios de equidade territorial, justiça social e sustentabilidade regional. A partir da

incorporação de indicadores ESG, o planejamento busca mensurar e ampliar o impacto da UFT em territórios vulnerabilizados, promovendo inclusão, inovação e governança participativa.

3.2.2 Contribuições socioeconômicas, tecnológicas e culturais

A UFT desde sua criação vem assumindo papel estratégico no desenvolvimento regional, impulsionada pelo reconhecimento estatal de sua capacidade de enfrentar desigualdades territoriais e promover soluções para problemas socioeconômicos locais. Além de sua função formadora, integram o sistema nacional de inovação, articulando pesquisa, tecnologia e conhecimento aplicado às demandas específicas de cada região

No Tocantins e na Amazônia Legal, esse papel é ainda mais relevante; trata-se de regiões com baixa densidade institucional, desafios socioambientais complexos e carência histórica de investimentos estruturantes. A UFT, como instituição multicâmpus e territorializada, contribui diretamente para a superação dessas limitações ao promover inclusão educacional, formação de capital humano qualificado e produção de conhecimento voltado à realidade local.

O desenvolvimento regional na Amazônia exige abordagens que considerem a diversidade sociocultural e ecológica do território, o que reforça a importância de instituições como a UFT, capazes de articular saberes acadêmicos e tradicionais.

No Tocantins, esse fenômeno é particularmente significativo, com dinâmicas territoriais ainda em consolidação, o Estado enfrenta o desafio de construir uma identidade regional de modo que dialogue com suas diversidades socioeconômicas e culturais. A produção de conhecimento sobre o próprio território torna-se, portanto, não apenas um instrumento de diagnóstico, mas uma estratégia de fortalecimento da coesão regional e de promoção de políticas públicas mais eficazes.

Nesse cenário, a UFT desempenha papel central; como instituição de ensino superior multicâmpus, está inserida em diferentes realidades locais e atua como catalisadora da reflexão crítica sobre o desenvolvimento regional. Por meio de pesquisas, extensão universitária e planejamento institucional, como o próprio PDI, a UFT contribui para que o Tocantins pense a si mesmo, reconheça suas potencialidades e enfrente seus desafios com base em evidências e saberes construídos coletivamente.

A UFT exerce uma função estratégica na promoção do desenvolvimento regional, especialmente em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e baixa densidade institucional, como o Tocantins e a Amazônia Legal. Sua atuação transcende a formação acadêmica, consolidando-se como agente de transformação territorial por meio da produção de conhecimento, da formação de capital humano e da indução de políticas públicas.

No contexto da Amazônia Legal, a UFT atua como elo entre conhecimento científico e demandas sociais, promovendo ações de extensão e pesquisa que dialogam com comunidades tradicionais, agricultores familiares e gestores públicos. E desde sua criação, a UFT inseriu no mercado de trabalho 34.922 profissionais ([UFT em números](#), 2025) de diversas áreas, para atuarem na iniciativa privada, funções e cargos públicos municipais, estaduais e federais.

Além disso, a atuação da UFT em programas de extensão, incubadoras tecnológicas e redes de pesquisa interinstitucionais, fortalece a capacidade de inovação endógena conforme defendido por Vázquez Barquero (2002), que aponta a articulação entre atores locais como condição para o desenvolvimento sustentável.

O Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, promove formação e produção de conhecimento crítico que repercute em políticas e projetos regionais, em áreas como agronegócio sustentável, planejamento territorial, sustentabilidade e redução de desigualdades.

O PPGDR, tem se consolidado como referência na formação de quadros técnicos e acadêmicos voltados para a análise e intervenção nas dinâmicas regionais. Oliveira (2022) demonstra que o PPGDR tem ampliado a presença da UFT em debates internacionais e contribuído para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às especificidades locais.

3.2.3 Caracterização Educacional da Região

A educação do Estado do Tocantins revela um quadro plural e em evolução, que reflete desafios históricos, avanços recentes e oportunidades de ação estratégica para a UFT. No âmbito da educação básica, os dados oficiais demonstram que o Tocantins possui uma base escolar numerosa e diversificada, incluindo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, distribuída entre redes públicas e privadas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), no Estado do Tocantins existem 1.313 escolas de ensino fundamental; 341 escolas de ensino médio, totalizando 309.567 matrículas. O Tocantins é o 10º colocado no país no Índice de

Oportunidades da Educação Brasileira (Ioeb) de 2023, estudo feito pela Roda Educativa com nota 4,6. No entanto, apesar da colocação, o Estado encontra-se “crítico” no acesso à educação de qualidade. A média nacional é de 5,1, o que deixa o Tocantins 5 décimos abaixo. É o terceiro ano que o Estado está com a mesma nota. Mas o estudo mostra que em 2018 essa média era de 4,3.

No que diz respeito à qualidade da educação básica, medidas como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mostram que o Tocantins progrediu gradualmente. Em 2023, o estado alcançou 5,6 pontos no IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental, superior à meta projetada (5,5), enquanto nos anos finais e no ensino médio o índice ficou abaixo da meta projetada para o Ideb nessas etapas de ensino, alcançando 4,9 e 4,2 pontos, respectivamente.

Os indicadores nacionais mais recentes também corroboram avanços relativos: no censo escolar 2025, o Tocantins alcançou 85,6% de taxa de frequência líquida no ensino médio, liderando na Região Norte e posicionando-se no 5º lugar do Brasil nesta dimensão, enquanto no ensino fundamental a taxa líquida foi de 42,9%, também acima da mediana nacional. A evolução das matrículas na educação pública no Estado do Tocantins, está evidenciada na Tabela 3:

Tabela 3. Evolução das matrículas na Educação no Tocantins (2019–2023).

ANO	MATRÍCULAS TOTAIS	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EJA
2019	~405.000	~255.000	~86.000	~32.000
2020	~390.000	~247.000	~85.000	~30.000
2021	~382.000	~241.000	~84.000	~28.000
2022	~378.000	~238.000	~83.000	~27.000
2023	~375.000	~236.000	~82.000	~26.000

Fonte: Inep - Censo da Educação Básica (2023).

A evolução educacional da população adulta também aponta para avanços importantes. A PNAD contínua (IBGE, 2024) indica que a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais no Tocantins, caiu de 7,4% (2023) para 6,6%, atingindo a menor taxa da série histórica do estado, reduzindo de 96 mil para 84 mil pessoas analfabetas nessa faixa etária.

No ensino superior, o panorama regional também revela dinâmicas de expansão e diversificação que impactam diretamente o papel da UFT. O Estado do Tocantins possui uma comunidade acadêmica ativa, com várias instituições públicas e privadas ofertando cursos de

graduação e pós-graduação, incluindo a própria UFT como principal Universidade pública Federal multicâmpus no território.

O Estado conta com 31 instituições de ensino superior, das quais apenas quatro são públicas, totalizando 50.421 estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas e privadas, conforme os registros de 2019.

Em 2023, observou-se uma predominância de matrículas em EaD e um crescimento de ingresso em cursos presenciais, especialmente na rede privada, reflexo da adaptação das instituições e dos estudantes às tendências contemporâneas de formação Superior no país. Este movimento acompanha a tendência nacional de aumento da oferta de cursos em EaD e de diversificação das formas de acesso ao ensino superior, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4 – Matrículas no Ensino Superior no Tocantins por modalidade (2019–2023)

ANO	PRESENCIAL	EAD	TOTAL
2019	~42.000	~38.000	~80.000
2020	~40.000	~42.000	~82.000
2021	~39.000	~46.000	~85.000
2022	~41.000	~49.000	~90.000
2023	~43.000	~52.000	~95.000

Fonte: Inep – Censo da Educação Superior (2023).

A UFT, oferta mais de 50 cursos de graduação e uma ampla gama de programas de pós-graduação, desempenhando papel central na formação de profissionais qualificados e na produção de conhecimento científico e tecnológico, sendo referência regional de educação superior pública.

Além da UFT, há no Estado outras instituições estaduais e privadas atuando no sistema educacional, ampliando o acesso, mas também reforçando a responsabilidade da universidade pública na garantia da qualidade acadêmica, da pesquisa científica e da extensão socialmente referenciada.

A UFT está inserida em território caracterizado por diversidade socioeconômica, com municípios que apresentam distintos níveis de desenvolvimento humano, dinâmicas produtivas e indicadores educacionais. A análise regional considera indicadores como IDH municipal, PIB per capita, taxa de escolarização, densidade populacional e perfil das cadeias produtivas predominantes, os quais fundamentam a definição da oferta acadêmica e das políticas institucionais.

A instituição atua como vetor de desenvolvimento regional, contribuindo para: Formação de capital humano qualificado; Inovação tecnológica aplicada às cadeias produtivas locais; Fortalecimento da gestão pública regional; Promoção da inclusão social e educacional.

A UFT estabelece redes de cooperação com outras IES, órgãos públicos, setor produtivo e sociedade civil, formalizadas por meio de convênios e acordos de cooperação técnica, com metas vinculadas ao planejamento estratégico institucional.

3.3 Missão, Visão, Valores e Objetivos Estratégicos

Ao longo da construção do PDI conforme descrito no tópico de metodologia, foi discutida a identidade da UFT, com a revisão da Missão (razão de ser da instituição), Visão (onde a instituição quer chegar e o que deseja ser no futuro) e dos Valores (princípios que regem as ações e comportamentos dos indivíduos que fazem parte da instituição). Resultado deste processo está representado na Figura 6.

3.3.1 Missão da UFT

Formar profissionais éticos e comprometidos com a transformação da sociedade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, promovendo inclusão e excelência acadêmica, com foco na justiça socioambiental.

3.3.2 Visão da UFT

Consolidar-se, até 2030, como uma Universidade pública que integra formação técnico-científica cidadã, orientada na responsabilidade social, ambiental e governança, no contexto da Amazônia Legal.

3.3.3 Valores da UFT

Foram definidos os seguintes valores da UFT:

- Respeito à vida e à diversidade;
- Transparência;
- Comprometimento com a qualidade e com as comunidades;
- Inovação;
- Desenvolvimento sustentável;
- Equidade e justiça social; e
- Formação ético-política.

3.3.4 Objetivos Estratégicos e Táticos da UFT

I - Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Objetivo estratégico: Consolidar a cultura de gestão estratégica institucional fundamentada em avaliação e planejamento contínuos como instrumento de desenvolvimento organizacional.

Objetivos táticos:

- Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional;
- Fortalecer o planejamento estratégico institucional;
- Estruturar o planejamento para expansão acadêmica;
- Aprimorar a formulação da estratégia institucional;
- Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.

II - Governança e Sustentabilidade

Objetivo estratégico: Fortalecer a governança institucional com a utilização de práticas transparentes, íntegras e sustentáveis, promovendo responsabilidade social e diversidade.

,

Objetivos táticos:

- Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social, prevenção e combate ao assédio;
- Consolidar processos de gestão institucional;
- Consolidar processos de governança institucional;
- Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção;
- Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional;
- Assegurar transparência e accountability;
- Consolidar a auditoria interna como função de governança;
- Implementar gestão da sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver gestão da sustentabilidade social;
- Assegurar a sustentabilidade financeira;
- Estabelecer estrutura orçamentária eficiente com a promoção do planejamento.

III - Gestão Acadêmica

Objetivo estratégico: Consolidar a excelência acadêmica por meio da gestão integrada de processos finalísticos de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Objetivos táticos:

- Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático;
- Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico;
- Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência;
- Desenvolver programas de acompanhamento de egressos;
- Aperfeiçoar os programas de internacionalização;
- Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil;
- Consolidar a educação híbrida e a mediação tecnológica, integrando o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente à todas as modalidades de ensino;
- Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente;
- Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo;
- Integrar as políticas de Extensão a Graduação, Pesquisa e pós graduação;
- Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos;

- Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa.

IV - Gestão Administrativa

Objetivo estratégico: Desenvolver pessoas, modernizando a gestão administrativa e acadêmica através de processos efetivos e sustentáveis.

Objetivos táticos:

- Investir no desenvolvimento dos servidores Técnicos Administrativos em Educação;
- Estruturar a gestão de pessoas implementando processos de recrutamento e seleção e sucessão de lideranças;
- Promover ambiente de trabalho seguro e a qualidade de vida da comunidade acadêmica;
- Estabelecer gestão de desempenho organizacional;
- Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa;
- Estruturar a gestão e a governança das aquisições;
- Implementar contratações sustentáveis

V - Infraestrutura física e tecnológica

Objetivo estratégico: Modernizar e fortalecer a infraestrutura física e tecnológica para suporte eficaz às atividades acadêmicas e administrativas da comunidade universitária.

Objetivos táticos:

- Instituir espaços de atendimento e convivência para comunidade acadêmica;
- Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos;
- Manter o acervo didático e a biblioteca;
- Aprimorar o planejamento da tecnologia da informação;
- Consolidar a infraestrutura da EaD expandindo ambientes virtuais de aprendizagem;
- Consolidar políticas e estrutura de segurança da informação e proteção de dados;
- Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade;
- Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica.

4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

4.1 Princípios Filosóficos e Técnico-Metodológicos Gerais

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFT, foi elaborado a partir das contribuições sistematizadas nas reuniões realizadas nos cinco câmpus da Instituição, no âmbito do processo participativo de formulação do PDI 2026–2030). Fundamentado no diálogo permanente e na escuta qualificada da comunidade acadêmica, esse processo possibilitou uma reflexão coletiva acerca do cenário formativo da Universidade, dos desafios contemporâneos da Educação Superior e das práticas exitosas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no contexto institucional.

Em consonância com o PDI 2026–2030, o PPI estabelece diretrizes orientadas à qualificação dos processos formativos, à adoção de metodologias pedagógicas inovadoras, inclusivas e socialmente referenciadas, bem como ao fortalecimento de políticas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico, contribuindo para o enfrentamento dos índices de retenção e evasão. Sua elaboração consolidou-se como uma ação coletiva, democrática e institucionalizada, alicerçada na participação dos distintos segmentos da comunidade universitária e no compromisso com uma formação cidadã, crítica e comprometida com a transformação social, elementos constitutivos da identidade da UFT.

A UFT é compreendida como uma instituição social pública, cuja atuação se fundamenta na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, constituindo-se em permanente interação com o contexto sociocultural, socioeconômico e socioambiental em que se insere. Nessa perspectiva, não se estabelece dicotomia entre comunidade interna e externa, uma vez que o desenvolvimento das ações universitárias pressupõe uma relação orgânica, dialógica e contínua com a sociedade.

Nesse cenário, a Universidade da Maturidade (UMA) destaca-se como um pilar de vanguarda, materializando a educação intergeracional e o compromisso da Instituição com a inclusão social e o desenvolvimento humano em todas as fases da vida. A UFT afirma-se, assim, como espaço de produção de conhecimento, formação cidadã e promoção do desenvolvimento regional e nacional, sustentada pela articulação entre saberes acadêmicos e saberes socialmente construídos.

A formação acadêmica proposta pelo PPI transcende a dimensão estritamente técnico-profissional, orientando-se para o desenvolvimento integral do sujeito enquanto cidadão ético,

crítico, participativo e socialmente comprometido. Mais do que conferir habilitação para o exercício de uma profissão, a educação superior é concebida como um processo formativo amplo, pautado no diálogo, na reflexão crítica, na autonomia intelectual, na responsabilidade ética e no compromisso social.

Os princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da UFT fundamentam-se nos valores institucionais expressos no PDI 2026–2030, notadamente o respeito à vida e à diversidade, a promoção do envelhecimento ativo e a valorização da experiência humana, a transparência como expressão da gestão democrática, o comprometimento com a qualidade acadêmica e com as comunidades nas quais a Universidade se insere, a inovação como instrumento de desenvolvimento científico e social, a sustentabilidade, a equidade, o acolhimento, a justiça social e a formação ético-política voltada à emancipação humana e à transformação da realidade.

O PPI da UFT alicerça-se portanto, nesses valores e princípios, reafirmando a identidade da Universidade como instituição pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada, comprometida com a formação integral do ser humano da juventude à maturidade e com o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins e da Amazônia brasileira.

Estruturalmente, o PPI organiza-se em torno de dois pilares fundamentais: a intencionalidade política assumida coletivamente pelos sujeitos que o constroem e a concepção epistemológica e metodológica que orienta o fazer educativo, com ênfase na articulação entre objetivos formativos, conteúdos, métodos, acompanhamento e avaliação. A formação acadêmica desenvolve-se sob o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, nos cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância, constituindo-se como condição fundante da universidade pública e como expressão do compromisso institucional com a produção do conhecimento, a justiça social, a formação cidadã e a transformação da realidade.

4.2 Perfil do Corpo Discente

O perfil do corpo discente da UFT caracteriza-se pela ampla diversidade social, econômica, étnico-racial, gênero, territorial e cultural, refletindo de forma consistente a missão institucional de promover a democratização do acesso à educação superior pública e socialmente referenciada. Observa-se expressiva presença de estudantes oriundos da escola

pública e ingressantes por meio de políticas de ações afirmativas, bem como de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que reafirma o papel estratégico da Universidade no enfrentamento das desigualdades educacionais históricas no Estado do Tocantins e na região Norte do País.

Integram de forma significativa a comunidade estudantil estudantes indígenas, quilombolas, de comunidades e povos tradicionais, pessoas com deficiência, estudantes neurodivergentes e outros grupos historicamente sub-representados no ensino superior, distribuídos em todos os Câmpus da Instituição. Essa composição discente dialoga diretamente com os princípios de inclusão, equidade, acolhimento, diversidade e justiça social expressos na Carta-Programa/Plano de Gestão (2025–2029) e reafirmados no PDI 2026–2030, que concebem a Universidade como instituição social comprometida com a formação integral do ser humano e com a transformação da realidade social.

As trajetórias acadêmicas desse corpo discente são atravessadas por desigualdades estruturais que impactam as condições de acesso, permanência, desempenho acadêmico e integralização curricular. Tal realidade evidencia a necessidade de políticas institucionais integradas e articuladas, voltadas ao atendimento estudantil, à assistência socioeconômica, à acessibilidade, ao acolhimento, ao apoio pedagógico e ao cuidado psicossocial, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com as diretrizes do PDI 2026–2030 e com a concepção de gestão participativa, inclusiva e humanizada que orienta os documentos, programas e projetos institucionais.

Nesse contexto, os estudantes da UFT demandam condições objetivas e subjetivas que assegurem dignidade, equidade, êxito acadêmico, pertencimento institucional e participação plena na vida universitária. A promoção dessas condições constitui eixo estruturante da política institucional de permanência e sucesso acadêmico, articulando-se aos compromissos assumidos pela Universidade com a justiça social, o desenvolvimento regional sustentável, a valorização da diversidade e a construção de uma universidade pública acolhedora, integrada e socialmente comprometida, conforme preconizado nos instrumentos de planejamento e gestão da UFT.

4.3 Organização Didático-Pedagógica da Instituição

A UFT orienta sua ação didático-pedagógica por uma concepção de educação superior pública, democrática, inclusiva e socialmente referenciada, fundamentada no compromisso

com a formação integral do ser humano e com a transformação da realidade social. Essa concepção expressa o entendimento da Universidade como instituição social comprometida com o acolhimento, a escuta qualificada e o respeito às múltiplas trajetórias que constituem sua comunidade acadêmica, em consonância com os valores e princípios estabelecidos no PDI (2026–2030).

As práticas formativas da UFT estruturam-se a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, princípio que confere unidade, coerência e sentido à vida universitária. Nesse contexto, os processos de formação na graduação e na pós-graduação integram teoria e prática, articulando o conhecimento científico aos saberes produzidos em diferentes contextos sociais, culturais e territoriais, reconhecidos como constitutivos da produção do conhecimento e da ação acadêmica socialmente comprometida.

A Universidade adota a perspectiva de currículo integrado, orientada à superação da fragmentação disciplinar e à promoção do diálogo entre áreas do conhecimento, campos profissionais e valores humanos. Essa orientação visa à formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a justiça social, a equidade, a sustentabilidade e o desenvolvimento regional, em especial do Estado do Tocantins e da região amazônica.

A organização acadêmica contempla diferentes turnos e modalidades de oferta, incluindo cursos matutinos, vespertinos, noturnos e organizados em pedagogia da alternância, como estratégia de ampliação do acesso e de fortalecimento das condições de permanência e êxito acadêmico. Essa diversidade responde às necessidades de estudantes com trajetórias distintas de vida, condições de trabalho e responsabilidades sociais, assegurando padrões equivalentes de qualidade acadêmica.

No âmbito das políticas institucionais de inclusão e permanência, a Universidade reconhece que a garantia do acesso deve estar acompanhada de condições objetivas e subjetivas de modo que favoreçam o pertencimento, o cuidado, a escuta qualificada e a continuidade dos percursos formativos. As ações de assistência estudantil, acessibilidade, apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial articulam-se às políticas de graduação e pós-graduação, constituindo parte indissociável do projeto formativo institucional.

A materialização dessa concepção pedagógica ocorre nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), elaborados de forma participativa e alinhados às diretrizes institucionais, às políticas educacionais e às demandas sociais. Os processos permanentes de avaliação institucional e pedagógica, aliados à curricularização da extensão e à articulação entre graduação e pós-graduação, constituem instrumentos fundamentais para o aprimoramento contínuo da qualidade acadêmica.

4.3.1 Inovações consideradas significativas

As inovações consideradas significativas no âmbito da Universidade constituem respostas institucionais qualificadas aos desafios da educação superior, articulando compromisso público, rigor acadêmico e responsabilidade social. Essas iniciativas expressam processos planejados e sustentáveis de aprimoramento das práticas acadêmicas e administrativas, voltados à melhoria da qualidade da formação, à ampliação do acesso, à promoção da permanência e ao sucesso acadêmico, em consonância com as diretrizes institucionais e com as políticas educacionais vigentes.

Compreendidas como processos dinâmicos e contextualizados, tais inovações ultrapassam a dimensão tecnológica, incorporando mudanças pedagógicas, organizacionais e epistemológicas que qualificam os percursos formativos e fortalecem a interação entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de sujeitos, saberes e territórios, as inovações significativas reafirmam o papel da Universidade como instituição socialmente referenciada, comprometida com a inclusão, a equidade, a sustentabilidade, o diálogo e a transformação da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento humano e regional.

Nessa perspectiva, o currículo é concebido como uma construção social, dinâmica e flexível, capaz de acolher diferentes trajetórias formativas e projetos de vida dos estudantes, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

A modernização dos processos pedagógicos e tecnológicos constitui eixo estratégico da UFT, que estimula o uso qualificado das tecnologias digitais de informação e comunicação, a adoção de metodologias ativas e o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem colaborativos, visando à aprendizagem significativa, ao protagonismo discente e à ampliação das possibilidades de interação acadêmica.

No âmbito de uma perspectiva de Epistemologia Contracolonial, a UFT consolida o Encontro de Saberes como política pedagógica e epistemológica, reconhecendo e valorizando ativamente os saberes dos povos e comunidades tradicionais. Essa abordagem se materializa na presença orgânica de mestras e mestres de saberes no cotidiano acadêmico e na promoção da itinerância acadêmica, reconhecendo os territórios tradicionais como espaços legítimos de formação e produção de conhecimento.

Dessa forma, as inovações didático-pedagógicas da UFT reafirmam o compromisso institucional com uma educação pública, democrática, plural e de excelência, orientada à inclusão, à sustentabilidade biocultural e ao desenvolvimento humano e regional, em consonância com as normativas educacionais e com o projeto institucional da Universidade.

a) especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;

A flexibilidade dos componentes curriculares possibilita o reconhecimento de diferentes formas de aprendizagem e de experiências formativas no âmbito dos cursos da UFT, incluindo atividades de ensino, pesquisa e extensão, a curricularização da extensão, a monitoria, a iniciação científica, os projetos de intervenção social e as práticas comunitárias. Também permite a integralização de componentes curriculares cursados em outras instituições de ensino superior ou desenvolvidos em formatos presenciais, remotos ou híbridos, desde que observadas às equivalências pedagógicas, as diretrizes curriculares nacionais e as normas institucionais vigentes.

b) Oportunidades diferenciadas de integralização curricular;

As oportunidades diferenciadas de integralização curricular, nos cursos de graduação e pós-graduação da UFT, configuram-se como estratégias institucionais voltadas à flexibilização dos percursos formativos e ao reconhecimento ampliado das experiências acadêmicas, profissionais, culturais e sociais dos estudantes. Essas oportunidades abrangem, além das atividades curriculares regulares, a mobilidade acadêmica, internacionalização, a itinerância formativa, os estágios, as microcertificações e os cursos de curta duração, conforme as Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e as demais normativas institucionais.

c) Atividades práticas e estágio;

As atividades práticas e o estágio curricular constituem componentes formativos essenciais nos cursos de graduação da UFT, promovendo a articulação entre teoria e prática e contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas, sociais e profissionais necessárias à formação integral dos estudantes. Essas atividades configuram-se como espaços pedagógicos de aprendizagem situada, possibilitando a aproximação com os contextos profissionais, sociais e institucionais próprios de cada área de formação.

A organização e a realização das atividades práticas e dos estágios observam as diretrizes pedagógicas institucionais e as resoluções internas do Conselho de Ensino, Pesquisa

e Extensão (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI), assegurando seu caráter formativo, o acompanhamento sistemático por docentes da Universidade e a supervisão adequada nos campos de prática. Essa estrutura garante condições para a reflexão crítica, a atuação ética e o respeito aos direitos dos estudantes ao longo do processo formativo.

As atividades práticas e os estágios, incluindo suas respectivas cargas horárias, formas de oferta e organização institucional, estão devidamente previstos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas institucionais vigentes. Essa previsão assegura a coerência entre os objetivos formativos, o perfil do egresso e as especificidades de cada curso, contribuindo para a qualidade acadêmica, a permanência qualificada e o êxito acadêmico dos estudantes.

d) Desenvolvimento de materiais pedagógicos;

O desenvolvimento de materiais pedagógicos na UFT constitui ação estratégica voltada ao aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, em consonância com as diretrizes institucionais e com os princípios da qualidade acadêmica, da inovação pedagógica, da inclusão e da acessibilidade. Esses materiais são concebidos como recursos didáticos fundamentais à mediação do conhecimento, à promoção da aprendizagem significativa e à consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente referenciadas.

A Universidade reconhece a centralidade da produção e do uso de materiais pedagógicos de qualidade, desenvolvidos de forma colaborativa por equipes multidisciplinares, como parte integrante de suas políticas de inovação, acessibilidade e inclusão. Nesse sentido, assegura o cumprimento da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, garantindo a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura e Pedagogia e optativo nos cursos de bacharelado e tecnologia, em consonância com as diretrizes institucionais de acessibilidade e inclusão educacional.

A UFT incentiva a elaboração de materiais pedagógicos que contemplem diferentes linguagens, formatos e recursos didáticos, considerando a diversidade de perfis dos estudantes, as especificidades dos cursos e as distintas modalidades de oferta. Essa produção envolve docentes, técnicos administrativos, estudantes e equipes de apoio pedagógico, assegurando adequação didático-metodológica, acessibilidade comunicacional e respeito às políticas institucionais de inclusão.

Os materiais pedagógicos desenvolvidos no âmbito da graduação e da pós-graduação articulam-se aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), às diretrizes curriculares nacionais e

às estratégias didático-metodológicas adotadas pela Universidade. Ao promover a produção, o uso e a atualização contínua desses materiais, a UFT fortalece a autonomia docente, o protagonismo discente, o diálogo pedagógico e a qualificação dos processos formativos, contribuindo para a permanência qualificada e o êxito acadêmico dos estudantes.

e) Incorporação de avanços tecnológicos;

A incorporação de avanços tecnológicos na UFT integra a estratégia institucional de qualificação dos processos de ensino, aprendizagem, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional e com as políticas de inovação, inclusão e transformação digital. A modernização dos processos pedagógicos e tecnológicos constitui eixo estratégico da UFT, que estimula o uso qualificado das tecnologias digitais de informação e comunicação, a adoção de metodologias ativas e o desenvolvimento de ambientes de aprendizagem colaborativos.

Essas iniciativas visam potencializar a aprendizagem significativa, o protagonismo discente e a interação entre estudantes, docentes e comunidades, respeitando as diferentes realidades institucionais e territoriais. A adoção de recursos tecnológicos observa critérios pedagógicos, éticos e de acessibilidade, assegurando condições equitativas de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

A incorporação tecnológica articula-se às políticas institucionais de inclusão e permanência, contemplando o uso de tecnologias assistivas, recursos educacionais acessíveis e soluções digitais que ampliem a autonomia dos estudantes e contribuam para a redução de barreiras comunicacionais, pedagógicas e físicas. Essas ações integram-se aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e às normativas institucionais vigentes, fortalecendo a inovação pedagógica, a qualificação dos percursos formativos e o compromisso da Universidade com uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Fomentar a criação de Espaços Maker e Laboratórios de Criatividade nos Câmpus e polos EaD, incentivando o uso de Robótica Educacional, prototipagem e reciclagem tecnológica. Essas práticas devem integrar os currículos das Licenciaturas, preparando os futuros docentes para o uso de tecnologias tangíveis na Educação Básica, alinhando-se à BNCC e às demandas de inovação pedagógica.

f) Estrutura e composição do colegiado.

O colegiado de curso na UFT constitui instância deliberativa e consultiva fundamental para a organização acadêmica, o acompanhamento pedagógico e a gestão didático-curricular

dos cursos de graduação e pós-graduação. Sua atuação orienta-se pelas normativas institucionais vigentes, pelas diretrizes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e pelos princípios da gestão democrática, participativa e dialógica que estruturam o projeto institucional da Universidade.

A composição do colegiado observa a representatividade dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, sendo integrado por docentes vinculados ao curso, pelo coordenador ou coordenadora, que exerce a presidência, por representantes discentes regularmente matriculados e, quando previsto nas normativas institucionais ou no Projeto Pedagógico do Curso, por representantes técnico-administrativos em educação. Essa composição assegura a pluralidade de perspectivas no processo decisório e fortalece a participação coletiva na condução das atividades acadêmicas.

Compete ao colegiado deliberar sobre matérias de natureza didático-pedagógica, acadêmica e administrativa relacionadas ao curso, incluindo a análise e atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o acompanhamento da execução curricular, a apreciação de planos de ensino, a organização das atividades acadêmicas e a avaliação do processo formativo. A atuação do colegiado articula-se às demais instâncias institucionais, em especial aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e aos conselhos superiores, contribuindo para a qualidade acadêmica, a coerência curricular e o cumprimento dos objetivos formativos definidos pela UFT.

4.3.2 Número e natureza dos cursos e respectivas vagas

A UFT mantém 58 cursos de graduação em funcionamento, distribuídos entre as modalidades presencial, semipresencial, EaD e oferta na modalidade Parfor e Pronera, abrangendo os graus acadêmicos de bacharelado, licenciatura, cursos superiores de tecnologia, Área Básica de Ingresso (ABI) e segunda licenciatura. Essa oferta expressa o compromisso institucional com a democratização do acesso ao ensino superior público, a diversidade formativa e o atendimento às demandas educacionais, sociais e regionais do Estado do Tocantins.

Na modalidade presencial, a UFT oferta 45 cursos distribuídos em seus cinco Câmpus, contemplando diferentes áreas do conhecimento, com 7.025 vagas anuais autorizadas. Esses cursos abrangem, majoritariamente, formações nas áreas de Ciências Humanas, Ciências

Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharias e Linguística, Letras e Artes, em consonância com a missão institucional e com as demandas regionais. No capítulo 9 há o detalhamento dos novos cursos com o plano de expansão da instituição.

Na modalidade EaD, a UFT, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), mantém uma oferta estruturada e diversificada de cursos de graduação, com cerca de 6.900 vagas já autorizadas, em Editais da Capes, vinculadas a polos de apoio presencial distribuídos em municípios do Estado do Tocantins. Atualmente, são ofertados oito cursos de graduação na modalidade EaD, contemplando licenciaturas, bacharelado e curso superior de tecnologia, a saber: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Química, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Música, Bacharelado em Administração Pública e Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

Em consonância com o novo marco regulatório nacional da educação à distância, a UFT vem promovendo a reestruturação de suas licenciaturas UAB/EaD, com vistas ao cumprimento da carga horária presencial obrigatória e à garantia da qualidade acadêmica e socialmente referenciada da formação docente. Essa reorganização tem se materializado na adoção de modelos híbridos de ensino, itinerância pedagógica, que articulam a flexibilidade das tecnologias digitais com atividades presenciais formativas, práticas e laboratoriais desenvolvidas nos polos de apoio.

Os cursos semipresenciais totalizam 2.930 vagas anuais, organizadas a partir da integração entre atividades presenciais e atividades mediadas por tecnologias digitais, conforme previsto nos PPCs e nas normativas institucionais. Essa modalidade atende perfis específicos de estudantes, conciliando flexibilidade acadêmica com acompanhamento pedagógico sistemático.

Além da graduação, a UFT mantém uma política institucional de pós-graduação orientada pela articulação entre a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, voltada à formação continuada, à produção de conhecimento científico e à qualificação de profissionais para atuação nos setores público e privado. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são ofertados em áreas estratégicas, com foco na atualização profissional, na inovação pedagógica e no atendimento às demandas regionais, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a consolidação da educação ao longo da vida. Entre as ofertas destacam-se especializações nas áreas de Gestão Pública Municipal e Docência, Inovação e Metodologias de Aprendizagem Ativa, que contribuem para a formação de quadros qualificados e para o desenvolvimento institucional e regional.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, estruturam-se a partir de projetos acadêmicos consolidados e linhas de pesquisa articuladas às vocações regionais e aos desafios nacionais, promovendo a formação de pesquisadores, a produção científica qualificada e a inserção social do conhecimento. Essa política integrada reafirma o compromisso da UFT com a qualidade acadêmica, a relevância social da pós-graduação e o desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins e da região amazônica, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com as diretrizes nacionais da educação superior.

A seguir são apresentados no Quadro 1, os Cursos de pós-graduação *lato sensu* e em seguida, o Quadro 2 evidencia o rol de cursos de pós graduação *scripto sensu* oferecidos por Campus:

Quadro 1. Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos

CURSO	CAMPUS
Direito e Processo Administrativo	Palmas
Direito e Processo Constitucional	Palmas
Direito e Processo do Trabalho	Palmas
Gestão Pública Municipal	Palmas
Docência, Inovação e Metodologias de Aprendizagem Ativa UAB	Palmas
MBA Gestão Financeira e Orçamentária	Palmas
Administração Pública e Gestão Governamental	Palmas
Bem-Estar, Saúde e Lazer Docente	Palmas
Gestão de Equipes e Liderança Educacional	Palmas
Inovação Pedagógica na Educação Digital	Palmas
Ciência de Dados	Palmas
Gestão e Governança de Tecnologia da Informação	Palmas
MBA em Gestão de Comércio Exterior	Palmas
MBA Liderança e Formação de Gestores	Palmas
Especialização em Educação Inclusiva	Miracema
Práticas Pedagógicas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Miracema

Fonte: PROPESQ/UFT, (2025).

Quadro 2. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos nos Campus da UFT

CURSO	MODALIDADE	SITUAÇÃO LEGAL	ÚLTIMO CONCEITO	CÂMPUS
Mestrado em Matemática em Rede Nacional	Profissional	Portaria MEC n.º 656, de 22/05/2017	5 (2025)	Arraias

Mestrado em Educação Matemática no Tocantins	Acadêmico		A (2025)	Arraias
Mestrado em Biotecnologia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Gurupi
Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Gurupi
Mestrado em Química	Acadêmico	Portaria MEC nº 1.338, de 23/10/2017	3 (2025)	Gurupi
Mestrado em Produção Vegetal	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	6 (2025)	Gurupi
Doutorado em Produção Vegetal	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	6 (2025)	Gurupi
Doutorado em Ciências Florestais e Ambientais	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Gurupi
Mestrado em Serviço Social	Acadêmico	Portaria MEC nº 485, de 18/05/2020	3 (2025)	Miracema
Mestrado em Rede Educação Física	Profissional		4 (2025)	Miracema
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Ciências da Saúde	Profissional	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Ciências do Ambiente	Acadêmico	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	5 (2025)	Palmas
Mestrado em Comunicação e Sociedade	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	5 (2025)	Palmas
Mestrado em Desenvolvimento Regional	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	6 (2025)	Palmas
Mestrado em Educação	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Governança e Transformação Digital	Profissional	Portaria MEC nº 543, de 17/06/2020	5(2025)	Palmas
Mestrado em Educação	Profissional	Portaria MEC nº 1.041, de 12/09/2016	3 (2025)	Palmas
Mestrado em Agroenergia Digital	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2025)	Palmas
Mestrado em Engenharia Ambiental	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2025)	Palmas

Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	3 (2025)	Palmas
Mestrado em Gestão de Políticas Públicas	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Filosofia	Acadêmico	Portaria MEC nº 259, de 15/02/2017	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Filosofia	Profissional		A (2025)	Palmas
Mestrado em Matemática em Rede Nacional	Profissional	Portaria MEC nº 656, de 22/05/2017	5 (2025)	Palmas
Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	5 (2025)	Palmas
Mestrado em Administração Pública	Profissional em Rede	Portaria MEC nº 922 de 24/10/2014	3 (2025)	Palmas
Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação	Profissional	Portaria MEC nº 559 de 30/06/2016	4 (2025)	Palmas
Mestrado em Saúde da Família - ProfSaúde	Profissional em Rede	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade – Rede bionorte	Acadêmico	Portaria MEC nº 1331, de 08/11/2012	5 (2025)	Palmas
Doutorado em Governança e Transformação Digital	Profissional	Portaria MEC nº 475, de 12/05/2020	5 (2025)	Palmas
Doutorado em Ciências do Ambiente	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	5 (2025)	Palmas
Doutorado em Desenvolvimento Regional	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	6 (2025)	Palmas
Doutorado em Gestão de Políticas Públicas	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Doutorado em Educação da Amazônia - Educanorte	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	5 (2025)	Palmas
Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Palmas
Doutorado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos	Profissional	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	5 (2025)	Palmas
Mestrado em Biodiversidade, Ecologia e Conservação	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Porto Nacional
Mestrado em Geografia	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Porto Nacional

Mestrado em Letras	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Porto Nacional
Mestrado em História das Populações Amazônicas	Profissional	Portaria MEC nº 485, de 18/05/2020	3 (2025)	Porto Nacional
Doutorado em Letras	Acadêmico	Portaria MEC nº 609, de 18/03/2019	4 (2025)	Porto Nacional

Fonte: PROPESQ/UFT, (2025).

A distribuição dos cursos e das vagas observa a capacidade instalada da instituição, a infraestrutura física e tecnológica disponível, o quantitativo de docentes e técnico-administrativos, bem como as diretrizes do PDI (2026–2030), das Diretrizes Curriculares Nacionais e das políticas institucionais de acesso, inclusão e permanência, assegurando coerência entre planejamento acadêmico, responsabilidade social e qualidade da formação ofertada.

4.3.3 Unidades e câmpus para oferta de cursos presenciais

A UFT organiza a oferta de seus cursos presenciais de graduação em uma estrutura multicampi, distribuída nos câmpus de Arraias, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Miracema do Tocantins, conforme evidencia a Figura 7. Essa configuração territorial e acadêmica tem como finalidade ampliar o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade, promovendo a interiorização do ensino, o atendimento às demandas regionais e o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado do Tocantins, em consonância com as políticas nacionais de expansão e democratização da educação superior.

A distribuição dos cursos presenciais observa a capacidade instalada de cada câmpus, considerando a infraestrutura física e laboratorial, o quadro docente e técnico-administrativo, bem como as diretrizes estabelecidas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), nas normativas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e no PDI (2026–2030).

Figura 7 – Posicionamento dos Câmpus da UFT no mapa do Tocantins.



Fonte: Imagem Sucom/UFT, (2025).

A oferta contempla cursos de bacharelado, licenciatura, cursos superiores de tecnologia e Área Básica de Ingresso (ABI), assegurando diversidade acadêmica, equilíbrio formativo e coerência com a missão institucional da Universidade. O Quadro 3 sintetiza a distribuição dos cursos presenciais de graduação da UFT por câmpus, evidenciando a organização da oferta acadêmica nas diferentes unidades da instituição.

Quadro 3 – Distribuição dos Cursos Presenciais de Graduação da UFT.

Câmpus	Cursos presenciais em atividade (e-MEC)
Arraias	Pedagogia; Matemática; Educação Escolar Quilombola* (Parfor); Turismo Patrimonial e Socioambiental; Direito; Educação do Campo – Linguagens e Códigos (Artes e Música)
Gurupi	Agroindústria (Tecnologia); Engenharia Florestal; Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia; Agronomia; Medicina Veterinária; Biotecnologia; Química (Licenciatura).
Palmas	Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado); Pedagogia; (Licenciatura); Medicina; Enfermagem (Bacharelado); Nutrição (Bacharelado); Administração (Bacharelado); Ciências Contábeis (Bacharelado); Ciências Econômicas (Bacharelado); Direito (Bacharelado); Jornalismo (Bacharelado); Ciência da Computação (Bacharelado); Engenharia Civil (Bacharelado); Engenharia Elétrica (Bacharelado); Engenharia Ambiental (Bacharelado); Engenharia de Alimentos (Bacharelado); Teatro (Licenciatura); Filosofia (Licenciatura); Interdisciplinar em Inteligência Artificial (Bacharelado); Educação Bilíngue de Surdos* (Segunda Licenciatura)- (Parfor*) e Licenciatura Intercultural Indígena*(Parfor*)
Porto Nacional	Ciências Sociais (Bacharelado); Geografia (Bacharelado); Geografia (Licenciatura); História (Licenciatura); Letras – Português; Letras – Inglês; Letras – Libras; Relações Internacionais (Bacharelado); Ciências Biológicas

Câmpus	Cursos presenciais em atividade (e-MEC)
	(Bacharelado); Ciências Biológicas (Licenciatura); Área Básica de Ingresso (ABI – Letras)
Miracema do Tocantins	Psicologia (Bacharelado); Educação Física (Licenciatura); Pedagogia (Licenciatura); Serviço Social (Bacharelado); Pedagogia Intercultural Indígena (Licenciatura); Pedagogia da Terra (Licenciatura).

Fonte: Elaboração pela PROAP/UFT, com base nos dados do sistema e-MEC e nos registros institucionais da UFT, (2025). * Os cursos do Parfor em Arraias e Palmas são gerenciados pela PROGRAD.

O **Câmpus de Arraias**, localizado no sudeste tocantinense, destaca-se pela atuação nas áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Educação e Ciências Naturais, com ênfase na formação de professores, na pesquisa social e em iniciativas voltadas ao desenvolvimento patrimonial, socioambiental e à economia criativa. A unidade desempenha papel estratégico na interiorização da ciência e na formação docente para a Educação Básica, articulando ensino, pesquisa, extensão, curricularização e inovação, com especial atenção às comunidades quilombolas, aos povos tradicionais e às demandas do sudeste do Tocantins e do Nordeste Goiano.

O **Câmpus de Gurupi** concentra suas atividades nas áreas das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas Aplicadas e Engenharias, com forte inserção nos campos da biotecnologia, da agroindústria e da sustentabilidade produtiva. Reconhecido como pólo regional de inovação científica e tecnológica, o câmpus contribui para o desenvolvimento econômico e social do sul do Tocantins, fortalecendo cadeias produtivas e formando profissionais qualificados para os setores agrícola, ambiental e industrial, por meio da integração entre formação acadêmica, pesquisa aplicada e extensão universitária.

O **Câmpus de Miracema do Tocantins** tem como foco as Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Educação e Ciências da Saúde, com ênfase na formação docente, na promoção da saúde, no bem-estar social e nas práticas interdisciplinares voltadas à formação integral. Destaca-se pela oferta de cursos como a Pedagogia Intercultural Indígena e a Pedagogia da Terra, que reafirmam o compromisso institucional com a valorização dos saberes tradicionais, a interculturalidade e a inclusão dos povos indígenas e das comunidades do campo, fortalecendo práticas pedagógicas contextualizadas e socialmente comprometidas.

O **Câmpus de Palmas**, situado na capital do Estado, apresenta a maior diversidade de cursos presenciais, abrangendo as áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas. Suas atividades articulam ensino, pesquisa, extensão, curricularização e inovação, mantendo estreita relação com instituições públicas, arranjos produtivos e setores sociais. Destaca-se como centro de

excelência acadêmica e tecnológica, que integra inovação de ponta, formação técnica e compromisso social.

O **Câmpus de Porto Nacional** apresenta forte vocação para as áreas das Ciências Humanas, Linguagens e Artes, com ênfase na formação de professores e na produção de conhecimento nas áreas de Educação, Letras, História e Geografia. Suas ações orientam-se pela valorização da identidade sociocultural do médio Tocantins, pelo incentivo às expressões artísticas e pelo compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento. A oferta da Licenciatura Intercultural Indígena, a partir de 2026, reforça o compromisso institucional com uma educação intercultural, crítica e socialmente referenciada.

A política institucional de oferta de cursos e vagas da UFT é definida a partir do planejamento estratégico expresso no PDI 2026–2030, buscando equilibrar as necessidades regionais de formação, a capacidade acadêmica e de infraestrutura dos câmpus e a sustentabilidade institucional.

De modo geral, a UFT mantém uma concentração significativa de cursos nas áreas de educação, saúde, ciências sociais, tecnologia e engenharias, refletindo as demandas formativas do Estado e as prioridades institucionais. Ao mesmo tempo, a Universidade vem ampliando e diversificando sua oferta, investindo em áreas emergentes como sustentabilidade, inovação tecnológica, biotecnologia, políticas públicas e formação intercultural, respondendo aos desafios contemporâneos e promovendo o desenvolvimento humano e territorial.

Assim, a organização multicâmpus da UFT expressa seu compromisso com uma universidade pública, inclusiva, inovadora e socialmente referenciada, que articula ensino, pesquisa, extensão e gestão em diferentes territórios. Ao reconhecer a diversidade sociocultural e ambiental do Tocantins e da Amazônia Legal, a UFT consolida-se como uma instituição transformadora, orientada pela produção do conhecimento, pela justiça social e pelo desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

4.3.4 Incorporação de recursos tecnológicos e Inovação Pedagógica

A incorporação de recursos tecnológicos constitui dimensão estruturante da política acadêmica da UFT, orientada pelos princípios da inovação pedagógica, da democratização do acesso ao conhecimento e do fortalecimento da cultura digital. Em consonância com PDI (2026–2030), a Universidade compreende a tecnologia não apenas como ferramenta de apoio,

mas como meio integrador dos processos formativos, da produção científica, da gestão do conhecimento e da governança universitária.

Nesse ciclo de planejamento institucional, destaca-se a estruturação de um Ecossistema de Aprendizagem Inteligente, apoiado em *learning analytics*, possibilita o acompanhamento qualificado das trajetórias acadêmicas, a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e a realização de intervenções pedagógicas humanizadas e personalizadas, respeitando os ritmos, contextos e necessidades dos estudantes.

Esse ecossistema deve ser sustentado pela ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica, com investimentos em laboratórios, ambientes didáticos, conectividade e sistemas digitais, assegurando suporte às atividades presenciais, híbridas e remotas.

No campo pedagógico, a incorporação das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) favorece a adoção de metodologias ativas, o uso de ambientes virtuais colaborativos e de recursos multimídia interativos, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem e fortalecendo o protagonismo discente. Essa abordagem está alinhada às diretrizes de educação híbrida, à flexibilização curricular, à itinerância curricular e pedagógica e à formação ao longo da vida, promovendo autonomia intelectual, interdisciplinaridade e inovação nos percursos formativos.

A política institucional de incorporação tecnológica é indissociável do compromisso com a inclusão digital. A UFT desenvolve ações de formação continuada para docentes e técnico-administrativos voltadas ao uso pedagógico das tecnologias, bem como iniciativas de apoio técnico e pedagógico aos estudantes, assegurando condições equitativas de acesso, uso e apropriação crítica dos recursos digitais, especialmente nos contextos híbridos e mediados por tecnologia.

No âmbito da gestão universitária, a adoção de sistemas integrados, plataformas de dados e ferramentas de inteligência institucional subsidia o monitoramento de indicadores acadêmicos, administrativos e financeiros, qualificando os processos decisórios, fortalecendo a transparência, a eficiência administrativa e a integração multicâmpus.

Por fim, a incorporação de recursos tecnológicos na UFT dialoga com uma perspectiva de Epistemologia Contracolonial, na qual as tecnologias digitais convivem e se articulam com os saberes tradicionais, comunitários e territoriais. Essa integração reafirma o compromisso institucional com uma universidade viva, inovadora e inclusiva, capaz de responder, com ética e responsabilidade social, aos desafios educacionais, culturais e socioambientais da Amazônia Legal e do Estado do Tocantins.

A instituição adota abordagem pedagógica fundamentada em aprendizagem baseada em problemas, projetos integradores interdisciplinares, metodologias ativas centradas no estudante, currículos com componentes flexíveis, integração entre teoria e prática e uso de tecnologias educacionais.

A flexibilização curricular permite aproveitamento de competências desenvolvidas no trabalho, atividades complementares certificadas, componentes eletivos e mobilidade acadêmica. A inovação pedagógica é institucionalizada por meio de normativas internas e acompanhada por indicadores de desempenho acadêmico.

4.4 Políticas Acadêmicas

As políticas acadêmicas orientam a organização e o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, em consonância com o PDI (2026–2030). Fundamentadas nos princípios da educação pública, democrática, dialógica e inclusiva, essas políticas visam assegurar qualidade acadêmica, equidade no acesso, permanência qualificada e formação socialmente referenciada.

4.4.1 Políticas de ensino para os cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu)

A política de ensino está estruturada a partir dos princípios da formação integral, compromisso social da universidade pública e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. Em consonância com o PDI (2026–2030), tais políticas visam assegurar a qualidade acadêmica, a inclusão, a inovação e o fortalecimento das práticas pedagógicas em todos os níveis de ensino.

Graduação

A graduação é orientada pelo compromisso com a formação integral, ética e técnica, voltada à transformação social e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. A oferta de cursos abrange diversas áreas do conhecimento, distribuídas em uma estrutura multicâmpus que valoriza a capilaridade territorial e a diversidade sociocultural do estado.

O acesso à graduação ocorre de forma democrática e transparente, fundamentado no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e, de maneira inovadora e regionalizada, por meio do Exato (Exame de Acesso ao Ensino Superior do Tocantins) e outras formas de ingresso que sejam necessárias para atender às especificidades do público e dos cursos. Como instrumento de integração das instituições públicas de ensino superior no estado, o Exato atua como um mecanismo de equidade, valorizando o potencial dos estudantes tocantinenses e fortalecendo o vínculo da Universidade com a educação básica regional.

A UFT reafirma sua política de permanência e êxito estudantil como um pilar de justiça social. Superando visões tradicionais de retenção, a instituição foca na promoção do sucesso acadêmico e na garantia de fluxos curriculares fluídos. Essa estratégia é materializada pelo Ecossistema de Aprendizagem Inteligente, que utiliza tecnologias de análise de dados e suporte personalizado para monitorar trajetórias discentes e oferecer intervenções pedagógicas oportunas e humanizadas. Em sinergia com o PIIP, busca-se a qualificação contínua das práticas docentes, o acompanhamento pedagógico, a inovação como mecanismo motor de busca de soluções para às dificuldades dos nossos acadêmicos, e a busca de estratégias para melhoria dos indicadores de ensino-aprendizagem.

As políticas de ensino de graduação da UFT contemplam a curricularização da extensão, o incentivo às metodologias ativas e a flexibilização curricular por meio de itinerários formativos diversificados. A inovação reflete-se na consolidação dos cursos existentes e na criação de cursos de vanguarda e diferenciados, pautados pelos princípios ESG, sustentados por uma Epistemologia Contracolonial e pelo Encontro de Saberes, reconhecendo mestres tradicionais como sujeitos de conhecimento.

Essa articulação entre o ensino presencial e a distância fundamenta-se em uma perspectiva de educação híbrida, em conformidade com as atuais diretrizes nacionais e voltada à excelência da formação docente. Por meio da itinerância acadêmica, da pedagogia da alternância, a UFT desterritorializa o ensino superior, levando a experiência universitária a comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas em seus próprios contextos.

A gestão pedagógica sustenta-se em uma governança ética (G), socioambiental (E) e inclusiva (S), produzindo inteligência acadêmica e humanizada fundamentada na análise crítica de dados e evidências para orientar o aperfeiçoamento ético e técnico do ensino. A PROGRAD conduz este processo por meio de uma gestão em rede distribuída, consolidada nos pilares da cocriação, cooperação e colaboração entre todos os segmentos universitários. Esta corresponsabilidade intersetorial e institucional tem no Ecossistema de Aprendizagem

Inteligente o seu principal viabilizador, atuando como uma plataforma de integração onde a tecnologia potencializa a escuta e o trabalho coletivo.

Neste modelo, o desenvolvimento de percursos formativos e o monitoramento do sucesso estudantil ocorrem de forma dialógica e responsável, transformando dados em ações de acolhimento através de processos de cocriação pedagógica. Ao articular ensino, pesquisa, extensão e uma gestão acadêmica moderna, a UFT fortalece a indissociabilidade de seus processos, consolidando-se como uma universidade pública e inovadora.

Este sistema de governança compartilhada e de cooperação, é mediado por tecnologias que valorizam o protagonismo discente e docente, o que assegura o compromisso com a emancipação humana e a excelência acadêmica, honrando as experiências do passado para transformar, de forma solidária, o futuro no contexto amazônico.

Pós-graduação *Lato sensu e Stricto sensu*

Desde a sua implantação em 2003, a UFT tem se destacado cada vez mais no desenvolvimento da pesquisa, inovação e tecnologia com responsabilidade e inserção social.

Atualmente a UFT conta com 42 programas *stricto sensu*. Na pós-graduação *lato sensu*, a UFT já implementou mais de 60 cursos. Atualmente, estão disponíveis para a comunidade 16 cursos. É uma demonstração direta da oferta de atividades demandadas pela sociedade e pelo mercado profissional e, ao mesmo tempo, prestam-se como extensão do ensino acadêmico. São objetivos da pós-graduação na UFT:

- Estabelecer uma política de integração (ensino, pesquisa, extensão e gestão) com as demais pró-reitorias, por meio de projetos, programas e eventos, objetivando elevar o conceito institucional;
- Implementar políticas que garantam o ingresso, acesso e permanência do estudante (vulnerável e de etnias) na pós-graduação (acesso à moradia, alimentação, saúde, acessibilidade);
- Consolidar uma política de internacionalização para os cursos da pós-graduação;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades dos cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) da UFT;
- Institucionalizar a extensão nos cursos de pós-graduação, por meio de cursos, projetos e disciplinas;

- Implementar políticas integradoras entre graduação e pós-graduação para fomento da pesquisa, a inovação e transferência tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural;
- Consolidar a política editorial para as coleções bibliográficas digitais da EdUFT;
- Otimizar e consolidar o Repositório Institucional e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT.

a) Criação e funcionamento dos cursos de Pós-graduação

Ao primar por uma educação inovadora com excelência acadêmica, inclusão social, inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo, reconhecimento social, tendo em vista os mecanismos de governança pública, a pós-graduação tem como atribuições para o acompanhamento, melhoria e visibilidade dos PPG:

- Promoção de melhoria na qualidade dos cursos, por meio do oferecimento anual de cursos de capacitação para preenchimento da Plataforma Sucupira, para secretários e coordenadores;
- Sistematização e modernização dos procedimentos acadêmicos, a partir da integração da pós-graduação (lato sensu, stricto sensu, residência médica, entre outros cursos) ao SIE; oferta de ações que viabilizem a internacionalização, com o estímulo para o intercâmbio de alunos e professores estrangeiros para a UFT, como também, a ida de alunos e de professores para universidades estrangeiras;
- Oferta de editais para impulsionar a produção científica;
- Oferta de bolsas aos docentes em doutoramento por meio do Programa Novo Pró-doutoral, com condições de concorrência estipuladas em edital interno;
- Gerenciamento das bolsas dos programas da Capes e realizar o trabalho de intermediação entre os PPGs e a Capes;
- Acompanhamento dos docentes afastados para qualificação;
- Incentivo à oferta de disciplinas, cursos e projetos na modalidade EaD/Ensino Híbrido em língua estrangeira, impulsionando a internacionalização;
- Apoio à qualificação docente, revisão (quando necessária) de regimentos internos que tratam do tema, com ampliação da cota para saídas em cursos com menor percentual de doutores;

- Criação de programas de Acessibilidade e Educação Inclusiva para professores e estudantes estrangeiros.
- Consolidação de políticas e ações de estímulo à produção docente e discente à participação em eventos na pós-graduação.

b) Programa de Acompanhamento aos Cursos de Pós-graduação

O Programa de Acompanhamento dos Cursos de pós-graduação tem o objetivo de promover a avaliação, o planejamento e o acompanhamento dos cursos, com o suporte de consultores externos, para fomentar a elevação da qualidade do ensino de pós-graduação da UFT, contribuindo para dar materialidade a este PDI institucional.

A participação no Programa Institucional de Acompanhamento da UFT é feita a partir da adesão voluntária por parte do PPG. Após a adesão, iniciar-se-á a programação para que o PPG receba a visita anual de um consultor com experiência nas reuniões de avaliação da Capes, na área de conhecimento do PPG. Esse consultor deverá acompanhar e estabelecer metas a serem alcançadas pelo programa, de acordo com os critérios de avaliação de cada área.

4.4.1.1 Políticas de Estágio

As políticas de estágio da UFT fundamentam-se nos princípios da formação integral, da articulação entre teoria e prática e da relevância social do conhecimento aplicado. Esses princípios asseguram que o estágio constitua uma experiência essencial para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes. A política observa rigorosamente a legislação nacional (Lei n.º 11.788/2008) e as normas complementares do CONSEPE/UFT, abrangendo duas modalidades: estágio obrigatório, como requisito curricular, e estágio não obrigatório, voltado ao aprimoramento da formação. A normativa institucional que regulamenta o estágio na UFT é a Resolução nº 26/2021 - CONSEPE/UFT.

O modelo adotado busca garantir qualidade, segurança jurídica e efetividade na articulação entre universidade, estudantes e instituições concedentes, por meio de diretrizes claras que padronizam os processos e fortalecem a imagem da UFT como promotora de uma formação profissional responsável e alinhada às demandas da sociedade.

O estágio curricular, em ambas as modalidades, deve estar previsto no PPC, que define a carga horária mínima, as competências a serem desenvolvidas e os critérios de

supervisão e avaliação, assegurando coerência com o perfil do egresso e os objetivos do curso. As atividades devem ser realizadas em instituições que mantenham convênios ativos com a UFT.

A formalização desses convênios é conduzida pelo setor responsável, vinculado à Vice-Reitoria, e integra as ações da INOVATO da UFT. Essa estrutura promove a articulação entre pesquisa acadêmica, empreendedorismo e sociedade, impulsionando a transformação de ideias em soluções inovadoras com impacto social e econômico.

O Setor de Convênios dispõe de modelos próprios de termos de cooperação, garantindo agilidade e padronização nos processos, ao mesmo tempo em que assegura conformidade legal e alinhamento às políticas institucionais de formação profissional. A UFT incentiva a celebração de parcerias com órgãos públicos, empresas privadas, entidades do terceiro setor, organizações comunitárias, instituições de ensino, organizações sociais e profissionais liberais devidamente registrados em seus conselhos de classe.

Essas parcerias estratégicas têm como objetivo proporcionar experiências formativas qualificadas, alinhadas às demandas sociais, produtivas e educacionais do Tocantins e da Amazônia Legal. Buscam ampliar as oportunidades de estágio e consolidar a integração entre universidade e sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e socioemocionais. As atividades devem favorecer a formação de profissionais críticos, inovadores e comprometidos com a promoção do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da responsabilidade cidadã, em consonância com os valores institucionais da UFT.

A orientação dos estágios é realizada por docentes da UFT e a supervisão por profissionais habilitados nas organizações concedentes, garantindo acompanhamento pedagógico e técnico de modo contínuo. A universidade mantém políticas sistemáticas de monitoramento, avaliação e registro das atividades de estágio, assegurando o cumprimento dos objetivos formativos e a adesão aos princípios de qualidade, equidade e inclusão.

Atualmente, a Pró-Reitoria de Graduação conta com o Setor de Acompanhamento e Regulação de Estágio (SARE), que opera em rede distribuída, utilizando recursos do Ecossistema de Aprendizagem Inteligente para transformar o monitoramento técnico em inteligência acadêmica humanizada, assegurando conformidade com a agenda ESG e o sucesso da trajetória discente. O setor é responsável por coordenar e orientar as Centrais de Estágios nos cinco câmpus da instituição.

As Centrais ou Divisões de Estágio, conforme a nomenclatura de cada Campus, contam com servidores responsáveis pelo atendimento direto a estudantes e docentes. Esses setores acompanham e orientam os procedimentos de estágio, fornecem informações sobre a

documentação necessária, encaminham apólices de seguro e colaboram na elaboração de novos documentos e normativas promovendo a devida orientação aos alunos, docentes e unidades concedentes de estágio. Atuam ainda na interface entre o sistema de gestão de estágio, unidades concedentes, supervisores, orientadores e alunos.

Quanto ao aspecto técnico-organizacional, a UFT oferece duas modalidades de estágio: o estágio obrigatório, requisito curricular para a conclusão do curso, supervisionado por professor orientador vinculado à disciplina correspondente; e o estágio não obrigatório, destinado ao aprimoramento da formação profissional, podendo ser realizado internamente, nas unidades da própria UFT, ou externamente, em instituições parceiras, mediante processo seletivo por edital.

A carga horária e a jornada de trabalho dos estágios não obrigatórios seguem os parâmetros definidos pela legislação nacional e institucional, garantindo equilíbrio entre atividades acadêmicas e prática profissional. O limite padrão é de até seis horas diárias e trinta horas semanais, podendo chegar a quarenta horas semanais em períodos de alternância entre teoria e prática, desde que previsto no PPC. Durante os períodos de avaliação acadêmica, a carga horária deve ser reduzida em pelo menos 50%, preservando o desempenho do estudante. O estágio não obrigatório pode ter duração de até dois anos junto à mesma parte concedente, exceto para estudantes com deficiência.

A legislação permite ao estudante matriculado na disciplina de estágio obrigatório, que possua experiência profissional comprovada em área correlata, solicitar dispensa mediante análise e convalidação documental, estabelecendo carga horária mínima, competências a desenvolver e critérios de supervisão e avaliação, de acordo com o perfil do egresso.

A supervisão do estágio não obrigatório segue os mesmos critérios legais e institucionais, com acompanhamento realizado por professor da área de formação e orientador do curso. Durante a vigência do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), todos os estagiários devem contar com cobertura de seguro de vida e acidentes pessoais.

A seleção para o estágio não obrigatório ocorre por meio de editais públicos, observando carga horária, reserva de vagas, critérios compatíveis com a formação e documentação exigida. O estagiário tem direito à bolsa, auxílio-transporte e férias proporcionais: 15 dias após seis meses ou 30 dias após doze meses de estágio, preferencialmente coincidentes com o período de férias escolares. No serviço público, o estagiário é considerado agente público, sem vínculo empregatício, conforme a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Dessa forma, a política de estágios da UFT consolida-se como instrumento estratégico para a formação integral dos estudantes, promovendo a articulação entre teoria e prática, o desenvolvimento de competências profissionais e a inserção qualificada no mundo do trabalho. Ao alinhar-se às diretrizes legais e pedagógicas, a universidade reafirma seu compromisso com uma educação superior pública, inclusiva e socialmente referenciada, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento sustentável da região.

4.4.1.2 Política de acompanhamento dos egressos

A UFT reconhece que o acompanhamento de egressos é uma dimensão essencial de sua política institucional de avaliação, gestão e aprimoramento da formação acadêmica. Esse acompanhamento visa monitorar a trajetória profissional, acadêmica e social dos diplomados, possibilitando à Universidade avaliar a relevância, o impacto e a qualidade de seus cursos, bem como ajustar políticas pedagógicas, curriculares e de inserção no mundo do trabalho.

A política institucional de acompanhamento de egressos da UFT está vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), em articulação com as coordenações de curso e as comissões próprias de avaliação. Esta articulação fundamenta-se na inteligência acadêmica, que utiliza a análise de dados e evidências da trajetória dos egressos em série histórica para retroalimentar, de forma ética e técnica, os PPCs, garantindo que a formação permaneça aderente às transformações do mundo do trabalho (Link: <https://www.uft.edu.br/egressos/politica-de-acompanhamento-de-egressos>).

Entre os objetivos centrais dessa política, destacam-se:

- a. Manter atualizado o cadastro de egressos da UFT e fomentar a criação de redes de ex-alunos por curso e por câmpus;
- b. Avaliar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, em programas de pós-graduação e em atividades de pesquisa, inovação, extensão e gestão pública;
- c. Identificar o nível de satisfação dos egressos com a formação recebida e sua contribuição para o desenvolvimento pessoal, profissional e social;
- d. Utilizar as informações obtidas para o aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), subsidiando o planejamento acadêmico e institucional;

e. Fortalecer a relação da Universidade com a sociedade, estimulando a participação dos egressos em projetos, eventos, programas de mentoria e redes colaborativas de inovação e empreendedorismo.

Para operacionalizar essa política, a UFT mantém o Sistema de Acompanhamento de Egressos (SAE/UFT), plataforma integrada ao Sistema Acadêmico, que reúne dados sobre a trajetória profissional dos egressos. Complementarmente, são realizados inquéritos periódicos, eventos de reencontro e pesquisas institucionais de acompanhamento, que alimentam os relatórios de avaliação institucional elaborados pela CPA. A operacionalização dessas ações terá como base o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente, que integrará o SAE/UFT a novas tecnologias de monitoramento e redes profissionais, transformando dados brutos em indicadores de sucesso e impacto social da universidade.

São disponibilizados e aplicados questionários de Pesquisa de Acompanhamento de Egresso (link: <https://sites.uft.edu.br/egressos/>) . O questionário permite avaliar as condições de oferta dos cursos visando à formação de profissionais qualificados para o exercício de suas habilidades e competências profissionais, adquiridas durante sua atuação acadêmica na instituição, bem como, levantar dados relativos à adequação da missão institucional – metas, valores e objetivos – e atuação profissional dos egressos; acompanhamento socioeconômico; avaliação do percurso acadêmico e profissional; além da demanda por formação continuada.

A política também prevê o incentivo à participação dos egressos nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade, especialmente nos colegiados de curso, conselhos de câmpus e fóruns acadêmicos, reconhecendo o papel desses sujeitos como agentes de retroalimentação e corresponsabilidade pela qualidade formativa da instituição. A inserção do egresso nos colegiados de curso materializa a gestão em rede distribuída e a corresponsabilidade, permitindo que a experiência profissional externa contribua na cocriação de novos itinerários formativos e parcerias estratégicas de inovação.

Além disso, a UFT busca ampliar sua rede de cooperação com o setor público e produtivo, favorecendo a empregabilidade e a inovação profissional dos egressos, em consonância com as demandas regionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dessa forma, a política de egressos reafirma o compromisso com a governança ética e a responsabilidade socioambiental (ESG), utilizando a inteligência acadêmica e humanizada para assegurar que a formação oferecida pela UFT continue sendo um motor de emancipação humana e desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

4.4.2 Políticas Institucionais de Pesquisa e Iniciação Científica

A UFT, via PROPESQ, coordena ações estratégicas para fortalecer a produção científica, ampliar a inserção da comunidade acadêmica em redes nacionais e internacionais e difundir o conhecimento gerado. A pesquisa é compreendida como uma prática dinâmica, integrada ao ensino e à extensão, voltada à inovação, à formação humana e ao impacto social. Esse ecossistema de formação — composto por iniciação científica, grupos de pesquisa, núcleos e institutos intercampus — conecta docentes, técnicos, estudantes e a sociedade.

Alinhada ao PDI (2026–2030), a Política de Pesquisa adota a perspectiva ESG como princípio estruturante. Essa abordagem integra responsabilidade socioambiental, integridade científica, inovação e governança pública, posicionando a atividade científica como vetor de formação ética e desenvolvimento sustentável, com foco na Amazônia Legal e no fortalecimento regional.

A fundamentação normativa da pesquisa na UFT ampara-se na legislação federal e em dispositivos institucionais. Destacam-se o Decreto nº 9.235/2017 (atos autorizativos e PDI), a Lei nº 13.243/2016 e o Decreto nº 9.283/2018 (Marco Legal da CT&I). Integram este escopo as diretrizes da CAPES e CNPq, a Política Nacional de CT&I, a Agenda 2030 (ODS) e o Questionário iESGo/TCU. No plano interno, a política baseia-se no Regimento Geral da UFT e nas resoluções do CONSEPE: nº 50/2022 (pós-graduação *lato sensu*), nº 84/2023 (pós-graduação *stricto sensu*) e nº 72/2022 (Política de Inovação e Propriedade Intelectual). O monitoramento ocorre pelos Relatórios de Gestão da PROPESQ, editais de fomento e pelo Painel do Plano Anual de Trabalho (PAT).

Os princípios orientadores prezam pela excelência acadêmica, rigor metodológico e ética. A atuação institucional estrutura-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na interdisciplinaridade, na inclusão social e na valorização da diversidade. Estimula-se a interação com a sociedade, o empreendedorismo e a governança transparente, assegurando a responsabilidade territorial das ações científicas.

A execução desta política observa diretrizes para consolidar a pós-graduação, reduzir assimetrias entre programas e fortalecer o ecossistema UFT–NIT–Parque PEQUI. Prioriza-se a ciência aberta, a internacionalização, o alinhamento a políticas públicas e o fomento à pesquisa transdisciplinar. A governança é pautada por indicadores do MEC, CAPES, INEP e TCU, prevendo-se ainda a modernização da infraestrutura e dos equipamentos multiusuários.

Ações Implementadas (2021–2025)

a) Atualização normativa: aprovação da Resolução n. 72/2022 (Política de Inovação Tecnológica, Transferência de Tecnologia e Propriedade Intelectual da UFT) e da Resolução Consepe n. 50/2022, que atualiza a oferta de cursos lato sensu com exigência de estudo de demanda regional; aprovação da Resolução Consepe n. 84/2023, que dispõe sobre o Regimento dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFT; atualização das normativas relativas à avaliação de cursos lato sensu e fortalecimento da creditação da extensão na pós-graduação.

Ações de Fomento e Editais:

“Publicação de editais universais de pesquisa e de apoio à tradução e publicação de artigos, editais de fomento a núcleos de pesquisa e extensão, editais para pesquisa em coleções e acervos científicos, editais para infraestrutura de pesquisa e laboratórios multiusuários, além de editais específicos para projetos de inovação e para pesquisadores jovens e seniores (Prêmio Hilton Japiassu).”

c) Avanços na Iniciação Científica, PPGs e internacionalização: ampliação das bolsas de iniciação científica (PIBIC, PIBITI, PIBIC-Af, PIVIC e IC no ensino médio), com mais de 300 bolsistas selecionados em 2024; oferta de programas de tutoria na pós-graduação vinculados ao Programa de Inovação Pedagógica; expansão de cursos de especialização em diversas áreas; criação de novos programas de mestrado e doutorado; fortalecimento de editais de mobilidade, estágios de pós-doutorado e professor visitante, e estímulo à oferta de disciplinas em língua estrangeira nos PPGs.

d) Projetos de impacto socioambiental: fomento a projetos de extensão vinculados à pós-graduação com foco em diversidade, meio ambiente, direitos humanos e igualdade étnico-racial; editais específicos para ações de extensão articuladas aos PPGs; iniciativas de pesquisa aplicada em coleções científicas, biodiversidade, conservação ambiental e desenvolvimento regional sustentável, em diálogo com políticas estaduais e municipais e com o MCTI/FINEP/FNDCT.

e) Integração com graduação e extensão: realização anual do Seminário de Iniciação Científica, ampliando a participação de graduandos nos projetos de pesquisa da pós-graduação; fortalecimento da curricularização da extensão nos cursos stricto sensu; editais conjuntos PROPESQ–PROEX para ações de extensão ligadas aos PPGs; estímulo à

participação de discentes de pós-graduação como tutores e mentores em projetos de IC e de extensão.

O panorama atual da pós-graduação reflete a maturidade dos programas da UFT, consolidando o fluxo entre matrículas e a formação titulada, apoiada pelo investimento estratégico em bolsas. Os dados apresentados na Figura 8, demonstram o fluxo de discentes, destacando o equilíbrio entre o ingresso (matrículas) e a formação titulada (concluintes), associados ao investimento estratégico em auxílios e bolsas que garantem a sustentabilidade acadêmica.

Figura 8 - Consolidação de Matrículas e Investimentos na UFT.



Fonte: Sistemas institucionais da UFT (SEI, ASTEN, planilhas da DIRPOS/PROPESQ, 2025).

Link: <https://shre.ink/5sk7>

Ações Estratégicas Futuras (2026–2030)

A Propesq adota os critérios ESG como eixo estruturante. A pesquisa na UFT contribui diretamente para diversos ODS, integrando inovação, inclusão e transparência institucional, com foco no desenvolvimento regional sustentável da Amazônia Legal.

Eixos Estratégicos 2026–2030

Para o próximo ciclo, a atuação da PROPESQ divide-se em cinco eixos:

A. Excelência Acadêmica: No eixo da excelência acadêmica, as ações priorizarão o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), com foco na elevação contínua das notas CAPES e no monitoramento sistemático das avaliações Sucupira. Serão fomentadas a produção científica de alto impacto e sua indexação em bases qualificadas, incluindo a articulação da iniciação científica (IC) aos grupos de pesquisa estratégicos, editais internos, o programa EDUFT, bolsas de estágio pós-doutoral e professor visitante. Complementarmente, haverá revisão e atualização de regimentos institucionais, cursos de integridade científica e monitoramento trimestral de indicadores, consolidando uma cultura de excelência e responsabilidade metodológica em toda a universidade.

B. Inovação e Transferência de Conhecimento: O segundo eixo estratégico visa fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento, com destaque para o NIT, o INOVATEC e o Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI). Serão apoiadas ações de pesquisa aplicada, empreendedorismo acadêmico e inovação social, incluindo workshops, ciclos de seminários com o setor produtivo e programas de spin-offs e deep techs. A política institucional de propriedade intelectual será ampliada, com metas anuais de depósitos de patentes, capacitação de docentes, estudantes e técnicos, e articulação com incubadoras e editais institucionais, promovendo a integração da pesquisa científica com o desenvolvimento tecnológico e econômico regional.

C. Internacionalização e Cooperação: Para o eixo de internacionalização, as ações estratégicas incluem a expansão da participação dos PPGs em redes e convênios internacionais, acordos de cotutela, mobilidade acadêmica de docentes, discentes e pós-doutorandos, além da realização de missões técnicas internacionais. A comunicação científica será internacionalizada por meio da tradução de páginas dos PPGs, catálogos bilíngues e publicação de produção científica em periódicos internacionais, incluindo a revalidação de diplomas estrangeiros, garantindo visibilidade global à pesquisa da UFT.

D. Inclusão, Diversidade e Ações Afirmativas: Neste eixo, serão ampliadas políticas de acessibilidade e apoio a pessoas com deficiência (PCDs), realizadas pesquisas e mapeamentos bienais da diversidade, fomentados projetos de equidade social, étnico-racial e de gênero, e fortalecida a participação de graduandos em projetos com esse enfoque. A universidade também manterá ações de premiação e valorização da produção em extensão universitária e promoverá treinamentos contínuos para bancas avaliadoras, assegurando critérios de cotas e heteroidentificação.

E. Captação de Recursos e Sustentabilidade Financeira: No eixo da sustentabilidade, a PROPESQ buscará consolidar convênios com fundações de apoio, agências de fomento e entes públicos, estimular a execução de projetos com impacto regional e articular parcerias técnico-científicas com municípios e estados. Serão priorizadas iniciativas de governança eficiente, redução do tempo de tramitação de processos, institucionalização do Regimento de Uso de Inteligência Artificial e capacitações anuais. Também serão captados recursos internos e externos para modernização de laboratórios multiusuários, coleções científicas e bibliotecas, fortalecendo a infraestrutura de pesquisa e fomentando a ciência aberta.

Será mantido o monitoramento trimestral de indicadores para assegurar o cumprimento das metas estabelecidas no PDI, consolidando a pesquisa como pilar da soberania científica regional. O monitoramento será realizado pela PROPESQ com PROAP, PROEX, PROGRAD, NIT, PPGs e unidades acadêmicas, utilizando: GPU e BI institucional; Indicadores vinculados ao PDI e ao SINAES; Relatórios anuais de gestão da UFT e da PROPESQ, Avaliação CAPES; Métricas ESG (iESGo/TCU).

Como instrumentos de incentivo, destacam-se o Portal de Periódicos, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bolsas de produtividade e editais de auxílio a eventos e infraestrutura. Atualmente, a UFT operacionaliza projetos financiados por agências como CNPq (com 45 projetos ativos), FINEP e Secretaria de Ciência e Tecnologia, entre outras instâncias de fomento. Fazem parte da política de pesquisa: Comitês Científicos, PIBIC/PIVIC, Grupos de Pesquisa, Núcleos de Pesquisa e Extensão e Institutos.

4.4.2.1 Comitês Científicos

Os Comitês Científicos assessoram a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq) em matérias científicas e éticas. A estrutura compõe-se pelos seguintes órgãos:

- Comitê Técnico-Científico (CTC);
- Comitê de Ética em Pesquisas em Animais (CEUA);
- Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP);
- Comitê PIBIC;
- Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Doenças Tropicais (CEP HDT- UFT);

4.4.2.2 PIBIC/PIVIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Voluntário (PIVIC) visam à formação de novos talentos e ao fortalecimento da trajetória acadêmica rumo à pós-graduação. A Propesq promove anualmente Seminários de Iniciação Científica para difusão dos resultados alcançados. Atualmente, a oferta contempla:

- 98 bolsas UFT, 75 FAPT e 127 bolsas CNPq;
- 18 bolsas de Ações Afirmativas e 11 bolsas PIBITI;
- 10 bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio e 178 vagas voluntárias (PIVIC).

4.4.2.3 Grupos de Pesquisa

Os grupos de pesquisa são unidades de produção coletiva de conhecimento que integram docentes, discentes e técnicos. Consolidados com o apoio da CAPES, esses grupos fundamentam a criação de programas de pós-graduação *stricto sensu* e incentivam parcerias interinstitucionais. Informações adicionais podem ser consultadas no portal do Diretório, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>.

Atualmente a UFT possui 187 grupos certificados no Diretório do CNPq, distribuídos por grandes áreas:

- Ciências Humanas: 54;
- Ciências Agrárias: 31;
- Ciências Sociais Aplicadas: 30;
- Ciências da Saúde: 19;
- Ciências Exatas e da Terra: 17;
- Linguística, Letras e Artes: 14;
- Ciências Biológicas: 13;
- Engenharias: 04;
- Outras: 18.

4.4.2.4 Núcleos de Pesquisa e Extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Extensão são organismos multi e interdisciplinares que coordenam atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e à resolução de demandas do Estado do Tocantins. Tais núcleos visam converter o conhecimento acadêmico em melhorias socioeconômicas e na qualidade de vida da população regional, atuando conforme os projetos listados nos instrumentos de gestão institucional.

Além de fortalecer a vocação pública e social da Universidade, os Núcleos contribuem para a consolidação de redes de cooperação institucional, para a qualificação da formação acadêmica e para o suporte técnico-científico a órgãos públicos, organizações da sociedade civil e comunidades locais.

Dessa forma, configuram-se como importantes instrumentos de interiorização do conhecimento, inovação social e promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito da UFT.

A UFT possui núcleos com atuação interdisciplinar que integram ensino, pesquisa e extensão em diferentes áreas para responder às demandas regionais e sociais do Tocantins, conforme listados. A seguir no Quadro 4 é apresentada a relação de núcleos de pesquisa em atividades na UFT.

Quadro 4 - Relação de núcleos aprovados em atividades da UFT.

NÚCLEOS APROVADOS EM ATIVIDADES
Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento – NEMAD
Núcleo de Estudos da Saúde – NEST
Núcleo de Estudos Ambientais – NEAMB
Núcleo de Economia Solidária – NESOL
Núcleo de Caracterização, Impactos e Programas Ambientais – NUCIPA
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Mudanças Hidroclimáticas – NUPEMHC
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas Públicas e Desigualdade Social - NEPED
Núcleo de Análises Químicas e Microbiológicas de Gurupi -
Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV
Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos – NIEDIH
Núcleo de Aprendizagem Digital – NAD
Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas – NEAI
Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero – NEDIG
Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades – NEUCIDADES
Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários – NURBA
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB
Núcleo de Estudos Estratégicos em Gestão Contemporânea – NEEG
Núcleo de Desenvolvimento de Software - NDS
Núcleo de Estudos em Ciências do Esporte e da Atividade Física – NECESP
Núcleo de Inclusão e Acessibilidade do Deficiente – NIADI
Núcleo de Estudos para o Desenvolvimento Turístico Sustentável do Sudeste Tocantinense – NEDETUR
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino e Formação de Professores – NUFOR
Núcleo de Estudos Contemporâneos – NECON
Núcleo de Telessaúde
Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT
Núcleo de Estudo e Pesquisa com povos Indígenas – NEPPI
Núcleo de Estudos Organizacionais – NEO

Núcleo de Estudos, Pesquisa em História, Sociedade e Educação – NEPHISE
Núcleo de Desenvolvimento Regional – NUDER
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Literários - NIEL
Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros – NEAF
Núcleo de Computação Aplicada – NCA
Núcleo de Pesquisa Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE
Comunicação, Imagem e Diversidade Cultural - CIDiC
Núcleo de Estudos em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável – NEADS
Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais - NUDEPS
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão “Educação, Comunicação e Cultura - NuPECC
Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão: “Informação, Comunicação e Memória - INFO
Núcleo de Produção Digital Isabel Auler - NPD

Fonte: PROGRAD, PROEX/UFT, (2025).

4.4.2.5 Institutos

Os Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão congregam pesquisadores da UFT para o aprofundamento de temáticas estratégicas e de relevância científico-tecnológica. Caracterizam-se como espaços multicâmpus virtuais de interação e mobilidade acadêmica, visando à produção de conhecimento de alto nível com impactos na graduação e pós-graduação.

Estruturados pelas grandes áreas do CNPq sob perspectiva inter e transdisciplinar, admitem parcerias com órgãos governamentais, empresas e entidades voltadas ao desenvolvimento do Tocantins. Contam com suporte laboratorial nos câmpus aderentes, pautando-se por princípios de integração e excelência institucional:

- Excelência;
- Interação entre pesquisadores;
- Mobilidade;
- Redução de assimetrias;
- Atratividade.

A seguir no Quadro 5 é apresentada a relação de Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão na UFT:

Quadro 5 - Relação de Institutos Intercâmpus de Pesquisa e Extensão da UFT.

INSTITUTOS
Instituto Padre Josimo de Pesquisa e Extensão da Amazônia
Instituto de Pesquisa e Extensão em Educação
Instituto de Atenção às Cidades
Instituto de Desenvolvimento Territorial
Instituto de Biodiversidade do Tocantins
Instituto de Arte e Cultura
Instituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, Linguagens e Sociedade
Instituto do Empreendedorismo Inovador

Fonte: Elaborado pela Propesq, (2025).

4.4.2.6 Sistema de Gestão de Projetos Universitários (GPU)

O GPU é a plataforma central para o cadastro e acompanhamento ágil de projetos da UFT. O sistema promove a transparência e a visibilidade das atividades universitárias para a comunidade acadêmica e a sociedade. Atualmente, a instituição contabiliza 3.681 projetos cadastrados, sendo 712 homologados em execução.

4.4.2.7 Editais

A UFT mantém diversos editais de fomento destinados à pesquisa, ao apoio aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) e à permanência estudantil. Destacam-se as seguintes modalidades:

- Auxílio para participação em eventos e tradução/publicação de artigos científicos;
- Bolsa Produtividade em Pesquisa, visando incentivar doutores a buscarem fomento junto ao CNPq (modalidades PQ e DT);

- Prêmios Hilton Japiassú de Excelência em Pesquisa e de Divulgação Científica;
- Auxílio-Alimentação para pós-graduandos (PAPG).
- Tais incentivos visam elevar a produção científica nos estratos superiores do QUALIS/CAPES e fortalecer a competitividade institucional em editais externos (CNPq, FINEP).

4.4.2.8 Editora

A Editora da UFT (EdUFT) publica material de relevância científica, técnica e cultural. Sua política editorial fundamenta-se no incentivo à produção interna, no pluralismo de tendências e na devolução do conhecimento científico e tecnológico à sociedade. O Portal de Periódicos da UFT (link: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/>) complementa essa estrutura, permitindo a difusão de pesquisas alinhadas às características regionais, como estudos sobre comunidades indígenas, quilombolas e biomas locais. O Quadro 6 evidencia os periódicos e revistas constante no Portal de Periódicos da UFT:

Quadro 6: Portal de Periódicos da UFT

NOME DA REVISTA / PERIÓDICO	RESUMO DO QUE SE TRATA	LINK DE ACESSO
Revista Observatório	Publicação interdisciplinar focada em Comunicação, Educação e Cultura.	Acesse aqui
Desafios	Revista interdisciplinar que abrange diversas áreas do conhecimento científico.	Acesse aqui
Porto das Letras	Especializada em estudos linguísticos, literários e ensino de línguas.	Acesse aqui
Revista Brasileira de Educação do Campo	Voltada para a educação em contextos rurais, movimentos sociais e o campo.	Acesse aqui
Capim Dourado: Diálogos em Extensão	Focada em relatos e artigos científicos sobre atividades de extensão universitária.	Acesse aqui

Humanidades & Inovação	Reúne produções acadêmicas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Inovação.	Acesse aqui
Revista Interface	Investiga as relações entre tecnologia, educação e práticas sociais contemporâneas.	Acesse aqui
Escrever a História	Periódico dedicado à divulgação de pesquisas originais no campo da Ciência Histórica.	Acesse aqui
Caminhos da Educação	Focada em diálogos, culturas e diversidades dentro do cenário educativo.	Acesse aqui

Fonte: Elaborado pela SUCOM/UFT (Link: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/>)

4.4.2.9 Centro de Pesquisa e Ecoturismo Canguçu (CPC)

O Centro de Pesquisa Canguçu (CPC) foi inaugurado em 1999 pelo Instituto Ecológica e é atualmente gerenciado em parceria com a UFT, contando com apoio de pesquisadores do Brasil e do exterior. Trata-se de uma unidade estratégica de ensino, pesquisa e extensão da UFT, localizada em Pium (TO), cerca de 250 km de Palmas, às margens do rio Javaés e em frente à Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. (link: <https://www.uft.edu.br/centros/centro-de-pesquisa-cangucu/historico>)

Concebido como observatório científico e base de pesquisas de campo, o Canguçu tem como objetivos complementar o ensino com aulas práticas e cursos de campo, fomentar pesquisas em diversas áreas do conhecimento e desenvolver ações de extensão voltadas à educação ambiental, ao ecoturismo e à integração com a comunidade.

Situado em uma região de transição entre o Cerrado e a Amazônia, e próximo ao Parque Nacional do Araguaia e ao Parque Estadual do Cantão, o centro possui alto valor ecológico, favorecendo estudos sobre biodiversidade e conservação ambiental. Funciona o ano todo mediante agendamento, recebendo estudantes, pesquisadores e visitantes, com infraestrutura para hospedagem, trilhas e observação da fauna.

Suas pesquisas abrangem temas como biodiversidade, ecologia de aves, abelhas nativas, ictiofauna, clima e sequestro de carbono, resultando em diversas publicações científicas. A estrutura é adaptada às condições locais, com edificações sobre palafitas devido às cheias sazonais, uso de energia solar e acesso à internet, possibilitando pesquisas em

campo e envio de dados em tempo real. (link: <https://www.uft.edu.br/centros/centro-de-pesquisa-cangucu/sobre-o-centro>)

4.4.2.10 Coleções Científicas e Acervos Institucionais

A UFT mantém um robusto conjunto de coleções e acervos que funcionam como pilares para a preservação histórica, pesquisa científica e suporte didático. Estes recursos são registros fundamentais da herança natural e cultural do Tocantins e da região da Amazônia Legal, integrados a redes nacionais e internacionais de dados.

Coleções Biológicas e de História Natural: as coleções biológicas da UFT são repositórios de biodiversidade, compostos por espécimes organizados sistematicamente para fornecer dados de procedência, taxonomia e ecologia.

- **Coleção Ictiológica (Peixes)**: Localizada no Laboratório de Ictiologia Sistemática, possui cerca de 22 mil lotes catalogados. Destaca-se por abrigar um dos maiores acervos de raias de água doce do mundo e estar 100% digitalizada no Sistema de Informações sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr).
- **Herbário do Tocantins (HTO)**: Fundado em 2003, é o maior do estado, com aproximadamente 12 mil exemplares (plantas, algas, fungos e líquens). É referência em áreas de ecótono (Cerrado-Amazônia) e integra o Index Herbariorum internacional.
- **Coleção Entomológica (Insetos)**: Composta por coleções de via úmida e seca, reúne cerca de 7 mil espécimes acondicionados, representando a vasta diversidade de insetos da região.
- **Coleção Paleontológica (Fósseis)**: Única no Tocantins, conta com 2.100 peças (vertebrados, invertebrados e paleobotânica) que documentam a história geológica regional e nacional.
- **Coleção Herpetológica (CHUFT)**: Criada em 2023, foca na preservação de répteis e anfíbios, incluindo um banco de tecidos criopreservados para estudos genéticos.
- **Museu de Morfologia (MM)**: Criado em 2018, reúne exemplares da fauna silvestre do Cerrado e zonas de transição, utilizados em atividades de ensino e extensão.
- **Coleção Carlos Augusto Rosa**: Dedicada à cultura de microrganismos (fungos e bactérias) provenientes de diversos biomas brasileiros.

Acervos Antropológicos e Culturais: estes acervos consolidam a UFT como Centro de Referência no estudo das populações originárias e da história regional:

- Acervo dos Povos Indígenas no Tocantins (Ciber-Acervo): Reúne peças etnográficas, cerâmicas, armas e fotografias. Atua na salvaguarda do patrimônio cultural e na promoção do diálogo entre a academia e os saberes tradicionais.
- Acervo Carlos Moreira: Localizado na biblioteca de Porto Nacional, contém cerca de 20 mil itens, incluindo obras raras e documentos manuscritos do antropólogo Carlos Moreira Neto. É uma coleção fundamental para o estudo da história indigenista e das relações sociais no Brasil desde o período colonial.
- Centro de Documentação e Memória de Arraias e Região - CDMAR: Reúne atualmente três coleções físicas em processo de digitalização: documentação da antiga Unitins, antes da federalização e criação da UFT; documentos judiciais dos séculos XVIII, XIX e XX de Arraias e região; e os documentos judiciais dos séculos XIX e XX de Dianópolis.

Todos os acervos estão disponíveis para consulta acadêmica e visitação técnica, servindo como material de fiel depositária para estudos de impacto ambiental e revisões taxonômicas globais (Link: <https://collectory.sibbr.gov.br/collectory/>).

4.4.2.11 Concepção de Pesquisa, Incorporação ESG, Integração com Graduação, Extensão e Parque Tecnológico

A pesquisa na UFT é compreendida como prática acadêmica articulada, dinâmica e integrada às atividades de ensino e extensão, orientada para o desenvolvimento científico, a inovação tecnológica, a formação humana e o impacto social. A iniciação científica, os grupos de pesquisa, os núcleos e os institutos intercâmpus constituem o ambiente de formação que conecta estudantes, docentes, técnicos e comunidades na produção e disseminação do conhecimento.

A Política de Pesquisa tem como fundamento a convergência plena entre pesquisa, graduação e extensão, de modo que as atividades investigativas contribuam para a formação cidadã, o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais, a inserção estudantil em projetos científicos e a atuação direta em demandas territoriais. Os cursos de graduação são estimulados a integrar pesquisas em seus Projetos Pedagógicos, bem como a organizar grupos de estudo e iniciação científica vinculados às linhas de pesquisa da instituição. A extensão, por sua vez, consolida-se como dimensão de impacto social e como rota de

validação e aplicação do conhecimento gerado na pesquisa, por meio de projetos que atendem comunidades da Amazônia Legal, povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares e grupos vulneráveis.

A UFT reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ao incorporar a perspectiva ESG à concepção e ao desenvolvimento das pesquisas, assegurando que projetos acadêmicos considerem impactos ambientais, sociais e institucionais, bem como critérios de integridade, transparência e governança. A política estimula estudos que abordam desafios da biodiversidade, mudanças climáticas, conservação do cerrado e da Amazônia, transição energética, segurança alimentar, saúde pública, políticas sociais e desenvolvimento territorial sustentável, integrando saberes científicos e tradicionais.

A interação com o setor produtivo é fortalecida por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), que gerencia propriedade intelectual, transferência tecnológica e contratos de cooperação, e pelo Parque Científico, Tecnológico e de Inovação da UFT – Parque PEQUI, que constitui o principal ambiente de inovação e empreendedorismo da universidade no período 2026–2030, a ser finalizado em 2028. O Parque PEQUI integra laboratórios, empresas, startups, órgãos públicos, núcleos de pesquisa e programas de pós-graduação em ações de pesquisa aplicada, inovação tecnológica, ESG corporativo e desenvolvimento regional sustentável.

A participação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* amplia a qualidade da pesquisa institucional, garantindo a formação científica avançada e articulando a graduação, a iniciação científica e a extensão. Os programas são incentivados a desenvolver projetos de impacto social e ambiental, ampliar a internacionalização, produzir conhecimento orientado aos ODS e contribuir para o fortalecimento da governança científica da instituição.

4.4.3 Políticas institucionais para a Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Tocantins (PROEX/UFT), fundamentada no Art. 207 da Constituição Federal, reafirma o compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Alinhada aos ODS da Agenda 2030, a extensão é a dimensão central da missão pública da UFT, mediando a relação entre universidade e sociedade para promover transformação social, ambiental e formação cidadã. Essa atuação é regida pelas Diretrizes Nacionais para a Extensão, critérios de ESG (*Environmental, Social and Governance*) e referenciais do iESGo/TCU.

A governança extensionista, consolidada entre 2017 e 2025, estruturou-se na implantação do sistema GPU Extensão — para registro e monitoramento de ações e Ações Curriculares de Extensão (ACEs) — e na criação de Comitês Setoriais em todos os câmpus. A transparência é assegurada por Relatórios de Gestão, Catálogos de Ações e pelo AVA Canoeiro. O fomento consolidou-se em editais estratégicos como PIBEX, PADU, Prêmio de Extensão e Edital Dona Raimunda Quebradeira de Coco.

No campo social e cultural, a UFT fortaleceu a equidade racial, o enfrentamento ao racismo e a promoção dos direitos humanos através do Seminário Indígena, Incubadora Social, Espaço Lúdico Pedagógico, Corredor Cultural e Festival de Arte e Cultura. A maturidade institucional foi ratificada pela resposta à pandemia de Covid-19, com produção de EPIs e apoio a populações vulneráveis.

Para o ciclo 2026–2030, a gestão foca na transparência e sistematização de impactos. Planeja-se a criação de uma Plataforma de Mapeamento de Demandas Sociais, integrada a um Observatório de Determinantes Sociais e a uma Sala de Situação da Extensão. A política prevê ainda um portal unificado para editais, campanhas de boas práticas, reestruturação de fluxos administrativos e formação continuada em inovação social e economia solidária, visando o desenvolvimento sustentável e o "bem viver" na Amazônia Legal.

4.4.3.1 Curricularização da Extensão e Formação Discente

A integração da Extensão nos currículos de graduação da UFT atende à Resolução CNE/CES nº 7/2018, que exige 10% da carga horária em extensão (regulamentada internamente pela Resolução CONSEPE nº 14/2020). Até 2024, 80% dos cursos adequaram seus Projetos Pedagógicos (PPCs) com suporte do Guia de Creditação e do sistema GPU Extensão.

A política orienta-se pelos seguintes princípios:

- I. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** vinculação entre formação e transformação social;
- II. **Formação cidadã e ética:** desenvolvimento integral do estudante para o bem comum;
- III. **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade:** resolução de problemas reais via articulação de saberes;
- IV. **Diálogo e reciprocidade:** valorização do saber local;

- V. **Inclusão, equidade e justiça social:** foco em populações vulneráveis;
- VI. **Sustentabilidade:** consonância com os ODS e Agenda 2030;
- VII. **Gestão democrática:** protagonismo discente e comunitário;
- VIII. **Excelência acadêmica:** qualidade formativa e relevância social.

Como metas estratégicas, a UFT implementará, até 2027, um módulo acadêmico para monitoramento automatizado das ACEs e reforçará a articulação com escolas públicas da educação básica. Até 2030, planeja-se expandir as residências profissionais interdisciplinares e equalizar o número e valor das bolsas de extensão às de iniciação científica. A comunicação será fortalecida pelo Seminário de Creditação e campanhas de inovação. O acompanhamento ocorrerá por relatórios semestrais e painéis de indicadores, garantindo que o estudante seja sujeito ativo na transformação social pretendida pelo PDI 2026–2030.

Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX)

O Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), instituído por meio de normatização própria do Conselho Universitário, tem como finalidade qualificar a formação acadêmica de estudantes de graduação e pós-graduação, por meio de sua inserção sistemática em ações extensionistas, assegurando impacto social, territorial e formativo mensurável, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com os ODS.

No contexto do PDI 2026–2030, o PIBEX é reafirmado como política institucional permanente de fomento à extensão, orientada pelos seguintes princípios:

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Compromisso social da universidade pública;
- Formação integral, crítica e cidadã dos estudantes;
- Valorização da diversidade cultural, territorial e sociambiental;
- Fortalecimento da interação dialógica entre universidade e sociedade.

Enquanto política institucional, o PIBEX contribui diretamente para a consolidação dos eixos estratégicos do PDI relacionados à Curricularização da Extensão e Formação Discente, à Arte e Cultura, à Saúde e Bem Viver, à Inovação Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável, promovendo a participação ativa dos estudantes em projetos e programas extensionistas alinhados às demandas sociais e territoriais do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal.

O Programa estrutura-se a partir de editais públicos, com critérios transparentes de seleção, acompanhamento e avaliação, assegurando:

- Concessão de bolsas como estratégia de permanência e formação acadêmica;
- Valorização do papel do coordenador extensionista como agente formador;
- Monitoramento sistemático dos impactos das ações na formação discente e na comunidade externa;
- Produção e difusão de resultados extensionistas em eventos e publicações institucionais.

No horizonte do PDI 2026–2030, o fortalecimento do PIBEX implica sua integração plena aos instrumentos de planejamento, gestão e avaliação da PROEX, com destaque para:

- O alinhamento do programa às metas institucionais do pdi e do pat;
- A ampliação progressiva do número de bolsas, conforme disponibilidade orçamentária;
- O aprimoramento dos indicadores de impacto acadêmico, social e territorial;
- A vinculação explícita das ações apoiadas aos ODS e aos princípios ESG de governança pública.

Ao consolidar o PIBEX como política institucional estratégica, a UFT reafirma o compromisso da extensão universitária com a formação discente qualificada, com a transformação social dos territórios e com a produção de conhecimento comprometido com a realidade social, reconhecendo o estudante extensionista como sujeito ativo do projeto universitário.

4.4.3.2 Saúde e Bem Viver na UFT

A UFT adota uma concepção ampliada de saúde que integra as dimensões física, mental, emocional, social, espiritual, cultural e ambiental, superando o modelo biomédico tradicional. Esta política fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e em diretrizes nacionais (PNPS, PNEPS e PICS) e internacionais (Cartas de Ottawa e Xangai, REBRUPS), convergindo com o PDI (2026–2030) e o PNAES.

A execução fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. **Integralidade:** Saúde como resultado das condições de vida e estudo;

- II. **Universalidade e Equidade:** Acesso igualitário com atenção a grupos vulnerabilizados;
- III. **Intersetorialidade:** Articulação entre ensino, pesquisa, extensão, gestão e assistência estudantil;
- IV. **Protagonismo Social:** Diálogo entre saberes científicos e populares;
- V. **Ambientes Saudáveis:** Fomento a condições favoráveis ao desenvolvimento humano;
- VI. **Práticas Integrativas (PICS):** Valorização de saberes tradicionais e fortalecimento do CEPIC;
- VII. **Humanização:** Relações institucionais pautadas no acolhimento e escuta qualificada;
- VIII. **Autonomia:** Incentivo à corresponsabilidade e ao autocuidado.

4.4.3.3 Histórico Institucional e Consolidação da Saúde e Bem Viver na UFT

A trajetória institucional é marcada por iniciativas como o *UFT em Movimento*, o *CEPIC* (referência em PICS), a *Universidade da Maturidade (UMA)*, a *Escola de Extensão*, a *Incubadora Social* (conforme exposto no capítulo 7 tópico ESG-Social desde PDI e as *Ligas Acadêmicas de Saúde*. Para o ciclo 2026–2030, as metas estruturantes incluem: diagnósticos situacionais nos câmpus (até 2026); aprovação da Política Institucional (até 2027); e criação de comitês locais com adesão à REBRUPS (até 2028).

As ações preveem simpósios anuais, ampliação das PICS, enfrentamento à violência institucional, projeto de parque linear para convivência e cursos via UNA-SUS/UFT. A articulação intersetorial priorizará o atendimento a povos indígenas e territórios vulneráveis, com monitoramento sistemático via relatórios semestrais e indicadores de gestão participativa.

4.4.3.4 Esporte e Comunidade na UFT

O esporte é tratado como dimensão estratégica da formação integral e permanência estudantil, conforme a Resolução nº 41/2022–CONSEPE. Alinhada à legislação nacional, a política abrange práticas formativas, recreativas e de rendimento, com destaque para os *Jogos*

Internos, o programa *UFT em Movimento* e parcerias em para desporto com o Comitê Paralímpico Brasileiro. Para 2026–2030, o foco reside na descentralização das ações nos câmpus, na melhoria da infraestrutura e na gestão sustentável. O monitoramento será contínuo, pautado em metas de impacto territorial e escuta qualificada da comunidade acadêmica. A infraestrutura de esporte está descrita no capítulo 13.

Os *Jogos Indígenas* da UFT evento também esportivo, cultural e social de valorização da cultura indígena, integração entre povos, socialização, conhecimento e reconhecimento de práticas e relações entre indígenas e não-indígenas. Tem como público-alvo acadêmicos da UFT, preferencialmente. Objetivo: Promover a cultura indígena, a integração entre os povos e o intercâmbio com a comunidade acadêmica. Modalidades: Incluem competições tradicionais como corrida de tora, arremesso de lança, cabo de guerra, e arco e flecha, destacando a cultura física e esportiva. Cultura e Educação: Os jogos também servem para integrar o ensino de práticas indígenas, como jogos Apinajé, à educação física escolar e acadêmica.

4.4.3.5 Arte e Cultura na UFT

Como universidade amazônica, a UFT reconhece a arte e a cultura como campos epistemológicos essenciais ao diálogo intercultural com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Amparada pela Constituição Federal e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a política cultural democratiza o acesso a bens simbólicos via rede multicâmpus. Consolidada por projetos como o Corredor Cultural, UFT em Canto, os Festivais de Arte e Cultura e o Prêmio Dona Raimunda Quebradeira de Coco, o planejamento 2026–2030 visa à institucionalização de uma governança estável. O acompanhamento ocorrerá via sistema PAT-NAUS, mensurando indicadores de diversidade e impacto social.

4.4.3.6 Inovação Social na UFT

A inovação social articula conhecimentos acadêmicos e tecnologias sociais para mitigar desigualdades, pautando-se na economia solidária e na Agenda 2030. O histórico institucional inclui o apoio a empreendimentos pela *Incubadora Social*, a produção emergencial de EPIs e o reconhecimento da *UMA* e do *Editais Dona Raimunda*.

Para 2026–2030, a política prevê a criação de uma rede de incubadoras e um repositório de tecnologias sociais (até 2028), com foco em bioeconomia comunitária e agricultura sustentável. Destaca-se a implementação de residências profissionais interdisciplinares e a certificação de práticas em comunidades tradicionais. O monitoramento será alinhado ao iESGo/TCU, ODS e critérios ESG, garantindo transparência e autonomia produtiva regional.

4.4.4 Políticas de responsabilidade social (educação em direitos humanos)

A responsabilidade social é dimensão estruturante da missão da UFT, orientando sua atuação acadêmica e administrativa para a promoção dos direitos humanos, a redução de desigualdades e o fortalecimento da cidadania no contexto amazônico. A instituição reconhece a educação superior como direito social e instrumento de transformação e justiça.

Esta política fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na LDB, nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e no PNAES. Alinha-se ainda à Política Nacional de Extensão Universitária, à Resolução CNE/CES nº 7/2018, à Agenda 2030 da ONU (ODS 4, 5, 10, 16 e 17) e aos referenciais de governança e integridade do iESGo/TCU.

As diretrizes articulam educação, assistência estudantil e extensão para garantir equidade no acesso, permanência e êxito acadêmico. A política prioriza o enfrentamento a discriminações e violências, a valorização da diversidade (étnico-racial, cultural, de gênero, geracional e territorial) e a escuta ativa das comunidades. A gestão ocorre de forma transversal entre a PROEST — focada em condições materiais, psicossociais e pedagógicas de permanência —, a PROEX, que coordena ações educativas e interculturais de impacto territorial e ainda pela PROGRAD que faz a articulação do currículo aos processos de ensino aprendizagem.

No ciclo 2021/2025, a UFT consolidou programas de auxílio e saúde mental com foco em estudantes indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade socioeconômica. Marcos como o Espaço Lúdico Pedagógico ampliaram a equidade de gênero. Na extensão, destacaram-se o combate ao racismo institucional, projetos para a terceira idade e o acesso democrático à universidade, reafirmando o papel da UFT na inclusão social.

Para o ciclo 2026/2030, a estratégia foca na integração sistêmica entre permanência, formação cidadã e extensão transformadora. As prioridades incluem:

- Qualificação dos programas de apoio e saúde mental;
- Intensificação da educação em direitos humanos nos currículos e na extensão;
- Aprofundamento da atuação em territórios vulnerabilizados e escolas públicas;
- Ações em mediação de conflitos, prevenção de violências e cidadania ativa;
- Articulação com políticas de inovação social, economia solidária e sustentabilidade.
- O monitoramento e a avaliação serão contínuos, via sistemas institucionais, utilizando indicadores alinhados aos ODS, iESGo/TCU e critérios ESG. O processo inclui relatórios periódicos, painéis de indicadores e avaliações participativas com devolutivas sociais, visando à transparência e a consolidação da responsabilidade social como política institucional transversal.

Centro Internacional Edgar Morin de Complexidade, Transdisciplinaridade e Desenvolvimento Sustentável

A proposta de Implantação do Centro Internacional Edgar Morin de Complexidade, Transdisciplinaridade e Desenvolvimento Sustentável constitui uma iniciativa estratégica da UFT voltada à consolidação de um espaço institucional dedicado à produção e difusão de conhecimento orientado pelo pensamento complexo de Edgar Morin. O Centro será concebido como uma plataforma acadêmica e científica de alcance internacional, destinada a promover pesquisas, formação avançada e cooperação interinstitucional em torno dos desafios contemporâneos que articulam sociedade, natureza, tecnologia e governança. Ancorado na perspectiva da complexidade, o projeto busca superar a fragmentação disciplinar e fomentar abordagens integradas capazes de compreender e enfrentar as múltiplas crises ecológicas, sociais e civilizatórias que caracterizam o mundo contemporâneo.

O Centro terá como missão promover a articulação entre saberes científicos, conhecimentos tradicionais e experiências sociais, estimulando práticas de investigação transdisciplinares e a coprodução de conhecimento com diferentes atores sociais. Para isso, pretende desenvolver programas de pesquisa, formação de pesquisadores, intercâmbio internacional, produção científica e apoio à formulação de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. A iniciativa será estruturada em cooperação com instituições acadêmicas nacionais e internacionais, em especial com o École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de

Brasília (CDS/UnB), ampliando a inserção internacional da UFT e fortalecendo redes de pesquisa dedicadas ao pensamento complexo e às transformações socioecológicas.

Além de sua função científica, o Centro Internacional Edgar Morin pretende atuar como um espaço de convergência entre universidade, sociedade e instituições públicas, contribuindo para a formulação de soluções inovadoras para os desafios do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade. A iniciativa dialoga diretamente com a realização periódica da Escola Internacional de Verão do Futuro Edgar Morin, que funcionará como um dos seus principais dispositivos de mobilização intelectual e formação de redes globais.

A Escola propõe renovar as relações entre ciência, saberes tradicionais, sociedade e meio ambiente. Parte do reconhecimento de que as crises contemporâneas — ecológica, climática, democrática e civilizatória — exigem abordagens sistêmicas capazes de superar a fragmentação disciplinar e promover uma inteligência coletiva orientada à transformação dos territórios.

A Escola Internacional de Verão do Futuro Edgar Morin, terá o seu primeiro encontro já marcado, nos dias 01 a 05 de julho de 2026, na UFT, em Palmas–TO; A programação integra seminário internacional, mesas de diálogo, apresentação de trabalhos científicos e atividades culturais, reunindo pesquisadores nacionais e estrangeiros, lideranças indígenas, gestores públicos e representantes da sociedade civil. Inserida em um contexto regional singular, marcado pela presença de povos indígenas e comunidades quilombolas no Tocantins, a Escola valoriza a coprodução de conhecimentos e o diálogo interepistêmico, fortalecendo experiências já consolidadas na UFT. Trata-se de afirmar uma universidade aberta e socialmente comprometida, capaz de articular rigor científico, responsabilidade ética e impacto nas políticas públicas territoriais.

A Escola Internacional de Verão do Futuro Edgar Morin será instituída como evento permanente da UFT, com realização bianual, consolidando-se como um marco institucional de reflexão estratégica sobre complexidade contemporânea. Seu horizonte inclui a formação continuada de redes internacionais de pesquisa, a criação de um Centro Internacional de Complexidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento e a incidência qualificada sobre currículos universitários e políticas públicas em múltiplas escalas. Ao mobilizar a ideia de uma “Política da Humanidade”, nos termos de Morin, a iniciativa projeta Palmas como polo internacional de pensamento transdisciplinar e cooperação acadêmica duradoura.

Dessa forma, o Centro busca consolidar a cidade de Palmas e o estado do Tocantins como um polo internacional de reflexão sobre complexidade contemporânea, promovendo

uma nova cultura científica e política baseada na integração entre conhecimento, ética e ação transformadora.

4.4.5 Políticas de Acessibilidade Acadêmica

A Política de Acessibilidade da UFT visa assegurar a equidade no ensino superior, garantindo a participação plena de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas. A acessibilidade é compreendida como condição estruturante da permanência e justiça social, abrangendo as dimensões atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, comunicacional, digital e de mobilidade.

A atuação institucional fundamenta-se nos marcos legais federais, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Política Nacional de Assistência Estudantil e decretos que regulamentam a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Internamente, a política é operacionalizada pelo Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva e pela Política de Ações Afirmativas. A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil coordena estas ações de forma intersetorial, tratando a acessibilidade como responsabilidade coletiva da universidade e da sociedade.

Os princípios orientadores incluem o enfrentamento sistemático a discriminações; o reconhecimento da equidade como compromisso de todos os segmentos universitários; a valorização da diversidade; o rigoroso cumprimento da legislação e o acolhimento como prática processual. As diretrizes priorizam a eliminação progressiva de barreiras físicas nos câmpus, a garantia de participação em atividades esportivas, culturais e em instâncias colegiadas, além do direito ao tempo adicional para atividades acadêmicas, visando autonomia e segurança institucional.

Recentemente, a UFT consolidou avanços como a contratação de cuidadores em saúde, aquisição de tecnologias assistivas, adequação de espaços físicos, concessão de auxílios financeiros específicos e monitoria especializada em acessibilidade.

Para o ciclo PDI (2026-2030), a universidade projeta o aprimoramento da política por meio das seguintes ações:

- Reformulação de programas de tutoria e monitoria em articulação com a graduação;
- Ampliação do atendimento a estudantes da pós-graduação;
- Implantação de Núcleos de Acessibilidade Inclusiva nos câmpus e reestruturação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade;

- Incremento de investimentos em tecnologias assistivas e adequação de espaços de convivência e alimentação;
- Elaboração de protocolos de AEE e orientações didático-pedagógicas, com adaptação de materiais;
- Fortalecimento da formação continuada para docentes e técnicos administrativos;
- Oferta de apoio financeiro via editais e desenvolvimento de instrumentos para identificação de necessidades educacionais específicas.

O monitoramento e a avaliação serão sistemáticos, com acompanhamento semestral da situação acadêmica, análise de indicadores de permanência, sucesso acadêmico e desempenho de egressos. Tais instrumentos garantirão a transparência, a eficácia das ações e o alinhamento institucional aos princípios de justiça social e inclusão. O atendimento educacional especializado deverá ser ofertado por equipe multidisciplinar, assegurando permanência e sucesso acadêmico

A instituição visa garantir acessibilidade arquitetônica, comunicacional, pedagógica e atitudinal, conforme legislação vigente. O aprimoramento na infraestrutura é realizada através da instalação de rampas, elevadores e sanitários adaptados, sinalização tátil e visual, recursos tecnológicos assistivos, serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS e plano de fuga e segurança predial e ajustes de inclusão de espaços de fraldários com localização em cada câmpus com infraestrutura (trocador, pia, lixeira específica) em conformidade com Decreto nº 8.368/2014.

4.4.6 Políticas institucional para internacionalização

O Plano de Internacionalização da UFT estabelece metas e medidas voltadas ao incentivo, implementação e monitoramento das ações de internacionalização desenvolvidas na graduação, pós-graduação, pesquisa e inovação, envolvendo discentes, docentes e técnicos. Seu propósito é fortalecer a inserção da UFT no cenário internacional por meio da cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

O plano complementa a Política de Internacionalização da UFT, aprovada pela Resolução CONSUNI nº 98, de 08 de novembro de 2023, e o instrumento estratégico instituído pela Resolução CONSUNI nº 99/2023, devendo ser atualizado a cada ciclo do PDI para orientar projetos e parcerias internacionais.

A política fundamenta-se nos princípios de cooperação, reciprocidade, integração, transparência, flexibilidade curricular e compromisso com a qualidade acadêmica e a diversidade cultural. Nesse contexto, a UFT busca consolidar sua presença internacional por meio da ampliação de redes colaborativas, acordos de cooperação, editais de mobilidade, seminários, missões institucionais e participação em fóruns nacionais e internacionais das IFES.

Entre as diretrizes institucionais destacam-se:

- I. Fortalecimento da internacionalização da graduação e da pós-graduação, com atualização dos PPCs e incorporação de práticas internacionais;
- II. Reestruturação das estratégias institucionais para consolidar a internacionalização como eixo prioritário;
- III. Revisão, renovação e ampliação de acordos de cooperação internacional;
- IV. Ampliação da visibilidade institucional e desenvolvimento de produtos e serviços em parceria com instituições estrangeiras;
- IV. Implementação de políticas de inclusão linguística;
- V. Promoção da mobilidade acadêmica para discentes, docentes e técnicos;
- VI. Estímulo à formação de redes internacionais de pesquisa;
- VII. Aprimoramento dos canais de comunicação e divulgação de oportunidades;
- VIII. Integração das ações de internacionalização aos setores institucionais com base em indicadores estratégicos.

A internacionalização tem se consolidado como dimensão estratégica das universidades brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, além de impactar diretamente os processos de avaliação conduzidos pelo MEC e pela Capes. No âmbito federal, políticas recentes reforçam essa prioridade por meio do financiamento de missões internacionais, apoio à participação em eventos, inclusão de ações orçamentárias específicas e estímulo à cooperação no Setor Educacional do Mercosul.

No ciclo do PDI (2021–2025), a UFT estruturou 22 ações voltadas à consolidação de sua política de internacionalização. Para o período 2026–2030, prevê-se o fortalecimento dessa política por meio das seguintes frentes:

Desenvolvimento Linguístico: ampliação da oferta de disciplinas em línguas estrangeiras; fortalecimento de programas de idiomas; oferta gratuita de novos idiomas; ampliação do Programa Idiomas sem Fronteiras; implantação do Instituto Confúcio; estruturação de testes de proficiência.

Mobilidade e Redes: expansão da participação nos programas GCUB-MOB, PEC-G, PEC-PG, Move La América, Rede INILAT e Capes Global; criação de editais próprios de mobilidade.

Cooperação Internacional: participação em missões institucionais, com ênfase no Sul Global; recepção de delegações estrangeiras; adesão a programas interinstitucionais das IFES.

Gestão e Acolhimento: fortalecimento da Secretaria de Assuntos Internacional e Cooperação Global (RELINTER); implementação da estratégia de internacionalização em casa; consolidação das ações em todos os câmpus.

Considerando o caráter transversal da internacionalização, novas estratégias poderão ser incorporadas ao plano conforme a evolução das demandas institucionais e do cenário nacional e internacional.

Centro de Idiomas da UFT

O Centro de Idiomas da Universidade Federal do Tocantins (CI/UFT), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, é projeto de extensão instituído pela Resolução nº 007/2004 do Conselho Universitário, tem a finalidade de promover o ensino de línguas estrangeiras à comunidade acadêmica e externa.

O projeto atua na oferta de cursos on-line de inglês, espanhol e francês, ministrados por docentes qualificados, além da elaboração e aplicação de exames de proficiência em leitura para ingresso em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Contribui diretamente para o fortalecimento da política de internacionalização institucional, para a ampliação da mobilidade acadêmica e para o desenvolvimento de competências linguísticas e interculturais.

Desde 2020, o CI UFT consolidou a modalidade 100% on-line, ampliando o acesso e garantindo maior capilaridade territorial, inclusão educacional e flexibilidade metodológica. Suas ações estruturam-se por meio de editais públicos, planejamento pedagógico contínuo, reuniões docentes, avaliações, certificações e parcerias estratégicas com órgãos governamentais, acadêmicos e do setor privado.

A iniciativa reafirma o papel da extensão universitária como instrumento de qualificação acadêmico-profissional, democratização do acesso à educação e fortalecimento do compromisso social da UFT.

4.4.7 Políticas de atendimentos aos discentes

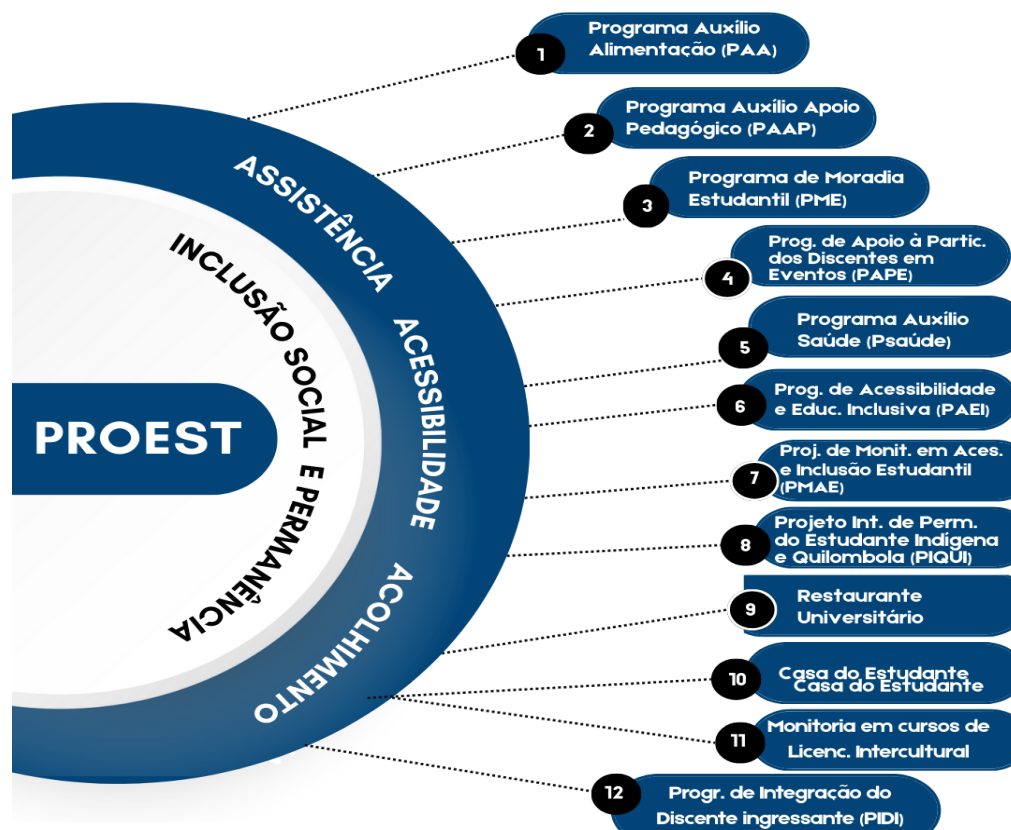
A Política de Atendimento e Assistência Estudantil da UFT é um eixo central do planejamento institucional, voltado a garantir condições objetivas e subjetivas para o ingresso, permanência e conclusão dos cursos com qualidade e equidade. A universidade reconhece que a democratização do ensino superior exige o enfrentamento de desigualdades socioeconômicas, regionais, étnico-raciais e culturais.

A comunidade discente da UFT destaca-se pela diversidade, com expressiva presença de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PcD). Por isso, a política abrange todos os *câmpus*, priorizando grupos historicamente excluídos para reduzir a evasão e fortalecer o êxito acadêmico.

A política ampara-se na Legislação Federal, especialmente na Lei nº 14.914/2024 (Lei do PNAES), no Decreto nº 7.234/2010 e nas normativas do Programa Bolsa Permanência. No plano interno, é regulamentada por resoluções do Consuni que disciplinam os auxílios, as Casas do Estudante, os Restaurantes Universitários (RUs) e os instrumentos de avaliação socioeconômica. A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROEST) coordena a execução e o monitoramento dessas ações em articulação com as demais unidades.

As ações orientam-se pela assistência como direito social, transparência na gestão, qualidade dos serviços e enfrentamento a todas as formas de preconceito. As diretrizes priorizam a descentralização (respeito às especificidades dos *câmpus*), a participação estudantil, a atuação de equipes multiprofissionais, a integração com redes públicas municipais e o rigor técnico-ético nas avaliações socioeconômicas. Para atingir esse escopo a Proest desenvolveu ações e programas, conforme demonstra a Figura 9:

Figura 9 - Programas e projetos de assistência estudantil da Proest/UFT.



Fonte: Coordenação de Acessibilidade Estudantil, PROEST/UFT, (2025).

A Proest é responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil da UFT, cujo objetivo é atender estudantes de cursos de graduação presencial, prioritariamente com vulnerabilidade socioeconômica, a fim de garantir condições de permanência até a conclusão do curso, diminuindo as desigualdades sociais e reduzindo os índices de retenção e evasão decorrentes de insuficiências de condições financeiras.

A UFT estruturou um portfólio robusto que inclui:

- **Auxílios e Bolsas:** Alimentação, moradia, apoio pedagógico, saúde, acessibilidade, participação em eventos, integração de ingressantes e Bolsa Permanência.
- **Infraestrutura:** RUs em todos os *câmpus*, Casas do Estudante e a Casa do Estudante Indígena.
- **Estruturas de Apoio:** Criação da Coordenação de Acessibilidade Estudantil, monitorias específicas para PcD, inclusão digital e o Projeto Integrado de Permanência do Estudante Indígena e Quilombola.
- **Gestão:** Fortalecimento do diálogo via Fórum de Assistência Estudantil e expansão do acesso gratuito aos RUs para estudantes de baixa renda.

Em 2025, as ações efetivadas nos programas e projetos foram dotadas de investimento financeiro na ordem de R\$ 18.090.166,68 (<https://l1nq.com/QPTmV>) e atingiram resultados que evidenciam a efetividade do trabalho desempenhado no âmbito da Política de Assistência

Estudantil pelas equipes de servidores/as da Proest e dos Setores de Assistência Estudantil nos câmpus da UFT, conforme quantitativos e percentuais demonstrados na Figura 10.

Em 2025, além das ações de continuidade dos programas, projetos e monitorias de assistência estudantil, foram realizadas: 1) a implantação do Restaurante Universitário no Câmpus de Arraias (cf. (8) <https://l1nk.dev/Gjkyp> 2) o início da implantação da Casa do Estudante no Câmpus de Palmas a partir da Cessão de um imóvel pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) (cf. <https://sl1nk.com/3sxBE>); 3) a criação de Monitoria para acolhimento de filhos(as) de estudantes, mães indígenas, de curso intercultural com filhos menores de idade durante o período das atividades acadêmicas nos câmpus de Miracema e Palmas. <https://l1nq.com/jo68t> 4) a inclusão de estudantes da pós-graduação no política de assistência estudantil por meio da concessão de subsídio para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica (cf. <https://sl1nk.com/JQLDT>). A figura 10 evidencia os resultados das ações, programas e projetos desenvolvidos pela assistência estudantil em 2025.

Figura 10 - Resultados das ações, programas e projetos de Assistência Estudantil, UFT, 2025.



Fonte: Coordenação de Acessibilidade Estudantil, Proest/DPE/UFT, (2025).

Para o próximo ciclo, as ações estratégicas focam em:

- **Expansão:** Assistência estudantil para a pós-graduação e ampliação dos auxílios financeiros.
- **Infraestrutura e Tecnologia:** Modernização de RUs e Casas do Estudante; fortalecimento do letramento e inclusão digital.
- **Saúde e Acessibilidade:** Ampliação do atendimento psicopedagógico e de saúde mental em todos os *câmpus*; consolidação de núcleos de acessibilidade e implementação de políticas de permanência parental.
- **Formação e Integração:** Apoio ao nivelamento acadêmico; incentivo à participação em intercâmbios, atividades culturais e esportivas; capacitação continuada de servidores em diversidade e inclusão (em parceria com a PROGEDEP).
- **Gestão e Dados:** Integração de sistemas socioeconômicos, desburocratização administrativa, controle social e criação de indicadores de trajetória para egressos atendidos.

O monitoramento será contínuo e sistemático, com acompanhamento semestral da situação acadêmica e análise de indicadores de evasão e conclusão. Este processo assegura a transparência e a produção de relatórios gerenciais para o aprimoramento permanente da política.

4.4.8 Políticas de Ações Afirmativas

A Política de Ações Afirmativas da UFT é um instrumento permanente voltado à equidade e justiça social, orientando o acesso, a permanência e o êxito de grupos historicamente sub-representados. A instituição reconhece que as desigualdades educacionais derivam de processos históricos e territoriais, exigindo respostas integradas que considerem as especificidades do Tocantins e da Amazônia Legal. O público-alvo abrange estudantes indígenas, quilombolas, negros, pessoas com deficiência (PcD), neurodivergentes, comunidade LGBTQIA+, povos tradicionais e em vulnerabilidade socioeconômica.

A política ampara-se na igualdade material prevista na Constituição Federal, na legislação federal de reserva de vagas (Lei de Cotas) e nas diretrizes do PNAES. Internamente, é regulamentada por resoluções do Consuni que disciplinam o acompanhamento na graduação e pós-graduação. Seus princípios fundamentais são a equidade como valor estruturante, a

diversidade como dimensão constitutiva e o enfrentamento rigoroso a todas as formas de discriminação e violência simbólica ou institucional.

A estratégia prioriza a transversalidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão. As diretrizes incluem o alinhamento normativo, a transparência, a formação antidiscriminatória, o apoio psicopedagógico e social, a acessibilidade plena e o controle social. A articulação com a extensão (PROEX) fortalece o compromisso social e o diálogo com comunidades tradicionais e organizações civis.

Recentemente, a UFT institucionalizou o diálogo intercultural via *Encontro de Saberes*, implementou o *Programa Integrado de Permanência do Estudante Indígena e Quilombola*, consolidou ações de acolhimento e investiu na formação continuada de servidores, além de melhorias na infraestrutura e no quadro de pessoal especializado.

Para o próximo ciclo (2026-2030), a UFT projeta o aprofundamento da inclusão mediante as seguintes ações estratégicas:

- **Integração e Acesso:** Articulação das políticas de ingresso com a assistência estudantil na graduação e pós-graduação, unificando programas federais e institucionais.
- **Apoio Pedagógico e Linguístico:** Implantação de programas de nivelamento, monitorias especializadas, cursos de língua portuguesa instrumental e fortalecimento das línguas indígenas como patrimônio acadêmico.
- **Infraestrutura e Tecnologia:** Instalação de Centros de Referência em Inclusão e Diversidade em todos os câmpus com equipes multiprofissionais; ampliação da inclusão digital por meio de laboratórios, softwares educativos e tecnologias assistivas.
- **Formação:** Programas permanentes em direitos humanos e equidade para toda a comunidade universitária.

O acompanhamento será realizado por núcleos permanentes, utilizando indicadores de acesso, permanência, sucesso acadêmico e inserção profissional. Os projetos terão avaliação semestral, com relatórios públicos e participação de instâncias colegiadas, assegurando a transparência e o aprimoramento contínuo da governança.

4.5 Políticas de Educação a Distância (EaD)

A UFT estabelece a EaD como eixo estratégico para a democratização do ensino superior e interiorização do conhecimento na Amazônia Legal. Para o período 2026–2030, a modalidade evolui para o conceito de Ecossistema de Aprendizagem Inteligente, atuando como vetor de inovação pedagógica e transformação digital.

A política fundamenta-se na hibridização da oferta formativa, integrando metodologias ativas e uma arquitetura tecnológica humanizada. A estrutura baseia-se em quatro eixos:

1. **Inteligência Acadêmica (IA Socrática):** Agentes de IA que atuam como tutores 24h, estimulando a autonomia discente sob mediação docente.
2. **Micro-Learning e Acessibilidade Regional:** Conteúdos dinâmicos com suporte *offline* para mitigar limitações de conectividade.
3. **Gamificação Estruturada:** Dinâmicas de incentivo e progresso visual para aumentar o engajamento no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
4. **Personalização em Escala:** Análise preditiva de dados para intervenção pedagógica precoce e combate à evasão.

A gestão é coordenada pela Dirpee/PROGRAD em rede distribuída, sustentada por Células Locais de Apoio Digital em cada câmpus. Estas células provêm curadoria de *design* instrucional e formação continuada para o uso ético da IA e metodologias híbridas. Alinhada aos princípios ESG, a política busca reduzir assimetrias regionais, integrando o ensino presencial e digital por meio de itinerários formativos flexíveis e a formação da Universidade Digital.

4.5.1 Breve histórico da EaD na UFT

Iniciada em 2005 e pioneira na integração ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a EaD na UFT consolidou-se com a criação da Coordenação da UAB (CUAB). Com Nota 4 na avaliação institucional, a experiência acumulada em formação de professores e qualificação de servidores serve de base para o novo Ecossistema. A transição para a arquitetura digital atual reafirma o amadurecimento da gestão em rede, onde pólos e câmpus atuam como centros de inovação e inclusão social.

4.5.2 Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFT)

A UFT, via Sistema UAB, promove a interiorização do ensino com foco na qualidade docente e democratização do acesso. Em 2025, a oferta de 970 vagas alinhou-se à Portaria MEC nº 533/2024, priorizando modelos híbridos para reduzir a evasão. O detalhamento completo das ações desta unidade consta no anexo deste PDI.

4.5.2.1 Polos de Educação a Distância

A rede de 21 polos vinculados à UAB constitui a infraestrutura física para a personalização do ensino em áreas urbanas e rurais. A sustentabilidade da rede é garantida por acordos de cooperação técnica com o Governo do Estado e prefeituras, consolidando os polos como núcleos de vivência prática e suporte logístico em harmonia com a flexibilidade tecnológica.

A Política de Educação a Distância da UFT, integrada à estratégia macro da Universidade Digital, tem como objetivo primordial a consolidação do Ecossistema de Aprendizagem Inteligente como motor de democratização e excelência acadêmica. Articulada à estratégia "UFT Digital", a política de EaD objetiva:

- Democratizar o acesso ao ensino superior, alinhando a oferta às vocações territoriais e análise de séries históricas;
- Promover inclusão sociodigital mediante acompanhamento proativo e humanizado;
- Fortalecer a formação inicial e continuada de profissionais em diálogo com políticas públicas locais;
- Fomentar a inovação didática e o uso ético da IA através das Células de Apoio Digital nos câmpus;
- Integrar ensino, pesquisa e extensão sob um modelo de gestão corresponsável;
- Institucionalizar a governança ética (ESG) e o desenvolvimento socioambiental sustentável;

Por fim, a EaD na UFT objetiva institucionalizar a Sustentabilidade e a Governança Ética (ESG) em todas as suas frentes de expansão. Ao alinhar a inovação tecnológica da Universidade Digital à vocação regional do Tocantins, a universidade busca não apenas ofertar cursos, mas promover o desenvolvimento socioambiental sustentável.

4.5.3 Biblioteca Virtual

O Sistema de Bibliotecas (SISBIB) integra-se ao Ecossistema de Aprendizagem Inteligente, garantindo aos estudantes de EaD plena equiparação de acesso. A infraestrutura inclui o acervo digital (Minha Biblioteca), o Repositório Institucional (RIUFT), o Portal de Periódicos da CAPES e a plataforma Educapes. A transição para o modelo de Plataforma de Experiência de Aprendizagem (LXP) utiliza o sistema Pergamum para assegurar equidade entre estudantes presenciais e remotos. O SISBIB atua na formação de usuários para o uso ético da informação e apoia metodologias ativas, conforme demonstrado no Capítulo 13. Nos polos, a infraestrutura física serve como extensão territorial do sistema, favorecendo a pesquisa e a autonomia intelectual.

4.5.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem

O AVA da UFT é um ambiente dinâmico desenhado para a interoperabilidade e protagonismo discente. A gestão pedagógica utiliza Inteligência Acadêmica para transformar dados de interação em ferramentas preditivas, mitigando o isolamento e promovendo a permanência. A sustentabilidade do sistema decorre da sinergia intersetorial: a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) lidera a estratégia pedagógica e formação docente; a CUAB coordena as unidades acadêmicas; e a Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC) provê a infraestrutura tecnológica e segurança de dados. O ecossistema incorpora recursos de acessibilidade e interfaces humanizadas, consolidando a EaD como vetor de transformação social na Amazônia Legal.

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A estrutura organizacional da UFT está estabelecida em níveis, conforme segue:

Nível Estratégico – Alta Administração, que corresponde à instância máxima deliberativa da organização e se constitui pelo conjunto de autoridades públicas investidas de autoridade política; ou seja, pelas pessoas investidas nos cargos em comissão de direção de mais alto nível na hierarquia interna do órgão. No contexto das organizações, a Alta Administração exerce o papel de liderar e coordenar as demais partes da estrutura e exercer a autoridade política nas “relações de fronteira”, interagindo com o ambiente externo em nível institucional.

São unidades da Alta Administração em nível estratégico:

- Conselhos Superiores;
- Auditoria Interna;
- Reitoria e suas assessorias estratégicas;
- Pró-reitorias;
- Superintendências;
- Prefeitura Universitária.

Nível Tático – Linha Gerencial, que constitui a estrutura de coordenação do órgão ou entidade pública – proporciona a integração horizontal, entre os processos finalísticos e entre estes e os de suporte, e a integração vertical, entre o nível técnico, finalístico e de suporte, e a Alta Administração. Ela se compõe pelo conjunto de titulares de cargos de direção, abaixo da Alta Administração, ou seja, de média gerência. A função da Linha Gerencial é uma via de mão dupla, possibilitando o fluxo de informações em ambos os sentidos, de modo que a estratégia chegue até a base e trazendo o retorno desta para o planejamento.

São unidades da Administração do nível tático:

- Diretorias Universitárias dos Câmpus;
- Diretorias das Pró-reitorias.

Nível Operacional – Suporte Administrativo, que se refere aos sistemas de trabalho que têm como finalidade apoiar, prioritariamente, os processos finalísticos da organização, realizados no nível técnico, como também a atuação da Alta Administração e da Linha Gerencial. As áreas de Suporte Administrativo têm por competências supervisionar e

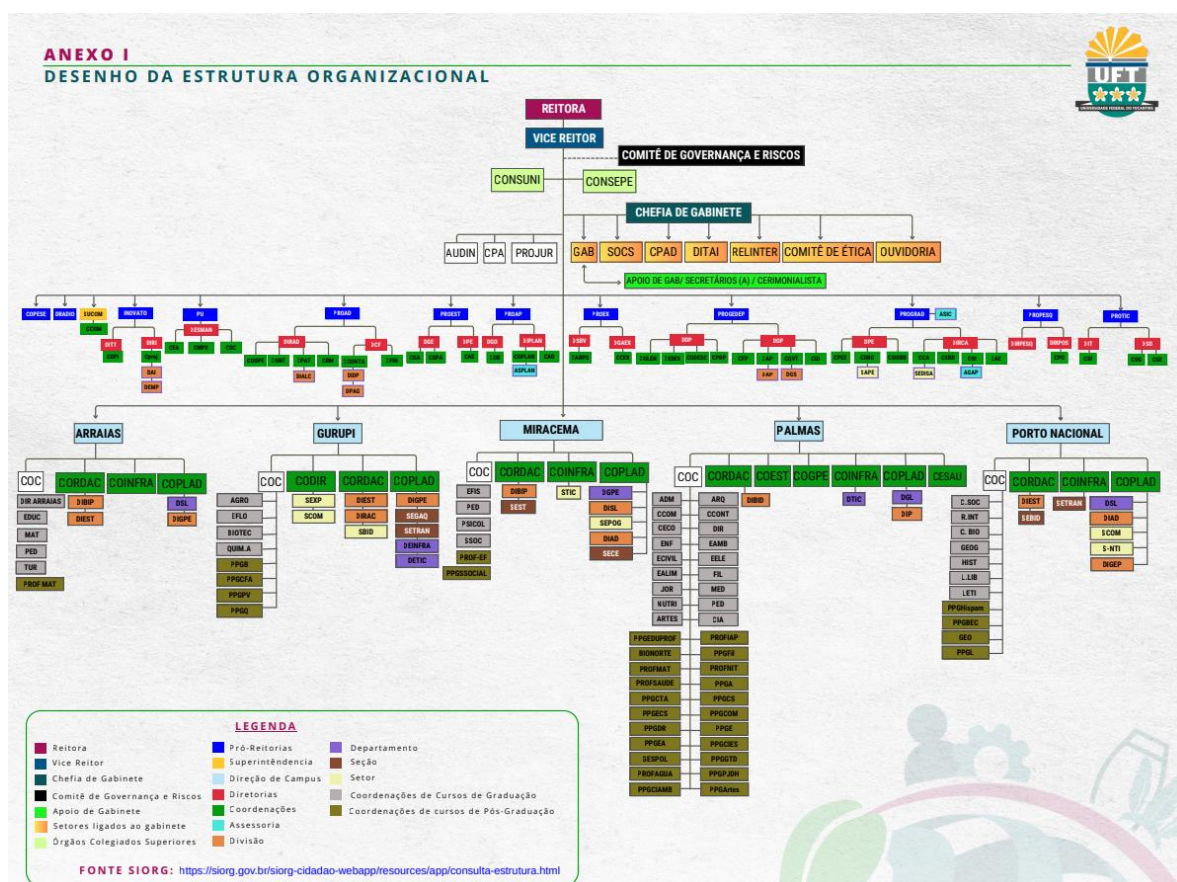
coordenar, no âmbito do órgão, as atividades de organização e modernização administrativa, de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais.

São unidades da Administração do nível operacional:

- Coordenações;
- Divisões;
- Departamentos;
- Seções;
- Setores.

A estrutura organizacional da universidade é representada através da Figura 11:

Figura 11 - Estrutura Organizacional da UFT, Palmas, 2025. [clique no aqui para ampliar a imagem](#))



Fonte: Elaborado pela DIPLAN, considerando estrutura SIORG (2025). * Cursos relacionado ao Programa Parfor e Cursos EAD/UAB não compõe Estrutura Organizacional dos Câmpus, por isso não constam no organograma.

5.1 Órgãos colegiados

Conselhos Superiores: Órgãos colegiados, de caráter deliberativo, consultivo ou judicante, criados com o propósito de contribuir para o processo decisório institucional de condução das políticas públicas.

Conselho Universitário (CONSUNI): é o órgão deliberativo supremo da Universidade, destinado a traçar a política universitária e a atuar como instância de deliberação superior e de recurso.

Sua constituição é composta por: Reitor, que será o presidente; Vice-reitor; Pró-reitores; Diretores de campus; 04 representantes da comunidade docente; 15% de discentes tendo como referência a representação docente; 15% de técnico-administrativo em educação tendo como referência a representação docente. São competências do Conselho Universitário:

- I. Formalizar a política da Universidade;
- II. Julgar, como instância revisora, os recursos de decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III. Aprovar e reformar o Regimento dos órgãos
- IV. deliberativos da Administração;
- V. Propor a reforma deste Regimento Geral e do Estatuto da Universidade;
- VI. Aprovar os regimentos da Reitoria e das Unidades;
- VII. Encaminhar o nome do reitor e do vice-reitor eleito ao Presidente da República para nomeação;
- VIII. Deliberar, em parecer fundamentado, diretamente ou quando solicitado por Colegiado do Câmpus, a destituição do Diretor do Câmpus;
- IX. Aprovar a proposta orçamentária da Universidade e submetê-la à aprovação do Conselho Diretor da Fundação;
- X. Aprovar a prestação de contas anual do Reitor para aprovação do Conselho Diretor da Fundação;
- XI. Aprovar normas sobre acordos e convênios com órgãos do poder público ou entidades de caráter privado;
- XII. Apurar responsabilidades, com base na Lei, no Estatuto e no Regimento da Universidade;
- XIII. Aprovar prêmios pecuniários ou honoríficos como recompensa de atividades universitárias;
- XIV. Decidir, após inquérito administrativo, a intervenção em qualquer órgão universitário;
- XV. Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial de atividades universitárias;
- XVI. Dispor sobre os símbolos da Universidade;
- XVII. Outorgar a concessão de diploma de Doutor e Professor “Honoris Causa” e do título de Professor Emérito;
- XVIII. Aprovar o Plano Anual de Atividades e o Calendário da Universidade.
- XIX. As decisões descritas nos itens “III”, “IV”, “VII”, “XII” e “XIII” dependem do voto de dois terços dos membros do Conselho Universitário.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): O Conselho Universitário é o órgão deliberativo da Universidade em matéria didático-científica e tem a seguinte constituição:

- Reitor, que será seu presidente;

- Vice-reitor;
- Pró-reitores;
- Coordenadores de cursos de graduação presencial e à distância e de pós-graduação stricto sensu;
- 02 representantes da categoria docente;
- 15% de discentes tendo como referência a representação docente; 15% de técnicos administrativos em educação tendo como referência a representação docente.

São competências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I. Julgar recursos de decisão da Reitoria dos Câmpus e das Coordenações de Cursos em matéria didático-científica;
- II. Estabelecer normas sobre a organização e funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação;
- III. Baixar normas que visem o aperfeiçoamento dos processos utilizados no concurso vestibular, bem como os de verificação da aprendizagem nos cursos da Universidade;
- IV. Aprovar a criação, transformação e supressão de cursos, modificação de currículo, fusão, desdobramento e extinção de disciplinas;
- V. Dispor sobre a aplicação dos Fundos Especiais de Pesquisa e Extensão;
- VI. Propor a concessão de diploma de Doutor “Honoris Causa”.

A Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs) é ligada ao Gabinete da Reitoria e possui a função de coordenar todas as atividades que envolvam as reuniões do Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). As Atas, calendários, pautas, comissões, reuniões gravadas e resoluções podem ser acessadas no link: <https://www.uft.edu.br/gestao/conselhos-superiores/consuni> e <https://www.uft.edu.br/gestao/conselhos-superiores/consepe>.

Conselho Diretor de Câmpus (CONDIR): O Conselho Diretor de câmpus na UFT é o órgão de caráter deliberativo e consultivo dentro de cada unidade universitária. Ele define políticas locais de ensino, pesquisa, extensão e administração, alinhando-as às diretrizes gerais da universidade. É composto por representantes docentes, técnicos e discentes, atuando na gestão local do campus. compõe-se, conforme o Art. 25 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT :

- I – do Diretor, como seu Presidente;

II – dos Coordenadores de Curso de Graduação e Coordenadores de Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu; (Redação dada pela Resolução n.º 01/2014 do Consuni);

III – de um representante da Categoria Docente, eleito por seus pares;

IV – de um representante da Categoria dos Servidores Técnico-Administrativos, eleito por seus pares;

V – de um representante da categoria discente de cada Curso de Graduação, eleito em consonância com o Estatuto Interno do Centro Acadêmico; de um representante discente de cada Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, eleito por seus pares pela sua representação oficial e por um representante discente vinculado ao Programa de Residência, nos casos de cursos da área da saúde. (Redação dada pela Resolução n.º 01/2014 do Consuni) Parágrafo único – Os mandatos previstos nos incisos III, IV e V terão a duração de 2 (dois) anos, na forma do Parágrafo 2º do Art. 2 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Compete ao o Conselho Diretor do Campus, de acordo com o Art. 27 do Regimento da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT: I - coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e à eficiência do ensino, da pesquisa, da extensão e dos assuntos comunitários; II - encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos; III - tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Diretor do Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo; IV - encaminhar o nome do diretor eleito mais votado para nomeação pelo reitor; V - solicitar, fundamentadamente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 dos respectivos membros, a destituição do Diretor do Campus, antes de findos os seus mandatos; VI - elaborar e modificar o Regimento do Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário; VII - zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino; VIII - propor admissão de novos docentes, concessão de licença e rescisão de contratos; IX - adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente; X - implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente; XI - organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores; XII - propor a atribuição do título de “Professor Emérito”; XIII - atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade; XIV

- adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa, que julgar aconselháveis para o bom andamento dos seus trabalhos; XV - elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Curso ; XVI - sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Curso para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XVII - fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XVIII - propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XIX - endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação; XX - emitir parecer em assunto de sua competência; XXI - exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

5.2 Unidade de Auditoria Interna (AUDIN)

A Auditoria Interna (AUDIN) é órgão técnico de assessoramento da gestão da UFT, com subordinação hierárquica ao Conselho Universitário (Consuni). Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado, de modo a permitir o desempenho de suas atribuições com maior abrangência e independência. A integridade na UFT é um processo em constante evolução, que depende tanto da alta gestão quanto da consciência individual de cada membro da instituição.

5.3 Reitoria

O Reitor, dirigente máximo da Administração Superior da Universidade Federal do Tocantins, executa a política universitária definida pelos órgãos deliberativos. Assim, a reitoria tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades da Universidade.

Vice-reitoria: Além das atribuições estatutárias e regimentais, o vice-reitor, cujo cargo é exercido em regime de dedicação exclusiva, é o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos. Tem atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas.

Gabinete do Reitor: O Gabinete é o órgão executivo que presta assessoria direta à Reitoria e é gerenciado pelo Chefe de Gabinete. Entre suas atribuições, transmite determinações e recomendações do Reitor, no âmbito da Universidade e presta assistência à Reitoria nos relacionamentos institucionais e administrativos.

Assessorias Estratégicas: Pessoa responsável por prover as autoridades da instituição de assessoramento técnico especializado, elaborar pareceres de entendimento consolidado e/ou de grau complexo. O componente assessoria situa-se fora da hierarquia da linha de autoridade.

Diretoria da Rádio e Audiovisual: Unidade responsável pela gestão e monitoramento da rádio universitária e também pelo desenvolvimento de vídeos institucionais, tele aulas, documentários. Unidade responsável por acompanhar e monitorar a execução do PDI nas suas unidades subordinadas e no PAT, procurando atingir os objetivos previstos para sua unidade de atuação.

Coordenação Permanente de Seleção (COPESE): Unidade responsável pelo gerenciamento dos processos seletivos internos e externos à instituição, vinculada à Reitoria.

Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPAD): Unidade responsável por averiguar denúncias e instaurar processos disciplinares quando necessário.

Divisão de Integridade Transparência e Acesso à Informação (DITAI): Órgão da assessoria responsável por orientar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nos assuntos relacionados com a integridade, a transparência e o acesso à informação e com os programas e as ações para efetivá-los;

Ouvidoria (OUV): Órgão de assessoria responsável por receber e encaminhar para esclarecimento questões, dúvidas ou reclamações da Comunidade aos setores da Universidade e, solicitar resposta das áreas competentes.

Procuradoria Jurídica (PROJUR): Órgão independente vinculado à Advocacia Geral da União (AGU), responsável pela assistência e orientação em matéria jurídica, bem como pela representação da instituição nos foros.

Superintendência de Comunicação (SUCOM): Coordenação: Coordenação de Comunicação

Secretaria dos Conselhos Superiores (SOCS): é ligada ao Gabinete da Reitoria e possui a função de coordenar todas as atividades que envolvam as reuniões do Conselho Universitário (**Consuni**) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (**Consepe**).

Prefeitura Universitária (PU): Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos – DESMAN. Coordenações: Coordenação de Engenharia e Arquitetura, Coordenação de Manutenção Predial e Equipamentos e Coordenação de Serviços Continuados.

Secretaria de Assuntos Internacionais e Cooperação Global (RELINTER): Órgão responsável por gerir a internacionalização da instituição. Tem como objetivo principal promover a integração global da UFT, contribuindo para o enriquecimento das experiências universitária de estudantes, docentes e técnicos da UFT, bem como fomentar a inovação e o desenvolvimento científico por meio de parcerias internacionais.

5.4 Pró-reitorias e Superintendências

Órgão executivo de nível estratégico responsável por promover ações com agentes externos, atos de tomada de decisões, planejamento, execução, gestão, atos administrativos que gerem resultado financeiro e responsabilização junto aos órgãos de controle, gerenciamento de equipe, tomada de decisões gerenciais complexas com diversas variáveis, incertezas e riscos.

Atualmente existem na UFT oito pró-reitorias:

- I. Pró-reitoria de Administração e Finanças – PROAD;
- II. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST;
- III. Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento – PROAP;
- IV. Pró-reitoria de Extensão – PROEX;
- V. Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – PROGEDEP;
- VI. Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD;
- VII. Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação – PROPESQ;
- VIII. Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - PROTIC.

I - Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD): compete coordenar, fiscalizar, supervisionar e dirigir as atividades administrativas, além de zelar pela execução financeira e

orçamentária. Diretorias: Diretoria Administrativa e Diretoria de Contabilidade e Finanças. Coordenações: Coordenação Operacional, Coordenação de Contratos, Coordenação de Patrimônio, Coordenação de Finanças, Coordenação de Recursos Materiais, Coordenação de Contabilidade. Divisões: Divisão de Almoxarifado Central, Divisão de Gestão de Diárias e Passagens, Divisão de Pagamentos.

II - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST): A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Proest atua como gestora da política de assistência estudantil e comunitária da UFT apoiando o estudante nas suas diversas demandas, promovendo a sua interação no meio acadêmico e viabilizando a sua permanência por meio de ações vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Fazem parte das competências da Proest: desenvolver as políticas de assistência estudantil da Universidade; gerir as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFT; gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação voltados para os estudantes da instituição; fomentar a participação dos alunos da UFT em eventos científicos e acadêmicos. Diretorias: Diretoria de Gerenciamento de Programas de Assistência Estudantil e Diretoria de Programas de Assistência Estudantil. Coordenações: Coordenação Gestão Administrativa, Coordenação de Gestão de Pagamentos de Auxílios, Coordenação de Acessibilidade Estudantil.

III - Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP): A Proap é o órgão da UFT responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação do sistema de planejamento e orçamento da UFT. Tem como competência gerenciar a área de planejamento, avaliação institucional e gestão orçamentária. Diretorias: Diretoria de Planejamento e Avaliação e Diretoria de Gestão Orçamentária. Assessoria de Planejamento. Coordenações: Coordenação de Orçamento, Coordenação de Análise e Monitoramento de Dados e Coordenação de Planejamento.

IV - Pró-reitoria de Extensão (PROEX): A Pró-Reitoria de Extensão tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFT, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade. Diretorias: Diretoria de Saúde e Bem Viver - DSBV, Coordenação de Articulação de Redes para Promoção da Saúde - CARPS, Diretoria de Gestão e Avaliação da Extensão e Coordenação de Curricularização da Extensão – CCEX.

V - Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP): tem por finalidade atuar como agente de mudanças desenvolvendo políticas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas de forma a possibilitar aos servidores – docentes e técnicos administrativos em educação da UFT, a potencialização como agentes de transformação social, por meio da proposição e implementação de políticas estratégicas de desenvolvimento humano, almejando a melhoria dos processos de trabalho e qualidade de vida no trabalho. A Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas visa à promoção de um ambiente de trabalho equilibrado e sustentável por meio da proposição e implementação de políticas coordenadas e estratégicas, integrando ações de formação, desenvolvimento e valorização dos servidores, buscando o equilíbrio entre os objetivos individuais e da instituição. Fomenta o desenvolvimento do servidor, visando à melhoria do desempenho em suas funções e compromissos para com a Universidade, desenvolvendo sua capacidade reflexiva e crítica, estimulando o exercício pleno de cidadania e o consequente comprometimento com a missão da Instituição no contexto do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração. Diretorias: Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas. Coordenações: Coordenação Financeira de Pessoal, Coordenação de Administração de Pessoal, Coordenação de Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho, Coordenação de Legislação e Normas, Coordenação de Desenvolvimento da Carreira, Coordenação de Gestão e Inovação. Divisões: Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas, Divisão de Aposentadoria e Pensão e Divisão de Gestão do SIASS.

VI - Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD): A Pró-Reitoria de Graduação coordena e acompanha a execução das ações relativas à política de graduação da UFT, definida pelo Conselho Universitário, atuando em toda a vida acadêmica dos estudantes (matrícula, ajustes, notas e emissão dos diplomas). Diretorias: Diretoria de Políticas em Educação e Diretoria de Registro e Controle Acadêmico. Assessoria: Assessoria de Gestão Acadêmica e Políticas de Graduação. Coordenações: Coordenação de Programas Especiais em Educação, Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação, Coordenação do Sistema de Bibliotecas, Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Expedição e Registro de Diplomas, Coordenação de Suporte ao Ingresso e Coordenação de Avaliação e Educação. Setores: Setor de Desenvolvimento e Acompanhamento de Estágios e Setor de Desenvolvimento, Informações e Suporte Acadêmico. A Unidade também é responsável pela representação da UFT no sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior

para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância.

VII - Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPESQ): a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem como funções incentivar a pesquisa, através de execução de políticas definidas pelos conselhos superiores, planejar, coordenar e supervisionar as atividades de inovação e pós-graduação. Diretorias: Diretoria de Pesquisa e Diretoria de Pós-graduação. Coordenações: Coordenação de Pós-graduação.

VIII - Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC): É a pró-reitoria responsável por impulsionar a missão da UFT através da tecnologia e inovação. Sua atuação estratégica consiste em prover e gerir um ambiente digital integrado, seguro e eficiente, que sirva de alicerce para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e para a modernização da gestão administrativa. Ao habilitar a transformação digital, a PROTIC potencializa a produção de conhecimento e aprimora os serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade. Estrutura Organizacional: A pró-reitoria é composta pela Diretoria de Infraestrutura Tecnológica, Diretoria de Soluções Digitais, e pelas coordenações de Segurança da Informação, Soluções para Gestão e Soluções para a Educação.

IX - Superintendência de Comunicação (SUCOM): A Superintendência de Comunicação é responsável pela gestão estratégica da comunicação na UFT, pela assessoria de imprensa e por prestar auxílio aos setores da universidade na divulgação interna e externa de suas atividades. Coordenações: Coordenação de Comunicação.

X - Superintendência de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo (INOVATO):

A INOVATO está estruturada nos eixos Inovação, Empreendedorismo e Relações Interinstitucionais. É um órgão executivo da Administração Superior diretamente vinculada ao Gabinete do Vice-Reitor que tem por finalidade integrar em uma única estrutura administrativa a gestão da inovação, da propriedade intelectual, do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e das relações interinstitucionais, promovendo a necessária sinergia dessas atividades e a disseminação da cultura empreendedora no âmbito da UFT. Sua estrutura organizacional inclui três diretorias, duas coordenações e três divisões de trabalho. Diretoria de Inovação e Transferência de Tecnologia: Instituída para implementar e gerir a Política de Inovação, apoiando o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em

consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFT. Diretoria de Relações Interinstitucionais - Compete à Diretoria de Relações Interinstitucionais atuar como agente propulsor e executor da política e diretrizes de cooperação, contratos e convênios da UFT no âmbito nacional e internacional.

Durante o ciclo do PDI pretende-se implantar a Superintendência de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade como resposta à necessidade de integrar e coordenar as ações voltadas às políticas afirmativas, à diversidade e à inclusão, atualmente distribuídas entre diferentes setores da universidade, garantindo maior eficiência, coerência e impacto social dessas iniciativas, conforme demonstrado no Capítulo , ESG - Eixo Social.

5.5. Campus Universitário

A UFT é organizada em estrutura multicâmpi, composta por cinco câmpus universitários localizados na região centro-sul do Estado do Tocantins, nos municípios de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional. Complementarmente, a instituição mantém polos de apoio presencial vinculados ao Sistema UAB, distribuídos em diferentes localidades do território estadual (vide tópico 4.5), ampliando o alcance das atividades acadêmicas na modalidade de educação a distância.

Nesse arranjo institucional, os câmpus constituem unidades fundamentais para a interiorização e a consolidação da educação superior pública no estado, atuando como espaços de produção e difusão do conhecimento por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista organizacional, cada câmpus é administrado por uma Direção de campus e conta com unidades operacionais responsáveis pela gestão administrativa e de suporte às atividades acadêmicas, incluindo as áreas de: infraestrutura, administração, compras, gestão de pessoas, patrimônio e transporte. Além dessas estruturas, os câmpus abrigam as unidades acadêmicas e de apoio diretamente relacionadas às atividades finalísticas da universidade, entre as quais destacam-se: as coordenações de cursos de graduação e de pós-graduação, bibliotecas, laboratórios, setores de estágio, núcleos de apoio pedagógico e psicológico, assistência estudantil, acessibilidade, núcleos, empresas juniores e escritórios modelo.

É nos câmpus que se concretizam, no plano operacional, as políticas e diretrizes institucionais definidas pelas instâncias estratégicas da universidade. Dessa forma, esses espaços constituem ambientes de implementação das ações acadêmicas e administrativas, orientadas pelas políticas institucionais de cada área e acompanhadas pelas respectivas unidades de gestão estratégica, assegurando a integração entre planejamento institucional, gestão administrativa e desenvolvimento das atividades acadêmicas.

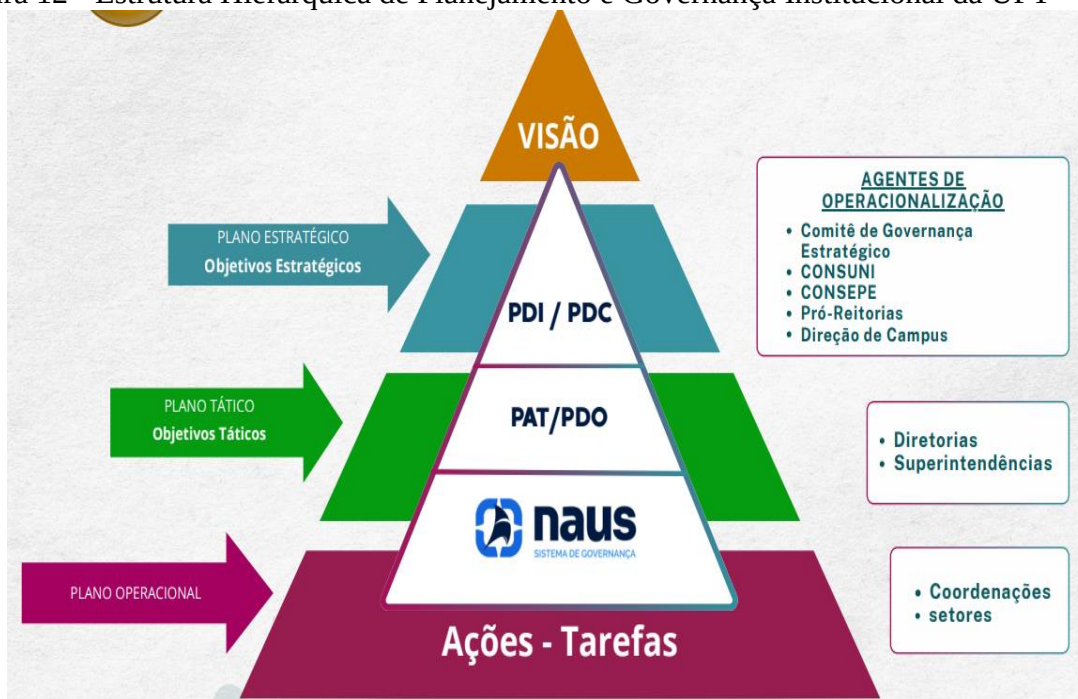
6 GESTÃO INSTITUCIONAL

6.1 Planejamento Estratégico Institucional

A UFT, por se tratar de uma Instituição Pública Federal, orienta seu planejamento estratégico e sua gestão pelos princípios constitucionais da administração pública brasileira, bem como pelas diretrizes estabelecidas por seus órgãos avaliadores (INEP/MEC e TCU – iESGo 2024). Considerando que os órgãos públicos devem prestar contas de seus resultados à sociedade e aos órgãos de controle, torna-se indispensável à existência de um plano estratégico articulado a indicadores de desempenho, capaz de fortalecer a transparência, a accountability e a avaliação objetiva das ações governamentais, assegurando o cumprimento da missão institucional.

A estrutura de planejamento e governança da UFT fundamenta-se em um modelo hierárquico piramidal integrado, que conecta os diferentes níveis decisórios e operacionais em torno de uma visão institucional compartilhada. Essa arquitetura de gestão, representada na Figura 12, organiza de forma lógica e sistêmica a interação entre os níveis estratégico, tático e operacional, garantindo que a missão, a visão e os valores da universidade sejam desdobrados em objetivos, ações e resultados concretos em todas as instâncias institucionais.

Figura 12 - Estrutura Hierárquica de Planejamento e Governança Institucional da UFT



Fonte: Elaborado pela Proap/DIPLAN.

O planejamento estratégico da UFT está consolidado no PDI (2026-2030) elaborado com ampla participação democrática, conforme descrito no item 3. A Figura 13 apresenta a sistematização da Arquitetura de Planejamento da UFT.

Figura 13 - Lógica da Arquitetura de Planejamento da UFT, Palmas, 2025.



Fonte: Elaborado pela Proap/DIPLAN.

O Plano de Desenvolvimento Institucional, é concebido como o mapa de navegação desta Universidade e instrumento orientador da alocação orçamentária; monitorado pela PROAP por meio de sistema próprio, o NAUS – Sistema de Planejamento e Governança (Patente BR 512019001276-3 - disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/naus/admin/dashboard>), além de painéis gerenciais desenvolvidos a partir do software Power BI.

A gestão do planejamento institucional é operacionalizada com o apoio do NAUS, que funciona como ferramenta integradora para o registro, monitoramento, acompanhamento e avaliação dos planos, ações e resultados institucionais. Por meio desse sistema, o PDI e o PAT são gerenciados de forma sistêmica, garantindo rastreabilidade das informações, transparência dos processos, controle gerencial e subsídios qualificados para a tomada de decisão.

A PROAP por meio de suas duas Diretorias (Planejamento e Orçamento), conduz a construção, implantação, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico da UFT, dividindo a estrutura funcional da universidade em 19 Unidades Gestoras (UGs), descritas no Quadro 7.

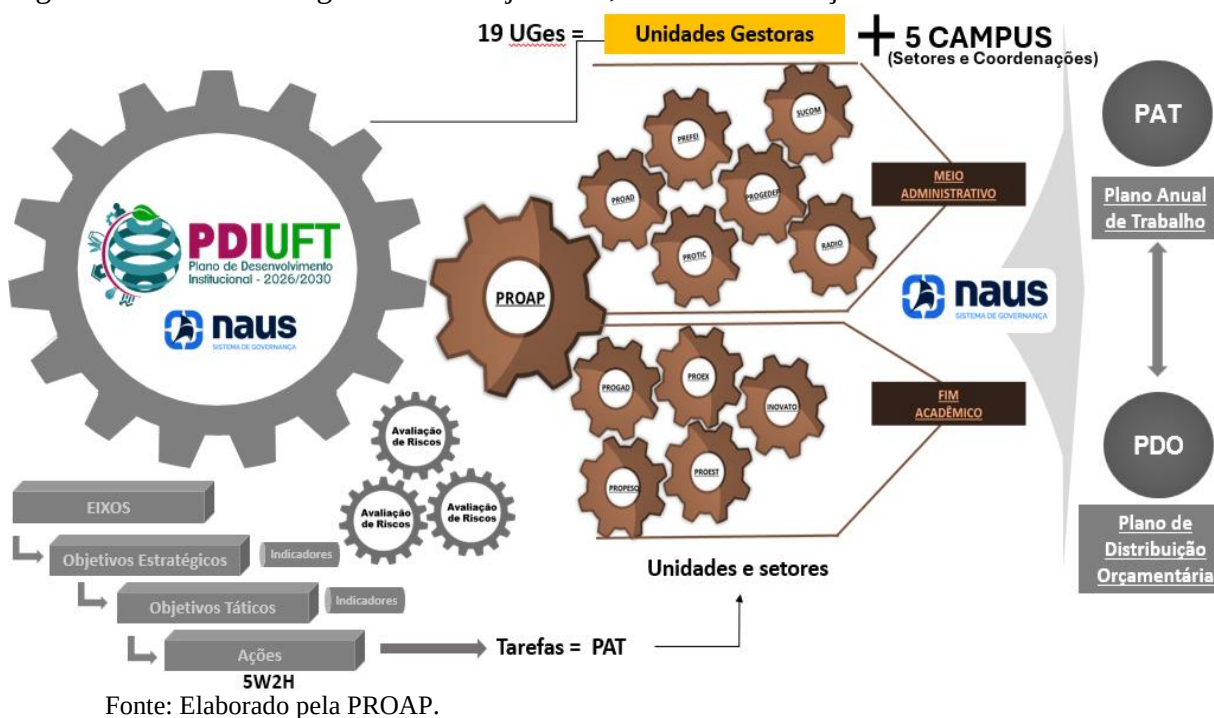
Quadro 7 - Unidades Gestoras - UG, UFT, Palmas, 2025.

ITEM	UNIDADE GESTORA - UG
01	Gabinete
02	Auditoria Interna - AUDIN
03	Diretoria de Rádio e TV - DRADIO
04	Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento - PROAP
05	Pró-reitoria de Administração e Finanças - PROAD
06	Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - PROGEDEP
07	Pró-reitoria de Graduação - PROGRAD
08	Pró-reitoria de Extensão - PROEX
09	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESQ
10	Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROEST
11	Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - PROTIC
12	Prefeitura Universitária - PU
13	Superintendência de Comunicação - SUCOM
14	Superintendência de Superintendência de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo - INOVATO
15	Campus Universitário de Arraias
16	Campus Universitário de Gurupi
17	Campus Universitário de Miracema
18	Campus Universitário de Palmas
19	Campus Universitário de Porto Nacional

Fonte: Elaborado pela PROAP.

Para facilitar este acompanhamento, a Diretoria de Planejamento divide as unidades gestoras por servidores, denominados de gerentes. No início de cada ano todas as UGs (e seus respectivos setores) preenchem no NAUS, o documento denominado de PAT, que são as ações (relativas aos objetivos táticos) do PDI, distribuídas para o ano. Duas vezes por ano a PROAP realiza encontros com as UGs, denominado de RAE (Reunião de Avaliação Estratégica) onde se discute o andamento das ações planejadas do ano. Na metade da vigência do PDI, realiza-se à sua revisão. A Figura 13 apresenta de forma macro o sistema de gestão seguido pela UFT.

Figura 14 - Modelo Integrado de Planejamento, Gestão e Execução da UFT.



6.2 Análise SWOT e Direcionamento Estratégico

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2026-2030 da UFT fundamentou-se em uma análise SWOT abrangente, que examinou sistematicamente o ambiente interno e externo da instituição. Esta metodologia permitiu identificar os fatores críticos que condicionam o desenvolvimento institucional e orientam as escolhas estratégicas para o quinquênio.

O diagnóstico estratégico foi construído a partir de múltiplas fontes de informação, incluindo palestras de convidados externos e internos da UFT, relatórios gerenciais e de avaliação institucional (INEP, TCU, CPA), além de análises de cenários nacionais e internacionais desenvolvidas por especialistas das diferentes áreas de conhecimento. Esta abordagem multifacetada assegura uma visão ampla e fundamentada das condições institucionais e do contexto em que a universidade está inserida.

A análise do cenário interno considerou quatro áreas norteadoras: (1) Acadêmica, focada na qualificação do ensino, pesquisa e extensão; (2) Inovação e Tecnologia, abrangendo empreendedorismo e soluções tecnológicas; (3) Gestão, incluindo governança e sustentabilidade; e (4) Inserção Social, contemplando políticas afirmativas e interação com a

sociedade tocantinense. O cenário externo foi avaliado considerando aspectos políticos, econômicos e sociais nos níveis internacional, federal e estadual.

Como fortalezas, destacam-se o corpo docente altamente qualificado, grupos de pesquisa consolidados, infraestrutura laboratorial de qualidade, a Superintendência de Ambiente de Inovação e Empreendedorismo (INOVATO) estruturada e o futuro Parque Tecnológico PEQUI aprovado, além da localização estratégica na Amazônia Legal e MATOPIBA. Entre as fraquezas identificadas, sobressaem os baixos indicadores de qualidade de ensino (ENEM, ENADE, CPC), elevados índices de evasão e retenção, sistemas fragmentados sem integração, baixa internacionalização e ausência de práticas de sustentabilidade ambiental.

No ambiente externo, destacaram-se oportunidades estratégicas associadas ao protagonismo dos biomas Amazônia e Cerrado nas agendas nacionais e internacionais, ao Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, à expansão de modalidades educacionais híbridas e a distância, ao alinhamento das políticas do Ministério da Educação aos ODS e às possibilidades de captação de recursos por meio de emendas parlamentares, termos de execução descentralizada e parcerias institucionais.

Paralelamente, foram mapeadas ameaças significativas, como a instabilidade orçamentária, a dependência de fontes discricionárias de financiamento, a limitação de vagas para pessoal, a concorrência com instituições privadas e estaduais, a vulnerabilidade socioeconômica do corpo discente e o desgaste da imagem das universidades federais no cenário público.

A partir do cruzamento desses fatores, foram formuladas estratégias ofensivas, defensivas, de reorientação e de sobrevivência, posteriormente consolidadas em eixos estruturantes do PDI, garantindo coerência entre diagnóstico, objetivos estratégicos e ações prioritárias.

Estas estratégias foram organizadas em seis eixos estruturantes do PDI: Ensino e Formação; Pesquisa e Inovação; Gestão e Governança; Assistência Estudantil e Inclusão; Infraestrutura e Tecnologia; e Inserção Social e Relações Institucionais. O diagnóstico aponta que, apesar das fragilidades operacionais, a UFT possui grande potencial de expansão, especialmente pela exploração do Parque Tecnológico PEQUI no contexto da Amazônia Legal.

Informações detalhadas sobre a metodologia da análise SWOT, o mapeamento completo de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, bem como o desdobramento das estratégias em cada eixo estruturante, encontram-se disponíveis no caderno "Análise de

SWOT - PDI (2026-2030)" Link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/planejamento/plano-de-desenvolvimento-institucional>.

6.3 Mapa estratégico

O mapa estratégico oferece visão holística e integrada das relações, hierarquias e interdependências entre elementos estratégicos que fundamentam o planejamento institucional. Em síntese, o mapa expressa que a UFT constrói a sua identidade institucional em uma perspectiva social, ambiental e de governança (ESG), definida estrategicamente em cinco eixos estruturantes (que englobam as variáveis avaliadas pelos órgãos reguladores), representando os grandes campos estruturais de atuação institucional. Estes últimos, expressos no que deve ser alcançado (objetivos), convergindo às funções finalísticas da universidade (ensino, pesquisa, extensão e inovação) responsáveis pela geração de resultados – entregas à sociedade (valor público, impacto social e desenvolvimento sustentável).

A Figura 15 apresenta uma versão reduzida do Mapa Estratégico da UFT, cuja versão em alta resolução está disponível na Figura 15 ([link: www.uft.edu.br/proap](http://www.uft.edu.br/proap)):

Figura 15 – Mapa estratégico da UFT. (miniatura ilustrativa, para aumentá-la clique no link www.uft.edu.br/proap).



Fonte: Elaborado pela Proap/DIPLAN.

A governança, fecha como componente estruturante e transversal, assegurando a coerência entre planejamento, execução e avaliação, sob a legalidade, eficiência, transparência, mitigação de riscos e responsabilidade no uso de recursos públicos

6.4 Metas e Indicadores

Os objetivos estratégicos que foram definidos ao longo da construção deste PDI (2026-2030) são a ligação entre as diretrizes e os desafios institucionais e devem ser capazes de determinar o que deve ser feito para que a instituição atenda sua identidade, cumprindo sua missão e alcançando sua visão de futuro. Além disso, devem traduzir as demandas, anseios e desafios das unidades gestoras para o cumprimento do seu papel institucional e para o alcance dos objetivos foram definidas ações dentro das diretrizes estratégicas que são monitoradas por meio do sistema Naus e do PAT de cada unidade.

Os indicadores são os instrumentos de medição que fornecerão as informações sobre os resultados de tudo o que foi executado e com eles será possível comunicar o alcance das metas, e também revelar a necessidade de ações corretivas, representando uma avaliação permanente do mecanismo estratégia da instituição. Com a utilização dos indicadores é possível oferecer transparência na divulgação dos resultados e alinhar os esforços da instituição a fim de verificar se a atuação está sendo bem sucedida e consequentemente fornecendo dados suficientes para a tomada de decisões. Além disso, os indicadores dão o direcionamento necessário para o atingimento dos objetivos institucionais, servindo como instrumentos de gestão para a tomada de decisão, uma vez que para o alcance da melhoria contínua, é necessário medir e controlar o alcance objetivos e metas.

Portanto, pretende-se que os indicadores da universidade sejam monitorados por meio do sistema Naus – módulo Indicadores, onde cada item será cadastrado e terá um responsável definido por seu acompanhamento. Anualmente os indicadores serão avaliados e será verificada a necessidade de mudança de estratégia para alcance dos objetivos e cumprimento do papel institucional. Tais avaliações serão apresentadas nas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), onde serão discutidos os direcionamentos para melhoria ou aprimoramento do mecanismo estratégia, relacionando-o aos mecanismos de liderança e controle.

Para o monitoramento foram definidas duas categorias de indicadores: indicadores para os objetivos estratégicos e táticos, com a finalidade de apoiar a tomada de decisão, motivar e reconhecer o desempenho da instituição, visando à integração dos mecanismos da

governança pública. A lista das ações e dos indicadores estratégicos e táticos encontram-se no Anexo I e II deste PDI.

6.5 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da Universidade Federal expressa à forma como a Instituição organiza e integra seus processos para o cumprimento de sua missão institucional e para o alcance de sua visão de futuro, evidenciando a relação entre os macroprocessos gerenciais, de suporte e finalísticos, bem como as entregas geradas para a sociedade. A Figura 16 representa a cadeia de valor da UFT e a integração das atividades de governança, finalísticas e de apoio.

Figura 16 - Cadeia de Valor



Fonte: Elaborado pela PROAP.

6.6 Modelo de Gestão

O modelo de gestão da UFT no âmbito do seu novo PDI (2026-2030), fundamenta-se em princípios de planejamento estratégico, governança pública, transparência, participação democrática, sustentabilidade e gestão orientada a resultados, assegurando o alinhamento

entre a missão institucional, a visão de futuro e os objetivos estratégicos da Universidade, à luz das diretrizes ESG.

Enquanto instituição pública federal, a UFT adota práticas de boa governança, responsabilidade socioambiental e integridade institucional, com ênfase na prestação de contas, no controle social, no acesso à informação e na conformidade com os marcos legais e normativos da administração pública. A incorporação do enfoque ESG fortalece a tomada de decisão responsável, o uso eficiente dos recursos públicos e o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável.

No contexto do novo PDI (2026-2030), a UFT consolida um modelo de gestão integrativo, que articula abordagens contemporâneas da administração pública, da gestão universitária e da sustentabilidade institucional, promovendo eficiência, inovação e capacidade de resposta às demandas sociais e regionais. Esse modelo estrutura-se a partir dos seguintes eixos:

- **Gestão Estratégica com Sustentabilidade (E – Environmental):** a UFT orienta suas ações estratégicas considerando critérios ambientais, como uso racional de recursos naturais, eficiência energética, gestão de resíduos, mitigação de impactos ambientais e promoção de práticas sustentáveis nos câmpus, integrando essas diretrizes ao planejamento institucional e às políticas acadêmicas e administrativas.
- **Gestão por Resultados e Impacto Social (S – Social):** o acompanhamento das metas e ações previstas no PDI é realizado por meio de indicadores de desempenho que consideram não apenas eficiência administrativa, mas também impacto social, inclusão, diversidade, equidade, acessibilidade, permanência estudantil e contribuição para o desenvolvimento regional, assegurando que os resultados institucionais estejam alinhados às necessidades da sociedade.
- **Gestão Participativa, Democrática e Inclusiva (S – Social):** a UFT fortalece a participação da comunidade universitária e da sociedade nos processos decisórios, por meio de órgãos colegiados e instâncias deliberativas, promovendo o diálogo institucional, a valorização das pessoas, o respeito à diversidade e a corresponsabilização na construção das políticas institucionais.
- **Governança, Integridade, Riscos e Controles (G – Governance):** o modelo de gestão incorpora práticas de governança, gestão de riscos, controles internos, integridade e conformidade, alinhadas às diretrizes dos órgãos de controle e às boas

práticas ESG, assegurando transparência, ética, accountability e sustentabilidade institucional de longo prazo.

Com a incorporação dos valores institucionais, das diretrizes do novo PDI (2026-2030) e do enfoque ESG, o modelo de gestão da UFT fortalece a capacidade da Universidade de alcançar seus objetivos estratégicos, promover excelência acadêmica e administrativa, e cumprir sua missão de ensino, pesquisa, extensão, inovação e inclusão social, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do Tocantins, da região amazônica legal e do país.

6.7 Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Para ter sustentabilidade financeira na Universidade é necessário um orçamento equilibrado, controle das despesas, planejamento de seus gastos e acompanhamento com eficiência na gestão dos recursos. Para isso são utilizados instrumentos de planejamento, controle orçamentário e atividades de gestão com a finalidade de melhor distribuir e gerir os recursos.

O orçamento da UFT é composto de três fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades: recursos do Tesouro Nacional (repassados diretamente pelo Ministério da Educação - MEC), convênios e receita própria.

O Ministério da Educação aloca parte dos recursos de custeio e capital por meio de um modelo de partilha de recursos – Matriz Andifes.

A programação de recursos para pessoal, precatórios e encargos sociais é de responsabilidade do governo federal, por isso, o orçamento das instituições e entidades públicas abrange, exclusivamente, as demais despesas chamadas Despesas Discricionárias, denominadas genericamente de OCC - Outros Custeios e Capital, incorporando os programas, os projetos e as atividades.

6.8 Planejamento Orçamentário e Financeiro

Na UFT os instrumentos utilizados para integrar Orçamento e Planejamento e que são alinhados de forma a cumprir as proposições do PDI (2026-2030) são: Norma Técnica

Orçamentária (NTO), Planejamento Orçamentário e Financeiro (POF) e Plano de Distribuição Orçamentária (PDO).

A Norma Técnica Orçamentária da UFT – NTO é um documento elaborado pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento e relatado no Conselho Universitário da UFT (Consuni) e que dispõe sobre a normativa para a execução e acompanhamento do orçamento da instituição. Orienta como a UFT organiza, distribui e acompanha o uso dos recursos financeiros recebidos anualmente. Ela define as prioridades de aplicação do orçamento, estabelece responsabilidades das unidades gestoras, regulamenta os fluxos para solicitações de despesas e assegura que todas as ações estejam alinhadas ao PDI (2026-2030). A normativa também disciplina a forma como cada unidade planeja suas atividades por meio dos PATs, além de indicar critérios para distribuição dos limites orçamentários e para execução dos recursos, sempre observando as legislações orçamentárias vigentes e a liberação de limites pelo Ministério da Educação.

Além da distribuição e execução, a NTO define mecanismos de acompanhamento e controle do orçamento, como análises periódicas de execução, remanejamentos entre ações, critérios para redistribuição de valores não utilizados e uso de sistemas internos de registro e monitoramento. Também estabelece regras para a utilização de recursos próprios, créditos descentralizados, investimentos e emendas parlamentares, assegurando que cada tipo de recurso seja aplicado conforme suas finalidades específicas. Assim, a normativa consolida a gestão orçamentária da universidade, contribuindo para a aplicação responsável dos recursos públicos e para o fortalecimento das ações de ensino, pesquisa, extensão e infraestrutura.

O POF é um processo de realização do planejamento orçamentário da Universidade que percorre por vários meses do exercício para chegar a sua conclusão no PDO do exercício seguinte.

O POF inicia com a fase dos Pré Limites do exercício seguinte, que é o momento que a universidade faz uma previsão dos valores necessários para despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios e pensões, bem como a previsão de receita própria para o exercício seguinte. Em seguida realiza os procedimentos para coleta de informações sobre a previsão das metas físicas e recursos das ações de governo do PLOA.

Por volta de julho a agosto de cada ano é feita a programação orçamentária da Universidade como parte do PLOA do governo federal (Distribuição dos limites orçamentários liberados pelo MEC em ações de governo). Após a publicação do PLOA da União a universidade faz acompanhamento do seu trâmite para conhecimento de valores e possíveis mudanças, enquanto, com base em seus recursos e no PDI, realiza todos os

procedimentos de planejamento e distribuição interna de recursos, consolidando a construção do PDO do exercício seguinte, fase final do POF.

O PDO é o documento institucional elaborado com a finalidade de demonstrar como os recursos recebidos pelo Governo Federal por meio da Lei Orçamentária Anual são distribuídos e gastos na universidade e, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e NTO, dar mais transparência ao processo de distribuição e execução orçamentária à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

A elaboração do PDO segue a legislação orçamentária do governo federal e todas as alterações, desde o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA até a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA. Ele serve como documento norteador da distribuição dos recursos da Universidade, integrando as ações do PDI ao Orçamento e contribuindo para o cumprimento da missão institucional. Os recursos servem para financiar as despesas de funcionamento da Universidade: Despesas Correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e Despesas de Capital (Investimento - obras e equipamentos).

6.9 Demonstração da Sustentabilidade Financeira

As projeções referentes às despesas de investimento e custeio foram elaboradas tomando-se como referência a dotação anual originalmente prevista, acrescida da variação média do IPCA nos últimos 5 anos, calculada em 5,96%.

Para a estimativa das despesas de pessoal, adotou-se como base a dotação atualizada, acrescida do percentual de 4,14% em comparação ao exercício precedente, percentual que expressa a tendência de evolução da folha e dos encargos correspondentes. Essa metodologia contribui para a construção de um panorama mais consistente da evolução orçamentária esperada, subsidiando o planejamento institucional para o quinquênio.

Na Tabela 5 é demonstrada a projeção orçamentária para o próximo quinquênio.

Tabela 5 – Projeção orçamentária para o próximo quinquênio (2026-2030)

	2026	2027	2028	2029	2030
Custeio	93.550.450,10	99.126.056,92	105.033.969,92	111.293.994,52	117.927.116,60
Investimento	3.909.774,60	4.142.797,16	4.389.707,87	4.651.334,46	4.928.554,00
Pessoal	362.125.462,90	383.708.140,48	406.577.145,66	430.809.143,54	456.485.368,49
TOTAL	459.585.687,59	486.976.994,57	516.000.823,45	546.754.472,52	579.341.039,09

Fonte: Elaborado pela PROAP.

Os dados apresentados na Tabela 7 evidenciam uma projeção de crescimento moderado para os próximos exercícios, o que demanda das instituições um contínuo aperfeiçoamento de sua capacidade de gestão, com foco em eficiência, sustentabilidade e racionalização dos gastos, a fim de assegurar a manutenção de suas atividades essenciais.

O orçamento institucional é formulado com base nas diretrizes do PDI e contempla projeções plurianuais de receitas e despesas. A gestão orçamentária considera prioridades estratégicas, expansão acadêmica, manutenção da infraestrutura e investimentos em inovação e tecnologia. O orçamento é acompanhado pelas instâncias colegiadas, garantindo participação institucional e transparência.

7 GOVERNANÇA INSTITUCIONAL, GESTÃO DE RISCOS E ABORDAGEM ESG

A governança institucional representa o núcleo estruturante da atuação das instituições públicas, sendo responsável por assegurar que a ação estatal produza resultados consistentes, legítimos e socialmente relevantes. No âmbito das instituições federais de ensino superior, a governança não se restringe à organização administrativa ou ao cumprimento formal de normas, mas configura-se como um sistema integrado de liderança, estratégia e controle, orientado à realização da missão institucional e à entrega de valor público à sociedade.

A governança efetiva pressupõe a articulação entre planejamento, orçamento, gestão de pessoas, processos decisórios, mecanismos de controle, avaliação institucional e participação social. Trata-se de um arranjo institucional que direciona a tomada de decisão com base em evidências, no objetivo de mitigar riscos, prevenir desvios, fortalecer a integridade e assegurar que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, transparente e alinhada às prioridades coletivas.

A governança e a gestão constituem dimensões complementares e indissociáveis da atuação institucional, sendo fundamentais para assegurar que a organização pública alcance seus objetivos com efetividade, legitimidade e responsabilidade. A governança no setor público compreende os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Esses mecanismos traduzem-se em importantes componentes institucionais: pessoas (liderança), ações (estratégia) e riscos (controle), os quais, alinhados, projetam a organização rumo ao atingimento dos seus objetivos e à entrega de serviços e políticas públicas capazes de agregar valor à sociedade.

A UFT iniciou em 2016 seu processo de implantação da governança através do gerenciamento de riscos, adotando como referência a relação de riscos desenvolvida pela Universidade de Brasília (UnB), reconhecida como precursora entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nesta temática, complementada por documentos produzidos durante a elaboração do PDI (2016-2020). O levantamento inicial foi realizado mediante questionário aplicado aos principais gestores – Diretores de Unidade da Reitoria, Pró-reitores, Diretores de Câmpus e Auditoria Interna – utilizando escala de 1 a 5 para as variáveis probabilidade e impacto. Dos 62 elementos de risco identificados, foram selecionados 41 que apresentaram classificação "alto-alto", "alto-médio" e "médio-alto", formalizados na

Resolução Consuni nº 06/2016, representando o reconhecimento institucional da importância de antecipar e mitigar eventos que pudessem comprometer os objetivos da universidade.

Em 2019, a instituição deu passo significativo com a edição da Resolução CONSUNI nº 09/2019, que estabeleceu as regras de governança no âmbito da UFT, apresentando o Plano Institucional de Governança e definindo formalmente a Política de Gestão de Riscos Institucionais. Este marco normativo consolidou o compromisso da universidade com práticas de gestão alinhadas aos princípios de transparência, *accountability* e efetividade na gestão pública.

O ano de 2020 representou um ponto de inflexão no gerenciamento de riscos da UFT. Com a elaboração do PDI (2021-2025), procedeu-se à reformulação completa da política, promovendo alinhamento direto entre os eventos de risco e os desafios e eixos estratégicos do planejamento institucional. A metodologia de avaliação foi adaptada aos critérios de maturidade definidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2018), estabelecendo conexão sistêmica entre riscos institucionais, desafios e objetivos estratégicos. O processo passou a seguir cinco fases estruturadas: estabelecimento de contexto, identificação de riscos, análise e avaliação, priorização e definição de resposta aos riscos.

Paralelamente à revisão da identidade institucional realizada no PDI (2021-2025) – que redefiniu missão, visão e valores –, foi atualizada a Política de Governança e de Gerenciamento de Riscos da universidade, formalizada pela Resolução CONSUNI nº 68/2022. Essa atualização contribuiu para o fortalecimento da cultura de riscos, culminando, em 2023, no levantamento dos riscos operacionais. A partir desse processo, os resultados passaram a subsidiar sistematicamente a tomada de decisões nos níveis estratégico e tático da gestão, com critérios estabelecidos para reduzir a subjetividade na avaliação das variáveis de probabilidade e impacto dos riscos institucionais. Este refinamento metodológico refletiu o amadurecimento da compreensão institucional sobre a natureza multifacetada dos riscos enfrentados por uma universidade federal. A avaliação conduzida pela Auditoria Interna evidenciou evolução expressiva: o índice de maturidade global aumentou 104,81%, passando de 18,49% (nível inicial) para 37,87% (nível básico), demonstrando que a universidade havia superado a fase embrionária do processo.

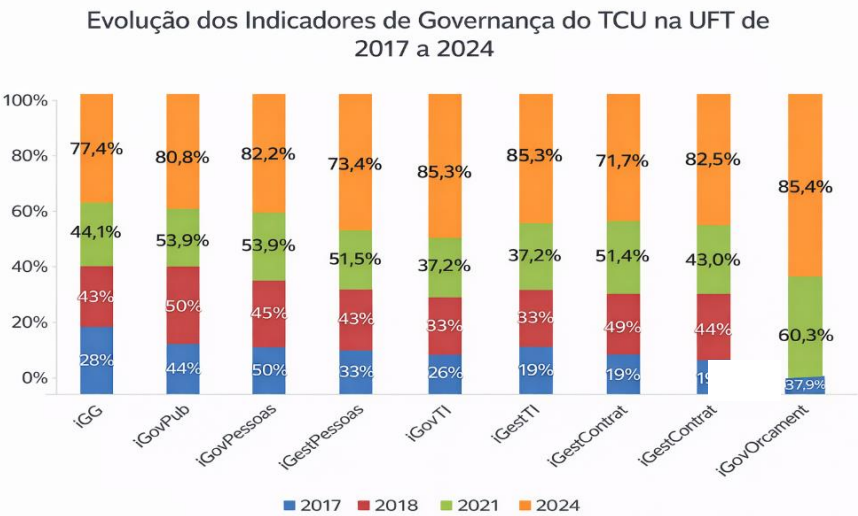
O exercício de 2023 inaugurou a fase de consolidação, expansão e operacionalização com a definição dos riscos operacionais relacionados aos objetivos dos processos-chave de cada unidade gestora. Esta ampliação permitiu mapear tanto riscos estratégicos quanto operacionais, criando visão integrada que conectava o nível macro do planejamento institucional aos processos cotidianos das unidades. Em 2024, priorizou-se a avaliação das

variáveis de impacto e probabilidade dos riscos identificados. Em 2025 concluiu o ciclo de avaliação do PDI (2021-2025), com medição sistemática dos riscos estratégicos e operacionais junto às Unidades Gestoras, consolidando a experiência acumulada no quinquênio.

A trajetória percorrida pela UFT revela maturação progressiva caracterizada por três movimentos principais: a institucionalização formal mediante normativas do Conselho Universitário, que conferiu legitimidade e permanência ao processo; a integração crescente entre gestão de riscos e planejamento estratégico, que transformou o gerenciamento de riscos de atividade isolada em dimensão estruturante do planejamento institucional; e a ampliação gradual do escopo desde o nível estratégico institucional até os processos operacionais das unidades gestoras, promovendo capitalização da cultura de gestão de riscos. O processo fundamenta-se em princípios de sistematização, estruturação oportuna, subordinação ao interesse público e utilização da gestão de riscos como ferramenta de melhoria contínua e apoio à tomada de decisão. A implementação gradual prevista para o PDI (2026-2030) reconhece o caráter dinâmico do gerenciamento de riscos e a necessidade de adaptação contínua às transformações do ambiente interno e externo da instituição.

Para avaliar a gestão e a governança do setor público, o TCU realiza trabalhos orientados de autoavaliação unificados no Índice Geral de Governança e Gestão (iGG), que avalia os mecanismos de liderança e *accountability* de maneira geral e especificamente nas áreas de gestão de pessoas, contratações, tecnologia da informação e comunicação e gestão orçamentária. Os resultados da UFT podem ser observados na Figura 17:

Figura 17 - Evolução dos Indicadores de Governança do TCU na UFT.



Fonte: Indicadores do TCU, (2024).

Esta representação gráfica permite observar o progresso e as mudanças ao longo dos anos, proporcionando visão clara do aprimoramento dos processos de governança institucional da universidade, o link com a publicação do Relatório dos Indicadores de Governança do TCU na UFT é: https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/iESGo2024-178-UFT.pdf.

7.1 Gestão de Riscos

A gestão de riscos constitui elemento essencial para o fortalecimento da governança e para a efetividade do planejamento institucional da UFT. No âmbito do PDI (2026-2030), a abordagem dos riscos está alinhada às diretrizes estabelecidas no Caderno de Riscos da UFT, que orienta a identificação, a análise, a avaliação e o tratamento dos eventos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.

O monitoramento dos riscos na UFT está normatizado na Resolução Consuni nº 68/2022 e acompanhado pelo software NAUS, junto com painéis de Power BI. O gerenciamento de riscos, ao permitir tomada de decisão mais racional e fundamentada, amplia a capacidade da universidade de lidar com eventos inesperados que possam impactar negativamente o alcance de seus objetivos, estimula a transparência, favorece o uso eficiente, eficaz e efetivo dos recursos públicos e fortalece a imagem institucional (TCU, 2020).

O Caderno de Riscos, publicado em 2025 (link: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/gestao-de-riscos>), apresenta o encerramento do ciclo de monitoramento e gerenciamento de riscos durante a vigência do PDI (2021-2025).

Os resultados da classificação dos riscos na UFT são utilizados como parâmetro de priorização na execução das ações do PDI e, considerando o contingenciamento de recursos, também orientam o processo de distribuição e aplicação dos recursos orçamentários. Todas as ações mitigadoras de riscos estratégicos estão descritas no PDI e inseridas no sistema de monitoramento Naus, vinculadas aos riscos correspondentes por meio de marcadores. Esta integração permite que os gestores tenham conhecimento dos eventos sob sua responsabilidade e das ações necessárias para mitigá-los, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais. Além do sistema, os resultados são acompanhados por meio de painéis de monitoramento, onde os gestores analisam o desempenho de suas unidades tanto no cumprimento das ações mitigadoras quanto das demais ações sob sua responsabilidade.

Os níveis de risco estratégico da UFT são medidos a partir do indicador "nível de risco estratégico da UFT", vinculado ao Desafio 5 do PDI (2021-2025): Mecanismos de governança pública. Com a finalização do quinto ciclo de revisão dos riscos estratégicos, verificou-se que a universidade evoluiu significativamente no estabelecimento dos controles e na execução das ações mitigadoras. O indicador apresentou queda constante ao longo do período, saindo do risco inerente de 35,5 em 2021 para o risco residual de 18 em 2025, demonstrando redução de aproximadamente 49% no nível de risco estratégico institucional.

Esta evolução positiva é corroborada pela análise da distribuição dos riscos estratégicos por nível ao longo dos cinco anos de execução do PDI (2021-2025). A quantidade de riscos classificados como baixos aumentou de 4 para 39, enquanto os riscos altos diminuíram de 63 para 17. Esta redistribuição evidencia que a universidade está orientada pelo gerenciamento de riscos e que os eventos estão progressivamente se aproximando dos níveis aceitáveis definidos no apetite ao risco institucional.

Desde o exercício de 2023, os riscos operacionais ligados aos objetivos dos macroprocessos das unidades gestoras também foram definidos e mensurados, ampliando o escopo do gerenciamento para além do nível estratégico. Os resultados demonstram uma trajetória consistente de melhoria, destacando: uma diminuição da quantidade de riscos altos e médios e consequente aumento da quantidade de riscos baixos, que saltaram de dois para 17. Os riscos extremos, que exigem atenção prioritária, foram adequadamente tratados, reduzindo sua ocorrência para apenas um risco em 2025. Estes dados demonstram os esforços institucionais das Unidades Gestoras em manter os riscos operacionais dentro do apetite definido.

O nível de risco operacional consolidado da UFT acompanhou a tendência observada nos riscos estratégicos, apresentando diminuição entre 2023 e 2025. Esta evolução demonstra que ocorreram esforços sistemáticos para garantir razoavelmente o atingimento dos objetivos dos macroprocessos, com tratamento adequado de parte significativa dos riscos extremos durante a vigência do PDI (2021-2025).

Os resultados consolidados evidenciam que a institucionalização do gerenciamento de riscos na UFT produziu efeitos concretos sobre a capacidade institucional de antecipar e mitigar eventos que possam comprometer seus objetivos estratégicos e operacionais. A evolução positiva dos indicadores ao longo do quinquênio reflete amadurecimento da cultura de gestão de riscos, aprimoramento dos controles internos e maior efetividade na alocação de recursos para tratamento dos eventos mais críticos. Este conjunto de resultados posiciona a

universidade em patamar superior de maturidade institucional e cria bases sólidas para a continuidade e aprofundamento do processo no ciclo do PDI (2026-2030).

7.2 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da UFT pode ser visualizada na Figura 18:

Figura 18 – Estrutura de Governança da UFT (miniatura ilustrativa clique no [Link](#))



Fonte: elaborado pela PROAP.

O Comitê de Governança e Riscos (CGR) é a instância responsável por articular a atuação da gestão central com os Câmpus, realizando reuniões periódicas entre a Reitoria, as Pró-Reitorias e as Diretorias de Câmpus, nas quais são tratadas demandas locais, prioridades institucionais, alocação orçamentária, infraestrutura, gestão de pessoas e ações acadêmicas. Tem por finalidade assessorar a alta administração no aperfeiçoamento e na implementação dos princípios e diretrizes de governança pública, assegurando a incorporação contínua de boas práticas alinhadas à estratégia institucional, aos mecanismos de controle interno e à melhoria do desempenho organizacional, bem como o alinhamento entre as diretrizes institucionais e as necessidades específicas de cada campus, fortalecendo o processo decisório e a corresponsabilidade na gestão.

7.3 Integração Intersetorial das Pró-Reitorias e Unidades Gestoras

A integração entre as Pró-Reitorias da UFT e as Unidades Gestoras organiza-se a partir de modelo de gestão institucional centralizada com execução descentralizada das políticas e ações, compatível com a natureza multicâmpus da Universidade. As Pró-Reitorias, vinculadas à Reitoria, são responsáveis pela formulação, coordenação e acompanhamento das políticas acadêmicas, administrativas e de gestão, com abrangência em todas as unidades da instituição, enquanto os câmpus atuam na implementação dessas políticas, considerando as especificidades locais.

No âmbito acadêmico, as Pró-Reitorias finalísticas — Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Assuntos Estudantis — mantêm articulação contínua com coordenações de curso, núcleos acadêmicos e equipes administrativas dos câmpus para a execução de programas, projetos, editais e ações institucionais. Essa atuação integrada possibilita a padronização de procedimentos, o acompanhamento das ações e a ampliação do acesso da comunidade acadêmica às políticas institucionais, respeitando as realidades regionais.

A integração também se dá por meio dos Conselhos Diretores dos Câmpus, que funcionam como instâncias colegiadas de representação e deliberação local, articulando as demandas da comunidade acadêmica com a gestão central. As deliberações e encaminhamentos desses conselhos subsidiam as decisões das Pró-Reitorias e dos conselhos superiores da Universidade, fortalecendo a participação democrática e a transparência institucional.

Ações intersetoriais envolvendo diferentes Pró-Reitorias e equipes dos câmpus são frequentes, especialmente em atividades como planejamento anual, matrículas, programas de permanência estudantil, eventos acadêmicos, projetos de extensão e iniciativas de capacitação, reforçando a cooperação entre os setores e promovendo atuação institucional mais integrada e eficiente.

7.4 Processos de Tomada de Decisão e Responsabilidades

Os processos de tomada de decisão estruturam-se de forma hierarquizada e colegiada, combinando instâncias centrais e locais, em consonância com os princípios de governança

pública e a natureza multicâmpus da Universidade. As decisões estratégicas, acadêmicas e administrativas de maior abrangência são definidas pela Reitoria em articulação com as Pró-Reitorias, observando as diretrizes do PDI (2026-2030) e as políticas institucionais vigentes.

No nível dos câmpus, as Diretorias e os Conselhos Diretores atuam como instâncias de representação e deliberação, responsabilizando-se por operacionalizar as decisões institucionais e propor ajustes conforme a realidade local. Esse modelo assegura a corresponsabilidade ao distribuir funções decisórias entre os gestores centrais e locais, garantindo que cada ação ou projeto esteja claramente vinculado a responsáveis institucionais e submetido a mecanismos de monitoramento e avaliação.

A UFT adota instrumentos formais de planejamento, acompanhamento e controle utilizando o Sistema NAUS, que permite o monitoramento contínuo da execução das ações do PDI, gerando relatórios e indicadores de desempenho que reforçam a transparência, a prestação de contas e a avaliação contínua das decisões. Dessa forma, o processo decisório integra planejamento estratégico, execução descentralizada e responsabilidade compartilhada, fortalecendo a eficiência, a coerência institucional e a *accountability* em todos os níveis da Universidade.

7.4.1 UFT em Números

A plataforma “UFT em Números” reúne dados institucionais da Universidade Federal do Tocantins e permite visualizar informações atualizadas sobre estudantes, cursos e produção acadêmica. A ferramenta foi criada para dar transparência e facilitar o acesso a dados da universidade por estudantes, gestores e pela sociedade. A plataforma é um painel de dados (dashboard) que apresenta indicadores institucionais em tempo quase real. Criada pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (Proap) em parceria com a Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Protic), permite a visualização de dados institucionais em tempo real e pode ser acessada pelo endereço <https://sistemas.uft.edu.br/uftemnumeros/>.

Com o escopo de organizar dados institucionais, a plataforma “UFT em Números”, mostra indicadores como número de estudantes, cursos, campi, produção acadêmica e desempenho em rankings. Ela funciona como uma ferramenta de transparência e planejamento institucional.

7.5 Integridade

A integridade pública na UFT é pilar fundamental para garantir que a instituição cumpra sua missão de ensino, pesquisa e extensão com ética, transparência e responsabilidade. Como Autarquia Federal, a UFT segue as diretrizes da Controladoria-Geral da União (CGU) e possui mecanismos próprios para prevenir desvios e promover cultura de honestidade.

O Programa de Integridade da UFT é conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, em apoio à boa governança, baseados em Plano com levantamento dos riscos para a Integridade, riscos estes que configuram vulnerabilidades que possam favorecer ou facilitar a ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que comprometam os objetivos, missão e valores da UFT.

O estabelecimento do presente Programa demonstra o comprometimento da alta gestão da UFT que, junto ao Comitê de Governança já estabelecido, busca adotar elevados padrões de gestão e conduta ética através do estabelecimento de ações estratégicas para prevenção de riscos à boa gestão da universidade.

A UFT estabeleceu seu Plano de Integridade (Resolução nº 121/2024 – CONSUNI) com o objetivo de organizar as medidas institucionais destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos de corrupção, com foco em gestão de riscos para identificar áreas mais vulneráveis (como licitações, contratos e concursos) e aplicar controles mais rigorosos. O Comitê de Governança e Riscos é responsável por monitorar essas práticas.

7.5.1 Unidade de Gestão da Integridade (UGI)

A Unidade de Gestão de Integridade (UGI-UFT) é instância estratégica com papel fundamental na implementação e no monitoramento das ações de integridade. Deve ser dotada de autonomia e de recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas competências, além de ter acesso às demais unidades e ao mais alto nível hierárquico da instituição. A UGI-UFT tem como atribuições e competências: I) coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade; II) orientação e treinamento de servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; III) promoção de

outras ações relacionadas à implementação do plano de integridade em conjunto com as demais unidades da UFT.

A UGI-UFT é composta, conforme Portaria nº 359/2024, pelos membros das atuais unidades de gestão ligadas ao tema: Ouvidoria, Comissão de Ética, Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPAD), Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP) e Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP), coordenados pela Divisão de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (DITAI) e tendo como convidada a Assessoria de Auditoria Interna (AUDIN).

7.5.2 Comissão de Ética

A Comissão de Ética incumbe fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética para instruir e fundamentar promoções e demais procedimentos próprios da carreira do servidor público. Em consonância com o art. 37, caput, e o § 4º, da Constituição Federal e com as regras deontológicas que integram o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, o Código de Conduta Ética Profissional dos Servidores da UFT compreende o conjunto de costumes, normas e ações dos servidores, tendo como postulados fundamentais a proteção do direito ao ensino, pesquisa e extensão, bem como o respeito à integridade acadêmica da Instituição, aliados ao dever de promover a convivência democrática inspirada nos princípios de liberdade, justiça, dignidade humana, solidariedade e na defesa da UFT.

Cabe à Comissão de Ética realizar os procedimentos para a apuração de fato ou ato que, em princípio, se apresente contrário à ética, tomando por base o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), a Resolução nº 10/2008-CEP e demais orientações constantes do Código de Conduta Ética Profissional dos Servidores da UFT (Resolução Consuni nº 05/2018).

7.5.3 Ouvidoria

A Ouvidoria é um instrumento voltado para promover a participação popular, a transparência e a eficiência no Serviço Público. É o canal pelo qual o cidadão, membro ou não

da comunidade UFT, pode solicitar informações sobre a Universidade que porventura não estejam disponíveis, fazer perguntas e se manifestar sobre as ações da instituição por meio de críticas, denúncias, elogios, reclamações ou sugestões. O setor está vinculado organizacionalmente à Reitoria, constituindo órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade visando o aperfeiçoamento das ações institucionais.

Durante a execução do PDI (2026-2030) há a previsão da formalização e instituição da Ouvidoria da Mulher que estará diretamente ligada à Ouvidoria Geral da Universidade e terá como característica principal o acolhimento de mulheres vítimas de qualquer forma de assédio que possa vir a ocorrer dentro da UFT, garantindo apoio e encaminhamento dos procedimentos necessários para apuração de responsabilidade dos envolvidos conforme é descrito no Capítulo 12 deste PDI.

7.5.4 Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPAD)

A execução das atividades de correção no âmbito da UFT é realizada pela Coordenação de Procedimentos Disciplinares (CPAD). A denúncia é encaminhada ao Setor para a realização do juízo de admissibilidade. O processo é acompanhado pela Coordenação desde a autuação até o julgamento, incluindo acompanhamento às Comissões de Processos Disciplinares, auxiliando quanto à logística, transporte, contato com instituições externas, atendimento às partes envolvidas e cumprimento de prazos.

7.5.5 Câmara de Mediação, Conciliação de Conflitos, Enfrentamento ao Racismo e Assédio (CAMU)

A CAMU (Câmara de Mediação, Conciliação de Conflitos, Enfrentamento ao Racismo e Assédio) da UFT foi criada em 13 de março de 2024 (Resolução nº 107/2024-Consuni) para mediar conflitos e combater o assédio e o racismo no ambiente universitário. A câmara atua para promover um ambiente mais seguro, alinhado com políticas de igualdade étnico-racial e educação.

Principais Informações sobre a CAMU na UFT:

Criação: Instituída pelo Conselho Universitário da UFT (Consuni) para atender demandas sociais e institucionais, proposta pelo Núcleo de Pesquisa Igualdade Étnico-Racial e Educação (Ierê).

Objetivos: Atua na mediação e conciliação de conflitos, além de enfrentar casos de assédio e racismo.

Atuação: Participa de ações de conscientização, como a campanha "Assédio Não Passa".

Parcerias: Ações em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins para troca de experiências sobre mediação.

A criação da CAMU reforça o compromisso da universidade com a criação de ambientes universitários mais seguros e acolhedores.

7.6 Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção

O combate e a prevenção à fraude e à corrupção na UFT são estruturados através de sistema de controle interno e governança que busca alinhar a gestão acadêmica e administrativa aos padrões éticos do serviço público federal. A UFT segue o Programa de Integridade exigido pela Controladoria-Geral da União (CGU), documento mestre que identifica onde a universidade é mais suscetível a falhas e estabelece ações preventivas.

A prevenção e o combate se concretizam por meio de: transparência ativa (dados sobre licitações, contratos, gastos com viagens e obras acessíveis a qualquer cidadão); gestão de riscos (prevenção, detecção, punição e remediação de eventos que confrontam ou ameaçam os princípios éticos); e unidades específicas que atuam como "filtros" de legalidade, como a Comissão de Ética, a Coordenação de Procedimentos Disciplinares e a AUDIN.

A Comissão de Ética atua na dimensão pedagógica, criando cultura onde a fraude seja socialmente inaceitável dentro do campus, promovendo treinamentos sobre conflito de interesses. A Auditoria previne e a Corregedoria foca na responsabilização, conduzindo investigações e Processos Administrativos Disciplinares (PAD), com foco de combate à impunidade, garantindo que desvios éticos ou financeiros sejam apurados e que as sanções legais sejam aplicadas aos envolvidos.

O combate à corrupção na UFT depende diretamente da participação da comunidade (alunos, professores e técnicos). O fluxo geralmente segue este caminho: denúncia realizada

preferencialmente via Plataforma Fala.BR (Ouvidoria), garantindo, se necessário, o anonimato do denunciante; análise preliminar pela Ouvidoria, que encaminha a demanda para a unidade competente (CPAD) para verificar se há indícios mínimos de prova; investigação/apuração com coleta de evidências e depoimentos; e julgamento e sanção, com aplicação de penalidades que podem ir de advertência à demissão ou rescisão de contratos com empresas.

Na rotina da UFT, o combate à fraude foca especialmente em: licitações e contratos (fiscalização rigorosa de empresas terceirizadas para evitar o pagamento por serviços não prestados); concursos e seleções (uso de protocolos de segurança para garantir a igualdade de condições e evitar favorecimentos); e acúmulo de cargos (monitoramento para evitar que servidores recebam remunerações indevidas ou em desacordo com a dedicação exclusiva).

A integridade na UFT é compromisso contínuo de transparência, onde a vigilância da sociedade e o rigor dos órgãos de controle internos trabalham para assegurar que cada centavo investido retorne em benefício da educação no Tocantins.

No final de 2025 a Universidade aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), uma iniciativa conjunta do TCU e das Redes de Controle da Gestão Pública do Brasil, representadas por sua Secretaria Executiva, com apoio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), e tem como objetivo fomentar a implementação de um conjunto de práticas de integridade pelas organizações públicas brasileiras, das três esferas e dos três Poderes, com vistas à redução dos níveis de exposição à fraude e corrupção. Tal fato demonstra ainda mais a intenção da instituição em assegurar as boas práticas de governança e gestão com vistas a mitigar fraudes e outros ilícitos que possam prejudicar os processos administrativos institucionais.

7.7 Continuidade de Negócios

A UFT, assim como as demais instituições públicas, está sujeita a riscos decorrentes de desastres naturais, falhas operacionais, incidentes tecnológicos e ataques cibernéticos, os quais podem impactar parcial ou totalmente a continuidade de suas atividades. Diante desse cenário, torna-se essencial o estabelecimento de planejamento estruturado capaz de definir diretrizes para a continuidade institucional e para o restabelecimento das operações em condições de normalidade no menor tempo possível, especialmente em situações críticas.

No âmbito da Administração Pública Federal, a continuidade de negócios está diretamente relacionada à manutenção da prestação de serviços públicos essenciais, com vistas à preservação do bem-estar social durante e após a ocorrência de eventos adversos. No contexto das instituições federais de ensino superior, a interrupção das atividades finalísticas — ensino, pesquisa e extensão — ou a suspensão de serviços administrativos pode ocasionar prejuízos significativos ao direito fundamental à educação, além de impactos diretos no desenvolvimento social, econômico e institucional dos municípios, do estado do Tocantins e do país.

Em face desses riscos, a UFT reconhece a importância da institucionalização de práticas voltadas à gestão da continuidade de negócios, de modo a fortalecer sua resiliência organizacional. A Instituição pretende instituir a Política de Gestão da Continuidade de Negócios (PGCN), que terá por objetivo estabelecer diretrizes e responsabilidades voltadas à minimização de impactos adversos, à redução de perdas de ativos tangíveis e intangíveis a níveis aceitáveis e à proteção das pessoas, dos processos institucionais, das informações, dos recursos materiais e das instalações físicas da Universidade, por meio da adoção integrada de ações de prevenção, resposta e recuperação.

Nesse sentido, o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) constitui instrumento operacional de apoio à gestão de riscos, no qual são definidos os procedimentos necessários para que a UFT mantenha o cumprimento de sua missão institucional e de suas obrigações legais mesmo diante de incidentes ou situações de crise. O PCN tem como foco a minimização das consequências decorrentes de eventos disruptivos, garantindo a continuidade das atividades essenciais por meio de processo estruturado de gerenciamento de crises e tomada de decisão estratégica.

7.8 Transparência e Acesso à Informação

A transparência e o acesso à informação constituem pilares fundamentais da Governança Pública e configuram-se como elementos estruturantes da política ESG da UFT. No contexto da administração pública brasileira, tais princípios são reforçados pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), pela Lei nº 14.133/2021 e ainda pelas diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), que instituem parâmetros normativos para a divulgação ativa de dados, a prestação de contas e os mecanismos de *accountability*.

Para a UFT, fortalecer a transparência significa consolidar práticas de gestão participativa, ampliar o controle social, garantir integridade institucional e promover um ambiente administrativo íntegro, responsivo e orientado ao interesse público.

O Relatório de Governança do TCU (2024), no qual a instituição alcançou expressivos indicadores em Governança Pública (80,8%) e Capacidade em Controle, evidenciam que a instituição já dispõe de uma estrutura consistente para assegurar a publicização de informações, canais de participação e mecanismos de monitoramento das ações institucionais. Esse relatório destaca os avanços da UFT em promover a transparência e a *accountability*, incluindo a existência de canais de denúncia, procedimentos para apuração de irregularidades, mecanismos de prestação de contas e consolidação de espaços de diálogo com a comunidade acadêmica. Tais indicadores demonstram que a instituição possui bases sólidas para aprimorar suas políticas de transparência, ampliando-as dentro da lógica ESG e do PDI (2026-2030).

A consolidação da transparência institucional exige que a UFT mantenha e aperfeiçoe práticas de divulgação ativa, incluindo: planos, relatórios, atos normativos, indicadores de desempenho, dados orçamentários, licitações, contratos, convênios e informações de pessoal. O fortalecimento do Portal da Transparência e da comunicação institucional torna-se, portanto, elemento estratégico para assegurar à sociedade o acesso tempestivo e adequado às informações públicas.

Desse modo, a institucionalização de diretrizes de linguagem simples e acessível, aliada à utilização de ferramentas digitais, contribui para democratizar a informação, aproximar a Universidade da comunidade e promover a inclusão informacional.

Outro eixo fundamental para a garantia da transparência são os instrumentos de planejamento institucional, como o PDI, o Plano Anual de Trabalho, o Plano de Logística Sustentável e os relatórios de gestão. A publicidade desses documentos aumenta a previsibilidade administrativa, permite o acompanhamento das metas estratégicas e facilita o controle interno e externo. Tal como ilustrado, o PLS prevê ações específicas para ampliar a comunicação das iniciativas de sustentabilidade, incluindo campanhas anuais e a veiculação de ações educativas sobre consumo consciente, eficiência energética e políticas de resíduos, contribuindo diretamente para a política de transparência ambiental, conforme pontuado nos itens 8.3 e 8.10 deste PDI.

Além disso, a UFT vem promovendo espaços institucionais de participação e escuta ativa, como consultas públicas, workshops, pesquisas institucionais e reuniões com segmentos internos e externos, que permitem à comunidade avaliar e acompanhar o desempenho institucional. Essas práticas materializam o princípio constitucional da gestão democrática e

fortalecem o pacto de confiança entre a Universidade e a sociedade, sobretudo em um contexto regional marcado por desafios socioambientais e desigualdades históricas.

Assim, a política de Transparência e Acesso à Informação no PDI (2026-2030) orienta-se pelos seguintes compromissos estruturantes: ampliar a divulgação de informações públicas; fortalecer a comunicação institucional; aprimorar canais de denúncia e ouvidoria; promover a acessibilidade comunicacional; integrar sistemas de gestão e governança; assegurar publicização ativa de relatórios, planos e indicadores; e consolidar uma cultura institucional baseada na integridade, na ética e no controle social.

Ao reafirmar esses princípios, a UFT fortalece sua Governança ESG, assegura conformidade com o arcabouço normativo nacional e internacional e reafirma seu compromisso com a gestão pública transparente, íntegra e orientada ao bem comum.

7.8.1 Transparência Passiva: O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Quando a informação desejada não está disponível no site, entra em cena a transparência passiva. Qualquer pessoa física ou jurídica pode formular pedidos de informação direcionados aos órgãos e entidades da administração pública. O acesso a informações públicas é assegurado, segundo o art. 9º da Lei, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para o recebimento dos pedidos e para orientar as pessoas quanto ao acesso.

Na Administração Pública Federal foram criados os SICs (Serviços de Informação ao Cidadão) e o sistema eletrônico Fala.BR. Em termos práticos, para apresentar pedido de acesso, que deve ser descrito de modo compreensível, específico, razoável e proporcional, o cidadão deve, preferencialmente, utilizar o sistema Fala.BR.

Canal Oficial: A UFT utiliza o sistema Fala.BR, plataforma integrada que permite ao cidadão solicitar dados específicos. Prazos: A universidade tem o dever de responder em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, desde que apresente justificativa. Recursos: Caso o acesso seja negado, o cidadão tem o direito de recorrer a instâncias superiores, como o Reitor e, em última análise, a Controladoria-Geral da União (CGU).

A transparência na instituição aponta desafios recorrentes: atualização de dados (manter os fluxos de informação em tempo real em todos os cinco câmpus); linguagem cidadã (transformar dados técnicos e orçamentários complexos em informações compreensíveis para

o público leigo); e LGPD (equilibrar a necessidade de transparência pública com a proteção de dados pessoais de alunos e servidores).

7.9 Dimensões ESG no Modelo de Governança Institucional

No âmbito da governança institucional, a abordagem ESG é adotada como um referencial transversal para a identificação, avaliação e tratamento de riscos ambientais, sociais e de integridade, orientando o planejamento, a gestão e a tomada de decisão. Dessa forma, o ESG não se configura como um eixo isolado, mas como um componente estruturante do sistema de governança e gestão de riscos da instituição.

O conteúdo descrito neste documento, evidencia que a UFT, ao longo de sua história tem executado diversas ações que se enquadram nos princípios da ESG. No entanto, estas ações estão dispersas nas suas diferentes unidades gestoras, não integradas a uma matriz organizacional sistêmica, razão do foco do presente PDI (ESG) expressos na sua missão, visão e valores, e incorporados nos seus objetivos institucionais.

A UFT como ente federativo que recebe recursos públicos, deve ter, portanto, responsabilidade ética, social e ambiental na gestão deles, e assim, se submeter às legislações e regulamentações, relacionadas com a sustentabilidade social, ambiental e administrativa. Em 2024, o TCU aplicou nas instituições federais um novo questionário de avaliação (IESGo, 2024), onde insere as temáticas de sustentabilidade social e ambiental, além do eixo tradicional de governança.

A incorporação de critérios ESG na gestão universitária, além do cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, tem por finalidade transformar a instituição em um agente ativo de desenvolvimento sustentável, inovação social e governança responsável, uma vez que é ela que tem como missão a formação de profissionais que serão responsáveis pela liderança do mundo no futuro (responsabilidade social), devendo estar preparados como profissionais capazes de lidar com os desafios ambientais, sociais e econômicos do século XXI. Além disso, as universidades são geradoras de soluções e práticas que beneficiem o meio ambiente e bem-estar social, através da pesquisa e extensão.

As universidades têm um grande impacto ambiental, desde o consumo de energia e água até a geração de resíduos e emissões de gases de efeito estufa. A adoção de práticas sustentáveis pode reduzir esse impacto e contribuir para a preservação do meio ambiente.

A implementação de uma agenda ESG transforma a universidade federal em um laboratório vivo de desenvolvimento sustentável, com impacto direto na formação acadêmica, na pesquisa científica, na extensão e no desenvolvimento regional, fortalecendo o papel da universidade como protagonista do futuro sustentável do país.

Assim sendo, na estruturação dos grupos de trabalho do presente PDI (2026-2030) existiu um específico em ESG, cujas discussões foram incorporadas em ações inseridas nos objetivos estratégicos e táticos relacionados ao assunto (descritas nos anexos). Entre as principais estão: a aprovação da Política institucional de governança ambiental, social e de governança (ESG) da UFT, e a elaboração e implantação do plano Institucional de ESG, conforme as diretrizes e estrutura descritas na ABNT PR 2030:2022, incorporando as legislações e normativas federais.

De acordo com a ABNT PR 2030:2022, a adoção da agenda ESG deve estar integrada ao propósito institucional e aos planos estratégicos da universidade, conectando-se aos ODS, criando valor compartilhado com a sociedade e fortalecendo a legitimidade institucional, a transparência e o impacto social.

7.9.1 Eixo ESG - Governança

Este PDI incorpora a governança como eixo estruturante e transversal, reconhecendo-a como condição necessária para a integração das dimensões social e ambiental do ESG e para a consolidação da universidade como agente público estratégico, comprometido com a efetividade das políticas públicas educacionais e com o desenvolvimento sustentável do Tocantins e da Amazônia Legal. Por sua natureza transversal, este eixo é amplamente abordado de forma integrada, ao longo dos parágrafos que compõem este documento.

Com a finalidade de integrar os três eixos, será discutida a criação de uma Superintendência de Governança Tática da UFT, no qual estará inserido o comitê de ESG da Instituição, instância colegiada de natureza estratégica voltada à articulação intersetorial e à consolidação de indicadores institucionais. Sua função será integrar as dimensões ambiental, social e administrativa, promovendo alinhamento transversal entre sustentabilidade, ações afirmativas, integridade pública e gestão orientada por resultados.

7.9.2 Eixo ESG - Social

A UFT, reconhece o papel estratégico que desempenha no desenvolvimento humano e social no Tocantins e região, território historicamente marcado por desigualdades socioeconômicas e educacionais. Nesse contexto, o eixo ESG – Social consolida-se como um dos pilares do novo PDI (2026–2030), orientado para a implementação e aprimoramento de políticas institucionais de sustentabilidade social, inclusão e equidade, em consonância com as diretrizes da Agenda 2030 da ONU, o Índice de Sustentabilidade e Governança (iESGo/TCU) e os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Sob essa ótica, a UFT compreende que o fortalecimento do eixo social amplia o acesso ao ensino superior, na viabilidade de condições de permanência estudantil e promoção de ambientes de convivência que respeitem a diversidade cultural, étnica e social. Tais ações, já materializadas em programas de assistência estudantil, projetos de extensão e iniciativas de valorização das diferenças, demonstram o compromisso da instituição em reduzir desigualdades e em promover oportunidades equitativas de formação e desenvolvimento humano.

O Eixo Social não se limita a ações pontuais, mas configura-se como diretriz transversal que orienta políticas institucionais e práticas pedagógicas, consolidando a universidade como espaço de inclusão e de valorização da diversidade. Logo, a dimensão social para a UFT representa a síntese de um compromisso histórico e contínuo, que se projeta para o futuro como elemento estruturante da identidade institucional, validando nesse processo, sua relevância social e acadêmica, ao integrar inclusão, equidade e direitos humanos como fundamentos de sua missão e como pilares de sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Nesse contexto, o PDI (2026-2030) prevê a criação do Programa de Sustentabilidade Social da UFT, voltado à promoção da equidade, ao respeito à diversidade e à valorização do saber. A execução do programa será pautada pela construção coletiva, garantindo que as iniciativas sociais sejam planejadas, implementadas e acompanhadas de maneira integrada.

A presente Política fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e estratégicos:

- a) Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 – Governança das Contratações na Administração Pública;
- c) Questionário iESGo 2024 – Índice de Sustentabilidade e Governança das

Instituições Federais, do Tribunal de Contas da União (TCU);

d) Agenda 2030 da ONU – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);

e) Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da UFT, aprovado pela Resolução nº 137, de 12 de março de 2025.

A consolidação do eixo ESG – Social neste novo ciclo de planejamento da UFT, representa a transição de um modelo de ações pontuais de atendimento estudantil, para um sistema institucional estruturado e integrado de sustentabilidade social. As diretrizes que orientarão as tomadas de decisões e o posicionamento da UFT, são baseadas na sua missão, visão e valores, alinhados aos esforços para atingir os resultados desejados.

A transversalidade e a corresponsabilidade das Unidades Gestoras serão princípios orientadores de todas as ações. As políticas sociais implementadas pela UFT no ciclo 2026–2030 não serão executadas de forma isolada, mas constituirão um modelo integrado de governança colaborativa, no qual cada unidade gestora contribuirá para um resultado comum: promover o desenvolvimento humano, a equidade e a justiça social na Amazônia Legal.

A integração do Eixo ESG – Social ao planejamento estratégico da UFT consolida-se como uma política estruturante do novo PDI (2026-2030), garantindo coerência entre os objetivos institucionais, as práticas de gestão e as ações de responsabilidade social. O eixo social será executado de forma transversal, envolvendo múltiplas Unidades Gestoras (UGs) e articulando-se diretamente às estratégias institucionais de desenvolvimento humano, equidade e sustentabilidade.

No mesmo eixo de integração, serão desenvolvidas ações conjuntas de ensino, pesquisa e extensão orientadas pela inovação social e tecnológica, com a criação de uma rede de incubadoras e aceleradoras de startups de impacto social, priorizando tecnologias de baixo custo e soluções voltadas aos desafios regionais.

A implantação dos Núcleos de Acolhimento Institucional em todos os câmpus reforçará a dimensão humana da sustentabilidade social, com oferta de escuta qualificada, apoio psicológico e encaminhamento adequado para demandas relacionadas à saúde mental, assédio ou discriminação. Esses núcleos, funcionarão em estreita articulação com a Política Institucional de Direitos Humanos, Diversidade e Bem Viver, conduzida pela Reitoria em parceria com as Diretorias de Assuntos Estudantis e as Coordenações de Ações Afirmativas.

De forma complementar, será implantada a Política Institucional de Parentalidade e Acolhimento Familiar, abrangendo estudantes e servidores(as) com responsabilidades familiares e prevendo ações específicas de apoio à permanência estudantil e ao cuidado infantil, especialmente voltadas às mães em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Essa

política contará com apoio técnico e orçamentário das pró-reitorias PROEX, PROGEDEP, PROAP e PROAD, mediante a criação de mecanismos para captação de recursos complementares, convênios e parcerias interinstitucionais que assegurem a sua sustentabilidade financeira e operacional.

Outro eixo de integração é o fortalecimento da diversidade cultural e linguística, concretizado por meio do Programa Institucional de Valorização das Culturas e Línguas Indígenas, que promoverá o letramento linguístico e digital, a preservação de saberes tradicionais e a integração de conhecimentos étnicos e raciais aos currículos dos cursos. Essa ação, de natureza intersetorial, envolve a PROGRAD, e PROEX, e as Coordenações de Políticas de Ações Afirmativas e de Relações Étnico-Raciais, refletindo o compromisso da universidade com a interculturalidade e a inclusão. Além disso, a UFT regulamentará editais com reserva de vagas étnico-raciais e incluirá cláusulas de diversidade de gênero e orientação sexual em contratos e processos seletivos, garantindo que os valores de equidade e representatividade estejam incorporados às práticas administrativas e acadêmicas.

A Política Institucional de Qualidade de Vida e Bem-Estar também integra o eixo ESG – Social e será formalizada por meio do Programa Institucional de Bem-Estar e Qualidade de Vida, coordenado pela PROGEDEP, em colaboração com as unidades de Saúde e Segurança do Trabalho. O programa contemplará campanhas educativas sobre saúde física e mental, ética, integridade e prevenção ao assédio, além de ações de combate ao tabagismo, ao alcoolismo e doenças crônicas. Complementarmente, serão realizadas pesquisas periódicas de clima organizacional, que subsidiarão a melhoria contínua das condições de trabalho e o fortalecimento do engajamento institucional.

A execução dessas ações será acompanhada de forma integrada pelo NAUS/PDI, sob supervisão da PROAP, que registra e monitora metas, indicadores e resultados de impacto social. As informações consolidadas alimentarão os relatórios anuais de desempenho e o Relatório de Gestão Institucional, assegurando transparência, accountability e alinhamento entre planejamento e execução.

A governança do eixo ESG – Social, sustentada na corresponsabilidade das pró-reitorias, garantirá que as políticas sociais e de bem-estar sejam planejadas, executadas e avaliadas de forma sistêmica, evitando sobreposições e assegurando o uso eficiente dos recursos públicos. A articulação entre PROEX, PROGEDEP, PROEST, PROAP e PROAD será fundamental para transformar o planejamento em resultados concretos e mensuráveis, orientados pelos indicadores do iESGo e pelos ODS.

Dessa forma, a integração do eixo ESG – Social ao planejamento estratégico

institucional não apenas amplia o alcance das políticas sociais da UFT, mas estabelece um novo paradigma de gestão pública universitária — baseado na cooperação intersetorial, na eficiência administrativa e na responsabilidade social.

Durante o ciclo do PDI (2021–2025), diversas ações foram executadas em parceria entre as Unidades Gestoras. Essas ações, embora não tenham sido formalmente enquadradas sob a agenda ESG, representaram avanços significativos no campo social da universidade.

Entretanto, observa-se que a ausência de um marco institucional de sustentabilidade social, inviabilizou o reconhecimento de tais ações de forma sistêmica como componentes do eixo ESG. A ausência de uma política integrada de monitoramento, avaliação e registro dos resultados sociais no NAUS, impossibilitou a medição do impacto e a retroalimentação do planejamento estratégico.

Já no PDI (2026-2030), essa lacuna será superada mediante a integração formal do eixo ESG ao planejamento institucional, com a vinculação direta de metas e indicadores às ações desenvolvidas pelas pró-reitorias e diretorias de campus. Todas as ações de caráter social — sejam de assistência, acolhimento, diversidade, cultura ou inovação social — deverão estar devidamente registradas no PAT de cada Unidade Gestora, com metas específicas, indicadores mensuráveis e acompanhamento técnico pela PROAP.

Além disso, o PLS e o Plano Anual de Contratações (PAC) incorporam cláusulas de responsabilidade social, de modo a garantir que as práticas administrativas e de suprimentos estejam alinhadas às metas do eixo social. O uso do sistema NAUS permitirá acompanhar o desempenho das ações em tempo real, subsidiando relatórios de gestão e indicadores do iESGo e do Relatório de Sustentabilidade Social da UFT.

As ações estratégicas do Eixo ESG – Social da UFT, foram definidas a partir dos debates realizados nos Grupos de Trabalho de Sustentabilidade (GTs) e refletem a consolidação de políticas transversais voltadas à inclusão, à equidade, ao bem-estar e ao desenvolvimento social. Essas ações foram estruturadas com base nas dimensões do iESGo e nos ODS, abrangendo programas e iniciativas que fortalecem a sustentabilidade social da instituição e promovem a integração entre as unidades gestoras, com destaque para a PROEX, PROGEDEP, PROEST, PROAD e PROAP.

As ações apresentadas a seguir compõem o escopo operacional do eixo social no PDI (2026-2030), sendo implementadas de forma integrada entre as pró-reitorias, diretorias e órgãos vinculados, respeitando os princípios de co-responsabilidade e governança compartilhada:

1. Fomento à Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Sustentável

Regional: A UFT desenvolverá e ampliará programas voltados à promoção do desenvolvimento econômico e à responsabilidade social, com foco em comunidades em situação de vulnerabilidade. Entre as principais ações estratégicas estão a implementação de programas de fomento ao voluntariado institucional, com participação de estudantes, servidores e parceiros externos, e o desenvolvimento de um programa anual de campanhas educativas, oficinas e eventos temáticos sobre diversidade, inclusão, ética, cidadania ativa e consumo consciente. Essas ações têm por finalidade fortalecer a cultura de responsabilidade social, ampliar o engajamento da comunidade acadêmica em projetos de impacto social e ambiental, e contribuir para a formação cidadã de seus participantes. A gestão dessas iniciativas será compartilhada entre a PROEX, a PROGEDEP e a PROEST, com acompanhamento técnico pela PROAP para fins de registro, monitoramento e mensuração dos resultados no sistema NAUS.

2. Valorização da Diversidade, da Equidade e dos Direitos Humanos: Com base nas demandas diagnosticadas pela instituição em workshops e palestras durante as discussões nos campus, serão implementadas políticas institucionais de atendimento especializado e mecanismos de prevenção e combate a qualquer forma de assédio e discriminação, assegurando a criação de protocolos de acolhimento e encaminhamento de vítimas e programas de capacitação sobre direitos humanos e convivência ética.

A UFT direciona esforços no aprimoramento de uma política institucional de apoio à parentalidade e às responsabilidades familiares, voltada a estudantes e servidores, com o objetivo de promover a equidade de gênero e as condições de permanência no ambiente acadêmico. Em paralelo, pretende-se desenvolver um plano estratégico de comunicação inclusiva, orientando a produção e disseminação de conteúdos acessíveis e representativos em todas as instâncias institucionais.

As ações incluem ainda a implantação de Núcleos de Acolhimento Institucional em todos os câmpus, destinados ao atendimento humanizado e escuta qualificada da comunidade acadêmica, e a criação de programas de capacitação para acolhimento LGBTQIA+ e estudantes estrangeiros, assegurando um ambiente universitário plural, seguro e respeitoso.

3. Promoção da Cultura, da Arte, do Esporte e do Bem Viver: Na busca por implementar a Política de Cultura, Arte, Esporte e Bem Viver, serão articulados com as demais UGs, espaços permanentes de valorização da diversidade e da produção cultural da Amazônia Legal. A política contempla a construção de um Centro Cultural Universitário, a efetivação da Política Esportiva Universitária em todos os câmpus e o desenvolvimento de atividades de integração que estimulem o bem viver, a qualidade de vida e a convivência

comunitária.

Essas ações fortalecem o papel da universidade como promotora de cultura e identidade regional e se articulam diretamente com as diretrizes de inclusão e valorização da diversidade previstas no eixo social do ESG, com participação da PROEX, PROGEDEP, PROEST e coordenações de campus.

4. Inovação Social e Tecnológica para o Desenvolvimento Local: Com foco na promoção da sustentabilidade social e tecnológica, será consolidada uma política institucional de inovação social e tecnológica, com a estruturação de uma rede de incubadoras e aceleradoras de startups de impacto social e a criação de um banco de projetos e repositório de tecnologias sociais.

Serão incentivados projetos de inovação voltados às comunidades tradicionais e às populações vulneráveis, com ênfase na produção de soluções sustentáveis e inclusivas, na proteção de saberes comunitários e na valorização dos direitos autorais. Essas ações serão conduzidas de forma articulada entre a PROEX, INOVATO e PROAP, reforçando o papel da universidade como promotora de desenvolvimento regional inclusivo e sustentável.

5. Inclusão e Acessibilidade Institucional: Para implementar um programa institucional voltado à inclusão de estudantes da rede pública no ambiente universitário, as estratégias serão orientadas à promoção de ações de pertencimento, equidade e integração. Essa medida visa ampliar o acesso de grupos vulneráveis e fortalecer a relação da UFT com as escolas públicas da região.

Editais serão regulamentados com reserva de vagas étnico-raciais para processos seletivos de servidores, terceirizados e estagiários, e incluídas cláusulas de diversidade de gênero e orientação sexual em contratos e editais institucionais, garantindo que os princípios de equidade se estendam à gestão administrativa e às contratações públicas.

Do mesmo modo, ações que contemplem acessibilidade física, tecnológica e informacional, serão desenvolvidas de modo a garantir infraestrutura adequada, mobiliário inclusivo e recursos assistivos em todos os câmpus, sob acompanhamento conjunto da PROEST, PROAD e Prefeitura Universitária.

6. Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida da Comunidade Universitária: A promoção do bem-estar institucional será assegurada por meio da institucionalização de políticas de acolhimento e apoio ao bem-estar dos servidores e estudantes, com a criação do Programa Institucional de Bem-Estar e Qualidade de Vida.

Entre as ações estratégicas estão: a realização contínua de campanhas educativas sobre ética, integridade, saúde e prevenção de riscos, abordando temas como tabagismo,

alcoolismo, uso de drogas, HIV, assédio e prevenção de câncer. Já as pesquisas de clima organizacional, avaliações de higiene ocupacional e saúde do trabalhador, e programas de reconhecimento e valorização profissional, contribuirão como indicadores de condições adequadas de trabalho e convivência.

Essas iniciativas serão executadas de forma compartilhada entre a PROGEDEP, PROEST, PROAD e PROEX, assegurando a articulação entre as políticas de gestão de pessoas, assistência estudantil e extensão universitária.

7. Ações Transversais e Colaborativas: Reconhecendo o caráter transversal do ESG, a UFT desenvolverá ações integradas entre unidades gestoras, de modo que cada programa social, cultural ou de inovação mantenha vinculação direta com as políticas de sustentabilidade institucional. A articulação entre PROGEDEP, PROEX e PROEST será essencial para consolidar uma rede de cooperação que unifique esforços e evite a fragmentação das iniciativas.

As ações compartilhadas incluirão o desenvolvimento de programas de transporte estudantil sustentável, o fomento de parcerias com instituições públicas e privadas para captação de recursos complementares, e a integração dos resultados sociais aos sistemas de avaliação e relatórios institucionais, garantindo coerência entre planejamento, execução e prestação de contas.

Com base nas ações apresentadas, o Eixo ESG – Social do PDI (2026-2030), traduz o esforço institucional da UFT para consolidar um modelo de sustentabilidade humana e social ancorado em resultados mensuráveis, governança colaborativa e compromisso público. A execução dessas ações fortalecerá a dimensão social da UFT e a projeta como referência amazônica em equidade, inclusão e bem viver.

A implementação do eixo ESG – Social na UFT será conduzida de forma sistêmica e integrada, sob um modelo de governança compartilhada entre unidades gestoras estratégicas, assegurando coerência institucional, eficiência administrativa e efetividade social. Esse modelo considera que a sustentabilidade social é uma dimensão transversal que deve permear todas as políticas e práticas universitárias, desde o planejamento orçamentário até a execução de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão de pessoas.

A estrutura de governança do ESG – Social estará vinculada à Reitoria e coordenada pela Comissão Institucional de Sustentabilidade e Governança (CISG), composta por representantes das Pró-Reitorias de Planejamento (PROAP), Administração e Finanças (PROAD), Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP) e Graduação (PROGRAD), além de representantes estudantis e da

sociedade civil organizada. Essa comissão atuará como instância articuladora das políticas sociais e como órgão consultivo e propositivo para a consolidação de diretrizes, planos de ação e metas.

Caberá à PROAP assegurar a integração do eixo ESG – Social ao Planejamento Institucional e ao Sistema Integrado de Gestão e Governança (NAUS), garantindo que todas as ações, metas e indicadores estejam devidamente registrados e acompanhados por meio do PAT das Unidades Gestoras. Essa vinculação técnica permitirá o monitoramento contínuo dos resultados, a retroalimentação dos processos e a avaliação do impacto social das políticas institucionais.

A PROAP será corresponsável pela alocação orçamentária e pela execução financeira das ações sociais, assegurando a aplicação dos recursos públicos de maneira eficiente, transparente e alinhada às prioridades estabelecidas no PDI (2026-2030). A unidade também integrará critérios de sustentabilidade social nos processos de aquisição e contratação, conforme previsto no Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e nas diretrizes do iESGo, incorporando cláusulas sociais que estimulem a inclusão produtiva, a equidade e a responsabilidade social nas contratações públicas.

A PROGEDEP terá papel fundamental na gestão de pessoas e bem-estar institucional, conduzindo a implementação da Política de Qualidade de Vida e do Programa Institucional de Bem-Estar e Saúde do Servidor, além de coordenar ações de prevenção e acolhimento psicossocial nos Núcleos de Acolhimento Institucional.

Já a PROEX será responsável pela coordenação dos programas de extensão e voluntariado universitário, pela articulação com as comunidades externas e pelo fortalecimento das parcerias interinstitucionais e comunitárias, através das seguintes unidades: Diretoria de Saúde e Bem Viver (DSBV) voltada a elaborar e consolidar políticas, práticas e projetos que promovam ambientes saudáveis, fortalecendo a saúde da comunidade acadêmica e público externo em geral.

A Criação da Coordenação de Articulação de Redes para a Promoção da Saúde que tem como finalidade planejar, articular, integrar e fortalecer redes institucionais, interinstitucionais e comunitárias voltadas à promoção da saúde, do bem viver e da sustentabilidade, ampliando o impacto social das ações da UFT no território.

Já a Coordenação de Curricularização da Extensão (CCEX), vinculada à Diretoria de Gestão e Avaliação da Extensão e apresenta as seguintes atribuições: É a unidade responsável por planejar, orientar, acompanhar, monitorar e avaliar a inserção das Ações Curriculares de Extensão (ACEs) nos currículos dos cursos de graduação da UFT. Atua de forma articulada

com os colegiados de curso, núcleos docentes estruturantes (NDEs), coordenações de curso e demais setores institucionais, assegurando a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme as normativas nacionais e institucionais.

A PROGRAD e PROPESQ atuarão de forma complementar na integração do eixo social aos currículos e projetos acadêmicos, promovendo a inclusão de temáticas relacionadas a direitos humanos, diversidade, cidadania, inovação social e sustentabilidade nos componentes curriculares e nas atividades de pesquisa e extensão. Essa integração pedagógica fortalecerá a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e fortalece a responsabilidade social como valor acadêmico.

A Gestão Superior supervisionará o funcionamento da estrutura de governança, promovendo reuniões periódicas de alinhamento com os dirigentes das unidades gestoras e assegurando o cumprimento das metas e indicadores previstos. Além disso, instituirá um Observatório Institucional de Sustentabilidade Social, vinculado à CISG e à PROAP, com a função de coletar, sistematizar e divulgar informações sobre o desempenho institucional nos eixos ESG, alinhando a UFT às boas práticas de transparência pública e prestação de contas.

O monitoramento das ações será realizado por meio de indicadores de desempenho e impacto social, organizados segundo as dimensões do iESGo e dos ODS da ONU. Entre os indicadores prioritários estarão: número de projetos de extensão e voluntariado social implementados; taxa de permanência e conclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade; número de servidores e discentes atendidos por programas de acolhimento e saúde mental; percentual de mulheres e grupos sub-representados em cargos de gestão; e volume de recursos investidos em programas de inclusão e diversidade.

Os resultados obtidos serão consolidados no Relatório de Gestão Institucional, documento anual que reunirá dados quantitativos e qualitativos das ações executadas, permitindo a avaliação do grau de maturidade institucional na agenda ESG e subsidiando processos de auditoria, autoavaliação e prestação de contas. A CISG apresentará ainda relatórios anuais de sustentabilidade social, com recomendações técnicas e propostas de aprimoramento para o ciclo subsequente.

Por fim, o modelo de governança do ESG – Social adotado pela UFT enfatiza a corresponsabilidade, a transparência e a melhoria contínua, assegurando que o compromisso social da universidade se traduza em políticas consistentes, com resultados verificáveis e impacto positivo sobre a comunidade interna e a sociedade tocantinense. A consolidação dessa estrutura fortalecerá o papel da UFT como instituição pública de referência na promoção da equidade, da diversidade e do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.

A consolidação do eixo ESG – Social no PDI (2026-2030) da UFT expressa um movimento institucional de fortalecimento das políticas de sustentabilidade humana e social, orientado por evidências e pela melhoria contínua dos processos de gestão.

O conjunto de ações aqui delineado traduz o compromisso da UFT com a redução das desigualdades, a valorização da diversidade e o bem viver de sua comunidade acadêmica, ao mesmo tempo em que reforça sua responsabilidade pública diante da sociedade tocantinense e amazônica.

A implementação das políticas do eixo social deverá resultar, ao final do ciclo 2026–2030, na consolidação de uma universidade socialmente sustentável, com práticas de gestão inclusivas e mecanismos de acolhimento, diversidade e equidade institucionalizados.

Espera-se que as ações desenvolvidas fortaleçam a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade, ampliem a representatividade de grupos historicamente sub-representados nos espaços decisórios e elevem a percepção de bem-estar e pertencimento entre servidores e discentes.

Entre os resultados esperados, destacam-se o aumento do número de projetos de extensão e voluntariado com impacto social comprovado, o crescimento da taxa de permanência e conclusão de estudantes em vulnerabilidade, e a redução das desigualdades de acesso e participação nos programas acadêmicos e institucionais. Também se prevê a efetivação dos Núcleos de Acolhimento Institucional em todos os câmpus, a implementação da Política de Parentalidade e Acolhimento Familiar, e a ampliação dos programas de apoio psicossocial e de qualidade de vida.

Adicionalmente, espera-se o fortalecimento da cultura institucional de diversidade e respeito aos direitos humanos, refletido na ampliação do número de editais com reserva de vagas étnico-raciais e cláusulas de diversidade LGBTQIA+, e na adoção de práticas administrativas e pedagógicas que assegurem igualdade de oportunidades.

O fortalecimento do Programa Institucional de Bem-Estar e Qualidade de Vida também deverá gerar melhoria mensurável nos indicadores de saúde ocupacional, satisfação e clima organizacional, além de promover o engajamento ético e a corresponsabilidade social no ambiente de trabalho.

Os resultados esperados serão monitorados e avaliados por meio de indicadores de desempenho integrados ao Sistema NAUS, alinhados ao Índice de Sustentabilidade e Governança (iESGo) do Tribunal de Contas da União (TCU) e aos ODS da Agenda 2030 da ONU. Entre os principais indicadores institucionais previstos, destacam-se:

- o número de programas e projetos de extensão, pesquisa e voluntariado com foco em sustentabilidade social e desenvolvimento local;
- a taxa de permanência e conclusão dos estudantes beneficiados por políticas de assistência e acolhimento;
- o percentual de servidores e estudantes atendidos pelos Núcleos de Acolhimento Institucional;
- o número de campanhas de saúde, ética e bem-estar realizadas anualmente;
- a proporção de mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+ em cargos de liderança e representatividade institucional;
- o percentual de editais e contratos com cláusulas de diversidade e equidade;
- a taxa de satisfação e bem-estar aferida por meio das pesquisas de clima organizacional;
- o volume de recursos captados por meio de parcerias, convênios e fundos destinados a programas sociais; e
- o número de tecnologias sociais ou soluções inovadoras transferidas às comunidades externas.

Esses indicadores serão acompanhados de forma sistemática e analisados pela Comissão Institucional de Sustentabilidade e Governança (CISG), sob coordenação da Pró-Reitoria de Planejamento (PROAP), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEDEP) e da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD). O acompanhamento permitirá identificar avanços, desafios e oportunidades de aperfeiçoamento, garantindo a retroalimentação do planejamento institucional e a tomada de decisão baseada em evidências.

Os resultados obtidos serão amplamente divulgados por meio do Relatório Anual de Gestão Institucional, do Relatório de Sustentabilidade Social e dos painéis de monitoramento público hospedados no Sistema NAUS, assegurando transparência, publicidade e controle social.

A avaliação de desempenho será realizada com base em métricas quantitativas e qualitativas, permitindo compreender o impacto social efetivo das políticas implementadas e identificar sua contribuição direta para o alcance dos ODS prioritários, especialmente os de número 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

A UFT reconhece que o fortalecimento do eixo social do ESG exige um esforço contínuo de integração institucional e de comprometimento ético com o desenvolvimento humano. Por essa razão, as ações previstas neste PDI não se limitam à execução operacional, mas representam a consolidação de um modelo de gestão sensível às realidades regionais, participativo e orientado a resultados.

O acompanhamento permanente desses indicadores permitirá à instituição aprimorar suas práticas e consolidar sua atuação como referência nacional em sustentabilidade social e responsabilidade pública. Assim, o eixo ESG – Social, ao final do ciclo 2026–2030, deverá expressar não apenas o cumprimento de metas, mas a consolidação de uma cultura universitária que coloca as pessoas no centro da gestão, reafirmando o compromisso da instituição com a equidade, a diversidade e o bem viver como fundamentos de uma universidade pública sustentável, humana e transformadora.

- **Superintendência de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade (SAAID)**

A criação da Superintendência de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade (SAAID) representa uma iniciativa estratégica voltada à consolidação do Eixo Social no PDI (2026-2030) da UFT, alinhando-se às diretrizes institucionais de equidade, inclusão e responsabilidade social. A Superintendência surge como resposta à necessidade de integrar e coordenar as ações voltadas às políticas afirmativas, à diversidade e à inclusão, atualmente distribuídas entre diferentes setores da universidade, garantindo maior eficiência, coerência e impacto social dessas iniciativas.

Ao institucionalizar essa unidade, a UFT operacionaliza políticas de inclusão de forma estruturada, promovendo a permanência, o sucesso acadêmico e a acessibilidade de estudantes de grupos historicamente sub-representados. Entre suas atribuições previstas estão o desenvolvimento de programas de apoio pedagógico, assistência estudantil, acompanhamento de indicadores de permanência e monitoramento da diversidade, assegurando que metas específicas do PDI (2026-2030), como ampliação da participação estudantil de grupos minoritários, redução de desigualdades e fortalecimento da equidade na universidade, sejam efetivamente implementadas e avaliadas.

A superintendência também se conecta à estratégia ESG da instituição, fortalecendo a dimensão social e o compromisso da universidade com responsabilidade social, governança transparente e promoção de um ambiente acadêmico diverso e inclusivo. Ao integrar de forma

sistemática as ações afirmativas e as políticas de diversidade, a UFT reforça sua função transformadora na sociedade e consolida o Eixo Social como eixo estruturante do planejamento institucional, transversal a todas as políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

7.9.2.1 Inclusão, Equidade e Direitos Humanos

Ao consolidar o eixo social de seu Plano de Desenvolvimento Institucional, reafirma o compromisso com a promoção da cidadania e a defesa dos direitos humanos, reconhecendo que tais dimensões são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Inserida na Amazônia Legal, a instituição enfrenta desafios estruturais que exigem políticas consistentes de equidade e inclusão, capazes de reduzir desigualdades e ampliar oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.

Nesse contexto, destaca-se a criação e atuação da Rede de Cidadania e Direitos Humanos, programa de extensão coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão, que desenvolve ações em 17 municípios tocantinenses e tem como missão promover a cidadania e fortalecer os direitos humanos por meio de ações integradas de educação, assistência e articulação institucional. Com caráter itinerante, a Rede percorre municípios do Tocantins, especialmente aqueles com baixa densidade populacional e escassa presença de políticas públicas, promovendo debates, serviços e práticas educativas voltadas ao enfrentamento da violência, das desigualdades e justiça social.

A equidade, como princípio norteador das políticas institucionais, é evidenciada nas ações voltadas para grupos prioritários, como mulheres, quilombolas, povos indígenas, pessoas LGBTQIA+, juventude, crianças e idosos. Essas iniciativas demonstram a preocupação da UFT em assegurar que diferentes segmentos sociais tenham acesso a direitos fundamentais e possam participar ativamente da vida acadêmica e comunitária.

A pauta da igualdade étnico-racial é fortalecida institucionalmente por meio do Núcleo IERÊ, que integra a Rede de Direitos Humanos e promove debates e práticas voltadas à valorização da diversidade cultural e ao enfrentamento do racismo. O núcleo atua em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, contribuindo para o Observatório Nacional de Direitos Humanos e para a Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos. Essa articulação amplia o alcance das ações da UFT e reafirma sua função como promotora de justiça social e equidade.

A defesa dos direitos humanos também se materializa em projetos de extensão e pesquisa que articulam saberes acadêmicos e demandas sociais, fortalecendo a práxis universitária em regime de colaboração. Alguns destes Projetos de extensão e pesquisa como a Rede de Cidadania e Direitos Humanos contam com apoio da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO), fortalecendo a dimensão técnico-administrativa das iniciativas. Essa parceria garante maior sustentabilidade às ações e evidencia a importância da integração entre universidade e sociedade civil organizada na promoção da cidadania e dos direitos humanos.

A escuta ativa das comunidades e a construção coletiva de soluções para os desafios locais consolidam a UFT como espaço de diálogo e de transformação social, ampliando sua relevância regional e nacional. Essa perspectiva reafirma o papel da universidade como agente de mudança, capaz de contribuir para a consolidação de políticas públicas e para a promoção da dignidade humana.

- **Universidade da Maturidade (UMA)**

A Universidade da Maturidade (UMA) é um programa de extensão da UFT. A UMA foi certificada pela Fundação Banco do Brasil como Tecnologia Social em 2011, com recertificação em 2013. Tal reconhecimento atesta que o programa dispõe de métodos replicáveis e de baixo custo para a resolução de problemas na vida de pessoas velhas por meio da educação. A marca, as cores, as metodologias e demais produtos da UMA são patenteados, o que permite a expansão por meio de acordos de cooperação técnica com outras instituições, como o firmado com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

A UMA opera atualmente em 22 polos, distribuídos em três estados brasileiros e em Portugal. No Tocantins, são 18 polos: Palmas (sede, dentro da UFT), Araguaína, Porto Nacional, Miracema, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Dianópolis, Pedro Afonso, São Sebastião, Monte do Carmo, Palmeirópolis e Tocantinópolis. Em Tocantínia, a UMA funciona em três modalidades (cidade, assentamento e indígena). Em Brejinho de Nazaré, atua na cidade e na comunidade quilombola de Malhadinha. No Mato Grosso do Sul, a parceria com a UEMS sustenta três polos: Campo Grande, Dourados e Jaraguari–Furnas do Dionísio (quilombola). Em Portugal, o polo de Soure, no distrito de Coimbra, foi inaugurado em 2024 em parceria com o Instituto Politécnico de Leiria e a Associação Nacional de Gerontologia Social (ANGES), atendendo hoje 100 acadêmicos.

A UMA acumula reconhecimentos que atestam sua relevância nacional. Em 2011 e 2013, obteve a certificação de Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil. Em 2023, recebeu o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, concedido pela Câmara dos Deputados, pela primeira vez na história da premiação, um projeto voltado a pessoas velhas foi agraciado, e pela primeira vez o prêmio veio para o Tocantins e para a UFT. Em 2025, a UMA venceu o Prêmio Direitos Humanos Luiz Gama & Esperança Garcia, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), na categoria "Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa", sendo a única instituição de ensino superior premiada naquela edição. Ambos os coordenadores receberam, em 2023, a designação de Embaixadores da Paz pelo *Cercle Universel des Ambassadeurs de la Paix* (França).

- **Incubadora Social da UFT: emancipação e participação**

A Incubadora Social da UFT é um Projeto de Extensão/Tecnologia Social focada na emancipação e autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social e/ou violência, incluídas nos serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua metodologia integra ensino, pesquisa e extensão, atuando através de três eixos : Acolhimento e Diagnóstico; Empreendedorismo e Inovação Social e Cultura e Cidadania. A iniciativa visa a inclusão produtiva e o desenvolvimento local sustentável, capacitando o público-alvo para o empreendedorismo social e solidário. A Incubadora promove o empoderamento, contribuindo para a superação das vulnerabilidades e violência.

A Tecnologia Social Incubadora Social da UFT: emancipação e participação foi criada para solucionar o problema da vulnerabilidade multidimensional que aprisiona mulheres, especialmente as atendidas pela rede de assistência social (SUAS: CRAS/CREAS), em ciclos de dependência e exclusão. O problema central que motivou a Incubadora reside na ausência de autonomia plena, resultado da combinação de três fatores críticos:

1) Exclusão Produtiva e Dependência Econômica: A baixa qualificação profissional, a falta de acesso a mercados e a ausência de renda própria perpetuam a dependência financeira (muitas vezes do agressor), dificultando a ruptura com o ciclo de violência e pobreza.

2) Comprometimento da Saúde Mental e do Bem-Estar Emocional: Os traumas da violência e da vulnerabilidade social afetam gravemente a saúde mental, a autoestima e o

protagonismo cívico das mulheres, limitando sua capacidade de organização e busca ativa por seus direitos.

3) Fragilidade e Desarticulação da Rede de Proteção: A dificuldade em conectar os serviços públicos (SUAS, Saúde, Judiciário) e a carência de um articulador local (como a Universidade, via extensão) deixam as mulheres sem o suporte integral e integrado.

Além do foco nas mulheres, o projeto desdobra-se na Rede Interinstitucional e Interdisciplinar de Proteção E Defesa Das Pessoas Em Situação De Rua No Tocantins, estabelecendo uma articulação com 13 instituições (municipais, estaduais, federais e sociedade civil) que amplia seu alcance impactando na vulnerabilidade regional. (link para o e-book: <https://docs.uft.edu.br/s/WlQZaEysQDq8JmbbdWjBVg>).

Em 2025, a Incubadora Social ampliou de forma consistente sua atuação nos campos da inovação social, do cuidado psicossocial e da emancipação econômica. Foram realizados atendimentos psicossociais em grupo, triagens e encaminhamentos para a rede municipal de assistência social, além da ampliação dos polos presenciais em Palmas, com atendimento articulado aos CRAS do município. Destaca-se a expansão para atendimentos psicológicos individuais, a ampliação da equipe técnica por meio de contratações via FAPTO e o fortalecimento de parcerias estratégicas, como o Programa Receita Cidadã, voltado à geração de renda. A atuação na Rede Interinstitucional de Atenção às Pessoas em Situação de Rua reforçou o caráter público e intersetorial da ação, com aderência aos ODS 1, 3, 5, 8, 10 e 17.

- **Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPIC)**

O Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPIC), situado no térreo da Biblioteca do câmpus de Palmas, constitui-se como um ambiente institucional de ensino, pesquisa e extensão voltado à promoção do cuidado integral em saúde. Fundamentado nas diretrizes das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), o Centro integra tecnologias leves, abordagens terapêuticas tradicionais e estratégias de humanização do cuidado. Entre as práticas ofertadas, destacam-se acupuntura, massoterapia, bambuterapia, termoterapia, aromaterapia, cromoterapia, reflexoterapia podal, auriculoterapia, barras de access, theta healing, meditação guiada, yoga, ventosaterapia, quiropraxia, liberação miofascial, terapias florais, reiki e constelação familiar. Esses atendimentos, gratuitos e acessíveis à comunidade acadêmica e ao público externo, são organizados mediante agendamento por telefone ou e-mail institucional.

O CEPIC também desempenha papel estratégico na formação profissional ao constituir-se como campo de estágio para cursos da área da saúde, proporcionando vivências supervisionadas que articula teoria, prática e cuidado ampliado. Além disso, o espaço acolhe e desenvolve diversos projetos institucionais, incluindo iniciativas de pesquisa, extensão e inovação acadêmica. Entre eles, destacam-se projetos conduzidos por estudantes da pós-graduação *stricto sensu*, que utilizem o Centro como cenário de investigação aplicada, produção científica e desenvolvimento de intervenções terapêuticas baseadas em evidências. A atuação do CEPIC estende-se ainda a ações interinstitucionais voltadas a trabalhadores de órgãos públicos estaduais e municipais, bem como profissionais de instituições privadas, por meio de atividades terapêuticas individuais e coletivas, oficinas, práticas de promoção da saúde e estratégias de enfrentamento do estresse ocupacional (conforme detalhado no tópico 13.1.9).

- **Escola de Extensão da UFT**

A Escola de Extensão da UFT, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), configura-se como uma ação estratégica estruturante da política institucional de extensão universitária, orientada à promoção do desenvolvimento humano, à democratização do acesso ao conhecimento e à ampliação do impacto social da universidade nos territórios onde atua. A Escola organiza, integra e qualifica um conjunto de projetos extensionistas permanentes, entre os quais se destaca o UFT em Movimento, voltado às dimensões do esporte, do lazer, da saúde e do bem-estar.

Implantada inicialmente como projeto piloto, a Escola de Extensão teve início formal em 2022 e consolidou-se, ao longo dos ciclos institucionais subsequentes, como instância permanente de oferta contínua de ações extensionistas, estruturadas a partir das áreas temáticas da extensão universitária. No âmbito do PDI (2026-2030), a Escola assume papel estratégico na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com execução descentralizada e presença em todos os câmpus da UFT, fortalecendo a interiorização das políticas públicas universitárias.

No eixo da formação cultural e artística, a Escola de Extensão estrutura e amplia oficinas, laboratórios e ações formativas em música, com destaque para o Laboratório de Construção e Prática de Conjunto com Instrumentos Musicais Tradicionais e para a Orquestra de Música Brasileira da UFT. Essas iniciativas promovem a interação entre mestres da cultura

popular, músicos profissionais, docentes, estudantes e comunidade externa, articulando saberes acadêmicos e tradicionais, ampliando o acesso à formação cultural e fortalecendo a identidade cultural regional.

De forma integrada, o Programa UFT em Movimento, vinculado à Escola de Extensão, consolida-se como eixo permanente de promoção da saúde, do lazer e da inclusão social por meio do esporte, com oferta regular de modalidades corporais, esportivas e paradesportivas. No horizonte do PDI (2026-2030), o programa contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica e externa, a ampliação do acesso a práticas inclusivas e o fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade.

Do ponto de vista dos resultados institucionais esperados, a Escola de Extensão da UFT contribui para:

- (i) a consolidação da extensão universitária como eixo estratégico do desenvolvimento institucional;
- (ii) a promoção da inclusão social e da equidade no acesso às ações extensionistas;
- (iii) o fortalecimento da identidade cultural e do pertencimento territorial; e
- (iv) a melhoria das condições de bem-estar, saúde e convivência comunitária.

A ação encontra-se alinhada aos ODS, especialmente aqueles relacionados à educação de qualidade, saúde e bem-estar, redução das desigualdades e promoção de cidades e comunidades sustentáveis, bem como aos princípios ESG, ao priorizar impacto social positivo, governança responsável, sustentabilidade institucional e uso eficiente dos recursos públicos.

Em síntese, a Escola de Extensão da UFT consolida-se, no PDI (2026-2030), como uma ação institucional estruturante, de caráter permanente e transversal, com resultados mensuráveis e impactos sociais relevantes, contribuindo de forma efetiva para o cumprimento da missão social da UFT e para o fortalecimento de sua responsabilidade pública e territorial

7.9.2.2 Acolhimento Institucional e Bem Viver

O acolhimento institucional é compreendido como prática que assegura pertencimento e integração, permitindo que estudantes e servidores vivenciem a universidade como espaço de formação e convivência. Em um estado marcado por desigualdades sociais e econômicas, como o Tocantins, essa dimensão torna-se indispensável para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito acadêmico.

A execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest) representa um dos principais instrumentos de acolhimento. Por meio dele, são ofertados auxílios de moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico, destinados a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A operacionalização desse programa federal pela UFT tem sido decisiva para reduzir a evasão e assegurar equidade no ensino superior.

Além da assistência estudantil, a instituição mantém iniciativas próprias voltadas para o bem-estar da comunidade acadêmica.

O Serviço de Apoio Social, Pedagógico e Psicológico (SASPP), presente em campus como Palmas, oferece atendimento psicológico e pedagógico, atuando na escuta e acompanhamento de demandas emocionais e cognitivas. Essa prática fortalece a permanência estudantil e contribui para a qualidade da formação, ao reconhecer que o processo educativo exige suporte integral.

A política de bem-estar institucional também se expressa em ações culturais e esportivas que ampliam o sentido de pertencimento entre a comunidade acadêmica. Diversas ações são conduzidas pela Pró-Reitoria de Extensão, como o Festival de Arte e Cultura da UFT, promovendo oficinas, apresentações artísticas e atividades de integração, valorizando a diversidade cultural e estimulando a convivência saudável. Da mesma forma, os Jogos Universitários Tocantinenses, realizados com participação da UFT, incentivam práticas esportivas e fortalecem a vida comunitária, integrando estudantes de diferentes cursos e câmpus.

Essas iniciativas demonstram que o acolhimento institucional não se limita ao atendimento das necessidades básicas, mas se expande para a promoção de experiências que enriquecem a vida universitária, a valorização da diversidade na promoção da dignidade humana e na construção de políticas educacionais inclusivas e sustentáveis.

7.9.2.3 Valorização da Diversidade Cultural, Identitária e Patrimônio Cultural

Inserida em um território de grande pluralidade, a UFT atua em meio a um cenário marcado pela presença de povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e migrantes de diferentes regiões do país. Essa diversidade compõe um mosaico cultural que influencia diretamente a vida acadêmica e social, exigindo políticas que reconheçam e promovam identidades múltiplas, fortalecendo o papel da instituição como espaço de diálogo e respeito

às diferenças.

Nesse cenário, a UFT busca fortalecer suas políticas e práticas de modo que valorize a riqueza cultural tocantinense. Um exemplo é o Fórum de Cultura da UFT, realizado em Palmas, que reúne acadêmicos, gestores públicos, artistas e representantes de instituições culturais para discutir a construção de uma política cultural universitária inclusiva. O evento destaca o papel da universidade como agente articulador na promoção da diversidade cultural e na criação de espaços de diálogo entre saberes acadêmicos e práticas comunitárias.

Em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a UFT sediou a Semana do Patrimônio Cultural do Tocantins, com programação organizada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo. A ação envolveu palestras, oficinas e debates sobre memória e identidade, reforçando a importância da universidade na salvaguarda do patrimônio material e imaterial do estado.

Projetos de extensão têm igualmente contribuído para aproximar a universidade das comunidades tradicionais. A UFT desenvolveu ações de apoio a editais culturais voltados para povos indígenas e quilombolas, garantindo que esses grupos tenham acesso a políticas públicas e possam difundir suas expressões culturais. Essa prática fortalece a representatividade e assegura que identidades historicamente marginalizadas sejam reconhecidas e valorizadas.

A regionalidade tocantinense também se manifesta em iniciativas como o Projeto Tocantins Poético e Lendário, realizado em Miracema do Tocantins, que promoveu atividades culturais e educativas voltadas para a literatura e a tradição oral. O projeto contou com a participação de estudantes da UFT e reforçou o compromisso institucional com a valorização da cultura local e com o incentivo à formação docente voltada para a identidade regional.

Como universidade amazônica, a UFT reconhece a arte, a cultura e o patrimônio cultural como dimensões estruturantes da formação acadêmica, da extensão universitária e do diálogo intercultural com povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais. Amparada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, a política institucional orienta-se pela democratização do acesso aos bens simbólicos, pela valorização da diversidade cultural e pela atuação territorial em rede multicampus.

A política de Arte, Cultura e Patrimônio consolida-se por meio de programas estruturantes e incorpora, no ciclo 2026–2030, o patrimônio cultural material e imaterial como eixo estratégico. Articula-se aos ODS e aos princípios ESG social e ambiental, promovendo inclusão, sustentabilidade territorial e salvaguarda dos saberes e práticas culturais.

7.9.2.4 Assistência Estudantil e Permanência

A permanência estudantil é um dos maiores compromissos da UFT, pois representa a materialização de sua função pública: assegurar que o ingresso no ensino superior seja acompanhado de condições concretas para que os estudantes concluam sua formação. Em um estado marcado por desigualdades sociais e pela dispersão territorial, a UFT tem desenvolvido políticas específicas que respondem às demandas locais e fortalecem a democratização do acesso ao conhecimento.

Os editais de auxílios estudantis, contemplam diferentes modalidades de apoio, como auxílio-creche, auxílio-eventual e auxílio-emergencial. Essas iniciativas atendem a situações específicas da vida acadêmica e pessoal dos estudantes, garantindo que imprevistos ou responsabilidades familiares não se tornem barreiras intransponíveis para a permanência. A diversidade de modalidades evidencia a preocupação institucional em reconhecer múltiplas realidades e oferecer respostas adequadas a cada contexto.

A UFT também tem investido em programas de alimentação universitária, com restaurantes em seus câmpus que oferecem refeições a preços acessíveis. Essa política contribui diretamente para a permanência, sobretudo em regiões onde o custo de vida é elevado ou onde estudantes precisam conciliar trabalho e estudo. A alimentação adequada é reconhecida como fator essencial para o desempenho acadêmico e para a qualidade de vida, e sua garantia dentro da universidade reforça o compromisso com o bem-estar estudantil.

Outro eixo importante é o apoio à maternidade e paternidade estudantil, por meio de políticas que asseguram condições para que estudantes com filhos pequenos possam permanecer na universidade. O auxílio-creche e projetos de extensão voltados para o cuidado infantil são exemplos de práticas que reconhecem a diversidade das trajetórias acadêmicas e ampliam as possibilidades de permanência, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade.

A dimensão pedagógica também é contemplada em programas de monitoria e tutoria, que oferecem acompanhamento acadêmico a estudantes em risco de evasão. Essas iniciativas permitem identificar dificuldades de aprendizagem e oferecer suporte direcionado, fortalecendo o desempenho e criando redes de apoio entre pares. A prática tem se mostrado eficaz para reduzir reprovações e melhorar indicadores de rendimento, especialmente em cursos de alta demanda.

Pesquisas científicas reforçam a importância dessas políticas. Um estudo de Costa e

‘
Silva (2020), publicado na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, demonstra que a assistência estudantil é decisiva para reduzir a evasão em universidades federais, sobretudo entre estudantes de baixa renda. Outro trabalho, de Oliveira e Santos (2023), na Revista Educação e Sociedade, aponta que programas de alimentação e auxílio-creche são fundamentais para garantir equidade de permanência, especialmente em regiões periféricas e de menor infraestrutura.

A UFT também tem buscado integrar a assistência estudantil às políticas de extensão e cultura, promovendo eventos que ampliam o repertório cultural e fortalecem o sentimento de pertencimento. Atividades como feiras acadêmicas, festivais culturais e projetos comunitários aproximam os estudantes da realidade tocantinense e criam espaços de convivência que contribuem para a permanência. Essa dimensão cultural complementa os auxílios financeiros e pedagógicos, reconhecendo que a vida universitária é marcada por múltiplas experiências formativas.

Em conjunto, essas práticas revelam que a assistência estudantil e a permanência na UFT são construídas de forma ampla e diversificada, articulando apoio financeiro, pedagógico, cultural e social. Essa abordagem assegura que diferentes trajetórias acadêmicas possam se desenvolver em condições de dignidade e equidade, fortalecendo o papel da universidade como promotora de inclusão e como espaço de formação integral.

7.9.2.5 Desenvolvimento Econômico e Responsabilidade Social

A UFT se posiciona como um polo estratégico de desenvolvimento na Amazônia Legal, reafirmando seu compromisso institucional com a Sustentabilidade Social, a Governança Transparente e o Bem Viver de sua comunidade. O planejamento estratégico da instituição, norteador pelos princípios ESG (Ambiental, Social e Governança), estabelece uma profunda e complexa rede de ações interconectadas, visando transformar o conhecimento acadêmico em impacto social direto e duradouro.

I. Fomento à Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Regional Inclusivo:

O papel social da UFT é solidificado pela gestão ativa da sustentabilidade social, que visa promover o desenvolvimento econômico e a responsabilidade. Neste contexto, a universidade compromete-se a ir além de suas obrigações primárias, instituindo um programa robusto de voluntariado institucional. Esta iniciativa estratégica canalizará a expertise de estudantes e servidores em projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e à inclusão, atuando como um catalisador de transformação em uma região de alta vulnerabilidade socioeconômica.

A essência da universidade pública, traduzida na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, será valorizada por meio do fomento a ações integradas que garantam o impacto social da produção acadêmica. Este esforço se traduz na priorização de projetos de inovação social e tecnológica que busquem soluções concretas para os desafios regionais, como o acesso a tecnologias de baixo custo para comunidades de baixa renda. Em alinhamento com esta missão, serão desenvolvidos programas e projetos de extensão com foco direto na inclusão social, combate à pobreza, agricultura sustentável e acesso à tecnologia, estabelecendo parcerias respeitosas e duradouras com as comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, garantindo a proteção de seus saberes e direitos.

O desenvolvimento da região será impulsionado pela consolidação de uma política institucional de inovação social e tecnológica, que incluirá a estruturação de uma rede de incubadoras e aceleradoras voltadas para *startups* de impacto social, além da criação de um repositório de tecnologias sociais para transferência de conhecimento à sociedade. Para garantir a perenidade do impacto, serão institucionalizados programas estruturantes de ações de extensão, que irão além das iniciativas pontuais para contribuir de forma sistêmica e contínua para o desenvolvimento local.

II. Fortalecimento da Diversidade, dos Direitos Humanos e do Bem-Estar Acadêmico:

O compromisso com o Eixo Social é transversalizado por meio da criação de um ambiente seguro, equitativo e de respeito. A UFT assume a liderança na Institucionalização da Política de Cultura, Arte, Esporte e Bem Viver, promovendo espaços permanentes de valorização da diversidade, com a construção de um Centro Cultural.

A segurança e os direitos humanos serão reforçados pela implantação de políticas institucionais de atendimento especializado com mecanismos robustos contra assédio e discriminação, estabelecendo protocolos de acolhimento de vítimas e programas de capacitação para toda a comunidade. Para que esse suporte seja acessível, a UFT investirá na implantação de Núcleos de Acolhimento Institucional em todos os câmpus, dedicados a

oferecer atendimento humanizado, escuta qualificada e encaminhamentos adequados para demandas adultas e infantis, incluindo situações de sofrimento mental ou vulnerabilidade.

A equidade de acesso e permanência será profundamente reforçada. A universidade implementará uma política institucional que reconheça e apoie a parentalidade e as responsabilidades familiares de estudantes e servidores, combatendo a desigualdade de gênero ao garantir condições adequadas de permanência. Em complemento, serão desenvolvidas estratégias para captar recursos complementares que financiem programas de apoio ao acolhimento infantil, essenciais para as mães estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A comunicação, como ferramenta de inclusão, será orientada por um plano estratégico de comunicação inclusiva que garanta conteúdos acessíveis, representativos e respeitosos.

A valorização da diversidade étnica e cultural da Amazônia Legal será priorizada com a implementação de um programa institucional de fortalecimento e valorização das culturas e línguas indígenas, que promoverá o letramento linguístico e digital e a integração de saberes aos currículos. Além disso, o compromisso com a equidade no acesso será materializado pela regulamentação de editais para reserva de vagas étnico-raciais para processos seletivos de servidores e pela inclusão de cláusulas de diversidade LGBTQIA+ em contratos e editais institucionais, estendendo a responsabilidade social para além dos muros da academia.

7.9.2.6 Gestão de Pessoas, Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho

O compromisso com a excelência institucional passa obrigatoriamente pela promoção de um ambiente de trabalho seguro e pela garantia da qualidade de vida de toda a comunidade. Para isso, será institucionalizada uma política formal de acolhimento e apoio ao bem-estar dos servidores, com o desenvolvimento contínuo de uma política de qualidade de vida que integre as dimensões física, mental e social.

A gestão do ambiente e da saúde ocupacional será rigorosa, com a realização sistemática das perícias médicas obrigatórias e a avaliação de higiene ocupacional com emissão de laudos técnicos, garantindo a salubridade e a segurança jurídica. O fortalecimento do capital humano será apoiado pela execução de um Programa de Reconhecimento e Valorização para servidores, que recompensará o mérito e a excelência, e pela consolidação do Programa Professor Visitante para o intercâmbio de saberes.

A transparência e a eficiência serão aprimoradas com a construção de normativa clara sobre as responsabilidades e atribuições das funções administrativas, essencial para um clima organizacional justo e livre de conflitos. Para medir a efetividade de todas as políticas de gestão, será realizada pesquisa periódica de clima organizacional. Por fim, o bem-estar será promovido ativamente pela instituição de um programa contínuo e abrangente de campanhas de saúde pública e prevenção de riscos, abordando tabagismo, drogas, alcoolismo, assédio, HIV e prevenção de câncer. Em uma abordagem integrada, serão realizadas campanhas periódicas sobre ética, integridade, saúde do servidor e clima organizacional.

O desenvolvimento institucional será coroadado por um esforço contínuo para promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade de infraestrutura física e tecnológica, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos em todos os espaços, e pela criação de espaços institucionais de convivência e descanso, assegurando que a UFT seja um ambiente plenamente inclusivo, seguro e sustentável para todos.

Consequentemente, o PDI para o período (2026-2030) adota uma concepção estratégica estruturada nos princípios do ESG, com ênfase reforçada no eixo social como elemento central de ação institucional, tendo em vista que este eixo ainda não está formalmente consolidado no âmbito institucional, mas é exigência normativa do governo federal. Nesse sentido, define-se uma matriz de ações articuladas de políticas públicas universitárias que visam à inclusão social, equidade de gênero e diversidade étnico-cultural, bem como o apoio às comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais, reconhecendo e valorizando seus saberes e línguas locais.

Além disso, essa orientação estratégica prevê a institucionalização de mecanismos permanentes de apoio à permanência e ao sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade, através de políticas de acolhimento familiar, parentalidade estudantil e apoio à maternidade, com programas de assistência para crianças de estudantes em situação socioeconômica delicada. Essa política se conecta aos esforços de captação de recursos complementares e parcerias institucionais para assegurar a continuidade e o êxito acadêmico desses discentes.

Ademais, será promovida uma política institucional de inclusão abrangente, instaurando normas e editais que reserve vagas tanto para servidores quanto para discentes segundo critérios étnico-raciais e de diversidade LGBTQIA+, de modo a fortalecer a representatividade e a justiça institucional no âmbito da UFT. A comunicação institucional será orientada por um plano estratégico de comunicação inclusiva e acessível, assegurando

que todos os conteúdos e serviços estejam adequados às diversas realidades culturais, linguísticas e de habilidades da comunidade acadêmica e externa.

Paralelamente, a instituição investirá na implementação de núcleos de acolhimento institucional em todos os câmpus, com atendimento humanizado, escuta qualificada e encaminhamentos especializados para demandas relacionadas à saúde mental, vulnerabilidade social e situações de discriminação. Esses núcleos atuarão como espaços de apoio constante, articulando ações preventivas e de intervenção com servidores, estudantes e comunidade local, promovendo ambientes seguros e de bem estar.

Outrossim, entende-se que a qualidade de vida, a segurança no trabalho e a gestão de pessoas são dimensões fundamentais para consolidar o capital humano da instituição. Assim, serão formalizadas políticas de qualidade de vida laboral para servidores, que envolvem aspectos físicos, mentais e sociais, bem como a realização periódica de perícias médicas e de higiene ocupacional com emissão de laudos técnicos, garantindo ambientes de trabalho saudáveis e conformidade legal.

Adicionalmente, será consolidado um programa institucional de reconhecimento e valorização do mérito de servidores, assim como um programa de professores visitantes, visando fomentar intercâmbio de saberes e fortalecer a capacitação docente e técnica. Essas ações reforçarão a governança transparente, com normativas claras sobre responsabilidades administrativas, mediante pesquisas regulares de clima organizacional para monitoramento e aprimoramento contínuo do ambiente institucional.

Em síntese, o PDI (2026-2030) consolida a UFT como agente transformador da realidade local e regional, integrando práticas de responsabilidade social, diversidade inclusiva, gestão de pessoas e bem-estar institucional. Dessa forma, a universidade fortalece sua função pública ao contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável e a promoção do bem viver de todas as comunidades da Amazônia Legal, alinhando seu compromisso institucional à exigência legal e ao papel de protagonismo social.

A instituição reconhece sua relevância social na construção de políticas de desenvolvimento econômico sustentável, responsabilidade e integração social, na construção do conhecimento e na permuta de sua expertise entre a academia e os outros segmentos da sociedade, propiciando à comunidade acadêmica interna, em suas três dimensões, a vivência da práxis e à comunidade extramuros, a possibilidade de constituir conhecimentos, saberes e serviços especializados em regime de colaboração.

Os programas educativos a serem concretizados, durante o próximo quinquênio, estão de acordo com as especificidades dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como das

necessidades das comunidades nas quais a instituição atua e interage. Neste sentido, todas as suas iniciativas estarão pautadas pelas diretrizes gerais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — ONU/ODS 2030, em suas 17 recomendações, ratificadas em documento, assinado pela nação brasileira, reconhecendo o seu papel diante dos compromissos junto à comunidade internacional.

Cada um dos objetivos, pautados pelo compromisso acordado mundialmente, estarão vinculados às ações institucionais interdisciplinares da Extensão e se estenderão para o ensino e a pesquisa de forma integrada.

A extensão assume, neste novo século, um papel de grande relevância no que diz respeito ao papel da universidade pública, ao se colocar como uma instituição socialmente responsável. Esse “dever” se potencializa quando a universidade está localizada em regiões cujos processos de modernização da sociedade geraram mais déficits do que superávits. Portanto, a UFT enquanto instituição responsável pela democratização do conhecimento e da cultura, precisa se comprometer com a sociedade nas suas diversas dimensões.

Diante deste contexto, a UFT se coloca como uma instituição socialmente responsável e, para isso, aponta a necessidade de potencializar o seu envolvimento com a sociedade por meio de uma comunicação efetiva e orientada por ações integradas entre os atores de dentro e de fora da instituição. Assim, por meio da implantação do Ecossistema da Extensão, será possível atuar frente às demandas locais e regionais e do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

7.9.3 Eixo ESG - Ambiental

Em um contexto global marcado pela intensificação das mudanças climáticas, pela crescente pressão sobre os recursos naturais e pela necessidade de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, as universidades públicas assumem papel fundamental na produção de conhecimento científico, na formação cidadã e na promoção de soluções voltadas aos desafios socioambientais contemporâneos.

Nesse cenário, a incorporação da abordagem ESG ao planejamento institucional (2026-2030) da UFT, não representa a criação de uma agenda isolada, mas a organização e o fortalecimento de práticas que já vêm sendo desenvolvidas ao longo da trajetória da universidade. A sistematização dessas iniciativas nos eixos Governança, Social e

Ambiental contribui para tornar mais visível o compromisso institucional com a gestão pública responsável, com a sustentabilidade socioambiental e com a promoção do desenvolvimento regional.

A inserção do eixo ambiental no PDI (2026-2030), traz consigo compromissos assumidos pelo Brasil em diferentes instâncias nacionais e internacionais, especialmente aqueles vinculados à Agenda 2030 das Nações Unidas, ao Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e às discussões globais que culminaram na realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30.

Para uma universidade localizada na região Norte, em área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, esses compromissos adquirem relevância ainda maior, reforçando a responsabilidade das instituições públicas de ensino superior na produção de conhecimento científico e na promoção de práticas sustentáveis voltadas ao desenvolvimento regional.

Ao longo de sua trajetória, a UFT vem estruturando gradualmente políticas, instâncias administrativas e instrumentos de gestão voltados à sustentabilidade ambiental. Um marco importante desse processo ocorreu em 2013, com a criação da Prefeitura Universitária, instituída pela Resolução CONSUNI nº 03/2013, responsável por coordenar a gestão da infraestrutura física, a manutenção predial e a interlocução com órgãos ambientais nos processos de licenciamento e regularização ambiental. Na sequência, foram estruturadas a Diretoria de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (DIURB) e a Coordenação de Paisagismo e Meio Ambiente (COPAM), fortalecendo a conservação de áreas verdes, o gerenciamento de resíduos e o planejamento físico-ambiental dos câmpus. Em 2016, a criação da Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente (DSMA) consolidou a agenda ambiental institucional, com a formação de comissão específica e a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) em 2017, posteriormente revisado e aprovado pelo CONSUNI em 2018, além da condução de licitações para estudos de licenciamento ambiental e da promoção de campanhas institucionais de sustentabilidade voltadas à economia de água e energia, arborização e paisagismo das áreas de convivência acadêmica e dos estacionamentos.

A partir desse momento, diferentes setores técnicos passaram a atuar de forma mais articulada no planejamento físico-ambiental dos câmpus, incluindo ações relacionadas à manutenção de áreas verdes, paisagismo, gestão de resíduos e planejamento urbano universitário.

Nos anos seguintes, novas iniciativas contribuíram para consolidar essa agenda

institucional, entre elas a atualização do Plano de Logística Sustentável, pela Resolução nº 137, de 12 de março de 2025, seguida da realização de campanhas de uso racional de água e energia, o desenvolvimento de projetos de arborização e paisagismo e a incorporação gradual de critérios ambientais em processos administrativos e de gestão da infraestrutura. Essas experiências constituem a base sobre a qual se estrutura o Eixo ESG – Ambiental no PDI 2026–2030, permitindo integrar, de maneira mais sistemática, as dimensões ambiental, social e de governança no planejamento institucional.

A política ambiental da universidade, a ser implementada no ciclo do PDI 2026-2030, também se apoia em um conjunto de referências normativas que orientam a atuação das instituições públicas na área ambiental. Entre elas destacam-se a Constituição Federal de 1988, especialmente o artigo 225, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009). No campo educacional, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental reforçam a necessidade de integração entre sustentabilidade, ensino, pesquisa e extensão.

As ações previstas para o período do PDI (2026-2030), articulam instrumentos institucionais já existentes, como o Plano de Logística Sustentável, mas incorporando conceitos e novas iniciativas voltadas ao aprimoramento da gestão ambiental e ao fortalecimento de indicadores institucionais de sustentabilidade. Esse conjunto de iniciativas busca promover a redução do consumo de recursos naturais, a melhoria da eficiência energética, a destinação adequada de resíduos e a incorporação progressiva de critérios de sustentabilidade, no contexto ESG - Social, nos processos administrativos e na gestão da infraestrutura universitária.

7.9.3.1 Gestão Climática, Recursos Naturais e Energia Renovável

A gestão climática institucional busca promover o uso responsável dos recursos naturais, reduzir impactos ambientais e fortalecer práticas de sustentabilidade nos campi da universidade. Essa atuação orienta-se pelos princípios constitucionais de proteção ao

meio ambiente e pelas políticas públicas nacionais voltadas à gestão ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Nesse contexto, ações relacionadas ao uso racional da água, à eficiência energética, à ampliação do uso de fontes renováveis de energia e à melhoria da infraestrutura ambiental dos câmpus constituem instrumentos relevantes para a promoção de práticas institucionais sustentáveis. Tais iniciativas contribuem para reduzir o consumo de recursos naturais, ampliar a eficiência na gestão pública e fortalecer a cultura institucional de responsabilidade ambiental.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) orienta as ações institucionais de mitigação e adaptação climática, incluindo inventários de emissões, expansão da geração fotovoltaica, eficiência energética, manejo hídrico e infraestrutura sustentável.

No contexto internacional, o Acordo de Paris (2015) e a realização da COP 30, em 2025, em Belém (PA), reforçam o protagonismo amazônico e a responsabilidade das universidades federais da região Norte na produção científica, na governança ambiental e na transição ecológica. As ações institucionais planejadas também se alinham à Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997), assegurando o uso sustentável da água como bem público essencial.

A adoção de tecnologias voltadas à eficiência energética, a ampliação de projetos de geração de energia solar e o desenvolvimento de iniciativas de monitoramento do consumo de recursos naturais representam caminhos importantes para consolidar uma gestão ambiental alinhada aos princípios da sustentabilidade e às metas globais de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Além disso, a localização da universidade em região marcada por significativa diversidade ambiental reforça a importância de ações voltadas à conservação de áreas verdes, ao manejo adequado do solo e à proteção dos recursos hídricos, contribuindo para a manutenção do equilíbrio ambiental e para o fortalecimento de práticas de gestão ambiental responsáveis.

7.9.3.2 Infraestrutura Sustentável e Economia Circular

A infraestrutura da UFT será orientada pelos princípios da sustentabilidade ambiental, da eficiência no uso de recursos e da economia circular, em consonância com

a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981), a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010). Esta última impõe às IFES a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a gestão adequada de resíduos perigosos, químicos e biológicos, a logística reversa e programas permanentes de educação ambiental.

As ações institucionais também observam as Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997, que disciplinam o licenciamento ambiental, além das normas técnicas nacionais e internacionais, como a ABNT NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental), NBR 10004 (Classificação de Resíduos), NBR 12808 (Resíduos de Serviços de Saúde), ISO 50001 (Gestão Energética) e ISO 46001 (Eficiência Hídrica). Essas diretrizes orientam construções sustentáveis, arquitetura bioclimática, drenagem sustentável, eficiência energética e hídrica e requalificação dos espaços institucionais.

A infraestrutura institucional desempenha papel central na promoção da sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, o planejamento físico dos câmpus busca incorporar princípios de eficiência no uso de recursos, valorização das áreas verdes e melhoria das condições ambientais dos espaços acadêmicos.

Entre as ações previstas destacam-se iniciativas voltadas à melhoria da gestão de resíduos sólidos e laboratoriais, à ampliação da coleta seletiva e ao desenvolvimento de soluções técnicas para a destinação adequada de resíduos químicos e biológicos. Essas iniciativas contribuem para reduzir impactos ambientais associados às atividades acadêmicas e administrativas e reforçam o compromisso institucional com o cumprimento da legislação ambiental.

A incorporação de princípios relacionados à economia circular também orienta ações voltadas à reutilização de materiais, à redução do desperdício de recursos e à adoção de práticas administrativas que favoreçam o reaproveitamento de bens e materiais. Nesse sentido, o planejamento institucional prevê iniciativas relacionadas à reutilização de bens inservíveis, à racionalização do uso de materiais administrativos e à redução do consumo de papel por meio da ampliação de processos digitais.

Além disso, o planejamento da infraestrutura universitária busca incorporar diretrizes de sustentabilidade em projetos de edificações, paisagismo e gestão dos espaços físicos, contribuindo para melhorar o conforto ambiental dos câmpus e fortalecer a integração entre infraestrutura e sustentabilidade.

7.9.3.3 Políticas Ambientais

A política ambiental da UFT a ser implementada no ciclo do PDI 2026-2030, busca integrar práticas de sustentabilidade às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Essa integração permite ampliar o impacto das ações ambientais da universidade, fortalecendo a formação de profissionais conscientes da importância da sustentabilidade e estimulando o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas aos desafios ambientais.

Outro aspecto relevante a ser considerado para este novo PDI (2026-2030), refere-se à incorporação progressiva de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, já inseridos no PLS da UFT e instituído neste novo planejamento conforme também destacado nos itens 8.3 e 8.10 do Capítulo 8; outras ações como à capacitação de servidores e colaboradores envolvidos nos processos administrativos, também estão inseridos no plano de desenvolvimento para fortalecer as práticas de gestão alinhadas aos princípios da eficiência, da responsabilidade ambiental e da inovação no setor público.

Nesse sentido, iniciativas voltadas à educação ambiental, ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares e à realização de atividades de sensibilização junto à comunidade acadêmica contribuem para ampliar o alcance das ações institucionais e estimular práticas sustentáveis no cotidiano universitário. As Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CP nº 2/2016) estabelecem a transversalidade da educação ambiental nos currículos universitários, enquanto o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) incorpora metas relacionadas à sustentabilidade, à pesquisa ambiental e à gestão responsável do patrimônio público.

A implementação dessas ações será acompanhada por indicadores institucionais de sustentabilidade, com monitoramento periódico e divulgação dos resultados, permitindo avaliar o avanço das metas estabelecidas e orientar processos de melhoria contínua na gestão ambiental da universidade. A adoção de indicadores ambientais também contribui para ampliar a transparência das ações institucionais e fortalecer a cultura de responsabilidade socioambiental no âmbito da gestão pública.

As ações previstas no eixo ambiental dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas. Esse alinhamento contribui para integrar as iniciativas institucionais aos compromissos internacionais voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre os objetivos diretamente relacionados às ações institucionais destacam-se aqueles voltados ao uso sustentável de recursos naturais, à promoção de energia limpa, à gestão responsável do consumo e à adoção de medidas relacionadas à ação climática.

A integração dos ODS ao planejamento institucional também contribui para fortalecer o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à sustentabilidade ambiental e à promoção de soluções inovadoras para os desafios socioambientais da região.

7.9.3.4 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) na UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) tem incorporado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como referência orientadora para suas políticas institucionais, ações acadêmicas e iniciativas de interação com a sociedade. Alinhada à Agenda 2030, a universidade reconhece o papel estratégico das instituições públicas de ensino superior na produção de conhecimento, na formação cidadã e na promoção de soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Como parte desse compromisso, a UFT tem promovido eventos acadêmicos, seminários e iniciativas de difusão científica voltados à sensibilização e ao fortalecimento da Agenda 2030. Entre essas ações realizadas destacam-se o Seminário ODS Educação, o Seminário ODS em Ação na Amazônia e o Seminário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realizado com o tema “*Perspectivas Político-Pedagógicas para a Formação*”, que promoveu a socialização de projetos de ensino e extensão alinhados à Agenda 2030 (<https://sites.uft.edu.br/plataformaevento/i-seminario-interiorizacao-ods-amazonia>).

No campo da divulgação científica, a universidade também desenvolve o Podcast ODS UFT, iniciativa voltada à comunicação pública do conhecimento e à apresentação de pesquisas e experiências acadêmicas relacionadas aos ODS. A UFT possui um histórico consolidado de ações, programas e estruturas que demonstram a integração gradual dos princípios ESG à gestão universitária, especialmente nos eixos de Governança, Social e Ambiental, conforme evidenciado a seguir:

a) Governança

- A UFT figura entre as 20 melhores universidades do país em Governança, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU).
- A Instituição mantém o Comitê de Governança Digital (CGD), órgão colegiado deliberativo responsável pelas decisões estratégicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- Foi instituído o Comitê de Direção e Acompanhamento das Contratações (CDAC) e o Comitê de Governança e Riscos, instâncias máximas de deliberação e acompanhamento da governança institucional.
- A UFT elaborou e mantém o Plano de Integridade, documento que estabelece diretrizes de transparência, gestão de riscos e controles internos, promovendo accountability e ética institucional.

b) Social

- Realização dos Seminários sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ações integradas entre ensino, pesquisa e extensão (3ª edição).
- Mobilização social em defesa da sustentabilidade e da cultura local, exemplificada pela Carta Aberta de Arraias (2023), construída com participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil.
- Programas de extensão e inovação social que fortalecem os princípios de inclusão, equidade e diversidade, consolidando o papel social da Universidade.

c) Ambiental

- Plano de Logística Sustentável (PLS/UFT, Resolução nº 06/2018), documento normativo que define metas e indicadores para eficiência energética, consumo racional de água, mobilidade e gestão de resíduos.
- O Projeto Ambiental do Campus de Palmas (2017) e o Plano de Gerenciamento de Resíduos da UFT (PGRS) asseguraram a regularização e o licenciamento ambiental da instituição junto ao NATURATINS, garantindo a destinação final adequada de resíduos comuns, perigosos e biológicos. Resultando no Relatório de Resíduos Sólidos da UFT (2022), que foi

elaborado em conformidade com Lei nº 12.305/2010.

- Criação da Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente (DSMA) e da Coordenação de Paisagismo e Meio Ambiente (COPAM), 2014-2017.
- O Projeto Viva o Verde de Paisagismo e Sustentabilidade que participou da campanha VitrineGov, 2023, iniciativa reconhecida nacionalmente por reduzir emissões de CO₂ e ampliar áreas verdes em ambientes institucionais.
- Participação ativa na Rede UniSustentável, sendo a UFT uma das primeiras universidades da Região Norte a integrar o grupo, fortalecendo o intercâmbio de experiências em sustentabilidade.
- Participação ativa na Rede de Sustentabilidade TOSustentável do Tribunal de Justiça do Tocantins e parceiros.
- Atuação em parceria na construção de políticas públicas de agroecologia no Tocantins, ampliando o impacto ambiental e social regional.
- Realização anual da Semana do Meio Ambiente da UFT, promovendo debates sobre mudanças climáticas, eficiência energética e mobilização acadêmica.

A atuação da UFT nessa agenda também tem obtido reconhecimento nacional. Em 2023, 2024 e 2025, a universidade conquistou Selo ODS Educação, as premiações reconhecem projetos educacionais alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e evidencia o compromisso institucional com a promoção de práticas acadêmicas voltadas à sustentabilidade, à responsabilidade social e ao desenvolvimento humano (<https://www.uft.edu.br/noticias/uft-conquista-17-iniciativas-aprovadas-no-selo-ods-educacao-2024>)

A UFT reafirma seu compromisso institucional com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável, alinhando seu planejamento estratégico aos ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas no âmbito da Agenda 2030. Esse alinhamento estrutura-se de forma transversal aos cinco eixos estratégicos institucionais, integrando dimensões acadêmicas, administrativas, ambientais, sociais e econômicas.

A incorporação dos ODS ao planejamento da UFT não se limita a diretrizes conceituais, mas materializa-se em objetivos estratégicos, metas e ações que promovem

governança responsável, inclusão social, inovação científica, eficiência administrativa e sustentabilidade ambiental.

No **eixo de Planejamento e Desenvolvimento Institucional**, a consolidação de uma cultura de gestão estratégica fundamentada em avaliação contínua fortalece instituições eficazes, transparentes e responsáveis, em consonância com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Ao mesmo tempo, o aprimoramento dos processos avaliativos e do planejamento acadêmico contribui diretamente para o ODS 4 (Educação de Qualidade), assegurando melhoria permanente dos indicadores institucionais e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

No **eixo de Governança e Sustentabilidade**, a UFT estrutura políticas de integridade, compliance, gestão de riscos, auditoria interna, diversidade, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. Essas ações dialogam com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 9 (Inovação e Infraestrutura), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), além de reforçarem o ODS 16. A sustentabilidade financeira e a eficiência orçamentária também se articulam ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), garantindo equilíbrio entre responsabilidade fiscal e compromisso social.

No **eixo de Gestão Acadêmica**, a integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e assistência estudantil posiciona a universidade como agente estruturante do ODS 4 e ODS 8 (Trabalho Docente e Crescimento Econômico). O estímulo à pesquisa aplicada, à transferência de tecnologia e ao empreendedorismo fortalece o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), enquanto as políticas de assistência estudantil e valorização da diversidade promovem equidade e inclusão, em consonância com o ODS 10. A internacionalização e a cooperação científica ampliam a contribuição institucional ao ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

No **eixo de Gestão Administrativa**, o investimento no desenvolvimento do capital humano, na promoção da qualidade de vida no trabalho e na modernização de processos administrativos relaciona-se aos ODS 8 e 3 (Saúde e Bem-Estar). As práticas de contratações sustentáveis e racionalização de recursos reafirmam o compromisso com o ODS 12, assegurando eficiência e responsabilidade socioambiental na gestão pública e com ODS 16, Instituições Eficazes.

No **eixo de Infraestrutura Física e Tecnológica**, a modernização de ambientes acadêmicos, a ampliação da infraestrutura tecnológica e a consolidação de políticas de segurança da informação contribuem para o ODS 9 e para o fortalecimento do ODS 4. O

planejamento sustentável dos espaços físicos dialoga com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), promovendo acessibilidade, funcionalidade e responsabilidade ambiental.

Dessa forma, a responsabilidade social e a sustentabilidade constituem princípios estruturantes da atuação institucional da UFT, integrados ao planejamento estratégico, à governança e às práticas acadêmicas e administrativas. O alinhamento aos ODS fortalece a legitimidade social da universidade pública, amplia sua capacidade de captação de parcerias e recursos e consolida sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável do Tocantins e do País.

Dentro do Eixo Ambiental, propõe-se a criação da Coordenação de ESG – Ambiental, integrando a estrutura do futuro Comitê de ESG da UFT, a ser inserido na Superintendência de Governança. Essa arquitetura institucional tem por finalidade assegurar a articulação transversal entre as dimensões ambiental, social e administrativa, promovendo alinhamento entre planejamento estratégico, políticas de inclusão, integridade pública e gestão orientada por indicadores, de modo a garantir coerência sistêmica na implementação do ESG.

Como etapa inicial do alinhamento e estruturação, a PROAP encontra-se em processo de formalização da agenda ESG no âmbito administrativo, com organização de equipe técnica dedicada como forma de constituição inicial dos instrumentos de monitoramento ambiental. Essa iniciativa estabelece as bases institucionais necessárias para a futura integração da Coordenação ao Comitê de ESG, assegurando que o Eixo Ambiental esteja tecnicamente estruturado e alinhado às diretrizes estratégicas do PDI (2026-2030).

A UFT reafirma, assim, seu compromisso com uma gestão ética, inclusiva, inovadora e ambientalmente responsável, orientada por indicadores, metas e resultados que promovam impacto social positivo e desenvolvimento sustentável de longo prazo.

7.9.3.5 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) na UFT

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) constitui referência estruturante para a governança ambiental da UFT, orientando ações nos seis eixos: uso racional dos recursos naturais, gestão adequada de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação, compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis. A incorporação da A3P fortalece a transversalidade da sustentabilidade nos processos administrativos e acadêmicos, assegurando integração com o PDI, o PAT, ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão da infraestrutura.

No âmbito da UFT, os princípios da A3P encontram aderência direta aos objetivos estratégicos e táticos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional, especialmente nos eixos de Governança e Sustentabilidade, Gestão Administrativa e Infraestrutura Física e Tecnológica.

No eixo de Governança e Sustentabilidade, o objetivo estratégico de fortalecer a governança institucional com práticas transparentes, íntegras e sustentáveis converge com as diretrizes da A3P ao prever a implementação da gestão da sustentabilidade ambiental, o fortalecimento da gestão de riscos, a consolidação da auditoria interna e a adoção de mecanismos de *accountability*. A inserção da sustentabilidade como componente estruturante da governança institucional evidencia a internalização dos princípios da A3P na cultura organizacional da UFT.

No eixo de Gestão Administrativa, as ações voltadas à estruturação da governança das aquisições e à implementação de contratações sustentáveis dialogam diretamente com um dos eixos centrais da A3P: as compras públicas sustentáveis. Ao incorporar critérios socioambientais nos processos de aquisição, a UFT contribui para a redução de impactos ambientais, o estímulo a cadeias produtivas responsáveis e a promoção do consumo consciente no setor público.

No eixo de Infraestrutura Física e Tecnológica, a modernização de espaços físicos e tecnológicos, aliada ao aprimoramento do planejamento da tecnologia da informação e à consolidação de políticas de segurança da informação, permite a incorporação de soluções mais eficientes do ponto de vista energético e ambiental. Essas ações podem ser articuladas com práticas de uso racional de água e energia, gestão de resíduos sólidos e adequação ambiental das edificações, em consonância com os eixos temáticos da A3P.

Além disso, o eixo de Planejamento e Desenvolvimento Institucional fortalece a institucionalização da agenda ambiental ao prever monitoramento e avaliação estratégica contínua. Tal diretriz possibilita a definição de indicadores de desempenho ambiental, metas de redução de consumo de recursos e acompanhamento sistemático das ações de sustentabilidade, consolidando a gestão ambiental como política institucional permanente.

Na Gestão Acadêmica, embora o foco seja a excelência acadêmica, as ações de extensão, inovação e responsabilidade social oferecem espaço para projetos voltados à educação ambiental, desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e interação com a comunidade externa, ampliando o impacto socioambiental da universidade.

Dessa forma, observa-se que os objetivos estratégicos e táticos da UFT já contemplam elementos estruturantes compatíveis com a Agenda Ambiental da Administração

Pública. O fortalecimento dessa integração pode ocorrer por meio da formalização de um plano institucional de sustentabilidade alinhado à A3P, com definição de metas, indicadores e responsabilidades, promovendo maior efetividade, monitoramento e visibilidade das ações ambientais.

Ao consolidar a sustentabilidade como dimensão transversal do planejamento estratégico, a UFT reafirma seu compromisso com a gestão pública responsável, a redução de impactos ambientais e a promoção de uma cultura institucional orientada pelo desenvolvimento sustentável.

A UFT fortalecerá a Governança Socioambiental por meio de uma estrutura vinculada à Reitoria e articulada entre as Pró-Reitorias, assegurando a implantação da política socioambiental institucional, a atualização do PLS e a execução do Plano Diretor Sustentável. Essa articulação transversal garantirá planejamento integrado, gestão qualificada e monitoramento sistemático das ações ambientais.

Promover a eficiência energética, hídrica e gestão de resíduos, ampliação da estrutura de energia solar, reuso de água, licenciamento ambiental e revitalização dos espaços dos câmpus, além de estudos sobre veículos elétricos e ações voltadas ao Programa de Mobilidade e Emissões Sustentáveis, ampliando infraestrutura, bem-estar e redução de impactos ambientais.

Integrar a sustentabilidade ao ensino, pesquisa, extensão e formação, incorporando ESG, A3P e ODS nas matrizes curriculares, promovendo capacitação permanente, inclusão, acessibilidade e projetos colaborativos com comunidades tradicionais, além de assegurar transparência por meio de relatórios ambientais e campanhas institucionais de responsabilidade social e bem-estar animal.

8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

8.1 Política de Acessibilidade

A Política Institucional de Acessibilidade da UFT estabelece diretrizes voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão, com a finalidade de assegurar condições equitativas de acesso, permanência, participação e conclusão dos percursos acadêmicos, em consonância com os princípios da equidade, da inclusão social e do direito à educação.

Esta política aplica-se a todas as unidades acadêmicas e administrativas da UFT, abrangendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão universitária, e deve ser considerada de forma transversal no planejamento e na execução das ações institucionais.

A UFT tem como objetivo promover a acessibilidade em todos os seus âmbitos, por meio da eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, digitais e atitudinais, garantindo ambientes inclusivos e o pleno exercício das atividades acadêmicas e administrativas.

Constituem objetivos específicos desta política garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico de pessoas com necessidades específicas; assegurar ambientes físicos e virtuais acessíveis; fomentar práticas pedagógicas inclusivas e adaptações razoáveis; ampliar o acesso à informação e à comunicação em formatos acessíveis; fortalecer ações institucionais de apoio à acessibilidade; e promover a formação continuada da comunidade universitária.

As ações de acessibilidade na UFT devem orientar-se pelo planejamento, pela adequação e pela manutenção de espaços físicos acessíveis, em conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes, bem como pela adoção de práticas pedagógicas inclusivas, flexibilização curricular e processos avaliativos acessíveis. A Universidade deve assegurar a acessibilidade comunicacional e informacional em seus atos administrativos, acadêmicos e institucionais, bem como a acessibilidade digital nos sistemas, plataformas e ambientes virtuais utilizados, garantindo o acesso à informação em formatos adequados às diferentes necessidades.

A Política Institucional de Acessibilidade prevê a disponibilização de tecnologias assistivas, recursos e serviços de apoio necessários à participação acadêmica e institucional, bem como a promoção de ações permanentes de formação, capacitação e sensibilização da

comunidade universitária quanto à acessibilidade, à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência.

A implementação desta política deve ocorrer de forma articulada entre as Pró-reitorias, as unidades acadêmicas e administrativas e as instâncias institucionais responsáveis pela acessibilidade, com a inserção das ações correspondentes nos instrumentos de planejamento e gestão da Universidade.

O acompanhamento e a avaliação da Política Institucional de Acessibilidade devem integrar os processos de avaliação institucional da UFT, considerando indicadores relacionados ao acesso, à permanência, à conclusão e às condições de acessibilidade, podendo a política ser revisada e atualizada conforme as demandas institucionais, os resultados obtidos e os avanços normativos e tecnológicos.

8.2 Políticas de Inovação, Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia e Empreendedorismo

A UFT, por meio da INOVATO, reconhece à inovação, o empreendedorismo, a proteção da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia como instrumentos estratégicos de transformação social, impulsionando o desenvolvimento regional, a competitividade e a sustentabilidade econômica.

A Política orienta a atuação institucional para fomentar a cultura da inovação em todas as áreas da universidade, estimular a criação de novos negócios, promover soluções tecnológicas de impacto, garantir a adequada proteção do conhecimento científico produzido e assegurar mecanismos eficientes de transferência de tecnologia à sociedade, em consonância com os objetivos estratégicos do PDI.

Fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e estratégicos:

- a) Lei nº 13.243/2016 – Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI);
- b) Lei nº 10.973/2004 – Lei de Inovação;
- c) Decreto nº 9.283/2018 – Regulamentação da Lei de Inovação;
- d) Lei nº 14.195/2021 – Ambiente de Negócios e Incentivo à Inovação;
- e) Normas internas e regulamentos do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFT;
- f) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- g) Agenda 2030 da ONU – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

h) Diretrizes do MCTI e CNPq voltadas à inovação, proteção intelectual e transferência tecnológica.

A Política de Inovação, Empreendedorismo e Propriedade Intelectual da UFT pauta-se nos seguintes princípios:

- a) Inovação como vetor estratégico de desenvolvimento;
- b) Valorização do capital intelectual;
- c) Gestão ética e integridade;
- d) Livre circulação do conhecimento e colaboração científica;
- e) Empreendedorismo sustentável e social;
- f) Transparência e governança tecnológica;
- g) Proteção da propriedade intelectual como patrimônio institucional;
- h) Impacto socioeconômico e ambiental positivo;
- i) Inclusão, diversidade e equidade no ecossistema inovador.

A política observará as seguintes diretrizes:

a) **Fomento à Cultura de Inovação e Empreendedorismo** – Estimular à inovação acadêmica, a formação empreendedora, a criação de startups, empresas juniores e incubadoras, consolidando um ecossistema regional forte e articulado.

b) **Gestão Estratégica de Propriedade Intelectual** – Promover a proteção jurídico-institucional de criações acadêmicas (patentes, softwares, marcas, cultivares e direitos autorais), assegurando sua adequada exploração e compartilhamento.

c) **Transferência de Tecnologia e Parcerias** – Estabelecer mecanismos de cooperação com setor público, privado e terceiro setor, garantindo transferência tecnológica responsável, segura e socialmente relevante.

d) **Ambiente Institucional de Governança Tecnológica** – Aperfeiçoar instrumentos normativos, criar procedimentos ágeis e assegurar segurança jurídica para atividades de inovação.

e) **Gestão Sustentável e de Impacto** – Promover a inovação aberta, o empreendedorismo sustentável e o uso de tecnologias como instrumentos de desenvolvimento regional.

A política de inovação e empreendedorismo da UFT está intrinsecamente alinhada ao PDI (2026-2030), orientado pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP). As ações de inovação, proteção intelectual e transferência de tecnologia serão executadas pela INOVATO e vinculadas aos objetivos estratégicos previstos no PDI (2026-2030), garantindo coerência, segurança e efetividade institucional.

O Sistema Integrado de Governança e Gestão (NAUS) será utilizado para acompanhamento de metas, indicadores e ações estratégicas nos PATs, permitindo monitoramento sistemático e análise de resultados.

Todos os projetos, parcerias e contratos envolvendo inovação serão vinculados a ações previstas no PDI (2026-2030), assegurando alinhamento entre planejamento, aplicabilidade e impacto social. Nos últimos anos, a UFT executou as seguintes ações relevantes para o fortalecimento da inovação:

- a) Estruturação da Agência de Inovação Tecnológica (INOVATO) – Criação e fortalecimento do núcleo institucional responsável por PI, TT e empreendedorismo.
- b) Implantação de Sistemas de Gestão Tecnológica – Organização e acompanhamento de ativos intelectuais e de projetos cooperados.
- c) Incubação e Pré-Incubação de Projetos – Apoio a startups e empreendimentos acadêmicos, com ações formativas e mentorias.
- d) Proteção Intelectual e Registro de Ativos – Orientação técnica e jurídica para proteção de patentes, marcas, softwares e cultivares.
- e) Promoção da Cultura Empreendedora – Realização de eventos, editais de inovação, capacitações e desafios tecnológicos.

Em consonância com a missão, visão e valores institucionais, são definidas as seguintes ações estratégicas para 2026–2030:

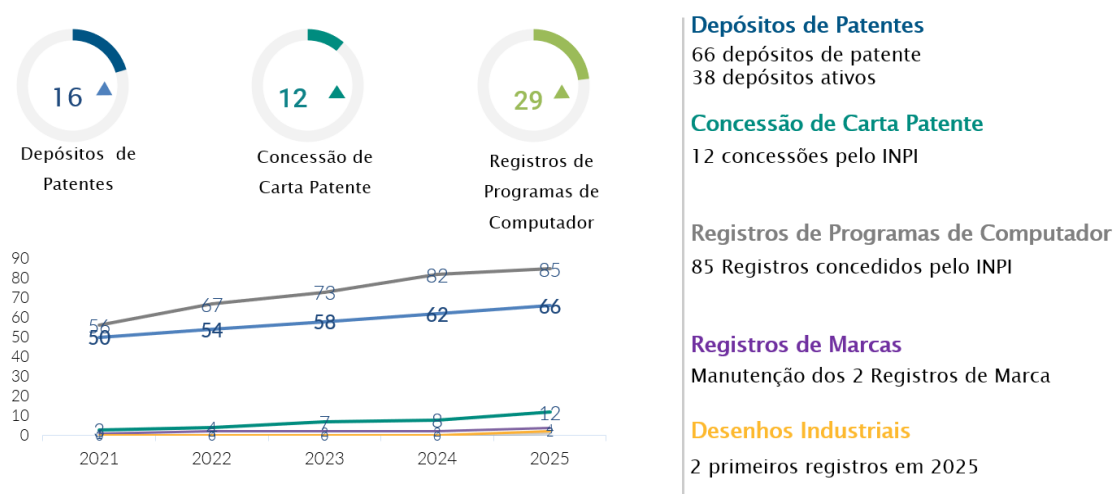
- a) Consolidação do Ecossistema UFT de Inovação – Integração entre laboratórios, startups, empresas juniores e incubadoras.
- b) Melhoria da Gestão de Propriedade Intelectual – Uso de ferramentas digitais, análise de ativos e estratégias de exploração comercial responsável.
- c) Fortalecimento da Transferência Tecnológica – Ampliação de parcerias com setor público, privado e organizações sociais.
- d) Laboratórios e Infraestrutura para Inovação – Estruturação de ambientes maker, laboratórios multiusuários, hubs de tecnologia e centros de prototipagem.
- e) Programa UFT StartUps – Ampliação de apoio à pré-incubação e incubação de negócios inovadores.
- f) Negociação, Licenciamento e Spin-offs – Estabelecimento de mecanismos jurídicos e financeiros avançados de transferência tecnológica.
- g) Indicadores de Inovação e Governança Tecnológica – Implantação de indicadores institucionais baseados em modelos nacionais e internacionais.

A INOVATO será a unidade gestora responsável por monitorar e avaliar a Política de Inovação, Propriedade Intelectual, transferência de tecnologia e empreendedorismo com suporte do NAUS e de ferramentas de *Business Intelligence* (BI), por meio de:

- Relatórios periódicos;
- Indicadores de desempenho;
- Auditorias internas e externas;
- Avaliações anuais e revisão contínua.

A INOVATO segue ampliando sua atuação em Propriedade Intelectual, impulsionando o depósito e a manutenção de ativos tecnológicos estratégicos. Em 2025, foram realizados 4 novos depósitos de patente, elevando para 66 o total de patentes depositadas, das quais 38 permanecem ativas. A UFT obteve a concessão de novas cartas patentes, totalizando 12 patentes concedidas em 2025. Além disso, foram registrados novos programas de computador, totalizando 85 softwares concedidos pelo INPI. A universidade também mantém 2 registros de marca ativos, conforme demonstrado na Figura 19:

Figura 19 - Quantitativo de ativos imateriais protegidos da UFT.



Fonte: Elaborado pela INOVATO/UFT, (2025).

Além disso, no ano de 2025 a UFT lançou a sua primeira Oferta Tecnológica. Prevista na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018, a Oferta Tecnológica é um instrumento que assegura igualdade de oportunidades para empresas interessadas em licenciar tecnologias produzidas pela UFT, conforme ilustra a Figura 20:

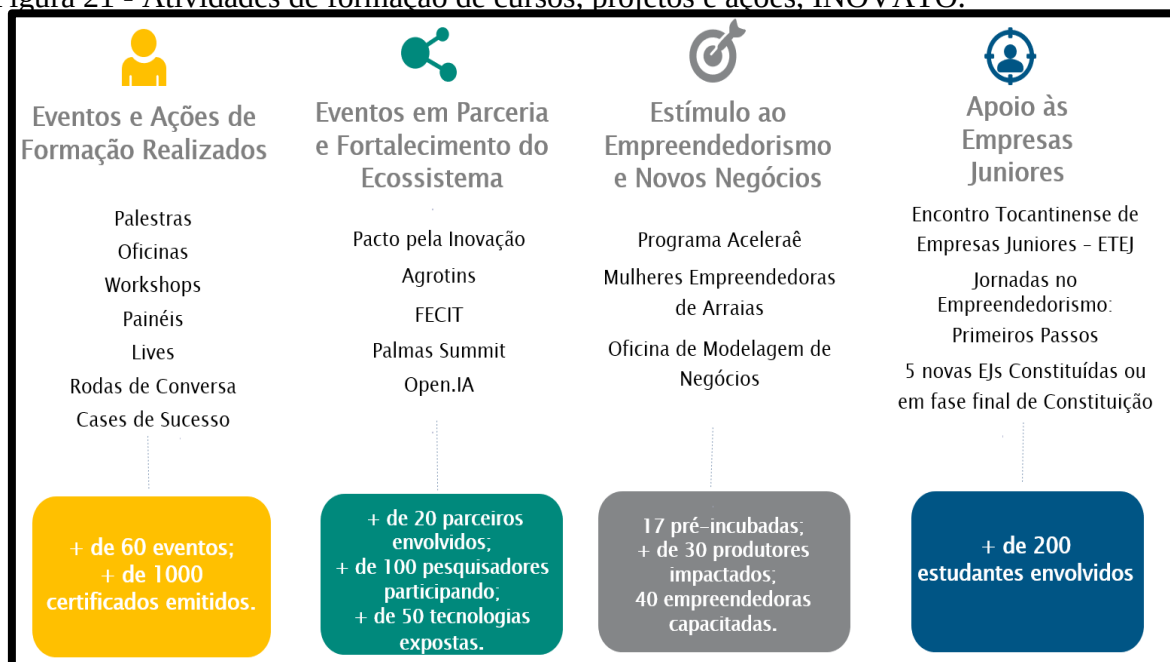
Figura 20 - Oferta Tecnológica empreendida pela UFT



Fonte: Elaborado pela INOVATO/UFT (2025).

A infraestrutura do Hub conta com uma sala administrativa, que abriga as diretorias da INOVATO, a coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação - PROFNIT e a Unidade Embrapii de Bioindústria e Bioinsumos. A Figura 21 apresenta um panorama dos cursos, projetos e ações de formação já realizados:

Figura 21 - Atividades de formação de cursos, projetos e ações, INOVATO.



em Inovação, Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, beneficiando o Ecossistema de Inovação da UFT e a comunidade local. Essas atividades atenderam às ações que prevê a divulgação de cursos, projetos e ações de extensão para

públicos internos e externos, em eventos e espaços diversos. As atividades são realizadas em formatos presencial, online (com transmissão pelo YouTube oficial da UFT) e híbrido.

Dentro do contexto da formação, e participação em eventos, merece especial atenção as seguintes ações capitaneadas pela INOVATO: Agrotins: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-leva-projetos-de-pesquisa-a-agrotins-2025-com-foco-na-inovacao>; Mulheres Empreendedoras: <https://www.uft.edu.br/noticias/mulheres-empendedoras-realizam-o-ii-encontro-em-arraias-to>; Curso de Inteligência Artificial: <https://www.uft.edu.br/noticias/curso-gratuito-une-inteligencia-artificial-e-gestao-empresarial-na-uft>; Lançamento Ebook – Empreendedorismo: <https://www.uft.edu.br/noticias/inovato-lanca-e-book-sobre-ensino-de-empendedorismo-na-graduacao-da-uft>.

Foi estruturado um espaço exclusivo para a demonstração dos ativos da UFT, o que pode conferir uma maior publicidade das tecnologias produzidas pela Universidade. Esse espaço é nomeado como “Vitrine Tecnológica”, e pode ser visto no seguinte endereço: <https://www.uft.edu.br/inovacao/painel-de-dados-abertos-de-propriedade-intelectual-e-transferencia-de-tecnologia-uft>

8.2.1 Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI)

A proposta de implantação do Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI) da UFT surge como estratégica às demandas contemporâneas de desenvolvimento da Amazônia Legal e do MATOPIBA. O objetivo é consolidar um ambiente propício à inovação, ao empreendedorismo e ao avanço tecnológico em uma região marcada por desafios históricos de desigualdades econômicas, sociais e tecnológicas. Esse investimento é justificado não apenas pela necessidade de impulsionar o desenvolvimento regional, mas também pelo potencial estratégico da região para o avanço de tecnologias voltadas à biodiversidade e à bioeconomia, áreas intimamente ligadas às características únicas da região Norte do Brasil.

A proposta do PEQUI surge para reduzir as desigualdades econômicas, sociais e tecnológicas do Tocantins em relação a outras regiões do país, como Sul e Sudeste. O objetivo é estimular a geração, consolidação e atração de empresas de base tecnológica, aumentar a oferta de empregos qualificados, integrar a universidade ao setor produtivo e

posicionar o Tocantins como polo de inovação e empreendedorismo. O parque também busca fomentar soluções inovadoras para desafios ambientais e sociais, valorizando a biodiversidade e a bioeconomia da região Norte. Notícia disponível em: <https://www.uft.edu.br/inovacao/aprovado-parque-inovacao-tecnologica-da-uft>.

A convergência entre a capacidade institucional da UFT, sua infraestrutura e o potencial de impacto regional fundamenta a importância estratégica do projeto do PEQUI-UFT. Como estratégia central, a UFT definiu a construção de um parque tecnológico com foco em três verticais principais: agrotecnologias, biotecnologia e tecnologia de alimentos, áreas que refletem suas principais competências e forças de atuação.

As áreas escolhidas estão alicerçadas na infraestrutura e na expertise dos pesquisadores da UFT, evidenciadas por grupos de pesquisa e programas de pós-graduação consolidados, como o de Agroenergia Digital, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Produção Vegetal, Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, entre outros. Além disso, a UFT possui um histórico relevante de captação de recursos e parcerias.

Nos últimos três anos, somente nas áreas de atuação do parque, a saber: Agtechs, Biotechs e Foodtechs, a instituição formalizou mais de 50 instrumentos jurídicos para colaboração com entidades públicas e privadas visando a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação e extensão.

Essas iniciativas resultaram na captação de mais de 28 milhões de reais, além de mais de 40 parcerias internacionais envolvendo 17 países, consolidando a UFT como um agente estratégico de inovação e cooperação no Norte do Brasil. Essas parcerias abrangem empresas de diversos portes, instituições de ciência e tecnologia e governos, com o objetivo de promover a produção sustentável de alimentos e agregar valor aos produtos agrícolas e pecuários da região.

Além das três verticais principais, o PEQUI-UFT utilizará a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como suporte transversal, alinhando-se à experiência da UFT em sua unidade Embrapii para atender às demandas do mercado. Dessa forma, o PEQUI-UFT pretende impulsionar a criação de agritechs, foodtechs e biotechs, integrando desde pequenos produtores rurais, produtores da agricultura familiar e indústrias regionais até atores globais, consolidando um ecossistema robusto e inovador. Em suma, o projeto prevê a construção de um prédio de referência para o Parque de

Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI), inspirado nos principais parques tecnológicos nacionais e internacionais.

O objetivo é atrair empresas âncoras que aproveitem o conhecimento existente na UFT, maximizem a utilização da infraestrutura disponível e fortaleçam a interação entre universidade e empresa. Assim, a UFT busca consolidar-se como a principal instituição promotora da convergência tecnológica nas áreas de produção agropecuária, tecnologia de alimentos, biotecnologia e tecnologia da informação de forma sustentável na Amazônia Legal e no MATOPIBA.

8.3 Políticas de Gestão Administrativa e Financeira

A UFT, por meio da Pró-Reitoria de Administração e Finanças (PROAD), reconhece a gestão administrativa, financeira e de suprimentos como instrumento estratégico de governança institucional. A política orienta a atuação da gestão universitária para assegurar a eficiência, a eficácia, a sustentabilidade e a integridade na administração dos recursos públicos, promovendo o alinhamento das ações administrativas e financeiras aos objetivos estratégicos do PDI (2026-2030).

A Política de Gestão Administrativa, Financeira e de Suprimentos da UFT fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e estratégicos: Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 – Governança das Contratações na Administração Pública; Questionário iESGo 2024 – Índice de Sustentabilidade e Governança das Instituições Federais, do Tribunal de Contas da União (TCU); Agenda 2030 da ONU – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS); Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFT, aprovado pela Resolução nº 137, de 12 de março de 2025.

A Política pauta-se nos seguintes princípios: Consumo consciente; Otimização de recursos; Eficiência e racionalização de processos; Inovação; Integridade da gestão; Acesso à informação; Sustentabilidade; Transparência.

A execução da Política observará as seguintes diretrizes: Gestão Sustentável de Aquisições e Contratos - Fomentar o desenvolvimento sustentável e a integridade nas contratações públicas, estabelecendo estratégias logísticas e critérios de ESG nos processos de aquisição e contratação de serviços; Governança e Gestão de Contratações (iGovContrat e iGestContrat) - Instituir e consolidar normativos internos de governança,

monitorar ações e resultados e elevar os índices institucionais de governança e capacidade em gestão de contratações; Gestão Financeira Eficiente – Realizar o planejamento, execução e controle financeiro com transparência, integridade e responsabilidade fiscal, assegurando a otimização dos recursos públicos e a efetividade da prestação de serviços à sociedade; Gestão Patrimonial Moderna e Transparente - Atualizar normativas sobre frota, patrimônio e almoxarifado, com a adoção de ferramentas tecnológicas para controle de bens móveis e imóveis, assegurando rastreabilidade e transparência.

A gestão administrativa, financeira e de suprimentos da UFT, executada pela PROAD, está intrinsecamente alinhada ao planejamento institucional da UFT, gerido pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP). Esta integração garante que todas as ações aderentes à PROAD estejam vinculadas aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI (2026-2030). Para alcançar os objetivos institucionais da política, as metas, ações e indicadores formulados são monitorados com suporte do Sistema Integrado de Gestão e Governança da UFT (NAUS), no PAT de cada unidade gestora. O sistema permite o acompanhamento sistemático e integrado de todas as atividades de compras, garantindo alinhamento entre planejamento e execução das contratações. A PROAD, em atuação conjunta com a PROAP, executa o orçamento destinado às contratações públicas da UFT, bem como os demais pagamentos necessários, condicionando todas as despesas demandadas pelas demais unidades gestoras ao vínculo com as ações previstas no PDI (2026-2030). Esta vinculação assegura que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente em atividades que contribuam para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Nos últimos três anos, a PROAD implementou as seguintes ações que mais se destacaram: a) Atualização Normativa: Revisão e consolidação de políticas internas relacionadas à gestão de frota, patrimônio e almoxarifado; b) Aprimoramento da Governança de Aquisições: Implementação de práticas de sustentabilidade e eficiência nas contratações públicas, com melhoria dos indicadores de governança do TCU (2021–2024); c) Controle Patrimonial: Realização periódica de inventários físicos de bens móveis (SIE) e imóveis (SpuNet), com reconciliação de dados e atualização cadastral (2021–2024); d) Gestão de Contratos e Convênios: Reestruturação dos processos de análise e acompanhamento das prestações de contas de projetos executados em parceria com fundações de apoio (2021–2025).

Em consonância com a missão, visão e valores institucionais, a PROAD definiu as seguintes ações estratégicas principais para o período 2026–2030: utilizar painéis de *Business Intelligence* (BI) para acompanhamento da execução financeira, permitindo análise compartilhada contínua e ajustes estratégicos necessários; Aprimoramento da Gestão de Recursos e Prestação de Contas: Consolidar rotinas de apoio técnico e de transparência na execução de projetos institucionais; Consolidação do PLS e dos Princípios ESG: Promover capacitações sobre a inclusão de critérios de sustentabilidade nos termos de referência e utilizar o PLS como instrumento estratégico orientador das contratações públicas; Integração da Execução com o Planejamento Institucional: Institucionalizar sistema unificado de captação de demandas das Unidades Gestoras (UGs) para subsidiar o planejamento anual de aquisições; Infraestrutura e Suporte Operacional: Garantir o fornecimento contínuo de materiais de consumo e a manutenção dos serviços administrativos essenciais (malote, postagens e processamento documental); Metas de Governança: Alcançar os níveis projetados de elevação dos índices iGovContrat e iGestContrat; Otimização da Gestão da Frota: Implementar ações de racionalização e monitoramento da utilização da frota veicular institucional.

A PROAD é a unidade gestora responsável por monitorar a execução e avaliar os resultados desta Política, mediante indicadores de desempenho, relatórios periódicos e revisões anuais do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), conforme pontuado no item 8.10 deste PDI e Eixo ESG Ambiental, item 7.9.3. As metas e resultados alcançados serão divulgados no Relatório de Gestão Institucional da UFT, em observância aos princípios da transparência e da publicidade administrativa.

A execução e o monitoramento da gestão administrativa e financeira das contratações da UFT são realizados com auxílio do sistema NAUS e *Business Intelligence* (BI), ferramentas tecnológicas que possibilitam correções estratégicas tempestivas, garantindo maior eficiência, transparência e efetividade na gestão dos recursos públicos.

8.4 Políticas de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

A UFT, por meio da PROGEDEP para o PDI (2026-2030) incorpora as tendências da área de forma estruturada e coerente, articulando desenvolvimento humano com ética, governança e sustentabilidade.

As principais leis federais que regem a gestão de pessoas nas Universidades Federais incluem normas sobre carreira, regime jurídico, capacitação e saúde do servidor:

a) Lei nº 8.112/1990 - Estabelece o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais. Trata de direitos, deveres, provimento, vacância, licenças, aposentadoria e penalidades.

b) Lei nº 11.091/2005 - Institui o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Define estrutura de cargos, progressão, capacitação e incentivo à qualificação.

c) Lei nº 12.772/2012 - Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal.

Abrange docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com regras sobre progressão, regime de trabalho e avaliação de desempenho.

- Princípios Fundamentais da Política de Gestão de Pessoas nas Universidades Federais:
- Valorização do servidor como agente público e educador - Reconhece o papel dos docentes e servidores técnico-administrativos em educação como protagonistas na construção do conhecimento e na prestação de serviços públicos de qualidade.
- Desenvolvimento humano e institucional integrado - Promove ações de capacitação, qualificação e bem-estar que contribuam simultaneamente para o crescimento do servidor e o fortalecimento da universidade.
- Ética, equidade e respeito à diversidade - Fundamenta-se no respeito aos direitos humanos, à equidade de gênero, raça, orientação sexual e às diferenças culturais e regionais.
- Eficiência com foco em resultados institucionais - Busca alinhar a atuação dos servidores às metas e objetivos estratégicos da universidade, com base em indicadores de desempenho e avaliação contínua.
- Saúde e qualidade de vida no trabalho - Implementa políticas de prevenção, promoção da saúde e ambientes laborais saudáveis, por meio de programas como o SIASS.
- Sustentabilidade e inovação na gestão pública - Incentiva práticas inovadoras, sustentáveis e digitalmente integradas, promovendo a modernização da gestão de pessoas.

A Política de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas está plenamente integrada ao planejamento institucional, contribuindo de forma direta para o alcance dos objetivos estratégicos da UFT, que estão diretamente alinhados às diretrizes do índice de governança,

sustentabilidade e gestão (iESGo), e aos ODS, reforçando o compromisso da Universidade com a excelência administrativa, a responsabilidade socioambiental e a transparência.

Além disso, a política se articula com os ODS, especialmente:

- ODS 3: Saúde e bem-estar, ao promover ambientes de trabalho saudáveis e qualidade de vida para os servidores.
- ODS 4: Educação de qualidade, ao valorizar a formação continuada e o desenvolvimento profissional.
- ODS 5: Igualdade de gênero, ao fomentar práticas inclusivas e equitativas na gestão de pessoas.
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico, ao assegurar condições dignas de trabalho e estimular a inovação.
- ODS 10: Redução das desigualdades, ao garantir oportunidades justas e acessíveis para todos os servidores.
- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes, ao consolidar uma cultura organizacional baseada na ética, na governança e na transparência.

Dessa forma, a Política de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da UFT não apenas fortalece o desempenho institucional, mas também reafirma o compromisso da universidade com a governança pública responsável e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

Nesse contexto, a ética é um princípio orientador que permeia todas as políticas da área. Ela se expressa na valorização da dignidade dos servidores, na promoção de ambientes de trabalho respeitosos, inclusivos e seguros, e na transparência dos processos decisórios. Ao adotar práticas éticas, a instituição fortalece a confiança, a integridade e o compromisso coletivo com sua missão educacional.

Do ponto de vista da sustentabilidade, o plano se destaca por uma abordagem transversal que contempla os pilares ambiental, social, econômico e institucional. No aspecto ambiental, promove políticas como o teletrabalho, que contribuem para a redução de deslocamentos e da pegada de carbono, além de ações voltadas à melhoria dos ambientes laborais por meio de laudos técnicos e medidas de higiene ocupacional.

No eixo social, evidencia-se o compromisso com o bem-estar dos servidores, por meio da política de promoção da saúde, pesquisas de clima organizacional, política de reconhecimento e políticas voltadas à formação e ao desenvolvimento profissional. Essas

políticas fortalecem o vínculo dos servidores com a instituição e contribuem para a redução do absenteísmo e da rotatividade.

A sustentabilidade econômica e institucional é promovida pela política de Gestão de Pessoas por Competências que, por meio do mapeamento de competências e da oferta de capacitações direcionadas às funções críticas e ao plano de sucessão, permitirão maior eficiência na alocação de recursos, evitando desperdícios com treinamentos genéricos ou desalinhados às necessidades institucionais.

A governança é reforçada pela gestão transparente, pela definição clara de papéis e responsabilidades, e pela criação de painéis de indicadores que apoiam a tomada de decisão com base em evidências. Essa estrutura fortalece a cultura organizacional e assegura coerência entre os valores éticos e os objetivos estratégicos da instituição.

Ao integrar essas dimensões, o PDI (2026-2030) posiciona a UFT como referência em responsabilidade, inovação e desenvolvimento sustentável, ampliando sua capacidade de transformação social por meio da educação pública. Isso significa criar condições para que os servidores atuem com excelência, motivação e propósito e garante que a instituição esteja preparada para os desafios futuros, com uma força de trabalho qualificada, saudável, ética e comprometida com sua missão.

Investir em pessoas, nesse contexto, é investir na própria capacidade da UFT de transformar a sociedade com responsabilidade, integridade e visão de futuro.

Dentre as principais políticas e programas executados no período de 2021 a 2025 destacam-se:

- Política de Qualidade de Vida no Trabalho da UFT;
- Política de fortalecimento Escola de Desenvolvimento dos Servidores (EDS);
- Instituição do Programa de Formação de Lideranças e Sucessão^[1] ;
- Instituição do Programa de Reconhecimento e Valorização da UFT,
- Implantação do Programa de Gestão de Desempenho.

Em consonância com a missão, visão e valores institucionais, a PROGEDEP definiu as seguintes ações estratégicas principais para o período 2026–2030:

- Desenvolver o Programa de Gestão por Competências ;
- Realizar oferta de cursos no âmbito do Programa Servidor_Multiplicador e do Programa de Formação Docente (PROFOR) e, o Programa de Formação de Lideranças e Sucessão;
- Fomentar a participação docentes e técnicos administrativos em programas pós-graduação;

- Realizar campanhas sobre ética, integridade, assédio, saúde do servidor e clima organizacional;
- Atualizar a Política de Cargos e Carreira dos Servidores Técnicos-Administrativos;
- Desenvolver a política qualidade de vida dos servidores;
- Desenvolver Programa de reconhecimento e valorização;
- Gerenciar a política e monitorar os impactos da política para o teletrabalho na comunidade acadêmica.

A PROGEDEP é a unidade gestora responsável por monitorar a execução e avaliar os resultados desta Política, mediante indicadores de desempenho, relatórios periódicos. As metas e resultados alcançados serão divulgados no Relatório de Gestão Institucional da UFT, em observância aos princípios da transparência e da publicidade administrativa.

A execução e o monitoramento das ações serão realizadas com auxílio do sistema NAUS e dos sistemas de *Business Intelligence* (BI).

Observa-se que, a gestão de pessoas tem passado por uma profunda transformação, impulsionada por mudanças sociais, tecnológicas e ambientais, em especial, as instituições educacionais enfrentam desafios complexos nesta área: envelhecimento da força de trabalho, necessidade de atrair e reter talentos qualificados, pressão por resultados, exigência de maior transparência e a urgência de promover ambientes saudáveis e inclusivos. Nesse contexto, o setor de Gestão de Pessoas ocupa um papel central na construção da sustentabilidade institucional.

8.5 Política de Tecnologia da Informação, Comunicação e Transformação Digital

A UFT, por meio da PROTIC, reconhece a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um pilar fundamental e estratégico para o desenvolvimento institucional, aprimorando a gestão acadêmica e administrativa, fomentando a inovação, garantindo a inclusão digital e promovendo a sustentabilidade. Em um cenário de rápida evolução tecnológica e de crescentes demandas por serviços digitais eficientes, seguros e acessíveis.

O objetivo é assegurar a eficiência operacional, a segurança da informação, a proteção de dados, a acessibilidade digital, a inovação contínua e a sustentabilidade em todas as ações da UFT. A política proposta para o período 2026-2030 busca alinhar as estratégias de TIC e

Comunicação aos objetivos estratégicos do PDI (2026-2030), consolidando a UFT como uma instituição pública de referência em inovação, inclusão e qualidade no contexto da Amazônia Legal.

A atuação da PROTIC fundamenta-se em um conjunto de instrumentos legais e estratégicos que orientam a governança, a segurança, a transparência, a acessibilidade e a sustentabilidade na gestão de TIC. Entre os principais marcos normativos estão a Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2020), a LGPD (Lei nº 13.709/2018), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) e a Agenda 2030 da ONU. No âmbito institucional, destacam-se o PDTIC, a Política e o Programa de Segurança e Privacidade da Informação, o Plano Diretor de Logística Sustentável, além das normas da ABNT, diretrizes do TCU e resoluções do SINAES.

A Política de Tecnologia da Informação, Comunicação e Transformação Digital da UFT orienta-se por princípios como inovação e modernização, sustentabilidade socioambiental, segurança da informação e proteção da privacidade, acessibilidade e inclusão digital, eficiência na gestão de recursos, transparência e governança, qualidade e melhoria contínua, colaboração e integração institucional, além da priorização de software livre e código aberto. Esses fundamentos asseguram a transformação digital alinhada à legalidade, à responsabilidade pública e à excelência institucional.

As diretrizes estruturam a atuação da TIC em seis eixos estratégicos integrados:

Governança, Gestão de Riscos e Sustentabilidade - Fortalecimento da governança de TIC por meio da atualização de políticas e planos (como o PDTIC), consolidação de processos de gestão, conformidade com a LGPD e normativas internas, e implementação efetiva do PPSI. Incorporação de critérios ESG nas aquisições e no ciclo de vida dos ativos tecnológicos, com foco em consumo responsável e descarte sustentável.

Infraestrutura Tecnológica e Conectividade - Garantia de infraestrutura de rede robusta, com alta disponibilidade e desempenho assegurado por SLAs, abrangendo todos os câmpus. Modernização de data centers e ambientes tecnológicos, com foco em segurança, redundância e eficiência energética. Expansão da computação em nuvem e virtualização para escalabilidade e otimização de recursos.

Desenvolvimento e Integração de Sistemas - Consolidação do SUAP e demais sistemas corporativos como plataformas oficiais, com modernização contínua. Adoção de metodologias ágeis, boas práticas de arquitetura e segurança, e promoção da

interoperabilidade entre sistemas para assegurar integração e visão unificada da gestão institucional.

Inovação Pedagógica e Tecnologias Educacionais- Modernização e expansão do AVA em arquitetura centralizada e multi escola, com fortalecimento da produção de conteúdos digitais. Capacitação contínua de docentes e técnicos para uso qualificado de tecnologias educacionais, assegurando acessibilidade e qualidade acadêmica.

Acessibilidade Digital e Suporte ao Usuário - Garantia de conformidade com padrões de acessibilidade em portais e sistemas institucionais. Ampliação de capacitações em tecnologias assistivas e estruturação de modelo de atendimento em múltiplos níveis, com base de conhecimento consolidada e foco na experiência do usuário.

Tecnologia para Bibliotecas e Recursos Informacionais - Modernização dos sistemas de gestão bibliotecária e acervo eletrônico, alinhados às exigências do SINAES. Implantação de tecnologias como RFID para otimização de processos e segurança do acervo, além da atualização de equipamentos e do Repositório Institucional para ampliar o acesso ao conhecimento.

A gestão de Tecnologia da Informação, Comunicação e Transformação Digital da UFT, executada pela PROTIC, estará intrinsecamente alinhada ao planejamento institucional da UFT, gerido pela Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento (PROAP). Esta integração garante que todas as ações da PROTIC contribuam diretamente para os objetivos estratégicos estabelecidos no PDI (2026-2030), em especial nos eixos de Governança e Sustentabilidade, e Gestão Acadêmica.

Para alcançar os objetivos institucionais, as metas, ações e indicadores formulados serão monitorados com suporte do Sistema Integrado de Gestão e Governança da UFT (NAUS) e incorporados no PAT de cada unidade gestora. A PROTIC, em atuação conjunta com a PROAP, PROAD e outras Pró-Reitorias, garantirá que os recursos destinados à tecnologia e comunicação sejam aplicados exclusivamente em atividades que promovam a missão e visão da UFT.

Durante o ciclo do PDI (2021–2025) a UFT, por meio da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e da Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTE), implementou ações estruturantes que consolidaram a evolução tecnológica e digital da instituição, servindo de base para o novo planejamento estratégico.

Destacam-se a ampliação e modernização da infraestrutura de redes para atender à crescente demanda por conectividade; o fortalecimento da segurança da informação para

proteção dos ativos digitais; a manutenção e expansão de sistemas web, com informatização de processos administrativos e gerenciais; e a aquisição de equipamentos voltados à inovação educacional, incluindo o desenvolvimento de ferramentas de Business Intelligence integradas ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Também foram promovidas iniciativas de integração entre sistemas institucionais estratégicos, ampliando a interoperabilidade e a eficiência na gestão acadêmica e administrativa. No campo da acessibilidade digital, implantou-se o sistema VLibras no portal institucional e realizaram-se melhorias voltadas à inclusão. Ademais, a atuação do Comitê de Governança Digital (CGD) fortaleceu a governança de TI, consolidando práticas de planejamento, monitoramento e alinhamento estratégico da área tecnológica.

Para o período 2026-2030, a PROTIC possui as seguintes ações estratégicas, diretamente derivadas das necessidades identificadas e alinhadas aos objetivos do PDI (2026-2030):

A PROTIC organiza suas ações em sete eixos estratégicos voltados ao fortalecimento da governança, modernização tecnológica e inovação institucional.

No campo da **Governança, Transparência e Sustentabilidade em TIC**, prioriza a elaboração e monitoramento do novo PDTIC alinhado ao PDI, a implantação de painéis de acompanhamento, a estruturação da governança de compras, o estímulo a fornecedores locais, a priorização de software livre, a gestão do ciclo de vida dos ativos e o descarte ecológico de equipamentos.

Em **Infraestrutura Tecnológica e Conectividade**, concentra esforços na modernização de laboratórios e ambientes didáticos, revitalização do Data Center, atualização do parque tecnológico, garantia de conectividade com base em SLAs, ampliação da cobertura de rede, gestão da virtualização e estruturação tecnológica de novos espaços acadêmicos.

Quanto ao **Desenvolvimento e Gestão de Sistemas**, busca consolidar o SUAP como sistema oficial de gestão acadêmica e administrativa, modernizar aplicações corporativas, integrar sistemas institucionais, aprimorar metodologias de desenvolvimento com foco em governança e segurança, além de otimizar serviços como o Google Workspace.

No eixo de **Cibersegurança e Proteção de Dados**, promove a adequação à LGPD, implementa o Programa de Privacidade e Segurança da Informação, institui políticas de segurança e regulamenta o videomonitoramento institucional.

Em **Tecnologias Educacionais**, prevê a reestruturação do AVA em arquitetura centralizada, capacitação docente e aquisição de ferramentas de produção de conteúdo didático.

Na área de Acessibilidade Digital e Suporte ao Usuário, assegura conformidade com padrões de acessibilidade, promove capacitações, consolida modelo de atendimento em múltiplos níveis e estrutura base de conhecimento institucional.

Por fim, no eixo de **Tecnologia para Bibliotecas**, mantém e moderniza sistemas de gestão bibliotecária e acervo eletrônico, atualiza equipamentos e repositório institucional, avalia adoção de RFID, reforça a segurança patrimonial e implanta sistema integrado de gestão dos laboratórios e ambientes de TIC.

De forma integrada, as ações da PROTIC visam fortalecer a governança digital, garantir segurança e eficiência operacional, promover inovação educacional e assegurar infraestrutura tecnológica sustentável e alinhada ao planejamento estratégico da UFT.

A PROTIC será a unidade gestora responsável por monitorar a execução e avaliar os resultados desta Política, utilizando indicadores de desempenho, relatórios periódicos e revisões anuais. O monitoramento será realizado com o suporte do Sistema Integrado de Gestão e Governança da UFT (NAUS), que permitirá o acompanhamento sistemático de todas as ações e metas de TIC e Comunicação. Serão utilizados painéis de *Business Intelligence* (BI) para acompanhar a execução financeira, o desempenho dos serviços, a segurança da informação, a conformidade com a LGPD e a satisfação do usuário. Os resultados alcançados serão divulgados anualmente no Relatório de Gestão Institucional da UFT, em observância aos princípios da transparência e da publicidade administrativa, e apresentados ao Comitê de Governança Digital e aos Conselhos Superiores.

8.6 Política de atendimento às exigências legais de segurança predial

A UFT, por meio da Prefeitura Universitária, adota como diretriz permanente a observância rigorosa das exigências legais, normativas e técnicas relacionadas à segurança predial, com ênfase nos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico, visando à proteção da vida, à integridade física da comunidade acadêmica e à preservação do patrimônio público.

No âmbito dessa política, a UFT estabelece como objetivo estratégico a regularização gradual e sistemática das edificações já existentes, mediante a adequação de seus sistemas de segurança contra incêndio e pânico e a consequente obtenção das licenças, autorizações e

certificados exigidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.

Paralelamente, a Universidade adota como princípio institucional que todas as novas edificações, bem como ampliações, reformas e intervenções relevantes em prédios existentes, sejam concebidas, projetadas e executadas desde sua origem em plena conformidade com as normas de segurança contra incêndio e pânico, condicionando a aprovação dos projetos, a execução das obras e o recebimento definitivo das edificações à prévia análise, aprovação e licenciamento pelos órgãos competentes.

Compete à Prefeitura Universitária coordenar, planejar, acompanhar e fiscalizar as ações relacionadas à segurança predial, incluindo a elaboração e atualização de projetos técnicos, a implementação de sistemas de prevenção e combate a incêndio, a execução de adequações físicas necessárias, bem como a articulação institucional junto ao Corpo de Bombeiros e demais órgãos de controle.

Essa política aplica-se a todas as unidades da UFT, abrangendo os cinco câmpus universitários e a Reitoria, e integra-se às demais políticas institucionais de infraestrutura, manutenção predial, acessibilidade e sustentabilidade, reforçando o compromisso da UFT com a segurança, a legalidade, a responsabilidade administrativa e a gestão eficiente do patrimônio público.

8.7 Plano de Dados Abertos (PDA)

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal define regras para disponibilização de dados abertos governamentais no âmbito do poder executivo federal. Ela é constituída por uma série de documentos normativos, de planejamento e de orientação. Os principais instrumentos que regulam a política são o Decreto n. 8.777, de 2016, o Decreto n. 9.903, de 2019 e a Resolução n. 3 do Comitê Gestor da Inda (CGINDA). O órgão responsável pela gestão e monitoramento da política é a Controladoria Geral da União, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos.

A UFT por meio da Portaria GAB/UFT nº 1.405, de 10 de novembro de 2022, atualizada pela Portaria GAB/UFT nº 1.037, de 8 de agosto de 2023, instituiu a comissão de estudos e implantação da Política de Dados Abertos na UFT, no intuito de desenvolver o Plano de Dados Abertos (PDA) da instituição, estabelecendo ações para a sua implementação

e a promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade em toda a sua estrutura, princípios e diretrizes dos normativos. O objetivo principal é realizar a abertura de dados acadêmicos e administrativos da UFT, ampliando a promoção da transparência ativa na instituição, de acordo com os princípios da publicidade e transparência na administração pública. A instituição realizou consulta pública para levantamento das bases de dados prioritárias e está em fase final de redação e atualização do PDA 2026-2028.

8.8 Plano de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

No contexto do fortalecimento da governança institucional e da proteção dos direitos fundamentais, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) reconhece a Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) — como marco regulatório para o tratamento de dados pessoais no Brasil. A legislação estabelece regras para a coleta, uso, armazenamento, compartilhamento e eliminação de dados pessoais, aplicáveis a instituições públicas e privadas, com o objetivo de assegurar a proteção da privacidade, da liberdade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

A LGPD orienta o tratamento de dados pessoais ao estabelecer princípios como finalidade específica, adequação, necessidade, transparência, segurança e prevenção de danos, além de garantir aos titulares maior controle sobre suas informações. No setor público, a norma reforça a execução das políticas institucionais em consonância com a proteção da privacidade e com a transparência administrativa, em articulação com a Lei de Acesso à Informação.

A abrangência da LGPD alcança qualquer operação de tratamento de dados realizada em território nacional, incluindo órgãos da administração pública e instituições educacionais. No contexto universitário, a legislação incide sobre atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, abrangendo dados pessoais comuns e sensíveis tratados em meios físicos ou digitais.

Nesse cenário, a UFT orienta-se pela necessidade de estruturação de diretrizes institucionais voltadas à proteção de dados pessoais, contemplando a definição de responsabilidades, a adoção de medidas de segurança da informação e a organização de processos que assegurem a conformidade legal. A governança em proteção de dados pressupõe a participação da alta administração, a designação de responsável pelo tratamento de dados pessoais e o envolvimento das áreas administrativas, acadêmicas e técnicas, considerando suas atribuições específicas no tratamento das informações institucionais.

De forma transversal, servidores, docentes, colaboradores e parceiros institucionais são considerados agentes fundamentais na observância das normas relacionadas à proteção de dados pessoais, contribuindo para o desenvolvimento de práticas institucionais alinhadas aos princípios da LGPD.

8.9 Plano de Negócios da Auditoria Interna

O Plano de Negócios da Unidade de Audin-UFT para o período de 2025 a 2030 é um instrumento de planejamento de médio a longo prazo que estabelece a estratégia e o direcionamento da Auditoria Interna da UFT para os próximos seis anos. O documento foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFT em outubro de 2025 e está alinhado às normas nacionais e internacionais de auditoria interna, às melhores práticas de governança e ao planejamento estratégico institucional da universidade.

O propósito fundamental do plano é fortalecer a atuação da Audin-UFT como unidade independente de avaliação e consultoria, aprimorando a governança, a gestão de riscos e os controles internos, contribuindo com o alcance dos objetivos institucionais da UFT e agregando valor às atividades acadêmicas, administrativas e de gestão. O plano apresenta um diagnóstico da realidade da unidade, a estratégia geral, os objetivos e resultados estratégicos esperados, bem como os indicadores de desempenho que orientarão o monitoramento ao longo do período.

Segundo o plano, missão da Audin-UFT é “gerar valor através do melhoramento da governança e dos controles internos da UFT, por meio da prestação de serviços de auditoria que contribuam com o alcance dos objetivos estratégicos”, definindo o papel central da unidade em apoiar a gestão institucional por meio de serviços de avaliação e consultoria.

A visão estabelecida para o período é “ser reconhecida como unidade técnica independente e estratégica para o desenvolvimento institucional, através da promoção da melhoria dos processos de governança e controles internos”, sinalizando a expectativa de reconhecimento institucional e externo pela qualidade e relevância de sua atuação.

Os valores que norteiam a atuação da Audin-UFT no período 2025-2030 incluem ética; zelo profissional; trabalho em equipe; governança pública; independência e objetividade; aperfeiçoamento constante; transparência.

Como objetivo geral para o período 2025-2030, o plano estabelece a implantação e consolidação da metodologia de avaliação de capacidade de auditoria interna (IA-CM) em nível compatível com padrões internacionais, com foco na qualidade e maturidade da atividade de auditoria, de forma a contribuir significativamente com a melhoria da gestão e controles internos da UFT. Os principais pontos de conteúdo do Plano são:

- Estrutura e propósito;
- Missão, visão e valores que orientam a atuação da Audin-UFT para 2025-2030;
- Diagnóstico institucional da unidade e do contexto organizacional;
- Estratégia geral para fortalecer a governança, gestão de riscos e controles internos;
- Análise situacional e diagnóstico;
- Matriz SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) da Audin-UFT;
- Avaliação do contexto institucional da UFT e da unidade de auditoria;
- Planejamento estratégico e tático;
- Objetivos estratégicos e iniciativas para o período 2025-2030;
- Indicadores estratégicos para monitorar o alcance de metas;
- Mapa estratégico da Audin-UFT e matriz 5W2H com ações planejadas.;

Os principais serviços de auditoria interna a serem executados pela Audin-UFT:

- * Prestação de serviços de avaliação relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos capazes de proteger e aumentar o valor organizacional;
- * Prestação de serviços de consultoria relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos capazes de proteger e aumentar o valor organizacional da UFT por meio da indicação de melhorias a serem implementadas;
- * Implantação e manutenção do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ), incluindo avaliações de desempenho e produção de informações gerenciais e ações de melhoria contínua dos processos de auditoria;
- * Elaboração de pareceres de auditoria interna sobre a prestação de contas anual da UFT, expressando opinião geral com base nos trabalhos de auditoria previstos e executados.
- * Diretrizes gerais para elaboração dos Planos Anuais de Auditoria Interna (PAINTs). Serviços de apoio e atividades administrativas relacionadas ao funcionamento da unidade (gestão interna, planejamento, execução e suporte).
- * Integração com o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da Audin.

Indicadores de desempenho e resultados esperados.

* Procedimentos e critérios para revisar o plano de negócios ao longo do período.

O Plano de Negócios da Audin UFT 2025-2030, se encontra disponível no link:
https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/-qu_IDrcRwurNu7jpyrA6Q/content/PLANO%20DE%20NEG%C3%93CIOS%20DA%20UNIDADE%20DE%20AUDITORIA%20INTERNA%202025-2030

8.10 Plano de Logística Sustentável (PLS)

A UFT, por meio da PROAD, reconhece a logística sustentável como instrumento estratégico de governança das contratações públicas. O PLS/UFT orienta a atuação institucional para assegurar a integração de práticas sustentáveis nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, promovendo o alinhamento das ações de contratação e logística aos objetivos estratégicos do PDI (2026-2030) e aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável.

O Plano de Logística Sustentável constitui instrumento central de planejamento e monitoramento das ações voltadas à sustentabilidade no âmbito administrativo da universidade. Por meio desse instrumento são estabelecidas metas e indicadores relacionados à racionalização do consumo de recursos, à melhoria da eficiência energética, à gestão de resíduos e à incorporação de critérios de sustentabilidade nos processos administrativos.

Entre as metas previstas destacam-se a redução do consumo de energia elétrica nas unidades administrativas, a ampliação da geração de energia renovável, a redução do volume de impressão administrativa, o monitoramento do consumo de água e a inclusão de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação pública.

O acompanhamento dessas metas ocorre por meio de indicadores institucionais e relatórios periódicos que permitem avaliar o avanço das ações implementadas e orientar processos de melhoria contínua na gestão ambiental da universidade.

O Plano fundamenta-se nos seguintes instrumentos legais e estratégicos:

- Constituição Federal de 1988, art. 225 – Defesa e preservação do meio ambiente;
- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 – Governança das Contratações na Administração Pública;

- Portaria SEGES/MGI nº 5.376/2023 – Modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável;
- Agenda 2030 da ONU – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT.
- A Política de Logística Sustentável da UFT pauta-se nos seguintes princípios:
- Defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;
- Promoção dos valores da sustentabilidade nas contratações;
- Incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável;
- Racionalização e consumo consciente de recursos;
- Inclusão social e acessibilidade;
- Transparência e integridade na gestão;
- Fomento aos negócios de impacto socioambiental;
- Eficiência energética e redução de emissões.

A execução do PLS observará as seguintes diretrizes:

1. Racionalização e Consumo Consciente – Promover a redução do consumo de recursos naturais, energia elétrica, água e materiais de expediente, incentivando a reutilização de bens e a adoção de documentos em formato digital.
2. Contratações Sustentáveis – Incorporar critérios de sustentabilidade ambiental, social e de governança (ESG) nos processos de aquisição de bens, contratação de serviços e execução de obras, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
3. Gestão de Resíduos e Impacto Ambiental – Priorizar a aquisição de produtos reciclados e recicláveis, assegurar a destinação adequada de resíduos sólidos e estimular práticas que minimizem o impacto ambiental das atividades institucionais.
4. Inclusão de Negócios de Impacto – Apoiar a participação de empreendimentos com objetivo de gerar impacto socioambiental positivo nas contratações públicas, incluindo a reserva de vagas para pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional e mulheres vítimas de violência doméstica.
5. Fomento à Inovação – Estimular a contratação de soluções inovadoras e o desenvolvimento de tecnologias que contribuam para a sustentabilidade institucional, incluindo startups e empresas juniores.
6. Acessibilidade Universal – Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência em todas as edificações e nos sítios eletrônicos institucionais.

A Política de Logística Sustentável da UFT está alinhada ao planejamento institucional e norteia a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), dos estudos técnicos preliminares, dos anteprojetos, dos projetos básicos e termos de referência das contratações.

Para alcançar os objetivos institucionais, as metas, ações e indicadores são monitorados com suporte do Sistema Integrado de Gestão e Governança da UFT (NAUS), no PAT de cada unidade gestora. Esta integração assegura que as práticas de logística sustentável estejam vinculadas aos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI (2026-2030).

Desde a criação da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, a UFT implementou as seguintes ações de destaque:

1. Consolidação do Plano Diretor de Logística Sustentável, atualizado pela Resolução nº 137/2025;
2. Realização de inventários gerais anuais de bens móveis, com processos de desfazimento via sistema Reuse.gov;
3. Redução significativa do consumo de energia elétrica e expansão da geração de energia fotovoltaica;
4. Implementação de práticas de destinação adequada de veículos classificados como antieconômicos;
5. Adoção de critérios de sustentabilidade nos processos de contratação de serviços continuados.

Em consonância com a missão, visão e valores institucionais, a UFT definiu as seguintes ações estratégicas principais para o período 2025–2027:

- Divulgar bens ociosos para reaproveitamento institucional;
- Monitorar o consumo individualizado de energia elétrica nas unidades;
- Atualizar o potencial fotovoltaico da instituição;
- Incentivar o consumo consciente e a adoção de documentos em formato digital;
- Implantar sistema de automação para monitorar o abastecimento de água na UFT;
- Exigir dos fornecedores a realização de ações de capacitação em práticas sustentáveis para os trabalhadores terceirizados;
- Capacitar os agentes de contratação sobre os critérios de sustentabilidade nos editais;
- Realizar ações educativas sobre a inclusão de critérios de sustentabilidade nos termos de referência;

- Mapear os espaços físicos nas unidades com necessidade de adequações para acessibilidade;
- Requalificar os laboratórios em instalações multifuncionais;
- Orientar as unidades demandantes sobre o descarte correto e exigir dos fornecedores o recolhimento de lâmpadas e materiais afins inservíveis;
- Substituir parte da frota por veículos elétricos e alienar veículos antieconômicos;
- Desenvolver solução web para otimizar a gestão da frota de veículos;
- Capacitar os agentes de contratação e fiscais de contratos sobre inovação nas contratações;
- Disponibilizar os bens inservíveis passíveis de doação;
- Adotar nas aquisições de computadores o modelo PCaaS (PC como Serviço);
- Garantir percentual mínimo nas contratações de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e egressas do sistema prisional.

A PROAD é a unidade gestora responsável por monitorar a execução e avaliar os resultados desta Política, mediante indicadores de desempenho, relatórios periódicos e revisões anuais do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), conforme também destacado no item 8.3 deste PDI. Na fase de monitoramento, as unidades gestoras responsáveis pelas metas vinculadas aos objetivos do plano devem informar os resultados alcançados no sistema NAUS, incluindo percentuais de cumprimento, resultados dos indicadores e outras evidências relevantes. As metas e resultados alcançados serão divulgados no Relatório de Gestão Institucional da UFT. Esta Política, em vigor na UFT, terá validade vinculada ao ciclo do PDI (2026-2030), com primeira revisão programada para março de 2026, podendo ser atualizada mediante proposta da PROAD, aprovada pelos órgãos colegiados competentes.

9. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CURSOS

A UFT, em conformidade com sua missão institucional, com as diretrizes estabelecidas no Capítulo 4 – Organização Acadêmica deste PDI (2026-2030) e com a legislação vigente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece neste capítulo o planejamento de implantação, consolidação, reestruturação e eventual extinção de cursos de graduação para o período de 2026 a 2030. O planejamento ora apresentado observa:

- I – a articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- II – o compromisso com o desenvolvimento regional do Estado do Tocantins;
- III – os indicadores de qualidade acadêmica definidos pelo INEP/MEC;
- IV – a sustentabilidade acadêmica, administrativa e orçamentária;
- V – as políticas nacionais de formação docente e inovação tecnológica.

9.1 Situação Atual da Oferta de Cursos de Graduação

Na data de referência deste PDI, a UFT mantém oferta multicampi nos municípios de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional, contemplando cursos de bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia, além de ofertas específicas vinculadas a programas nacionais.

A organização da oferta acadêmica observa:

- Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) atualizados;
- Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) formalmente instituídos;
- Colegiados de curso em funcionamento;
- Infraestrutura física e tecnológica compatível;
- Corpo docente qualificado, com predominância de mestres e doutores.

A manutenção e o desenvolvimento dos cursos existentes serão acompanhados por indicadores institucionais de desempenho acadêmico, taxa de ocupação de vagas, permanência, evasão, conclusão e resultados obtidos nos processos avaliativos externos.

É importante destacar que a UFT realizará o processo de consolidação dos cursos existentes, articulando a proposta de Universidade, estratégias e criação de pelo menos um curso por câmpus, dentro do Projeto de universidades Inovadoras e/ou Inclusivas do Ministério da Educação. A descrição da situação atual dos cursos de graduação da UFT é apresentada no Quadro 8.

Quadro 8 – Descrição da situação atual dos cursos de graduação.

A UFT irá realizar o processo de consolidação dos cursos existentes – articulado a Proposta de Universidades Estratégias e criação de pelo menos um curso por Câmpus dentro do Projeto de Universidades Inovadoras e/ou Universidades Inclusivas do Ministério da Educação (MEC).

CAMPUS	CURSOS DE GRADUAÇÃO
ARRAIAS	Direito (Bacharelado) Matemática (Licenciatura) Pedagogia (Licenciatura) Turismo Patrimonial e Socioambiental (Tecnológico) Educação do Campo (Licenciatura) Educação Escolar Quilombola (Licenciatura) – PARFOR** <i>Novo(s) Curso(s) *</i>
GURUPI	Agroindústria (Tecnológico) Agronomia (Bacharelado) Biotecnologia (Bacharelado) Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Bacharelado) Engenharia Florestal (Bacharelado) Medicina Veterinária (Bacharelado) Química (Licenciatura) <i>Novo(s) Curso(s) *</i>
MIRACEMA	Educação Física (Licenciatura) Pedagogia (Licenciatura) Psicologia (Bacharelado) Serviço Social (Bacharelado) Pedagogia Intercultural Indígena (Licenciatura) Pedagogia da Terra (Licenciatura) – PRONERA <i>Novo(s) Curso(s) *</i>
PALMAS	Administração (Bacharelado) Arquitetura e Urbanismo (Bacharelado) Ciência da Computação (Bacharelado) Ciências Contábeis (Bacharelado) Ciências Econômicas (Bacharelado) Direito (Bacharelado) Enfermagem ((Bacharelado)) Engenharia Ambiental (Bacharelado) Engenharia Civil (Bacharelado) Engenharia de Alimentos (Bacharelado) Engenharia Elétrica (Bacharelado) Filosofia (Licenciatura) Interdisciplinar em Inteligência Artificial (Bacharelado) Jornalismo (Bacharelado) Medicina (Bacharelado) Nutrição (Bacharelado) Pedagogia (Licenciatura) Teatro (Licenciatura) Educação Bilíngue de Surdos (Segunda Licenciatura) - PARFOR **

	Intercultural Indígena – PARFOR** <i>Novo(s) Curso(s) *</i>
PORTO NACIONAL	Ciências Biológicas (Bacharelado) Ciências Biológicas (Licenciatura) Ciências Sociais (Bacharelado) Geografia (Bacharelado) Geografia (Licenciatura) História (Licenciatura) Letras - Libras (Licenciatura) Letras – ABI (Língua Inglesa e Literaturas ou Língua Portuguesa e Literaturas) Relações Internacionais (Bacharelado) Letras - Libras (Licenciatura) – PARFOR* <i>Novo(s) Curso(s) *</i>
EaD/UAB	Administração Pública (Bacharelado) Ead/UAB Biologia (Licenciatura) Ead/UAB Computação (Licenciatura) Ead/UAB Curso de Física (Licenciatura) Ead/UAB Gestão de Cooperativas (Tecnólogo)) Ead/UAB Matemática (Licenciatura) Ead/UAB Música (Licenciatura) Ead/UAB Química (Licenciatura) Ead/UAB

Nota: *os novos cursos deverão ser definidos a partir das diretrizes dos Programas: Universidades inovadoras, Universidades estratégicas e/ou Universidade Inclusivas do Ministério da Educação – MEC. ** Cursos PARFOR são gerenciados pela PROGRAD.

Fonte: Elaborado pela PROGRAD/UFT, (2025).

Na Tabela 9 os cursos de graduação oferecidos nos Câmpus, bem como sua situação Legal, período de duração, quantitativo de vaga e o último conceito. No Anexo III deste PDI encontra-se a Tabela com descrição completa dos cursos e número de vagas.

Quadro 9 - Cursos de Graduação Oferecidos por Câmpus.

CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE ARRAIAS							
CAMPUS	CURSO	GRAU	DURAÇÃO	TURNO	QTD DE VAGAS (ATUAL)	SITUAÇÃO LEGAL	ÚLTIMO CONCEITO
ARRAIAS	DIREITO	Bacharelado	10 semestres	Noturno	80 (quantidade e-mec)	Reconhecimento de Curso Portaria nº815; Data do documento:29/10/2025; Data de publicação: 30/10/2025	Enade: sem nota;CPC:Não tem nota CC: 4 (2025) IDD: Não tem nota.

ARRAIAS	Educação Do Campo: Códigos E Linguagem - Artes Visuais E Música	Licenciatura	8 semestres	Integral	120 quantidade e-mec)	Reconhecimento de Curso Portaria nº575 de 18/12/2019.	Enade: sem nota; CPC: Não tem nota; CC: 05(2019); IDD: sem nota.
ARRAIAS	Educação Escolar Quilombola - Parfor	Licenciatura	8 semestres	Integral	30 quantidade e-mec)	Resolução nº118; Data do documento: 29/05/2024; Data de publicação: 29/05/2024	Sem nota. Curso: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA - PARFOR
ARRAIAS	Matemática	Licenciatura	8 semestres	M / e atutino / Noturno / Integral	80 quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação 28/12/2018	Enade: 2 (2021); CPC: 3 (2021); CC: Sem nota; IDD: 3 (2021)
ARRAIAS	Pedagogia	Licenciatura	9 semestres	M / e atutino / Noturno / Integral	80 quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação 28/12/2018	Enade:2 (2021) CPC: 04 (2021) ; CC: sem nota; IDD: 03 (2021)
ARRAIAS	Turismo Patrimonial e socioambiental	Tecnológico	6 semestres	Noturno	40 (quant. e-mec)	Portaria n.º 1.339, de 15/12/2017 - DOU de 18/12/2017 S.1 p. 69	CC: 4 (2023)
CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE GURUPI							
CAMPUS	CURSO	GRAU	DURAÇÃO	TURNO	QTD DE VAGAS (ATUAL)	SITUAÇÃO LEGAL	ÚLTIMO CONCEITO
GURUPI	AGROINDÚSTRIA	Tecnólogo	6 semestres	Noturno	40 (quantidade e-mec)	Resolução nº. 80-2023 - PPC de Tecnologia em Agroindústria, Campus de Gurupi - Consepe-UFT	-----
GURUPI	AGRONOMIA	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Portaria MEC nº1, de 06/01/2012 Renovação de Reconhecimento de CursoPortaria	Enade: 3 (2023) CPC: 04 (2023) ; CC: Não tem nota nota nota; IDD: 03

						nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	(2023) Curso: AGRONOMIA
GURUPI	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação: 28/12/2018	Enade:2 (2017); CPC: 04 (2017) ; CC: 03 (2014); IDD: 03 (2017)
GURUPI	ENGENHARIA FLORESTAL	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	Enade: 4 (2023) CPC: 4(2023); CC: 3 (2012); IDD: 5 (2023)
GURUPI	MEDICINA VETERINÁRIA	Bacharelado	10 semestres	Integral	40 (quantidade e-mec)	Criação de Curso Presencial Resolução nº 81; Data do documento: 24/06/2024; Data de publicação: 24/06/2024	Sem nota
GURUPI	QUÍMICA	Licenciatura	8 semestres	Noturno	40 (quantidade e-mec)	Criação de Curso Presencial Resolução nº 82; Data do documento: 12/12/2022; Data de publicação 22/06/2023	Sem nota
GURUPI	QUÍMICA AMBIENTAL	Bacharelado	9 semestres	Integral	0 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação: 28/12/2018	Enade: 1 (2017) CPC: 3(2017); CC: 03 (2014); IDD: 1 (2017) Curso: QUÍMICA AMBIENTAL
CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE MIRACEMA							
CAMPUS	CURSO	GRAU	DURAÇÃO	TURNO	QTD DE VAGAS (ATUAL)	SITUAÇÃO LEGAL	ÚLTIMO CONCEITO
MIRACEMA	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	8 semestres	Integral	50 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria	Enade: 4 (2021) CPC: 4 (2021); CC 4(2020);

						nº 151, Data do documento: 21/06/2023; Data de publicação: 23/06/2023	IDD: 4 (2021). Curso: EDUCAÇÃO FÍSICA
MIRACEMA	PEDAGOGIA	Licenciatura	9 semestres	Matutino/Noturno e Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação 28/12/2018	Enade: 3(2021) CPC: 4 (2021); CC: Não tem nota; IDD: 03 (2021)
MIRACEMA	PEDAGOGIA DA TERRA (PRONERA)	Licenciatura	8 semestres	Integral	50 vagas	Resolução nº 145, de 22 de maio de 2025 - CONSUNI - UFT.	-----
MIRACEMA	PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA	Licenciatura	8 semestres	Integral	90 vagas	Resolução nº 144, de 22 de maio de 2025 - CONSUNI - UFT.	-----
MIRACEMA	PSICOLOGIA	Bacharelado	10 semestres	Vespertino	50 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 4 (2022) CPC: 04 (2022) ; CC: 5 (2019); IDD: 4 (2022)
MIRACEMA	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	9 semestres	Matutino/Noturno e Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso. Portaria nº 209. Data do documento: 25/06/2020; Data de publicação: 07/07/2020	Enade: 3 (2022) CPC: 4(2022); CC: 04 (2011); IDD: 4 (2022);
CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE PALMAS							
CAMPUS	CURSO	GRAU	DURAÇÃO	TURNOS	QTD DE VAGAS (ATUAL)	SITUAÇÃO LEGAL	ÚLTIMO CONCEITO
PALMAS	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	8 semestres	matutino / noturno	80 (quantidade e-mec)	Portaria MEC nº1, de 06/01/2012	Enade: 4 (2022) CPC: 4 (2022); CC: Não tem nota; IDD 04 (2022) Curso: ADMINISTRAÇÃO
PALMAS	ARQUITETURA E URBANISMO	Bacharelado	10 semestres	Integral	50 (quantidade	Renovação de Reconhecimento	Enade: 4 (2023); CPC:04

					e-mec)	de Curso Portaria n° 110; Data do documento: 04/02/2021; Data de publicação: 05/02/2021	(2023); CC: Não tem nota; IDD: 04 Curso: ARQUITETUR A E URBANISMO
PALMAS	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Bacharelado	8 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria n° 918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação: 28/12/2018	Enade:03 (2021) CPC: 04 (2021); CC: Não tem nota; IDD: 03 (2021)Curso: CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
PALMAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	8 semestres	vespertino / Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de CursoPortaria n°387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 3(2022) CPC: 3 (2022); CC: Não tem nota; IDD: 2 (2022) Curso: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PALMAS	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	9 semestres	Matutino / Noturno e vespertino	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de CursoPortaria n° 387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 3 (2022) CPC: 03 (2022); CC: 04(2005); IDD 3 (2022)
PALMAS	DIREITO	Bacharelado	10 semestres	Matutino / Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de CursoPortaria n°387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 4 (2022) CPC: 04(2021); CC: Não tem nota; IDD: 04 (2022)
PALMAS	EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	Licenciatura	2 semestres	Integral	40 (quantidade e-mec)	Criação de Curso Presencial Resolução n° 117 ; Data do documento: 29/05/2024 Data de publicação: 29/05/2024	Sem nota
PALMAS	ENFERMAGEM	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria n° 20; Data do documento: 02/02/2026; Data	Enade: 04 (2023) CPC 04(2023); CC 03 (2012); IDD: 03 (2023)

						de publicação: 12/02/2026	
PALMAS	ENGENHARIA AMBIENTAL	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	Enade: 3(2023) CPC: 4 (2023), CC: 05 (2005); IDD 5 (2023)
PALMAS	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	Enade: 3(2023) CPC: 3 (2023); CC: 4 (2012);IDD: 03 (2023)
PALMAS	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	10 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	Enade: 03 (2023) CPC 04 (2023); CC: 04 (2018) IDD 3 (2023):
PALMAS	FILOSOFIA	Licenciatura	8 semestres	Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria nº 151, Data do documento: 21/06/2023; Data de publicação: 23/06/2023	Enade: 2(2021); CPC: 04(2021); CC: 4 (2012); IDD: 3 (2021)
PALMAS	INTERDISCIPLINAR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Bacharelado	8 semestres	Noturno	80 vagas (quantidade e-mec)	Certidão Ad Referendum nº 308/2025 CONSUNI	----
PALMAS	JORNALISMO	Licenciatura	8 semestres	Matutino / Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de CursoPortaria nº387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 3 (2022) CPC: 04(2022); CC: 3 (2005); IDD 4 (2022)
PALMAS	LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA	Licenciatura	8 semestres	Integral	40 (quantidade e-mec)	Resolução nº 116; Data do documento: 29/05/2024 ;Data de publicação: 29/05/2024	Sem nota
PALMAS	MEDICINA	Bacharelado	12 semestres	Integral	100 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento	Enade: 4 (2025) CPC: 03

					e-mec))	de Curso, Portaria nº 200 de 09/03/2021. Data do documento: 09/03/2021; Data de publicação: 12/03/2021	(2023); CC: 4 (2018); IDD: 4 (2016)
PALMAS	NUTRIÇÃO	Bacharelado	8 semestres	Integral	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 20; Data do documento: 02/02/2026; Data de publicação: 12/02/2026	Enade: 4 (2023) CPC: 4 (2023); CC: 3 (2012); IDD: 3 (2023)
PALMAS	PEDAGOGIA	Licenciatura	9 semestres	Integral Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria nº 113 de 27/03/2024.	Enade: 3 (2021) CPC: 3 (2021); CC: 5 (2023); IDD: 02 (2021)
PALMAS	TEATRO	Licenciatura	8 semestres	Noturno	80 (quantidade e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso. Portaria nº 201 de 21/05/2024. Data do documento: 21/05/2024; Data de publicação: 22/05/2024	Enade: Não tem nota CPC: Não tem nota; CC: 5 (2023); IDD: sem nota;
CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS NO CAMPUS DE PORTO NACIONAL							
CAMPUS	CURSO	GRAU	DURAÇÃO	TURNO	QTD. DE VAGAS (ATUAL)	SITUAÇÃO LEGAL	ULTIMO CONCEITO
PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Bacharelado	8 semestres	Matutino/Integral	40 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº918. Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação 28/12/2018	Enade: 4 (2021) CPC:4 (2021); CC: Não tem nota; IDD: 4 (2021) Curso: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	8 semestres	Matutino/Integral	40 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 918. Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação 28/12/2018	Enade: 2 (2021) CPC 04 (2021); CC: Não tem nota; IDD: 3 (2021);: Curso: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	8 semestres	Noturno	80 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria	Enade:

						nº 151, Data do documento: 21/06/2023; Data de publicação: 23/06/2023	2 (2021) CPC:4 (2021);CC: 4 (2019);IDD: 4 (2021) Curso: CIÊNCIAS SOCIAIS
PORTO NACIONAL	GEOGRAFIA	Licenciatura	8 semestres	Integral/Matutino/Vespertino/Noturno	40 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria nº 151, Data do documento: 21/06/2023; Data de publicação: 23/06/2023	Enade: 2 (2021) CPC 3 (2021); CC: 3 (2007); IDD: 2 (2021); Curso:
PORTO NACIONAL	GEOGRAFIA	Bacharelado	8 semestres	Integral/Matutino	40 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação: 28/12/2018	Enade: 2(2021) CPC: 4 (2021); CC: Não tem nota; IDD: 5 (2021) Curso: GEOGRAFIA
PORTO NACIONAL	HISTÓRIA	Licenciatura	8 semestres	Integral/Matutino/Vespertino/Noturno	80 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº 918 Data do documento: 27/12/2018; Data de publicação: 28/12/2018	Enade: 2(2021) CPC :4(2021); CC: Não tem nota; IDD: 4 (2021) Curso: HISTÓRIA
PORTO NACIONAL	LETRAS - LIBRAS	Licenciatura	8 semestres	Matutino/Integral	30 (valor retirado do e-mec)	Reconhecimento de Curso. Portaria nº 856 de 10/08/2021. Data do documento: 10/08/2021; Data de publicação: 13/08/2021	Enade: Não tem nota; CPC: Não tem nota; CC: 4(2019); IDD: Não tem nota. Curso: LETRAS - LIBRAS
PORTO NACIONAL	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	8 semestres	Matutino/Nortuno	80 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 151, de 21 de junho de 2023. DOU nº 118, de 23/06/2023, S.1, p. 39	Enade: 2 (2021) CPC: 3 (2021); CC: 4 (2014); IDD: 2 (2021)
PORTO NACIONAL	LETRAS - LÍNGUA INGLESA	Licenciatura	8 semestres	Matutino/Nortuno	80 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 151, de 21 de	Enade: 3 (2021) CPC: 4 (2021); CC: 4 (2023); IDD: 5 (2021)

						junho de 2023. DOU nº 118, de 23/06/2023, S.1, p. 39	
PORTO NACIONAL	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Bacharelado	8 semestres	Matutino/Vespertino	50 (valor retirado do e-mec)	Renovação de Reconhecimento de Curso Portaria nº387; Data do documento: 13/08/2024; Data de publicação: 14/08/2024	Enade: 3 (2022) CPC: 4 (2022); CC: 4 (2020); IDD: 4 (2022.) Curso: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fonte: Elaborado pela PROGRAD/UFT, (2026).

9.2 Cursos em Processo de Extinção

Encontra-se formalizado, no âmbito da política de racionalização e reestruturação acadêmica, o processo de extinção do seguinte curso:

- **Curso de Química Ambiental (Bacharelado) – Campus Gurupi.**

O processo de extinção observará rigorosamente:

- I – a garantia de integralização curricular aos estudantes regularmente matriculados;
- II – a manutenção das condições acadêmicas e estruturais até a conclusão da última turma;
- III – o planejamento de redistribuição de carga horária docente;
- IV – a adequação progressiva da matriz de vagas nos editais de ingresso.

O encerramento definitivo ocorrerá após a colação de grau da última turma ativa.

9.3 Cursos Novos com previsão de Implantação no Período do PDI (2026-2030)

No contexto da política de consolidação dos cursos existentes articulada a expansão qualificada e inovação tecnológica, a Universidade prevê a criação de pelo menos um curso por Câmpus observadas as diretrizes no âmbito dos Programas: Universidades Inovadoras; Universidades Estratégicas e/ou Universidades Inclusivas (MEC).

A implantação observará as seguintes etapas:

- I – aprovação institucional e tramitação regulatória junto ao MEC;
- II – estruturação e atualização dos PPCs;
- III – constituição de NDE e colegiado;

IV – adequação de laboratórios e ambientes acadêmicos;

V – provimento de pessoal docente e técnico-administrativo.

9.4 Cursos Vinculados ao PARFOR

Durante a vigência do PDI (2026-2030), permanecerão ativas as ofertas vinculadas ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), condicionadas à pactuação anual com a CAPES:

- Licenciatura em Educação Escolar Quilombola – Campus Arraias;
- Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos – Campus Palmas;
- Licenciatura Intercultural Indígena – Campus Palmas;
- Licenciatura em Letras – Libras – Campus Porto Nacional.

A continuidade das ofertas dependerá da demanda apresentada pelas redes públicas de ensino e da disponibilidade orçamentária específica.

9.5 Demonstrativo de Capacidade de Atendimento

A capacidade institucional para oferta e ampliação de cursos está fundamentada na análise integrada de infraestrutura física instalada, quadro docente efetivo e projetado, corpo técnico-administrativo, capacidade laboratorial e sustentabilidade orçamentária.

A abertura de novos cursos está condicionada à comprovação de relação adequada aluno/docente, disponibilidade ambientes especializados, compatibilidade com o Plano de Expansão Docente e previsão orçamentária.

A expansão acadêmica observa critérios de proporcionalidade e equilíbrio institucional, garantindo qualidade acadêmica e sustentabilidade operacional.

9.6 Cronograma de Implantação e Consolidação (2026–2030)

O desenvolvimento da graduação no período do PDI (2026-2030) será organizado em três fases estruturantes:

I - Fase de Implantação: Ingresso das primeiras turmas dos cursos novos; Estruturação e consolidação da infraestrutura acadêmica; Monitoramento da taxa de ocupação de vagas; Acompanhamento pedagógico inicial.

II - Fase de Consolidação: Avaliação interna dos cursos implantados; Ajustes curriculares, quando necessários; Solicitação de reconhecimento junto ao MEC; Monitoramento de indicadores de permanência, evasão e desempenho.

III - Fase de Avaliação e Ajustes Estratégicos: Avaliação institucional integrada dos resultados; Análise de sustentabilidade acadêmica; Redimensionamento ou ampliação de vagas, quando pertinente; Proposição de novas ofertas estratégicas.

As Diretrizes Estratégicas para o Desenvolvimento da Graduação são:

I – Expansão responsável e sustentável da oferta;

II – Consolidação da qualidade acadêmica;

III – Fortalecimento do modelo multicampi;

IV – Ampliação da oferta em áreas estratégicas de tecnologia e inovação;

V – Consolidação da política institucional de formação docente;

VI – Integração entre graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

O presente cronograma será monitorado anualmente pela Pró-Reitoria de Graduação, com apresentação de relatórios de acompanhamento ao Conselho Universitário, assegurando a aderência às metas estabelecidas neste PDI (2026-2030).

9.7 Demonstrativo de Capacidade de Atendimento

A capacidade institucional para oferta e ampliação de cursos está fundamentada na análise integrada de infraestrutura física instalada, quadro docente efetivo e projetado, corpo técnico-administrativo, capacidade laboratorial e sustentabilidade orçamentária.

A abertura de novos cursos está condicionada à comprovação de relação adequada aluno/docente, disponibilidade de laboratórios e ambientes especializados, compatibilidade com o Plano de Expansão Docente e previsão orçamentária.

A expansão acadêmica observa critérios de proporcionalidade e equilíbrio institucional, garantindo qualidade acadêmica e sustentabilidade operacional.

10 PERFIL DO CORPO DOCENTE

10.1 Plano de carreira

O Plano de Carreira do corpo docente da UFT está definido pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior. E no âmbito interno, foi editada a Resolução CONSUNI nº 23, de 10 de dezembro de 2015 que dispõe sobre as normas para a Avaliação de Desempenho de Docente da UFT no Estágio Probatório e para fins de Progressão e Promoção na Carreira.

O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observadas as disposições desta Lei (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013).

A Carreira de Magistério Superior é estruturada nas classes A, B, C e D e respectivos níveis de vencimento, na forma do Anexo I (alterado pela MP n. 1.286/2024).

O ingresso na Carreira de Magistério Superior ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013). O Quadro 10 deixa claro a divisão de categorias da carreira do magistério superior.

Quadro 10 - Carreira de Magistério Superior.

SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025			
NÍVEL	DENOMINAÇÃO	CLASSE	CARREIRA
1	TITULAR	D	Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal
4	ASSOCIADO	C	
3			
2			
1			
4	ADJUNTO	B	
3			
2			
1			
1	ASSISTENTE	A	

Fonte: Lei nº 12.863, (2013).

O concurso exigirá, como requisito de ingresso, o título de doutor na área correspondente e será realizado em etapas, conforme disposto no edital de abertura do certame. A Universidade poderá, mediante previsão no edital, dispensar a exigência do título de doutor, substituindo-o pelo título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação,

nos casos de provimento para áreas do conhecimento ou localidades que apresentem grave carência de profissionais com titulação acadêmica de doutor, mediante decisão devidamente fundamentada de seu Conselho Universitário.

As classes da Carreira de Magistério Superior receberão as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

I - Classe A, com a denominação de Professor Assistente;

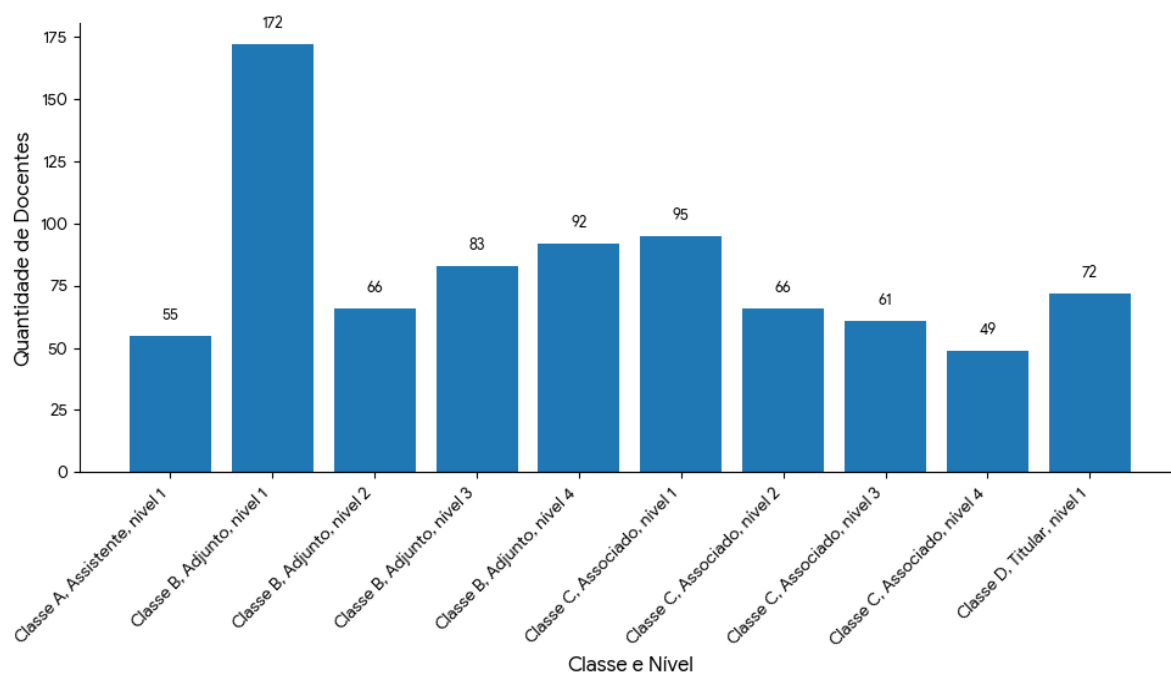
II - Classe B, com a denominação de Professor Adjunto;

III - Classe C, com a denominação de Professor Associado; e

IV - Classe D, com a denominação de Professor Titular. (alterado pela MP n. 1.286/2024).

Abaixo, a Figura 22 demonstra a composição do perfil do corpo docente da UFT:

Figura 22 - Composição - Perfil do Corpo Docente



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP, (2025).

A Figura apresenta a distribuição de docentes por classe e nível da carreira, revelando padrões importantes para o planejamento acadêmico e de pessoal. Observa-se uma forte concentração de professores na Classe B (Adjunto), especialmente no Nível 1, que reúne 172 docentes, configurando o maior grupo da instituição. Esse cenário indica que grande parte do corpo docente encontra-se em estágios intermediários da carreira.

A Classe C (Associado) apresenta uma distribuição mais equilibrada entre seus níveis, variando de 49 a 95 docentes. Essa distribuição sugere estabilidade na carreira, com presença relevante tanto de docentes recém-promovidos quanto daqueles em estágios mais avançados.

A Classe A (Assistente) possui apenas 55 docentes, número relativamente baixo quando comparado às demais classes. Essa baixa representatividade indica o ritmo reduzido de ingresso de novos professores.

Por fim, a Classe D (Titular) conta com 72 docentes, número compatível com o topo da carreira, que naturalmente apresenta menor concentração.

De forma geral, o gráfico evidencia uma estrutura docente que combina estabilidade nas classes intermediárias e avançadas com possível necessidade de renovação na base da carreira.

10.2 Plano de Desenvolvimento dos Docentes

O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. Sendo, a progressão a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. A progressão na Carreira de Magistério Superior ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos e observará, cumulativamente:

I - o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II - aprovação em avaliação de desempenho.

São critérios da promoção:

I - para a Classe B, com denominação de Professor Adjunto, cumprido o interstício mínimo de trinta e seis meses no último nível da classe anterior e a aprovação em processo de avaliação de desempenho;

II - para a Classe C, com a denominação de Professor Associado, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior, aprovação em processo de avaliação de desempenho e a obtenção do título de doutor; e

III - para a Classe D, com a denominação de Professor Titular, cumprido o interstício mínimo de vinte e quatro meses no último nível da classe anterior e as seguintes condições:

a) possuir o título de doutor;

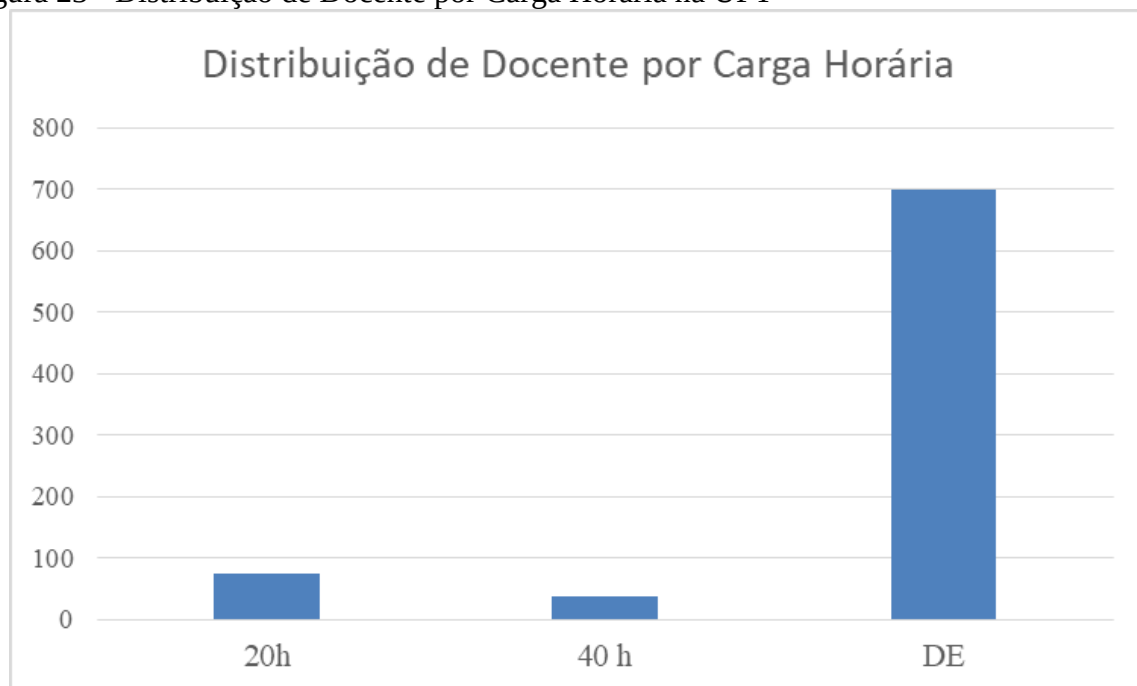
- b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e
- c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita. (alterado pela MP n. 1.286/2024)

As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação, e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

O processo de avaliação para acesso à Classe E, com denominação de Titular, será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE.

A Figura 23 apresenta a distribuição dos docentes de acordo com sua carga horária semanal, permitindo visualizar como o corpo docente está organizado em termos de regime de trabalho. Essa informação é fundamental para compreender a disponibilidade acadêmica da instituição, o impacto dos diferentes regimes na oferta de disciplinas, na produção científica e na dedicação às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Figura 23 - Distribuição de Docente por Carga Horária na UFT



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP, (2025).

A análise evidencia uma predominância marcante do regime de Dedicação Exclusiva (DE), que concentra a maior parte dos docentes, os regimes de 20 horas e 40 horas apresentam números significativamente menores, indicando que a instituição opera majoritariamente com professores em dedicação integral. Essa configuração reforça o perfil acadêmico da universidade, favorecendo o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a orientação de estudantes e a consolidação de programas de pós-graduação, ao mesmo tempo em que destaca a importância estratégica da manutenção e valorização desse regime de trabalho.

10.3 Critérios de seleção e contratação

A contratação de docentes efetivos e substitutos dar-se-á mediante processo seletivo. O processo seletivo para a contratação de professores efetivos, em regime de Dedicação Exclusiva (DE), ou 20 horas, inicia com a autorização concedida pelo Ministério da Gestão e Inovação para a realização de concursos públicos com as normas estabelecidas em um edital, de modo que os candidatos concorram a um determinado número vagas e são selecionados, posteriormente assumem esses cargos de acordo com suas competências.

A UFT instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência.

10.3.1 Critérios de Seleção e Contratação Professor Substituto e Professor Convidado

A Lei 8745/93 dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União.

Cada contrato é celebrado para suprir demandas específicas. Admitem-se prorrogações dos contratos, desde que não seja excedida a vigência de 24 (vinte e quatro) meses de contrato.

Ainda sobre a vigência contratual, esta deve estar de acordo com o período de licença ou afastamento do professor efetivo, não podendo ultrapassá-lo.

A contratação dos Professores Substitutos pode ser no regime de trabalho de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas, a critério e interesse da Administração, limitado ao regime de trabalho do Professor Titular da vaga efetiva e sua respectiva remuneração (Vencimento Básico e Retribuição por Titulação-RT).

Ao contratado como Substituto aplica-se o disposto na Lei nº 8.647/93, vinculando-o ao Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Assim, o tempo de serviço prestado será contado para todos os efeitos como de tempo de contribuição ao INSS.

Aplica-se igualmente aos professores substitutos o disposto na Lei nº 8.112/1990, que veda ao servidor público a participação como sócio-administrador ou gestor de empresa privada, sendo permitida apenas a participação na condição de acionista, cotista ou comanditário, desde que não exerça funções de gestão ou administração. No caso de registro como Microempreendedor Individual (MEI), é necessária a regularização mediante a baixa do cadastro.

A UFT instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência.

O processo de admissão de professor convidado para prestação de serviços voluntários no âmbito da UFT seguirá o preconizado na Resolução Consepe nº 11/2011, tendo início com a manifestação de interesse do professor convidado, no colegiado do curso, em desempenhar atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFT e caso haja aprovação dos docentes do colegiado, o interessado deve providenciar a entrega na Unidade de Gestão de Pessoas do campus dos documentos necessários para que possa exercer as atividades de docente.

10.4 Formação continuada docente

A Formação continuada docente é um processo educativo relacionado à educação profissional, científica e tecnológica, vinculado a políticas educacionais, que visa a atender demandas de desenvolvimento pessoal, profissional e social, após a formação inicial,

estimulando a construção permanente de novos saberes e práticas profissionais pelo indivíduo, por meio de atividades formativas, cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e/ou doutorado, oferecidos por instituições de educação.

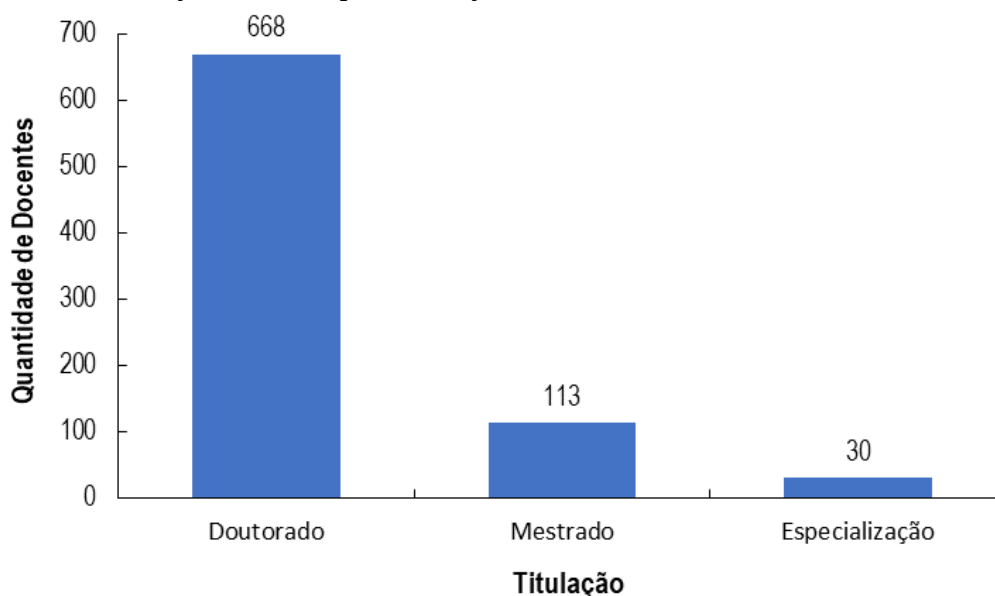
A formação será desenvolvida pela PROGEDEP, por meio do Programa de Formação (PROFOR), projeto que visa contextualizar, renovar saberes e a possibilidade de construir novas experiências que sejam significativas ao corpo técnico e docentes.

O Programa de Formação Continuada do Docente será definido em parceria das Pró-reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação, contará com métodos e estilos oriundos do ensino híbrido utilizando métodos remotos (síncronos e não síncronos) e presenciais. Objetivando a construção de conhecimento e estímulo para visualizar novos comportamentos com o intuito de gerar formas de visualização e compreensão dos processos de aprendizagens na contemporaneidade.

As temáticas, as atividades e as mediações pedagógicas serão desenvolvidas pelos professores do curso, as quais serão elaboradas com base na realidade cultural e de apropriação tecnológica dos professores cursistas. O acompanhamento se dará por meio do levantamento do número de cursos ofertados, assim como de servidores capacitados e ainda, por meio do acompanhamento da variação dos índices de evasão nos cursos de graduação e pós-graduação da instituição. A Figura 23 apresenta a distribuição de docentes segundo sua titulação acadêmica, permitindo visualizar o perfil de qualificação do corpo docente da instituição.

A partir dessa representação, é possível identificar o grau de formação predominante e compreender como essa composição pode influenciar aspectos como produção científica, oferta de cursos, credenciamento em programas de pós-graduação e planejamento institucional. A Figura 24 apresenta a distribuição de docentes segundo sua titulação acadêmica, permitindo visualizar o perfil de qualificação do corpo docente da instituição.

Figura 24 – Distribuição Docente por Titulação



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP, (2025).

A análise dos dados evidencia uma predominância expressiva de docentes com doutorado, totalizando 668 profissionais, em seguida, observa-se um contingente significativamente menor de docentes com mestrado, por fim, apenas 30 docentes possuem especialização, configurando o menor grupo entre as titulações apresentadas. Essa distribuição revela um corpo docente altamente qualificado e alinhado às exigências de instituições de ensino superior que buscam excelência acadêmica, o que fortalece a capacidade institucional de desenvolver pesquisa, orientar estudantes e manter programas de pós-graduação. Ao mesmo tempo, indica que a instituição tem fomentado a qualificação de profissionais, reforçando seu compromisso com a qualidade acadêmica.

10.5 Objetivos, indicadores e metas

Ao longo do PDI (2026-2030), o perfil docente é orientado por diretrizes que visam fortalecer a formação continuada, ampliar a participação em programas de capacitação e pós-graduação e consolidar políticas institucionais de desenvolvimento docente.

O primeiro eixo concentra-se no investimento em desenvolvimento profissional, ações que contemplam trilhas formativas. O período de 2026 a 2030 prevê a construção e execução

de um Projeto de Formação Continuada, integrando metodologias de ensino, tecnologias educacionais, transdisciplinaridade e temas relacionados à diversidade.

Outro objetivo estruturante diz respeito ao planejamento anual das ações de capacitação, a meta é realizar pesquisas anuais para identificar demandas formativas e publicar a agenda do programa PROFOR até abril de cada ano.

No que se refere à formação docente, o Programa PROFOR entre as metas estão a manutenção regular das ofertas, a avaliação do impacto das formações e a atualização de sistemas e normativas relacionadas.

A política de desenvolvimento prevê também o fomento à participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre as metas estão a publicação de editais e o acompanhamento contínuo dos processos de afastamento docente, garantindo equidade e alinhamento estratégico.

Por fim, o PDI (2026-2030) orienta a ampliação da participação docente em capacitações internas e externas, uma meta relevante é a capacitação de mulheres para promover sua ascensão profissional, fortalecendo a diversidade nos cargos de liderança.

10.6 Plano de expansão do corpo docente

A expansão do quadro de servidores da UFT entre 2026 e 2030 deve ser compreendida dentro das diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Plano Plurianual da União (PPA 2024–2027), pela Lei nº 14.802/2024, e pelas portarias conjuntas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério da Educação (MEC). Esses instrumentos definem a política nacional de expansão e recomposição de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

É fundamental ressaltar que a UFT, estrutura seu planejamento de pessoal em estrita conformidade com o marco legal da administração pública federal. A criação, ampliação ou redistribuição de cargos de docentes e técnicos administrativos ocorre mediante autorização do Governo Federal, por meio de Leis, Portarias e atos normativos específicos. Nesse sentido, o PDI (2026-2030) adota uma abordagem responsável e inserida nas diretrizes nacionais, priorizando o uso estratégico da força de trabalho existente, o aperfeiçoamento da gestão de pessoas e a preparação institucional para eventuais autorizações futuras para ampliação do seu quadro funcional.

‘

A evolução do quantitativo de docentes evidencia flutuações, em 2021, havia 804 docentes, com aumento em 2022, alcançando 815 docentes. A partir de 2023, observa-se uma tendência de redução, com 810 docentes, seguida de quedas sucessivas em 2024 (792) e 2025 (784). Essa trajetória descendente nos últimos anos indica um processo de diminuição do quadro docente, o que pode gerar impactos no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, reforçando a necessidade de planejamento para recomposição e equilíbrio do quadro docente da UFT.

11 PERFIL DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

11.1 Plano de Carreira

O Plano de Carreira do corpo técnico administrativo em educação da UFT está definido pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos de Técnicos Administrativo em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

Os cargos do Plano de Carreira são organizados em cinco níveis de classificação A, B, C, D e E e, os cargos que compõem o Plano de Carreira serão estruturados em dezenove padrões de vencimento, conforme Lei nº 15.141, de 2025).

A partir da Lei nº 15.141, de 2025 passaram a integrar o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação os seguintes cargos:

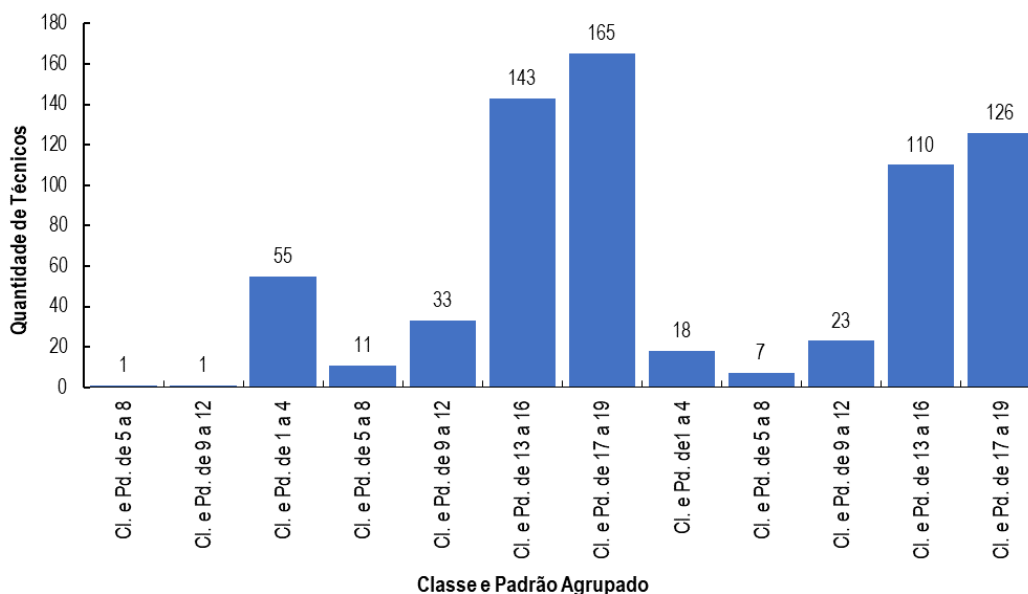
I - **Técnico em Educação:** no nível técnico de classificação D, com atribuições voltadas para o exercício de atividades de apoio técnico, administrativo e logístico, relativas à execução das competências constitucionais e legais das Instituições Federais de Ensino;

II - **Analista em Educação:** no nível superior de classificação E, com atribuições voltadas para o exercício de atividades técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução das competências constitucionais e legais a cargo das Instituições Federais de Ensino.

O ingresso nos cargos do Plano de Carreira ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. O regime jurídico dos cargos do Plano de Carreira é o instituído pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A Figura 25 ilustra a distribuição dos técnicos administrativos por classe e padrão, permitindo compreender como esse segmento da força de trabalho está estruturado dentro da instituição. Essa visualização é essencial para analisar a composição do quadro técnico, identificar concentrações, lacunas e tendências que impactam diretamente a gestão de pessoas, a alocação de funções e o planejamento institucional de médio e longo prazo.

Figura 25 – Distribuição de Técnicos por classe e padrão agrupados da UFT



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP/UFT, (2025).

Onde: Cl=Classe, Pd=Padrão.

A análise dos dados evidencia uma forte predominância de técnicos nas classes D e E, especialmente nos padrões mais elevados. Na Classe D, observa-se um crescimento progressivo que culmina em 165 servidores no agrupamento de padrões 21 a 29, seguido por 143 no agrupamento 18 a 20. A Classe E apresenta comportamento semelhante, com 126 técnicos nos padrões 21 a 29 e 110 nos padrões 18 a 20. Esses números revelam que grande parte dos técnicos encontra-se em estágios avançados da carreira, o que indica um quadro experiente, porém também aponta para possíveis desafios futuros relacionados à renovação e sucessão. Em contraste, os padrões iniciais das Classes C, D e E apresentam baixa representatividade. Essa assimetria sugere que o ingresso de novos técnicos tem sido reduzido ao longo dos anos, reforçando a necessidade de políticas de recomposição do quadro e de concursos públicos que garantam a continuidade das atividades administrativas essenciais.

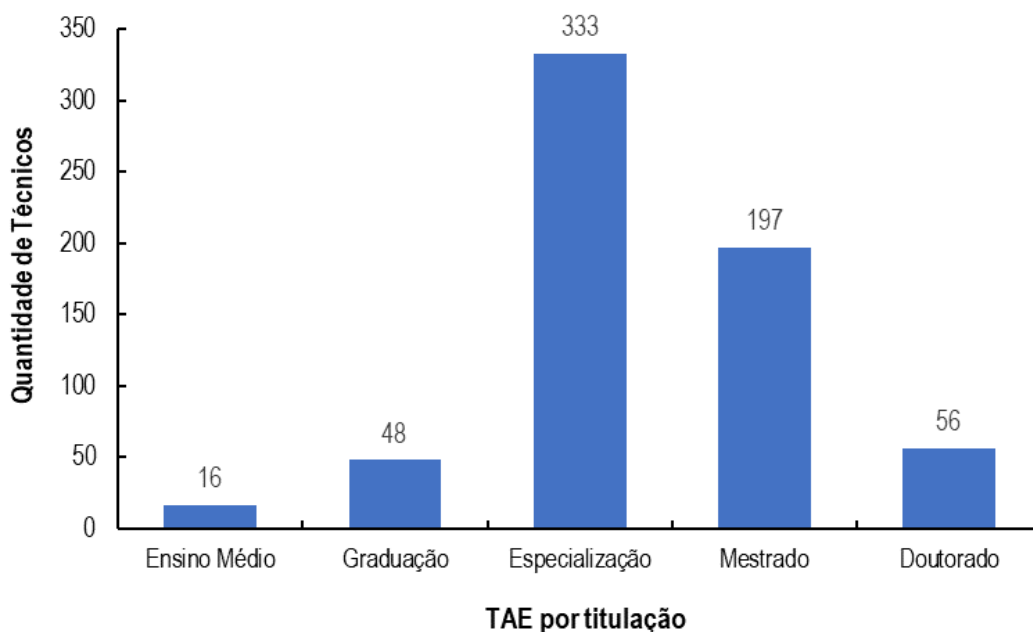
O desenvolvimento dos técnicos-administrativos em educação na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

Poderá também ser concedido o incentivo à qualificação aos servidores que possuem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual seja titular, independentemente do nível de classificação do cargo ocupado (Incluído pela Lei nº 15.141, de 2025).

A UFT por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) Nº 19/2006, estabeleceu o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação no âmbito da UFT, este plano busca afirmar que a política de desenvolvimento dos servidores, que envolve capacitação e avaliação de desempenho, deve ser orientada pelo Estado e pelo projeto de cada um de seus Órgãos para, a um só tempo, responder às necessidades de qualificar os serviços e aos anseios de crescimento profissional dos servidores.

A Figura 26 apresenta a distribuição dos técnicos-administrativos segundo sua titulação acadêmica, permitindo visualizar o perfil de qualificação dos servidores da instituição. A partir dessa representação, é possível identificar o grau de formação predominante e compreender como essa composição.

Figura 26 – Distribuição de Técnicos por titulação na UFT



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP/UFT, (2025).

No que se refere aos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), observa-se que a maioria possui especialização, totalizando 333 servidores (51,2%), o que indica investimento significativo em formação continuada e qualificação profissional. Em seguida, destacam-se os servidores com título de mestre, que somam 197 profissionais (30,3%), evidenciando a presença expressiva de pós-graduação stricto sensu entre os técnicos-administrativos.

Os TAE com doutorado correspondem a 56 servidores (8,6%), percentual relevante para a categoria e que reforça a complexidade técnica das atividades desenvolvidas na

Universidade. Já os servidores com graduação totalizam 48 pessoas (7,4%), enquanto aqueles com ensino médio somam 16 servidores (2,5%), representando a menor parcela do quadro.

De modo geral, os dados revelam que a UFT conta com um quadro técnico-administrativo altamente qualificado, com predominância de servidores pós-graduados.

O desenvolvimento na carreira visa à qualificação do processo de trabalho, considerando sua natureza dinâmica, e o cumprimento da função social da Instituição, constituindo-se em perspectiva funcional que tenha como parâmetros o planejamento, o desenvolvimento institucional e a realização profissional dos trabalhadores.

A UFT dispõe do Projeto Servidor Multiplicador, uma iniciativa institucional de capacitação desenvolvido pela PROGEDEP através da Escola de Desenvolvimento dos Servidores (EDS), cuja finalidade é formar servidores que atuarão como instrutores internos, disseminando conhecimentos nos setores da universidade.

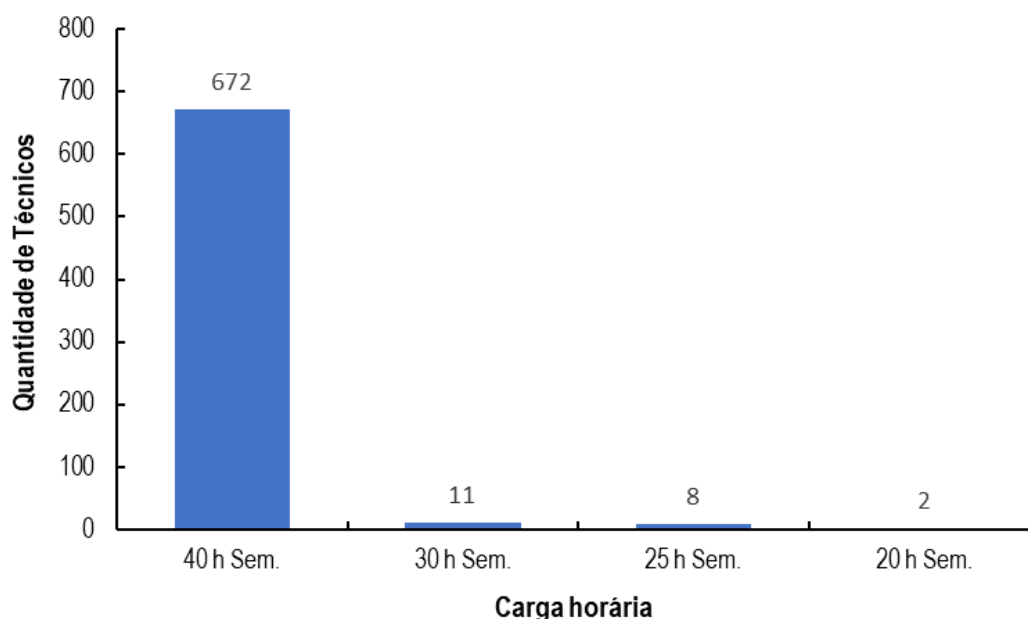
A implementação da Gestão por Competências exige mecanismos estruturados capazes de apoiar o desenvolvimento contínuo dos servidores e garantir que as lacunas identificadas no mapeamento institucional sejam efetivamente supridas. Nesse contexto, a construção de trilhas de aprendizagem torna-se essencial, pois organiza o desenvolvimento profissional em percursos formativos coerentes, progressivos e diretamente alinhados às competências requeridas para os cargos, funções críticas e objetivos organizacionais.

A definição das trilhas de aprendizagem terá como base as competências institucionais, conectando-as diretamente ao plano anual de capacitação e às diretrizes da Gestão por Competências. Isso evidencia que as trilhas não são ações isoladas, mas componentes centrais de uma política contínua de qualificação orientada a resultados.

Por outro lado, para compreender a disponibilidade operacional da equipe, contemplando o impacto da carga horária na execução das atividades institucionais e a necessidade de planejamento para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos.

Pode ser observados na Figura 27 a distribuição dos técnicos administrativos segundo sua carga horária semanal, oferecendo uma visão clara sobre como esse segmento da força de trabalho está organizado em termos de jornada.

Figura 27 – Distribuição de Técnicos por Carga Horária



Fonte: Elaborado pela PROGEDEP/UFT, (2025).

A análise dos dados revela uma predominância absoluta de técnicos com jornada de 40 horas semanais, totalizando 672 servidores, o que demonstra que a instituição opera majoritariamente com profissionais em regime de dedicação integral. Em contraste, observa-se um número bastante reduzido de técnicos com cargas horárias diferenciadas. Essa distribuição evidencia que a força de trabalho técnico-administrativa é altamente concentrada no regime de 40 horas, o que tende a favorecer maior disponibilidade institucional. A pequena representatividade de cargas horárias reduzidas sugere que tais regimes são exceções, possivelmente vinculadas a situações específicas previstas em normativas internas ou legislações aplicáveis.

11.2 Critérios de Seleção e Contratação

A contratação de técnicos-administrativos dar-se-á mediante processo seletivo. O concurso referido poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em 1 (uma) ou mais fases, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.

O edital definirá as características de cada fase do concurso público, os requisitos de escolaridade, a formação especializada e a experiência profissional, os critérios

eliminatórios e classificatórios, bem como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas.

A seleção se inicia com a autorização concedida Ministério da Gestão e Inovação para a realização de concursos públicos com as normas estabelecidas em um edital, de modo que os candidatos concorram a um determinado número de vagas e são selecionados, posteriormente assumem esses cargos de acordo com suas competências.

A UFT instaurou esse Programa em consonância com o que prevê a Constituição Federal, especificamente no Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência.

11.3 Critérios de Seleção e Contratação técnico-administrativo Substituto

Nas Instituições Federais de Ensino, a contratação de servidores técnico-administrativos em caráter substitutivo enfrenta uma lacuna normativa significativa. Ao contrário dos docentes, cuja contratação temporária está prevista na Lei nº 8.745/1993 para suprir ausências e garantir a continuidade das atividades acadêmicas, os servidores técnico-administrativos não contam com respaldo legal específico que permita sua substituição formal por meio de processos seletivos ou convites. Isso significa que, mesmo diante de afastamentos legais (como licenças médicas, capacitações ou aposentadorias), a administração pública não pode realizar seleção ou contratação temporária para suprir essas ausências.

A prática de selecionar convidados para exercer funções técnico-administrativas, como ocorre em alguns casos com docentes visitantes ou colaboradores eventuais, não é permitida para os TAEs. Isso se deve à natureza do cargo, que exige vínculo formal com a administração pública e obediência ao Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990), além da inexistência de dispositivos legais que autorizam esse tipo de contratação.

Dado este impeditivo, a valorização e planejamento estratégico da força de trabalho técnico-administrativa é essencial para garantir a continuidade dos serviços e a qualidade da gestão educacional.

11.4 Objetivos, indicadores e metas

O perfil técnico-administrativo é orientado para o fortalecimento das competências profissionais, melhoria da gestão de desempenho e ampliação do acesso à formação e capacitação contínua.

No eixo de desenvolvimento por competências as metas preveem a atualização anual do mapeamento de lacunas, o fortalecimento da gestão por competências, a criação de trilhas formativas temáticas e a avaliação periódica dos efeitos das formações

No campo do planejamento anual de capacitação, a meta construída é realizar levantamentos anuais de necessidades e organizar agendas de capacitação alinhadas ao planejamento estratégico. Já o Programa Servidor Multiplicador oferece cursos voltados ao desenvolvimento técnico, as metas incluem a descentralização de recursos, a realização de treinamentos regulares pelas Pró-Reitorias, a formação de multiplicadores nos câmpus e a implementação de trilhas voltadas à igualdade racial e de gênero. Em relação à avaliação de desempenho TAE, as metas abrangem a execução regular das avaliações.

Outro eixo relevante é o fomento à pós-graduação, as metas incluem a publicação de editais para pós-graduação e o gerenciamento contínuo dos afastamentos, garantindo equidade de oportunidades, especialmente para mulheres.

Na área de capacitações externas, as metas também contemplam o incentivo à participação de mulheres em ações que promovam ascensão profissional.

Assim como para os docentes, o perfil técnico prevê ações associadas a bem-estar, segurança do trabalho, campanhas institucionais e participação em avaliações organizacionais, porém essas ações são gerais para todas as unidades e não exclusivas dos TAEs.

11.5 Cronograma e plano de expansão do corpo Técnico Administrativo em Educação

A expansão do quadro de servidores da UFT entre 2026 e 2030 deve ser compreendida dentro das diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Plano Plurianual da União (PPA 2024–2027), pela Lei nº 14.802/2024, e pelas portarias conjuntas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e do Ministério da Educação (MEC). Esses instrumentos definem a política nacional de expansão e recomposição de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

É fundamental ressaltar que a UFT, estrutura seu planejamento de pessoal em estrita conformidade com o marco legal da administração pública federal. A criação, ampliação ou redistribuição de cargos de docentes e técnicos administrativos ocorre mediante autorização do Governo Federal, por meio de Leis, Portarias e atos normativos específicos. Nesse sentido, o PDI (2026-2030) adota uma abordagem responsável e inserida nas diretrizes nacionais, priorizando o uso estratégico da força de trabalho existente, o aperfeiçoamento da gestão de pessoas e a preparação institucional para eventuais autorizações futuras para ampliação do seu quadro funcional.

A evolução do quantitativo de técnicos-administrativos em educação esteve relativamente estável nos últimos 5 anos, ainda que apresentando oscilações pontuais. Em 2021, a UFT contava com 675 TAEs, número que sofreu redução em 2022, passando para 658 servidores. Em 2023, observa-se leve recuperação, com 661 técnicos, seguida de crescimento mais expressivo em 2024, quando o quantitativo atingiu 686 servidores. Entretanto, em 2025, registra-se nova queda, totalizando 650 servidores, o que sinaliza a necessidade de atenção quanto à reposição e à sustentabilidade desse quadro no médio prazo.

12 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

No âmbito da UFT, a comunicação é concebida como comunicação organizacional e pública, entendida como um processo de relacionamento entre grupos, pessoas e setores acadêmicos e administrativos, bem como entre a Universidade e a sociedade. Esse processo caracteriza-se pela interação dialógica, dinâmica e multidirecional com seus públicos internos e externos, por meio de diferentes meios, veículos e canais de comunicação.

Além disso, a comunicação é compreendida como um eixo estratégico transversal às políticas, ações e atividades administrativas e acadêmicas da Instituição, abrangendo as áreas da Comunicação Organizacional Integrada: Comunicação Institucional, Comunicação Interna e Comunicação Mercadológica. Seu propósito é fortalecer a identidade organizacional, agregar valor à imagem institucional e contribuir para o desenvolvimento organizacional e para a concretização da missão social da Universidade, especialmente no que se refere à difusão científica e ao interesse público. Nesse sentido, a comunicação configura-se como instrumento de gestão e como um processo organizacional sistemático e coordenado que, embora envolva todos os setores e pessoas da instituição, requer supervisão, articulação e atuação especializada de profissionais da área.

12.1 Política de Comunicação

A gestão da comunicação consiste em um processo permanente e sistemático, integrado ao planejamento estratégico da Universidade, voltado ao relacionamento entre a Instituição, seus públicos de interesse e a sociedade. Tem como finalidade assegurar fluxos eficazes de informação, participação e diálogo, alinhados aos princípios institucionais, preservando a pluralidade de ideias e a unidade da imagem institucional.

A política de comunicação é instrumento estratégico que orienta planos, projetos e ações, estabelecendo princípios e diretrizes coerentes com a cultura organizacional, a filosofia institucional e o modelo de gestão, de modo a viabilizar sua implementação, como um compromisso cotidiano por todos os envolvidos na coletividade da Instituição.

O plano de comunicação, fundamentado na política de comunicação e nos documentos institucionais basilares, define objetivos, metas e ações de curto, médio e longo prazos, desdobrando-se em projetos que operacionalizam as diretrizes estratégicas.

A política de comunicação da UFT orienta-se por princípios como transparência; promoção do conhecimento e da cidadania; valorização das pessoas; participação; ética e responsabilidade social; qualidade e profissionalismo; e zelo pela imagem institucional. As ações de comunicação são compreendidas como iniciativas planejadas e sistematizadas voltadas à divulgação, ao engajamento de públicos e ao fortalecimento dos relacionamentos organizacionais.

Os agentes de comunicação incluem servidores, colaboradores terceirizados, bolsistas, estagiários e estudantes designados para ações comunicacionais, atuando de forma integrada e articulada com a Superintendência de Comunicação (Sucom), que desempenha papel estratégico na divulgação da governança e dos desafios institucionais durante a vigência do PDI (2026-2030).

12.2 Espaços e Canais Institucionais de Comunicação

São os espaços físicos ou virtuais onde constam informações institucionais acerca da UFT, ou onde a UFT é representada, como eventos, cartazes, folders, outdoors, anúncios em emissoras de rádio e TV, prédios da Universidade, sites, perfis e páginas em mídias sociais dentre outros.

Embora as diretrizes de comunicação sejam aplicáveis a todos os ambientes e níveis organizacionais da UFT, e a Superintendência de Comunicação atenda aos diversos setores acadêmicos e administrativos da Universidade, sua atuação concentra-se prioritariamente nos espaços macro institucionais, de maior abrangência e circulação da comunidade universitária e do público externo, como áreas comuns de convivência e serviços institucionais.

Também são espaços macro institucionais os perfis e páginas oficiais da UFT na internet (Portal UFT, *Instagram*, *Facebook* e *Linkedin*), os eventos promovidos pela Reitoria e suas Pró-reitorias, bem como campanhas e peças de comunicação voltadas a públicos estratégicos de forma ampla e diversa da comunidade acadêmica.

12.2.1 Canais de Comunicação

A UFT utiliza como canais de comunicação interna e externa os seguintes: Portal UFT, Portal da Transparência, Rádio UFT, TV UFT, Ouvidoria e redes sociais (*YouTube, Facebook, Instagram, WhatsApp e LinkedIn*).

12.2.1.1 Portal UFT

O Portal UFT é um espaço virtual multimídia que agrega as principais informações institucionais, inclusive por meio do menu específico “Acesso à Informação”, bem como notícias, tópicos e links relacionados às atividades da instituição, seus principais serviços e sistemas digitais, e documentos, tais como editais, relatórios, portarias e resoluções. Reúne os contatos da instituição (nomes dos setores e servidores, telefones, endereços e e-mails), e é o ponto de convergência dos conteúdos institucionais da UFT em seus diferentes tipos e formatos de mídia, sendo o canal oficial para a divulgação primária de notícias, comunicados,

O Portal UFT é o principal espaço virtual multimídia da Instituição, reunindo informações institucionais, serviços, sistemas digitais, contatos (nomes dos setores e servidores, telefones, endereços e e-mails), documentos oficiais e conteúdos relacionados às atividades acadêmicas e administrativas, incluindo o menu “Acesso à Informação”. Constitui o canal oficial e central de divulgação primária de notícias, comunicados, documentos e informações oficiais relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição.

12.2.1.2 Portal da Transparência

O Portal da Transparência da UFT é um espaço virtual que centraliza informações institucionais apresentadas por meio de painéis de *business intelligence* (BI), com o objetivo de facilitar o acesso, a compreensão dos dados e a interação com a comunidade externa, promovendo a transparência ativa. Reúne informações das áreas de administração e finanças, assistência estudantil, auditoria interna, extensão, gestão e desenvolvimento de pessoas, graduação, planejamento e orçamento, e relatório de gestão.

12.2.1.3 Rádio UFT FM

A UFT FM é uma emissora de rádio educativa da UFT, com sede em Palmas, que transmite na frequência 96,9 FM e pela internet, oferecendo programação pautada em educação, cultura, cidadania e diversidade. Voltada à qualidade e à diversidade musical, à valorização da produção local, à disseminação do conhecimento da Universidade e à prestação de serviços à comunidade, a emissora se constitui como alternativa pública e educativa para o público tocantinense, com diretrizes definidas com a participação da comunidade acadêmica e de diversos setores da sociedade.

A Diretoria de Rádio e TV (DRADIO) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) integra a política de comunicação institucional e atua como unidade gestora de caráter estratégico, com a finalidade de ampliar a visibilidade das ações acadêmicas, administrativas e culturais da Universidade, bem como promover a comunicação entre a instituição e a sociedade.

A DRADIO conta com equipe composta por 12 servidores, distribuídos entre funções de direção, jornalismo, produção audiovisual e de áudio, design gráfico e apoio administrativo. A direção é responsável pelo planejamento, coordenação das atividades e tomada de decisões estratégicas. A atuação integrada dessa equipe subsidia a execução das atividades institucionais.

A diversidade de competências da equipe da DRADIO permite produzir conteúdos institucionais em múltiplos formatos, fortalecendo a presença da UFT em diferentes canais de comunicação. Dessa forma, a Diretoria atua como instrumento estratégico para consolidar e divulgar a imagem institucional, assegurando uma comunicação eficiente, integrada e alinhada aos objetivos educacionais e culturais da Universidade (a infraestrutura e material audiovisual de apoio às atividades da Rádio constam no capítulo 13).

12.2.1.4 Redes Sociais

A UFT está presente com perfis, páginas e canais oficiais no Facebook, no Instagram, no YouTube, no LinkedIn e APP WhatsApp. Em todas as redes, a Universidade identifica-se como “UFT Oficial”. Os conteúdos publicados são direcionados conforme o público, os recursos e as funcionalidades existentes em cada rede social, sendo possíveis interações como

“seguir”, “curtir”, “compartilhar” e “comentar” conteúdos, bem como o envio direto de mensagens à instituição, as quais são respondidas na maior brevidade possível pela Superintendência de Comunicação, ou encaminhadas ao setor responsável.

Nas principais redes sociais da UFT, que são Instagram, Facebook e LinkedIn, houve um grande crescimento em relação ao número de seguidores, conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Número de seguidores nas redes sociais da UFT

Número de seguidores das redes sociais da UFT					
Rede Social	2021	2022	2023	2024	2025
Instagram	43683	51706	65670	66801	73312
Facebook	23805	23782	23449	24288	25264
LinkedIn	16498	18867	20210	22501	25487

Fonte:Elaborado pela Sucom/UFT, (2025).

A UFT conta com a UFT TV, emissora de televisão educativa inaugurada em 22 de maio de 2023, em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), integrando a rede pública de comunicação educativa. A emissora tem como finalidade promover conteúdos educativos, culturais e informativos, ampliando a visibilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Em fase de estruturação e expansão, a UFT TV concentra sua atuação em plataformas digitais, com destaque para o YouTube, por meio de formatos como entrevistas, videocasts e programas temáticos, incluindo iniciativas voltadas à divulgação científica e à acessibilidade, consolidando-se como canal institucional estratégico de comunicação pública.

São considerados públicos estratégicos da UFT aqueles que, direta ou indiretamente, possuem direitos ou interesses relacionados à Instituição e que a influenciam ou são por ela impactados. Esses públicos compreendem o público interno, formado por estudantes e servidores, e o público externo, constituído por pessoas, organizações e instituições que mantêm ou não vínculos formais com a Universidade. Podem ainda ser classificados como públicos primários, essenciais à manutenção das atividades institucionais, e públicos secundários, que influenciam a Instituição sem relação direta de dependência.

Para este PDI, a Superintendência de Comunicação (Sucom) reafirma o compromisso com uma comunicação pública orientada pelo interesse social, pela transparência e pela difusão qualificada do conhecimento. Nesse sentido, atuará no fortalecimento e na diversificação da produção de conteúdos institucionais, na ampliação da presença digital e da visibilidade da UFT na mídia externa, bem como na consolidação de uma comunicação sistêmica, dialógica e integrada com os diferentes públicos estratégicos.

12.2.1.5 Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral da UFT é uma instância estratégica de participação social, mediação, transparência e garantia de direitos, atuando como elo entre a comunidade acadêmica e a gestão universitária. Inserida nos eixos de governança, integridade pública, comunicação institucional e gestão democrática, sua atuação fundamenta-se nos princípios da transparência e do acesso à informação, conforme a Lei nº 12.527/2011; da participação e da defesa dos direitos dos usuários, nos termos da Lei nº 13.460/2017; da ética, da integridade e da governança, em consonância com o Decreto nº 9.492/2018 e com as orientações da Controladoria-Geral da União; bem como da promoção dos direitos humanos, da diversidade e da inclusão, assegurando comunicação institucional acessível e o acolhimento ético das manifestações, com atenção à prevenção e ao enfrentamento de assédio, discriminação e violências institucionais.

Tem como objetivo fortalecer a governança e aprimorar os mecanismos de integridade e transparência, promovendo um ambiente institucional seguro, diverso e inclusivo, bem como estimulando a participação da comunidade acadêmica no aperfeiçoamento dos serviços e das políticas da Universidade. Atua ainda no tratamento ético das manifestações, na prevenção de riscos institucionais, violências e discriminações, e no subsídio ao planejamento estratégico por meio da produção de dados, análises e recomendações que orientam a tomada de decisões da gestão.

A atuação da Ouvidoria-Geral da UFT abrange a promoção de uma comunicação institucional acessível e inclusiva, assegurando a disponibilização de informações em formatos acessíveis e padronizados, bem como o acolhimento e a gestão qualificada das manifestações da comunidade universitária, por meio de canal seguro, sigiloso e confiável para o recebimento de denúncias, sugestões, reclamações, solicitações e elogios, bem como orientar e encaminhar as manifestações às unidades competentes de forma tempestiva,

assegurando o sigilo, a confidencialidade e a proteção do manifestante. Inclui ainda a promoção dos direitos humanos e a prevenção de violências, com apoio aos fluxos institucionais de enfrentamento ao assédio e à discriminação, e a produção de dados, diagnósticos e relatórios estratégicos que subsidiam a tomada de decisões da gestão e o aprimoramento contínuo dos serviços e das políticas institucionais.

No eixo de Inclusão, Diversidade e Acessibilidade, busca-se acompanhar a implementação de políticas afirmativas e ações de inclusão, identificar barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais existentes na instituição e subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à inclusão, à permanência e à equidade.

Já no que se refere à Integridade e Conduta Ética, a diretriz consiste em colaborar de forma articulada com o Sistema de Integridade, a Corregedoria e demais unidades institucionais, contribuindo para a prevenção do assédio moral, sexual e de práticas discriminatórias, fortalecendo uma cultura organizacional ética e respeitosa.

A Ouvidoria-Geral é fonte estruturante de informações estratégicas para o planejamento institucional. Entre suas contribuições para o PDI (2026-2030) estão:

- Identificação de demandas recorrentes que impactam a qualidade dos serviços.
- Sinalização de fragilidades em normativos, fluxos e práticas administrativas.
- Indicação de áreas prioritárias para investimento e melhoria contínua.
- Apoio à tomada de decisão baseada em dados e evidências.
- Fomento a uma cultura de governança responsável e de prestação de contas.

A partir das manifestações recebidas, a Ouvidoria aponta tendências, riscos e gargalos que devem orientar ações estruturantes ao longo da vigência do PDI (2026-2030).

A ações estratégicas da Ouvidoria atuará de forma integrada na implementação de programas permanentes de educação institucional, por meio de oficinas, campanhas, materiais educativos e eventos voltados à promoção da integridade, do acesso à informação, da diversidade e do enfrentamento a situações de assédio e discriminação, sendo desenvolvidas com o aprimoramento de sistemas e canais de atendimento ao cidadão

- Fortalecimento do e-Ouv como canal oficial.
- Integração com sistemas internos de gestão e acompanhamento.
- Ampliar a análise de dados e produção de relatórios estratégicos
- Elaboração anual de relatórios diagnósticos para subsidiar as unidades.
- Criação de indicadores de acompanhamento de manifestações e recomendações.

- Participar no desenvolvimento de fluxos articulados para prevenção e enfrentamento ao assédio.
- Integração com a Política de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação.
- Produção de orientações e protocolos simplificados.
- Participar na promoção de participação social e escuta ativa
- Encontros, consultas públicas, fóruns setoriais e pesquisa de satisfação.

Indicador de implementação: previsão para 2026

Indicadores para Monitoramento

Os indicadores podem ser refinados conforme a metodologia do PDI (2026-2030), no qual incluem:

- Taxa de manifestações respondidas dentro do prazo.
- Índice de satisfação de usuários do e-Ouv.
- Relatórios estratégicos produzidos por ano.
- Alinhamento aos Eixos do PDI (2026-2030)

A atuação da Ouvidoria-Geral da UFT dialoga com:

- Eixo de Governança e Gestão Institucional – fortalecendo integridade, transparência e participação.
- Eixo Acadêmico – apoiando políticas estudantis, permanência e equidade.
- Eixo de Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos –promovendo acolhimento, prevenção de violências e respeito às diferenças.
- Eixo de Comunicação Institucional – assegurando padrões de qualidade, ética e acessibilidade.

12.2.1.5.1 Ouvidoria da Mulher

A Implementação da Ouvidoria da Mulher da UFT, será vinculada à Ouvidoria-Geral da Universidade, terá como objetivo criar espaço institucional seguro, especializado e sigiloso para acolhimento, orientação, registro, tratamento e monitoramento de manifestações relacionadas à violência de gênero, com ênfase em assédio sexual, assédio moral e discriminação, no âmbito da UFT.

A ouvidoria da mulher será um canal específico para as servidoras, alunas, estagiárias, trabalhadoras terceirizadas, prestadoras de serviços e demais colaboradoras da UFT.

Principais Atribuições e Ações

- Instituir a Ouvidoria da Mulher como canal específico de atendimento às mulheres da comunidade universitária.
- Receber, analisar, tratar e monitorar manifestações relacionadas à violência contra a mulher praticadas por representantes da UFT ou em decorrência de atividades institucionais.
- Assegurar atendimento humanizado, sigiloso, acolhedor e orientativo, garantindo proteção, respeito e suporte institucional às vítimas.
- Registrar as manifestações em sistema informatizado e encaminhá-las às unidades competentes para apuração, mediante autorização da denunciante.
- Acompanhar e informar as usuárias sobre as providências adotadas.
- Sugerir medidas administrativas que promovam ambiente institucional saudável e livre de discriminação de gênero.
- Contribuir para o aprimoramento das políticas institucionais de enfrentamento à violência contra a mulher.
- Criar, em cada câmpus, grupos de apoio formados exclusivamente por mulheres, destinados ao acolhimento inicial e à orientação das vítimas, em articulação com a Ouvidoria da Mulher.

Ao integrar a estrutura da Ouvidoria-Geral da UFT, será composta exclusivamente por servidoras da Instituição, sendo indicada pelo Ouvidor(a) Geral da UFT, e/ou acumulada pela própria Ouvidora-Geral. Nos casos em que a função seja exercida por Ouvidor, caberá à autoridade máxima da UFT indicar servidora específica, e compete à Ouvidoria da Mulher indicar a suplente e definir a composição da equipe.

A promoção das atividades ocorrerá por meio da implantação de canais específicos de atendimento, nas modalidades presencial e virtual, destinados ao acolhimento e orientação, ao recebimento de manifestações e ao agendamento de atendimentos, assegurada a ampla divulgação nos meios oficiais da UFT. Espera-se, como resultados, a ampliação do acesso a canais institucionais seguros e especializados, a qualificação do acolhimento e do tratamento das demandas relacionadas à violência de gênero, o fortalecimento da política institucional de enfrentamento à violência contra a mulher e a consolidação de um ambiente universitário mais seguro, inclusivo e equitativo.

13 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES

13.1 Infraestrutura Física e Instalações

A Prefeitura Universitária (PU/UFT) é órgão suplementar de natureza executiva, administrativa e operacional da UFT, responsável pela gestão integrada da infraestrutura física, abrangendo o planejamento, a execução, a fiscalização e o controle das obras, serviços de engenharia, manutenção predial, equipamentos, serviços continuados e apoio logístico, tais como segurança patrimonial, limpeza, conservação e demais serviços essenciais ao funcionamento institucional.

Atua como instância estratégica de suporte às atividades-fim da Universidade — ensino, pesquisa, extensão e inovação, assegurando condições adequadas de uso, segurança, desempenho, conservação e sustentabilidade das edificações, sistemas e espaços físicos dos câmpus universitários, em consonância com as diretrizes institucionais, normas técnicas, legislação vigente e boas práticas de gestão pública.

Compete à Prefeitura Universitária a administração, acompanhamento e fiscalização dos contratos de serviços continuados e de obras, bem como a gestão técnica da manutenção preventiva, corretiva e preditiva das edificações e instalações, promovendo a preservação do patrimônio público, a racionalização de recursos e a melhoria contínua da infraestrutura universitária.

A PU/UFT estrutura-se por meio de uma Diretoria:

Diretoria de Engenharia, Arquitetura, Serviços Continuados, Manutenção Predial e Equipamentos com as seguintes Coordenações:

- Coordenação de Engenharia e Arquitetura;
- Coordenação de Serviços Continuados;
- Coordenação de Manutenção Predial.

Em nível operacional nos Campus há as Coordenações de Infraestrutura.

Para o desenvolvimento institucional e a oferta de um ensino inovador, inclusivo e de qualidade, é indispensável a existência de uma infraestrutura física adequada, alinhada à identidade, à missão e aos objetivos estratégicos da Universidade. Nesse sentido, a UFT tem promovido processos contínuos de expansão, modernização e adequação de seus espaços físicos, por meio da execução de obras, reformas e adaptações, de modo a assegurar condições compatíveis com a educação acessível.

Atualmente, a UFT possui uma área territorial de 11.681.602,77 m², com aproximadamente 125.000 m² de área edificada, distribuída em seus cinco câmpus universitários e a reitoria. Essa infraestrutura compreende 338 laboratórios, 5 bibliotecas, 10 auditórios e 722 salas, incluindo ambientes administrativos, de apoio acadêmico, salas de aula, salas de reunião e espaços destinados ao corpo docente, todos concebidos para atender às demandas da comunidade acadêmica, garantindo funcionalidade, segurança e qualidade dos ambientes de ensino, pesquisa e extensão.

Todas as salas de aula dos Câmpus são equipadas com mesa, cadeiras e equipamentos multimídia, painel retrátil, quadro branco, e algumas delas possuem, aparelho de televisão ou datas shows. Não obstante as salas são devidamente iluminadas, climatizadas e possuem internet sem fio e a cabo. Adicionalmente, todos os blocos de aula possuem banheiros amplos, com espaço destinado às pessoas com deficiência e itens de higiene pessoal repostos periodicamente. O espaço físico da maioria das salas comporta em média 43 alunos com espaço amplo para proporcionar experiências diferenciadas de acordo com o planejamento pedagógico dos cursos. Não obstante, os Câmpus dispõem de lousas digitais, utilizadas sob reserva dos cursos.

As salas administrativas são equipadas com computadores, impressoras centrais, internet a cabo e sem fio, scanners e demais mobiliários e itens de escritório que possibilitam o desenvolvimento de variadas tarefas. O espaço físico dos setores permite o atendimento ao usuário com conforto, havendo, ainda, salas que permitem o atendimento privativo, se necessário.

Os prédios dos Câmpus e Reitoria possuem estacionamento próprio, sendo os blocos de aula os que contêm mais de um estacionamento no seu entorno, com amplitude para comportar um número maior de usuários. Todos os estacionamentos estão devidamente sinalizados e com espaçamento exigido pela legislação vigente e dispõe dos espaços destinados a idosos e pessoas com deficiência. Os Câmpus contam com banheiros com espaço destinado à pessoa com deficiência, sinalização tátil nas passarelas e mapa tátil de identificação dos espaços. Os blocos que possuem mais de um andar possuem elevadores e/ou rampas de acesso. Os Câmpus dispõem, ainda, de tablets, switch, roteadores, Aps wifi e infraestrutura avançada de rede, painéis retráteis, televisores instalados em diversos ambientes e equipamento completo de videoconferência instalados em sala específica para eventos e aulas que demandem o uso da teleconferência e/ou webconferência. A Tabela 7 detalha as área e ambientes dos espaços físicos presentes por campus da UFT:

Tabela 7: Estrutura física da Universidade

ESTRUTURA FÍSICA DA UFT						
ESPAÇO FÍSICO	CÂMPUS DE ARRAIAS	CÂMPUS DE GURUPI	CÂMPUS DE MIRACEMA	CÂMPUS DE PALMAS	CÂMPUS DE PORTO NACIONAL	TOTAL
Sala de aula	24	26	17	72	38	177
Biblioteca	1	1	1	1	1	5
Sala administrativa	25	18	20	70	16	149
Coordenação de curso	8	5	4	25	11	53
Sala de apoio acadêmico	8	10	1	27	1	47
Sala para docentes	28	78	23	63	44	236
Sala de reunião	3	3	1	7	0	14
Centro de eventos	0	0	0	1	0	1
Auditório Anfiteatro	1	4	2	7	2	16
Instalação sanitária	26	47	20	112	44	249
Vestiário	2	0	1	14	2	19
Laboratório de informática	3	2	2	2	1	10
Laboratório específico	17	72	8	175	58	330
Área de lazer	1	1	2	2	3	9
Clínica Escola	0	0	0	1	0	1
Centro de Práticas Integrativas	0	0	0	1	0	1
Estação experimental	0	2	0	1	0	3
Restaurante universitário	1	1	1	1	1	5
Cantina	1	1	0	2	1	5

Fonte: Prefeitura Universitária UFT, (2025).

E para evidenciar a dimensão e a distribuição da infraestrutura destinada à realização de eventos acadêmicos, científicos e institucionais, a Universidade Federal do Tocantins dispõe de auditórios e anfiteatros distribuídos em seus diferentes câmpus, estruturados para atender atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária.

Esses espaços apresentam capacidades variadas de público e são equipados com recursos tecnológicos que possibilitam a realização de palestras, seminários, conferências, atividades formativas e eventos institucionais. O Quadro 11 a seguir apresenta a síntese da quantidade de auditórios existentes por câmpus, bem como suas respectivas capacidades de atendimento e os principais recursos de infraestrutura disponíveis.

Quadro 11 – Infraestrutura de Auditórios e Anfiteatros da UFT por Câmpus.

Câmpus	Quantidade de Auditórios/Anfiteatros	Capacidade Individual dos Espaços	Capacidade Total Estimada por Câmpus	Recursos Tecnológicos e Infraestrutura
Arraias	1	Aproximadamente 150 lugares	150 pessoas	Projetores multimídia, sistema de som móvel, conectividade à internet institucional e condições de acessibilidade
Gurupi	4	2 auditórios com cerca de 150 lugares e 2 com aproximadamente 70 lugares	440 pessoas	Projetores multimídia, sistemas de sonorização móvel, acesso à internet e recursos de acessibilidade
Miracema	2	1 auditório com cerca de 120 lugares e 1 com aproximadamente 70 lugares	190 pessoas	Projetores multimídia, sistemas de som móvel, conectividade à internet e acessibilidade
Palmas	7	1 auditório com cerca de 500 lugares, 4 com aproximadamente 80 lugares, 1 com cerca de 120 lugares e 1 com aproximadamente 100 lugares	1.040 pessoas	Projetores multimídia, sistemas de sonorização, acesso à internet institucional e recursos de acessibilidade
Porto Nacional	2	Aproximadamente 50 lugares cada	100 pessoas	Projetores multimídia, sistemas de som móvel, conectividade à internet e acessibilidade

Fonte: Dados institucionais fornecidos pela Prefeitura Universitária/UFT, (2025).

13.1.1 Biblioteca

A UFT dispõe de edificações específicas destinadas ao funcionamento de suas bibliotecas universitárias, concebidas para abrigar, preservar e disponibilizar os acervos bibliográficos e informacionais, bem como para oferecer ambientes adequados às atividades de estudo, pesquisa e apoio acadêmico. As bibliotecas estão distribuídas uma por unidade

acadêmica, atendendo às particularidades e às demandas de cada campus, conforme a organização territorial da Universidade, totalizando assim em cinco Bibliotecas.

A Biblioteca do Câmpus de Palmas possui área edificada de 3.158,23 m², constituindo-se como a maior unidade do sistema, enquanto a Biblioteca do Câmpus de Porto Nacional dispõe de área de 835,4 m², com possível ampliação para 1.809,19 m². A Biblioteca do Câmpus de Gurupi apresenta área de 1.459,33 m², e as Bibliotecas dos Câmpus de Arraias e Miracema contam, cada uma, com área edificada de 1.809,19 m², conforme destacado na Tabela 8.

Tabela 8- Espaço físico das Bibliotecas

ESPAÇO FÍSICO										
BIBLIOTECA / campus	ARRAIAS		GURUPI		MIRACEMA		PALMAS		PORTO NACIONAL	
Ano	2026/2030		2026/2030		2026/2030		2026/2030		2026/2030	
Área em m ²	1.809,19 m ²		1.459,33 m ²		1.809,19 m ²		3.158,23 m ²		835,4 m ²	1.809,19 m ²
Sala de estudo Individual	14	4	*	*			9*	90	4	14
Sala de estudo em grupo			1					6	7	7
Sala administrativa			2		5		4		1	4
Sala de Treinamento									-	2
Laboratório digital (espaço de computadores)	1		1	1	1	1		1	-	1
Capacidade de Usuários	150	150	120	120	80	80	131	150	52	150

*Compreende-se Sala de estudo individual a possibilidade para pessoa estudar separadamente, nos câmpus Gurupi e Palmas há cabines e não salas.

Fonte: Prefeitura Universitária e Sisbib/UFT, (2026)

As edificações das bibliotecas universitárias foram estruturadas para contemplar espaços destinados à guarda e organização dos acervos, ambientes para estudos individuais e em grupo, áreas de leitura, pesquisa e apoio ao usuário, além de setores administrativos e de atendimento. Esses espaços são planejados de modo a assegurar funcionalidade, conforto, acessibilidade, segurança e adequação às normas técnicas vigentes, contribuindo para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas e para a integração das bibliotecas como ambientes estratégicos de aprendizagem, produção do conhecimento e inclusão acadêmica.

Vinculado à Diretoria de Programas Especiais em Educação (DPEE), da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), o Sistema de Bibliotecas (Sisbib/UFT) constitui infraestrutura

acadêmica estratégica de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão é responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades técnico-administrativas das bibliotecas da UFT, promovendo a modernização dos serviços, a informatização dos processos e a integração das unidades informacionais da referida instituição.

Atualmente o Sisbib/UFT é composto pelas cinco bibliotecas dos câmpus da UFT: Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional, as quais atendem à comunidade acadêmica por meio de seus acervos e à comunidade externa com cessão de seus espaços para estudo e consulta in loco do acervo em geral possibilitando o acesso à informação armazenada e gerada na Universidade. O sistema tem por finalidade promover acesso aos produtos e serviços informacionais, sobre as perspectivas da acessibilidade, inovação e inclusão social; contribuindo para uma Educação inovadora por meio do fortalecimento da cultura, pesquisa, extensão e produção acadêmica na Universidade e sociedade.

A Coordenação do Sistema de Bibliotecas tem como apoio administrativo um Comitê Gestor formado pelo/a coordenador/a geral e pelas chefias das bibliotecas dos câmpus, buscando uma gestão participativa e o alinhamento às demandas institucionais. O funcionamento do Sisbib/UFT está regulamentado pela Resolução Consuni nº 19/2009, que institui o Regimento Geral do Sistema de Bibliotecas, estabelecendo diretrizes para a organização administrativa, técnica e operacional das bibliotecas universitárias. Nesse contexto, o Sisbib/UFT consolida-se como componente essencial da política institucional de informação, aprendizagem e produção científica, contribuindo para a qualidade acadêmica, a inclusão informacional e o desenvolvimento regional.

O Sistema de Bibliotecas adota modelo unificado de gestão de acervo, contemplando processos padronizados de aquisição, tratamento técnico, organização e disponibilização da informação, bem como a uniformização dos serviços e produtos ofertados. A estrutura organizacional das bibliotecas segue diretrizes institucionais comuns, assegurando integração sistêmica, racionalização de procedimentos e alinhamento às políticas acadêmicas da Universidade, ou seja, todas as bibliotecas funcionam de maneira integrada e são gerenciadas por meio do sistema Pergamum - Soluções acadêmicas e institucionais.

Dessa maneira, ressalta-se que todos os serviços ofertados pelas bibliotecas da UFT são automatizados. São eles: consultas no âmbito presencial e/ou on-line ao acervo em geral; consulta aos bancos de dados nacionais e internacionais; empréstimos domiciliar (informatizado) para discentes, docentes e servidores técnicos administrativos da instituição devidamente regularizados; aquisição institucional; empréstimo entre bibliotecas; reserva de material bibliográfico on-line, somente de material emprestado; renovação de material

bibliográfico on-line; visita orientada após agendamento prévio; treinamento ao usuário; elaboração de fichas catalográficas dos trabalhos acadêmicos via Sistema automático de geração de ficha catalográfica; orientação sobre as normas de apresentação de trabalhos acadêmicos, conforme ABNT e Manual de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos-científicos da UFT em vigência; acesso ao Portal de periódicos da CAPES; pesquisa avançada em bases de dados; levantamento bibliográfico; disseminação Seletiva da Informação; wireless nas bibliotecas; salas para estudos em grupo; emissão de Nada consta via sistema de gestão da biblioteca; orientação para emissão de ISBN (International Standard Book Number/Padrão Internacional de Numeração de Livro) e ISSN (International Standard Serial Number); atendimento especializado aos usuários com deficiência no Setor de Acessibilidade Informacional - SAI das Bibliotecas com disponibilização de computadores com software específicos para os usuários (para acesso a estes serviços serão instalados scanners e os softwares especializados); Acervo especializado (Braille, digital acessível e falado); e, a disponibilização do canal de comunicação de mensagem instantânea institucional das bibliotecas.

Em 2023 foi adquirido o licenciamento perpétuo do software Pergamum - Sistema Integrado de Unidade de Informação. Trata-se de um sistema informatizado de gerenciamento de dados, direcionado aos diversos tipos de Centros de Informação. A licença contempla os Módulos: Biblioteca, Museu e Arquivo com criação de ilimitadas unidades de informação (bibliotecas) e com ilimitados acessos, e permissões. O Pergamum possui serviços de: Catalogação, Aquisição, Controle de usuários, Circulação de materiais, Emissão de relatórios, Consulta ao Catálogo On-line.

13.1.1.1 Políticas de Atualização e Expansão do Acervo

A política de aquisição, atualização, manutenção e renovação do acervo das bibliotecas tem o objetivo de estabelecer critérios, permitindo o crescimento planejado do acervo de acordo com a demanda dos cursos oferecidos pela UFT, seguindo os processos de avaliação institucional das Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes. Esta avaliação foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 que regulamenta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.

Nesta perspectiva, no sentido de orientar quanto à construção e/ou atualização de ementários toma-se por base o mais recente Instrumento de avaliação de curso de graduação presencial e EAD, criado para autorização, credenciamento, reconhecimento e renovação do reconhecimento de outubro de 2017 do Ministério da Educação (MEC) considerando especificamente os indicadores 3.6 e 3.7 do referido Instrumento, o qual determina o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como o responsável por referendar essas bibliografias; portanto, é imprescindível que todas as indicações estejam assinadas/validadas pelo NDE e são aceitos na composição dos ementários a indicação de acervos híbridos (físicos e digitais).

Além disso, a Política de desenvolvimento de coleções da UFT fornece indicadores eficazes para a formação, atualização e a manutenção do acervo, com base nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e tem o objetivo principal de contemplar os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação e Pós- graduação. A seleção e aquisição de materiais obedecem aos seguintes requisitos gerais:

- a) adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da UFT;
- b) adequação ao currículo acadêmico, às linhas de pesquisa e aos projetos de extensão da UFT;
- c) autoridade do autor e/ou editor;
- d) atualidade;
- e) qualidade técnica;
- f) quantidade (excesso/escassez) de material sobre o assunto na coleção;
- g) cobertura/tratamento do assunto;
- h) custo justificado;
- i) idioma;
- j) número de usuários potenciais;
- k) conveniência do formato e obsolescência dos equipamentos necessários para acesso ao conteúdo;
- l) estado de conservação dos materiais;
- m) adequação às quantidades mínimas recomendadas pelos órgãos de avaliação e credenciamento dos cursos da instituição;
- n) formatos acessíveis às pessoas com deficiência.

No âmbito da extensão universitária, o Sisbib/UFT desenvolve ações voltadas à educação informacional, à preservação do patrimônio bibliográfico e ao uso sustentável dos acervos. Entre as iniciativas institucionais, destacam-se as Campanhas de Preservação do Acervo e a realização da Semana do Livro e das Bibliotecas, que promovem a

conscientização da comunidade acadêmica sobre a responsabilidade coletiva na conservação dos materiais informacionais e no acesso democrático ao conhecimento.

Essas ações contribuem para o fortalecimento da cultura de preservação, para a ampliação da circulação do acervo e para a integração das bibliotecas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando seu papel como espaços formativos, de mediação da informação e de promoção da cidadania acadêmica, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional.

13.1.1.2 Biblioteca Virtual

Com o objetivo de manter o acervo bibliográfico permanentemente atualizado e alinhado às demandas acadêmicas, foi realizada a assinatura anual de licenças de acesso à plataforma Minha Biblioteca, que disponibiliza coleção digital composta por aproximadamente 15.000 (quinze mil) títulos.

O acervo contempla obras das áreas de Ciências Exatas, Ciências Jurídicas, Letras e Artes, Medicina, Educação, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. A contratação atual assegura 5.000 (cinco mil) acessos simultâneos por título, com possibilidade de utilização online e offline, em ambiente restrito aos usuários previamente cadastrados da comunidade acadêmica da UFT. A medida amplia o acesso à informação científica, fortalece o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e contribui para a democratização do acesso a conteúdos atualizados e de qualidade.

A biblioteca digital permite: Emissão de relatórios de acesso; Pré-cadastro de usuários; Integração via portal único, ou sistema de gerenciamento de acervo; Disponibilidade de suporte técnico; Títulos amplamente referenciados em cursos de graduação; Catalogação de obras nos formatos: MARC 21 e ISO 2709; Acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana; Acesso simultâneo entre os usuários cadastrados; Disponibilização de textos integrais aos alunos e professores; Acesso através de qualquer dispositivo móvel com internet; Leitura online e offline; Busca dinâmica dos livros por ISBN, título ou autor; Leitura do livro em voz alta; Realce e anotações nos textos podendo os mesmos serem compartilhados; Recursos de acessibilidade para inclusão; Relatórios gerenciais com indicadores de desempenho da biblioteca; Apoio para divulgação do serviço e engajamento dos usuários.

Desse modo, até 2030 o acervo digital deverá ser ampliado por meio da contratação de novas plataformas de conteúdo eletrônico, incluindo bases de dados, bibliotecas digitais e coleções de e-books. Essa iniciativa tem como objetivo fortalecer o suporte informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão, diversificar as fontes de informação científica e tecnológica e tornar o acervo institucional mais robusto, atualizado e alinhado às demandas acadêmicas dos cursos de graduação e pós-graduação.

Destaca-se a ainda a permanente atualização do Repositório criado pela Resolução do Consepe nº05/2011 o qual tem por objetivo agrupar, armazenar, organizar, preservar, recuperar e disseminar a informação científica produzida na universidade. As comunidades que compõem as coleções são: Biblioteca Digital de Monografias; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Produções científicas da UFT; Propriedade Intelectual; Recursos Educacionais, Teses e Dissertações defendidas em instituições externas à UFT.

No que tange à coleção produção científica da UFT são alocados os seguintes trabalhos: artigos de periódicos, capítulos de livros, trabalhos da Editora da UFT (EDUFT), Livros, Relatórios, e trabalhos defendidos em eventos científicos. Espera-se, ao longo do período de cinco anos, o crescimento contínuo do Repositório Institucional, tanto em volume de documentos depositados quanto em sua visibilidade e impacto acadêmico.

A ampliação do número de produções científicas e acadêmicas disponibilizadas deverá decorrer do fortalecimento das políticas de depósito institucional, da sensibilização da comunidade acadêmica e da consolidação de fluxos padronizados de submissão. Paralelamente, projeta-se o aumento da visibilidade nacional e internacional do repositório, por meio da indexação em diretórios e bases especializadas, da adoção de boas práticas de interoperabilidade e da melhoria dos mecanismos de recuperação da informação, contribuindo para a disseminação do conhecimento produzido pela Universidade e para o fortalecimento de sua presença científica.

13.1.1.3 Dados Relativos a Títulos e Exemplares do Acervo

Em razão do processo de migração do sistema SIE para o novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, Pergamum, os dados do acervo encontram-se em fase de atualização e validação. A consolidação dessas informações ocorrerá com a conclusão da

integração dos dados do SIE para o Pergamum, prevista para o ano de 2026, sob responsabilidade da área de Tecnologia da Informação da UFT. Esse processo permitirá maior consistência, confiabilidade e atualização das informações relativas ao acervo bibliográfico institucional. Abaixo estão demonstrados nas Tabelas 9, 10 e 11 os dados relativos a títulos e exemplares das bibliotecas, distribuição de acervo por área de conhecimento e quadro de pessoal responsável pelo gerenciamento do acervo.

Tabela 9 - Dados relativos a títulos e exemplares das bibliotecas da universidade

Dados relativos às bibliotecas da UFT					
Biblioteca	Área do conhecimento	Títulos	Exemplares	Total Títulos	Total Exemplares
Arraiais	Ciências exatas e da terra	914	3.263	6.877	18.348
	Ciências agrárias	5	8		
	Ciências biológicas	125	203		
	Ciências da saúde	59	98		
	Ciências humanas	4.143	10.652		
	Ciências sociais aplicadas	412	1.201		
	Engenharias	58	173		
	Linguística, letras e artes	994	2.298		
	Não informado	78	170		
	Outros	89	282		
Gurupi	Ciências exatas e da terra	622	3.193	5.802	15.525
	Ciências agrárias	2.515	5.258		
	Ciências biológicas	567	1.968		
	Ciências da saúde	61	110		
	Ciências humanas	628	1.907		
	Ciências sociais aplicadas	563	1.302		
	Engenharias	291	839		
	Linguística, letras e artes	383	666		
	Não informado	83	110		
	Outros	89	172		
Miracema	Ciências exatas e da terra	577	980	10.728	25.102
	Ciências agrárias	80	108		
	Ciências biológicas	106	274		
	Ciências da saúde	332	1.230		
	Ciências humanas	4.579	11.756		
	Ciências sociais aplicadas	2.996	6.115		
	Engenharias	111	289		
	Linguística, letras e artes	1.336	2.976		
	Não informado	74	218		
	Outros	537	1.156		
	Ciências exatas e da terra	2.217	9.401	25.628	78.855
	Ciências agrárias	783	2.952		

Palmas	Ciências biológicas	690	3.553		
	Ciências da saúde	1.429	5.916		
	Ciências humanas	4.813	14.128		
	Ciências sociais aplicadas	11.141	29.933		
	Engenharias	1.328	5.034		
	Linguística, letras e artes	2.090	4.792		
	Não informado	396	1.138		
	Outros	741	2.008		
Porto Nacional	Ciências exatas e da terra	970	2.022	19.640	40.286
	Ciências agrárias	320	553		
	Ciências biológicas	1.603	3.703		
	Ciências da saúde	213	419		
	Ciências humanas	7.760	17.204		
	Ciências sociais aplicadas	1.468	2.659		
	Engenharias	184	395		
	Linguística, letras e artes	6.396	11.528		
	Não informado	13	26		
	Outros	713	1.777		

Fonte: Sisbib/UFT, (2025).

Tabela 10 - Distribuição geral do acervo das bibliotecas da universidade por área de conhecimento

Área do conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências exatas e da terra	5.300	18.859
Ciências agrárias	3.703	8.879
Ciências biológicas	3.091	9.701
Ciências da saúde	2.094	7.773
Ciências humanas	21.923	55.647
Ciências sociais aplicadas	16.580	41.210
Engenharias	1.972	6.730
Linguística, letras e artes	11.199	22.260
Multidisciplinar/outros	2.823	7.057
TOTAL	68.685	178.116

Fonte: Sisbib/UFT, (2025).

Tabela 11 - Quadro de pessoal

QUADRO DE PESSOAL DAS BIBLIOTECAS DA UFT					
Câmpus	Especificação				
	Bibliotecário Documentalista	Assistente Administrativo	Bolsista / Estagiário	Outros / Terceirizados	Total
Arraias	1	6	0	0	7
Gurupi	1	4	0	0	5

Miracema	1	3	1	1	6
Palmas	7	6	2	0	15
Porto Nacional	2	4	0	0	6
Total	12	23	3	1	39

Fonte: Sisbib/UFT, (2026).

13.1.2 Serviços Prestados aos Estudantes com Deficiências

No âmbito da política institucional de inclusão, o Sistema de Bibliotecas da UFT atua de forma articulada com a política de Acessibilidade e Educação Inclusiva da universidade. Essa atuação visa à implementação de atendimento especializado e à ampliação das condições de acessibilidade informacional, assegurando à comunidade acadêmica o acesso equitativo aos recursos, serviços e produtos informacionais.

Entre as diretrizes estratégicas, destacam-se a adequação dos espaços físicos, a disponibilização de acervo em formatos acessíveis, a incorporação de tecnologias assistivas e a capacitação das equipes para atendimento inclusivo. Tais ações fortalecem o compromisso institucional com a promoção da permanência estudantil, a redução de barreiras informacionais e a consolidação das bibliotecas como espaços inclusivos, alinhados às diretrizes do PDI (2026-2030) e aos princípios da educação inclusiva.

Neste sentido, o Regimento Geral do Sistema de Biblioteca inclui uma seção destinada a Acessibilidade Informacional, que tem por objetivo atender aos membros da comunidade acadêmica com deficiência voltada para acessibilidade informacional. Compete à Seção de Acessibilidade Informacional (SAI) a prestação de serviços que atendam exclusivamente as demandas informacionais de estudantes identificados por meio de laudo como com necessidades educativas especiais:

- I. Atender aos usuários com deficiência visual, auditiva, paralisia cerebral, dislexia, Síndrome de Irlen;
- II. Disponibilizar acervo especializado (Braille, digital acessível e falado);
- III. Adaptar materiais didáticos e pedagógicos (leitura e digitalização);
- IV. Emprestar equipamentos de tecnologia assistiva (lupa, CDs, DVDs, notebooks, etc.);
- V. Disponibilizar computadores com softwares específicos para os usuários (para acesso a esses serviços serão instalados scanners e os softwares);

- VI. Disponibilizar impressão (Braille, texto em fontes maior para baixa visão e cópias ampliadas);
- VII. Promover eventos inclusivos em parceria com os cursos.

A iniciativa, que conta com o apoio do Setor de Acessibilidade e Educação Inclusiva e da Coordenação do Sistema de Bibliotecas da UFT, teve como base as demandas de acessibilidade de estudantes, professores e técnicos com deficiência da universidade. Uma das primeiras bibliotecas a receber o projeto foi a do campus de Arraias, em 2019, recebendo diversos aparelhos e tecnologias assistivas.

Ao longo dos anos, os materiais de leitura foram adaptados para o formato braille, o que possibilitou aos professores utilizarem esses conteúdos em sala de aula e disponibilizá-los para os estudantes usarem fora do espaço da universidade. Além disso, são oferecidos monitorias e acompanhamentos aos alunos, para a digitação e leitura em braille, bem como o suporte necessário para a utilização do computador para pessoas com deficiência visual.

A proposta de implementação do Projeto Setor de Acessibilidade Informacional também envolve os demais espaços do Sistema de Bibliotecas da UFT. As ações nessas bibliotecas abrangem tanto a construção de novos espaços, que facilitem a mobilidade de estudantes com deficiência, como a disponibilização de kits de equipamentos e tecnologias assistivas nas bibliotecas.

Os ambientes do SAI são totalmente planejados e adaptados para melhorar o acesso dos usuários. Assim, o objetivo é que os equipamentos e tecnologias assistivas presentes nesses espaços consigam atender as demandas dos alunos com deficiências visual e auditiva, paralisia cerebral, dislexia, entre outras condições que tornam mais difícil o acesso a atividades dos câmpus.

Com a implantação do SAI nas bibliotecas da UFT, os usuários terão acesso a um vasto acervo especializado (Braille, digital acessível e falado), além de material didático e pedagógico adaptados, impressão em Braille e computadores com softwares e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão. O Quadro 12 mostra os dispositivos e Tecnologias assistivas disponíveis para o atendimento nas Bibliotecas:

Quadro 12 : Dispositivos e Tecnologias Assistivas Disponíveis nas Biblioteca

Campus	Dispositivos e Tecnologias Disponíveis	Quantitativo	Localização	Forma de Utilização
Palmas	Impressoras Braille	3	Sala 01 – Hall da Biblioteca	Impressão de materiais acadêmicos e administrativos em Braille, mediante conversão prévia de arquivos digitais
Palmas	Lupas de Visão	2	Biblioteca	Ampliação de textos impressos para estudantes com baixa visão
Palmas	Bengalas dobráveis	7	Biblioteca	Apoio à mobilidade interna no campus
Palmas	Mouses adaptados	2	Biblioteca	Acesso facilitado a computadores institucionais
Palmas	Óculos com linha Braille (OrCam MyEye)	2	Biblioteca	Leitura instantânea de textos impressos e digitais por reconhecimento óptico
Palmas	Pranchetas adaptadas	6	Biblioteca	Apoio à escrita e organização tátil de materiais
Palmas	Computador Braille – Sense	1	Biblioteca	Produção e leitura de textos em Braille digital
Palmas	Computador Braille Freedom Scientific	1	Biblioteca	Navegação digital com leitor de tela e linha Braille
Palmas	Cadeira de rodas	1	Biblioteca	Apoio à mobilidade
Porto Nacional	OrCam MyEye	1	Biblioteca	Leitura óptica portátil de textos impressos
Porto Nacional	Linha Braille Focus 40 Blue	1	Biblioteca	Interface tátil para leitura digital
Porto Nacional	Notetaker Braille Sense U2	1	Biblioteca	Produção de textos e organização acadêmica em Braille
Porto Nacional	Impressora Braille Everest D V5	1	Biblioteca	Impressão de documentos acadêmicos em Braille
Porto Nacional	Softwares leitores e digitalizadores	—	Biblioteca	Conversão de texto impresso para formato digital acessível (OCR)
Porto Nacional	Globo em Braille	1	Biblioteca	Apoio pedagógico tátil em disciplinas de Geografia
Porto Nacional	Amplificador de Mesa	1	Biblioteca	Ampliação eletrônica de textos e imagens
Porto Nacional	Go Vision / Ruby XL HD	2	Biblioteca	Leitura ampliada portátil para baixa visão
Arraias	Computador com software OCR e scanner	1	Biblioteca	Digitalização e conversão de textos impressos em áudio ou texto ampliado
Arraias	Impressora Braille (App Braille Fácil)	1	Biblioteca	Impressão de textos convertidos em Braille
Arraias	Leitor/Amplificador de Tela (com e sem fone)	2	Biblioteca	Leitura sonora de conteúdo digital
Arraias	Leitor/Amplificador portátil	1	Biblioteca	Uso móvel em sala de aula
Arraias	Livros em Braille	Acervo específico	Biblioteca	Consulta e empréstimo bibliográfico acessível
Miracema	Vídeo Amplificador de Mesa (CCTV)	1	Casa do Estudante	Ampliação eletrônica de textos impressos

Fonte: PROEST e SISBIB, (2025).

No Campus de Palmas, a unidade de atendimento de Acessibilidade e Educação, também localizado no térreo da Biblioteca, é um espaço de atendimento de estudantes com deficiência e acolhimento da comunidade acadêmica, atuando na garantia da acessibilidade e inclusão dos estudantes através da oferta de tecnologias assistivas para os estudantes com deficiência como: teclado para baixa visão, acionadores (mouse estacionário de esfera, mouse por toque, mouse óptico), software leitor de telas, linha Braille, lupa fixa, lupas eletrônicas, leitor autônomo, leitor digital, computadores adaptados, audiodescrição em vídeos pedagógicos e cadeira para uso no campus. O espaço também conta scanners com OCR (equipamento que digitaliza páginas, reconhece o texto e extrair, permitindo a edição) e impressora Braille.

Campus de Palmas:

03 Impressoras Braille
02 Lupas de Visão
07 Bengalas dobráveis
02 Mouses adaptados
02 Óculos linha Braille - Orcam Myeye
06 Pranchetas
01 Cadeira de Rodas
01 Computador Braille – Sense
01 Computador Braille Freedom – Scientific

Campus de Porto Nacional:

OrCam MyEye.
Linha Braille Focus 40 Blue & Notetaker Braille Sense U2.
Impressora Braille Everest D V5.
Softwares e Digitalizadores.
Globo em Braille.
Amplificador de Mesa.
Go Vision.
Ruby XL HD

Campus de Arraias

1 Computador software OCR com Scanner
1 Impressora Braille (app braille fácil)
1 Leitor/Amplificador de tela
1 Leitor/Amplificador de tela com fone
1 Leitor/amplificador de tela portátil
Livros em braille.

Campus de Miracema

Vídeo Amplificador de Mesa (CCTV - Closed-Circuit Television)

Além disso, são produzidos materiais adaptados de acordo com a demanda dos estudantes e conta com uma equipe de atendimento multidisciplinar e monitores que oferecem suporte aos estudantes no uso dos equipamentos e em sala de aula, a equipe é composta por pedagogos, psicólogos, intérpretes em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Ofertando o atendimento e acompanhamento aos acadêmicos com demandas de necessidade educacionais especiais; adaptações de materiais didáticos e pedagógicos; disponibilidade de tecnologias assistivas; Interpretação em LIBRAS em aulas, eventos e em produção de vídeos informativos, de divulgação e promoção da UFT; bem como, orientações aos docentes referente às demandas do acadêmico, de modo a promover a inclusão.

13.1.2.1 Tecnologias e recursos específicos para surdos

No âmbito institucional, são adotadas tecnologias assistivas e estratégias de acessibilidade comunicacional voltadas à comunidade surda, incluindo:

- Tradução e interpretação em Libras em eventos institucionais;
- Tradução de conteúdos disponibilizados nos sites oficiais;
- Produção de materiais acessíveis;
- Tradução de vídeos institucionais e materiais acadêmicos.
- Disciplinas relacionadas à educação de surdos, Libras, Tecnologias Digitais da Informação, Estudos Surdos, defesas de TCC, dissertações e teses.
- Interpretação em atividades institucionais e acadêmicas, como reuniões de Colegiado, NDE, CONDIR, CONSEPE, PROGRAD, PROGEDEP, PIIP, PIBID e projetos de extensão.
- Acompanhamento de professores surdos em escolas de Porto Nacional e Palmas;
- Acompanhamento funcional junto ao setor de RH;

Entre os recursos disponibilizados, destacam-se:

- Utilização do software VLibras no site institucional;
- Orientações técnicas especializadas do Núcleo de Acessibilidade;

- Tradução inversa (Libras–Português), com apoio à elaboração textual de produções acadêmicas de estudantes surdos.

Essas iniciativas promovem a participação ativa da comunidade surda e fortalecem a política institucional de inclusão e acessibilidade. Com relação a quantidade de tradutores intérpretes de Libras:

- Campus de Palmas: 03 (três) Tradutores e Intérpretes de Libras, vinculados aos setores COEST e Diretoria;
- Campus de Porto Nacional: 02 (dois) servidores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa;
- Campus de Miracema: 01 (uma) servidora intérprete;
Campus de Arraias: 01 (uma) servidora intérprete.

A formação continuada ocorre por meio de:

- participação em cursos de capacitação ofertados pela gestão institucional;
- cursos específicos de aperfeiçoamento em Língua Brasileira de Sinais (Libras);
- participação em encontros, seminários e eventos promovidos pela comunidade surda.

Essa política visa ao aprimoramento técnico, à atualização profissional permanente e ao fortalecimento das práticas institucionais de acessibilidade comunicacional.

O Setor de Acessibilidade dispõe de espaço destinado a estudos e à produção de materiais acessíveis em Libras, equipado com:

- Câmera de gravação Canon 70D, com tripé, bateria e carregador;
- Estrutura de chroma key (fundo verde) para gravação e edição de vídeos;
- Sistema de áudio via Bluetooth;
- Notebook para realização de traduções on-line e edição de conteúdo;
- Televisor utilizado como tela de retorno.

Os equipamentos disponíveis possibilitam a produção de vídeos institucionais acessíveis, a tradução de conteúdos digitais e o atendimento às demandas acadêmicas e administrativas relacionadas à acessibilidade.

O Campus de Porto Nacional conta com 01 laboratório de informática com 30 computadores com câmeras acopladas; 01 televisor ; 01 sistema de videoconferência; 48 webcam; 04 filmadoras profissionais; 04 câmeras (foto e vídeo), todos os equipamentos encontram-se em uso e servem para a produção de conteúdos em Língua Brasileira de Sinais tanto por professores quanto por discentes da graduação e da pós-graduação.

O objetivo é que todos os Câmpus da UFT sejam capazes de implementar e garantir o funcionamento pleno da unidade de Acessibilidade Informacional, proporcionando também o empréstimo das tecnologias assistivas, para que os estudantes consigam usá-las em suas atividades do cotidiano. O acesso aos recursos institucionais ocorre mediante solicitação formal e registro protocolar, observando-se as seguintes etapas: Solicitação, Análise, Autorização e Liberação.

13.1.3 Laboratórios

A UFT dispõe de uma infraestrutura laboratorial ampla, diversificada e estrategicamente distribuída, voltada ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, com papel essencial na formação acadêmica, científica e profissional de seus estudantes. Os laboratórios constituem espaços fundamentais para a integração entre teoria e prática, contribuindo para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem e para o fortalecimento da produção científica institucional.

Atualmente, a Universidade conta com 330 laboratórios de uso específico, distribuídos entre as cinco unidades universitárias, de acordo com as áreas de conhecimento e as demandas acadêmicas de cada campus. Desse total, 17 laboratórios estão localizados no Câmpus de Arraias, 72 laboratórios no Câmpus de Gurupi, 8 laboratórios no Câmpus de Miracema, 175 laboratórios no Câmpus de Palmas e 58 laboratórios no Câmpus de Porto Nacional.

Complementarmente, a UFT dispõe de 13 laboratórios de informática, destinados ao suporte às atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa, bem como ao acesso a recursos computacionais e tecnológicos. Esses ambientes estão distribuídos da seguinte forma: 3 laboratórios no Câmpus de Arraias, 2 laboratórios no Câmpus de Gurupi, 2 laboratórios no Câmpus de Miracema, 5 laboratórios no Câmpus de Palmas e 1 laboratório no Câmpus de Porto Nacional.

As edificações que abrigam os laboratórios foram projetadas e adaptadas para atender às exigências técnicas, normativas e operacionais específicas de cada área do conhecimento, contemplando condições adequadas de segurança, funcionalidade, conforto ambiental, instalações prediais e suporte tecnológico. Essa infraestrutura viabiliza a realização de atividades experimentais, práticas acadêmicas, análises técnicas e pesquisas aplicadas, reafirmando o compromisso institucional da Universidade com a qualidade do ensino, a

inovação e a formação de profissionais qualificados, alinhados às demandas científicas, tecnológicas e sociais contemporâneas.

Biotérios experimentais

O Câmpus de Palmas conta com **biotérios experimentais**, localizados em laboratórios específicos dos cursos. Os biotérios contam com estante ventilada para acomodação de cobaias, autoclaves, câmara de CO₂, ar condicionado, caixas de polietileno para ratos/matrizes, salas climatizadas para práticas diversas.

Núcleo de Prática Jurídica (NPJ)

O Câmpus de Palmas conta com o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) que contempla um Laboratório de Prática Jurídica situado na própria Instituição (Bloco C) e um Escritório Modelo, localizado no prédio do Fórum Central de Palmas, da Justiça Estadual do Tocantins.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) foi reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em dezembro de 2005. É uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo que conta com membros das diversas áreas do saber e operacionaliza os processos através da Plataforma Brasil.

O CEP tem sala própria (Reitoria/2º piso), o que é uma exigência da CONEP para garantir o sigilo das informações submetidas e tramitadas pelo CEP. O espaço conta com recepção, 2 salas de atendimento da secretaria, uma sala da coordenação do CEP e uma sala de reuniões.

Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Câmpus de Palmas conta Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua), devidamente credenciado junto ao Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), vinculado ao MCTI. A Coordenação da Ceua está subordinada à Diretoria de Pesquisa (DIRPESQ) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPESQ/UFT)

Empresas Juniores

Empresa Júnior é a entidade organizada sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, apartidária, gerida exclusivamente por estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação da Universidade. Os propósitos da Empresa Júnior são: realizar ações, projetos e prestação de serviços para pessoas físicas, pessoas jurídicas, entidades e sociedade em geral; favorecer a formação integral de seus membros, desenvolvendo nestes capacidade crítico-reflexivo espírito empreendedor, competência acadêmica, científica, profissional e humanística; contribuir com o desenvolvimento humano, social, científico, econômico e Tecnológico; ser um espaço de capacitação para o mercado de trabalho e intervenção na realidade social.

As atividades realizadas pelas Empresas Juniores são consideradas de caráter institucional de modo que as EJs compõem o ecossistema de inovação e empreendedorismo da UFT; o Movimento Empresa Júnior tem como prerrogativa o protagonismo estudantil na execução de projetos e serviços e na gestão administrativa das EJs; a gestão das Empresas Juniores deve ter autonomia em relação à universidade ou a qualquer entidade estudantil. Atualmente as EJs regularizadas na instituição incluem:

- Amb Jr.: Engenharia Ambiental.
- Ampla: (Foco em consultoria/gestão).
- Ateliê 203: (Foco em arquitetura/design).
- Cajá: Consultoria e assessoria em Nutrição.
- Cajú: Engenharia de Alimentos (inaugurou nova sede recentemente).
- ConstrUFT: Engenharia Civil.
- Sagaz: (Foco em gestão/consultoria).
- Tesla: (Foco em elétrica/tecnologia)

13.1.4 Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte (CUICA) e Anfiteatros

O Auditório CUÍCA da UFT tem capacidade para aproximadamente 458 pessoas sentadas em cadeiras acolchoadas, apropriado para eventos maiores como formaturas, congressos e apresentações culturais. É um dos principais espaços destinados à realização de eventos acadêmicos, científicos, culturais e institucionais da universidade.

Localizado no campus de Palmas, o auditório se destaca por ser um ambiente preparado para receber palestras, seminários, congressos, defesas acadêmicas, apresentações

artísticas e demais atividades que promovem a integração entre universidade e comunidade. O espaço é reconhecido por sua estrutura adequada para eventos de médio e grande porte, contando com palco, sistema de som, recursos audiovisuais e assentos organizados para garantir conforto e boa visibilidade ao público. Sua infraestrutura permite a realização tanto de atividades formais, como refeições de grau e eventos científicos, quanto de manifestações culturais e debates abertos à comunidade externa.

Além da função estrutural, o Auditório Cuíca possui grande importância simbólica dentro da UFT, pois representa um ponto de encontro do saber, da cultura e da troca de experiências. Ao longo dos anos, tem sediado eventos que contribuem para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento do diálogo entre a universidade e a sociedade tocantinense. Dessa forma, o Auditório consolida-se como um espaço estratégico para a promoção do conhecimento, da cultura e da participação social.

O CUICA é todo climatizado, possui um palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones, mesas, púlpito. Não obstante, o prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

Os Câmpus contam, ainda, com anfiteatros com capacidade para até 90 pessoas cada, sendo que entre dois deles, em Palmas, há uma porta cuja divisão é removível, podendo, então, torná-lo em um anfiteatro maior e que comporta até 180 pessoas. Os anfiteatros possuem palco para eventos, formaturas e apresentações diversas, além de equipamentos de som, multimídia, projetores, microfones e mesas. O mesmo prédio possui banheiros com espaço dedicado a pessoas com deficiências e equipados com itens de higiene pessoal.

13.1.5 Pistas de Atletismo da UFT

As pistas de Atletismo da UFT, localizadas no Câmpus de Palmas e em Miracema, são instalações esportivas da instituição, integrada ao Complexo Esportivo Heróis do Araguaia e sendo referência para treinamento, eventos esportivos e atividades físicas tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa, conforme normas de uso da própria universidade.

A pista localizada no Câmpus de Palmas, é uma pista oficial com padrão internacional certificada pela International Association of Athletics Federations (IAAF), projetada com oito raias de 400 metros cada, conta com uma pista de 100 metros, duas pistas de salto com vara,

duas pistas de salto triplo e extensão, duas bases para lançamento de peso, uma pista para lançamento de dardo, duas pistas para salto em altura e duas pistas para salto com vara. Essa estrutura a torna apta para receber atletas olímpicos e paraolímpicos, e até competições internacionais. Ademais, o complexo esportivo contempla um campo gramado, que, em 2022, sediou a 2ª Copa Tocantins de Futebol Society na qual participaram 12 equipes, padrão adotado em competições de alto rendimento. Já a pista de atletismo de Miracema possui quatro raias.

A cobertura das pistas é feita com piso sintético apropriado para atletismo, que oferece segurança e desempenho adequados aos atletas. A área total da pista é ampla (mais de 6600 m² em sua construção original), com espaço suficiente para todas as provas técnicas e de corrida. As pistas da UFT representam um marco no esporte da região, a de Palmas foi a primeira com padrão internacional no Estado e serve como um centro para formação e desenvolvimento de atletas, oferecendo infraestrutura adequada para treinos que podem levar a participações no cenário nacional e internacional.

13.1.6 Prainha da UFT

A Prainha da UFT é um espaço de convivência e lazer localizado no Campus de Palmas, às margens do lago formado pela Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lago de Palmas). O local é bastante conhecido pela comunidade acadêmica por proporcionar contato direto com a natureza dentro do ambiente universitário. Caracteriza-se por uma pequena faixa de areia às margens do lago, cercada por vegetação típica do Cerrado, o que cria um ambiente agradável para descanso, encontros entre estudantes e realização de atividades ao ar livre. A Prainha é frequentemente utilizada para momentos de integração, práticas esportivas informais, estudos em grupo e eventos acadêmicos ou culturais promovidos pela universidade em especial o projeto Som das Águas (link: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-retoma-o-projeto-som-das-aguas-em-2025-unindo-arte-e-conscientizacao-ambiental>).

O espaço destinado para a orla da prainha, além de possuir um píer exclusivo, que propicia apreciar o pôr do sol e a Ponte da Amizade, um dos cartões postais da cidade, tem um espaço específico devidamente equipado com quadra de vôlei de areia, quadra de basquete (3x3), bolas para jogos, mesas e bancos, onde também são desenvolvidas as atividades de Badminton e Peteca.

Além do valor recreativo, o espaço também possui importância pedagógica, sendo utilizado em atividades de campo por cursos como Biologia, Engenharia Ambiental e áreas afins, especialmente para observação ambiental e estudos relacionados ao ecossistema aquático e ao Cerrado. A Prainha da UFT representa, assim, um ponto simbólico de convivência universitária, integrando natureza, lazer e vida acadêmica, e contribuindo para a qualidade de vida no campus de Palmas.

13.1.7 Ginásio de Esporte, espaços para prática de esportes, cultura, áreas de lazer e convivência

A UFT oferece uma estrutura diversificada voltada ao bem-estar e ao desenvolvimento da comunidade acadêmica. Além das estruturas esportivas e de lazer anteriormente mencionadas, a UFT dispõe, em seus diversos câmpus, de áreas destinadas à convivência, integração comunitária e alimentação da comunidade acadêmica, concebidas como parte da infraestrutura de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil.

Esses ambientes compreendem espaços abertos e cobertos de convivência, áreas de alimentação e equipamentos voltados à integração e recreação, como áreas arborizadas e locais de descanso coletivo. Tais espaços são dotados de mobiliário adequado ao uso comunitário — incluindo bancos, mesas e estruturas de apoio — e apresentam dimensões e capacidade de atendimento compatíveis com a demanda de estudantes, docentes, técnicos administrativos e visitantes nos diferentes câmpus da instituição, conforme encontra-se destacado na Tabela 12:

Tabela 12: Espaços de convivência dos campus, tamanho e capacidade de atendimento

Localização/Campus	Espaço	tamanho	Quantidade	Capacidade
Arraias	Area de lazer de Arraias	160,87 m ²	1	70 pessoas simultâneas
	Cantina	160,87 m ²	1	50 pessoas simultâneas
	Restaurante Universitário	158 m ²	1	70 pessoas simultâneas
Gurupi	Areas de lazer	4.800 m ²	4	400 pessoas simultâneas
	Cantina	93 m ²	1	50 pessoas simultâneas
	Restaurante Universitário	1228,89 m ²	1	300 pessoas simultâneas
Miracema	Área de lazer	242 m ²	1	70 pessoas simultâneas
	Restaurante Universitário	160,87 m ²	1	70 pessoas simultâneas

	Área de lazer	668 m ²	1	200 pessoas simultâneas
Palmas	Cantina	160,87 m ²	2	70 pessoas simultâneas
	Restaurante Universitário	1228,89 m ²	1	300 pessoas simultâneas
	Restaurante Universitário	160,87 m ²	1	70 pessoas simultâneas
Porto Nacional	Cantina	160,87 m ²	1	70 pessoas simultâneas
	Áreas de lazer	484 m ²	2	140 pessoas simultâneas

Fonte: Prefeitura Universitária/UFT, (2025).

O funcionamento dessas áreas ocorre de forma contínua durante todo o expediente institucional da Universidade, possibilitando sua utilização para momentos de integração, descanso e práticas esportivas ao longo das atividades acadêmicas.

No que se refere às condições de acessibilidade, os espaços encontram-se implantados em níveis compatíveis com as demais edificações universitárias, interligados por passeios acessíveis e rotas de circulação adequadas, incluindo sinalização tátil e condições de mobilidade que asseguram o uso seguro e autônomo por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em consonância com as diretrizes de infraestrutura e acessibilidade consideradas nos processos de avaliação institucional da educação superior.

O campus de Miracema destaca-se pelo seu Ginásio Poliesportivo, apto a sediar desde esportes tradicionais, como futsal e basquete, até modalidades olímpicas e paralímpicas, a exemplo da esgrima e do goalball. Em Palmas, a comunidade usufrui de quadras de basquete e vôlei (areia e concreto) na área da prainha e conta com as obras do novo ginásio em pleno andamento. No campus de Gurupi, o Complexo Esportivo é composto por campo de futebol society, quadras de areia e poliesportiva de concreto polido com arquibancada, além de uma academia ao ar livre.

Para os momentos de lazer e integração, os campi de Arraias, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Miracema oferecem espaços de convivência climatizados para os servidores, equipados com sofás, microondas, mesas e televisões. Em Gurupi, a área comum conta com quiosque, churrasqueira e o "Recanto do Sossego" — um ambiente arborizado com redário, ideal para leitura e jogos de mesa (baralho, dama e dominó).

No âmbito institucional, a Escola de Extensão – UFT em Movimento consolidou-se como uma política de esporte, saúde e inclusão. Em 2025, o programa manteve atividades regulares e apoiou a participação da universidade nos Jogos Universitários Brasileiros, realizando seletivas internas e ações inclusivas em parceria com o Comitê Paralímpico

Brasileiro. Melhorias contínuas, como a iluminação da Pista de Atletismo em Palmas, ampliaram o uso dos espaços e fortaleceram a permanência estudantil e os vínculos comunitários.

A vertente cultural é impulsionada pela Escola de Extensão que afirmou-se como ação estruturante de formação cultural e democratização do acesso à música. Oferta vagas em oficinas de prática instrumental no campus de Palmas, com músicos profissionais selecionados por edital e promove concertos, apresentações didáticas e oficinas com mestres da cultura popular. A iniciativa fortalece a política cultural universitária e amplia o reconhecimento social da UFT, dialogando com os ODS 4, 10, 11 e 17.

Por meio do Programa UFT em Movimento são disponibilizados à comunidade acadêmica atividades de: yoga, karatê, capoeira, treinamento de corrida, dança do ventre entre outras.

As ações vinculadas à Escola de Extensão, compreendendo a Orquestra de Música Brasileira da UFT e o programa UFT em Movimento, com foco em serviços especializados, atividades formativas, culturais e esportivas e apoio logístico, com oferecimento de oficinas, concertos, atividades esportivas regulares e ações inclusivas, com impactos na democratização do acesso à cultura e ao esporte, na promoção da saúde e na inclusão social.

13.1.7.1 Espaço Lúdico Pedagógico

Os cinco câmpus contam com o Espaço Lúdico Pedagógico, um ambiente dedicado à convivência e ao desenvolvimento de atividades lúdicas e de aprendizagem para as crianças e estudantes da graduação. É direcionado aos filhos de discentes e de servidores com idade de 03 (três) a 07 (sete) anos.

O Espaço Lúdico Pedagógico consolidou-se, como ação institucional de apoio à permanência estudantil e à equidade, com execução nos cinco câmpus da UFT. A ampliação dos atendimentos, incluindo o turno noturno em Gurupi, e a abertura à comunidade externa em Porto Nacional qualificaram o alcance da iniciativa. A priorização de filhos e filhas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica reforçou seu papel estratégico na redução da evasão e na promoção da igualdade de oportunidades, em consonância com os ODS 4, 5, 10 e 17, a ampliação de turnos e o atendimento prioritário a estudantes em situação

de vulnerabilidade, com impacto direto na permanência estudantil, na equidade e na redução de fatores associados à evasão.

13.1.8 Casas do Estudante

As Casas do Estudante da UFT fazem parte da Política de Assistência Estudantil da universidade e são destinadas a oferecer moradia digna a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permitindo que eles permaneçam e concluam seus cursos com menos dificuldade de custo de vida. Os principais objetivos incluem: viabilizar a permanência e conclusão dos estudos; melhorar as condições de vida e desempenho acadêmico dos estudantes; promover convivência coletiva e relações sociais saudáveis; estimular solidariedade e responsabilidade entre os residentes. A UFT possui casas nos câmpus universitários: Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Palmas (conta com projeto de adaptação em novo prédio doado pelo TCU). Há uma Casa do Estudante exclusiva para estudantes indígenas na cidade de Palmas. Estrutura e funcionamento: as casas funcionam como residências coletivas, onde os estudantes dividem quartos, banheiros e áreas comuns.

A seleção dos moradores é feita por editais próprios, normalmente com análise socioeconômica, para priorizar estudantes com maior necessidade de apoio. Em Palmas, a UFT oficializou recentemente a posse de um prédio (antigo TCU) que será adaptado para abrigar até cerca de 70 estudantes em situação de vulnerabilidade, com espaço amplo e infraestrutura mais confortável. Em Miracema, a Casa do Estudante tem capacidade para cerca de 60 estudantes, com quartos, cozinhas, lavanderia, espaços coletivos e ar-condicionado em alguns ambientes. Em Porto Nacional, a moradia externa tem capacidade para 32 vagas e a moradia interna foi adaptada para acomodar em torno de 80 estudantes, distribuídos em blocos com quartos compartilhados, áreas de cozinha e lavanderia. Gurupi tem capacidade para 30 vagas, com quartos, cozinhas, lavanderia, sala de estar, sala de estudo. Arraias 56 vagas.

13.1.9 Restaurantes Universitários

O Restaurante Universitário (RU) configura-se como o principal pilar de segurança alimentar da comunidade acadêmica, são unidades de infraestrutura própria localizadas nos Câmpus de Arraias, Palmas, Porto Nacional, Miracema e Gurupi. Em 2025, o RU dos 5 Câmpus registrou uma média de 3.320 atendimentos diários, de refeições servidas entre almoço, jantar e café da manhã. Os restaurantes universitários são gerenciados pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest) da UFT e pelas respectivas Direções de Câmpus, que organiza e supervisiona o serviço. O funcionamento dos RUs compõem a política de segurança alimentar, especialmente importante para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, ajudando a promover permanência e sucesso nos estudos. Cada RU funciona como um bandeirão onde as refeições são servidas diariamente em sistema de autosserviço, com capacidade conforme listado na Tabela 12 do item 13.1.7.

Os RUs da UFT não apenas fornecem comida, mas também desempenham um papel importante na vida acadêmica dos estudantes, ajudando a: facilitar a rotina diária dentro do campus; Garantir acesso a uma alimentação nutritiva e equilibrada e reduzir despesas com alimentação externa, beneficiando especialmente estudantes em vulnerabilidade.

Os restaurantes são dotados de catraca eletrônica (três equipamentos) com leitura de cartões recarregáveis. Todos os alunos da instituição – estudantes dos cursos de graduação e de pós-graduação – recebem o cartão de acesso do restaurante que pode ser devidamente recarregado no próprio RU.

A instituição subsidia a refeição dos alunos conforme política já estabelecida e nível de vulnerabilidade socioeconômica. As refeições são produzidas por empresa terceirizada sob fiscalização de uma nutricionista. São servidas refeições dos tipos: padrão e vegetariana, balanceadas e em condições higiênico-sanitárias adequadas, respeitando-se a cultura local e com atenção às condições socioambientais.

A distribuição das refeições é realizada no sistema de cafeteria mista, com porcionamento do prato proteico (padrão e vegetariano), sobremesa e bebidas, respeitando-se o padrão, incidências e cardápios mínimos constantes neste termo de referência. Toda produção, manuseio e fornecimento das refeições respeita a legislação vigente como requisito contratual. O horário de funcionamento é de segunda-feira a sexta-feira: café da manhã - das 07h às 08h; almoço - das 11h às 14h; e jantar: 17h30min às 19h30min. O usuário pode acessar o cardápio do restaurante por meio de aplicativo próprio conforme orientação do site institucional (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/links/restaurante-universitario>).

13.1.10 Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPIC)

O Centro de Práticas Integrativas e Complementares (CEPIC), situado no térreo da Biblioteca do Campus de Palmas, constitui-se como um ambiente institucional de ensino, pesquisa e extensão voltado à promoção do cuidado integral em saúde. sua infraestrutura física é composta por uma sala de coordenação administrativa equipada com computadores e impressora central; uma sala de acolhimento destinada à escuta e à organização do plano terapêutico; três salas climatizadas para atendimentos individuais ou coletivos, todas dotadas de macas, mobiliários específicos e acesso à internet cabeada e sem fio; uma área ampliada próxima ao setor de acessibilidade destinada às atividades em grupo; além de uma copa de apoio. Essa estrutura robusta e multifuncional sustenta a realização integrada de práticas assistenciais, ações formativas e pesquisas acadêmicas, consolidando o CEPIC como um território de produção de conhecimento, cuidado integral e inovação pedagógica em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

Entre as práticas ofertadas, destacam-se acupuntura, massoterapia, bambuterapia, termoterapia, aromaterapia, cromoterapia, reflexoterapia podal, auriculoterapia, barras de access, theta healing, meditação guiada, yoga, ventosaterapia, quiropraxia, liberação miofascial, terapias florais, reiki e constelação familiar. Esses atendimentos, gratuitos e acessíveis à comunidade acadêmica e ao público externo.

13.1.11 Viveiro Florestal

O viveiro florestal implantado no campus de Gurupi é fruto do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2019, com a empresa Jardiplan Urbanização e Paisagismo, apoiado pela Valec, com o objetivo de produzir mudas nativas e exóticas no Câmpus. Hoje, o viveiro florestal da UFT conta com sistema de irrigação em 3 mil m² de casa de sombra e 6 mil m² de área de pleno sol e com uma Unidade Administrativa de 106 m². A unidade administrativa possui 1 sala de processamento de dados, 1 escritório, 1 laboratório e 2 banheiros. Hoje a cidade de Gurupi conta com o maior viveiro florestal de espécies nativas de Cerrado da região Sul do Tocantins, capaz de produzir 50 espécies-mudas de Cerrado, com qualidade. Essas mudas são a matéria prima para implantação de projetos de arborização urbana, recuperação de nascentes e áreas degradadas da região. Desde a celebração do acordo, cerca de 500 mil

mudas de 50 espécies nativas do bioma cerrado foram cultivadas e utilizadas na recomposição florestal das margens da ferrovia Norte-Sul, no trecho de Brejinho de Nazaré - TO a Porangatu - GO.

13.1.12 Fazenda Experimental

A Fazenda Experimental do campus de Gurupi da UFT constitui infraestrutura estratégica para o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica nas Ciências Agrárias, Ambientais e áreas afins.

Com 138,25 hectares, localizada externamente ao campus, configura-se como espaço acadêmico estruturante, funcionando como laboratório a céu aberto para práticas de campo, experimentação científica, validação de tecnologias e desenvolvimento de projetos interdisciplinares alinhados às demandas regionais do Tocantins e do Matopiba. Nesse contexto, viabiliza atividades como implantação e avaliação de culturas, estudos de manejo e conservação do solo e da água, pesquisas em fitotecnia e sistemas agroflorestais, monitoramento ambiental e biodiversidade do Cerrado, além do desenvolvimento de tecnologias em agricultura de precisão e ações de extensão e transferência de tecnologia junto a produtores rurais.

No âmbito da pós-graduação, amplia as condições para pesquisas aplicadas, contribuindo para a consolidação dos programas *stricto sensu* e para a captação de recursos externos via editais de fomento. Destaca-se, ainda, o potencial de expansão institucional com a implantação do Curso de Medicina Veterinária, possibilitando o uso da infraestrutura para unidades demonstrativas de produção animal, áreas para clínica e manejo de grandes animais, pesquisas em sanidade, nutrição e reprodução, apoio a estágios supervisionados e projetos integrados entre produção vegetal e animal.

Assim, a Fazenda Experimental consolida-se como ativo institucional relevante para o modelo multicampi da UFT, promovendo integração entre cursos, interdisciplinaridade e ampliação da capacidade formativa do Câmpus de Gurupi.

13.2 Infraestrutura Tecnológica

A infraestrutura tecnológica da UFT constitui a base operacional que sustenta os serviços digitais, os sistemas institucionais e a conectividade necessária ao pleno funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas. Sua organização e expansão são orientadas por critérios de segurança, confiabilidade, eficiência e sustentabilidade, assegurando suporte contínuo às ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão em todos os câmpus.

No contexto do PDI (2026-2030), a infraestrutura tecnológica é compreendida como elemento estratégico de desenvolvimento institucional, articulada às políticas de governança, transformação digital, acessibilidade e inovação. O fortalecimento dessa infraestrutura responde tanto às demandas internas da comunidade universitária quanto às exigências externas de avaliação, transparência e controle.

A política institucional de infraestrutura tecnológica da UFT fundamenta-se em um conjunto de marcos normativos e estratégicos que orientam sua concepção, gestão e expansão. Destacam-se a Lei nº 14.129/2020, que dispõe sobre o Governo Digital e a eficiência da administração pública; a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD); a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); as diretrizes do Tribunal de Contas da União relativas à governança de TIC; as normativas do SINAES/INEP; além do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), da Política de Segurança da Informação (PSI) e do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) da UFT. Esses instrumentos asseguram que a infraestrutura tecnológica esteja alinhada aos princípios da legalidade, transparência, segurança, eficiência e responsabilidade pública.

A infraestrutura tecnológica da UFT é orientada por princípios de inovação responsável, sustentabilidade, acessibilidade digital, segurança da informação e uso eficiente dos recursos públicos, sendo gerida de forma integrada ao planejamento estratégico institucional. Sua gestão articula-se ao PDI (2026-2030), aos Planos Anuais de Trabalho e aos instrumentos de governança e avaliação, assegurando que os investimentos em tecnologia estejam alinhados aos objetivos estratégicos da universidade e ao fortalecimento da gestão, e da sustentabilidade socioambiental.

No ciclo do PDI (2021-2025), diversas ações estruturantes foram implementadas e servem como evidências e base para o novo planejamento. Destacam-se a ampliação e

manutenção da infraestrutura de redes, a modernização gradual dos ambientes tecnológicos, a informatização de processos administrativos e acadêmicos, a integração de sistemas institucionais, o fortalecimento da segurança da informação e a atuação do Comitê de Governança Digital. Essas iniciativas permitiram avanços significativos na estabilidade dos serviços, no suporte às atividades acadêmicas e na consolidação de uma cultura institucional orientada à transformação digital.

Essas experiências acumuladas no PDI (2021-2025) irão subsidiar diretamente o planejamento do novo ciclo de planejamento da instituição (2026-2030), permitindo que a infraestrutura tecnológica da UFT seja fortalecida de forma planejada, sustentável e alinhada às exigências dos órgãos de controle e avaliação. A consolidação dessa política cria condições para ampliar a qualidade dos serviços digitais, apoiar a inovação institucional e assegurar que a tecnologia continue sendo um vetor estratégico para o cumprimento da missão pública da universidade. A Tabela 13 elenca o quantitativo atual de equipamentos de TIC por campus:

Tabela 13 - Equipamentos de TIC, quantitativo atual por campus, 2025.

INFRAESTRUTURA DE TIC					
UNIDADE EQUIPAMENTOS	Máq. servidor (Qtde)	Computador administrativo (Qtde)	Computador Laboratório (Qtde)	Notebook (Qtde)	Tablet (Qtde)
CAMPUS DE ARRAIAS	1	87	119	38	9
CAMPUS DE GURUPI	1	234	78	55	19
CAMPUS DE MIRACEMA	1	144	30	28	3
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	1	257	140	64	14
CAMPUS DE PALMAS	1	772	269	236	63
REITORIA	35	756	20	230	22

Fonte: PROTIC, 2025.

Essas evidências apontam para um projeto em estágio de construção física e organizacional, que agrega valor ao planejamento estratégico da universidade e amplia o papel da UFT no desenvolvimento científico e tecnológico do Tocantins.

Assim, na Tabela 14 demonstra o quantitativo que se pretende adquirir durante a vigência do PDI (2026-2030).

Tabela 14 - O que se pretende adquirir - PDI (2026-2030)

INFRAESTRUTURA DE TIC					
UNIDADE / EQUIPAMENTOS	Máq. servidor (Qtde)	Computador administrativo (Qtde)	Computador Laboratório (Qtde)	Notebook (Qtde)	Tablet (Qtde)
CAMPUS DE ARRAIAS	1	44	60	19	5
CAMPUS DE GURUPI	1	117	39	28	10
CAMPUS DE MIRACEMA	1	100	90	30	7
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	1	129	70	32	7
CAMPUS DE PALMAS	1	386	135	118	32
REITORIA	15	378	10	115	11

Fonte: PROTIC, 2025.

13.2.1 Data Center / Salas Técnicas

Os Data Centers e as Salas Técnicas da UFT constituem a base física e lógica que sustenta o funcionamento dos sistemas institucionais, dos serviços digitais e das plataformas acadêmicas e administrativas da universidade. Em uma instituição multicâmpus, com grande dispersão territorial e elevada dependência de serviços digitais para ensino, pesquisa, extensão e gestão, esses ambientes assumem caráter estratégico para garantir continuidade operacional, segurança da informação e estabilidade dos serviços prestados à comunidade universitária e à sociedade.

No contexto institucional da UFT, os Data Centers e Salas Técnicas são compreendidos como ambientes críticos, responsáveis por hospedar servidores, equipamentos de rede, soluções de virtualização, sistemas acadêmicos e administrativos, bases de dados institucionais e serviços essenciais, como ambientes virtuais de aprendizagem, portais institucionais e sistemas corporativos. Sua adequada estruturação é condição indispensável para a modernização da gestão universitária, para o fortalecimento da governança digital e para o atendimento às exigências dos órgãos de controle e avaliação.

A política institucional que orienta a gestão desses ambientes críticos fundamenta-se em padrões técnicos e melhores práticas de mercado que visam garantir a resiliência, a segurança física e a continuidade das operações. A infraestrutura do datacenter e das salas técnicas é gerida em conformidade com referências da Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT), como as da família ABNT NBR 16665 e ABNT NBR 16415, e padrões internacionais de telecomunicações para data centers, como a TIA-942. Adicionalmente, a gestão de riscos e a disponibilidade dos serviços seguem conceitos consolidados por instituições como o Uptime Institute. Esses marcos estabelecem requisitos rigorosos para segurança física (controle de acesso, CFTV), climatização de precisão, detecção e combate a incêndio, e redundância de sistemas elétricos, assegurando a integridade e a disponibilidade dos ativos de TIC da Universidade.

Os princípios que norteiam a gestão dos Data Centers e Salas Técnicas da UFT concentram-se na confiabilidade, disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações, aliadas à eficiência energética, à sustentabilidade ambiental e à racionalização do uso de recursos públicos. As diretrizes institucionais priorizam a padronização dos ambientes, a adoção de boas práticas de mercado, a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, a redundância de infraestrutura crítica e o planejamento do ciclo de vida dos ativos tecnológicos, assegurando escalabilidade e resiliência dos serviços.

A integração desses ambientes com o planejamento estratégico institucional ocorre de forma articulada com o PDI (2026-2030), o PDTIC e os instrumentos de governança e avaliação da UFT. As decisões relativas à expansão, modernização e manutenção dos Data Centers e Salas Técnicas são vinculadas às metas institucionais, aos planos anuais de trabalho e às prioridades definidas pela governança de TIC, garantindo alinhamento entre investimento público, risco operacional e entrega de valor institucional.

No ciclo do PDI vigente (2021-2025), a UFT avançou na manutenção e ampliação de sua infraestrutura tecnológica central, com ações voltadas à melhoria da segurança da informação, à modernização gradual dos ambientes técnicos e ao fortalecimento da governança digital. Destacam-se iniciativas de organização dos ambientes de TI, aprimoramento da infraestrutura de rede, suporte à virtualização de serviços e adoção de práticas alinhadas às recomendações do Comitê de Governança Digital, criando uma base sólida para a continuidade e expansão dos serviços institucionais. Na Tabela 15 é demonstrado o quantitativo de Data Center e Salas Técnicas.

Tabela 15: Data Center e Salas Técnicas atuais.

DATA CENTER / SALAS TÉCNICAS - DADOS ATUAIS			
UNIDADE / AMBIENTE	DATA CENTER (QTD)	SALA TÉCNICA (QTD)	ÁREA TOTAL (M²)
CAMPUS DE ARRAIAS	0	1	8
CAMPUS DE GURUPI	0	1	88
CAMPUS DE MIRACEMA	0	1	46
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	0	1	8
CAMPUS DE PALMAS	0	1	8
REITORIA	1	0	165

Fonte: PROTIC, 2025.

Essas ações implementadas no PDI vigente (2021-2025) constituem evidências concretas da maturidade institucional alcançada e subsidiam o planejamento do próximo ciclo. Para o PDI (2026-2030), os Data Centers e Salas Técnicas passam a ser tratados como ativos estratégicos, cuja modernização contínua permitirá ampliar a confiabilidade dos sistemas, reduzir riscos operacionais, fortalecer a segurança da informação e sustentar a transformação digital da UFT de forma alinhada às exigências legais, às diretrizes dos órgãos de controle e às necessidades da comunidade acadêmica. O quantitativo que se pretende adquirir pode ser visualizado na Tabela 16.

Tabela 16: O que se pretende adquirir **PDI (2026 – 2030)**

DATA CENTER / SALAS TÉCNICAS			
UNIDADE / AMBIENTE	DATA CENTER (QTD)	SALA TÉCNICA (QTD)	ÁREA TOTAL (M²)
CAMPUS DE ARRAIAS	0	0	14
CAMPUS DE GURUPI	0	0	14
CAMPUS DE MIRACEMA	0	1	14
CAMPUS DE PORTO NACIONAL	0	0	14
CAMPUS DE PALMAS	0	0	14
REITORIA	1	0	400

Fonte: PROTIC, 2025.

13.2.2 Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI)

A implantação do Parque Tecnológico na UFT representa um passo estratégico para consolidar a atuação da UFT como núcleo de inovação, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico no contexto da Amazônia Legal. Essa iniciativa está alinhada ao compromisso da universidade com a promoção de ciência, tecnologia, empreendedorismo e inovação que respondam às demandas sociais, econômicas e ambientais do território onde está inserida, fortalecendo sua missão de gerar impacto público por meio do conhecimento.

Os princípios que norteiam o desenvolvimento do Parque Tecnológico incluem a promoção da inovação aberta e colaborativa, a integração entre universidade e setores produtivos, a democratização do acesso a recursos tecnológicos, a sustentabilidade socioambiental e a articulação com políticas públicas de desenvolvimento regional. A consolidação de um ambiente de inovação capaz de atrair empresas âncoras, startups e parceiros estratégicos está associada à missão de criar sinergias entre pesquisa acadêmica, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo.

Diretrizes específicas orientam a implementação do parque tecnológico no âmbito do planejamento institucional, como a integração com os eixos de inovação, extensão, pesquisa e governança do PDI (2026-2030), a articulação com a política de internacionalização e a governança de TIC da instituição, a promoção de infraestrutura de ponta e a construção de parcerias com atores públicos e privados. Esses direcionadores garantem que o parque tecnológico seja implementado de forma sustentável, integrado às prioridades estratégicas da UFT e alinhado à Agenda 2030 da ONU.

No ciclo do PDI vigente (2021–2025), a aprovação e a captação de recursos para viabilizar o Parque Tecnológico constituíram uma das ações mais relevantes no campo da inovação institucional, evidenciando a capacidade da UFT de mobilizar recursos federais e estabelecer parcerias para projetos de grande impacto. A iniciativa representa uma base sólida para as ações futuras, contribuindo para posicionar a UFT como protagonista do ecossistema regional de inovação e como polo de desenvolvimento tecnológico e econômico.

A continuidade dessas ações no PDI (2026-2030), fortalecerá a interação entre universidade, setor produtivo e sociedade, promoverá a geração de conhecimento aplicado e

consolida o PEQUI como elemento estruturante do ecossistema de inovação regional, conforme destacado no item 8.2.1.

Um dos importantes marcos na perspectiva da capilarização e fomento ao empreendedorismo e inovação na UFT, foi a aprovação do Parque de Empreendedorismo, Qualidade Socioambiental e Inovação Tecnológica (PEQUI).

A proposta da UFT foi contemplada na Chamada Pública MCTI/Finep/FNDCT – Parques Tecnológicos (01/2024) e receberá um investimento de R\$ 14.994.386,99. A construção está prevista para uma área de aproximadamente 1.300 m², no Câmpus de Palmas.

O Parque Pequi será um espaço estratégico voltado ao fortalecimento do ecossistema de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade no Tocantins, contribuindo para a integração entre universidade, sociedade e setor produtivo, conforme destacado no tópico 8.3.1.

13.2.3 Conectividade / Internet

A conectividade institucional consolidou-se, no ciclo do PDI vigente (2021–2025), como um dos eixos operacionais mais sensíveis para o funcionamento acadêmico e administrativo da UFT, considerando sua configuração multicâmpus e a ampliação expressiva do uso de ambientes digitais. Ao longo desse período, a universidade avançou na qualificação do acesso à internet e na modernização da infraestrutura de rede, assegurando condições mínimas de estabilidade, disponibilidade e desempenho para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

No plano normativo e institucional, às ações de conectividade da UFT são fundamentadas em um ecossistema de padrões técnicos e políticas de serviço. A espinha dorsal dessa estratégia é a adesão às diretrizes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que estabelecem os requisitos de desempenho e segurança para a conexão intercampi e com a internet acadêmica global. A qualidade da infraestrutura local, por sua vez, segue normas técnicas de cabeamento estruturado (ABNT NBR 14565) e padrões internacionais (IEEE) para redes sem fio e cabeadas, assegurando interoperabilidade e escalabilidade. Tais ações são operacionalizadas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e coordenadas pela PROTIC, com o objetivo de garantir a disponibilidade, capilaridade e largura de banda necessárias para cumprir as exigências de avaliação do SINAES/INEP e

sustentar as operações acadêmicas e administrativas em conformidade com a legislação vigente.

Durante o PDI vigente (2021-2025), foram realizadas a ampliação e a manutenção sistemática da rede institucional cabeada e sem fio nos câmpus, a melhoria da capacidade dos links de internet contratados, a expansão da cobertura de Wi-Fi em áreas acadêmicas e administrativas e a adoção de ferramentas de monitoramento da rede. Informações divulgadas nos canais institucionais da UFT e relatórios de gestão da PROTIC indicam que essas ações permitiram maior estabilidade dos sistemas acadêmicos, suporte à expansão do Ambiente Virtual de Aprendizagem e melhoria do acesso a serviços digitais utilizados por estudantes, docentes e técnicos.

Esses avanços também sustentaram outras políticas institucionais implementadas no período, como a ampliação do uso de tecnologias educacionais, a integração de sistemas acadêmicos e administrativos e o fortalecimento da inclusão digital. A conectividade passou a ser tratada como infraestrutura transversal, indispensável à avaliação institucional, à governança digital e ao cumprimento das metas associadas à inovação e à sustentabilidade administrativa previstas no PDI vigente (2021–2025).

Para o novo ciclo do PDI (2026-2030), a conectividade e o acesso à internet assumem caráter ainda mais estratégico. Espera-se avançar na modernização tecnológica da rede, com aumento de capacidade de banda, maior redundância dos links, ampliação da cobertura de rede sem fio em todos os câmpus e integração com novos ambientes digitais de ensino, pesquisa e gestão. As ações previstas buscam responder ao crescimento do uso de soluções em nuvem, de ambientes virtuais de aprendizagem, de sistemas integrados de gestão e de iniciativas baseadas em dados e inteligência artificial.

O monitoramento desse eixo será realizado por meio de indicadores técnicos de desempenho da rede, relatórios periódicos da PROTIC e instrumentos de avaliação institucional, permitindo verificar a evolução da conectividade ao longo do PDI. Como resultados esperados, projeta-se uma infraestrutura de internet mais robusta, segura e equitativa, capaz de sustentar a transformação digital da UFT, reduzir assimetrias entre câmpus e assegurar melhores condições para a qualidade acadêmica, a eficiência administrativa e a transparência institucional.

13.2.4 Soluções Tecnológicas

A Universidade Federal do Tocantins, historicamente tem empregado um conjunto diversificado de soluções digitais para apoiar suas atividades finalísticas e administrativas. Esse ecossistema tecnológico inclui o Sistema de Informações para o Ensino (SIE), plataformas de ensino-aprendizagem (AVA), sistemas de bibliotecas, portais institucionais e diversas outras aplicações desenvolvidas para atender a demandas específicas. Essa estrutura, embora funcional, reflete uma evolução orgânica que resultou em um cenário heterogêneo, com desafios relacionados à integração de dados, à sustentabilidade das soluções e à experiência do usuário.

A política institucional que orienta o desenvolvimento e a gestão das soluções digitais transcende o mero cumprimento de normas. Ela é um instrumento estratégico para a transformação digital da Universidade, fundamentada na entrega de valor público e na melhoria contínua da experiência do usuário. Alinhada à Lei nº 14.129/2020 (Governo Digital), à LGPD e à Lei de Acesso à Informação, nossa abordagem busca não apenas a conformidade, mas a criação de um ecossistema digital integrado, seguro e centrado nas pessoas. As diretrizes do TCU e do SINAES/INEP são interpretadas como balizadores para a excelência e maturidade de nossos serviços, enquanto o PDTIC, a PSI e o PPSI da UFT traduzem essa visão em um roteiro tático-operacional, coordenado pela PROTIC para garantir que cada solução impulse a missão acadêmica e administrativa da UFT.

Materializando essa visão estratégica, em 2025, a UFT iniciou o processo de implantação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como seu novo sistema de gestão integrada (ERP) institucional. Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelece a consolidação do SUAP como um pilar central para a modernização da gestão, com a perspectiva de unificar e absorver, de forma gradual e planejada, diversos sistemas legados e soluções departamentais atualmente em uso. A adoção do SUAP visa reduzir a fragmentação tecnológica, otimizar processos, garantir a integridade dos dados e, fundamentalmente, oferecer uma experiência de usuário coesa e eficiente para estudantes, docentes, técnicos-administrativos e gestores.

Os desafios históricos de fragmentação, sustentabilidade técnica e experiência de usuário fragmentada reforçam a urgência e a relevância da estratégia de unificação em torno do SUAP. Para o período deste PDI, os esforços serão concentrados não apenas na implantação de módulos, mas também na gestão da mudança organizacional, na capacitação dos usuários e no desenvolvimento de competências internas para a sustentação e evolução da plataforma. O objetivo é consolidar um ambiente digital que funcione como um verdadeiro

ativo estratégico, impulsionando a eficiência administrativa, a transparência e a capacidade da UFT de inovar em seus processos de ensino, pesquisa e extensão.

Abaixo no Quadro 13 são apresentadas as soluções tecnológicas comuns aos câmpus e reitoria.

Quadro 13 - Soluções tecnológicas comuns aos câmpus e reitoria

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS COMUNS AOS CÂMPUS E REITORIA		
Governo Federal	Administrativos	Educacionais
SIAFI	SIE	SIE
SIORG	SUAP	SUAP
SEI	Power BI	MOODLE
Sigepe/SIGAC	Alfresco	OJS (Periódicos UFT)
SIAPE	Portal UFT	DSpace
	SGC	AutoCAD
	GLPI - Atende+	Minha Biblioteca
	Google Workspace for Education	Pergamum
	PGD/NAUS PDI	Google Workspace for Education

Fonte: PROTIC, 2025.

O monitoramento e a avaliação desse conjunto de soluções serão realizados por meio de indicadores de desempenho dos sistemas, relatórios periódicos da PROTIC e instrumentos institucionais de acompanhamento do PDI. O Quadro 14 apresenta as soluções tecnológicas a serem adquiridas durante a vigência do PDI (2026-2030).

Quadro 14 - Soluções tecnológicas comuns aos câmpus e reitoria para adquirir PDI (2026-2030)

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS COMUNS AOS CÂMPUS E REITORIA PARA ADQUIRIR	
Governo Federal	Administrativos
SIADS	AGHUX

Fonte: PROTIC, 2025.

A nomenclatura da relação de soluções tecnológicas elencadas no Quadro 6, são especificadas no Quadro 7:

Quadro 14 - Siglas das soluções tecnológicas

SIGLA	NOME POR EXTENSO
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIE	Sistema de Informações para o Ensino
Pergamum	Ferramenta de gestão de acervos e serviços bibliotecários
NAUS PDI	Sistema para registrar, acompanhar e monitorar indicadores do PDI da UFT
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
GLPI - Atende+	Sistema de gestão de serviços de TI, controle de ativos e helpdesk
PGD	Programa de Gestão e Desempenho
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Power BI	Plataforma para análise de dados e Business Intelligence (BI)
MOODLE	Moodle é uma plataforma online para aprendizado à distância, um sistema de gerenciamento de aprendizagem
Sigepe/SIGAC	Sistema de Gestão de Acesso do Ministério do Planejamento
Alfresco	Sistema de Gestão Eletrônica de Documento
OJS (Periódicos UFT)	Software de código aberto gratuito para gerenciar e publicar revistas científicas online
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
Portal UFT	Portal UFT
DSpace	É um software livre para criar Repositórios Digitais
SIADS	Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
AGHUX	Plataforma nacional de gestão hospitalar e prontuário eletrônico, gratuita
AutoCAD	Software de Desenho Assistido por Computador (CAD)
SGC	Sistema de Gerenciamento de Concursos
Minha Biblioteca	Plataforma digital de livros (e-books)

Fonte: PROTIC, 2025.

Como resultados esperados, projeta-se a ampliação da eficiência administrativa, a melhoria da qualidade dos serviços digitais oferecidos à comunidade acadêmica, o fortalecimento da governança institucional e a consolidação de uma base tecnológica capaz de sustentar a transformação digital da UFT de forma segura, integrada e alinhada às exigências legais e avaliativas do ensino superior federal.

13.2.5 Lista de Serviços de TIC

A UFT, por meio da PROTIC, disponibiliza à comunidade acadêmica um conjunto estruturado de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), voltados ao suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Esses serviços são ofertados de forma centralizada e articulada, garantindo padronização, segurança, continuidade operacional e alinhamento às normas de governança digital da administração pública federal.

Constituem serviços de TIC oferecidos pela UFT:

- Administração e suporte aos sistemas acadêmicos e administrativos institucionais, incluindo cadastro, manutenção, integração e apoio aos usuários;
- Gestão da infraestrutura de redes, compreendendo rede cabeada, rede sem fio (Wi-Fi institucional), links de internet e monitoramento de desempenho;
- Operação e manutenção de ambientes de servidores, virtualização e serviços em nuvem, incluindo sistemas corporativos e plataformas institucionais;
- Suporte técnico aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e às tecnologias educacionais utilizadas nos cursos de graduação e pós-graduação;
- Administração de contas institucionais, e-mail corporativo e ferramentas de colaboração digital;
- Serviços de segurança da informação, incluindo controle de acessos, proteção de dados, conformidade com a LGPD e gestão de incidentes de segurança;
- Apoio à proteção da privacidade e governança de dados, em articulação com o Programa de Privacidade e Segurança da Informação da UFT;
- Suporte aos sistemas de bibliotecas, acervos digitais, repositório institucional e geração de fichas catalográficas;
- Manutenção e suporte aos laboratórios de informática e ambientes tecnológicos de ensino, pesquisa e extensão;

- Serviços de acessibilidade digital, incluindo adequação de sistemas, portais e recursos tecnológicos a padrões de acessibilidade;
- Atendimento técnico à comunidade acadêmica por meio de central de serviços, com registro, acompanhamento e resolução de demandas;
- Apoio tecnológico a eventos institucionais, atividades acadêmicas e ações administrativas que demandem infraestrutura de TIC;
- Gestão e suporte a equipamentos de TIC, incluindo computadores, impressoras, dispositivos de rede e recursos audiovisuais institucionais;
- Produção, manutenção e atualização de portais e serviços digitais institucionais, em conformidade com padrões de usabilidade, acessibilidade e transparência;
- Apoio técnico à avaliação institucional, à produção de relatórios e ao acompanhamento de indicadores estratégicos por meio de soluções digitais.

Essa lista expressa o escopo atual dos serviços de TIC prestados pela UFT e constitui referência para o planejamento, à ampliação e a qualificação contínua da oferta tecnológica no ciclo do PDI (2026-2030), em consonância com as exigências legais, avaliativas e de governança do ensino superior federal.

13.2.6 Plano de expansão de equipamentos de TIC

A seguir na Tabela 17 detalhamento com metas anuais (2026-2030) para aquisição e atualização de servidores, estações de trabalho, equipamentos de rede e outros.

Tabela 17: Detalhamento de metas anuais de aquisições, UFT, 2025.

EQUIPAMENTO	2026	2027	2028	2029	2030
Microcomputador	100	200	200	200	200
Workstation (alto desempenho)	X	100	100	100	X
Access Point (20% / ano)	40	40	40	40	40
Servidores	2	2	2	2	2
Switches de Acesso(10% anual)	30	30	30	30	30
Switches Distribuição	5	3	3	3	2
Switches Core	2	0	0	0	0
Firewall Data Center	0	2	0	0	0

Firewall Campus	0	4	0	0	0
Appliance Backup	1	1	0	0	0
Servidores IA	0	2	0	2	0
Data Center	0	1	0	0	0

Fonte: Projeção realizada pela PROTIC, 2025.

■ **Access Point:** Atualmente a UFT possui 240 access points para atender a toda a universidade, o que ainda é um numero baixo para o quantitativo de predios que a instituição possui, que é em torno de 100 predios, dando assim uma media que nao chega a 3 access points por predio. Diante disso planejamos aquisição de 20% do quantitativo atual durante cada ano pelos proximos 5 anos, atingindo assim atualização e expansão tecnológica na infraestrutura de rede sem fio de quase 100% ao final do ciclo PDI 2026-2030 em relação a 2025.

■ **Switches de Acesso:** Atualmente a UFT possui 300 Switches de acesso para atender a toda a universidade. Todos esses equipamentos estão sem garantia e suporte, e alguns em End-of-Life. Planejamos aquisição de 20% do quantitativo atual durante cada ano pelos próximos 5 anos, atingindo assim atualização e expansão tecnológica na infraestrutura de rede sem fio de 50% ao final do ciclo PDI 26-30 em relação a 2025.

■ **Switches Distribuição:** A UFT possui uma demanda latente em adquirir switches de distribuição para adequar a infraestrutura de rede com o mínimo necessário para boa performance. Planejamos com isso a aquisição de 17 Switches Distribuição durante o PDI 2026-2030 para atender todos os pontos de concentração/distribuição de rede da UFT.

■ **Switches Core:** Possuímos 02 switches CORE no Data Center da UFT, responsável pelo tráfego de alto desempenho. Esses dois equipamentos já estão sem garantia, suporte e defasados tecnologicamente. Diante disso incluímos 02 Switches Core no planejamento PDI 26-30.

■ **Firewall Data Center:** Possuímos 02 firewalls no Data Center da UFT, responsável pela principal camada de segurança cibernética da instituição. Esses dois equipamentos ficam sem suporte/garantia no início de 2027.

■ **Firewalls Campus:** Possuímos 01 firewall em cada campus, totalizando 04 unidades, responsável pela principal camada de segurança cibernética de cada campus. Esses equipamentos ficam sem suporte/garantia no início de 2027.

■ **Appliance Backup:** Atualmente a solução de backup da UFT esta defasada tecnologicamente, sem suporte e garantia. Planejamentos dois equipamentos para a solução de backup no PDI 2026-2030.

■ **Integração AVA-SUAP:** Alinhada aos objetivos de transformação digital da UFT, a implantação do SUAP como sistema acadêmico central representa um avanço estratégico para a integração dos processos institucionais. Um dos pilares desta modernização é a integração nativa e robusta do SUAP com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle), superando o modelo atual de integração pontual via SIE e GIS. Esta sinergia criará um ecossistema digital unificado, proporcionando uma experiência fluida para estudantes e docentes. A automatização de processos-chave, como a criação de turmas, a inscrição de alunos e a sincronização de notas e frequência, eliminará a redundância de dados e o trabalho manual, garantindo que o SUAP funcione como a fonte única e confiável da verdade para todas as informações acadêmicas. Mais do que uma melhoria técnica, essa integração fortalece a governança acadêmica e libera os docentes de tarefas administrativas, permitindo maior foco na atividade pedagógica. Além disso, estabelece uma base sólida para futuras inovações, como a análise de dados educacionais para apoiar o sucesso do estudante e a personalização do ensino.

■ **Plano de contingência, redundância e expansão para EaD:** A estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da UFT para a EaD baseia-se nos princípios de resiliência, escalabilidade e alta disponibilidade, visando garantir uma experiência de ensino e aprendizagem ininterrupta e de alta qualidade. Atualmente, a infraestrutura da PROTIC já provê suporte robusto às operações da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na instituição, servindo como um alicerce testado e validado.

Em antecipação à implantação de um programa de EaD próprio pela UFT, sob a liderança da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a PROTIC planeja uma evolução significativa dessa infraestrutura. O plano de expansão prevê o dimensionamento modular de recursos de processamento, armazenamento e conectividade, permitindo que a capacidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dos sistemas integrados cresça conforme a demanda de novos cursos e alunos, sem degradação de performance.

Para garantir a continuidade, a estratégia de redundância contempla a implementação de sistemas de *failover* para os servidores críticos do AVA, múltiplos links de internet para evitar a desconexão total e rotinas de backup automatizadas e geograficamente distribuídas, protegendo os dados acadêmicos e o progresso dos alunos. Em paralelo, um plano de contingência (Plano de Recuperação de Desastres - PRD) será mantido e constantemente

atualizado. Este plano detalha os procedimentos para a rápida recuperação de serviços em caso de incidentes graves, como falhas de hardware, desastres naturais ou ataques cibernéticos, minimizando o impacto sobre as atividades acadêmicas e garantindo a resiliência operacional do ecossistema de EaD da UFT.

Este planejamento integrado assegura que a tecnologia será um pilar estratégico para o sucesso e a sustentabilidade da Educação a Distância na universidade. Outras demandas específicas podem ser verificadas no PDTIC da UFT (link: https://docs.uft.edu.br/share/s/_qT_Qn9QQ0u3ATAoRl1onQ)

13.3 Recursos de Audiovisual e Ambientes e Produção

Os recursos de audiovisual e os ambientes de produção constituem infraestrutura de apoio essencial ao cumprimento da missão institucional, especialmente no que se refere às atividades de ensino, pesquisa, extensão e comunicação institucional. Esses recursos contribuem para a produção, difusão e preservação de conteúdos educacionais, científicos, culturais e informativos, ampliando a transparência institucional e o acesso da sociedade às ações da Universidade.

A gestão desses recursos observa critérios de eficiência, economicidade, sustentabilidade e alinhamento às diretrizes estratégicas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Diretrizes estratégicas:

- Garantir infraestrutura adequada e tecnologicamente atualizada para produção audiovisual;
- Assegurar acessibilidade, segurança e conformidade normativa nos espaços e equipamentos;
- Estimular o uso compartilhado e a otimização de recursos entre unidades;
- Capacitar equipes para operação eficiente e inovadora dos recursos de audiovisual.

Indicadores de desempenho:

- Percentual de ambientes audiovisuais em operação regular (meta anual: $\geq 75\%$);
- Grau de utilização dos ambientes de produção audiovisual (meta anual: $\geq 75\%$);
- Percentual de equipamentos audiovisuais em condições adequadas de uso (meta anual: $\geq 60\%$);

- Número de produções institucionais concluídas dentro do prazo previsto (meta anual: $\geq 90\%$);.

Riscos:

- Obsolescência tecnológica dos equipamentos e softwares;
- Falhas operacionais ou técnicas nos ambientes de produção audiovisual;
- Limitações de espaço físico e infraestrutura inadequada;
- Desalinhamento entre a produção audiovisual e demandas institucionais;
- Baixa capacitação das equipes responsáveis pelo uso dos recursos.
-

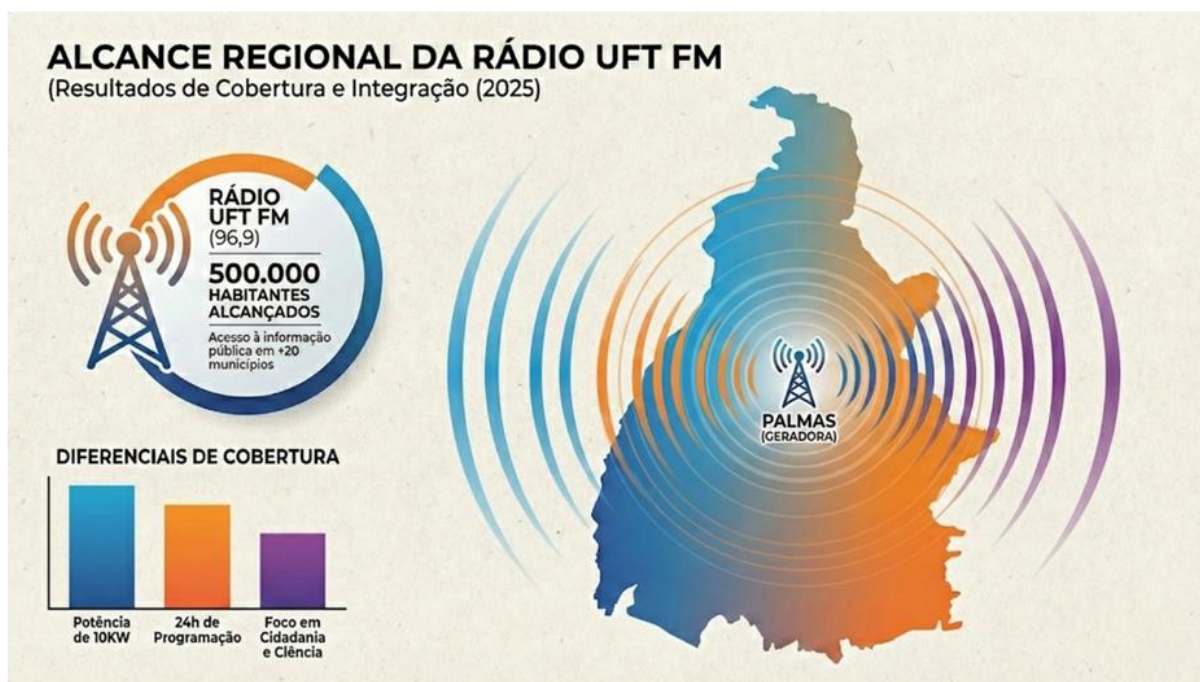
13.3.1 Rádio UFT FM

A UFT possui um canal direto com a sociedade tocantinense: a rádio universitária, inaugurada em 29/03/2016, com a missão de oferecer programação de rádio fundamentada em Educação, Cultura, Cidadania e Diversidade. Sediada em um prédio próprio, nas dependências da Instituição, com cerca de 157 m², com espaços específicos para sala de redação, audiovisual, estúdio e locução. A emissora de rádio UFT FM opera localmente na frequência 96,9 FM e pela internet (<https://ww2.uft.edu.br/index.php/radio-uft-fm?view=default>) , estando no ar 24h por dia.

Ao longo de quase dez anos, a Rádio UFT FM consolidou-se como um canal estratégico de comunicação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), aproximando a instituição da comunidade e promovendo Educação, Cultura, Cidadania e Diversidade.

Com potência de 10KW na frequência 96,9 MHz, a emissora alcança cerca de 500 mil habitantes em mais de 20 municípios próximos a três campi da UFT, transmitindo 24 horas de programação pública e de qualidade. A grade inclui 15 programas especiais produzidos localmente, 13 programas nacionais retransmitidos e mais de 5 mil títulos musicais, com destaque para a produção regional. A Figura 28 apresenta o mapa de alcance da Rádio UFT FM no estado do Tocantins:

Figura 28 – Alcance Regional da Rádio UFT FM, Tocantins, 2025.



Fonte: Elaborado pela DRADIO, UFT, 2025.

A rádio tem se adaptado às mudanças do cenário midiático, fortalecendo parcerias, engajando a comunidade acadêmica e oferecendo conteúdo relevante e acessível, consolidando seu papel na divulgação institucional e na promoção de valores educacionais e culturais.

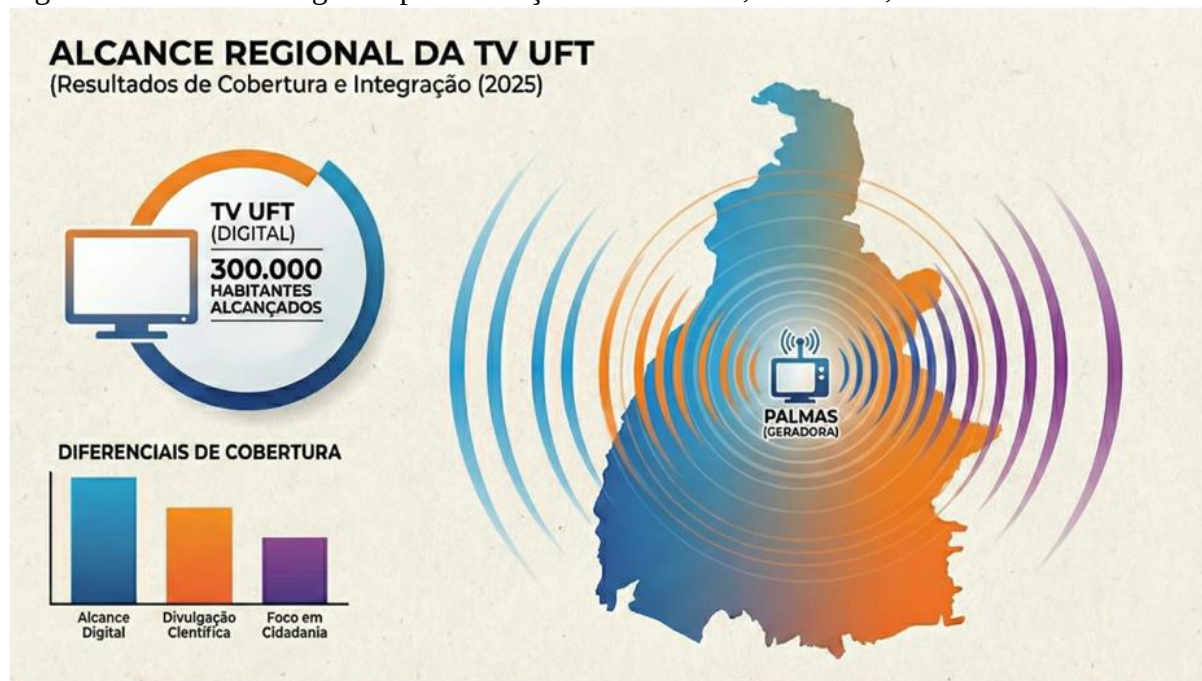
13.3.2 TV UFT

A TV UFT é fruto do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Fundação Universidade Federal do Tocantins (FUFT) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Operando pelo sinal digital VHF 2.1 desde 22 de maio de 2023, a emissora consolidou-se como o principal canal de comunicação pública da instituição. Com uma potência de transmissão de 1KW, a emissora assegura cobertura para aproximadamente 300.000 habitantes em Palmas e municípios vizinhos. A operação mantém-se ininterrupta (24 horas), com uma grade de programação estrategicamente pautada nos pilares de: Educação, cidadania e divulgação científica e cultural.

A TV UFT atua como uma importante ferramenta de transparência e democratização do conhecimento. Ela amplia a visibilidade das ações acadêmicas e científicas, levando os resultados da universidade para além dos muros institucionais. Além disso, fortalece o diálogo com a sociedade, oferecendo conteúdos audiovisuais acessíveis que aproximam a comunidade das atividades da universidade. A emissora também contribui para consolidar a identidade da UFT como agente ativo no

desenvolvimento regional, reforçando seu papel educativo, social e cultural. A Figura 29 evidencia o alcance da TV UFT, no estado do Tocantins e região:

Figura 29 – Alcance Regional por habitações da TV UFT, Tocantins, 2025.



Fonte: Alcance da TV UFT. Elaborado pela DRADIO

13.3.3 Ambientes de Produção Audiovisual

Os ambientes de produção audiovisual compreendem estúdios, salas técnicas, ilhas de edição, laboratórios multimídia e demais espaços destinados à criação, gravação, edição e finalização de conteúdos audiovisuais. Esses ambientes são estruturados para atender às necessidades institucionais, possibilitando o desenvolvimento de produções para rádio, televisão, mídias digitais, plataformas educacionais e ações de comunicação institucional.

A universidade busca assegurar que esses espaços sejam adequadamente equipados, acessíveis e atualizados tecnologicamente, promovendo condições seguras e eficientes de trabalho, além de estimular o uso compartilhado e interdisciplinar dos ambientes, de forma a otimizar recursos e ampliar o impacto das produções.

Diretrizes estratégicas:

- Manter e modernizar periodicamente os ambientes de produção audiovisual;
- Racionalizar o uso e estimular o compartilhamento de espaços entre unidades;
- Assegurar acessibilidade, segurança e conformidade com normas técnicas e regulatórias;
- Monitorar a utilização e o desempenho dos ambientes para garantir eficiência.
- Indicadores de desempenho:
 - Percentual de ambientes inspecionados e em conformidade com normas técnicas e de segurança (meta anual: $\geq 90\%$);
 - Taxa de ocupação dos ambientes de produção audiovisual (meta anual: $\geq 60\%$);
 - Número de produções realizadas por ambiente/ano;
 - Percentual de ambientes com acessibilidade garantida (meta anual: 70%).
- Riscos:
 - Subutilização ou ocupação inadequada dos espaços;
 - Problemas de manutenção ou falhas estruturais;
 - Restrição de acessibilidade ou segurança insuficiente;

13.3.3.1 Núcleo de Produção Digital Isabel Auler (NPD)

O Núcleo de Produção Digital (NPD) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) é um equipamento estratégico vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, criado em cooperação com o então Ministério da Cultura, com a finalidade de democratizar o acesso aos meios de produção audiovisual e fortalecer a comunicação pública universitária.

No âmbito do PDI 2026–2030, o NPD é reconhecido como política estruturante de formação, difusão cultural e inovação social, atuando de forma integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão. Destaca-se, especialmente, seu papel no suporte de infraestrutura audiovisual para a Universidade, disponibilizando equipamentos, estúdios e recursos técnicos para a produção, edição e difusão de conteúdos institucionais, acadêmicos e extensionistas.

O Núcleo contribui para a formação técnica e crítica de estudantes, servidores e comunidades externas, além de apoiar projetos, programas culturais e ações de comunicação pública. Sua atuação é orientada por gestão participativa, uso público regulado da infraestrutura e articulação com políticas culturais e de comunicação, consolidando-se como espaço estratégico de mediação entre universidade e sociedade.

A atuação do NPD contribui diretamente para:

- A ampliação do acesso democrático à produção e edição audiovisual;
- A formação técnica, artística e crítica de estudantes, servidores e comunidades externas;
- A valorização e difusão da produção audiovisual brasileira, com ênfase nas expressões culturais regionais, indígenas, quilombolas e tradicionais;
- O fortalecimento de redes colaborativas entre universidade, poder público e sociedade civil organizada.

A Tabela 18 traz o rol de recursos de audiovisual do NPD/UFT:

Tabela 18 – Recurso de audiovisual do Núcleo de Produção Digital Isabel Auler (NPD)

Item / Descrição Solução de Audiovisual do NPD	Quantidade Total
Monitores diversos (Philips 4K, LG 23" e HP)	8
Mesa para Tênis de Mesa Dobrável	5
Nobreak 1400KVA SMS / Tsshara	4
Relógio de Xadrez Digital DGT - LEAP	3
Câmera DSLR Canon EOS Rebel T5i (com lentes e acessórios)	3
HD Externo Seagate 4TB	3
Computador (Modelos diversos)	3
Notebook modelos diversos (Dell Latitude e Vaio FH15)	2
Aparelho Telefônico Digital TIP 425 - Intelbras	2
Mesa Digitalizadora Wacom Intuos Pro - PTH851	2
Carregador de Bateria Duplo LP-E6	2
Microfone Boom com Cápsula ME66/K6	1
Gravador de Som Digital Zoom H6	1
Interface de Áudio M-Audio Fast Track Duo	1
Kit de Tripé para Câmera System FSB 8 / 2D	1
Kit Arri Softbank II Plus (Fresnel e Luz de Foco)	1
Kit Iluminador de LED	1
Câmera 4K Blackmagic (com lentes e acessórios)	1

Fonte : Inventário patrimonial constante na PROEX, 2025.

O PDI 2026–2030 reafirma o papel do NPD como plataforma de apoio a projetos extensionistas, programas culturais, ações formativas e iniciativas de comunicação pública, assegurando:

- A gestão participativa por meio de Comitê Gestor com representação institucional e social;
- A utilização pública e regulada de seus equipamentos e infraestrutura;
- A produção de conteúdos audiovisuais com licenciamento institucional não exclusivo, ampliando seu alcance social;
- A articulação com políticas nacionais e regionais de cultura, audiovisual e comunicação pública.

Nesse sentido, o fortalecimento do NPD no novo ciclo institucional implica sua inserção planejada nos instrumentos de gestão da PROEX, especialmente no PDI, no Plano Anual de Atividades e nos relatórios de gestão, como política permanente, orientada por critérios de impacto social, diversidade cultural, sustentabilidade e inovação.

Enquanto política institucional, o NPD opera de forma articulada aos eixos do PDI relacionados à Arte, Cultura e Patrimônio, à Inovação Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável e à Curricularização da Extensão e Formação Discente, contribuindo para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, bem como para a consolidação de práticas formativas baseadas na experiência, na criação coletiva e na produção de conhecimento situado.

13.3.3.2 Recursos de Audiovisual

Os recursos de audiovisual englobam equipamentos, softwares e sistemas tecnológicos utilizados na captação, edição, armazenamento e distribuição de conteúdos audiovisuais. Incluem-se nesse conjunto câmeras, microfones, mesas de som, equipamentos de iluminação, computadores, softwares de edição de áudio e vídeo, bem como plataformas digitais de difusão (YouTube e Spotify).

Esses recursos são essenciais para a produção e divulgação de conteúdos de interesse institucional.

Diretrizes estratégicas:

- Executar a atualização tecnológica contínua;
- Garantir manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- Capacitar equipes para uso eficiente e inovador dos recursos;
- Padronizar processos de produção audiovisual, garantindo qualidade e conformidade normativa;
- Integrar os recursos audiovisuais às estratégias de comunicação institucional.
- Indicadores de desempenho:
 - Percentual de equipamentos em condições adequadas de uso (meta anual: $\geq 80\%$);
 - Número de capacitações realizadas para uso de recursos audiovisuais (meta anual: ≥ 2 por equipe);
 - Percentual de demandas atendidas dentro do prazo estabelecido (meta anual: $\geq 90\%$);
 - Índice de atualização tecnológica dos equipamentos e softwares (meta anual: $\geq 60\%$).

Riscos:

- Falhas técnicas ou obsolescência tecnológica;
- Baixa capacitação das equipes na operação de equipamentos;
- Inadequação dos recursos às demandas institucionais;
- Falta de manutenção preventiva e corretiva;
- Uso inadequado ou não padronizado de softwares e sistemas.

Na tabela 19 estão discriminados os recursos audiovisuais existentes na universidade até dezembro de 2025, em uso nos cinco campus (excetuando os itens do NPD, discriminados no item anterior) e reitoria com a previsão de equipamento áudio visual a ser adquirido pela unidade Rádio.

Tabela 19 – Recurso de audiovisual existente da UFT

Unidade	RECURSO DE AUDIOVISUAL			
	Existentes ATÉ 31/12/2025		O que pretende adquirir PDI (2026-2030)	
	QTD	Solução de Audiovisual	QTD	Equipamento
Unidade Rádio TV	1	Data show Epson s41+	2	Aparelhos de TV
Unidade Rádio TV	1	Projetores de vídeo	2	Caixa de som ativa
Unidade Rádio TV	7	Aparelhos de TV	4	Câmera de cinema
Unidade Rádio TV	0	Caixa de som ativa	6	Câmera Mirrorless
Unidade Rádio TV	8	Caixa de som	10	Lentes fotográficas
Unidade Rádio TV	0	câmera de cinema	12	Iluminadores LED tipo monolight 300W CRGB de alto CRI com montagem

				bowens
Unidade Rádio TV	1	Câmeras DSLR	2	Microfones Boom
Unidade Rádio TV	12	Iluminadores	4	Microfones Condensadores
Unidade Rádio TV	10	Gravadores de Som	10	Microfones para instrumentos
Unidade Rádio TV	20	Microfones	16	Monitores 4K HDR
Unidade Rádio TV	25	Monitores	4	Tripé em Fibra de Carbono para filmagem
Unidade Rádio TV	7	Tripé	3	Mesa Digitalizadora
Unidade Rádio TV	0	Mesas digitalizadoras	8	Workstation MacOS
Unidade Rádio TV	8	Caixa de som	3	Mesa de som digital de 32 canais
Unidade Rádio TV	3	Mesa de Som	3	Aparelho de som
Unidade Rádio TV	0	Caixa Amplificada	6	Microfone sem fio clip on
Unidade Rádio TV	3	Aparelho de som	5	Microfone sem fio uhf
Unidade Rádio TV	5	Microfone sem Fio	2	Televisor 55" OLED 4K
Unidade Rádio TV	5	Microfone sem Fio	1	Datashow com fonte de luz laser UHD
Unidade Rádio TV	0	Aparelho de DVD	1	Tela de Projeção retrátil
Unidade Rádio TV	7	Televisão	2	Drone com câmeras grande-angular, telefoto e normal, com gravação em 4K
Unidade Rádio TV	0	Tela de Projeção retrátil	1	Encoder ASI ISBD-T
Unidade Rádio TV	2	Data show	1	Solução de Payout
Unidade Rádio TV	1	Televisores 65'	1	Receptor de satélite ASI
Unidade Rádio TV	0	Televisores 55'	2	Switcher de vídeo 4K
Unidade Rádio TV	1	Televisores 43'	1	Transmissor de Televisão ISBD-T de 1300W
Unidade Rádio TV	4	Televisores 42'	2	Contratação de Serviço de Ampliação de transmissor de rádio para 10000W
Unidade Rádio TV	1	Televisores 32'	2	Processadores de áudio para rádio tipo Orban
Unidade Rádio TV	7	TV	1	Pressurizador de cabo RF
Unidade Rádio TV	3	Aparelho de som	1	Adequação de aterramento do cabo de RF da rádio
Unidade Rádio TV	0	Digitalizador de imagens - Scanner com voz	1	Carga de RF de 150000W
Unidade Rádio TV	2	projektor	1	Sistema de backup de energia para rádio e TV (manutenção de nobreak)
Unidade Rádio TV	1	suporte de teto para projetor	1	Contratação de Serviço de Aquisição de licença de transmissor de rádio para RDS completo e licença para servidor de áudio
Unidade Rádio TV	0	Caixa Acústica 600w	2	Workstation Windows para payout de rádio
Unidade Rádio TV	8	Caixa de Som	6	Nobreaks de 3000VA Senoidais
Unidade Rádio TV	0	óculos para voo com telemetria	25	Cartões de memória para câmeras
Unidade Rádio TV	7	filmadora	2	Leitor de cartão de memória
Unidade Rádio TV	1	Câmera fotográfica	10	Workstation Windows de alto

				desempenho
UFT	88	Microfones Sem Fio	20	Baterias para câmeras
UFT	175	Microfones Com Fio	4	Baterias tipo B-Mount
UFT	33	Microfones Especiais	2	Carregador de baterias B-Mount
UFT	726	Projetores Multimídia	20	Modificadores de luz
UFT	185	Telas de Projeção	100	Acessórios para estúdio
UFT	318	TVs e Smart TVs	200	Cabeamento e conectores
UFT	304	Caixas de Som	1	Serviço de digitalização de acervo de fitas
UFT	459	Câmeras Fotográficas	8	Conversor de áudio para fibra óptica
UFT	43	Filmadoras	8	Conversor de vídeo SDI para fibra óptica
UFT	108	Gravadores de Áudio	100	Acessórios de vídeo e fotografia
UFT	34	Mesas de Som	100	Acessórios de áudio
UFT	55	Lousas Interativas	2	Aparelhos de TV
UFT	70	Reprodutores (DVD Players Philips/Gradiente/Lenox x, Vídeo Cassetes, CD Players Pioneer	2	Caixa de som ativa
UFT	16	Suportes e Racks	4	Câmera de cinema
UFT	1	Tripés	6	Câmera Mirrorless
UFT	4	Pedestais	10	Lentes fotográficas
UFT	2	Retroprojetores		
UFT	377	Iluminação e Outros (Refletores de Teto/Fresnel, Painéis LED, Kits de Estúdio Greika, Amplificadores Durst/DBK)		

Fonte : Inventário patrimonial constante na Coordenação de Patrimônio/Reitoria e Rádio UFT, 2025.

13.4 Infraestrutura de Promoção de Acessibilidade

A promoção da acessibilidade universal e do atendimento diferenciado às pessoas com deficiência constitui diretriz prioritária nas ações desenvolvidas pela Prefeitura Universitária da UFT. Tal prioridade decorre do compromisso institucional com a inclusão, a equidade e a garantia do pleno acesso da comunidade acadêmica a todas as instalações e serviços ofertados pela Universidade, especialmente no que se refere à infraestrutura física.

Nesse contexto, a UFT tem implementado, de forma contínua, adequações e melhorias em seus espaços físicos, visando à eliminação de barreiras arquitetônicas e à ampliação das condições de uso seguro, autônomo e acessível para pessoas com deficiência ou mobilidade

reduzida. Dentre as ações realizadas, destacam-se a implantação de ambientes apropriados para atendimento especializado e desenvolvimento de atividades inclusivas, estrategicamente localizados nas bibliotecas universitárias, bem como a execução de calçamentos acessíveis de interligação entre edificações, dotados de sinalização tátil direcional em prédios e passarelas, mapa tátil de identificação, blocos com mais de um andar com elevadores e/ou rampas de acesso.

Adicionalmente, foi promovida a aplicação de sinalização tátil no interior de diversas edificações, com foco no direcionamento aos principais pontos de circulação e serviços mais demandados pela comunidade acadêmica, tais como acessos principais, recepções, sanitários, bibliotecas, salas de atendimento e setores administrativos. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Universidade com a acessibilidade arquitetônica, a inclusão social e a conformidade com as normas técnicas e legais vigentes, contribuindo para a construção de um ambiente universitário mais justo, seguro e inclusivo.

Em continuidade às ações de adequação da infraestrutura física voltadas à promoção da acessibilidade, a Universidade também dispõe de instalações sanitárias adaptadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, distribuídas de forma estratégica nos diferentes câmpus e edificações acadêmicas e administrativas. Conforme apresentado anteriormente na Tabela 12, que registra o conjunto de 249 instalações sanitárias existentes na instituição, parte expressiva dessas unidades atende aos parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 9050, assegurando condições adequadas de uso universal.

Atualmente, encontram-se adaptadas 14 unidades no Campus de Arraias, 36 no Campus de Gurupi, 12 no Campus de Porto Nacional, 57 no Campus de Palmas e 11 no Campus de Miracema, localizadas prioritariamente em prédios de salas de aula, bibliotecas, blocos administrativos e demais espaços de uso coletivo e maior circulação da comunidade acadêmica.

Essas instalações contam com recursos de acessibilidade compatíveis com as normas técnicas vigentes, incluindo dimensões adequadas para circulação e manobra de cadeiras de rodas, portas com largura ampliada, barras de apoio laterais e de transferência, lavatórios acessíveis, dispositivos de acionamento facilitado e sinalização apropriada, garantindo condições de autonomia, segurança e dignidade às pessoas com deficiência. Dessa forma, tais adequações integram o conjunto de medidas institucionais voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e ao fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão no ambiente universitário.

No mesmo sentido das iniciativas voltadas à ampliação da acessibilidade e à qualificação dos ambientes institucionais, a UFT reconhece a importância da disponibilização de espaços de apoio familiar, incluindo a implantação progressiva de fraldários em edificações universitárias de uso coletivo.

Tais ambientes são compreendidos como componentes relevantes para a promoção de um campus mais inclusivo, acolhedor e socialmente responsável, atendendo às necessidades de estudantes, servidores e visitantes que permanecem nos câmpus acompanhados de crianças pequenas.

Assim, no âmbito das diretrizes de modernização e adaptação da infraestrutura existente, a instituição passa a considerar a implantação de fraldários em áreas estratégicas — especialmente em prédios acadêmicos, bibliotecas e espaços de convivência — como medida alinhada às políticas institucionais de acessibilidade, permanência estudantil, equidade e responsabilidade socioambiental evidenciadas neste PDI.

Dessa forma, tais espaços integram o conjunto de adequações funcionais avaliadas nos processos de planejamento e requalificação da infraestrutura universitária, em consonância com as diretrizes institucionais de melhoria contínua das condições de uso e acolhimento da comunidade acadêmica.

13.5 Expansão da Infraestrutura (obras em andamento e futuras)

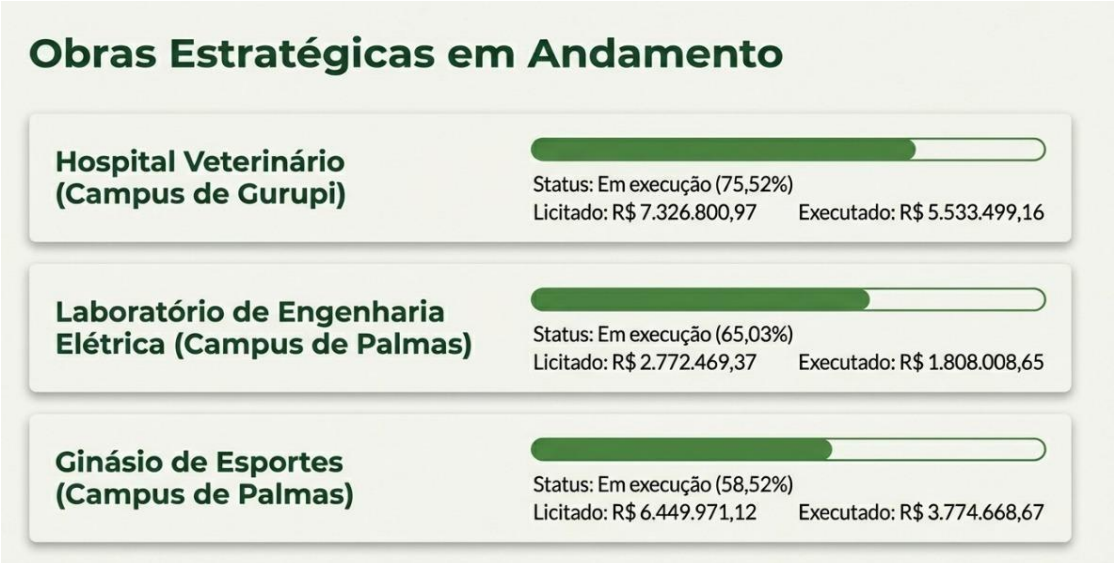
No que se refere à expansão física da infraestrutura universitária, observa-se que as transformações recentes no modo de funcionamento das instituições, intensificadas e aceleradas pelo advento da pandemia da COVID-19, promoveram uma reorganização significativa das atividades acadêmicas e administrativas. Esse contexto impulsionou a adoção de ambientes tecnológicos e digitais, reduzindo, em certa medida, a necessidade de ampliação contínua de espaços físicos tradicionais.

Paralelamente, às restrições orçamentárias vigentes têm contribuído para um redimensionamento das estratégias de expansão física, direcionando o foco institucional para a manutenção, adaptação, modernização e melhor aproveitamento da infraestrutura já existente, em detrimento da construção de novos empreendimentos de grande porte. Nesse cenário, a política de infraestrutura prioriza intervenções que ampliem a eficiência, a

funcionalidade, a acessibilidade e a adequação tecnológica dos espaços atuais, alinhando-se às novas dinâmicas acadêmicas e administrativas.

Encontra-se em andamento as obras do Hospital Veterinário no campus de Gurupi, o Laboratório de Engenharia Elétrica e o Ginásio de Esportes no campus de Palmas, conforme destacado na Figura 30.

Figura 30 - Obras Estratégicas em Andamento



Fonte: Dados internos da Prefeitura Universitária/UFT 2025, extraídos dos PROCESSOS SEI nº 23101.007161/2024-77, 23101.007954/2024-96 e 23101.007788/2024-28

- Hospital Veterinário no Campus de Gurupi**

Construção de Clínica Veterinária com área de 3.200 ² com sala de recepção, consultórios, sala de diagnóstico por imagem, DML, copa, salas de internações, secretaria, urgência e emergência, farmácia, laboratório de patologias clínicas, sala de professores, sala de práticas clínicas, centro cirúrgico, vestiários e banheiros no pavimento térreo e sala de reuniões, salas administrativas, vestiários e banheiros no primeiro pavimento. Obra licitada no fim de 2024, com início no ano de 2025 e previsão para conclusão em maio de 2026, está com 75,52% de execução.

Construção destinada a atendimento de demanda do curso de Medicina Veterinária e afins, promovendo avanço significativo na estruturação das áreas referentes e fornecendo complementação ao aprendizado dos discentes.

Paralelamente, foram conduzidas ações de planejamento, instrução processual, licitação e aquisição de empreendimentos estratégicos, voltadas à expansão, modernização e qualificação da infraestrutura universitária, com execução física programada para exercícios subsequentes.

- **Laboratório de Engenharia Elétrica no Campus de Palmas**

O Laboratório de Engenharia Elétrica no Campus de Palmas apresenta uma estrutura robusta em concreto armado e alvenaria, com acabamento em piso de granitina e cobertura metálica com telhas termoacústicas, garantindo conforto térmico e eficiência acústica. O projeto contempla uma infraestrutura completa, incluindo salas de coordenação, áreas técnicas e almoxarifado, além de cinco laboratórios especializados: Micro-ondas e Antenas, Modelagem de Sistemas Elétricos, Eletrônica Básica e Digital, Eletromagnetismo Aplicado e Energias Renováveis. Com conclusão prevista para maio de 2026, a edificação visa suprir a demanda acadêmica da graduação, consolidando-se como um polo para o ensino prático e a pesquisa científica avançada. A obra está com 65,03% de execução.

- **Ginásio de Esporte no Campus de Palmas**

O Ginásio de Esportes do Campus de Palmas contará com uma estrutura robusta de metal e concreto, abrangendo aproximadamente 1.815 m² de área coberta. O projeto prioriza durabilidade e estética, utilizando telhas metálicas com pintura eletrostática no fechamento e na cobertura. Internamente, o espaço oferece versatilidade com arquibancadas móveis em estrutura metálica e madeira tratada, além de sanitários acessíveis estrategicamente posicionados.

A área de apoio é completa, incluindo vestiários inclusivos, sala de primeiros socorros, administração, copa e depósitos. Projetado para a multimodalidade, o ginásio está apto a receber desde esportes tradicionais como futsal e basquete até modalidades olímpicas e paraolímpicas, como esgrima e goalball. Com obras iniciadas em 2025, a previsão de entrega é para maio de 2026, consolidando-se como um marco de inclusão para toda a comunidade. A obra está com 58,52% de execução.

A implantação de novas estruturas físicas durante a vigência do PDI (2026-2030) restringe-se, portanto, a demandas específicas e estratégicas, devidamente justificadas por sua

relevância institucional. Destaca-se, nesse contexto, a construção do Hospital Universitário, empreendimento de caráter estruturante, concebido como exceção à diretriz geral de contenção da expansão física, em razão de sua importância acadêmica, assistencial, científica e social para a Universidade e para a região, conforme destacado na Figura 31:

Figura 31 - Aquisições e Obras Futuras



Fonte: Dados internos da unidade PU/UFT, extraídos dos PROC.SEI nº 23101.006712/2025-66 e 23101.001292/2025-21, 2025.

- **Implantação de estação de lançamento de balões**

Os balões estratosféricos são uma ferramenta para a pesquisa científica em diversas áreas, incluindo meteorologia, astrofísica, ciências atmosféricas e o desenvolvimento de tecnologias espaciais. A França, através da Agência Espacial Francesa (Centre National d'Études Spatiales - CNES), tem sido pioneira na utilização de balões estratosféricos, demonstrando o potencial dessas plataformas para a coleta de dados em altitudes que variam entre 20 e 40 km, uma faixa atmosférica que é inacessível tanto para aviões quanto para satélites. Atualmente, no âmbito da Agência Espacial Europeia (ESA), um dos programas conduzidos pela CNES é o Stratéole-2. Este programa utiliza experimentos científicos embarcados em balões para ampliar a compreensão da estratosfera abaixo da linha do equador.

Este projeto visa viabilizar a continuidade dos trabalhos das equipes da UFT e AEB, desenvolvendo os projetos de engenharia da base, capacitando equipes de pesquisadores e estudantes locais (da UFT e instituições parceiras), dando suporte à realização de missões com balões de sondagem e promovendo eventos científicos, visitas técnicas e a participação em eventos científicos internacionais nas áreas de operações espaciais e de balões. Com isso,

espera-se garantir as condições de infraestrutura, suporte e recursos humanos locais para a efetivação de missões de lançamento de balões estratosféricos coordenadas pelo CNES a partir do segundo semestre de 2026.

Do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico, o projeto propiciará a retomada do programa de pesquisa com balões no Brasil, que teve seu ápice nas décadas de 80 e 90 e seus últimos lançamentos registrados no ano de 2013. Outro aspecto de destaque é a possibilidade de inserção dos pesquisadores e estudantes da UFT no circuito internacional de pesquisas com balões, que desenvolverá a expertise para projetar, construir, validar, embarcar e operar experimentos científicos voltados à pesquisa em clima, meteorologia e astrofísica, bem como utilizará os dados produzidos pelas pesquisas no monitoramento e produção de relatórios que possam subsidiar políticas de proteção ambiental e de melhoria da eficiência na produção rural.

- **Hospital Universitário**

A UFT concluiu o processo licitatório para a construção do seu Hospital Universitário, cuja sessão pública foi realizada em 30 de dezembro de 2025, com a participação de oito empresas interessadas na execução do empreendimento.

Ao final da disputa, sagrou-se vencedor o Consórcio Saúde Palmas, tendo como empresa líder a A. Gaspar S.A., sediada em Natal (RN), com a proposta no valor de R\$ 238.170.000,00. Superada a fase recursal, a empresa foi formalmente convocada para a assinatura do contrato, etapa que consolida o resultado do certame.

O escopo do objeto consiste na contratação de empresa especializada, visando à elaboração dos projetos básicos e executivos e a execução da obra para Construção do Hospital Universitário da UFT, de forma que, ao final do contrato, a obra seja entregue em condições de uso. O empreendimento contempla uma área construída de 26.705,00 m² distribuída da seguinte forma:

- Prédio Principal – 23.732,00 m²;
- Prédios Anexos – 2.973,00 m²,
- Infraestrutura – 17.610,17 m²

A Prefeitura Universitária é o setor diretamente responsável pela coordenação técnica do projeto, atuando desde a fase de concepção e acompanhamento dos estudos e projetos até a supervisão da execução da obra e a entrega final do objeto. Cabe à área técnica vinculada à Prefeitura Universitária a interlocução técnica com a empresa contratada, a

análise e validação dos projetos executivos, o acompanhamento físico da obra e a verificação da conformidade técnica dos serviços executados.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Avaliação (Proap) exerce papel estratégico no planejamento institucional do empreendimento, atuando nas etapas de autorização, compatibilização orçamentária e operacionalização dos custos do projeto, assegurando o alinhamento da obra às diretrizes de planejamento da universidade e à disponibilidade de recursos.

Já a Pró-Reitoria de Administração e Finanças (Proad) é responsável pela operacionalização do certame licitatório, conduzindo os procedimentos administrativos da licitação e, posteriormente, pela gestão contratual sob o aspecto financeiro, incluindo a efetivação dos pagamentos decorrentes das medições, conforme a execução física da obra.

De forma complementar, outros setores da universidade atuam prestando suporte técnico, jurídico, administrativo e institucional às três áreas diretamente envolvidas, garantindo segurança processual, conformidade legal e eficiência administrativa em todas as fases do empreendimento, assim como o acompanhamento da Controladoria Geral da União (CGU).

O Hospital Universitário de Palmas é proposto como um hospital geral adulto e pediátrico de alta complexidade, com foco em atendimento clínico e cirúrgico. Além disso, prevê atenção específica à saúde indígena e a oferta de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico (SADT). As áreas de maior complexidade contempladas são:

- Neurologia
- Nefrologia
- Cardiovascular
- Traumato-ortopedia

Estrutura Assistencial:

- Leitos de Internação: 190 (150 gerais, sendo 50 clínicos, 60 cirúrgicos, 20 pediátricos, 20 saúdes indígenas, além de 30 UTI adulto e 10 UTI pediátrica).
- Leitos de Observação: 60, distribuídos em infusão, decisão clínica, hemodiálise, RPA, imagenologia e endoscopia.
- Total Geral de Leitos: 250 Ambulatórios e Serviços
- 25 consultórios médicos e multiprofissionais (com salas específicas para diagnósticos em cardiologia, neurologia, ginecologia, pneumologia, otorrinolaringologia e oftalmologia).
- Centro de Infusão para especialidades como neurologia e gastroenterologia.

• Diagnósticos avançados em diversas áreas, com destaque para hemodinâmica, ressonância, tomografia, ultrassonografia, exames endoscópicos e análises laboratoriais.

A área de especialidades médicas inclui amplo escopo, entre elas: Angiologia, Cardiologia, Cirurgia cardiovascular, Cirurgia pediátrica, Coloproctologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia e Urologia. Equipe multiprofissional integrada: enfermagem, fisioterapia, psicologia, nutrição, farmácia, serviço social, fonoaudiologia. Centro Cirúrgico.

- 10 salas cirúrgicas (médio, grande e pequeno porte).
- 1 sala de hemodinâmica (cardiovascular e neuro).
- 18 leitos de recuperação pós-anestésica.

A contratação por meio de licitação, na modalidade Integrada, na forma eletrônica, com critério de julgamento de qualificação técnica e menor preço. Contrato a ser assinado em 2026, tendo início a elaboração dos projetos e na sequência a execução da obra, que tem como cronograma inicial 3 anos e meio.

Justificada pela necessidade de aprimoramento da capacidade dos alunos do curso de Medicina e áreas afins se deu contratação para execução da obra, além da absorção de considerável parte de demanda de atendimento da sociedade pelo Sistema Único de Saúde.

A seguir, na Figura 32, é demonstrada a imagem da maquete frontal do Hospital Universitário.

Figura 32 - Imagem maquete projeto Hospital Universitário (HU)



Fonte: Prefeitura Universitária, 2025. (link: <https://www.uft.edu.br/noticias/uft-conclui-licitacao-do-hospital-universitario-e-inicia-fase-de-projetos-executivos>)

- **Clínica Escola de Especialidades em Saúde (CESAU) da UFT**

A Clínica-Escola de Especialidades em Saúde (CESAU/UFT) integra as ações estruturantes do Plano de Desenvolvimento Institucional 2026–2030 da UFT, consolidando a expansão qualificada da instituição na área da saúde. Sua implantação representa avanço estratégico na interiorização do ensino superior público, na qualificação dos cenários de prática e no fortalecimento da responsabilidade social universitária junto à rede regional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Com a missão de formar profissionais da saúde com vivência prática e humanizada no atendimento integral, considerando as características epidemiológicas regionais em ambulatorios de especialidades, a CESAU/UFT foi concebida como equipamento estruturante de apoio à formação prática. Amplia a autonomia institucional na organização de cenários próprios de aprendizagem e fortalece a integração ensino–serviço–comunidade, adotando modelo híbrido que articula Atenção Primária à Saúde e Atenção Ambulatorial Especializada, com experiências formativas longitudinais estruturadas e alinhadas às demandas regionais.

Inicialmente, atenderá aos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição, integrando atividades curriculares obrigatórias, estágios supervisionados, projetos de extensão, ações interdisciplinares e pesquisa aplicada, com supervisão docente permanente, práticas multiprofissionais e qualificação da formação de profissionais comprometidos com a realidade local.

No âmbito assistencial, a CESAU prevê a oferta de atendimentos ambulatoriais nas áreas de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia, psiquiatria, psicologia, infectologia, urologia, neurocirurgia (avaliação ambulatorial), enfermagem em saúde da mulher e da criança, vacinação e testagem para IST, acompanhamento nutricional e educação alimentar e nutricional, entre outros serviços vinculados às práticas acadêmicas. A unidade também contempla atividades de telessaúde, teleconsulta e tele-exames, ampliando o alcance das ações e fortalecendo a inovação tecnológica aplicada ao cuidado.

A clínica opera com sistema informatizado de gestão hospitalar (AGHU/Ebserh), assegurando organização de agendas, prontuário eletrônico, rastreabilidade dos atendimentos e suporte à supervisão docente. A governança técnica é exercida por docentes responsáveis técnicos nas respectivas áreas, garantindo conformidade ética, sanitária e assistencial.

O início das atividades assistenciais e acadêmicas está previsto para 2026, em modelo de inauguração funcional e progressiva. A operação inicial será acompanhada por

monitoramento contínuo, permitindo ajustes graduais e consolidação sustentável da unidade ao longo do ciclo do PDI (2026-2030).

A implantação da CESAU representa, assim, marco estratégico na expansão da UFT, ampliando sua capacidade formativa, fortalecendo sua inserção regional, qualificando a articulação com o SUS e consolidando a universidade como protagonista no desenvolvimento social e sanitário do Tocantins. A Figura 33 ilustra a distribuição dos pavimentos da estrutura da CESAU.

Figura 33 – Infraestrutura e Capacidade Física: CESAU-UFT



A CESAU possui 1.480,32 m² de área construída, distribuídos em dois pavimentos, com 33 consultórios clínicos e ampla infraestrutura de apoio assistencial e acadêmico. No pavimento superior, há 25 consultórios — incluindo oftalmologia, neurofisiologia, teleconsulta, cinco de pediatria, cinco de psiquiatria/psicologia, dois de avaliação/simulação, sala espelho e dez consultórios indiferenciados para múltiplas especialidades — além de sala de tele-exames, sala de decompressão/convivência, mini-auditório e três salas administrativas. No pavimento inferior, encontram-se oito consultórios (um de enfermagem/IST, dois indiferenciados e cinco ginecológicos), além de sala coletiva, sala de discussões clínicas, triagem, aplicação de medicação, imunização, descontaminação, expurgo, esterilização, guarda de materiais esterilizados, acolhimento, sala antropométrica, curativos, almoxarifado, sala de rack, copa e abrigo de resíduos, garantindo suporte técnico, sanitário e operacional às atividades acadêmicas e assistenciais.

14 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

14.1 Metodologia de Avaliação

A avaliação das instituições de educação superior segundo o Sinaes deve ter caráter formativo e objetivar o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. A participação efetiva de toda a comunidade interna, com a contribuição de atores externos do entorno institucional, contribui para a construção de uma cultura de avaliação.

Os objetivos da autoavaliação na universidade são:

- Subsidiar a comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões;
- Conhecer em profundidade os pontos fortes e fracos da instituição a fim de orientar a correção de rumos e o redimensionamento dos caminhos da UFT;
- Contribuir para a definição de políticas e a construção de uma cultura institucional de valorização da avaliação como pré-requisitos para o planejamento do desenvolvimento da universidade;
- Desenvolver um processo criativo de autocritica permanente entre a comunidade acadêmica para a melhoria da qualidade do saber acadêmico, administrativo e para a cidadania;
- Promover a transparência pela publicização do desempenho da universidade em relação a processos e produtos acadêmicos e administrativos;
- Desencadear um processo pedagógico de aprendizado, pelo relacionamento dialético entre a avaliação e o planejamento institucional.

Além de promover uma reflexão sobre a prática educacional, o processo de autoavaliação permite obter informações importantes e necessárias que auxiliam na melhoria e transformação do fazer educacional, proporcionando, ainda, mudanças na postura e da cultura organizacional em relação à avaliação, a qual precisa ser percebida pela comunidade acadêmica da UFT como meio de superação e de desenvolvimento dos serviços prestados.

Portanto, a avaliação torna-se importante instrumento de apoio nas decisões para a Universidade, pois se fundamenta num planejamento que considera sua realidade e sinaliza aonde se quer chegar. Este instrumento busca refletir o comprometimento institucional com o

autoconhecimento, objetivando o incremento da qualidade da oferta educacional e dos serviços prestados pela Instituição, ratificando a responsabilidade e o compromisso da UFT com a implantação de processos contínuos de avaliação institucional, planejados e direcionados para ações que consolida seu compromisso educacional, científico-cultural e social.

Os procedimentos avaliativos são concretizados na UFT mediante iniciativa da CPA, com o apoio de todas as Pró-reitorias e Diretorias Administrativas e de responsáveis por disponibilizar informações confiáveis e fidedignas sobre os eixos apresentados.

A CPA trabalha de maneira autônoma para a realização do processo de Avaliação Interna, seguindo as recomendações da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tanto para a coleta quanto para o tratamento dos dados.

A CPA dispõe de sala física específica, destinada ao desenvolvimento de suas atividades, localizada na sede administrativa da UFT (Reitoria), dotada de mobiliário adequado e recursos tecnológicos compatíveis com as demandas de coleta, tratamento e armazenamento de dados institucionais. O espaço garante condições apropriadas de trabalho, assegurando autonomia, organização e confidencialidade das informações. A CPA conta ainda, com servidor formalmente vinculado para apoio às atividades administrativas, contribuindo para a operacionalização dos processos, organização documental e suporte às rotinas técnicas da Comissão.

A CPA conta com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, é composta pelos seguintes de membros titulares:

- Um docente do quadro efetivo, representante de cada campus da universidade e presidente da Comissão Setorial de Avaliação (CSA), preferencialmente, que tenha experiência em avaliação;
- Quatro representantes do corpo discente, regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação da universidade, indicados pelo DCE ou pela respectiva entidade representativa;
- Três representantes do corpo técnico-administrativo do quadro efetivo da universidade;
- Um representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a universidade, convidado pela CPA;
- Um ex-aluno da UFT convidado pela CPA;
- Dois representantes da administração superior e referendados no Consuni.

A Comissão Setorial de Avaliação (CSA) se constituirá como responsável pela avaliação institucional interna de cada campus e será composta por um representante docente de cada curso do campus, um representante discente e um representante técnico-administrativo.

A avaliação institucional é realizada anualmente e compreende cinco eixos: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física. Considerando esses cinco eixos, os principais aspectos avaliados são o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social e ambiental, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações universitárias.

Além da realização da Campanha de Avaliação Institucional, é dever da CPA, em parceria com as CSAs dos Câmpus, acompanhar as avaliações periódicas *in loco* dos cursos de graduação, bem como oferecer suporte às coordenações envolvidas com a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Em conformidade com a orientação da Norma Técnica INEP/DAES/CONAES no. 65/2014, bem como alinhada aos Planos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional da UFT, a proposta de autoavaliação adotará as seguintes estratégias:

- Fomentar a cultura da avaliação na universidade – estratégia que deve partir da compreensão de “recomeço”, uma vez que os dois anos de vigência da pandemia fragilizaram profundamente a relação da comunidade acadêmica com a universidade.
- Planejar e desenvolver ações com base na análise situacional, na definição de objetivos, na análise dos relatórios externos e internos, bem como na adoção da meta-avaliação – este último, direcionado ao aprimoramento do mapeamento dos resultados do processo de avaliação institucional, com base no sistema Naus.
- Sensibilizar os diversos setores da universidade para a importância da avaliação institucional – particularmente em relação aos diferentes níveis de gestão na UFT (desde Coordenadores de Cursos de Graduação e pós-graduação, passando por Diretores de Campus, até os integrantes da gestão superior – pró-reitores, Vice-reitor e Reitor), os resultados da avaliação Institucional deverão ser utilizados não apenas para conhecer a percepção da comunidade acadêmica no tocante aos aspectos avaliados, como também para nortear os processos de formulação de políticas e tomada de decisão.
- Acompanhar as avaliações externas dos cursos em parceria com a Prograd, Procuradoria Educacional Institucional e Coordenações de Cursos – apoio especialmente para

as avaliações in loco de cursos de graduação, além da colaboração na preparação dos cursos para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade.

- Monitorar o desempenho dos cursos de graduação nas avaliações promovidas pelo INEP/MEC, por meio da elaboração de relatórios periódicos – cujos documentos servem de base à gestão superior para o processo de tomada de decisão, sobretudo no que concerne a situação dos cursos de graduação posicionados na chamada faixa de insuficiência do Sinaes, isto é, aqueles com conceitos 1 e 2.
- Apoiar e recomendar de forma efetiva e constante a avaliação interna de cursos, docentes, discentes e disciplinas, priorizando as dimensões do Sinaes – uma vez que permitirá alcançar questões e problemas mais específicos, em uma escala mais restrita, qual seja, a do curso de graduação e os agentes diretamente envolvidos.
- Ampliar e aprimorar as funcionalidades do Sistema de Avaliação Institucional (Avalies) efetivando-o como sistema próprio da CPA/UFT, implantado pela primeira vez na Campanha de avaliação institucional, cuja ferramenta apresenta expressivo potencial para disponibilizar a comunidade acadêmica uma série de dados e informações para acesso em tempo real.

O questionário disponibilizado à comunidade acadêmica preserva em sua estrutura-base – questões divididas segundo os 5 Eixos do Sinaes, cujo formato de alternativas de resposta foi baseado na escala avaliativa do tipo Likert de 1 até 6 (1 “péssimo”; 2 “muito ruim”; 3 “ruim”; 4 “bom”; 5 “muito bom” e 6 “excelente”), conforme modelo do questionário dos estudantes aplicado na prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Ao final do questionário, há espaço para o participante manifestar sua opinião, crítica e/ou sugestão sobre temas e questões de livre escolha – Voz da Comunidade.

No tocante às estratégias de divulgação, com o slogan “Diga aí”, a CPA reforça o objetivo de engajar, sobretudo, os estudantes – cuja participação ainda é tímida no processo de avaliação institucional.

Sob esta perspectiva, a Superintendência de Comunicação – Sucom, com um conceito mais humanizado, incorporou às peças de divulgação imagens de pessoas que representassem precisamente a diversidade étnica, social e de gênero da UFT. Além da veiculação permanente na página da UFT e na mini home da CPA durante os dias de Campanha, as peças de divulgação (cards) produzidos pela Sucom, foram postadas/enviadas regularmente pela CPA e pela própria Sucom nas redes sociais (Facebook da UFT, Instagram da UFT e da CPA, grupos de WhatsApp, além do envio de e-mails à comunidade acadêmica).

A CPA utiliza o software estatístico de código livre R. Os dados brutos gerados pelo Sistema Avalies em forma de planilha, compatível com os softwares mais populares, como o Microsoft Excel e Libreoffice, são importados para o R. As respostas para cada questão do formulário são processadas e transformadas em gráficos, a partir de 3 categorias: Geral (total de respostas para cada questão), Campus (total de respostas para cada um dos 5 Câmpus da UFT) e Perfil (total de respostas segundo cada um dos segmentos da comunidade acadêmica – estudantes, docentes, técnicos administrativos e egressos).

O Relatório da CPA é elaborado anualmente. Os Relatórios de Autoavaliação são formatados de maneira sistematizada e alinhada às diretrizes do SINAES, contemplando introdução, metodologia, análise por dimensões, apresentação dos resultados, identificação de fragilidades e potencialidades, além de recomendações. Essa estrutura permite não apenas a compreensão dos dados coletados, mas também sua utilização estratégica na gestão institucional.

O Relatório é estruturado em cinco capítulos, a saber: a introdução, que também abordará os dados institucionais, a composição atual da CPA e o sistema de avaliação institucional. No Capítulo 2, é discutida a metodologia de execução do processo de autoavaliação institucional. O Capítulo 3 é dedicado à análise dos resultados da Campanha de Avaliação Institucional. O Capítulo 4 trata da manifestação espontânea (críticas e sugestões) intitulada “Voz da Comunidade” E, finalmente, o Capítulo 5 “Considerações Finais” traz algumas reflexões a partir da percepção da comunidade acadêmica da UFT e das análises e recomendações apresentados no Capítulo 3.

Quanto à divulgação, os relatórios são tornados públicos por meio dos canais institucionais, como o site oficial da instituição e em reuniões com o comitê de governança, garantindo transparência e participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo. Os resultados orientam o planejamento estratégico e a alocação orçamentária.

14.2 Alinhamento das recomendações da CPA no PDI (2026-2030)

A elaboração do PDI (2026-2030), considerou os resultados das avaliações da CPA na definição de ações estratégicas, o que demonstra que a autoavaliação não é um fim em si mesma, mas um instrumento que compõe o planejamento institucional. Dessa forma, as fragilidades apontadas nos relatórios subsidiam a criação de ações que visam atender às

demandas identificadas, promovendo a melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa.

Como desdobramento direto das práticas de autoavaliação institucional conduzidas pela CPA, a UFT incorporou, como ação estratégica, a sistematização dos relatórios anuais da CPA na plataforma NAUS, Sistema de Governança e Gestão, criado para acompanhar e monitorar os indicadores e as ações do PDI (2026-2030) da UFT. Essa iniciativa visa garantir o monitoramento contínuo das recomendações avaliativas, promovendo sua integração efetiva ao PAT e ao PDI (2026-2030).

O NAUS é uma plataforma institucional desenvolvida pela UFT, voltada ao monitoramento das ações estratégicas vinculadas ao PDI e ao PAT. Criado para consolidar a gestão por evidências, o sistema permite acompanhar em tempo real o cumprimento de metas, prazos e responsabilidades por cada ação, por unidades gestoras responsáveis por cada ação e por nível estratégico, tático ou operacional. O Naus se tornou o uma ferramenta de governança e gestão capaz de integrar funcionalidades e informações para análise e tomada de decisões.

Após resultados e relatórios da CPA, as ações de melhorias sugeridas foram integradas ao NAUS como instrumento de controle e retroalimentação, garantindo que as recomendações indicadas na autoavaliação institucional sejam incorporadas ao planejamento e executadas de forma sistemática.

A inserção dos relatórios no NAUS permite o acompanhamento em tempo real das ações de melhoria propostas pela CPA, assegurando que cada recomendação seja vinculada a metas, prazos e responsáveis institucionais. Ao articular os resultados da autoavaliação com os instrumentos de planejamento estratégico, a Universidade consolida uma cultura institucional de avaliação permanente, voltada à excelência acadêmica e à elevação dos indicadores externos.

Os resultados do processo avaliativo, demonstra o atendimento, pela Instituição, às recomendações formuladas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com base nos resultados da autoavaliação institucional. As ações implementadas evidenciam o compromisso da gestão com a melhoria contínua da qualidade acadêmica, administrativa e institucional, bem como com o uso sistemático da avaliação como instrumento de planejamento e tomada de decisão, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A análise dos relatórios de autoavaliação elaborados pela CPA permitiu à identificação de prioridades institucionais, destacando-se o fortalecimento dos canais de

comunicação institucional, a melhoria da infraestrutura física e tecnológica, a ampliação das ações de capacitação de servidores, o aperfeiçoamento do planejamento e do monitoramento institucional e a promoção de maior integração entre ensino, pesquisa e extensão. Essas recomendações foram incorporadas ao planejamento institucional e orientaram a definição e a execução de ações estratégicas previstas no PDI (2026-2030).

No que se refere à comunicação institucional, a CPA recomendou a ampliação da divulgação das ações acadêmicas, administrativas e de gestão para a comunidade interna e externa. Em atendimento a essa recomendação, a Instituição promoveu a reestruturação do site institucional, ampliou o uso das redes sociais oficiais, instituiu a divulgação periódica de Boletins Informativos e promoveu a padronização da identidade visual. Como resultado, observou-se maior transparência e acessibilidade às informações institucionais, refletidas no aumento do alcance das publicações e na avaliação positiva da comunidade acadêmica.

Quanto à infraestrutura física e tecnológica, a CPA apontou a necessidade de aprimorar os espaços acadêmicos e administrativos, bem como de ampliar os recursos tecnológicos disponíveis.

Em resposta, a Instituição realizou reformas em espaços acadêmicos, sala de aula, banheiros, bibliotecas, laboratórios, manutenção das áreas externas, adquiriu novos equipamentos de informática, ampliou a rede de internet e melhorou a conectividade, além de promover adequações voltadas à acessibilidade. Essas ações contribuíram para melhores condições de ensino, pesquisa, extensão e trabalho, atendendo às demandas identificadas no processo avaliativo.

No âmbito da gestão de pessoas, a CPA recomendou o fortalecimento da política de capacitação e desenvolvimento de docentes e técnico-administrativos. A Instituição implementou ações voltadas à oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento, incentivou a participação em eventos científicos e técnicos e desenvolveu programas de formação alinhados às necessidades institucionais. Os resultados demonstram avanços significativos, evidenciados pela ampliação do número de servidores capacitados e pela melhoria dos processos de trabalho e da eficiência administrativa.

No que diz respeito ao planejamento e à gestão institucional, a CPA destacou a necessidade de aprimorar o acompanhamento das ações previstas no PDI (2026-2030). Como providências, a Instituição promoveu o alinhamento sistemático das recomendações da CPA às metas e ações do PDI, instituiu o monitoramento periódico das ações estratégicas e passou a utilizar indicadores de desempenho para subsidiar a avaliação e a tomada de decisão. Essas

iniciativas fortaleceram a cultura de planejamento, monitoramento e avaliação contínua no âmbito institucional.

Com base nas evidências apresentadas, constata-se que a Instituição cumpriu, em sua maioria, as recomendações da CPA, promovendo melhorias estruturais, acadêmicas e administrativas alinhadas ao seu planejamento estratégico e aos princípios do SINAES. A atuação da CPA revelou-se fundamental para o aperfeiçoamento institucional, ao subsidiar a gestão com informações qualificadas e orientadas para a melhoria contínua.

14.3 Monitoramento do Planejamento e Governança

Conforme citado no item 5.1 o PDI e a governança, são totalmente monitorados pelo software NAUS e por painéis de Power Bi, pela PROAP.

O Plano Anual de Trabalho - PAT, é um instrumento de planejamento institucional da UFT que tem por finalidade operacionalizar, em base anual, as ações estabelecidas no PDI, sendo um processo sistemático de monitoramento e avaliação, de modo a assegurar o gerenciamento contínuo da estratégia institucional.

Nesse contexto, o primeiro passo para o efetivo monitoramento do PDI consiste na elaboração dos PATs, que tem por finalidade operacionalizar, em base anual, as ações estabelecidas no PDI. Neste, cada UG define as ações ao longo do exercício. Por meio do PAT, as unidades acadêmicas e administrativas planejam, registram e acompanham as ações e atividades a serem desenvolvidas, estabelecendo responsabilidades, prazos, metas e resultados esperados.

O monitoramento das ações anuais e a medição dos riscos fornecem informações essenciais para o acompanhamento do desempenho institucional, permitindo a realização de ajustes ao longo da execução. As Reuniões de Avaliação da Estratégia constituem-se como espaços formais para apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos. A partir do conjunto de indicadores de desempenho institucional, delineados com base nas diretrizes estratégicas, torna-se possível verificar a efetividade das ações executadas e promover o acompanhamento sistemático das ações previstas nos planos anuais de trabalho.

Esse instrumento integra o conjunto de mecanismos aprovados pela Resolução do CONSUNI nº 09, de 27 de abril de 2016, que dispõe sobre o Plano de Monitoramento e Avaliação das Ações do PDI, reafirmando o PAT como elemento fundamental para a efetividade do planejamento estratégico institucional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **ABNT PR 2030/2022**. Diretrizes para ESG. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

_____. **NBR 10004/2004**. Resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 12808/2016**. Resíduos de serviços de saúde – Coleta. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

_____. **NBR ISO 14001/2015**. Sistemas de gestão ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2016. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jun. 2016.

_____. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 fev. 1986.

_____. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 dez. 1997.

_____. Decreto nº 9.713, de 28 de fevereiro de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1 mar. 2019.

_____. Decreto nº 10.123, de 26 de novembro de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 27 nov. 2019.

_____. Decreto nº 10.142, de 28 de novembro de 2019. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 29 nov. 2019.

_____. Decreto nº 10.454, de 12 de agosto de 2022. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 ago. 2022.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2 set. 1981.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 9 jan. 1997.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 abr. 1999.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 15 abr. 2004.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 jan. 2007.

_____. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 dez. 2009.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 3 ago. 2010.

_____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 4 jan. 2012.

_____. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1 abr. 2021.

DINIZ, C. C. Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: **desafios e oportunidades**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2013.

E-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

FAESA Centro Universitário. Inovação pedagógica. Disponível em: <https://www.faesa.br>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FORPLAD. GT Taxa de Sucesso, Evasão e Retenção nas IFES. Disponível em: <http://docplayer.com.br>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FUNAI. Terras indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GOVERNO DO TOCANTINS. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2020.

IBGE. Indígenas. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

IBGE. Tocantins. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 46001:2019**. Water efficiency management systems. Geneva, 2019.

_____. **ISO 50001:2018**. Energy management systems. Geneva, 2018.

IOEB. Tocantins. Disponível em: <https://ioeb.org.br>. Acesso em: 4 mar. 2025.

KLEIN, Carla Regina; FREIRE, F. S. Uma análise comparativa dos indicadores de transparência aplicados no Brasil. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE E AUDITORIA**, 16., 2017, Aveiro. Anais [...]. Aveiro: ISCA/Universidade de Aveiro, 2017.

LEITE, Marcos. Gestão de custos: tudo o que você precisa saber! _____. Disponível em: <https://www.artsoftistemas.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MACHADO, Cristiano. Produção de arroz irrigado no Estado do Tocantins registra crescimento após adoção de tecnologias sustentáveis. **Blog NorteAgro TO**, 23 maio 2020. Disponível em: <https://www.norteagropecuario.com.br>. Acesso em: 22 out. 2025.

MINAS GERAIS. **Controladoria-Geral do Estado**. *Declaração de Appetite a Riscos*. Belo Horizonte, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília, DF.

_____. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância**. Brasília, DF, 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Secretaria de Gestão. *Guia referencial para medição de desempenho da gestão*. Brasília, DF, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. O que é mapa estratégico. Disponível em: <https://planejamento.mppr.mp.br>. Acesso em: 11 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Acordo de Paris*. Paris, 2015.

PREFEITURA DE ARRAIAS. História. Disponível em: <https://www.arraias.to.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PREFEITURA DE GURUPI. Dados do município. Disponível em: <http://www.gurupi.to.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PREFEITURA DE MIRACEMA DO TOCANTINS. História. Disponível em: <https://www.miracema.to.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Guia da Política de Governança Pública*. Brasília, DF, 2018.

SEBRAE. Painel de empresas. Disponível em: <https://datasebrae.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *8 Objetivos estratégicos e indicadores de desempenho*. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br>. Acesso em: 9 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). Guia de Redação e Formatação de Comunicações Oficiais. Palmas, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/0k5W_K7ESJyjOrCHXv9nVA

_____. *iESGo – Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas*. Brasília, 2023.

_____. Portaria nº 170, de 12 de novembro de 2020. Brasília, DF, 2020.

_____. Resolução nº 320, de 12 de agosto de 2020. Brasília, DF, 2020.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2025. Palmas, 2021.

_____. Plano de Logística Sustentável (PLS). Palmas, 2018.

_____. Relatório de Avaliação Institucional UFT 2019. Palmas, 2020.

_____. Relatório de Gestão - Exercício 2023. Palmas, 2024.

_____. Relatório de Gestão. -Exercício 2024. Palmas, 2025.

_____. Relatório de Análise das Recomendações da CPA, CGU, Audin e TCU. Palmas, 2020.

_____. Resolução CONSUNI nº 03/2013. Palmas, 2013.

_____. Resolução CONSUNI nº 09/2019. Palmas, 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 22/2016. Palmas, 2018.

_____. Resolução CONSUNI nº 29/2018. Palmas, 2018.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Assistência Estudantil. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Comunicação. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Extensão. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Gestão de Pessoas. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Graduação. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Infraestrutura. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Pesquisa e Pós-graduação. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Planejamento. Palmas, 2020.

_____. Resultado dos trabalhos da Comissão de Tecnologias Educacionais. Palmas, 2020.

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2021–2025. Palmas, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/16G29vJbQ1ikIp_eqtOvgw

_____. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins ano 2021. Palmas, 2021. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>

_____. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins ano 2022. Palmas, 2022. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>

_____. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins ano 2023. Palmas, 2023. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>

_____. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins ano 2024. Palmas, 2024. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>

_____. Relatório de Gestão da Universidade Federal do Tocantins ano 2025. Palmas, 2025. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/gestao/avaliacao-e-planejamento/relatorios-de-gestao>

_____. Resolução nº68 de 06 de julho de 2022 do Conselho Superior Universitário - CONSUNI. Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão de Riscos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, 2022. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/AOnolyYvSuKb2XeIAMlC2A/content/Politica_de_Governanca_e_Gerenciamento_de_Riscos_da_UFT__Consuni_UFT.pdf

ANEXOS

Anexo I – Detalhamento das ações da Universidade Federal do Tocantins

Ficha Técnica de Ações em cinco Eixos

Anexo II– Detalhamento dos Indicadores e Metas da Universidade Federal do Tocantins

Ficha Técnica de Indicadores e Metas Objetivos Estratégicos

Ficha Técnica de Indicadores e Metas Objetivos Táticos

Classificação dos Indicadores do PDI 2026-2030

Anexo III– Quadro Planejamento da Oferta de Cursos da UFT (Projeção)

ANEXO I - AÇÕES CONSOLIDADAS DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI 2026-2030)

EIXO 1 – Planejamento e Desenvolvimento Institucional

ODS 4 – Educação de Qualidade	Planejamento e avaliação contínua fortalecem a qualidade institucional e a melhoria permanente do ensino.
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Aprimoramento da governança estratégica, monitoramento e avaliação institucional fortalecem instituições eficazes, transparentes e responsáveis.
ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação	Planejamento estruturado e monitoramento estratégico contribuem para implementação eficiente de políticas públicas e cooperação institucional.

Objetivo Estratégico

1.1 Consolidar a cultura de gestão estratégica institucional fundamentada em avaliação e planejamento contínuos como instrumento de desenvolvimento organizacional.

Objetivos Táticos	Ação	Unidade(s) Gestora(s) Responsável(eis)	Distribuição nos anos				
			2026	2027	2028	2029	2030
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.1 Aprimorar sistema de autoavaliação institucional;	CPA/PROTIC	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.2 Desenvolver conteúdos de comunicação áudio visual	RÁDIO/CPA	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.3 Desenvolver sistemática de produção de evidências como estratégia para melhoria das avaliações interna e externa.	PROGRAD	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.4 Executar pesquisa externa sobre a imagem da UFT elaborando plano de ação com base nos resultados.	SUCOM/PROAP	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.5 Implementar processo de avaliação de disciplinas e componentes curriculares	PROGRAD/PROTIC /PROGEDEP/PROPE SQ/ CHEFIA DE	X	X	X	X	X

		GABINETE/CPA					
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.6 Manter as atividades operacionais da CPA e o acompanhamento dos trabalhos das CSAs.	CPA	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.7 Promover a participação das CSAs nas reuniões dos Conselhos Diretores nos Campi e da CPA nos Conselhos Superiores.	CPA/GABINETE/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.8 Promover a sensibilização da comunidade acadêmica possibilitando a crescente participação de todos os segmentos nos processos de autoavaliação;	CPA/SUCOM/PROGRAD/COORDENAÇÃO DE CURSO	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.9 Promover a transparência e a divulgação dos dados das avaliações internas e externas para a comunidade por meio da utilização de business intelligence;	PROAP/CPA	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.10 Promover eventos para discussão dos resultados das autoavaliações e avaliações externas.	CPA/SUCOM/PROAPP	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.11 Realizar a autoavaliação institucional com elaboração do Relatório Anual	CPA	X	X	X	X	X
1.1.1 Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	1.1.1.12 Realizar divulgação da campanha da autoavaliação institucional para a comunidade interna e externa;	CPA/SUCOM	X	X	X	X	X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.1 Atualizar Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PDI.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.2 Elaborar Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PDI.	PROAP	X				X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.3 Promover campanhas educativas sobre planejamento e gestão em todos os campus, a nível operacional.	PROAP/ TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.4 Promover capacitações técnicas sobre gestão e planejamento com as lideranças das UG's.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.5 Promover eventos de planejamento e Reunião de Avaliação Estratégica - RAE	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	1.1.2.6 Promover reuniões Técnicas de análise e discussão sobre planejamento com as UG's.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.1 Analisar as demandas regionais e nacionais adequando a oferta de novos cursos, linhas de pesquisas e atualização de currículos.	PROGRAD/PROPESQ/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.2 Desenvolver o Repositório Institucional de Práticas Pedagógicas Inovadoras da UFT, com registro e disseminação de experiências de ensino.	PROGRAD	X	X	X	X	X

1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.3 Fomentar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Campus.	PROAP/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.4 Implementar política de expansão itinerante da UFT, integrando os programas de Itinerância Acadêmica e Inovação Pedagógica (PIPI), com oferta modular em municípios sem campus.	PROGRAD	X	X	X	X	X
1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.5 Planejar a expansão física e tecnológica institucional conforme demanda.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/P ROTIC	X	X	X	X	X
1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	1.1.3.6 Promover a execução do Plano Diretor do Campus em aspectos de infraestrutura.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA /TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.4 Aprimorar a formulação da estratégia institucional	1.1.4.1 Acompanhar a execução das ações das unidades gestoras publicando relatório de monitoramento.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.4 Aprimorar a formulação da estratégia institucional	1.1.4.2 Monitorar os indicadores de desempenho institucionais.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.1 Aprimorar a plataforma UFT em números.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.2 Assegurar o planejamento e o monitoramento das atividades das unidades, por meio da elaboração e acompanhamento do Plano Anual de Trabalho (PAT).(GERAL).	TODAS AS UGs/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.3 Atualizar o Plano de Monitoramento de Indicadores Institucionais.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.4 Publicizar o planejamento orçamentário da UG's (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.5 Fortalecer a prestação de serviços de consultoria, nos termos do Regimento Interno e do Manual de Auditoria Interna.	AUDIN	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.6 Fortalecer os mecanismos institucionais de avaliação e melhoria contínua, por meio do registro, análise e tratamento das não conformidades no alcance das metas.(GERAL).	TODAS AS UGs/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.7 Informar periodicamente o andamento e os resultados do Paint.	AUDIN	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de	1.1.5.8 Manter a realização das ações previstas no	AUDIN	X	X	X	X	X

monitoramento e avaliação estratégica.	Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ/UFT						
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.9 Manter o banco de registro e controle de benefícios advindos da implementação das recomendações emitidas pela Audin.	AUDIN	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.10 Monitorar o cumprimento do Planejamento de Desenvolvimento Institucional - PDI.	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.11 Produzir os Relatórios Anuais de Auditoria Interna - RAIN'T's.	AUDIN	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.12 Realizar o acompanhamento da execução das ações do orçamento no exercício (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica.	1.1.5.13 Viabilizar a execução orçamentária da Universidade (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X

EIXO 2 – Governança e Sustentabilidade

ODS 5 – Igualdade de Gênero	Políticas de diversidade e combate ao assédio.
ODS 10 – Redução das Desigualdades	Promoção de inclusão, direitos humanos e diversidade.
ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis	Gestão da sustentabilidade ambiental e contratações sustentáveis.
ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	Implementação de políticas ambientais institucionais.
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Compliance, integridade, gestão de riscos, auditoria interna e accountability.
ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Sustentabilidade financeira e estrutura orçamentária eficiente.

Objetivo Estratégico

2.1 Fortalecer a governança institucional com a utilização de práticas transparentes, íntegras e sustentáveis, promovendo responsabilidade social e diversidade.

Objetivos Táticos	Ação	Unidade(s) Gestora(s) Responsável(eis)	Distribuição nos anos				
			2026	2027	2028	2029	2030
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.1 Desenvolver programa anual de campanhas e eventos educativos voltados à sustentabilidade social, abordando temas como diversidade, inclusão, igualdade de gênero e saúde do servidor, com ações de prevenção ao tabagismo, ao uso de drogas e ao alcoolismo, bem como iniciativas de enfrentamento ao assédio, prevenção ao HIV e prevenção ao câncer de mama e de próstata.	PROGEDEP/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.2 Desenvolver trilhas de formação de servidores para o acolhimento LGBTQIA+, estudantes estrangeiros e PcDs.	PROGEDEP/RELIN TER/PROGRAD/PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.3 Desenvolver um plano estratégico de comunicação inclusiva que oriente todas as instâncias da UFT na produção e disseminação de conteúdos acessíveis, representativos e respeitosos à diversidade.	SUCOM/RÁDIO/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de	2.1.1.4 Implantar núcleos de acolhimento às mulheres	OUVIDORIA/TODO	X	X	X	X	X

diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	vítimas de violência e assédio nos câmpus.	S OS CAMPUS					
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.5 Implantar política de apoio à parentalidade e responsabilidades familiares na comunidade acadêmica, promovendo permanência, equidade e bem-estar.	PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.6 Implementar editais de diversidade e equidade de gênero ; reserva de vagas étnicos-raciais em processos seletivos de servidores, terceirizados e estagiários na Instituição.	PROGRAD/PROGE DEP/PROAD/COPE SE/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.7 Implementar políticas de prevenção, enfrentamento e atendimento/acolhimento em casos de assédio e discriminação.	OUVIDORIA/PROG EDEP/PROEST/ CHEFIA DE GABINETE/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.8 Implementar programa institucional de fortalecimento, valorização das culturas e línguas indígenas, promovendo o letramento linguístico, digital de acadêmicos e servidores.	PROEX/PROGRAD/ PROEST/PROPEAQ/ RELINTER/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.9 Institucionalizar as demandas de inclusão com base em protocolos de acolhimento em toda a instituição.	PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.10 Promover ambientes institucionais acessíveis, seguros, inclusivos e sustentáveis para a comunidade.	PROEST/PREFEITU RA UNIVERSITÁRIA/P ROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos, responsabilidade social e prevenção e combate ao assédio	2.1.1.11 Promover o acesso equitativo e o pertencimento de estudantes da rede pública ao ambiente universitário.	PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2 Consolidar processos de gestão institucional	2.1.2.1 Implantar o Sistema de Informações de Custos (SIC). (ORÇAMENTO)	PROAD/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.2 Consolidar processos de gestão institucional	2.1.2.2 Modernizar o Ecossistema Digital da UFT, integrando portais, sistemas, mídias sociais e canais de atendimento, com foco em acessibilidade e experiência do usuário.	SUCOM/RÁDIO/PR OTIC/ PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2 Consolidar processos de gestão institucional	2.1.2.3 Realizar a atualização do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), elaborando um Plano de Ação	PROGEDEP/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

			de redimensionamento para suprir as lacunas e desequilíbrios identificados.							
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.4 Realizar campanha de atualização cadastral dos servidores.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.5 Adequar instalações administrativas, por meio de Planos de Manutenção, considerando atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	PROAD/PREFEITURA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.6 Institucionalizar a CESAU como unidade estruturante de gestão aplicada a saúde	CESAU/GABINETE/CAMPUS PALMAS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.7 Aprimorar a infraestrutura tecnológica da CPA, adquirindo novos equipamentos.	PROAD/PROTIC	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.8 Atualizar normativa de procedimentos para o processo de organização e inovação da estrutura organizacional.	PROAP	X	X	X		
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.9 Atualizar política do Programa de Gestão e Desempenho com base em evidências.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.10 Desenvolver central de distribuição e controle de materiais com código de barras, garantindo o fornecimento de materiais de consumo para as atividades acadêmicas e administrativas.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.11 Desenvolver programa de distribuição da frota recebida em doação.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.12 Efetivar a conformidade dos Registros de Gestão.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.13 Efetivar processos de desfazimento de bens patrimoniais.	PROAD/PROTIC/PR EFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.14 Estabelecer calendário anual de compras, patrimônio e contratações.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.15 Executar o Programa “UFT Conectada” em ambientes virtuais institucionais.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.16 Garantir a manutenção de serviço terceirizado de tratorista, motorista, motoboy e encarregados nos câmpus da UFT.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.17 Garantir a realização das demandas do cerimonial da universidade.	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.18 Garantir o licenciamento anual incluindo taxas do Detran e DPVAT dos veículos oficiais pertencentes à UFT.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar	processos	de	2.1.2.19 Gerir procedimentos relativos às alterações na	PROAP	X	X	X	X	X

gestão institucional		Estrutura Organizacional da Universidade.							
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.20 Implantar escritório de processos atuante e alinhado com as demandas de soluções de TI da UFT.	PROAP/PROTIC	X	X				
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.21 Implantar mecanismos de telemonitoramento em ambientes acadêmicos e administrativos.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.22 Implementar a gestão por processos institucionais por meio do mapeamento/redesenho dos fluxos e Procedimentos Operacionais Padrões das Unidades	PROAP/TODAS AS UGs/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.23 Implementar controle de combustível viabilizando a manutenção do fornecimento de combustível para veículos oficiais e cedidos.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.24 Implementar ferramentas tecnológicas para monitoramento da movimentação física, inventários rotativos, gestão de depreciação, reavaliação e descarte de bens.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.25 Implementar Programa de Manutenção Preventiva dos bens patrimoniais.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.26 Instituir programa de prevenção, controle, responsabilização por extravio, perda ou desgaste de bens, com indicadores para monitoramento de ocorrências e regularização.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.27 Manter a gestão administrativa/acadêmica dos câmpus e reitoria.(GERAL).	TODAS AS UGs/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.28 Manter os serviços de locação de meios de transporte para a Instituição (terrestre, aquático etc.).	PROAD	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.29 Modernizar a gestão do Almoxarifado Central implementando sistema informatizado de controle de estoque com indicadores de giro e estoque mínimo e máximo.	PROAD	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.30 Modernizar digitalmente a Rádio UFT e a TV UFT com foco na ampliação da difusão de conteúdos educativos, culturais e científicos.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.31 Realizar o controle de bens patrimoniais, incluindo móveis e imóveis, gestão de inventários, integrando sistemas (SIE e SpiuNet), garantindo rastreabilidade, conferência e adequação dos registros.	PROAD	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.32 Modernizar os equipamentos de som e vídeo dos auditórios.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X	
2.1.2 Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.33 Monitorar o Programa de Gestão de Desempenho e seus impactos na comunidade acadêmica	PROGEDEP	X	X	X	X	X	

2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.34 Monitorar os indicadores de Gestão de Pessoas	PROGEDEP	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.35 Orientar a realização do mapeamento e redesenho de processos com definição dos fluxos e Procedimentos Operacionais Padrões das Unidades.	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.36 Promover a atualização da análise das prestações de contas dos projetos realizados em parceria com a fundação de apoio.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.37 Promover a formação continuada das equipes de comunicação e bolsistas, com foco em inovação, ética, linguagem inclusiva e comunicação pública universitária.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.38 Promover a participação em reuniões, eventos, cursos e treinamentos correlacionadas a unidade (GERAL).	TODAS AS UGs/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.39 Promover ações contínuas de conscientização sobre patrimônio público, incentivando a participação e a capacitação de servidores para adequada gestão patrimonial.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.40 Promover elaboração/consolidação e publicização do Relatório de Gestão.	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.41 Promover resposta a demandas judiciais e externalidades;	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.42 Realizar a sinalização visual e tátil conforme NBR 9050	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.43 Viabilizar a manutenção dos serviços de processamento de documentos.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.44 Viabilizar a manutenção dos serviços de malotes e postagens entre os câmpus da UFT.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.45 Viabilizar a manutenção, seguro dos veículos oficiais e cedidos, modernizando a infraestrutura de transporte, incluindo embarcações e ônibus para aulas de campo.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.46 Viabilizar a prestação de serviço de fretamento turístico eventual aos câmpus da UFT.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.47 Viabilizar aquisição de veículos e a disponibilidade de transporte para a comunidade acadêmica.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.48 Viabilizar as atividades que ensejem a concessão de espaço público para o fornecimento de alimentos(refeições, lanches e outros de mesma natureza).	PROAD	X	X	X	X	X

2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.49 Viabilizar as atividades que ensejem a concessão de espaço público para oferta de serviços de Reprografia/Papelaria	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.50 Viabilizar manutenção preventiva e corretiva da rede de abastecimento de água.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.51 Viabilizar serviços de mudança e transferência de bens móveis da UFT, incluindo mobiliário, bagagens, veículos automotores e demais objetos de propriedade ou interesse institucional.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.52 Viabilizar, conforme competências institucionais, leilões e processos de desfazimento de bens, garantindo transparência e otimização dos recursos.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.53 Fortalecer a transparência institucional, por meio da publicação no site oficial da UFT, dos processos de contratação de obras e serviços de engenharia, assegurando o acesso público às informações pelos cidadãos	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.54 Instituir normativa interna sobre a Política de Obras e serviços de engenharia	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.55 Monitorar o indicador que mede o percentual de prédios adaptados às regras de acessibilidade com consequente publicação no site da UFT	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.56 Aprimorar os atos dos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.57 Instituir a equipe de planejamento dos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.58 Aprimorar a gestão e a fiscalização das obras por meio de vistorias periódicas e relatórios técnicos.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.2	Consolidar gestão institucional	processos de	2.1.2.59 Monitorar o Plano de contratações Anual - PCA relativo às contratações de obras e serviços de engenharia.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar governança	processos de	2.1.3.1 Elaborar o Plano Estratégico de Comunicação Integrada 2026-2030, alinhado ao PDI e aos objetivos institucionais de transparência, inovação e participação social.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar governança	processos de	2.1.3.2 Atualizar normativas institucionais referentes a unidade (GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar governança	processos de	2.1.3.3 Consolidar Rede de Comunicação Participativa e Colaborativa, envolvendo os Câmpus, unidades e setores em processos de produção e circulação de informações.	SUCOM/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar governança	processos de	2.1.3.4 Desenvolver Política Integrada de Liderança e sucessão, na modernização dos critérios de designação de	PROGEDEP/GOVERNANÇA/PROAP	X	X	X	X	X

		cargos, na garantia da transparência e da memória institucional.							
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.5 Desenvolver Sistema de Governança da Comunicação, promovendo a articulação entre as unidades, o alinhamento estratégico e o fortalecimento da imagem institucional.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.6 Executar processo formal de Avaliação anual de Desempenho e de Resultados dos Dirigentes da Alta administração alinhado com Comitê de Governança.	PROGEDEP/GOVERNANÇA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.7 Garantir a participação em organismos nacionais e internacionais.	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.8 Garantir a realização das reuniões dos Conselhos Superiores da UFT;	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.9 Implementar Política de Comunicação Integrada da UFT, definindo diretrizes, fluxos e responsabilidades para a comunicação institucional, científica e comunitária.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.10 Manter funcionamento e atividades relacionadas ao Conselho Diretor - CONDIR no Campus.	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.11 Promover a realização da revisão e atualização do Regimento dos conselhos da universidade;	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.12 Promover a realização de eventos institucionais;	CHEFIA DE GABINETE/SUCOM //TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.13 Implantar a superintendência de governança tática	GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.14 Implantar a superintendência de ações afirmativas	GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.3	Consolidar	processos de governança	2.1.3.15 Promover conexões inter profissionais com realização de eventos envolvendo todos os Câmpus	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.4	Implementar	sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.1 Aprimorar a comunicação e a atualização das atividades relacionadas à integridade no âmbito da universidade.	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.4	Implementar	sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.2 Aprimorar a gestão dos processos disciplinares, garantindo celeridade, transparência e conformidade legal nos procedimentos administrativos.	CPAD	X	X	X	X	X
2.1.4	Implementar	sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.3 Desenvolver ações preventivas e educativas sobre ética e conduta no ambiente universitário, reduzindo a incidência de processos disciplinares.	CPAD	X	X	X	X	X

2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.4 Elaborar as informações e mandado de segurança para defesa da Universidade em Juízo	PFUFT	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.5 Elaborar manifestações jurídicas consultivas no âmbito dos processos administrativos da Universidade	PFUFT	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.6 Estabelecer indicadores de desempenho e relatórios periódicos para monitorar prazos, demandas e resultados dos processos disciplinares.	CPAD	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.7 Fortalecer a transparência e o acesso à informação sobre os processos disciplinares, respeitando o sigilo legal e promovendo a integridade institucional.	CPAD	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.8 Implantar a Central de Inteligência e Monitoramento Comunicacional, com indicadores para análise de alcance, engajamento e percepção institucional.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.9 Integrar o setor de processos disciplinares com outras áreas institucionais (jurídico, corregedoria, gestão de pessoas), promovendo atuação articulada e eficiente.	CPAD	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.10 Prestar assessoria jurídica à gestão superior da UFT	PFUFT	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.11 Prevenir a ocorrência de fraudes, corrupção e outros atos antiéticos nas contratações.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.12 Promover capacitação contínua dos servidores e membros das comissões disciplinares, fortalecendo a atuação técnica e o cumprimento das normas legais e éticas.	CPAD	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.13 Viabilizar o atendimento das solicitações da PGF/AGU para promoção da defesa da Universidade em juízo.	PFUFT	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.14 Promover anualmente, nos campus, evento de formação e diálogo com a comunidade acadêmica, fortalecendo a cultura de integridade institucional nos processos da CPA e da Auditoria Interna.	AUDIN/PROAP/TO DOS OS CAMPUS/SITAI/CPA	X	X	X	X	X
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	2.1.4.15 Promover campanhas sobre ética, integridade, anticorrupção	PROGEDEP/SITAI/OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.1 Divulgar as informações que integram a prestação de contas (Relatório de Gestão e peças complementares) promovendo a transparência.	PROAP/SUCOM	X	X	X	X	X

2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.2 Elaborar a política de gestão de continuidade de negócios no âmbito da UFT.	GOVERNANÇA/PROAP/PROTIC/PROG EDEP/PROAP/PROAD/SUCOM	X	X			
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.3 Estabelecer mecanismos de eficiência dos gastos promovendo a redução das despesas (GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.4 Fortalecer a gestão de riscos institucionais, priorizando a alocação de recursos para a mitigação dos riscos (GERAL).	PROAP/TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.5 Implementar sistemática de monitoramento contínuo avaliando a eficácia das medidas de mitigação de riscos.	GOVERNANÇA/PROAP/CHEFIA DE GABINETE/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.6 Orientar unidades com foco no gerenciamento dos riscos estratégicos da instituição.	GOVERNANÇA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.7 Promover a transparência do andamento das ações e metas previstas no PDI, intensificando a divulgação, esclarecimentos e monitoramento dos resultados.	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	2.1.5.8 Realizar a avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos da UFT.	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.1 Ampliar a comunicação da universidade com a sociedade, por meio de canais oficiais de informação e diálogo, assegurando transparência, credibilidade e linguagem cidadã.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.2 Aprimorar a renovação da identidade visual e do design institucional da UFT, promovendo padronização, modernidade e fortalecimento da marca institucional.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.3 Aprimorar processos de aquisição de equipamento de Rádio e TV (Broadcast)	PROAD/PROTIC/RÁDIO	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.4 Atualizar informações nas páginas (minihomes) das Unidades Gestoras e setores em geral, visando, sobretudo a descentralização de informação.	SUCOM//TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.5 Consolidar Plataforma de Prestação de contas e transparência;	SETOR DE INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.6 Demonstrar os resultados práticos advindos da avaliação institucional.	CPA/SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	2.1.6.7 Desenvolver pesquisa externa de avaliação da Ouvidoria;	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar transparência e	2.1.6.8 Difundir ações de Comunicação Pública	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X

accountability			Universitária, fortalecendo a transparência, o controle social e a visibilidade das políticas institucionais.						
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.9 Divulgar as atualizações das informações que integram a prestação de contas e a transparência da UFT no site;	SETOR DE INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.10 Fortalecer o relacionamento com a imprensa e a mídia, ampliando a divulgação das ações, projetos e resultados da UFT em âmbito local, regional e nacional.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.11 Garantir a publicação de Atos Legais Institucionais.	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.12 Implantar uma central de atendimento integrada para os cursos, garantindo agilidade na comunicação com estudantes, docentes, TAE e comunidade externa.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.13 Implementar sistemática de diálogo entre a Ouvidoria e demais setores da UFT.	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.14 Instituir o Canal Oficial “UFT Informa”, como meio centralizado de comunicação de notícias, editais, oportunidades e ações institucionais para a comunidade acadêmica e externa.	SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.15 Manter atualizados os canais de publicização da prestação de contas;	PROAP/Setor de Integridade e Transparência/OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.16 Manter o setor de Ouvidoria da instituição, ampliando a divulgação das suas atribuições e o retorno às solicitações da comunidade acadêmica.	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.17 Monitorar as manifestações de ouvidorias recebidas na plataforma fala.br;	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.18 Monitorar o atendimento das recomendações dos órgãos de controle, e recomendações emitidas pela Audin.	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.19 Promover a publicação do Relatório Anual da Ouvidoria demonstrando qualitativa e quantitativamente o resultado dos serviços prestados à comunidade;	OUVIDORIA	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.20 Promover atualização da Carta de Serviços ao Cidadão, garantindo a qualidade das informações com ampla divulgação aos usuários.)	PROAP/OUVIDORIA/SUCOM	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.21 Realizar campanha de conscientização sobre transparência ativa;	Setor de Integridade e Transparência	X	X	X	X	X
2.1.6 Assegurar accountability	transparência	e	2.1.6.22 Simplificar a busca de informações no site da UFT, promovendo a usabilidade, acessibilidade e integração entre os portais institucionais e setoriais.	SUCOM	X	X	X	X	X

2.1.7 Consolidar a auditoria interna como função de governança	2.1.7.1 Emitir os pareceres sobre a prestação de contas anual da entidade.	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.7 Consolidar a auditoria interna como função de governança	2.1.7.2 Produzir os planos táticos de auditoria interna, nominados de Planos Anuais de Auditoria Interna - PAINT's.	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.7 Consolidar a auditoria interna como função de governança	2.1.7.3 Realizar prestação de serviços de avaliação, nos termos do Regimento Interno e do Manual de Auditoria Interna.	AUDIN	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.1 Consolidar a gestão ambiental institucional, com metas, indicadores, por meio da elaboração e divulgação de relatório ambiental periódico.	PROAD/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.2 Consolidar o papel institucional da Universidade na promoção do desenvolvimento socioambiental do estado e da Amazônia Legal.	PROAP/SUCOM/INOVATO	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.3 Fortalecer a governança ambiental institucional, assegurando o licenciamento ambiental e a regularização de alvarás em conformidade com a legislação vigente.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.4 Fortalecer ações institucionais de proteção e bem-estar animal, com articulação entre a Universidade, ONGs e o poder público	PROAP/SUCOM/RÁDIO E TODOS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.5 Implantar a Política Socioambiental Institucional integrada aos planos estratégicos da UFT, alinhada à agenda A3P e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.6 Implantar Programa de Gestão de Resíduos nos câmpus, garantindo coleta seletiva, descarte adequado e campanhas educativas sobre sustentabilidade.	PROAD/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.7 Implementar Programa de Eficiência Energética e Hídrica nos câmpus, com reuso de água, energia solar, metas de autossuficiência e áreas de biodiversidade.	PROAD/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.8 Institucionalizar a governança socioambiental da Universidade, vinculada à Reitoria, com estrutura descentralizada nos câmpus e alocação de recursos específicos.	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.9 Institucionalizar o planejamento da regularização ambiental da Universidade.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.10 Instituir um programa de gestão do ciclo de vida e descarte ecológico para ativos de TIC.	PROTIC/PROAD	X	X	X	X	X

2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.11 Integrar a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental aos projetos pedagógicos e às matrizes curriculares	PROGRAD/PROAP/PROPEQ	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.12 Promover espaços de integração socioambiental, revitalizando ambientes comuns com foco em paisagismo e conforto térmico.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROAP/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.13 Promover o estudo da viabilidade de migração da frota para veículos elétricos, com foco na redução de emissão de gases de efeito estufa.	PROAD/PROAP	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.14 Promover trilhas de aprendizagem para gestores e servidores sobre práticas sustentáveis.	PROAP/PROGEDEP/PROGRAD	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.15 Promover a ampla divulgação do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA, PROAD	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.16 Monitorar sistematicamente os resultados do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA, PROAD	X	X	X	X	X
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	2.1.8.17 Gerenciar o correto descarte de resíduos químicos e biológicos	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA e TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver gestão da sustentabilidade social	2.1.9.1 Aprimorar os mecanismos institucionais de planejamento, gestão e avaliação da extensão, criando Plataforma de Mapeamento de Demandas Sociais, incorporando Observatório de Determinantes Sociais Extensão	PROEX/PROTIC	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver gestão da sustentabilidade social	2.1.9.2 Consolidar a política de inovação social e tecnológica da Instituição, com rede de incubadoras, aceleradoras e fomento a startups, projetos e tecnologias sociais	PROEX/INOVATO	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver gestão da sustentabilidade social	2.1.9.3 Desenvolver estratégias de captação de recursos visando financiar programas de apoio e acolhimento infantil garantindo a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	PROEX	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver gestão da sustentabilidade social	2.1.9.4 Desenvolver o Observatório Acadêmico de Responsabilidade Social e Diversidade, com foco na produção, sistematização de dados sobre ações formativas, pesquisas aplicadas e impactos sociais dos cursos da Instituição.	PROGRAD	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver gestão da sustentabilidade social	2.1.9.5 Desenvolver projeto de redes de apoio e parcerias	PROEST	X	X	X	X	X

sustentabilidade social		melhorando o transporte estudantil nos câmpus.						
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.6 Desenvolver projetos colaborativos com comunidades visando a conservação ambiental, o uso sustentável de recursos naturais e a preservação do patrimônio cultural.	PROEX	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.7 Efetivar a Política Esportiva Universitária, ampliando o acesso da comunidade a atividades esportivas e de convivência.	PROEX/PROEST E TODOS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.8 Estimular projetos de inovação social e tecnológica voltados às comunidades tradicionais, garantindo fomento e proteção de direitos autorais e saberes comunitários.	PROEX	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.9 Fomentar ações de engajamento e conscientização sobre a sustentabilidade social.	PROEST/PROEX	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.10 Implementar programas de residência profissional interdisciplinar articulados ao desenvolvimento regional e às demandas territoriais de biosustentabilidade.	PROEX/PROPESQ	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.11 Institucionalizar a Política de Cultura, Arte, Esporte e Bem Viver da UFT, promovendo espaços permanentes de valorização da diversidade com a construção do Centro Cultural.	PROEX/PROEST/PR EFEITURA UNIVERSITÁRIA E TODOS CAMPUS	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.12 Institucionalizar programas estruturantes de ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional	PROEX	X	X	X	X	X
2.1.9 Desenvolver sustentabilidade social	gestão da	2.1.9.12 Realizar os Jogos Indígenas no campus promovendo a integração entre os povos e o intercâmbio com a comunidade acadêmica.	CAMPUS MIRACEMA/PROEX	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.1 Alinhar a gestão orçamentária e financeira aos objetivos de sustentabilidade (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.2 Ampliar captação de recursos próprios e novas fontes de receitas (GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.3 Efetivar a execução contábil do patrimônio da Universidade.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.4 Efetivar a execução financeira da Universidade.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.5 Garantir a ampla publicidade dos artefatos e documentos dos processos licitatórios.	PROAD	X	X	X	X	X
2.1.10 Assegurar sustentabilidade financeira		2.1.10.6 Garantir recursos para atender direitos e obrigações legais (Pasep/auxílio moradia/remoção)	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento		2.1.11.1 Aprimorar as práticas orçamentárias atendendo as exigências do órgãos de controle (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X

2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	2.1.11.2 Aprimorar os parâmetros da distribuição orçamentária institucional, incorporando indicadores de desempenho das avaliações internas e metodologias baseadas em resultados (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	2.1.11.3 Elaborar ferramentas e normativos que integrem os processos de planejamento e orçamento.	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	2.1.11.4 Incluir a Lei Orçamentária na construção do PDO (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	2.1.11.5 Organizar o processo de planejamento e distribuição orçamentária (ORÇAMENTO).	PROAP	X	X	X	X	X
2.1.11 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	2.1.11.6 Promover o detalhamento e a divulgação da prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros por Campus e Cursos da UFT(ORÇAMENTO).	PROAP/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

EIXO 3 – Gestão Acadêmica

ODS 4 – Educação de Qualidade

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 10 – Redução das Desigualdades

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Objetivo Estratégico

3.1 Consolidar a excelência acadêmica por meio da gestão integrada de processos finalísticos de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil

Objetivos Táticos	Ação	Unidade(s) Gestora(s) Responsável(eis)	Distribuição nos anos				
			2026	2027	2028	2029	2030
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.1 Implementar ações de permanência e êxito Acadêmico, proporcionando a redução da evasão e a retenção	PROGRAD E TODAS AS COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.2 Desenvolver ações que contribuam para a elevação do conceito ENADE dos cursos de graduação	PROGRAD E TODAS AS COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.3 Aprimorar diretrizes que regulamentam a organização e a operacionalização do estágio supervisionado.	PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X			
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.4 Aprimorar Sistema de gerenciamento de Estágio obrigatório e não obrigatório atendendo especificidades de licenciaturas, bacharelados.	PROGRAD/PROTI C E TODOS OS CAMPUS	X	X	X		
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.5 Consolidar a política linguística na UFT	RELINTER/PROGRAD/PROEX/GABINETE/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de	3.1.1.6 Contribuir com a discussão para a oferta de	RELINTER/PROGR	X	X	X	X	X

ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	disciplinas da graduação e pós-graduação em línguas estrangeiras	AD/PROPESQ					
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.7 Estabelecer metas e indicadores de internacionalização alinhados aos critérios de rankings internacionais, como THE, contemplando desempenho em mobilidade acadêmica, produção científica com colaboração internacional e presença global da instituição.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.8 Fortalecer a internacionalização em todos os Campus da UFT	RELINTER/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.9 Fortalecer programas de residências em nível de graduação e pós-graduação promovendo soluções inovadoras, sustentáveis às demandas socioambientais e de biossustentabilidade das comunidades.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.10 Garantir o registro e a expedição de diplomas.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.11 Identificar cursos de graduação com titulação inferior aos níveis recomendados pelo INEP com elaboração de estratégia de melhorias.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.12 Implementar procedimentos institucionais para reconhecimento e revalidação de títulos estrangeiros em níveis de graduação e pós-graduação.	PROGRAD/RELINTER/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.13 Institucionalizar programas de intercâmbio e imersão para docentes da UFT promovendo atualização acadêmica, desenvolvimento de competências pedagógicas, pesquisa, e troca de experiências.	PROPESQ/PROGEDEP/RELINTER/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.14 Instituir Integração Acadêmica voltadas ao planejamento, acompanhamento, avaliação e fortalecimento entre ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação e de pós-graduação.	PROGRAD/PROPESQ/PROEX/PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.15 Instituir o calendário institucional de atividades acadêmicas (Ensino, Pesquisa, Extensão) e administrativas integradas.	PROGRAD/PROPESQ/PROEX/PROAD/PROAP	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de	3.1.1.16 Monitorar o rendimento acadêmico relacionado a	PROEST/PROPESQ	X	X	X	X	X

ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	disciplinas, produção científica e projetos.	/PROEX/ PROGRAD/TODOS OS CAMPUS					
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.17 Promover execução do Programa Capes Global	PROPESQ/RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.18 Promover o acolhimento e a recepção dos estudantes internacionais	RELINTER E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.19 Promover seleções e concursos conforme solicitações.	COPESE	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.20 Realizar a operacionalização de Processos Seletivos de Ingresso/Reingresso na Graduação.	COPESE	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.21 Desenvolver programas de monitoria em cursos de graduação e pós-graduação	PROEST/PROGRAD/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.22 Atualizar os instrumentos de planejamento , registro e acompanhamento da carga docente (PIT/RIT) publicando relatórios.	PROGRAD/PROPE SQ	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.23 Atualizar normativos e diretrizes relacionados ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de graduação	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.24 Realizar atividades de acompanhamento, operacionalização e monitoramento do estágio obrigatório e não obrigatório	PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	3.1.1.25 Manutenção da Apólice de Seguro aos alunos da Graduação em Atividades de Estágio; programas de monitorias, bolsas estágios e editais de fomento	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do	3.1.2.1 Ampliar o acesso a ambientes e laboratórios digitais da UFT, promovendo o acompanhamento sistemático das	PROGRAD	X	X	X	X	X

desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	práticas pedagógicas e tecnológicas desenvolvidas nos cursos de graduação.						
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.2 Ampliar os canais institucionais de divulgação científica da Instituição, incluindo revistas acadêmicas, boletins, podcasts, eventos científicos em redes nacionais e internacionais.	PROPESQ /SUCOM/RÁDIO/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.3 Atrair projetos de pesquisa e inovação para as áreas experimentais da UFT por intermédio do PEQUI aumentando a proximidade dos pesquisadores com problemas reais da sociedade.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica	3.1.2.4 Posicionar a CESAU como cenário estruturante de integração ensino-serviço-comunidade, fortalecendo a formação interprofissional, a pesquisa aplicada e a extensão universitária	CESAU/GABINETE/CAMPUS PALMAS	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.5 Atualizar os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de graduação e pós graduação incorporando ESG, ODS, IA e políticas de extensão.	PROGRAD/PROPESQ e COORDENAÇÕES DE CURSOS	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.6 Atualizar os regimentos institucionais viabilizando a implementação de estratégias de oferta de disciplinas, de criação, extinção de cursos e atividades extensionistas.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.7 Desenvolver programa institucional de apoio à publicação em periódicos de alto impacto e acesso aberto, incluindo a organização e publicação de revista(s) acadêmico-científica(s) própria(s), indexada(s) no Qualis.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.8 Desenvolver ações de popularização da ciência e divulgação científica.	INOVATO/PROPESQ/PROGRAD/PRO	X	X	X	X	X

desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico		EX/SUCOM/TODOS OS CAMPUS					
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.9 Desenvolver ações sistemáticas de popularização da ciência e divulgação científica, coordenadas por uma instância específica que atue transversalmente com comunicação com a sociedade. Escola Internacional	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.10 Desenvolver linha de fomento específica para projetos de inovação social, promovendo ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras no campo do desenvolvimento social.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.11 Desenvolver metodologia de avaliação de impacto social e tecnológico das pesquisas, articulando os objetivos e valores da IES com as demandas sociais.	INOVATO/POPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.12 Desenvolver Núcleos de Pesquisa orientados a Problemas Regionais (NPOPs) com foco na Amazônia Legal, utilizando mecanismos eficazes de transmissão dos resultados para a comunidade.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.13 Desenvolver o PEQUI-UFT como centro de formação docente e incubação de projetos de inovação educacional.	INOVATO/PROPESQ/PROGRAD/PROEX/PROEST/PROGED EP	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.14 Desenvolver programa de fomento a projetos em parceria com setor produtivo, com mecanismos simplificados de contratação, utilizando os ambientes de inovação como ferramenta principal e tendo o PEQUI como ponto focal das interações.	INOVATO/PROPESQ	X	X	X	X	X

3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.15 Desenvolver programa de graduação para trabalhos de conclusão de curso baseados no planejamento e implantação de empreendimentos inovadores (TCC EMPREENDEDOR)	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.16 Desenvolver programa de mobilidade de pesquisadores fortalecendo parcerias nacionais e internacionais, coordenado por um grupo regulamentado e responsável por sistematizar os convênios e a mobilidade docente e discente.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.17 Desenvolver Programa de Pesquisa Aplicada Estratégica no Tocantins com fomento para projetos com potencial de geração de produtos, processos ou serviços inovadores pautados nas Estratégias Nacionais de Pesquisa e Inovação.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.18 Desenvolver programa para atração, criação e consolidação de empreendimentos inovadores e setores de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) na UFT, por meio do PEQUI, estabelecendo-o como espaço de prática para alunos de graduação e pós-graduação, além de fomentar atividades de curricularização da extensão.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.19 Desenvolver sistema integrado de autoavaliação do impacto da pesquisa e inovação demonstrando resultados para a melhoria contínua.	PROPESQ /INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.20 Desenvolver observatório de indicadores de pesquisa e inovação da Instituição.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento	3.1.2.21 Elaborar plano diretor de infraestrutura de pesquisa e inovação com base no histórico da IES e resultados de autoavaliações, garantindo implementação efetiva e apropriação por gestores, docentes e discentes.	PROPESQ /INOVATO	X	X	X	X	X

científico							
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.22 Igualizar bolsas de iniciação científica e extensão, garantindo equidade e integração entre áreas acadêmicas.	PROEX/PROPESQ/INOVATO/	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.23 Igualizar os valores e modalidades de bolsas de pesquisa e inovação fomentados com recursos próprios da UFT, promovendo práticas de estímulo à pesquisa.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.24 Estabelecer acordos de cooperação internacional priorizando regiões estratégicas (América Latina, África e Europa).	PROPESQ/RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.25 Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil desenvolvendo soluções sociais, articulando os valores da IES, promovendo ações de inclusão e empreendedorismo reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	PROPESQ/INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.26 Estabelecer prêmios institucionais de reconhecimento à produção acadêmica de destaque, contemplando publicações científicas, inovação pedagógica, projetos de pesquisa, extensão e atividades de internacionalização.	PROGRAD/PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.27 Estimular difusão da produção acadêmica na Editora UFT, revistas institucionais e repositórios digitais.	PROPESQ/EDITOR A /PROGRAD/	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica	3.1.2.28 Estimular a participação de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas da UFT em eventos científicos e acadêmicos, programas e projetos.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

e a difusão do conhecimento científico							
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.29 Estimular publicação de docentes em periódicos científicos de alto impacto.	PROPESQ /PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.30 Estruturar um programa de pesquisadores visitantes do setor produtivo (nacional e internacional) coordenado por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar os convênios e a mobilidade docente.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.31 Fomentar a constituição de Redes de Pesquisa internas e externas, coordenadas por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios, com foco na mobilidade docente e discente e na internacionalização da produção científica.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.32 Implantar Núcleo de Apoio à Elaboração de Propostas de Projetos otimizando a captação de recursos externos, nacionais e internacionais.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.33 Implantar plano institucional de atualização contínua do acervo das bibliotecas, articulado às demandas curriculares da graduação e pós-graduação, às linhas de pesquisa.	PROGRAD/PROPE SQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.34 Implantar Programa de Conexão UFT-Indústria com rodadas de negócios e eventos de networking.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico	3.1.2.35 Implementar a oferta de disciplinas intercursos, promovendo a integração curricular e diálogo interdisciplinar.	PROGRAD/PROPE SQ	X	X	X	X	X

estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico							
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.36 Implementar normativas para criação e uso de laboratórios multiusuários e centrais analíticas, com gestão consolidada da manutenção e recursos tecnológicos inovadores.	INOVATO/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.37 Implementar novas Redes de Pesquisa e inovação com foco em desafios regionais, de modo transversal aos cursos ofertados, com mecanismos de transmissão e apropriação dos resultados pela comunidade.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.38 Implementar política institucional de dados abertos para pesquisa científica, com uma instância específica que atue transversalmente.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.39 Implementar programa com recursos da restituição institucional destinada as ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para a sustentabilidade do PEQUI.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.40 Implementar sistema de gestão compartilhada online para equipamentos multiusuários.	INOVATO/PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.41 Institucionalizar programa permanente de promoção à produção científica, tecnológica, artística e cultural, Programas de Transferência de Tecnologia (PTT) e patentes dos estudantes de graduação e pós-graduação.	INOVATO/PROGRAD/PROGRAD/PROPESQ/PROEX	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.42 Normatizar políticas de Inovação, empreendedorismo, propriedade intelectual e	INOVATO/PROPESQ	X	X	X	X	X

desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	Transferência de Tecnologia.						
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.43 Implementar Política de Coleções e acervos científicos na UFT	PROPESQ/PROGRAD/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.44 Realizar mapeamento sistemático de fontes de fomento externas, nacionais e internacionais.	PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.45 Fortalecer e integrar a infraestrutura assistencial e tecnológica da CESAU como base estratégica para telessaúde, formação interprofissional e inovação em saúde.	CESAU/GABINETE/CAMPUS PALMAS	X	X	X	X	X
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	3.1.2.46 Gerir e manter Coleções e Acervos Científicos na UFT	PROPESQ/PROGRAD/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.3 Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência	3.1.3.1 Consolidar a curricularização da extensão com programas contínuos, eixos temáticos e projetos integrados à formação discente e demandas sociais.	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.3 Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência	3.1.3.2 Fortalecer a integração entre setores e a interação com a sociedade, por meio da divulgação de resultados e boas práticas de extensão	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.3 Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência	3.1.3.3 Fortalecer a transparência e comunicação institucional, unificando editais e dados orçamentários relacionados à extensão.	PROEX/SUCOM/PROTIC	X	X	X	X	X
3.1.3 Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência	3.1.3.4 Implementar a Escola de Extensão da UFT, voltada à formação continuada e à gestão de projetos de desenvolvimento local e regional.	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.3 Aprimorar a extensão	3.1.3.5 Promover o acesso comunicacional e cultural em	RÁDIO/PROEX	X	X	X	X	X

universitária expandindo sua abrangência	igualdade de condições, por meio de projetos e programas de extensão voltados à acessibilidade.						
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.1 Aprimorar o portal institucional dos egressos, implantando sistema de acompanhamento, avaliação contínua da política e perfil do egresso, com integração dos instrumentos da CPA.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.2 Elaborar relatório anuais sobre egressos, integrando informações de graduação, pós-graduação e extensão subsidiando ajustes curriculares e aprimorando as políticas acadêmicas.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.3 Estimular a participação de egressos empreendedores em incubadoras e parques tecnológicos da Instituição.	PROGRAD/INOVA TO	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.4 Implementar mecanismos de Gestão e Acompanhamento da Política de Egressos mantendo contato contínuo com ex-alunos, monitorando suas áreas de atuação, fomentando sua participação em ações e eventos institucionais.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.5 Instituir a Rede de Egressos da Instituição com políticas de acesso a cursos de curta duração, fomento, editais de incubação e participação em eventos científicos.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.6 Mapear a inserção profissional de egressos participantes dos programas de permanência.	PROEST/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.7 Promover atividades que permitam a integração de egressos, participação em eventos como seminários, workshops, encontros que aproximem egressos da graduação/pós-graduação, docentes e discentes.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	3.1.4.8 Realizar acompanhamento dos egressos, incluindo estudos comparativos entre formação acadêmica e trajetória profissional para análise do perfil do egresso como indicador estratégico.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.1 Implantar Instituto Confúcio na UFT, como ponto focal do idioma e cultura chinesa no Tocantins	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.2 Consolidar a internacionalização da UFT por meio da adesão a editais e programas de fomento nacionais e internacionais, e implementação de editais institucionais próprios destinados a estudantes e servidores	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.3 Consolidar a política de internacionalização na UFT	RELINTER/PROGRAD/PROEX/PROESQ/PROEST/INOVATO	X	X	X	X	X

3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.4 Contribuir com a internacionalização dos cursos de graduação e pós-graduação da UFT	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.5 Estruturar um programa de internacionalização em casa	RELINTER/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.6 Expandir oferta do programa Idiomas sem fronteiras (ISF)	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.7 Expandir os programas GCUB-MOB; PEC-G; PEC-PG; Move La América; Rede INILAT.	RELINTER/PROPE SQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.8 Fortalecer a equipe da Relinter para manutenção das atividades	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.9 Fortalecer a política de idiomas estrangeiros com oferta de turmas e certificação para os três públicos da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e TAEs)	RELINTER/PROGRAD/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.10 Participar em Missões internacionais, fortalecendo especialmente as alianças com universidades do Sul Global	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.11 Promover a internacionalização da UFT por meio da mobilidade acadêmica com adoção de práticas curriculares internacionais, bilíngues e programas de formação linguística institucionais.	PROGRAD/PROPE SQ/RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.12 Promover a internacionalização da UFT por meio de organização de missões internacionais e recepção de autoridades	RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	3.1.5.13 Implantar Escola Internacional de Verão do Futuro Edgar Morin	GABINETE/RELINTER	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.1 Acolher estudantes ingressantes na universidade por meio do Programa de Integração do Discente Ingressante	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.2 Ampliar a atuação estudantil na formulação, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no Fórum de Assistência Estudantil.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.3 Ampliar a oferta de vagas na Casa do Estudante para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.4 Ampliar a política de assistência estudantil na Pós-graduação incluindo os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica e cotistas.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.5 Ampliar o atendimento psicológico/pedagógico e de saúde mental, com equipes especializadas em todos os câmpus.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.6 Ampliar o sistema de dados sobre estudantes atendidos pelos programas de permanência estudantil, integrando com os sistemas acadêmicos.	PROEST	X	X	X	X	X

3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.7 Apoiar a participação estudantil em eventos.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.8 Apoiar na elaboração de materiais didático-pedagógicos para estudantes com necessidades educacionais específicas.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.9 Apoiar os cursos de graduação nos processos de avaliação interna e externa com informações sobre as ações de apoio e atendimento estudantil.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.10 Atender estudantes com deficiência por meio de programas e projetos de acessibilidade e educação inclusiva.	PROEST/SETORES DE APOIO ESTUDANTIL DOS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.11 Atualizar as normativas da Política de Acessibilidade da UFT e dos Programas de Permanência estudantil.	PROEST	X	X			
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.12 Atualizar o Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva, adequando-o às legislações, diretrizes nacionais com ênfase na eliminação de barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais.	PROGRAD/PROEST/PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.13 Conceder auxílio financeiro ou isenção para estudantes da graduação e pós-graduação com vulnerabilidade socioeconômica nos Restaurantes Universitários.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.14 Consolidar núcleos permanentes de acompanhamento e monitoramento das políticas de ações afirmativas.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.15 Desenvolver as ferramentas de participação e controle social dos programas de permanência e assistência estudantil.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.16 Desenvolver programas de apoio à vida acadêmica e profissional dos discentes, incluindo mentorias, oficinas de planejamento de carreira e integração com o mundo do trabalho.	PROGRAD/PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.17 Desenvolver programas, projetos e ações de inclusão para estudantes indígenas, quilombolas, negros, baixa renda, com deficiência e outros grupos historicamente excluídos.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.18 Desenvolver um instrumento de identificação das necessidades educacionais específicas, com colaboração dos Setores de Assistência Estudantil, NDE's e Núcleos de Acessibilidade Inclusiva.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.19 Divulgar as Ações Afirmativas com as atividades de recepção dos calouros no início dos semestres.	PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.20 Elaborar protocolos institucionais com orientações didático-pedagógicas no atendimento de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas na Instituição.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.21 Expandir os programas, projetos e ações da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) contemplando maior número de estudantes cotistas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.22 Fomentar a aquisição de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.23 Fomentar a desburocratização dos processos administrativos no cadastro e seleção de estudantes nos programas de permanência estudantil.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.24 Fomentar a implantação de programas de nivelamento acadêmico para estudantes ingressantes por cotas e aos pertencentes a grupos historicamente excluídos.	PROGRAD/PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.25 Fomentar a realização de encontros entre as equipes multidisciplinares que atuam no âmbito das políticas de acessibilidade, ações afirmativas, atendimento e apoio ao estudante nos câmpus.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.26 Fomentar a reestruturação e expansão dos Setores de Apoio, Atendimento e Assistência aos estudantes nos câmpus.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.27 Fomentar auxílios financeiros, por meio de edital, aos estudantes com deficiência e com vulnerabilidade socioeconômica.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.28 Fomentar estudos e levantamentos socioeconômicos dos estudantes na universidade, visando subsidiar políticas de permanência e inclusão.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.29 Fortalecer monitoria especializada e acompanhamento individualizado para estudantes com deficiência e neurodivergentes.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.30 Gerenciar semestralmente os programas e projetos de permanência, de assistência, ações afirmativas, política de acessibilidade e situação acadêmica dos estudantes atendidos.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.31 Implantar Núcleos de Acessibilidade Inclusiva nos câmpus em consonância com o Programa Incluir promovendo a permanência de estudantes com deficiência.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.32 Implantar política integrada de permanência estudantil nos cursos de graduação e pós-graduação articulando as políticas de ações afirmativas do ingresso com as ações de assistência estudantil.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.33 Implantar políticas institucionais de atendimento especializado a estudantes quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais dos cursos de graduação.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.34 Implementar ações de permanência parental assegurando atendimento às famílias de estudantes com filhos menores de idade.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.35 Implementar Centros de Referência em Inclusão e Diversidade nos Câmpus, estruturados com equipes multidisciplinares no trabalho de acompanhamento pedagógico, psicopedagógico, social e psicológico.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.36 Institucionalizar a Política de Acompanhamento Acadêmico, abrangendo os níveis de graduação e pós-graduação, visando fortalecimento do desempenho acadêmico na trajetória formativa.	PROGRAD/PROEST/PROPESQ E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.37 Institucionalizar a política de escuta estudantil contínua, por meio de fóruns, pesquisas de satisfação e canais de comunicação direta.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.38 Institucionalizar a Política de Saúde e Bem Viver da UFT, promovendo acolhimento, escuta sensível e ações permanentes de saúde e qualidade de vida com a comunidade.	PROEX/PROEST/P ROGEDEP	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.39 Manter o serviço de fornecimento de refeições nos Restaurantes Universitários avaliando a disponibilidade de serviços e qualidade.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.40 Promover a articulação da política de permanência com a política de ensino, articulando ações e projetos de mediação pedagógica e nivelamento.	PROEST/PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.41 Promover a integração do Programa Bolsa Permanência do MEC com o Programa Integrado de Permanência do Estudante Indígena e Quilombola (Piqui) da UFT, garantindo o acolhimento, apoio pedagógico, psicopedagógico, social e psicológico contínuo e integrado.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.42 Promover acesso gratuito e contínuo ao transporte público para estudantes.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.43 Promover ações de educação em saúde numa perspectiva multidisciplinar e integral no enfrentamento do adoecimento mental dos estudantes.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.44 Promover inclusão e letramento digital de estudantes vulneráveis, garantindo acesso a tecnologias, laboratórios, softwares educativos, recursos assistivos e programas de acolhimento.	PROGRAD/PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.45 Promover o intercâmbio estudantil por meio de ações integradas com outros setores da UFT contribuindo com a política de assistência estudantil	PROEST/RELINTE R/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.46 Promover transparência quanto à execução financeira dos recursos orçamentários aplicados nos programas de assistência estudantil.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.47 Realizar parcerias com os setores público e privado para ampliar os projetos e programas de permanência estudantil, diversidade e inclusão.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.48 Reestruturar o Comitê de Inclusão e Acessibilidade nos processos da política de acessibilidade.	PROEST	X	X			
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.49 Viabilizar a aquisição de equipamentos e utensílios para os espaços de convivência da UFT (RU, Casa do Estudante, Casa do Estudante Indígena).	PROEST/PROAD	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.50 Monitorar execução dos programas, projetos e ações de permanência (assistência estudantil e ações afirmativas).	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.51 Otimizar os sistemas de gestão de cadastramento estudantil e de funcionamento do Restaurante Universitário.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	3.1.6.52 Realizar pré acolhimento e acolhimento ao Estudante Indígena	PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.7 Consolidar a educação híbrida e a mediação tecnológica, integrando o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente à todas as modalidades de ensino	3.1.7.1 Atualizar as normativas institucionais regulamentando a oferta de componentes curriculares nas modalidades presencial, semipresencial e EaD, em conformidade com a nova política nacional de educação superior.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.7 Consolidar a educação híbrida e a mediação tecnológica, integrando o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente à todas as modalidades de ensino	3.1.7.2 Implantar de forma transversal nos cursos de graduação e pós-graduação, componentes curriculares que integrem EaD, metodologias híbridas, recursos de inteligência artificial e laboratórios virtuais de aprendizagem.	PROGRAD/PROPE SQ	X	X	X	X	X
3.1.7 Consolidar a educação híbrida e a mediação tecnológica, integrando o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente à todas as modalidades de ensino	3.1.7.3 Implantar unidade de gestão da EaD com suporte didático-pedagógico a docentes, tutores, estudantes, atuando na produção de materiais educacionais, mediação da aprendizagem, gestão acadêmica, interface com polos e unidades.	PROGRAD	X	X	X	X	X

3.1.7 Consolidar a educação híbrida e a mediação tecnológica, integrando o Ecossistema de Aprendizagem Inteligente à todas as modalidades de ensino	3.1.7.4 Institucionalizar a Política de Educação a Distância na UFT.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.1 Estabelecer metas institucionais para aumento da titulação em nível de doutorado entre os docentes da Instituição, articulando políticas de incentivo à formação stricto sensu, ajustes de carga horária e programas de mobilidade acadêmica.	PROGRAD/PROPE SQ/PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.2 Implementar capacitação periódica sobre o uso e gestão do sistema Programa Institucional de Inovação Tecnológica (PIT) e Regulamento de Inovação Tecnológica (RIT).	PROGEDEP / PROGRAD / PROTIC	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.3 Implementar observatórios de práticas docentes para acompanhamento e melhoria pedagógica.	PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.4 Instituir formação docente continuada com foco em Metodologias Ativas, Educação Antirracista e Acessibilidade.	PROGRAD/PROGE DEP	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.5 Promover capacitação contínua para docentes e técnicos envolvidos na execução e prestação de contas das ações extensionistas.	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.6 Executar Programa de desempenho dos Docentes, com avaliação pelos pares, chefias e discentes	GABINETE/PROG EDEP/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.7 Desenvolver programas de formação continuada para Docentes	PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	3.1.8.8 Fomentar a participação de docentes em programas de qualificação, promovendo parcerias interinstitucionais	PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.1 Apoiar a criação de novos espaços nos diversos câmpus implantando empreendimentos inovadores a partir da ação do PEQUI.	INOVATO E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.2 Atualizar a Política de Inovação da UFT incluindo diretrizes sobre <i>spin-offs</i> acadêmicas, <i>deep techs</i> e <i>startups</i>, com mecanismos eficazes de transmissão dos resultados para a comunidade e setor produtivo.	PROPESQ/INOVAT O	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.3 Consolidar Rádio/TV como laboratórios prático de ensino, pesquisa e extensão e repositórios de conteúdos institucionais através de PEQUI (Parque Tecnológico)	RÁDIO/INOVATO/ PROGRAD/PROEX /PROPESQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de	3.1.9.4 Desenvolver programa de apoio à geração de <i>spin-</i>	PROPESQ	X	X	X	X	X

Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	offs acadêmicas com regulamentação específica, promovendo ações de empreendedorismo.						
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.5 Desenvolver programa de pré-incubação para projetos em estágio inicial de desenvolvimento, promovendo ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras que articulem os valores da IES com o empreendedorismo.	INOVATO/PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.6 Desenvolver programa institucional de capacitação em Inteligência Artificial para docentes, TAE e estudantes.	PROPEQ/PROTIC	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.7 Desenvolver programa permanente de capacitação para colaboradores do NIT em propriedade intelectual e transferência de tecnologia, com práticas consolidadas e institucionalizadas.	INOVATO/PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.8 Desenvolver projetos piloto de aplicação de IA em diferentes áreas do conhecimento que sejam transversais aos cursos, possuam mecanismos de transmissão dos resultados e inovações para a comunidade.	PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.9 Estabelecer disciplinas de Empreendedorismo e Inovação nos cursos de graduação e pós-graduação alinhadas ao PEQUI, visando à formação de profissionais com maior empregabilidade e impacto na sociedade.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.10 Estabelecer políticas, mecanismos e estratégias para a formalização e acompanhamento dos convênios, instrumentos e ajustes formalizados pela UFT, em observância da legislação.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.11 Estimular o desenvolvimento de projetos de inovação alinhados com a abordagem STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics) - Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática, considerando as especificidades de cada curso ou programa.	INOVATO/PROGRAD/PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.12 Firmar convênios/acordos de parceria com grandes empresas, fundações e multinacionais.	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.13 Fortalecer a estrutura física e de recursos humanos das incubadoras existentes, considerando a acessibilidade, a avaliação periódica e a existência de recursos tecnológicos diferenciados no apoio às empresas nascentes.	PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de	3.1.9.14 Fortalecer a infraestrutura e o quadro de pessoal	INOVATO/PROPEQ	X	X	X	X	X

Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	das incubadoras, garantindo acessibilidade, avaliação periódica e recursos tecnológicos diferenciados para apoio a startups.	Q					
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.15 Implementar áreas experimentais por meio do PEQUI como forma de atração de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) e empreendimentos de base tecnológica e de impacto	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.16 Implementar metodologia CERNE nas incubadoras promovendo a melhoria contínua dos processos e ações de empreendedorismo reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	INOVATO/PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.17 Implementar política de gestão de propriedade intelectual com procedimentos claros, acessíveis, transversal aos cursos ofertados e com mecanismos eficazes de transmissão dos resultados e tecnologias para a comunidade e setor produtivo.	PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.18 Implementar programa de desenvolvimento de deep techs baseadas em pesquisa universitária, com mecanismos de transmissão dos resultados e inovações para a comunidade.	PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.19 Implementar um sistema de mentoria empresarial para empresas incubadas que articule os objetivos e valores da IES.	PROPEQ/INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.20 Incentivar a criação de laboratórios e núcleos de pesquisa aplicada para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras.	PROGRAD/PROPEQ	X	X	X	X	X
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo.	3.1.9.21 Implementar Ecossistema/HUB de Inovação integrando o Centro Tecnológico, a unidade EMBRAPI e os Centro de Desenvolvimento Regional	INOVATO	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.1 Acompanhar resultados em produtividade acadêmica através dos núcleos e institutos de pesquisa e extensão multidisciplinares da UFT.	PROPEQ/PROEX/PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.2 Desenvolver Projetos Integradores interdisciplinares relacionados aos ODS e Cidadania Universitária articulando ensino (graduação e pós graduação) e extensão.	PROGRAD/PROPEQ/PROEX	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.3 Estabelecer mecanismos para integração efetiva da pós-graduação com ações de extensão, promovendo projetos integrados de graduação e pós-graduação.	PROGRAD/PROPEQ/PROEX E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.4 Garantir cumprimento da carga mínima de aulas e proporção equilibrada entre ensino, pesquisa e extensão.	PROGRAD/PROPE SQ/COORDENAÇÕES DE CURSO	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.5 Implantar mecanismo de monitoramento contemplando indicadores de integração da extensão, graduação, pós-graduação, pesquisa e gestão automatizando cruzamento de dados com alertas de desequilíbrio entre dimensões do trabalho docente.	PROTIC / PROGRAD / PROPESQ / PROEX / PROGEDEP	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.6 Implementar sistema integrado de acompanhamento da carga horária de extensão (curricularização), com relatórios automatizados e indicadores institucionais.	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.7 Institucionalizar seminários e encontros sobre extensão, articulando cursos e sociedade.	PROEX E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.8 Otimizar o uso de laboratórios, núcleos de extensão e espaços multiusuários fomentando pesquisas aplicadas, projetos de inovação tecnológica e social, ampliando o alcance e a efetividade das ações institucionais.	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.9 Promover a divulgação de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, promovendo maior integração, visibilidade institucional e diálogo entre os cursos.	PROGRAD/PROPE SQ/PROEX E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós graduação	3.1.10.10 Realizar consultas periódicas à comunidade externa, incluindo setores público e privado, identificando demandas específicas de ações relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação.	PROGRAD/PROPE SQ	X	X	X	X	X
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos.	3.1.11.1 Apoiar ações afirmativas para inclusão de pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, com deficiência, neurodivergentes e atípicas nos cursos de graduação e pós-graduação.	PROGRAD/PROPE SQ/PROEX/PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos.	3.1.11.2 Estabelecer indicadores para mensurar a incorporação dos princípios ESG nos cursos de graduação e pós-graduação.	PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos.	3.1.11.3 Implementar novas Redes de Pesquisa e inovação com foco em desafios regionais, de modo transversal aos cursos ofertados, com mecanismos de transmissão e apropriação dos resultados pela comunidade.	PROEST	X	X	X	X	X
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos.	3.1.11.4 Integrar conteúdos sobre direitos humanos e cidadania em componentes curriculares, promovendo	PROGRAD E TODOS OS	X	X	X	X	X

	campanhas institucionais de conscientização na graduação e pós-graduação.	CAMPUS					
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos.	3.1.11.5 Ofertar programas de formação sobre práticas inovadoras, acessibilidade diversidade, equidade e direitos humanos para docentes, técnicos administrativos em educação e discentes.	PROGRAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.1 Desenvolver ações de apoio ao acolhimento infantil da mãe estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	PROEST E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.2 Desenvolver programas e projetos de extensão voltados à inclusão social, combate à pobreza, agricultura sustentável e acesso à tecnologia em parceria com comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais.	PROEX	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.3 Fortalecer a oferta de programas de pós-graduação profissional, mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER/DINTER) ou em rede, voltados à inovação social, à sustentabilidade, à formação de gestores públicos e comunitários.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.4 Implantar o Programa de Pesquisa Aplicada e Inovação Curricular, incentivando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão em projetos interdisciplinares com impacto social e econômico mensuráveis.	PROPESQ/PROGRAD	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.5 Implementar/apoiar ações educativas e eventos sobre sustentabilidade social, diversidade, inclusão, direitos humanos, igualdade de gênero, ética e cidadania.(GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.6 Implementar/apoiar programas de fomento ao voluntariado institucional, incentivando a participação de estudantes, servidores e parceiros externos em projetos de sustentabilidade/diversidade/inclusão social. (GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento regional sustentável, alinhado às diretrizes ESG e à economia criativa	3.1.12.7 Implementar ações de Ampliação do Acesso e Democratização do Ingresso	COPESE/PROGRAD	X	X	X	X	X

EIXO 4 – Gestão Administrativa

ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico Desenvolvimento de servidores, ambiente de trabalho seguro e gestão de desempenho.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar Promoção de qualidade de vida no trabalho.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis Contratações sustentáveis e gestão de aquisições.

ODS 16 – Instituições Eficazes Modernização administrativa e fortalecimento da governança interna.

Objetivo Estratégico

4.1 Desenvolver pessoas, modernizando a gestão administrativa e acadêmica através de processos efetivos e sustentáveis.

Objetivos Táticos	Ação	Unidade(s) Gestora(s) Responsável(eis)	Distribuição nos anos				
			2026	2027	2028	2029	2030
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.1 Assegurar a participação da equipe da AUDIN em capacitações, cursos, e eventos compatíveis com a atividade de auditoria, ao universo de auditoria da UAIG e às competências requeridas dos auditores.	AUDIN	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.2 Desenvolver competências com plano de capacitação contínua para pregoeiros, fiscais de contratos, gestores patrimoniais e agentes, promovendo qualificação técnica e gerencial	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.3 Desenvolver o Programa de Gestão por Competências (PGC).	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.4 Desenvolver programas de formação continuada para servidores Técnicos Administrativos em Educação.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.5 Fomentar a participação dos TAEs em programas de qualificação, promovendo parcerias interinstitucionais	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.6 Fomentar a participação docentes e técnicos administrativos em programas de capacitação	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.1 Investir no desenvolvimento	4.1.1.7 Instituir programas de capacitação voltados a	PROAD E TODOS	X	X	X	X	X

dos servidores técnicos administrativos em educação	motoristas, tratoristas e demais servidores técnicos, assegurando segurança, eficiência e conformidade com as normas institucionais.	OS CAMPUS					
4.1.1 Investir no desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos em educação	4.1.1.8 Executar Programa de desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.2 Estruturar a gestão de pessoas implementando processos de recrutamento e seleção e sucessão de lideranças	4.1.2.1 Fortalecer a cultura institucional de diversidade, equidade e inclusão nos cargos de liderança e em funções estratégicas da organização.	CHEFIA DE GABINETE/PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.1 Aprimorar estratégias de acolhimento e apoio ao bem-estar dos servidores.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.2 Aprimorar estratégias de educação para aposentadoria promovendo a qualidade de vida, o bem-estar integral, a preparação profissional e pessoal dos servidores para o desligamento planejado da vida ativa.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.3 Aprimorar Programa de reconhecimento e valorização.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.4 Consolidar Núcleos de Acolhimento Institucional em todos os câmpus da UFT, assegurando atendimento humanizado e escuta qualificada à comunidade acadêmica.	PROEST/PROEX/PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.5 Desenvolver Política Institucional de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho, com ações permanentes de promoção da saúde, prevenção de riscos psicossociais e incentivo a práticas saudáveis para os servidores.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.6 Instituir periodicamente Pesquisa de Clima Organizacional, seguida pela elaboração e execução de um Plano de Ação específico destacando os pontos de melhoria identificados.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.7 Manter funcionamento e atividades relacionadas ao Apoio e Assistência Estudantil (Apoio Pedagógico, Psicológico, Serviço Social e Acessibilidade) no Campus	PROEST/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando	4.1.3.8 Promover a realização das perícias médicas obrigatórias e exames médicos periódicos	PROGEDEP	X	X	X	X	X

qualidade de vida para a comunidade acadêmica							
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.9 Promover ambientes institucionais de espaços de convivência e descanso na Universidade.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/P ROAD	X	X	X	X	X
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	4.1.3.10 Implementar a política de Segurança do Trabalho	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.1 Aprimorar o Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) para qualificar práticas de ensino, aprendizagem e avaliação.	PROGRAD	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.2 Assegurar a continuidade, a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão nos laboratórios institucionais.	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.3 Assegurar a continuidade, eficiência das atividades administrativas essenciais de gerenciamento de patrimônio, compras, transporte e almoxarifado.	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.4 Distribuir adequadamente os recursos humanos necessários às atividades de planejamento, gestão, fiscalização de contratos, garantindo eficiência e atendimento às demandas institucionais.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.5 Fomentar a participação conjunta dos câmpus nos processos de compras centralizando as contratações por meio dos grupos de compras.	PROAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.6 Fortalecer a gestão, manutenção dos equipamentos de laboratórios, assegurando a qualidade e a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.7 Fortalecer a infraestrutura tecnológica institucional dando suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	PROAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.8 Implementar política de integração, comunicação intersectorial, promovendo o compartilhamento de informações e a troca de conhecimentos entre os setores da UFT.	PROGEDEP	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.9 Promover o acompanhamento, conforme as competências definidas, de Sistemas Eletrônicos	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
4.1.4 Estabelecer gestão de desempenho organizacional	4.1.4.10 Viabilizar, de acordo com as competências institucionais definidas, as atividades que visem às aquisições de material de consumo para laboratórios (vidraria, reagentes, medicamentos, EPIs etc.)	PROAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.1 Desenvolver calendário de eventos conjunto com os câmpus	SUCOM/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.2 Desenvolver o Programa de Comunicação Científica Popular, incentivando a produção e difusão de conteúdos científicos em linguagem acessível e inclusiva.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.3 Fortalecer a integração institucional, a comunicação interna, promovendo o compartilhamento de informações e a gestão do conhecimento entre os setores da UFT.(GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.4 Fortalecer os canais institucionais mantendo atendimento a servidores, estudantes, comunidade, instituições públicas e privadas.(GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.5 Integrar os canais de Rádio, TV e Portal Institucional, otimizando processos de produção, transmissão e disseminação de conteúdos para diferentes públicos.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.6 Promover a divulgação científica com linguagem acessível, integrando comunicação pública, ciência aberta e inclusão social em todos os câmpus da UFT.	SUCOM/RÁDIO	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.7 Promover publicidade institucional garantindo material gráfico em geral para ações de divulgação.	SUCOM	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.8 Tornar a missão, visão e valores da UFT amplamente reconhecidos e incorporados pela comunidade acadêmica, fortalecendo a identidade institucional.(GERAL).	TODAS AS UGs	X	X	X	X	X
4.1.5 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	4.1.5.9 Implementar sistema de acompanhamento, controle e publicidade dos projetos formalizados com Fundações de Apoio	PROAD/INOVATO	X	X	X	X	X
4.1.6 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	4.1.6.1 Estabelecer modelo de gestão de contratações monitorando indicadores comparando aquisições e contratações planejadas com as executadas.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.6 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	4.1.6.2 Fortalecer a governança nas aquisições institucionais, por meio do aprimoramento do planejamento de compras, da qualificação dos processos e da modernização dos mecanismos de contratação, fiscalização e conformidade.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.6 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	4.1.6.3 Implementar soluções com uso de Inteligência Artificial para transformação digital dos processos de aquisições e contratações.	PROAD	X	X	X	X	X

4.1.6 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	4.1.6.4 Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, as aquisições planejadas de equipamentos, mobiliários e utensílios.	PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.6 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	4.1.6.5 Viabilizar, em conformidade com as competências institucionais definidas, o funcionamento das cantinas.	PROAD E TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.1 Ampliar a divulgação das informações financeiras, contábeis e de compras no site da Universidade com implantação do portal de transparência em licitações.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.2 Estabelecer política de compras e contratações sustentáveis.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.3 Fomentar a participação de fornecedores locais e de pequeno porte em licitações de serviços de TIC.	PROTIC/PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.4 Implementar Cláusulas de Capacitação em Diversidade e Inclusão nos Contratos de Terceirização.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.5 Implementar gestão sustentável e modernização da frota institucional, com política e plano de renovação contínua, programa de manutenção preventiva e aprimoramento da infraestrutura de apoio.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.6 Priorizar a contratação e o desenvolvimento de Software Livre e de Código Aberto (SLCA).	PROTIC	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.7 Promover a sustentabilidade e eficiência nas contratações/aquisições e gastos públicos.	PROAD	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.8 Viabilizar a aquisição de tecnologias e sistemas que atendam aos padrões de acessibilidade digital.	PROTIC	X	X	X	X	X
4.1.7 Implementar contratações sustentáveis	4.1.7.9 Viabilizar as atividades que ensejem à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção dos reservatórios de água, monitoramento e tratamento das águas subterrâneas.	PROAD	X	X	X	X	X

EIXO 5 – Infraestrutura Física e Tecnológica

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura Modernização tecnológica, ampliação de laboratórios e inovação.

ODS 4 – Educação de Qualidade Infraestrutura adequada para aprendizagem e EAD.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis Estrutura física planejada e sustentável.

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis Modernização com critérios sustentáveis.

ODS 16 – Instituições Eficazes Segurança da informação e proteção de dados.

Objetivo Estratégico

5.1 Modernizar e fortalecer a infraestrutura física e tecnológica para suporte eficaz às atividades acadêmicas e administrativas da comunidade universitária.

Objetivos Táticos	Ação	Unidade(s) Gestora(s) Responsável(eis)	Distribuição nos anos				
			2026	2027	2028	2029	2030
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.1 Aprimorar sistemas e equipamentos de vigilância eletrônica (CFTV, alarmes e softwares de monitoramento) reforçando a segurança patrimonial e a proteção dos acervos das bibliotecas.	PROTIC/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.2 Equipar novos espaços de convivência com infraestrutura tecnológica.	PROTIC/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.3 Implantar Casa do Estudante – Palmas.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.4 Promover a manutenção, ampliação e adequação de espaços de convivência nos câmpus, garantindo acessibilidade, valorizando a diversidade com atenção a grupos tradicionais.	PROEST/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.5 Promover treinamentos, capacitações sobre o uso dos softwares e equipamentos de acessibilidade digital, ampliando as competências técnicas das equipes e a inclusão dos usuários.	PROTIC/PROGEDE P	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.6 Viabilizar a infraestrutura física de salas de professores.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência para a comunidade acadêmica	5.1.1.7 Promover capacitação para os moradores de todas as casas do estudante na prevenção de combate a incêndios.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/PROES/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática,	5.1.2.1 Adquirir equipamentos tecnológicos de alto desempenho.	PROTIC	X	X	X	X	X

equipando laboratórios e ambientes didáticos							
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos	5.1.2.2 Atualizar Plano de manutenção de laboratórios de informática adequando-os aos padrões de acessibilidade	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos	5.1.2.3 Definir normas, fluxos, padrões de manutenção e uso dos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (ensino, pesquisa e extensão).	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos	5.1.2.4 Modernizar o Repositório Institucional.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos	5.1.2.5 Modernizar a infraestrutura tecnológica dos laboratórios e ambientes didáticos implantando sistema integrado nos ambientes de Tecnologia da Informação e Comunicação (ensino, pesquisa e extensão)	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.1 Atualizar políticas e normativas do SISBIB (regimentos, manuais, indexação, normalização).	PROGRAD	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.2 Implementar programa permanente de capacitação de usuários da biblioteca, voltado ao uso qualificado dos serviços e recursos informacionais.	PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.3 Modernizar o Sistema de Gestão de Acervos da biblioteca.	PROGRAD	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.4 Viabilizar a melhoria da Acessibilidade Informacional em todas as bibliotecas.	PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.5 Implementar o Plano de Contingência do Sistema de Bibliotecas, com protocolos de segurança e continuidade.	PROGRAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.6 Manter contrato do Sistema de Gestão de Acervo Bibliográfico Eletrônico, mantendo a modernização, inovação do Sistema de Biblioteca e atendendo ao Instrumento de Avaliação do SINAES.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.7 Realizar a manutenção e modernização dos equipamentos de informática, acessibilidade das bibliotecas, assegurando condições adequadas para o atendimento à comunidade acadêmica.	PROTIC/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	5.1.3.8 Aperfeiçoar o sistema eletrônico de geração de fichas catalográficas, garantindo agilidade, padronização e conformidade com as normas da ABNT.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.3 Manter o acervo didático e a	5.1.3.9 Avaliar a aplicabilidade, viabilidade técnica da	PROTIC	X	X	X	X	X

biblioteca	tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID) otimizando os serviços de empréstimo, devolução, inventário e segurança do acervo das bibliotecas.						
5.1.4 Aprimorar o planejamento da tecnologia da informação	5.1.4.1 Desenvolver o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhado ao PDI com a implantação de painel de controle.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.4 Aprimorar o planejamento da tecnologia da informação	5.1.4.2 Implantar modelo de governança para compras por registro de preços de TIC, alinhando demandas dos câmpus, otimizando recursos e mitigando riscos.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.5 Consolidar a infraestrutura da EAD expandindo ambientes virtuais de aprendizagem	5.1.5.1 Adquirir ferramentas de produção de conteúdo didático.	PROTIC/PROGRAD	X	X	X	X	X
5.1.5 Consolidar a infraestrutura da EAD expandindo ambientes virtuais de aprendizagem	5.1.5.2 Capacitar os docentes para o uso otimizado do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incluindo organização e gestão adequada de arquivos, recursos e atividades pedagógicas.	PROTIC/PROGEDE P/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.5 Consolidar a infraestrutura da EAD expandindo ambientes virtuais de aprendizagem	5.1.5.3 Promover a estruturação do campus digital na UFT.	PROGRAD/PROTIC /PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/R ÁDIO	X	X	X	X	X
5.1.6 Consolidar políticas e estrutura de segurança da informação e proteção de dados	5.1.6.1 Implementar medidas e recomendações do Programa de Privacidade e segurança da Informação (PPSI).	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.6 Consolidar políticas e estrutura de segurança da informação e proteção de dados	5.1.6.2 Instituir Política de Segurança da Informação (PSI) e suas normas complementares.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.6 Consolidar políticas e estrutura de segurança da informação e proteção de dados	5.1.6.3 Estruturar o processo de conformidade da UFT à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	CHEFIA DE GABINETE	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.1 Gerenciar o ciclo de vida dos sistemas institucionais promovendo sua integração, coordenando sua manutenção corretiva, evolutiva e a atualização tecnológica.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.2 Modernizar os sistemas e aplicações corporativos da universidade adotando soluções mais seguras e eficientes para atender às demandas acadêmicas, administrativas e de pesquisa.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.3 Revitalizar a infraestrutura física do Data Center principal, adequando-o aos padrões de mercado para segurança, climatização, redundância elétrica e eficiência energética.	PROTIC/PREFEITU RA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X

5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.4 Aprimorar o acesso à internet em todos os Câmpus ampliando a infraestrutura de redes atendendo as demandas da comunidade acadêmica.	PROTIC/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.5 Assegurar a disponibilidade e a cobertura da rede institucional.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.6 Atualizar o parque tecnológico de TIC.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.7 Promover estudo e análise da estratégia de computação em nuvem (Cloud Computing) otimizando a alocação de recursos, aumentando a escalabilidade e a disponibilidade dos serviços de TIC.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.8 Consolidar o modelo de atendimento à comunidade em múltiplos níveis (N1, N2, N3), com foco na otimização dos fluxos de suporte e na melhoria da experiência do usuário.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.9 Estruturar uma Base de Conhecimento com documentações técnicas, manuais e procedimentos operacionais padronizados (POPs).	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.10 Expandir infraestrutura física de setores de atendimento estudantil.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.11 Fortalecer a prestação de serviços continuados de infraestrutura, conservação predial e urbanização nos câmpus.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.12 Gerenciar o ciclo de vida da infraestrutura de virtualização, assegurando estabilidade, desempenho e escalabilidade para os serviços institucionais.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.13 Gerenciar os links de Internet garantindo disponibilidade e desempenho, com base em Acordos de Nível de Serviço (SLAs).	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.14 Implantar soluções de tecnologia da informação	PROTIC	X	X	X	X	X

física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	para atender às demandas acadêmicas, administrativas e de pesquisa.						
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.15 Instituir a Política de Videomonitoramento e Privacidade da UFT, regulamentando a instalação, o uso, o acesso e o armazenamento de imagens garantindo a segurança da comunidade e a proteção de dados.	PROTIC/PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.16 Manter funcionamento e atividades relacionadas a unidades administrativas de Tecnologia da Informação no Câmpus	TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.17 Organizar o ecossistema de soluções tecnológicas fundamentando os estudos de viabilidade técnica e econômica para o planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.18 Otimizar a gestão dos serviços da suíte Google Workspace, garantindo a continuidade, o suporte técnico e a administração eficiente de licenças.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.19 Promover ações que contemplem aspectos de acessibilidade em ambientes internos e externos das edificações.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.20 Promover adequação de banheiros familiares / fraldários.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.21 Realizar avaliação periódica dos espaços físicos da Universidade para identificar necessidades de manutenção e otimização de gastos, mantendo as informações dos espaços atualizadas	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.22 Viabilizar a conclusão das obras planejadas dos edifícios dos câmpus e reitoria.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.23 Viabilizar a manutenção de água, esgoto, extintores de Incêndio, dedetização e Manutenção Preventiva e Corretiva de Elevadores e Plataformas de Elevação	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.24 Viabilizar a manutenção dos serviços de recepcionista, limpeza e asseio.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/	X	X	X	X	X

e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade		TODOS OS CAMPUS					
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.25 Viabilizar a manutenção especializada preventiva e corretiva de equipamentos de laboratório.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/ TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.26 Viabilizar fornecimento de energia elétrica	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.27 Viabilizar manutenção de vigilância eletrônica	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.28 Viabilizar Serviços de Vigilância Físico-Patrimonial	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.29 Implementar plano de manutenção patrimonial nas casas do estudante.	PROAD	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.30 Regularizar as edificações das Casas do Estudante junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.31 Promover acessibilidade nas casas dos estudantes.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.32 Adequar as salas de aula para padrões exigidos	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/ TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.33 Adequar instalações sanitárias à NBR 9050.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA/ TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de	5.1.7.34 Promover a reestruturação das bibliotecas, assegurando infraestrutura física e mobiliário acessíveis e inclusivos, alinhados às diretrizes de inclusão.	PROAD/ TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X

acessibilidade							
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.35 Adquirir equipamentos que permitam a evolução da tecnologia educacional na UFT.	PROAD	X	X	X	X	X
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica atendendo critérios de acessibilidade	5.1.7.36 Implementar plano de manutenção predial	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.1 Aplicar diretrizes de qualidade e acessibilidade em portais, sistemas e conteúdos digitais garantindo o atendimento inclusivo e centrado no usuário.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.2 Aprimorar a gestão de projetos e processos de desenvolvimento de software com base em metodologias ágeis e boas práticas de governança de TIC.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.3 Consolidar o Sistema Unificado de Administração Público (SUAP) como Sistema de Gestão Acadêmica e Administrativa oficial da Instituição.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.4 Estabelecer políticas institucionais sobre governança, privacidade e supervisão humana nas aplicações de IA.	PROAP/PROTIC/PROPEQ/GABINETE	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.5 Fomentar uso de Inteligência Artificial na UFT.	PROTIC	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.6 Mapear processos acadêmicos e administrativos que possam ser aprimorados com IA, identificando soluções tecnológicas compatíveis.	PROAP/PROTIC/PROPEQ/PROEX/PROPEQ/PROGRAD/PROAD/TODOS OS CAMPUS	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.7 Modernizar a infraestrutura de som e vídeo dos auditórios institucionais.	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA	X	X	X	X	X
5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	5.1.8.8 Promover a revisão periódica de código e arquitetura assegurando escalabilidade e segurança.	PROTIC	X	X	X	X	X

Anexo II

INDICADORES OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1. **Objetivo Estratégico:** Consolidar a cultura de gestão estratégica institucional fundamentada em avaliação e planejamento contínuos como instrumento de desenvolvimento organizacional.

Indicador Estratégico	Indicador ESTRATÉGICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	UG responsável
IE.1.1 - % de metas do PDI executadas no prazo	% Metas PDI = (Número de metas executadas no prazo / Número total de metas previstas) × 100	Numerador: Número de metas do PDI executadas dentro do prazo estabelecido Denominador: Número total de metas previstas no PDI para o período Resultado: Percentual (0 a 100%)	60%	80%	100%	PROAP
IE.1.2 - Índice de Alinhamento Estratégico Institucional	IAE = (Número de projetos alinhados à estratégia / Número total de projetos em execução) × 100	Numerador: Projetos/ações que possuem vínculo direto com objetivos estratégicos do planejamento institucional Denominador: Total de projetos/ações em execução na instituição Resultado: Percentual (0 a 100%)	80%	90%	100%	PROAP
IE.1.3 - % de Implementação de Ações Corretivas das Avaliações	Cumprimento das recomendações da Audin = (nº recomendações da Audin atendidas/nº de recomendações da Audin emitidas) * 100	Número de recomendações emitidas são todas aquelas que integram os relatórios finais, e não possuem cancelamento posterior e número de recomendações atendidas são aquelas cujas ações concretizadas pela gestão com o objetivo de atender seus direcionamentos foram suficientes para atingir a totalidade dos efeitos pretendidos. Resultado: Percentual (0 a 100%)	50%	55%	60%	AUDIN
	Cumprimento das recomendações da CGU = (nº recomendações da CGU atendidas/nº de recomendações da CGU	Número de recomendações emitidas são todas aquelas que integram os relatórios finais, e não possuem cancelamento posterior e número de recomendações atendidas são aquelas cujas ações concretizadas pela gestão com o objetivo de	60%	70%	80%	PROAP

	emitidas) * 100	atender seus direcionamentos foram suficientes para atingir a totalidade dos efeitos pretendidos Resultado: Percentual (0 a 100%)				
	Atendimento das recomendações da CPA = (nº de recomendações atendidas durante o período de vigência do PDI/nº de recomendações emitidas durante o período de vigência do PDI) * 100	Relacionar as recomendações emitidas e atendidas no período. Tanto a emissão quanto o atendimento são cumulativos, ou seja, as quantidades não "zeram" com o final do exercício. Resultado: Percentual (0 a 100%)	70%	80%	90%	CPA/PROAP

EIXO 2 - GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Objetivo Estratégico: Fortalecer a governança institucional com a utilização de práticas transparentes, íntegras e sustentáveis, promovendo responsabilidade social e diversidade.

Indicador Estratégico	Indicador ESTRATÉGICO / Fórmula	Componentes	Met a 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade responsável
IE.2.1 - Índice de Maturidade da Governança Institucional	IMG = (Σ Pontuação obtida em cada dimensão / Pontuação máxima possível) × 100	Calculado pelo TCU e auditoria interna O indicador mensura o nível de maturidade da gestão de riscos na universidade de acordo com os parâmetros definidos pelo TCU e aplicados pela Auditoria Interna em trabalho de auditoria previamente planejado para tal finalidade	45%	50%	55%	TCU AUDIN

IE.2.2 - Índice de Transparência Ativa Institucional (ITAI)	$ITAI = It/Ia \times 100$	Ia = informações obrigatórias publicadas no portal (conforme art. 8º da LAI). • It = total de itens obrigatórios exigidos pela CGU.	80%	90%	100%	AUDIN, PROAP E SUCOM
IE.2.3 - Maturidade do Comitê de Governança Digital CGD	O indicador visa demonstrar a efetividade das reuniões do CGD de acordo com as soluções implementadas. Quantidade de soluções digitais em operação depois da aprovação no CGD $I = (\text{soluções implantadas} / \text{soluções propostas}) \times 100$	Deve ser utilizado o número de reuniões realizadas pelo CGD e a quantidade de soluções digitais implantadas após as deliberações, considerando solução digital em operação qualquer software ou hardware que suporta um serviço.	30%	50%	60%	COMITÊ DE GOVERNAÇÃO - GABINETE
IE.2.4 - Conceito Institucional	O indicador não possui um intervalo de variação definido e quanto maior o resultado apurado, melhor. A escola de notas, da mais baixa para a mais alta vai de 1 a 5	O Conceito Institucional é um dos indicadores que fazem parte de um processo ainda mais amplo e complexo: o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Esse sistema avaliativo existe desde 2004, a partir da Lei nº 10.861, que o instituiu e definiu como sua finalidade principal a melhoria da qualidade da educação superior, bem como o aumento da oferta de bons cursos.	5	5	5	MEC
IE.2.5 - Nível de risco estratégico	$NR = \left(\frac{MRE}{TR} \right)$	MRE = Média de Riscos Estratégicos TR = Total de Riscos	16	14	12	PROAP/COMITÊ DE GOVERNAÇÃO
IE.2.6 - Índice de diversidade PCD	Índice de diversidade PCD $ICPCD = \frac{N_{PCD} / N_{total} * 100}{\%PCD_{cota}}$	Entre 0 e 1, onde 1 = total conformidade ou superação da cota $\%PCD_{cota}$ = baseada na Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas): 2% a 5% conforme tamanho da organização. N_{pcd} = nº pcd da uft N_{total} = nº total de servidores da uft	1	1	1	PROGEDEP PROGRAD PROPESQ
IE.2.7 - % de Ações da Política Ambiental	% PAE = (Número de ações ambientais executadas / Número	Numerador: Ações ambientais efetivamente executadas/concluídas	60%	80%	100%	PROAP

executadas	total de ações previstas na política) × 100	Denominador: Total de ações previstas no plano ou política ambiental institucional Resultado: Percentual (0 a 100%)				

EIXO 3 - GESTÃO ACADÊMICA

Objetivo Estratégico: Consolidar a excelência acadêmica por meio da gestão integrada de processos finalísticos de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Indicador Estratégico	Indicador ESTRATÉGICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
IE.3.1 - Taxa de evasão	Taxa de Evasão TE = E/V*100 Alunos evadidos (conforme resolução nº 08/2019) / alunos vinculados	TE = Taxa de evasão da UFT no ano (%) – mede a proporção de estudantes que interrompem definitivamente sua trajetória acadêmica antes da conclusão do curso. E = número de estudantes que adquiriram status de evadido no sistema acadêmico no ano de referência (abandono, desligamento, cancelamento de matrícula, jubramento, transferência externa, outras formas de perda de vínculo acadêmico sem conclusão). V = número total de estudantes vinculados no ano. De acordo com as definições descritas na Resolução Consuni nº 08/2019	18%	15%	13%	PROGRAD

IE.3.2 - Conceito Médio dos Cursos de Graduação (CPC)	$\text{CPC} = \frac{(\text{cursos de graduação presenciais com CPC 4} + \text{cursos de graduação presenciais com CPC 5})}{(\text{Total de cursos de graduação presenciais})} \times 100$	O CPC é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e sua divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos –, conforme metodologia aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). O cálculo do CPC é feito pela metodologia do MEC.	25%	30%	35%	PROGRAD
IE.3.3 - Conceito Médio dos Programas de Pós-graduação (CAPES)	Conceito Capes Σ conceito de todos os programas de pós-graduação Stricto Sensu acadêmicos / Nº de programas acadêmicos da UFT	O indicador mensura a média das notas dos programas de pós-graduação acadêmicos da universidade sendo considerados para isso, os cursos de mestrado e doutorado ativos na instituição. É um indicador cobrado pelo Tribunal de contas da União, que considera a média aritmética dos conceitos de todos os programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos, pois, nesta metodologia, não se considera cursos de mestrado profissionalizante. Deve-se ter o cuidado para não contabilizar programas que ainda não foram avaliados, conforme normas do TCU. Não se considera programas MINTER E DINTER. Dimensões Avaliadas: 1. Ensino/Aprendizagem 2. Produção de Conhecimento	4,2	4,5	4,7	PROPRESQ

		3. Impacto e Relevância para a Sociedade 4. Inovação 5. Internacionalização e Inserção Regional				
IE.3.4 - Taxa de Sucesso Acadêmico na Graduação-TSG	$TSG_{UFT} = \frac{\sum D_{c,t}}{\sum I_{c,t-T_c}} \times 100$	TSG(UFT) = Taxa de Sucesso da Graduação da UFT que representa a proporção de estudantes que ingressaram e conseguiram concluir o curso no tempo esperado de integralização. D(c,t) = número de diplomados do curso c no ano t I(c,t-T_c) = número de ingressantes do curso c no ano (t - T_c) T_c = tempo padrão de integralização do curso c (em anos) De acordo com as definições descritas na Resolução Consuni nº 08/2019.	50%	55%	60%	PROGRAD
IE.3.5 - Taxa de Retenção	TR= AR / AT * 100	AR = Somatória quantidade de alunos com período atual superior ao período de referência de conclusão de cada curso no ano AT = Quantidade de alunos vinculados em cursos presenciais na UFT no ano de referência.	20%	15%	10%	PROGRAD
IE.3.6 - Índice Geral de Cursos - IGC	Fórmula do MEC	O IGC é um indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes, conforme os dados oficiais da CAPES; distribuição dos estudantes entre os diferentes	4	5	5	PROPESQ

		níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.				
IE.3.7 - Taxa de Atendimento da Assistência Estudantil	Estudantes atendidos pelos programas de assistência estudantil: (Estudantes matriculados na graduação presencial atendidos pelos programas de assistência estudantil / total de estudantes matriculados na graduação presencial) * 100	Para o cálculo do indicador, será considerado estudante atendido pelos programas de assistência estudantil aquele que recebe algum tipo de auxílio financeiro ou não financeiro na universidade e estudante regular da graduação presencial aquele estudante com matrícula ativa em qualquer curso de graduação presencial na universidade e deverão ser relacionados de acordo com a descrição da fórmula de cálculo do indicador. (estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio moradia + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio alimentação + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio saúde + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio inclusão digital + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio apoio pedagógico + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio participação em eventos + estudante matriculado na graduação presencial atendido com auxílio acessibilidade + estudante matriculado na graduação presencial atendido com Piqui)	60%	65%	70%	PROEST
IE.3.8 - Índice de Abrangência da Extensão (IAE)	$IAE = MA/MT \times 100$	MA = Municípios atendidos na região de interesse institucional; MT = Municípios totais da região/número total de municípios da área de influência institucional (139 municípios do Estado).	70%	80%	90%	PROEX
IE.3.9 - Público (diretamente) beneficiado por atividades de extensão, por	Número de pessoas atendidas por projetos de extensão (NPAP) $NPAP = \sum_{i=1}^K Benef$	Benef = número de pessoas atendidas pelo projeto de extensão <i>i</i> . Quantidade de pessoas beneficiadas por programa + quantidade de pessoas beneficiadas por projeto + quantidade de	300.00	350.00 0	370.00 0	PROEX

modalidade, desenvolvidas no ano pela Ifes		peças beneficiadas por curso + quantidade de peças beneficiadas por evento + quantidade de peças beneficiadas por prestação de serviço k = número total de projetos de extensão ativos no período. Quantidade total anual de peças beneficiadas pelas atividades de extensão, por modalidade (programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço)				
IE.3.10 - Taxa de Crescimento da Produção de Inovação Tecnológica	$TC_{IT} = [(PIT_n - PIT_{n-1}) / PIT_{n-1}] \times 100$	Onde: TC_{IT} = Taxa de Crescimento da Inovação Tecnológica PIT_n = Produção de Inovação Tecnológica no ano n PIT_{n-1} = Produção de Inovação Tecnológica no ano anterior ($n-1$)	12%	15%	18%	INOVATO
IE.3.11 - Índice de Inovação Tecnológica (IIT)	$IIT = (NP \times 3 + NS \times 2 + PT \times 1) / PP$	NP = Número de patentes depositadas no período NS = Número de softwares registrados PT = Número de produtos/tecnologias transferidas para o setor produtivo PP = Número de projetos de pesquisa em andamento Coeficientes 3, 2, 1 = Pesos relativos à complexidade/impacto de cada tipo de inovação	0,45	0,6	0,7	INOVATO
IE.3.12 - Capacidade de interação em PD&I	Nº de acordos de parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + Nº de convênios e contratos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação + Nº de acordos de cooperação técnica firmados entre ICT e empresas	Para o cálculo do indicador devem ser considerados os seguintes instrumentos: acordos de parceria para PD&I - firmado entre a UFT e empresas privadas para desenvolvimento de soluções; convênios e contratos firmados entre a UFT e empresas públicas e poder público; acordo de cooperação técnica - instrumento celebrado com outros entes sem repasse de recursos.	75%	80%	85%	INOVATO
IE.3.13 - Alunos Graduação Presencial	Alunos da graduação presencial	Utilizar o número total de alunos vinculados da graduação presencial no ano	8500	8600	8700	PROGRAD

IE.3.14 - Alcance da EaD	Alcance da EaD = (nº de municípios polo de cursos EaD/total de municípios do Estado) * 100	O indicador visa demonstrar proporção de municípios que a educação a distância da UFT consegue atingir com os cursos ofertados nesta modalidade. Utilizar a quantidade total de municípios que possuem polo EaD com cursos da UFT e dividir pela quantidade total de municípios do estado do Tocantins. Para isso devem ser considerados os polos implementados e em funcionamento.	15%	20%	25%	PROGRAD
	Alunos da graduação à distância	Utilizar o número total de alunos vinculados da graduação à distância	1600	1700	1900	PROGRAD

EIXO 4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo Estratégico: Desenvolver capital humano qualificado, modernizando a gestão administrativa e acadêmica através de processos efetivos e sustentáveis.

Indicador Objetivo Estratégico	Indicador ESTRATÉGICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
IE.4.1 - Taxa de Consecução de Metas Organizacionais	$TCM = (\sum Mi\_atingida / \sum Mi\_estabelecida) \times 100$	Mi_atingida = Resultado efetivamente alcançado na meta i Mi_estabelecida = Resultado esperado/planejado para a meta i i = Cada meta estratégica ou tática estabelecida no período	80%	85%	90%	PROAD
IE.4.2 - Índice de alcance das metas do PLS	IPLS = Ações do PLS desenvolvidas/total de ações definidas no PLS)*100 $IEPLS = Ae/At \times 100$	% Alcance da meta = (Resultado alcançado / Meta estabelecida) x 100 Ae = ações ambientais executadas (energia, resíduos, papel, água). • At = ações previstas no PLS.	80%	90%	100%	PROAD
IE.4.3- Índice de Engajamento da Comunicação	$IEC = (NC\_alinhadas / NT\_campanhas) \times 100$	NC_alinhadas = Número de execuções de campanhas/matérias/posts/releases/malas diretas solicitadas NT_campanhas = Número total de solicitações de campanhas/matérias/posts/releases/malas diretas realizadas	100%	100%	100%	SUCOM E RÁDIO

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

OE5. Objetivo estratégico: Modernizar e fortalecer a infraestrutura física e tecnológica para suporte eficaz às atividades acadêmicas e administrativas da comunidade universitária.

Indicador Estratégico	Indicador ESTRATÉGICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	UNIDADE RESPONSÁVEL
IE.5.1 - Índice de Modernização da Infraestrutura Física (IMIF)	$IMIF = (N^{\circ} \text{ de unidades modernizadas} \div \text{Total de unidades avaliadas}) \times 100$	Percentual de edificações e instalações acadêmicas/administrativas com manutenção preventiva ou reforma estrutural concluída no período.				PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
IE.5.2 - Percentual de Modernização da Infraestrutura Tecnológica	$PMIT = (\text{Equipamentos/Sistemas Modernizados} \div \text{Total de Equipamentos/Sistemas}) \times 100$	Equipamentos/Sistemas Modernizados: Número de itens tecnológicos atualizados, substituídos ou implementados dentro de um prazo estabelecido (Ex: últimos 3-5 anos). Total de Equipamentos/Sistemas: Inventário completo de equipamentos e sistemas tecnológicos da organização Resultado: Percentual (%)	20%	30%	40%	PROTIC
IE.5.3 - Índice de Acessibilidade e Sustentabilidade e Arquitetônica (IASA)	$IASA = (N^{\circ} \text{ de edificações conformes} \div \text{Total de edificações}) \times 100$	Percentual de edificações adaptadas às normas de acessibilidade (NBR 9050) e que incorporam princípios de sustentabilidade (eficiência energética, iluminação natural, reuso de água, etc.).	75%	85%	100%	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
IE.5.4 - Grau de Implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (GPDTI)	$GPDTI = (N^{\circ} \text{ de ações executadas} \div \text{Total de ações planejadas}) \times 100$	Percentual de metas e ações concluídas do PDTI e do PDI correlato à modernização tecnológica. Resultado: Percentual (%)	80%	85%	90%	PROTIC
IE.5.5 - Segurança da Informação	$ICSI = (\text{Controles de Segurança Implementados} \div \text{Total de controles exigidos}) \times 100$	Controles de Segurança Implementados: Número de controles efetivamente aplicados Controles Requeridos: Total de controles exigidos por	70%	80%	90%	PROTIC

	Controles Requeridos) × 100	normas (ISO 27001, LGPD etc.)				
IE.5.6 - Índice de Integração entre Sistemas	IIS = (NI implementadas / NI necessárias) × 100	NI implementadas = Número de integrações entre sistemas efetivamente implementadas (APIs, web services, ETL, barramento de serviços) NI necessárias = Número total de integrações identificadas como necessárias para interoperabilidade e eficiência	60%	70%	80%	PROTIC

INDICADORES OBJETIVOS TÁTICOS

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Objetivo Estratégico: Consolidar a cultura de gestão estratégica institucional fundamentada em avaliação e planejamento contínuos como instrumento de desenvolvimento organizacional.

Objetivos Táticos	Indicador TÁTICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
1.1.1 - Aprimorar os processos de autoavaliação e avaliação institucional	TPA = NP / NT × 100 Índice de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação (Nº de respostas / (Nº de total de discentes + nº total de técnicos + nº total de docentes da instituição) * 100	Variáveis: TPA = Taxa de Participação na Autoavaliação (%) NP = Número de Participantes que responderam aos instrumentos de autoavaliação NT = Número Total de membros da comunidade acadêmica elegíveis (docentes + discentes* + técnicos). *Número de alunos vinculados nos cursos de graduação e pós-graduação. Utilizar a quantidade total de respostas recebidas na autoavaliação, independente da categoria e dividir pela soma dos integrantes da comunidade acadêmica.	10%	15%	20%	CPA
1.1.2 Fortalecer o planejamento estratégico institucional	Cr: Número de Capacitações Realizadas sobre Gestão e Planejamento Estratégico (NCGPE)	Cr: Quantidade total de ações de capacitação concluídas no período, relacionadas à gestão, planejamento, governança e avaliação institucional.	15	20	25	PROAP E PROGEDE P

1.1.3 Estruturar o planejamento para expansão acadêmica	Taxa de expansão de Cursos $TEC = \left(\frac{C_i}{C_{i-1}} - 1 \right) \times 100$	C_i : número de cursos de graduação presencial regulares no ano i; C_{i-1} : número de cursos de graduação regulares no ano i-1	5%	8%	10%	PROGRAD
	Taxa de expansão de Vagas $TEC = \left(\frac{V_i}{V_{i-1}} - 1 \right) \times 100$	V_i : número de vagas nos cursos de graduação presencial no ano i; V_{i-1} : número de vagas totais nos cursos de graduação presencial no ano i-1	5%	8%	10%	PROGRAD
1.1.4 Aprimorar a formulação da estratégia institucional	Grau de Integração Planejamento-Orçamento (GIPO) $GIPO = M_i / M_t \times 100$	M_i : ações com dotação orçamentária vinculada; M_t : ações totais do PDI	80%	85%	90%	PROAP
1.1.5 Aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação estratégica	Índice de Alcance de Metas Estratégicas: IAM $IAM = (MA / MT) \times 100$	Variáveis IAM = Índice de Alcance de Metas (%) - MA = Número de indicadores estratégicos do PDI que atingiram ou superam a meta do ano. MT = Número total de indicadores estratégicos do PDI.	65%	70%	85%	PROAP E UNIDADES GESTORAS

EIXO 2 - GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Objetivo Estratégico: Fortalecer a governança institucional com a utilização de práticas transparentes, íntegras e sustentáveis, promovendo responsabilidade social e diversidade.

Objetivos Táticos	Indicador TÁTICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
2.1.1 Implementar políticas de diversidade, direitos humanos,	Índice de Efetividade das Políticas de Prevenção ao Assédio (IEPA) $IEPA = (D_{\text{resolvidas}} / D_{\text{totais}} \times 0,6) + \min(1,$	$D_{\text{resolvidas}}$: Número de denúncias de assédio investigadas e concluídas no período de referência, independentemente do resultado final (procedente ou improcedente). D_{totais} : Número total de denúncias de assédio registradas formalmente nos canais institucionais durante o período analisado.	1	1	1	OUVIDORIA DA MULHER

responsabilidade social e prevenção ao assédio	$\frac{T_{\text{meta}}}{T_{\text{médio\_resolução}}} \times 0,4$	$T_{\text{médio\_resolução}}$: Tempo médio, em dias corridos, entre o registro formal da denúncia, e a conclusão do processo de apuração administrativa. T_{meta}: Tempo máximo considerado adequado para resolução das denúncias, definido pela instituição em seus normativos ou protocolos internos. A função $\min(a, b)$ retorna o menor valor entre dois números. $\min(1, T_{\text{meta}} / T_{\text{médio\_resolução}})$ Isso significa que: quando o tempo médio de resolução é menor ou igual à meta, o valor máximo considerado será 1; quando o tempo médio de resolução ultrapassa a meta, o valor será proporcionalmente reduzido, assegurando que o indicador não ultrapasse o valor máximo de 1, evitando distorções decorrentes de tempos de resolução inferiores à meta estabelecida.				
2.1.2 Consolidar processos de gestão institucional	Índice de Consolidação de Processos por Macroprocesso (ICPM) $\text{ICPM}_j = \frac{\text{POP\_elaborados}_j}{\text{POP\_necessários}_j} \times 100$	POP_elaborados_j = número de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) efetivamente elaborados e formalizados no macroprocesso <i>j</i> POP_necessários_j = número total de POPs necessários/planejados para o macroprocesso <i>j</i> j = macroprocesso específico (Ex: gestão de pessoas, gestão financeira, gestão acadêmica etc.) ICPM_j é expresso em percentual (%)	20%	40%	70%	PROAP E TODAS AS UGS
2.1.3 Consolidar processos de governança institucional	IGG; IGOVPUB; IGovPessoas; IGesPessoas; IGovTi; IGesTi; IGovContrat; IGesContrat; IGovOrçament; IGestOrçament. IGovSustentAmb. iGovSustentSocial	O cálculo é resultado da metodologia desenvolvida pelo TCU para o questionário autoavaliativo do Levantamento de Governança e Gestão Públicas	85%	90%	95%	PROAP E GABINETE
2.1.4 Implementar sistema de integridade, compliance e prevenção à corrupção	Índice de Implementação do Sistema de Integridade (IISI) $\text{ISI} = \frac{A_i}{A_t} \times 100$	Ai: ações de integridade implementadas (códigos de conduta, comitês, canais de denúncia, planos de integridade, treinamentos). • At: total de ações previstas no plano de integridade.	80%	90%	100%	COMITÊ DE GOVERNAÇÃO E PROAP

2.1.5 Consolidar a gestão de riscos e da continuidade institucional	Índice de Implementação da Gestão de Riscos (IIGR) $IIGR = Rt/Ri \times 100$	Ri = nº de processos/setores com planos de riscos implementados. • Rt = nº total de processos/setores avaliados.	80%	90%	100 %	COMITÊ DE GOVERNAÇÃO E PROAP
2.1.6 Assegurar transparência e accountability	Índice de Implementação de Recomendações de Auditoria (IIRA) $IIRA = Rt/Ri \times 100$	Ri = recomendações acatadas e implementadas. • Rt = total de recomendações emitidas.	80%	90%	100 %	AUDIN
2.1.7 Implementar gestão da sustentabilidade ambiental	Índice de Educação Ambiental (IEA) $IEA = \frac{Scapacitados}{Stotais} \cdot 100$	S_capacitados = número de servidores que participaram de ações de educação ambiental no período S_totais = número total de servidores ativos IEA é expresso em percentual (%)	20%	30%	40%	PROGEDEP/ PROAP
2.1.8 Implementar gestão da sustentabilidade social	Índice de Inclusão e Equidade Social (IIES) $IIES = Eb/Et \times 100$	Eb = nº de estudantes beneficiados por políticas de inclusão (auxílios, cotas, PCD, quilombolas, indígenas). • Et = total de alunos vinculados em cursos de graduação presencial de cursos regulares. expresso em percentual (%)	60%	70%	80%	PROEST
	Índice de Acessibilidade e Inclusão de PcD (IAIPCD) $II_{PCD} = \frac{PcD_{quadro}}{PcD_{Legal}} \times 100$	PcD_quadro = percentual de pessoas com deficiência no quadro PcD_legal = percentual estabelecido por lei (Lei nº 8.213/1991: 2% a 5% conforme tamanho)	100%	100%	100 %	PROGEDEP
	Índice de Acessibilidade e Inclusão de PcD (IAIPCD) $IRBA = \frac{Barreiras_{impl}}{Barreiras_{identificadas}} \times 100$	Barreiras_impl = número de barreiras arquitetônicas removidas/adaptações implementadas Barreiras_identificadas = número total de barreiras identificadas	100%	100%	100 %	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	Índice de Acessibilidade e Inclusão de PcD (IAIPCD) $IATI = \frac{Tec_{aces}}{Tec_{Totais}} \times 100$	Tec_aces = número de tecnologias/sistemas com recursos de acessibilidade Tec_totais = número total de tecnologias/sistemas institucionais	20%	40%	60%	PROEST/PROTIC
	% acessibilidade digital no portal de informações da UFT Calculado pela ferramenta de análise do modelo de acessibilidade do governo eletrônico eMAG	São consideradas as ações de acessibilidade digital no portal da universidade de acordo com os parâmetros do modelo de acessibilidade do governo eletrônico eMAG	75%	80%	90%	SUCOM
	% de alunos indígenas e quilombolas formados (Quantidade de alunos indígenas da graduação presencial formados no período + quantidade de alunos quilombolas da graduação presencial formados)/total de alunos formados na graduação presencial)*100	Considerar os alunos indígenas e quilombolas ingressantes na graduação presencial, assim identificados no ato da matrícula, independente da forma de ingresso para a realização do cálculo	7%	10%	15%	PROGRAD
2.1.9 Estabelecer estrutura orçamentária eficiente alinhada ao planejamento	Taxa de Execução Orçamentária $TEO = (DO_{executada} / DO_{autorizada}) \times 100$	DO_executada = Despesa Orçamentária efetivamente executada (liquidada) no período DO_autorizada = Dotação Orçamentária autorizada (LOA + créditos adicionais) no período (Considerando recursos de custeio discricionário)	85%	90%	95%	PROAP

EIXO 3 - GESTÃO ACADÊMICA

Objetivo Estratégico: Consolidar a excelência acadêmica por meio da gestão integrada de processos finalísticos de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil.

Objetivos Táticos	Indicador TÁTICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	UGe Responsável
3.1.1 Aperfeiçoar as políticas de ensino de graduação e pós-graduação alinhadas ao planejamento didático	% de curso com PPC atualizado conforme diretrizes do PPI [(curso de graduação presencial com PPC atualizado + curso de graduação EaD com PPC atualizado)/(total de cursos de graduação presenciais + total de cursos de graduação EaD)] * 100	Mede a quantidade de cursos com PPC atualizado no período de referência PPC atualizado é 1 - em relação à regulação 2 - em relação aos regimentos internos	80%	90%	100%	PROGRAD
3.1.2 Promover o fortalecimento da pesquisa, da inovação e do desenvolvimento científico estimulando a produção acadêmica e a difusão do conhecimento científico	Taxa de Produtividade Científica Qualificada (TPCQ) <i>$TPCQ = P_{qualificadas} / D_{permanentes}$</i>	P_qualificadas = número de publicações em periódicos qualificados (Qualis A1 a B1) no período D_permanentes = número de docentes permanentes nos programas de pós-graduação TPCQ = média de publicações qualificadas por docente	1,3	1,6	1,9	PROPESQ
	Grau de Envolvimento Discente com a Pós-Graduação Stricto Sensu - GEPG $GEPG = APG / (AG + APG)$	Indicador cobrado pelo Tribunal de Contas da União, no qual, segundo a metodologia própria, não são considerados os alunos de cursos de mestrado profissionalizante e nem de cursos à distância. Legenda: APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) de programas acadêmicos presenciais; AG = total de alunos efetivamente matriculados na graduação presencial.	0,07	0,08	0,09	PROPESQ

	Taxa de discentes envolvidos com pesquisa $TAP = (N^{\circ} \text{ de alunos envolvidos com pesquisa} / N^{\circ} \text{ de alunos matriculados na Graduação presencial + Pós-Graduação Stricto Sensu}) * 100$	Devem ser considerados alunos matriculados de cursos strictu sensu acadêmicos e profissionais da UFT. No caso dos matriculados de graduação considerar apenas cursos presenciais. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Os alunos da UFT de cursos em Rede também serão considerados.	8%	9,5%	10%	PROPESQ
	Taxa de docentes envolvidos com pesquisa $TDP = (N^{\circ} \text{ de docentes envolvidos com pesquisa} / N^{\circ} \text{ total de docentes efetivos da Universidade}) * 100$	Devem ser considerado cursos acadêmicos e profissionais da UFT. Não poderá ocorrer dupla contagem de pessoas que participem de mais de um projeto de pesquisa. Também será considerado o quantitativo de docentes da UFT que participam de cursos em rede. Para o número total de docentes da Universidade deverá considerar apenas os efetivos.	45%	50%	55%	PROPESQ
	% de recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos (Recursos externos captados por meio da prestação de serviços técnicos / total de recursos externos captados e executados via fundação de apoio) * 100	Devem ser considerados os recursos captados por meios externos e pela prestação de serviços técnicos especializados e, para isso, são considerados recursos externos captados todos os recursos de TED, convênios, acordos, emendas e demais captações realizadas na universidade e que são executados via fundação de apoio; e prestação de serviços técnicos especializados - análises, consultorias, diagnósticos, mapeamentos, etc.	5%	5%	5%	INOVATO
3.1.3 Aprimorar a extensão universitária expandindo sua abrangência	Percentual de Estudantes Envolvidos em Ações de Extensão $PE\_Ext = (NEE / NTM) \times 100$	Onde: PE_Ext = Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão NEE = Número de Estudantes Envolvidos em atividades de Extensão NTM = Número Total de Matriculados Alunos de Graduação e Pós-graduação	85%	95%	100%	PROEX

	Percentual de docentes envolvidos em ações de extensão (nº de docentes envolvidos em ações de extensão / total de docentes) * 100	Utilizar a quantidade de docentes (efetivos e temporários) que participaram de alguma modalidade de ações de extensão no período	60%	65%	70%	PROEX
	Percentual de técnicos envolvidos em ações de extensão (nº de técnicos administrativos envolvidos em ações de extensão / total de técnicos administrativos) * 100	Utilizar a quantidade de técnicos administrativos que participaram de alguma ação de extensão no período	20%	25%	30%	PROEX
	Alunos da graduação à distância	Utilizar o número total de alunos vinculados da graduação à distância	1600	1700	1900	PROGRAD
	Alunos da graduação presencial	Utilizar o número total de alunos vinculados da graduação presencial	8500	8600	8700	PROGRAD
3.1.4 Desenvolver programas de acompanhamento de egressos	Taxa de Acompanhamento de Egressos (TAE) $TAE = EI/TE \times 100$	IE = número de egressos com informações atualizadas no período; TE = total de egressos.	45%	65%	75%	PROGRAD
	Índice de Satisfação com a Formação (ISF) $ISF = (\frac{PM}{5}) \times 100$	PM = pontuação média atribuída pelos egressos em uma escala Likert de 1 a 5; Interpretação: escala até 100% ANUAL	70%	80%	90%	PROGRAD
3.1.5 Aperfeiçoar os programas de internacionalização	Índice de Mobilidade Acadêmica Internacional - Docentes (IMAI-D) $IMAI - D = [(DS + DE)/TD] \times 100$	DS = Número de docentes da instituição que realizaram mobilidade internacional no período DE = Número de docentes estrangeiros recebidos pela instituição em mobilidade no período TD = Total de docentes ativos da instituição Unidade: Percentual (%)	10%	15%	20%	RELINTER
3.1.6 Aprimorar a política de atendimento e assistência estudantil	Impacto_Evasão Imp_Ev $Imp_{Ev} = \frac{\frac{E_{NA}}{V_{NA}} - \frac{E_A}{V_A}}{\frac{E_{NA}}{V_{NA}}} \times 100$	E_NA = Número de alunos evadidos que NÃO receberam assistência estudantil V_NA = Total de alunos vinculados que NÃO receberam assistência estudantil E_A = Número de alunos evadidos que receberam assistência estudantil V_A = Total de alunos vinculados que	15%	25%	35%	PROEST E PROGRAD

		receberam assistência estudantil. Interpretação: expressa a redução percentual da evasão atribuível à assistência estudantil.				
	Índice de Desempenho Acadêmico dos Assistidos (IDAA) $IDAA = (CRA_{assistidos} / CRA_{geral}) \times 100$	CRA_assistidos = Coeficiente de Rendimento Acadêmico médio dos alunos assistidos CRA_geral = Coeficiente de Rendimento Acadêmico médio de todos os alunos Unidade: Percentual (quanto mais próximo de 100%, menor a diferença) Meta: IDAA $\geq$ 95% (diferença máxima de 5% entre assistidos e população geral)	75%	85%	95%	PROEST E PROGRAD
	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários $ARU = (EA_{RU} / ET_{GP}) \times 100$	EA_RU = Número de estudantes da graduação presencial atendidos nos Restaurantes Universitários no período analisado ET_GP = Total de estudantes matriculados na graduação presencial no mesmo período	50%	60%	70%	PROEST
	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados $TCV = (EVA / TF) \times 100$	EVA = estudantes em vulnerabilidade beneficiados pela assistência classificados (NI+NII) que se formaram. TF = total de estudantes formados na graduação presencial	70%	80%	90%	PROEST E PROGRAD
	% de Auxílios concedidos	(auxílio moradia concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio alimentação concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio saúde concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio inclusão digital concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio apoio pedagógico concedido aos estudantes da graduação presencial + auxílio participação em eventos + auxílio acessibilidade + Piqui)	17000	17500	18000	PROEST
	Espaços para assistência estudantil	(quantidade de restaurantes universitários ativos + quantidade de casas do estudante próprias e ativas)	9	10	15	PROEST

3.1.7 Implementar a EAD no sistema de ensino da universidade otimizando a gestão do material didático	Taxa de Oferta de Cursos EAD $TOEaD = (CEaD / (CP + CEaD)) \times 100$	CEAD = Número de cursos de graduação regular oferecidos na modalidade EAD ou semipresencial ofertados pela UFT (EaD UFT) CP = Número de cursos de graduação presencial regulares oferecidos pela instituição Unidade: Percentual (%)	10%	20%	25%	PROGRAD
3.1.8 Promover a qualificação e o desenvolvimento do corpo docente	Índice de Capacitação Continuada (ICC) $ICC = DC / TD \times 100$	DC = número de docentes que participaram de capacitação no ano; Capacitação de Docentes em Metodologias modernas de ensino e aprendizagem TD = número total de docentes ativos	50%	60%	70%	PROGEDE P
3.1.9 Consolidar as práticas de Inovação, Transferência de tecnologia e Empreendedorismo	Índice de Geração de Propriedade Intelectual (IGPI) $IGPI = (PD \times 3 + PC \times 2 + SR \times 1,5 + MR \times 1) / TR$	PD = Número de patentes depositadas no período PC = Número de patentes concedidas/registradas SR = Número de softwares registrados MR = Número de marcas registradas TR = Total de pesquisadores ativos (docentes + discentes pós-graduação) Pesos 3, 2, 1,5, 1= Ponderação por complexidade e impacto.	0,40	0,70	0,90	INOVATO
	Mecanismos geradores de empreendimentos Nº empresas juniores + nº de incubadoras de empresas + nº de Co-workings + nº de Living labs + Hub de inovação	Devem ser considerados os seguintes ambientes para inovação e empreendedorismo da universidade: EJ - empresas constituídas por alunos e vinculadas aos cursos de graduação; incubadora - ambientes que abrigam empresas criadas preferencialmente pela comunidade acadêmica, mas também podem abrigar as empresas da comunidade externa; co-works - espaços colaborativos de trabalho destinados à sociedade; living labs - laboratórios de vivência; hub de inovação - estruturas destinadas a agregação dos atores do ecossistema de inovação.	20	25	30	INOVATO

	Índice de Empreendedorismo Acadêmico (IEA) $IEA = (EI/TA + ES/TA + PI/TA + PIA/TA)/4 \times 100$	EI= Empresas incubadas vinculadas à instituição ES= Startups/spin-offs criadas por membros da comunidade acadêmica PI = Participantes em programas de empreendedorismo (cursos, competições, mentorias) PIA= Projetos de inovação em andamento com potencial de mercado TA = Total de alunos (graduação + pós-graduação) Divisor 4 = Normalização para quatro dimensões	3%	5%	7%	INOVATO
3.1.10 Integrar as políticas de Extensão à Graduação, Pesquisa e pós-graduação	Índice de Integração Ensino-Pesquisa-Extensão (IIEPE) POR PROJETO $IIEPE = PIE / PE \times 100$	PIE = número de projetos que integram ensino, pesquisa e extensão; PE = número total de projetos de extensão	40%	50%	60%	PROEX, PROEST E PROGRAD
	Índice de Integração Ensino-Pesquisa-Extensão (IIEPE) POR DOCENTE E POR DISCENTE $IIEPE = (AIC \times 0,3 / \text{Agraduação}) + (Aextensão / \text{Agraduação} \times 0,3) + (Dintegrados \times 0,4 / Dtotais) \times 100$	AIC = número de alunos de graduação presencial em iniciação científica Agraduação = número total de alunos vinculados em cursos de graduação presencial regulares. Aextensão = número de alunos da graduação presencial regular em ações de extensão Dintegrados = número de docentes que atuam simultaneamente em ensino, pesquisa e extensão Dtotais = número total de docentes ativos IIEPE é expresso em percentual (%) Meta recomendada: $IIEPE \geq 50\%$	40%	50%	60%	PROEX, PROEST E PROGRAD
3.1.11 Promover a valorização da diversidade e dos direitos humanos	Esforço em capacitação sobre diversidade e direitos humanos (NPC-DH) $NPC-DH = \frac{CDH}{CA} \times 100$	CDH - Número de Alunos, docentes e técnicos capacitados em diversidade e direitos humano CA = Comunidade Acadêmica = Número de alunos + docentes + técnicos	30%	40%	50%	PROGEDE P/PROEST
	Número de Ações Afirmativas Implementadas (NAAI) $NAAI = \sum(AAi)$	AAi = Ação afirmativa i implementada e ativa $\sum$ = Somatório de todas as ações	10	15	20	PROEST

		afirmativas com discente				
3.1.12 Fomentar o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social	Taxa de Projetos de Responsabilidade Social (TPRS) $TPRS = (PRS / PT) \times 100$	PRS= Número de projetos com foco em responsabilidade social: Projetos de extensão voltados a comunidades vulneráveis - Pesquisas aplicadas a problemas sociais - Ações de inclusão social e redução de desigualdades - Programas/Projetos de educação popular - Tecnologias sociais - Assessoria a organizações sociais, cooperativas, ONGs PT = Total de projetos da instituição (pesquisa + extensão) Numerador: Projetos de responsabilidade social efetivamente implementados (executados e finalizados) Denominador: Total de projetos de RS previstos no planejamento institucional Resultado: Percentual (0 a 100%)	30%	40%	50%	PROEX e PROPESQ

EIXO 4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Objetivo Estratégico: Desenvolver capital humano qualificado, modernizando a gestão administrativa e acadêmica através de processos efetivos e sustentáveis.

Objetivos Táticos	Indicador TÁTICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
4.1.1 Índice de desenvolvimento dos servidores técnicos administrativos	Índice de Capacitação de Servidores Técnicos (ICST), em governança e gestão $ICST = N_{capacit\_TAE} / N_{total\_TAE} \times 100$	$N_{capacit\_TAE}$ = número de técnicos-administrativos em educação que participaram de cursos, treinamentos, trilhas ou oficinas de capacitação no período de referência. N_{total_TAE}: número total de técnicos-administrativos em educação em ativos.	20%	25%	30%	PROGEDEP

		Unidade: %.				
4.1.2 Estruturar a gestão de pessoas implementando processos de recrutamento e seleção e sucessão de lideranças	Índice de Adequação do Dimensionamento da Força de Trabalho (IADFT) IADFT = $N_{\text{cargos\_ocupados}} / N_{\text{cargos\_necessários}} \times 100$	- $N_{\text{cargos\_ocupados}}$: número de servidores efetivos em exercício. - $N_{\text{cargos\_necessários}}$: número ideal calculado por estudo de dimensionamento (funções x demanda). Considerar rotinas que podem ser substituídas por IA.	80%	85%	90%	PROGEDE P
	Índice de Cobertura do Mapeamento de Competências (ICMC) F = $N_{\text{servidores\_aderentes}} / N_{\text{servidores\_avaliados}} \times 100$	- $N_{\text{servidores\_aderentes}}$: servidores cujas competências estão plenamente compatíveis com o perfil exigido para o cargo/função. - $N_{\text{servidores\_avaliados}}$: servidores que tiveram seu perfil comparado às exigências funcionais.	60%	70%	80%	PROGEDE P
4.1.3 Promover ambiente de trabalho seguro assegurando qualidade de vida para a comunidade acadêmica	Índice de Conformidade em Saúde e Segurança do Trabalho (ICSST) ICSST = $(NR_{\text{atendidas}} / NR_{\text{aplicáveis}}) \times 100$	NR_atendidas = Número de Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho atendidas pela instituição NR_aplicáveis = Número total de Normas Regulamentadoras aplicáveis à instituição (conforme atividades desenvolvidas)	85%	90%	95%	PROGEDE P
	Índice de Participação em Programas de Qualidade de Vida e Segurança Ocupacional (IPQVSO) IPQVSO = $N_{\text{participantes}} / N_{\text{servidores\_ativos}} \times 100$	Nparticipantes = número de servidores que participaram, durante o período, de programas institucionais de qualidade de vida, ergonomia, saúde ocupacional ou segurança do trabalho. $N_{\text{servidores\_ativos}}$: total de servidores ativos considerados para o programa. Unidade: %.	15%	20%	25%	PROGEDE P
	Índice de afastamento de docentes por questão de saúde (Número total de DIAS que docentes foram afastados por questões de	Para o cálculo do indicador deve ser considerada a quantidade de dias por ano que o servidor docente ficou afastado para tratamento da própria	5	5	5	PROGEDE P

	saúde/número total de docentes da universidade)	saúde. As informações sobre os afastamentos serão acessadas nos sistemas de gestão de pessoas do governo federal e da universidade e os resultados devem ser mensurados de acordo com a fórmula de cálculo do indicador				
	Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde (Número total de DIAS que técnicos administrativos foram afastados por questões de saúde/número total de técnicos administrativos da universidade)	Para o cálculo do indicador deve ser considerada a quantidade de dias por ano que o servidor técnico administrativo ficou afastado para tratamento da própria saúde. As informações sobre os afastamentos serão acessadas nos sistemas de gestão de pessoas do governo federal e da universidade e os resultados devem ser mensurados de acordo com a fórmula de cálculo do indicador	5	5	5	PROGEDE P
4.1.4 Desenvolver estratégias de comunicação institucional com a comunidade interna e externa	Alcance da comunicação da UFT (total de visualizações das matérias do site + total de visualização dos posts nas redes sociais) / (nº de matérias vinculadas no site + nº de posts nas redes sociais)	Para o nº de matérias e suas visualizações, utilizar as informações do relatório do Portal da UFT e para os posts, utilizar os relatórios das redes sociais. Demonstrar o alcance das matérias postadas no site da universidade e dos posts feitos nas redes sociais oficiais da universidade. Considerar rede social oficial da UFT: facebook instagram, twitter e linkedin	60%	70%	80%	SUCOM
4.1.5 Estruturar a gestão e a governança das aquisições	Índice de Alinhamento Estratégico das Aquisições (IAEA) IAEA= Vaquisições alinhadas/ Vtotal_aquisições x100	Vaquisições alinhadas: valor financeiro total das aquisições vinculadas a objetivos estratégicos, planos ou políticas institucionais (PDI, PDLS, Plano de Gestão Sustentável). Vtotal_aquisições: valor total das aquisições realizadas no período.	70%	80%	90%	PROAD
4.1.6 Implementar contratações	Taxa de Contratações Sustentáveis TCS = (NC_sustentáveis / NT_elegíveis) x 100	NC_sustentáveis = Número de contratações com critérios de sustentabilidade socioambiental	55%	65%	75%	PROAD

sustentáveis		incorporados NT_elegíveis = Número total de contratações elegíveis para inclusão de critérios de sustentabilidade conforme Decreto 7.746/2012 e IN SEGES/ME 01/2019				

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

OE5. Objetivo estratégico: Modernizar e fortalecer a infraestrutura física e tecnológica para suporte eficaz às atividades acadêmicas e administrativas da comunidade universitária.

Objetivos Táticos	Indicador TÁTICO / Fórmula	Componentes	Meta 2026	Meta 2028	Meta 2030	Unidade Responsável
5.1.1 Instituir espaços de atendimento e convivência	Número de espaços de atendimento e convivência instalados $NEACI = N_{esp\_instalados}$	Quantidade total de espaços físicos de atendimento e convivência efetivamente implantados e em funcionamento, contabilizados no exercício de referência.	5	5	5	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
5.1.2 Ampliar infraestrutura tecnológica e de informática, equipando laboratórios e ambientes didáticos	Índice de Adequação dos Laboratórios de Informática $IALI = (NL\_adequados / NT\_laboratórios) \times 100$	NL_adequados = Número de laboratórios de informática adequados quanto a: quantidade de equipamentos, atualização tecnológica (≤ 5 anos), software instalado, conectividade, acessibilidade, conforto (mobiliário, climatização, iluminação), manutenção NT_laboratórios = Número total de laboratórios de informática da instituição	70%	80%	100%	PROTIC E PREFEITURA UNIVERSITÁRIA
	Taxa de Atualização do Parque Tecnológico $TAPT = (NE\_atualizados / NT\_equipamentos) \times 100$	NE_atualizados = Número de equipamentos de informática com idade ≤ 5 anos (computadores, servidores, projetores, equipamentos de rede) NT_equipamentos = Número total de equipamentos de informática da instituição	30%	35%	40%	PROTIC, INOVATO
5.1.3 Manter o acervo didático e a biblioteca	Taxa de Acesso ao Acervo Digital/Virtual $TAAD = (NA\_digitais / NT\_títulos) \times 100$	NA_digitais = Número de títulos do acervo disponíveis em formato digital/virtual (e-books, bases de dados, repositórios) NT_títulos = Número total de títulos bibliográficos do acervo	25%	35%	45%	PROGRAD

5.1.4 Aprimorar o planejamento da tecnologia da informação	Índice de Aderência dos Processos de TI aos Objetivos Institucionais (IAPTI) $\text{IAPTI} = \frac{\text{Nprocessos\_TI\_alinhados}}{\text{Nprocessos\_TI\_avaliados}} \times 100$	número de processos de tecnologia da informação (governança, segurança, suporte, infraestrutura) que possuem evidência documentada de alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição (PDI, PPI, plano estratégico). $N_{\text{processos\_TI\_avaliados}}$: número total de processos de TI submetidos à verificação ou auditoria interna no período.	60%	70%	80%	PROTIC
5.1.5 Consolidar a infraestrutura da EAD expandindo ambientes virtuais de aprendizagem	Número de Laboratórios de EaD Instalados (NLEADI) $\text{NLEADI} = \text{Nlab\_instalados}$	Número total de laboratórios de EaD efetivamente implantados, equipados e em funcionamento no período de referência (por exemplo, laboratórios multimídia, laboratórios de gravação, estúdios de produção de conteúdo digital, ou laboratórios de aprendizagem virtual).	5	10	15	PROGRAD
5.1.6 Consolidar políticas de segurança da informação e proteção de dados	Taxa de Implementação de Controles de Segurança da Informação $\text{TICSI} = \frac{\text{NC\_implementados}}{\text{NT\_controles}} \times 100$	TICSI = Taxa de Implementação de Controles de Segurança (%) NC implementados = Número de controles de segurança da informação efetivamente implementados conforme NBR ISO/IEC 27001 (controles organizacionais, controles de pessoas, controles físicos, controles tecnológicos) NT controles = Número total de controles aplicáveis à instituição conforme análise de riscos e requisitos legais	30%	50%	70%	PROTIC
5.1.7 Modernizar infraestrutura física, tecnológica, administrativa e acadêmica	Taxa de Investimento em Infraestrutura Física $\text{TIIF} = \frac{\text{II\_física}}{\text{OT\_institucional}} \times 100$	II física = Investimento Total em infraestrutura física no período (reformas, ampliações, novas edificações) OT institucional = Orçamento Total institucional executado no período	3,0	4,0	4,5	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

5.1.8 Promover o desenvolvimento e a inovação tecnológica	Taxa de Processos com Inteligência Artificial $TPIA = (NP\_IA / NT\_processos) \times 100$	NP_IA = Número de processos que utilizam inteligência artificial ou <i>machine learning</i> (análise preditiva, reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural, visão computacional, automação cognitiva) NT_processos = Número total de processos críticos da instituição	5%	10%	15%	PROTIC PROTIC
	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias: (Recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologia/total de recursos externos captados e executados via fundação de apoio) * 100	Devem ser considerados os recursos captados por meio de licenciamento e transferência de tecnologia, que são executados via fundação de apoio. % de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias (patentes, softwares e know how).	5%	10%	15%	INOVATO

CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DO PDI 2026-2030 — UFT

Classificação: Indicadores de Resultado, Impacto e Processo | Referencial: Gestão para Resultados (GeR), SINAES, TCU

☐ **RESULTADO:** mede o produto direto da ação institucional
conformidade ou eficiência de atividades/rotinas

☐ **IMPACTO:** mede efeitos mais amplos sobre a sociedade/comunidade

☐ **PROCESSO:** mede execução,

Nº	INDICADOR	EIXO / NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
EIXO 1 — PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL				
OE.1.1	% de metas do PDI executadas no prazo	Eixo 1 Estratégico	☐ RESULTADO	Mede o produto direto do processo de planejamento: o cumprimento das metas pactuadas. Não captura efeito sobre a sociedade, apenas a entrega institucional.
OE.1.2	Índice de Alinhamento Estratégico Institucional (IAE)	Eixo 1 Estratégico	☐ PROCESSO	Mede a coerência entre projetos em execução e objetivos estratégicos — verificação de conformidade do processo de planejamento e portfólio.
OE.1.3	% de implementação de ações corretivas — Audin	Eixo 1 Estratégico	☐ PROCESSO	Mede a resposta institucional às recomendações de controle interno. Indicador de conformidade e qualidade do processo de auditoria interna.
OE.1.4b	% cumprimento das recomendações da CGU	Eixo 1 Estratégico	☐ PROCESSO	Idem ao anterior: conformidade com órgão de controle externo. Processo de governança e controle.
OE.1.4c	Atendimento das recomendações da CPA	Eixo 1 Estratégico	☐ PROCESSO	Conformidade com as recomendações do processo de autoavaliação institucional (SINAES). Indicador de processo de avaliação interna.
1.1.1	Taxa de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação (TPA)	Eixo 1 Tático	☐ PROCESSO	Mede a adesão ao processo de autoavaliação — participação como etapa do processo avaliativo, não como resultado substantivo.
1.1.2	Número de capacitações realizadas sobre gestão e planejamento estratégico (NCGPE)	Eixo 1 Tático	☐ PROCESSO	Indicador de insumo/processo: quantidade de ações de capacitação realizadas. Não mede o efeito da capacitação sobre a gestão.
1.1.3	Taxa de expansão de cursos e vagas (TEC)	Eixo 1 Tático	☐ RESULTADO	Mede o produto direto da política de expansão acadêmica: oferta de novos cursos e vagas. Resultado mensurável da ação institucional.
1.1.4	Grau de Integração Planejamento-Orçamento (GIPO)	Eixo 1 Tático	☐ PROCESSO	Avalia a vinculação entre ações planejadas e dotação orçamentária — indicador de qualidade do processo de formulação orçamentária.
1.1.5	Índice de Alcance de Metas Estratégicas (IAM)	Eixo 1 Tático	☐ RESULTADO	Mede o percentual de metas atingidas/superadas no período. Resultado direto do desempenho institucional frente ao planejamento.

EIXO 2 — GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE				
OE.2.1	Índice de Maturidade da Governança Institucional (IMG)	Eixo 2 Estratégico	❑ RESULTADO	Mede o nível de maturidade dos sistemas de governança e gestão de riscos segundo metodologia TCU. Resultado da evolução das práticas institucionais.
OE.2.2	Índice de Transparência Ativa Institucional (ITAI)	Eixo 2 Estratégico	❑ PROCESSO	Mede o cumprimento das obrigações legais de publicidade ativa (Lei nº 12.527/2011, art. 8º). Indicador de conformidade processual/legal.
OE.2.4	Maturidade do Comitê de Governança Digital (CGD)	Eixo 2 Estratégico	❑ RESULTADO	Mede a efetividade das deliberações do CGD por meio das soluções digitais implementadas — resultado do processo de governança digital.
OE.2.5	Conceito Institucional (CI — SINAES)	Eixo 2 Estratégico	❑ IMPACTO	Avaliação sistêmica realizada pelo INEP/MEC sobre a qualidade institucional. Expressa impacto da gestão sobre a excelência reconhecida externamente.
OE.2.6	Nível de risco estratégico	Eixo 2 Estratégico	❑ RESULTADO	Resultado da gestão de riscos: mede o nível residual de exposição a riscos estratégicos após ações de mitigação.
OE.2.7	Índice de paridade de gênero (IPG)	Eixo 2 Estratégico	❑ IMPACTO	Mede impacto das políticas de diversidade na composição do quadro. Efeito sobre equidade de gênero — indicador de impacto social institucional.
OE.2.8	% de ações da Política Ambiental executadas (PAE)	Eixo 2 Estratégico	❑ PROCESSO	Mede a execução das ações previstas na política ambiental institucional. Conformidade com planejamento ambiental — indicador de processo.
2.1.1	Índice de Efetividade das Políticas de Prevenção ao Assédio (IEPA)	Eixo 2 Tático	❑ IMPACTO	Combina taxa de resolução de denúncias com tempo médio de resposta. Mede o impacto real das políticas de integridade sobre a proteção das pessoas.
2.1.2	Índice de Consolidação de Processos por Macroprocesso (ICPM)	Eixo 2 Tático	❑ PROCESSO	Mede o percentual de POPs formalizados por macroprocesso. Indicador de formalização e maturidade dos processos de gestão institucional.
2.1.3	Índices TCU de governança e gestão (iGG, iGovPub, iGovPessoas, etc.)	Eixo 2 Tático	❑ RESULTADO	Resultados da autoavaliação TCU que mensuram o nível de maturidade em diversas dimensões de governança. Resultados de gestão reconhecidos externamente.
2.1.4	Índice de Implementação do Sistema de Integridade (IISI)	Eixo 2 Tático	❑ PROCESSO	Mede a implantação de instrumentos de integridade (códigos, canais, planos). Conformidade com requisitos de governança — indicador de processo.
2.1.5	Índice de Implementação da Gestão de Riscos (IIGR)	Eixo 2 Tático	❑ PROCESSO	Mede a cobertura da gestão de riscos por processos/setores. Indicador de processo de governança de riscos, não do nível de risco em si.

2.1.6	Índice de Implementação de Recomendações de Auditoria (IIRA)	Eixo 2 Tático	□ PROCESSO	Percentual de recomendações de auditoria acatadas e implementadas. Conformidade com controle interno — indicador de processo.
2.1.7	Índice de Educação Ambiental (IEA)	Eixo 2 Tático	□ PROCESSO	Percentual de servidores capacitados em educação ambiental. Indicador de insumo/processo: ação formativa, não seu efeito ambiental.
2.1.8a	Índice de Inclusão e Equidade Social (IIES)	Eixo 2 Tático	□ IMPACTO	Percentual de estudantes beneficiados por políticas de inclusão (auxílios, cotas, PCD, indígenas, quilombolas). Impacto das políticas de equidade.
2.1.8b	Índice de Acessibilidade e Inclusão de PcD (IAIPCD)	Eixo 2 Tático	□ IMPACTO	Mede impacto das políticas de inclusão de PcD no quadro, infraestrutura e tecnologias. Combina conformidade legal e efeito sobre acessibilidade real.
2.1.8c	% acessibilidade digital no portal (eMAG)	Eixo 2 Tático	□ PROCESSO	Conformidade com o modelo de acessibilidade digital do governo eletrônico (eMAG). Indicador de processo/conformidade técnica.
2.1.8d	% de alunos indígenas e quilombolas formados	Eixo 2 Tático	□ IMPACTO	Mede o impacto das políticas de ação afirmativa na formação de populações historicamente excluídas. Indicador de impacto social de alta relevância.
2.1.9	Taxa de Execução Orçamentária (TEO)	Eixo 2 Tático	□ RESULTADO	Relação entre despesa executada e dotação autorizada. Resultado direto da capacidade de execução orçamentária institucional.
EIXO 3 — GESTÃO ACADÊMICA				
OE.3.1	Taxa de Evasão	Eixo 3 Estratégico	□ IMPACTO	Mede o efeito das políticas acadêmicas e de assistência sobre a permanência dos estudantes. Impacto sistêmico de múltiplas variáveis institucionais e externas.
OE.3.2	Conceito Médio dos Cursos de Graduação (CPC)	Eixo 3 Estratégico	□ IMPACTO	Avaliação externa realizada pelo INEP que expressa o impacto das políticas acadêmicas na qualidade dos cursos. Indicador de impacto com reconhecimento nacional.
OE.3.3	Conceito Médio dos Programas de Pós-graduação (CAPES)	Eixo 3 Estratégico	□ IMPACTO	Avaliação quadrienal da CAPES sobre a qualidade e o impacto dos programas. Expressa impacto da política de pós-graduação sobre a produção científica.
OE.3.4	Taxa de Sucesso Acadêmico na Graduação (TSG)	Eixo 3 Estratégico	□ RESULTADO	Resultado direto da política acadêmica: proporção de diplomados em relação aos ingressantes. Produto mensurável da ação institucional de graduação.
OE.3.5	Taxa de Retenção	Eixo 3 Estratégico	□ RESULTADO	Resultado da política acadêmica que mede o percentual de alunos que ultrapassam o tempo padrão de conclusão. Produto da gestão de fluxo acadêmico.

OE.3.6	Índice Geral de Cursos (IGC — MEC)	Eixo 3 Estratégico	☐ IMPACTO	Indicador sistêmico do MEC que sintetiza a qualidade da graduação e pós-graduação. Expressa impacto institucional reconhecido externamente.
OE.3.7	Taxa de Atendimento da Assistência Estudantil	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Mede o resultado da política de assistência: percentual de estudantes alcançados pelos programas. Produto direto da gestão da assistência estudantil.
OE.3.8	Índice de Abrangência da Extensão (IAE)	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Resultado da política de extensão: percentual de municípios da área de influência atendidos. Produto da expansão territorial da extensão universitária.
OE.3.9	Público diretamente beneficiado por atividades de extensão (NPAPE)	Eixo 3 Estratégico	☐ IMPACTO	Mede o impacto social das atividades de extensão sobre a comunidade externa. Indicador de impacto da missão social da universidade.
OE.3.10	Taxa de Crescimento da Produção de Inovação Tecnológica (TC_IT)	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Mede o resultado do esforço em inovação: crescimento da produção tecnológica em relação ao ano anterior.
OE.3.11	Índice de Inovação Tecnológica (IIT)	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Resultado ponderado do portfólio de inovações (patentes, softwares, transferências) em relação aos projetos em andamento.
OE.3.12	Capacidade de interação em PD&I	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Mede o resultado das parcerias formalizadas para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Produto da política de interação universidade-sociedade-setor produtivo.
OE.3.13	Alcance da EaD	Eixo 3 Estratégico	☐ RESULTADO	Resultado da política de EaD: percentual de municípios do estado atendidos com polos em funcionamento.
3.1.1	% de cursos com PPC atualizado conforme PPI	Eixo 3 Tático	☐ PROCESSO	Conformidade curricular dos PPCs com as diretrizes do PPI. Indicador de processo de atualização pedagógica.
3.1.2a	Taxa de Produtividade Científica Qualificada (TPCQ)	Eixo 3 Tático	☐ RESULTADO	Média de publicações qualificadas (Qualis A1-B1) por docente permanente. Resultado da política de incentivo à pesquisa de qualidade.
3.1.2b	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	Eixo 3 Tático	☐ RESULTADO	Proporção de alunos de pós-graduação stricto sensu em relação ao total de alunos. Resultado da política de expansão da pós-graduação.
3.1.2c	Taxa de discentes envolvidos com pesquisa (TAP)	Eixo 3 Tático	☐ RESULTADO	Percentual de alunos (graduação + pós-graduação) em projetos de pesquisa. Resultado da política de iniciação científica.
3.1.2d	Taxa de docentes envolvidos com pesquisa (TDP)	Eixo 3 Tático	☐ RESULTADO	Percentual de docentes efetivos em projetos de pesquisa. Resultado da política de incentivo à pesquisa docente.

3.1.2e	% de recursos externos captados por serviços técnicos	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da capacidade de captação por prestação de serviços especializados. Produto da política de interação universidade-setor produtivo.
3.1.3a	Percentual de Estudantes Envolvidos em Extensão (PE_Ext)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de curricularização da extensão (Res. CNE/CES 7/2018). Produto direto da integração ensino-extensão.
3.1.3b	% de docentes envolvidos em atividades de extensão	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de extensão: adesão docente à extensão universitária.
3.1.3c	Total de técnicos envolvidos em atividades de extensão	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da mobilização dos servidores técnicos nas atividades de extensão. Produto da política de envolvimento institucional.
3.1.3d	Alunos da graduação à distância	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de EaD: volume de alunos vinculados na modalidade a distância.
3.1.3e	Alunos da graduação presencial	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de expansão: volume de alunos vinculados na graduação presencial.
3.1.4a	Taxa de Acompanhamento de Egressos (TAE)	Eixo 3 Tático	❑ PROCESSO	Mede a cobertura do processo de acompanhamento de egressos. Indicador de processo de gestão da relação com ex-alunos.
3.1.4b	Índice de Satisfação com a Formação (ISF)	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Mede o impacto percebido da formação universitária na visão dos egressos (escala Likert). Indicador de impacto subjetivo da qualidade educacional.
3.1.5	Índice de Mobilidade Acadêmica Internacional — Docentes (IMAI-D)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de internacionalização: proporção de docentes em mobilidade internacional (entrada e saída).
3.1.6a	Impacto da Assistência Estudantil sobre a Evasão (Imp_Ev)	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Indicador de impacto causal: mede a redução percentual da evasão atribuível à assistência estudantil, comparando grupos com e sem suporte.
3.1.6b	Índice de Desempenho Acadêmico dos Assistidos (IDAA)	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Mede o impacto da assistência estudantil no desempenho acadêmico (CRA dos assistidos vs. média geral). Indicador de impacto de política pública interna.
3.1.6c	% de alunos atendidos nos restaurantes universitários	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de assistência alimentar: percentual de estudantes classificados atendidos nos RUs.
3.1.6d	% de alunos com vulnerabilidade socioeconômica formados	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Mede o impacto das políticas de assistência e inclusão na formação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
3.1.6e	% de auxílios concedidos	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado quantitativo da política de assistência estudantil: volume total de auxílios concedidos no período.

3.1.6f	Espaços para assistência estudantil	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de infraestrutura de assistência: número de espaços (RUs, moradias) ativos e em funcionamento.
3.1.7	Taxa de Oferta de Cursos EaD (TOEaD)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de diversificação modal: proporção de cursos EaD em relação ao total de cursos regulares.
3.1.8	Índice de Capacitação Continuada Docente (ICC)	Eixo 3 Tático	❑ PROCESSO	Percentual de docentes que participaram de capacitações no ano. Indicador de processo formativo — não mede o efeito sobre a qualidade do ensino.
3.1.9a	Índice de Geração de Propriedade Intelectual (IGPI)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado ponderado da geração de PI (patentes, softwares, marcas) por pesquisador ativo. Produto da política de inovação e transferência de tecnologia.
3.1.9b	Mecanismos geradores de empreendimentos	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de inovação e empreendedorismo: número de ambientes de inovação ativos (EJ, incubadoras, co-works, living labs, hub).
3.1.9c	Índice de Empreendedorismo Acadêmico (IEA)	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Combina empresas incubadas, startups, participantes em programas e projetos com potencial de mercado. Impacto do ecossistema de inovação sobre o empreendedorismo.
3.1.10a	Índice de Integração Ensino-Pesquisa-Extensão por projeto (IIEPE)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de indissociabilidade: percentual de projetos de extensão que integram as três dimensões.
3.1.10b	Índice de Integração Ensino-Pesquisa-Extensão por docente/discente (IIEPE)	Eixo 3 Tático	❑ RESULTADO	Resultado composto: integração de alunos em IC e extensão e de docentes que atuam simultaneamente nas três funções.
3.1.11a	Esforço em capacitação sobre diversidade e direitos humanos (NPC-DH)	Eixo 3 Tático	❑ PROCESSO	Mede o esforço de capacitação em diversidade: percentual da comunidade acadêmica formada. Indicador de processo formativo, não de resultado sobre inclusão.
3.1.11b	Número de Ações Afirmativas Implementadas (NAAI)	Eixo 3 Tático	❑ PROCESSO	Contabiliza as ações afirmativas ativas. Indicador de processo/insumo: mede implementação, não o impacto das políticas sobre os beneficiários.
3.1.12	Taxa de Projetos de Responsabilidade Social (TPRS)	Eixo 3 Tático	❑ IMPACTO	Proporção de projetos de extensão e pesquisa voltados a problemas sociais. Indicador de impacto da missão pública da universidade na comunidade.
EIXO 4 — GESTÃO ADMINISTRATIVA				
OE.4.1	Taxa de Consecução de Metas Organizacionais (TCM)	Eixo 4 Estratégico	❑ RESULTADO	Resultado do desempenho organizacional: percentual de metas organizacionais efetivamente alcançadas no período.
OE.4.2	Índice de alcance das metas do PLS (IPLS)	Eixo 4 Estratégico	❑ PROCESSO	Mede a execução das ações previstas no Plano de Logística Sustentável. Conformidade com planejamento de sustentabilidade — indicador de

				processo.
OE.4.3	Índice de Alinhamento Estratégico da Comunicação (IA-EC)	Eixo 4 Estratégico	□ PROCESSO	Mede a coerência entre campanhas de comunicação e objetivos estratégicos. Indicador de processo de comunicação institucional.
4.1.1	Índice de Capacitação de Servidores Técnicos (ICST)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Percentual de TAEs capacitados no período. Indicador de processo formativo — insumo da gestão de pessoas, não resultado sobre a competência instalada.
4.1.2a	Índice de Adequação do Dimensionamento da Força de Trabalho (IADFT)	Eixo 4 Tático	□ RESULTADO	Resultado do processo de dimensionamento: proporção entre cargos ocupados e cargos necessários. Produto da gestão de pessoas.
4.1.2b	Índice de Cobertura do Mapeamento de Competências (ICMC)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Percentual de servidores com perfil de competências mapeado. Indicador de processo de gestão por competências.
4.1.3a	Índice de Conformidade em Saúde e Segurança do Trabalho (ICSST)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Percentual de Normas Regulamentadoras atendidas. Conformidade legal e processual em saúde e segurança ocupacional.
4.1.3b	Índice de Participação em Programas de QVT e Segurança (IPQVSO)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Percentual de servidores em programas de qualidade de vida. Indicador de processo — adesão a programas, não seu efeito sobre o bem-estar.
4.1.3c	Índice de afastamento de docentes por questão de saúde	Eixo 4 Tático	□ IMPACTO	Mede o impacto das condições de trabalho sobre a saúde docente (dias de afastamento/docente). Indicador de impacto das políticas de saúde ocupacional.
4.1.3d	Índice de afastamento de técnicos administrativos por questão de saúde	Eixo 4 Tático	□ IMPACTO	Idem ao anterior para a categoria técnica. Impacto das condições de trabalho sobre a saúde dos TAEs.
4.1.4	Alcance da comunicação da UFT	Eixo 4 Tático	□ RESULTADO	Resultado da política de comunicação: média de visualizações por matéria/post nas plataformas institucionais.
4.1.5	Índice de Alinhamento Estratégico das Aquisições (IAEA)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Proporção do valor financeiro das aquisições vinculadas aos planos institucionais (PDI, PDLS). Conformidade estratégica das compras públicas.
4.1.6	Taxa de Contratações Sustentáveis (TCS)	Eixo 4 Tático	□ PROCESSO	Percentual de contratações elegíveis com critérios de sustentabilidade (Decreto 7.746/2012, IN SEGES/ME 01/2019). Conformidade legal processual.
EIXO 5 — INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA				
OE.5.1	Índice de Modernização da Infraestrutura Física (IMF)	Eixo 5 Estratégico	□ RESULTADO	Resultado da política de modernização: percentual de unidades com manutenção preventiva ou reforma estrutural concluída.

OE.5.2	Percentual de Modernização da Infraestrutura Tecnológica (PMIT)	Eixo 5 Estratégico	❑ RESULTADO	Resultado da política de TI: percentual de equipamentos/sistemas atualizados dentro do prazo estabelecido.
OE.5.3	Índice de Acessibilidade e Sustentabilidade Arquitetônica (IASA)	Eixo 5 Estratégico	❑ IMPACTO	Mede o impacto das políticas de infraestrutura na conformidade com NBR 9050 e sustentabilidade ambiental das edificações. Indicador de impacto com dimensão legal e ambiental.
OE.5.4	Grau de Implementação do PDTI (GPDTI)	Eixo 5 Estratégico	❑ PROCESSO	Percentual de ações do PDTI executadas. Conformidade do planejamento de TI — indicador de processo de governança tecnológica.
OE.5.5	Índice de Controles de Segurança da Informação (ICSI)	Eixo 5 Estratégico	❑ PROCESSO	Percentual de controles de segurança implementados conforme ISO 27001/LGPD. Conformidade normativa — indicador de processo de segurança da informação.
OE.5.6	Índice de Integração entre Sistemas (IIS)	Eixo 5 Estratégico	❑ RESULTADO	Resultado da modernização tecnológica: percentual de integrações implementadas sobre as necessárias para interoperabilidade.
5.1.1	Número de espaços de atendimento e convivência instalados (NEACI)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de infraestrutura social: número de espaços físicos de atendimento e convivência implantados e em funcionamento.
5.1.2a	Índice de Adequação dos Laboratórios de Informática (IA-LI)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de TI educacional: percentual de laboratórios de informática adequados quanto a equipamentos, conectividade e acessibilidade.
5.1.2b	Taxa de Atualização do Parque Tecnológico (TAPT)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da modernização: percentual de equipamentos de informática com até 5 anos de uso em relação ao total.
5.1.3	Taxa de Acesso ao Acervo Digital/Virtual (TAAD)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de modernização do acervo bibliográfico: proporção de títulos disponíveis em formato digital/virtual.
5.1.4	Índice de Aderência dos Processos de TI aos Objetivos Institucionais (IAPT)	Eixo 5 Tático	❑ PROCESSO	Percentual de processos de TI com evidência documentada de alinhamento ao PDI/PPI. Indicador de conformidade de governança de TI.
5.1.5	Número de Laboratórios de EaD Instalados (NLEADI)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de infraestrutura para EaD: quantidade de laboratórios implantados e em funcionamento.
5.1.6	Taxa de Implementação de Controles de Segurança da Informação (TICSI)	Eixo 5 Tático	❑ PROCESSO	Percentual de controles implementados conforme ISO/IEC 27001. Indicador de processo de conformidade com norma de segurança da informação.
5.1.7	Taxa de Investimento em Infraestrutura Física (TIIF)	Eixo 5 Tático	❑ PROCESSO	Percentual do orçamento total destinado à infraestrutura física. Indicador de insumo/processo financeiro — não mede o resultado do investimento.
5.1.8a	Taxa de Processos com Inteligência Artificial (TPIA)	Eixo 5 Tático	❑ RESULTADO	Resultado da política de inovação tecnológica: percentual de processos que utilizam IA/machine learning em relação ao total crítico.

5.1.8b	% de recursos externos captados com licenciamento e transferência de tecnologias	Eixo 5 Tático	□ IMPACTO	Mede o impacto econômico da política de propriedade intelectual: proporção de recursos externos provenientes de patentes, softwares e know-how.

Referencial metodológico da classificação: OCDE (2002) — Glossário de Termos em Avaliação e Gestão de Resultados; Jannuzzi (2011) — Indicadores Sociais no Brasil; TCU — Referencial para Avaliação de Governança (2020); SINAES — Lei nº 10.861/2004. Definições: Indicadores de PROCESSO medem execução e conformidade de atividades; de RESULTADO medem produtos diretos da ação institucional; de IMPACTO medem efeitos mais amplos e duradouros sobre beneficiários e sociedade.

ANEXO III

QUADRO PLANEJAMENTO DA OFERTA DE CURSOS DA UFT (PROJEÇÃO)																	
TD	CAMPUS	CURSO	MODALIDADE	NÍVEL DO CURSO	GRAU	TURNO	QTD DE VAGAS (ATUAL)	VAGAS OFERTADAS POR SEMESTRE									
								2026		2027		2028		2029		2030	
								1º S	2º S	1º S	2º S	1º S	2º S	1º S	2º S	1º S	2º S
	ARRAIAS	DIREITO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	EDUCAÇÃO DO CAMPO: CÓDIGOS E LINGUAGEM - ARTES VISUAIS E MÚSICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	INTEGRAL	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA - PARFOR	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	INTEGRAL	DEPENDE DA CAPES										
	ARRAIAS	MATEMÁTICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	MATEMÁTICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40		40		40		40		40		40
	ARRAIAS	PEDAGOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	PEDAGOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40		40		40		40		40		40
	ARRAIAS	TURISMO PATRIMONIAL E SOCIOAMBIENTAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	CIBERSEGURANÇA - UNIVERSIDADE INOVADORAS (MEC) - NOVO CURSO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	ARRAIAS	EDUCAÇÃO DO CAMPO - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	PRESENCIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
	ARRAIAS	MÚSICA, CULTURA E SOCIEDADE	PRESENCIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
	GURUPI	AGRONOMIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
		ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E															
	GURUPI	BIOTECNOLOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	GURUPI	BIOTECNOLOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

	GURUPI	ENGENHARIA FLORESTAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	GURUPI	MEDICINA VETERINÁRIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	GURUPI	QUÍMICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40		40		40		40			
	GURUPI	QUÍMICA AMBIENTAL - EM EXTINÇÃO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	0										
	GURUPI	AGROCOMPUTAÇÃO - UNIVERSIDADE INOVADORAS (MEC) - NOVO CURSO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	GURUPI	TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	EDUCAÇÃO FÍSICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	PEDAGOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	PEDAGOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40		40		40		40		40		40
	MIRACEMA	PSICOLOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	MIRACEMA	SERVIÇO SOCIAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40		40		40		40		40		40
	MIRACEMA	SERVIÇO SOCIAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - UNIVERSIDADE INOVADORAS (MEC) - NOVO CURSO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	PEDAGOGIA INTERCULTURAL INDÍGENA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	INTEGRAL	40	40		40		40		40		40	
	MIRACEMA	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
	MIRACEMA	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											

		FUNDAMENTAL																	
8	PALMAS	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO	40	40		40		40		40		40			
	PALMAS	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40			
	PALMAS	ARQUITETURA E URBANISMO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	PALMAS	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	DIREITO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO	40		40		40		40		40		40		40
	PALMAS	DIREITO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40		40		40		40		40		40		40
	PALMAS	EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS (PARFOR)	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	SEGUNDA LICENCIATURA	INTEGRAL	depende da Capes												
	PALMAS	ENFERMAGEM	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	50	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
	PALMAS	ENGENHARIA AMBIENTAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	ENGENHARIA CIVIL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	ENGENHARIA ELÉTRICA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	FILOSOFIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	INTERDISCIPLINAR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40	40		40		40		40		40			
	PALMAS	JORNALISMO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40		40		40		40		40		40		40
	PALMAS	JORNALISMO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40		40		40		40		40			
	PALMAS	LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA (PARFOR)	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	INTEGRAL	depende da Capes												
	PALMAS	MEDICINA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	NUTRIÇÃO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PALMAS	PEDAGOGIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	80	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

	PALMAS	CIÊNCIAS DE DADOS - UNIVERSIDADE INOVADORAS (MEC) - NOVO CURSO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	40	40	40		40	40	40	
	PALMAS	TEATRO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	80	40	40	40	40	40	40	40
3	PALMAS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	DIREITO E PROCESSO ADMINISTRATIVO	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	DIREITO E PROCESSO CONSTITUCIONAL	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	DOCÊNCIA, INOVAÇÃO, E METODOLOGIAS DE APRENDIZAGEM ATIVA	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	ESTUDOS LATINO-AMERICANOS E TERRITORIALIDADES	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - MODALIDADE À DISTÂNCIA	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								
	PALMAS	MBA EM MARKETING E INTELIGÊNCIA DE MERCADO	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								

	PALMAS	MBA GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	PRESENCIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
	PALMAS	NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	PRESENCIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
	PALMAS	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO - TEACAMPO	PRESENCIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL											
0	PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	INTEGRAL	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	INTEGRAL	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
	PORTO NACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	VESPERTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	GEOGRAFIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	GEOGRAFIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	HISTÓRIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	NOTURNO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	HISTÓRIA	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	LETRAS - LIBRAS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	LICENCIATURA	MATUTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	VESPERTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
	PORTO NACIONAL	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40

	PORTO NACIONAL	JOGOS DIGITAIS - UNIVERSIDADE INOVADORAS (MEC) - NOVO CURSO	PRESENCIAL	GRADUAÇÃO	TECNÓLOGO	NOTURNO	40	40	40		40	40	40	
	PORTO NACIONAL	DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL	PRESENCIAL	PÓS- GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	INTEGRAL								